Soraia Sales Dornelles
Luiz Alberto Alves Couceiro
José Haroldo Matos Machado
ORGANIZAÇÃO

ANAIS DO



III SEMINÁRIO
HISTÓRIAS CONECTADAS

PPGHis|UFMA
História e Conexões Atlânticas:
Culturas e Poderes

EDUFMA

ANAIS DO

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS

Univesidade Federal do Maranhão

Reitor *Prof. Dr. Natalino Salgado Filho*

Vice-Reitor *Prod. Dr. Marcos Fábio Belo Matos*

EDUFMA

Editora da UFMA

Diretor *Prof. Dr. Sanatiel de Jesus Pereira*

Conselho Editorial

Prof. Dr. Antônio Alexandre Isídio Cardoso
Prof. Dr. Elídio Armando Exposto Guarçoni
Prof. Dr. André da Silva Freires
Prof. Dr. José Dino Costa Cavalcante
Profª. Dra. Diana Rocha da Silva
Profª. Dra. Gisélia Brito dos Santos
Prof. Dr. Edson Ferreira da Costa
Prof. Dr. Marcos Nicolau Santos da Silva
Prof. Dr. Carlos Delano Rodrigues
Prof. Dr. Felipe Barbosa Ribeiro
Prof. Dr. João Batista Garcia
Prof. Dr. Flávio Luiz de Castro Freitas
Bibliotecária Dra. Suênia Oliveira Mendes
Prof. Dr. José Ribamar Ferreira Junior

Associação Brasileira das Editoras Universitárias

Associação Brasileira das Editoras Universitárias

Soraia Sales Dornelles
Luiz Alberto Alves Couceiro
José Haroldo Matos Machado
ORGANIZAÇÃO

ANAIS DO



III SEMINÁRIO
HISTÓRIAS CONECTADAS

PPGHis|UFMA
História e Conexões Atlânticas:
Culturas e Poderes

São Luís

EDUFMA

2023

ANAIS DO

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS

Copyright © 2023 by EDUFMA

Organização Profa. Dra. Soraia Sales Dornelles (DEHIS/PPGHis UFMA)
Prof. Dr. Luiz Alberto Alves Couceiro (DESOC/PPGHis UFMA)
José Haroldo Matos Machado (PPGHis UFMA)

Projeto Gráfico
Diagramação José Haroldo Matos Machado (PPGHis UFMA)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

III Seminário sobre Histórias Conectadas do Programa de Pós-Graduação em História e Conexões Atlânticas: Culturas e Poderes (3.:2023:São Luís, MA).
Anais do III Seminário de Histórias Conectadas do Programa de Pós-Graduação em História e Conexões Atlânticas: Culturas e Poderes/Soraia Sales Dornelles, Luiz Alberto Alves Couceiro, José Haroldo Matos Machado (orgs.).—São Luís:EDUFMA,2023.
518p.:il.color.
ISBN 978-65-5363-242-4
1.História-Anais. 2.História Social. 3.Mudança social-Sociedades e Conflitos. 4.Cultura e Poderes. I. Dornelles, Soraia Sales. II. Couceiro, Luiz Alberto Alves. III. Matos, José Haroldo Machado. IV. Título.

CDD 900
CDU 930

Ficha Catalográfica elaborada pelo bibliotecário Wilton Cerveira Marques
CRB13/567 Mat. Siape 1675653
DIB/DAU/UFMA

Criado no Brasil [2023]

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida, armazenada em um sistema de recuperação ou transmitida de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico, mecânico, fotocópia, microimagem, gravação ou outro, sem permissão do autor.

EDUFMA | Editora da UFMA
Av. dos Portugueses, 1966 – Vila Bacanga
CEP: 65080-805 | São Luís | MA | Brasil
Telefone: (98) 3272-8157
www.edufma.ufma.br | edufma@ufma.br

III SEMINÁRIO INTERNACIONAL HISTÓRIAS CONECTADAS

06 a 09 de Dezembro de 2022

ORGANIZAÇÃO DO EVENTO

PPGHis|UFMA
História e Conexões Atlânticas: Culturas e Poderes

APOIO FINANCEIRO

CAPES

ANAIS DO

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

EM TEMPOS DE DESESCOMBRIZAÇÕES: PARA ALÉM DE UMA APRESENTAÇÃO BUROCRÁTICA 05
Prof. Dr. Luiz Alberto Alves Couceiro

ST 01
Estudos afro-brasileiros: mundos da escravidão e liberdade no Brasil 17

A LIBERDADE PRECÁRIA E O CRIME DE (RE)SCRAVIZAÇÃO NAS FOLHAS DA IMPRENSA OITOCENTISTA 18
Caio Henrique Silva Fernandes

SCENAS DE MISÉRIAS: OS DISCURSOS SOBRE OS SUICÍDIOS DE ESCRAVIZADOS EM JORNAIS MARANHENSES (1834-1888) 27
Carlos Victor de Sousa Ferreira

IDENTIDADE, MEMÓRIA E LUTA PELA POSSE DA TERRA DA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO DA SUSSUARANA NA CIDADE DE PIRIPIRI – PI (1996 A 2022) 35
Jean Paulo Nascimento Silva

A FAMÍLIA CORRÊA E A SUA TRAJETÓRIA AFRODESCENDENTE NA AUTOATRIBUIÇÃO ÉTNICA QUE CERTIFICOU O TERRITÓRIO COMO REMANESCENTE DAS COMUNIDADES DOS QUILOMBOLAS DO CAMPO REDONDO, MUNICÍPIO DE BACABAL/MARANHÃO 45
Jucilane de Sousa Carlos | Luís Fernando da Silva Laroque

AS FAMÍLIAS ESCRAVIZADAS DA VILA DE MARAÚ, PROVÍNCIA DA BAHIA, SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX 57
Julian de Souza da Mota

CORPO E HISTÓRIA EM "O ESCRAVO NOS ANÚNCIOS DE JORNAIS BRASILEIROS DO SÉCULO XIX (1963)" DE GILBERTO FREYRE 68
Messias Araujo Cardozo

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS

ANAIS DO

SUMÁRIO

ST 02
Memórias polifônicas: História e Cidade 75

DISCURSOS POLIFÔNICOS E A VOZ NARRATIVA DE LILIA MOMPLÉ NA OBRA NEIGHBOURS 76
Ana Carolina da Luz Nunes

COMO A HISTORIOGRAFIA PERCEBE AS SUBJETIVIDADES E REPRESENTAÇÕES NO AMBIENTE URBANO, MODERNO 85
Carlene da Conceição Silva | Lucas Serra Guimarães

RELEVÂNCIA E O SIMBOLISMO DO CHALÉ DA FABRIL PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL DA CIDADE DE SÃO LUÍS - MA 92
Eduardo Santos Ferreira | Jéssica de Almeida Polito

"RUDIMENTARES MORADIAS". A ARQUITETURA DAS HABITAÇÕES DA CLASSE PROLETÁRIA EM SÃO LUÍS (1923) 104
José Haroldo Matos Machado

"UMA CÂMERA NA MÃO E O BRASIL NO OLHO": CINEMA E CIDADE NO MARANHÃO NA DÉCADA DE 1970/80 118
Leide Ana Oliveira Caldas

DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES NO ESTUDO SOBRE A CIDADE DE PIRACANJUBA – GO., ENTRE AS DÉCADAS DE 1920 A 1960 128
Nádia Maria Machado Costa

ENQUANTO A CIDADE DORME: POLÍCIA E CRIME NA URBE LUDOVICENSE NAS PÁGINAS DO PACOTILHA, ENTRE AS DÉCADAS DE 1910 E 1920 136
Paulo Henrique Matos de Jesus

AS VOZES QUE EMERGEM DO CAIS: A PARNAÍBA SUBTERRÂNEA DE ASSIS BRASIL EM BEIRA RIO BEIRA VIDA 146
Samylla de Sousa Pereira

A CONSTRUÇÃO DA ESTRADA DE FERRO SÃO LUÍS-TERESINA (1895-1938) 153
Wilson Raimundo de Oliveira

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS

ANAIS DO

SUMÁRIO

ST 03
Xenofobias e produção de políticas públicas na América Latina **159**

MULHERES DO MAR: A INVISIBILIDADE FEMININA NA ATIVIDADE PESQUEIRA DO QUILOMBO SANTA MARIA DE GUAXENDUBA- ICATU/MA **160**
Marília Martins Rodrigues

ST 04 (HÍBRIDO)
Cultura e Sociedade no universo transatlântico: histórias e conexões | As Áfricas e suas dimensões da existência: história, memória e cultura **169**

TEMPORALIDADES AFRICANAS: CONTOS COMO NARRATIVAS HISTÓRICAS **170**
Joyce Oliveira Pereira

OS JORNAIS MARANHENSES NO CONTEXTO NACIONAL E INTERNACIONAL: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE COMO A IMPRENSA MARANHENSE ADQUIRE INFORMAÇÕES INTERNACIONAIS NA DÉCADA DE 1980 **180**
Laura Santos Botelho

A INFLUÊNCIA DA CRIMINOLOGIA DA ESCOLA POSITIVA NO COMBATE A DELINQUÊNCIA E A PROSTITUIÇÃO EM CRATO-CE ATRAVÉS DO DISCURSO MÉDICO NA IMPRENSA LOCAL **190**
Ravenna Rodrigues Cardoso

HENRIQUE SCHUTEL E O INTERMÉDIO DAS ITINERÂNCIAS: DIPLOMACIA E MOBILIDADE NO BRASIL OITOCENTISTA **202**
Guilherme Borges da Silva

ST 05
Sociedade, cultura e poder no Brasil Oitocentista **210**

"EM PROVEITO DA HISTÓRIA DO BRASIL": A ESCRITA DAS HISTÓRIAS PROVINCIAIS NO OITOCENTOS **211**
Ana Priscila de Sousa Sá

A CIRCULAÇÃO DE IDEAIS FEMININOS NO IMAGINÁRIO CARIOCA ATRAVÉS DA REVISTA "O ESPELHO DIAMANTINO", 1827-28 221
Bruna Maria dos Santos

NARRAR A MISSÃO: O RELATO DE VIAGEM DA IRMÃ PASCAL AO RIO DE JANEIRO (1881-1882) 231
Camila Gonçalves Santos

POPULAÇÃO E TERRITÓRIO NA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, 1856 240
Jadir Peçanha Rostoldo

ENTRE INCENSOS E PRENSAS: OS JORNAIS ANUNCIAM A LUTA CONTRA A REFORMA ULTRAMONTANA NO BRASIL 249
Lucas Rafael Cordeiro Meneses

"QUE A FRUTUOSA PROVÍNCIA DO MARANHÃO GOZE DA MESMA LIBERDADE" 260
Mário Augusto Carvalho Bezerra

OS MISSIONÁRIOS LAZARISTAS EUROPEUS NO BRASIL OITOCENTISTA: MOBILIDADES E ESTRATÉGIAS DE ADAPTAÇÃO 271
Pryscylla Cordeiro Rodrigues Santirocchi

POR UMA HISTÓRIA DA ALIMENTAÇÃO: CULTURA E SOCIEDADE NO SÉCULO XIX 281
Robert Alves Pinho

ST 06
A importância de regiões e economias "periféricas" ou "secundárias" na colonização da América Portuguesa 287

AS MÃOS DO SUSTENTO: MULHERES INDÍGENAS LIVRES E O ABASTECIMENTO INTERNO DO ESTADO DO MARANHÃO E GRÃO-PARÁ, DURANTE O PERÍODO DE 1686 E 1757 288
Karen Cristina Costa da Conceição

A PECUÁRIA NO VALE DO PARNAÍBA NO PERÍODO POMBALINO 300
Samir Lola Roland

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS

ANAIS DO

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS

ANAIS DO

ST 07
História das doenças e suas dinâmicas sociais **310**

MEDIDAS DE EDUCAÇÃO SANITÁRIAS E MÉDICAS CONTRA VERMINOSES, TRACOMA E SÍFILIS DURANTE A INFÂNCIA EM TERESINA- PI (1930-1940) **311**
Ana Karoline de Freitas Nery | Elizangela Barbosa Cardoso

LENTIDÃO DO ESTADO E PROTAGONISMO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS FRENTE À EMERGÊNCIA DA AIDS NA PARAÍBA (1985-2005) **322**
Fernando Domingos de Aguiar Júnior

A INTERIORIZAÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA NO PIAUÍ A PARTIR DOS SERVIÇOS FORNECIDOS EM FLORIANO **330**
Rakell Milena Osório Silva | Joseanne Zingleara Soares Marinho

AOS GRIPADOS! AO SERVIÇO SANITÁRIO! A HESPANHOLA EM SÃO LUÍS ATRAVÉS DOS JORNAIS DA CAPITAL MARANHENSE (OUTUBRO A DEZEMBRO DE 1918) **340**
Ticyana Silva Franco

ST 08
Mulheridades e relações de poder: perspectivas do Sul e histórias (des)norteadas **352**

AS MULHERES NEGRAS NA LUTA POR POLÍTICAS PÚBLICAS E REIVINDICAÇÃO DE DIREITOS PARA OS NEGROS (AS) BRASILEIROS(AS) **353**
Elisandra Cantanhede Ribeiro

ST 09
Histórias conectadas sobre ensino e educação **363**

EDUCANDO O OLHAR SOBRE O ENVELHECIMENTO **364**
Carlos André dos Santos Jardim

NAS TRILHAS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL: GAMIFICAÇÃO NA APRENDIZAGEM COLABORATIVA DA GERAÇÃO SCREENAGER **371**
Dayse Marinho Martins

A REFORMA EDUCACIONAL ATTÍLIO VIVÁCQUA E A REVOLUÇÃO DE 30 NO ESPÍRITO SANTO: CONTINUIDADES E RUPTURAS 378
Hannah Alves Alcure e Araújo

EDUCAÇÃO PARA MORTE: UM OLHAR PARA ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE 389
Jamille Fontes Leite Botelho

UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE O PROJETO MISSIONÁRIO LULIANO NA OBRA O LIVRO DO GENTIO E DOS TRÊS SÁBIOS (1274-1276) DE RAMON LLULL 396
Natasha Nickolly Alhadef Sampaio Mateus

A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DE HISTÓRIA NO ATUAL CENÁRIO EDUCACIONAL BRASILEIRO 405
Ruan Matheus Martins Costa

A GUERRA DOS BALAIOS NA SALA DE AULA E NOS MATERIAIS DIDÁTICOS 413
Yuri Givago Alhadef Sampaio Mateus

ST 10 421
Entre a fé e o poder: política, cultura e religião

MOVIMENTO ESTUDANTIL E SUAS CONEXÕES POLÍTICAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA (2000 - 2007) 422
Ana Beatriz Ferreira de Oliveira

"QUE OLHASSEM PARA O DEMÔNIO QUE AS HAVIA POSSUÍDO NA FORMA DE UM GATO": O DISCURSO DA IGREJA PAPAL PARA A ERRADICAÇÃO DO CATARISMO NO LANGUEDOC DO SÉC. XIII 430
Cássia Luana de Freitas Moreira

NOS RASTROS E INDÍCIOS: O PROTESTANTISMO EM ALAGOAS NA IMPRENSA OITOCENTISTA 441
César Leandro Santos Gomes

A TOMADA DA FAZENDA TERRA BELA: ATUAÇÃO POLÍTICA DA IGREJA CATÓLICA E DO MST COMO AGENTES MEDIADORES DO CONFLITO 454
Darlene Rodrigues Area Silva

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS

ANAIS DO

"OS NOVOS CRUZADOS": UM ESTUDO DAS AÇÕES DA IGREJA ASSEMBLEIA DE DEUS PARA COMBATE E REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA NO BAIRRO DA CIDADE OLÍMPICA (2013-2018) 461
Gabriel Fernando Teixeira

AS FESTAS RELIGIOSAS E SEU PERÍODO PÓS-ABOLIÇÃO NOS JORNAIS DE SÃO LUÍS (1889-1910) 469
Milena Rodrigues de Oliveira

ESPAÇO, FÉ E PODER: AS MÚLTIPLAS DIMENSÕES DO SAGRADO PRESENTE NAS ROMARIAS EM HOMENAGEM À BENIGNA CARDOSO EM SANTANA DO CARIRI-CE 476
Tatiana Olegário da Silva

INTEGRALISMO NO PIAUÍ: FORMAÇÃO, COMPOSIÇÃO E PROPAGANDA 488
Thiago Silva de Sousa

ZÉ MENINO MILAGREIRO: TRAGÉDIA E DEVOÇÃO NÃO-OFICIAL (JUCURUTU-RN 1937-2022) 499
Wesley Henrique de Moura Simão

A COMPANHIA DE JESUS E A SUA ATUAÇÃO NO VICE-REINO DO PERU: AS ORIENTAÇÕES DE ROMA À MISSÃO ANDINA POR MEIO DAS CORRESPONDÊNCIAS 510
Wilson Carlos da Silva

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS

ANAIS DO

APRESENTAÇÃO

Em tempos de desescombrizações: para além de uma apresentação burocrática

Prof. Dr. Luiz Alberto Couceiro[1]

O Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão (doravante PPGHIS-UFMA) localiza-se no Centro de Ciências Humanas (CCH), que mais significa o nome do prédio do que algo mais informativo intelectualmente, na medida em que atravessando a rua observa-se um outro denominado Centro de Ciências Sociais, onde não está o departamento das mesmas. Mas o que se deseja aqui é localizar a pessoa leitora na ambientação do que será narrado, nos multiversos arquitetônicos e seus devidos usos e apropriações, nas linhas de significação e seus paradoxos, haveres, devires e criatividades de cognição. Tudo isso indo para além de linhas em concretos e mais cimentos erigidos nas sombras do período ditatorial, esquentando o não menos úmido e calorento ambiente tropical amazônico em São Luís, com seus seis meses chuvosos, inverno, e seis meses com quase zero de índice pluviométrico, verão.

O CCH era vivido na coletividade do PPGHIS como um tanque de esperança-oxigenação na ecologia político-afetiva de então, mais sufocante do que estávamos acostumados no período pós-ditadura cívico-empresarial-militar. Sempre soubemos que seus agentes andavam à espreita, entre nós, alguns em pele de cordeiro, outros de cara limpa, enquanto nos equilibrávamos na corda bamba, apesar dos guardas das esquinas. Era seu palco, cruel e mesquinho, sem talco, podendo pegar, matar e comer. Estávamos na república de chinelos e coturnos genocidas e oportunistas de plantão de toda ordem, em suas novas maneiras estéticas do velho liberalismo raiz, de base escravista, racista, misógino e que deseja machista e CIS[2]. Seus agentes não mediam forças para aprofundar mesquinhos ganhos por mais anos, não sem amesquinhar as práticas estatais. Víamos personagens outrora típicos de Chico City e Monthy Python, *cloroquineers, terraplanistas, farialimers, lebloners, vivendasdabarrers dando sinais de desespero, mas mantendo a covarde altivez teatral bufônica. Essas são as linhas claras da nova máscara da necropolítica*[3] constitutiva da longa duração da existência de elites no Brasil, com temperos mais carregados de racismo, genocídio, misoginia, transfobia a aporofobia[4], agora escancarados como bandeiras. Necropolítica ou um neoliberalismo em nada mais gourmet, sem maquiagem, botox ético ou supostas harmonizações dos seus reais valores e intenções. Tudo na cara dura.

---

1 Docente vinculado ao Departamento de Sociologia e Antropologia e permanente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão.

2 VILLAS BÔAS, Luciana. 2022. **A República de chinelos:** Bolsonaro e o demonstre da representação. São Paulo: Editora 34.

3 MBEMBE, Achille. 2018. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições.

4 CORTINA, Adela. 2020. **Aporofobia**, a aversão ao pobre: um desafio para a democracia. São Paulo: Editora Contracorrente.

Com tudo isso, ou, contudo, isso! Realizamos o Seminário Histórias Conectadas, em sua terceira edição, ocorrido de seis a nove de dezembro de 2022. Se trata de evento anual, iniciado em plena pandemia do novo vírus Sars-CoV-2, causador da Covid-19, em edição *on-line, mobilizando docentes e discentes, além de servidores técnicos, em meio às gambiarras naquilo que podíamos realizar em nefasto e macabro cenário transnacional. Estávamos conectados por motivos funestos, que deixariam sequelas e enlutamentos pessoais e coletivos de diversos perfis de dramaticidade, turbinando práticas da anti-governança, ou necrogovernança, sabotadora do direito à vida, para delírio e gozo de seus mentores e executores, vampirizando nossas forças até a última gota de sangue. Não era e não foi fácil não se deixar morrer, nem repetir a libertadora frase de Nelson Rodrigues "desculpe-me por me traíres".*

Em 2022, sabíamos, ao menos os professores no PPGHIS, principalmente os organizadores, de duas coisas: o evento seria pela primeira vez presencial e sem os recursos financeiros desejados. Seu planejamento, assim, começou meses antes, intercalando receios e alívios sobre termos ou não vencido o neo-nazismo tropical miliciano nas urnas. Colegas faziam balanços e análises conjunturais mostrando em que termos entendia-se a energia que Coiso e a máquina estatal ilegalmente colocada a favor da sua tentativa de reeleição funcionava, e qual seria o limite para sua derrota.[5] Vivíamos na obscuridade do que um eventual novo governo do então presidente poderia oferecer como punição aos seus já declarados desafetos, e seu nível de política genocida. Assim, reunimos características que nos conformavam claramente em alvo, do governo e parte significativa de seus representantes, estampado às nossas costas ou nos recheando de pontos vermelhos luminosos. Estávamos vivendo sob a mira oficial da extrema-direita neo-nazistóide, seus asseclas e associados de ocasião, coronéis de outrora travestidos de aliados do neoliberalismo vulgar e agora sinceramente assassino dos indesejáveis aos seus planos do Estado somente ser mínimo para os de fora dos limites de seu Diagrama de Vem. Afinal, somos professores de uma universidade pública federal, de história e na região nordeste do Brasil, em um estado constituído pela maior parte de sua população afro-indígena, autorreconhecida ou não, oriunda do capitoloceno[6] transnacional.

Há duas entradas principais do prédio CCH. Uma no nível do estacionamento que comunga com o prédio CT, Centro Tecnológico. Outra, uma rampa conectada à escadaria de estreitos degraus, mais acima à beira do declive no qual o CCH está localizado. De um lado, pode-se entender uma edificação submergindo, de outro, no rés do chão. A rampa de acesso, e parte da escada, foi sendo destruída pela ação climática a qual está sempre exposta, e pela ação de conservação reversa. Essa edificação, do jeito como está, nos remete a escombros, com aço retorcido, concreto e cimento rachados. Está interditada com tapumes de ferro, mais sinalizando a situação do que protegendo o que está em processo de destruição, bem como as pessoas. Ao visitante desavisado foi preciso explicar do que se trata. E ao leitor ofereço uma possível interpretação dos objetos e sua história, e das histórias que deles significamos e também as nossas a partir das deles. Monumento da materialização

5 Cesarino, L. 2021. As ideias voltaram ao lugar? temporalidades não lineares no neoliberalismo autoritário brasileiro e sua infraestrutura digital. **Caderno CRH**, 34, e021022, p.1-18.

6 MOORE, Jason (org.). 2022. **Antropoceno ou Capitaloceno?** Natureza, história e a crise do capitalismo. São Paulo: Elefante; HARAWAY, Donna. 2016. Antropoceno, Capitaloceno, Plantacionoceno, Chthuluceno: generando fazendo parentes. **ClimaCom Cultura Científica - pesquisa, jornalismo e arte**, I Ano 3 - N. 5 / Abril, p.139-146.

do estado neo-nazista anti-ciência, anti-universidade, anti-crítica e inimigo das artes, uma de nossas vinganças seria, como historiadores que somos, passar a nos relacionar com a não-rampa como uma obra de arte, parte de nossas linhas de existência. Jamais deveria ser reformada, mas sim deixada como está para lembrarmos diariamente o que passamos.

A área de concentração do referido PPGHIS é História e Conexões Atlânticas: Cultura e Poderes, um convite, quiçá obrigação, de seus integrantes produzirem reflexões com base em investigações profissionais, historiografia, tendo por base (re)fluxos para além de um território geográfico supostamente autônomo, com pessoas, agentes, atuantes, actantes, coletividades, humanos e não-humanos em trans-formação.[7] Mais do que finalidades, à coletividade do PPGHIS interessa pesquisas sobre processos de (des)conexões entre os envolvidos nas redes de relações e andanças[8], vagâncias, nos meus termos, sem pontos fixos, em permanentes fluxos de comunicação e (des)afetividades, também em seus aspectos paradoxais. Cada docente e as pessoas estudantes que estejam sob sua orientação vão adequando suas agendas na medida do possível para as maneiras cabíveis dos tipos de historiografias conectadas e globais, enfrentando nos últimos anos com maior força o fenômeno da *goebellsização, parte central da chamada pós-verdade do pós-neoliberalismo que (criticamente) vivemos.*[9]

O evento contou com dez Simpósios Temáticos organizados pelos discentes, prefigurando debates *on-line, democratizando, na medida das discrepâncias de acesso ao necessário aparato tecnológico, diálogos conectando pessoas de todas as regiões do país. Tivemos ainda a Abertura, com a conferência do professor Daniel Domingues da Silva, patrocinado com recursos da Universidade de Rice, em Houston, no Texas, onde trabalha. Daniel é autor do trabalho mais fundamentado sobre as primeiras etapas do comércio e do tráfico de africanos escravizados para o Maranhão*[10], e ainda comentou as falas deste que vos escreve e de Luiz Fernando Saraiva (PPGH-UFF), ambas sobre escroquerias de pessoas livres que se locupletavam das redes de relações financiadas pela escravidão para fundamentar negócios e negociatas, tanto no processo de abolição e no imediato pós-abolição, quanto no auge escravista na Corte Imperial. A outra mesa tinha como objetivo compreender estratégias de investigação em redes sociais e acervos digitais, datização da vida em multiversos, dilemas, perigos, alertas metodológicos, experimentações nesse recente campo de existências informacionais, composta pelos professores Victor de Oliveira Pinto Coelho (Curso de Licenciatura em Ciências Humanas-*campus Pinheiro e PPGHIS UFMA), Luiz Eduardo Simões de Souza (Departamento e Economia e PPGHIS UFMA) e Rejane Valvano Corrêa da Silva (Departamento de Sociologia e Antropologia UFMA).*

Houvemos a sessão *on-line* "Mulheridades, feminismos e perspectivas do Sul: histórias (in) disciplinadas", coordenada por Iracélli Alves (Pós-Doutoranda Fapema PPGHIS UFMA), com a partici-

7 TSING, Anna Lowenhaupt. 1993. **In the realm of the Diamond Queen**: maginality in an out-of-the-way place. Princeton: Princeton University Press.

8 INGOLD, T. From transmission of representation to education of attention. In: WHITEHOUSE, H. (ed.). **The debated mind**: evolutionary psychology versus ethnography. Oxford: Berg, 2001. p. 113-153.

9 BROWN, W. 2019. **Nas ruínas do neoliberalismo:** a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Politéia.

10 SILVA, Daniel B. Domingues da. The Atlantic slave trade to Maranhão, 1680-1846: volume,routes and organization. In: **Slavery & Abolition**. London, v. 29, n. 4, p. 447-501, dez. 2008.

pação de Maria Clara Cavalcanti (Doutoranda em História Política na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)) e Valdenia Menegan (professora de História no Ensino Fundamental da Prefeitura Municipal de Caxias - MA, professora de história no Ensino Médio - Secretaria de Estado de Educação do Maranhão, Gestora escolar Unidade Regional de Educação de Caxias). Tal encontro virtual sobre fluxos das feminilidades e em existências raciais e racializadas em meio aos ataques racistas tornou-se simbolicamente mais importante ainda por ter havido em um dia de suspensão de pagamento de todas as bolsas pela Capes, algo revertido em alguns dias, hoje sabemos, atingindo de modo mais impactante as coletividades-foco das intelectuais referenciadas.

Nosso evento foi realizado no prédio CCH, em dois auditórios laterais à rampa-escadaria do anti-fluxo, da anti-conexão, e a mim causando refluxo por indigestão moral do que ela representa, da recusa a engolir e fingir gostar do perverso e amargo prato enfiado goela abaixo. Não-rampa do não-cuidado, do impedimento de movimentarmos e fluíres, existires, pela universidade, pela produção de conhecimento crítico, ciência, relações em processo de trocas de ideias, afetos e projetos. Uma rampa deteriorada diz mais sobre sua anti-função como uma Iconoclash, exposição sob curadoria de Bruno Latour e outros artistas-intelectuais acerca da reação de pessoas quando vissem fotografias de cenas de destruição. Nas fotos sem legendas, pessoas estariam empunhando objetos em movimento de colisão contra superfícies que se espatifavam. Poderiam ser brigas entre torcedores de futebol, bombeiros entrando em prédios para salvamentos, intervenções artísticas, reações raivosas de pessoas indignadas.[11]

A não-rampa do CCH é uma obra estilo iconoclash, só que viva, paradoxalmente sombria, que nosso evento denunciou pela recusa em não deixarmos de produzir existires e (re)fluxos, apesar do monumento à nossa frente. Como uma Medusa, foi enfrentada pela espécie competidora conflitante à sua dominância aparentemente inerte, através dos agenciamentos no seminário-espelho. Tais ações fizeram que ela alegoricamente se olhasse, abalada fosse e sua cabeça cortada pelas ideias, inquietações e pensamentos expostos nas dinâmicas de pessoas e coletivos que compuseram o seminário. Um evento-recusa do CCH ter sido trans-formado em Templo de Medusa, e de seu ventre fazendo nascer o Pégasus da esperança, ou da recusa de morrer, ou de morrer quieto, sermos morridos ao menos sem descrição. A verdade da rampa não-rampa. A rampa da criação ante a não-rampa-monumento da destruição. A crítica destruidora aos (não)humanos destruidores da rampa. Entidade criada por humanos e não-humanos, anônimos e supostos, apócrifos, que interfere na realidade, mas não absolutiza os agenciamentos dos demais participantes da relação.

O evento serviu para oportunizar momentos de subversão dos fluxos e conexões ao monumento a eles contrário. As entidades influenciam quem as inventa, mas também sofrem deles influências anti-dogmáticas na relação entre destruição e configurações de construção de novos significados, mesmo e a partir dos escombros. Não estetizando a dor alheia e nem as nossas, ao contrário

11 LATOUR, Bruno. (2002) 2008. O que é iconoclash? Ou, há um mundo além das guerras de imagem? **Horizontes Antropológicos**, ano 14, n.29, jan./jun., p. 111-150.

do casal governante da Ucrânia sob os restos dos bombardeios para a *Vogue*[12], mas com historiografia em documenta-ação dos espaços em processo de escombrização estatal, e dele testemunha documento-monumento[13]. Evento presencial, em larga medida, desambientalizando os ecossistemas dataficados do capitalismo de plataforma, diante do efeito material-testemunhal das tentativas de desintermediação estatal das existências espaço-temporais, mostraram necessárias construções de outras rampas, escadas para além da plataformização da vida[14], para além das eu-pistemologias.[15]

Termino esse texto com o monumento-documento-iconoclash ainda lá, o governo anterior democratica mente derrotado e investigado, nosso evento realizado e nós ainda vivos, porque atentos e fortes.

12 https://www.nexojornal.com.br/extra/2022/07/28/Primeira-dama-da-Ucr%C3%A2nia-%C3%A9-criticada-por-ensaio-na-guerra. Acesso em 13/jul/2023.

13 LE GOFF, Jacques. 1990. Documento/monumento. In: **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, p.535-553.

14 BOYD, D. 2011. Social network sites as networked publics: affordances, dynamics, and implications. In: PAPACHARISSI, Z. (org.). **A networked self**: identity, community, and culture on social network sites. New York: Routledge, p.39-58.

15 ZOONEN, L. 2012, I-pistemology: changing truth claims in popular and political culture. **European Journal of Communication**, Thousand Oaks,v, 27, n. 1, p. 56-67, 2012.

ANAIS DO

III SEMINÁRIO

HISTÓRIAS CONECTADAS

SIMPÓSIO TEMÁTICO 01

Estudos afro-brasileiros: mundos da escravidão e liberdade no Brasil

COORDENAÇÃO

Carlos Victor de Sousa Ferreira
Doutorando PPGHis UFMA

Julian de Souza da Mota
Professor substituto da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

A LIBERDADE PRECÁRIA E O CRIME DE (RE)ESCRAVIZAÇÃO NAS FOLHAS DA IMPRENSA OITOCENTISTA

Caio Henrique Silva Fernandes[1]

RESUMO: Durante o século XIX, com a criação do Código Criminal de 1830, a escravização de pessoas em posse da sua liberdade foi considerada um ato criminoso através do artigo 179, que previa condenação e multa para os transportadores, vendedores e detentores de gente livre ou liberta. A pena de prisão poderia ser de três a nove anos, considerando que o tempo na cadeia nunca fosse menor do que o período em que a vítima escravizada foi mantida no cativeiro injusto. No entanto, a historiografia recente aponta que o crime de reduzir pessoa livre à escravidão foi realizado em todo o território brasileiro ao longo dos oitocentos, muitas vezes de modo impune e com o conhecimento, a conivência ou a participação de inúmeras pessoas da sociedade imperial, do governo e das autoridades. Esse tema foi discutido com afinco pela imprensa da época através de uma postura moral sobre violência, justiça e civilidade, sendo divulgadas diferentes abordagens sobre os escravizadores, seus denunciantes e as vítimas escravizadas. Algumas publicações denunciaram casos de pessoas sendo escravizadas ou escravizando ilegalmente, enquanto outras buscaram defender a honra e integridade dos acusados, bem como dissociar suas reputações do crime. Muitos desses artigos foram direcionados para as autoridades policiais, judiciais e governistas, mas também para a "opinião pública" que se formava naquele período. Como foram diversas as circunstâncias do crime, também variaram as justificativas e os pretextos utilizados nos jornais para informar, denunciar ou negar a sua prática. Dando atenção aos casos previstos no artigo 179 como objeto de pesquisa, e adotando a metodologia da micro-história e da microanálise em diferentes escalas para analisá-lo, este trabalho é resultado da pesquisa de Iniciação Científica realizada na Hemeroteca Digital Brasileira (HDB), que teve o objetivo de entender como o tema da escravidão de pessoas livres foi discutido na imprensa das províncias do Nordeste. Os articulistas sobre estes casos recorreram a diferentes argumentos legais, morais, políticos e religiosos com intuito de expor e denunciar os escravizadores, defender os (re)escravizados ou preservar o direito senhorial de propriedade e os indivíduos que foram descritos como legalistas e inocentes. Contrapondo essas narrativas, que muitas vezes dialogam e se contra-atacam por mais de uma edição ou jornal, consideramos que a imprensa do século XIX formou um "Tribunal da Opinião Pública" sobre o tema da escravidão ilegal ao expor como agiam os escravizadores criminosos e como viviam e trabalhavam as pessoas que foram vítimas do crime ou que estavam vulneráveis a sê-lo.

PALAVRAS-CHAVE: Escravização ilegal. Artigo 179. Imprensa. Opinião Pública.

1 Graduando do curso de Licenciatura e Bacharelado em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pesquisa financiada pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq) através do projeto "A liberdade precária, as condições degradantes e as fronteiras da escravidão", orientado por Beatriz Gallotti Mamigonian e co-orientado por Antonia Marcia Nogueira Pedroza. E-mail: caio_hsf@hotmail.com.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

1 O CRIME DE REDUZIR PESSOA LIVRE À ESCRAVIDÃO

Os escravizados estavam sujeitos ao poder senhorial e viviam o paradoxo de serem pessoas e coisas, entendidos como "mercadorias humanas". Juridicamente, enquanto coisas eles se "transformavam" em pessoas quando eram alforriados, e quando reescravizados, "deixavam" de serem pessoas e "retornavam" ao estado de coisas. Já as pessoas livres eram nascidas em liberdade, de ventre livre ou forro, e os libertos eram àqueles que alcançaram tal estatuto depois de passarem algum tempo no julgo da escravidão. No Brasil oitocentista, essa distinção jurídica entre escravos e livres era um dos elementos mais importantes da estrutura da sociedade.

A lei imperial previu como crime a escravização de pessoas em posse de sua liberdade, pois essa ação fora entendida como contrária aos direitos da pessoa e de sua liberdade individual. Esse crime, de escravização e reescravização, foi definido através do artigo 179 do Código Criminal de 1830. Nele, previa-se para os escravizadores a pena de prisão de três a nove anos e multa correspondente à terça parte do tempo no qual durou a escravização ilegal. A sua cláusula ainda especificava que a prisão dos condenados por crime de (re)escravização nunca poderia ser menor do que o tempo em que a vítima foi mantida no cativeiro.

Na prática, muitos réus após enfrentarem um processo, e mesmo quando condenados, não foram presos ou cumpriram suas penas na cadeia, principalmente aqueles que gozavam de um *status* social relevante. A historiografia recente têm observado que houve uma grande impunidade mesmo nos casos em que se reconheceu a liberdade e existiram ordens de soltura, o que já confirmava em termos legais que havia ocorrido um crime de escravização/reescravização[2]. Por isso, como Beatriz Mamigonian (2021, p. 05) nos sinaliza, ao entendermos esses casos como ilegais, e ao caracterizá-los assim, precisamos investigar o que era considerado uma escravidão legal, aceitável e legítima; e também a ilegal, intolerável e para quem era ilegal e intolerável. A terminologia do artigo 179 definiu

> as circunstâncias do crime e [tornou] a asserção da "posse da liberdade" central para a argumentação jurídica nos processos de escravização no Brasil. Estar de posse da liberdade passou a ser a condição que separava a escravização ilegal da tolerada como legal e serviria, ao longo do século XIX, para estender ou recusar a proteção da lei às vítimas da escravização. (MAMIGONIAN e GRINBERG, 2021, p. 06-07)

O crime mencionado nesse artigo e nas leis que surgiram depois do surgimento do Código Criminal de 1830 foi realizado como uma prática costumeira herdada da colonização e perpetuada

2 Ver CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão:** ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012; COSTA, Francisca. **Escravidão e liberdade no Piauí oitocentista:** alforrias, reescravização e escravidão ilegal de pessoas livres (1850-1888). Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017; LIMA, Maria. **Liberdade interditada, liberdade reavida:** escravos e libertos na Paraíba escravista (século XIX). Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010; MAMIGONIAN, Beatriz; GRINBERG, Keila. O crime de redução de pessoa livre à escravidão no Brasil oitocentista. **Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 13, p. 01-21, 2021; PEDROZA, Antonia. **Desventuras de Hypolita:** luta contra a escravidão ilegal no sertão (Crato e Exu, século XIX). Natal: EDUFRN, 2018. PINHEIRO, Fernanda. **Em defesa da liberdade:** libertos, coartados e livres de cor nos tribunais do Antigo Regime português (Mariana e Lisboa, 1720-1819). Belo Horizonte: Fino Traço, 2018.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

até a abolição da escravidão[3]. Antes de sua criminalização não havia condenação nem pena para os escravizadores. A maior consequência para os escravizadores nesses casos era a chance de perder suas supostas propriedades, já que tais processos estavam restritos aos tribunais da esfera cível da justiça. Para os escravizados, essas ações cíveis eram uma das principais estratégias na defesa, manutenção e restituição de suas liberdades.

Por isso, ao considerarmos o crime previsto no artigo 179 como objeto de pesquisa, é importante entendermos que não existiu um único grupo que fora vítima desse crime e que os escravizadores não agiam todos da mesma forma. Notamos que a escravização ilegal foi caracterizada e se concretizou conforme os diferentes indivíduos, tempos e espaços. Na fronteira com o Uruguai, por exemplo, existem inúmeros casos de negros libertos e livres que foram sequestrados no território uruguaio e vendidos como escravos no Rio Grande do Sul (LIMA, 2010; SÁ, 2014). Tendo em vista que após a abolição o Uruguai adotou o princípio de "solo livre", a travessia da fronteira por escravizados, que já era uma atividade comum antes dos movimentos de independência e de abolição, passou a ser vista como um ultraje pelos uruguaios. Por lá, o surgimento do crime de escravização veio depois que iniciaram-se os sequestros, os trânsitos de cativos e o crescimento no número de estâncias brasileiras do outro lado da fronteira utilizando mão-de-obra escrava.

Esses casos "transfronteiriços" envolveram inúmeros problemas judiciais e diplomáticos referentes aos direitos de propriedade dos brasileiros e a soberania do Estado uruguaio. Segundo Mamigonian e Grinberg (2021, p. 04-05), os impasses que esses casos representavam para os dois países fez com que os casos envolvendo as escravizações da fronteira sul chegassem à justiça com mais frequência do que outros. Ao investigarem os perfis das vítimas dos crimes de escravização e reescravização ocorridos no Rio Grande do Sul, as autoras apontam que a maioria eram crianças e jovens de origem africana, sobretudo meninos e mulheres em idade fértil. Tais vítimas foram classificadas em três grupos: (1) os africanos introduzidos depois da lei de 1831 e seus descendentes; (2) os alforriados ou libertandos reescravizados e (3) os negros livres sequestrados e vendidos como escravos. Além destes grupos, vale apontar que os indígenas também sofreram com o crime previsto no artigo 179, já que eram considerados naturalmente livres.

No entanto, como todo crime, algo podia dar errado. Quando a escravização ilegal ou tentativa de crime tornava-se pública tais notícias eram comentadas nos diferentes espaços públicos, como no parlamento, nas ruas, praças, esquinas e, também, nas folhas dos jornais. Com o levantamento feito no *site* da Hemeroteca Digital Brasileira (HDB) foi encontrada uma imensidão de casos relacionados com o tema da escravidão ilegal: existem notificações policiais, publicações oficiais do governo, transcrições de comunicados e correspondências, textos editoriais e vindos do público, publicações solicitadas e "a pedido", crônicas, entre

3 Trata-se das leis de 1831 e 1850 sobre o fim do tráfico; e das leis de 1871 e 1885 sobre os direitos dos escravizados e a intervenção do Estado sobre o direito de propriedade. A lei de 1831, conhecida como Lei Feijó, declarou livres todos os escravos vindos de fora do Império depois de sua promulgação e proibiu o tráfico. A Lei Eusébio de Queiróz, de 1850, estabeleceu medidas mais eficientes para reprimir o tráfico. A Lei do Ventre Livre, de 1871, determinou que os filhos das escravizadas nascidos a partir daquele ano eram juridicamente livres, tornando obrigatória a realização das matrículas dos escravizados e o direito deles constituírem pecúlio para alforrias, entre outras especificações. Já em 1885 foi promulgada a Lei Saraiva-Cotegipe, conhecida como "Lei dos Sexagenários", determinando uma nova matrícula para os escravizados e a liberdade daqueles com mais de 60 anos de idade, depois que os senhores fossem indenizados.

outros tipos de seções jornalísticas[4]. O ato de reduzir pessoas livres à escravidão não só acontecia de diversas maneiras, como as discussões sobre suas ocorrências também apresentaram diferentes justificativas e argumentos para denunciar e criticar supostas ilegalidades ou para contestar uma acusação pública.

2 O "TRIBUNAL DA OPINIÃO PÚBLICA" NOS JORNAIS SOBRE O CRIME

A perspectiva social e racial dos oitocentos associou as pessoas negras à escravidão, o que fez estes elementos terem sido entendidos como sinônimos no Brasil. Assim, "negro e escravo eram pensados como categorias co-extensivas; conceitualmente, ser negro era ser escravo e ser escravo era ser negro" (CUNHA, 2012, p. 111). Além desta lógica escravista, responsável pela redução à escravidão de livres e libertos que muitas vezes foram confundidos com escravos fugitivos, entendemos que o grande número de casos do crime estão atrelados ao conceito de "precariedade estrutural da liberdade". Ele foi criado por Henrique Espada Lima, em artigo publicado em 2005, apontando as dificuldades que os libertos viviam nos oitocentos. O autor demonstra ao analisar os seus contratos de trabalho que muitos se aproximaram de condições totalmente análogas à escravidão. Depois, o conceito de "liberdade precária" foi difundido por Sidney Chalhoub, primeiro em 2011, e depois no seu livro "A força da escravidão", de 2012, sendo utilizado para analisar os riscos de (re)escravização sofridos pelos negros livres e libertos e a conivência de muitas autoridades e pessoas da sociedade imperial a respeito do tema.

Desse modo, a experiência da liberdade enquanto existiu a escravidão foi precária, sobretudo para os africanos e afrodescendentes marcados pelo estigma racial do cativeiro, porque: (1) as condições para sobreviver eram difíceis e muitos dos trabalhos arranjados pela população pobre e livre foram penosos e próximos do trabalho escravo; (2) a liberdade jurídica e social podia ser – e foi muitas vezes – usurpada por meio de escravizações e reescravizações ilegais, sequestros e documentos oficiais forjados. A liberdade era precária, e foi precarizada, porque podia ser concedida e retirada, negada e forjada; e mesmo quando vivida muitas vezes não significou uma liberdade social, já que "ao ser lançado no "mercado" de trabalho em um ambiente urbano, as opções de um ex-escravo, homem ou mulher, eram frequentemente muito restritas" (LIMA, 2005, p. 307).

A prática social de escravizar pessoas livres foi intencionalmente exposta através dos impressos, assim como as demais ilegalidades, com o objetivo de construir "um discurso moralizador sobre [os crimes], o que [era] decisivo para influenciar as relações sociais na construção dos signos de urbanidade" (SILVA, 2004, p. 11). A escravização de gente livre era perpetuada por traficantes, vende-

4 Os jornais levantados vão dos anos de 1835 a 1891, totalizando 389 ocorrências encontradas na imprensa de Alagoas, Bahia, Maranhão, Pernambuco, Piauí e Sergipe. A pesquisa ocorreu na HDB através da procura das palavras-chave "artigo 179", "reduzir/reduzido à escravidão" e "escravidão ilegal", além dos nomes dos sujeitos dos casos encontrados. A partir disso, os dados dessas publicações foram organizados na plataforma Zotero, um software que possibilita a organização dos metadados de referências bibliográficas. Utilizamos da metodologia da micro-história e da microanálise, trazida por Jacques Revel (1998), porque entendemos que a (re)escravização ilegal ocorreu de modo diverso durante o Império. Assim, a análise dos casos individuais e regionais, junto da bibliografia especializada e de pesquisas futuras em outras regiões, nos traz luz para que possamos compreender a perspectiva macro-histórica deste fenômeno que está sendo investigado, tendo em vista que "o elemento constitutivo de um processo global tem sua origem na interação eficaz das situações locais" (REVEL, 1998, p. 78)

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

dores de escravos, autoridades senhores que estavam conscientes de que cometiam crimes. Se esses casos não fossem publicados na imprensa, ainda que muitas pessoas soubessem de tais crimes, não haveria uma repercussão moral sobre o tema, algo que os jornais evidenciam em demasia. Os crime, assims, seriam avaliados apenas nos tribunais e observados conforme os entendimentos das leis – e não por uma perspectiva individual, moral e pessoal – já que muitas ocorrências impressas demonstram que as notícias e denúncias traziam diferentes ideias, ações, vontades e sentimentos daqueles que escreviam *nos* ou *para* os jornais.

Além disso, vale notar que a imprensa interprovincial por meio dos seus correspondentes externos, das transcrições de outros jornais e das trocas de informações entre redatores e o público leitor (e entre redatores e jornalistas) também estabeleceu uma nacionalização de denúncias e notícias sobre o crime e os criminosos. Através da imprensa a repercussão desses casos atingiu localidades e pessoas para além de onde ocorria as escravizações que foram denunciadas ou contestadas. Encontramos um número significativo de periódicos de todos os espectros políticos (entre folhas comerciais, conservadoras, liberais e oficiais do governo), o que nos possibilita evidenciar como a discussão sobre o tema da (re)escravização ilegal estava presente na imprensa de forma geral, e também como esta variou conforme os jornais utilizados e os sujeitos que utilizaram destas fontes.

Muitos artigos que chamavam a atenção sobre pessoas sendo escravizadas ou escravizando ilegalmente traziam suas denúncias e acusações direcionadas aos leitores, aos acusados e para as autoridades policiais e do governo imperial, solicitando que investigações contrárias aos crimes fossem adotadas. Nas mesmas fontes também encontramos as defesas dos escravizadores e de pessoas próximas a eles buscando defender a honra e a moral; justificar a posse legal sobre as pessoas que estavam sendo escravizadas e, principalmente, dissociar suas reputações do crime previsto no artigo 179. Ambos utilizaram da categoria de "opinião pública" para defender seus pontos de vista e argumentos, fossem a favor da liberdade (e contrários a uma escravidão ilegal) ou do direito de propriedade (defendendo uma escravização que dizia-se estar dentro da legalidade).

Muitas denúncias foram desmentidas em edições futuras dos jornais (e em outros periódicos), declaradas como injúrias e perseguições políticas. O mesmo aconteceu com as defesas que foram rebatidas posteriormente, atreladas à uma impunidade estrutural dada aos escravizadores. A partir disso, notamos que os jornais foram utilizados durante todo o século XIX como um espaço de disputas políticas e pessoais para esclarecer as circunstâncias dos crimes, mas também denunciar as suas ocorrências e influenciar a "opinião pública". É importante apontar que tais discussões ocorreram enquanto a imprensa brasileira se formava, num período de crescimento no número de gráficas, redações e de um campo jornalístico mais autônomo, principalmente a partir da segunda metade do século. Embora o conceito de "opinião pública" tivesse diferentes significados ao longo do período imperial, em suma, ele foi utilizado para dar legitimidade a determinados projetos políticos, ideias e práticas sociais. No caso em específico do crime de escravização, esta opinião foi uníssona: não se defendia o crime previsto no artigo 179.

Diferente do que aconteceu com as narrativas impressas a favor do tráfico ilegal de africanos nos jornais do Rio de Janeiro, sobretudo entre os anos de 1836 a 1850 (YOUSSEF, 2010), a "opinião pública" não defendeu – e sua categoria abstrata e conceitual não foi utilizada – para defender ou

justificar a manutenção de pessoas livres como escravas. Por isso, ao utilizarmos deste termo no singular, também sinalizamos que houve um ponto em comum entre as publicações dos diferentes redatores, jornalistas, denunciantes e os próprios escravizadores: um repúdio público desse tipo de crime e de ser atrelado à uma (re)escravização ilegal. No entanto, é interessante notar que embora o crime de tráfico fizesse referência direta ao artigo 179, incorrendo aos importadores a sua pena, a rejeição à ambos, ao menos nos jornais, foram em proporções bastante diferentes.

Em certos casos informava-se sobre uma escravização que ainda não tinha ocorrido, mas com chances de ser concretizada. Antonia Pedroza (2017) denominou esta estratégia para manter a liberdade de "denúncias antecipadas". Muitas dessas denúncias foram publicadas sem autoria quando vindas do público leitor, e frequentemente não eram assinadas quando foram escritas pelos correspondentes externos, de outras províncias, e pelos redatores dos jornais. Não havia obrigação legal para que os artigos fossem nomeados. Conforme Marcello Basile (2021, p. 42), tal anonimato fazia com que esses autores evitassem represálias como acusações criminais, prisões, insultos e ataques físicos. Já as defesas, na sua maioria, foram publicadas com autoria apresentando a identidade de quem se defendia das acusações, dos processos ou de supostas ligações com os escravizadores denunciados. Ter suas imagens relacionadas a uma possível ilegalidade desse "tipo" não era algo bom, pois isso poderia diminuir seus prestígios e créditos sociais.

No entanto, nesse ínterim oitocentista "o fato é que denúncias, defesas, desagravos, contra-ataques, acabavam trazendo à tona práticas frequentemente ilegais de autoria dos dois lados em confronto" (PEDROZA, 2021, p. 26). Fossem verdadeiras ou falsas, tais notícias e denúncias se apresentavam nos jornais como voz da "opinião pública" ao mesmo tempo que utilizavam desta categoria para legitimar a mensagem impressa. Tais *opiniões*, postas e entrepostas pelos editores; e transcritas e criticadas em outras edições e também em outros periódicos, formou uma "opinião pública" sobre o crime e envolveu magistrados, autoridades policiais e do governo, redatores e jornalistas, comerciantes, membros da Igreja, escravizadores, os próprios escravizados (ainda que por intermédio de alguém), e uma variedade de outros indivíduos. A "opinião pública" tornou-se cada vez mais pública à medida que as escravizações ilegais também viraram tema de diferentes artigos, cartas, anúncios, crônicas (entre outras seções) das folhas dos jornais.

Os autores desses artigos diziam-se os portadores da razão, da verdade e da legalidade, e se entendiam como participantes de um tribunal formado *pela* e *através* da imprensa. O termo "Tribunal da Opinião Pública", inclusive, fora descrito em algum dos artigos evocando a ideia de que as opiniões trazidas à tona passavam por uma avaliação externa, pública, baseada em princípios legais, humanos e morais. Por isso, o que alegamos de "tribunal impresso" da opinião pública trata-se do conjunto de argumentos contrários as escravizações ilegais ou favor da escravidão (declarada, nestes casos, como legal), e de como tais posições se apresentaram e foram construídas através da imprensa. Seus autores não tinham apenas a intenção de informá-las e expor suas considerações ao público geral, mas também atingir e influenciar determinados grupos sociais de seus contemporâneos.

Para isso, diferentes julgamentos, suposições e opiniões foram publicados para alçar e emitir esses discursos. Junto dessas publicações, não é incomum encontrarmos transcrições de documentos judiciais, jurídicos e policiais para dar legitimidade ao que se apresentava ao público. Sendo o tribunal um lugar em que se "administra" a justiça e se fazem os julgamentos das disputas legais, no-

tamos que os jornais se propuseram a avaliar e definir quais casos estavam relacionados com o crime previsto no artigo 179 e quais eram os limites de uma escravidão tolerável e legal. Os argumentos legalistas, políticos e morais dos diferentes articulistas demonstram que os periódicos – e a prática de usá-lo para expor os casos relacionados com o crime – fomentaram um "Tribunal da Opinião Pública" não só sobre a escravidão ilegal e os escravizadores criminosos, mas também sobre a precarização da liberdade de inúmeros negros e indígenas durante o século XIX.

CONCLUSÕES[5]

Com a publicação de casos que não haviam sido investigados ou judicializados, e que sequer chegavam ao conhecimento das autoridades, os jornais oitocentistas funcionaram como importantes ferramentas contra o crime previsto no artigo 179. Não era o escravismo que discutia-se (existem argumentos abolicionistas e contrários a escravidão enquanto instituição, mas são em menor número e foram encontrados depois da década de 1870). Alertava-se sobre as (possíveis) realizações do crime de escravização, a impunidade vivida pelos escravizadores e as consequências de suas atitudes criminosas – em todos os cantos do Império – para o futuro da sociedade brasileira. Quando os escravizadores defendiam a escravidão de suas "propriedades humanas" diziam agir dentro da legalidade. Nos parece óbvio que ninguém iria assumir publicamente um crime tão grave, ainda que agisse de modo contrário na vida prática. Seus denunciantes muitas vezes criticavam tais contradições e pediam para que a "opinião pública" avaliasse tais sujeitos e a condição jurídica de seus escravizados, mesmo nos casos incertos em que ainda existiam dúvidas se existia uma ilegalidade ou não.

Para além das letras da lei, entendia-se que era o olhar vindo de fora, desta "opinião pública", que mediria a (i)legalidade dos casos comentados. Dessa forma, os redatores, os informantes dos jornais e as denúncias vindas dos leitores precisavam notificar as circunstâncias do crime e expor os escravizadores através de uma postura moral sobre violência e justiça, enquanto os acusados precisavam explicar quais direitos eles possuíam para escravizar quem afirmava-se não ser livre (ou se desvincular de tais escravizados). Essas notícias e artigos, assim como as transcrições das leis que frequentemente eram impressas e reimpressas, podem ter possibilitado muitas transformações nos hábitos e entendimentos dos escravizados, fosse para a descoberta do direito à liberdade ou dos direitos que existiam ainda na escravidão, e até mesmo para entender-se como uma vítima do crime e/ou conseguir ajuda de outras pessoas para expor a ilegalidade que vivia-se.

5 Esta pesquisa ainda está em desenvolvimento, e depois dos resultados obtidos durante o primeiro ano de bolsa PIBIC, já foram realizadas algumas comunicações e participação em outros simpósios. Vale notar que nenhuma outra pesquisa, até o momento, analisou de modo mais sistemático como o tema da escravização e reescravização ilegais aparece nos periódicos oitocentistas. Em geral, os pesquisadores utilizam os jornais em conjunto com outras fontes. Embora o uso exclusivo dos jornais não nos deixe responder todas as perguntas e nem obter conclusões sobre muitos dos casos encontrados, apontamos que é importante que novas pesquisas procurem utilizar de modo mais aprofundado essas fontes para que possamos entendermos melhor como a imprensa repercutiu este tema em suas folhas periódicas.

Era comum a leitura dos jornais em voz alta nas praças, ruas e nos centros das cidades. Parte dessas notícias deviam chegar até os escravizados e reescravizados, já que as informações corriam verbalmente entre pessoas livres e escravizadas. Muitas denúncias nos jornais podem ter surgido da indignação de seus autores sobre o caso ou com a intenção de prejudicar quem estava sendo acusado, mas também podiam partir depois de um pedido pessoal dos próprios escravizados. Quando estes sabiam do direito à liberdade, ou que não podiam ser (re)escravizados, muitos recorreram ao Estado brasileiro e à justiça cível e criminal para lutar contra os seus escravizadores e o crime que sofreram. É nesse contexto que os jornais foram utilizados, em ambos os lados do "Tribunal da Opinião Pública" para escamotear e negar diferentes casos de (re)escravizações ilegais, mas também para se criticar, denunciar e tentar impedir que tais crimes ocorressem.

REFERÊNCIAS

BASILE, Marcello. The "Print Arena": Press, Politics, and the Public Sphere, 1822-1840. *In*: KRAAY, Hendrik; CASTILHO, Celso; CRIBELLI, Teresa. **Press, Power, and Culture in Imperial Brazil**. Albuquerque: University of New Mexico Press. 2021. p. 33-52.

CHALHOUB, Sidney. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). **História Social**, São Paulo, n. 19, p. 33-62. 2011.

CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão**: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CUNHA, Manuela. **Negros, estrangeiros**: os escravos libertos e sua volta à África. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LIMA, Henrique. Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 289-326. 2005.

LIMA, Rafael. **'A Nefanda Pirataria de Carne Humana'**: Escravizações Ilegais e Relações Políticas na Fronteira do Brasil Meridional (1851-1868). Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

MAMIGONIAN, Beatriz. Registros forjados, negócios escusos: as circunstâncias da escravização ilegal no Brasil oitocentista. *In*: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 10, 2021. Guarulhos/Assis. **Anais eletrônicos** [...] Guarulhos/Assis: Escravidão e Liberdade, 2021, p. 01-20.

MAMIGONIAN, Beatriz; GRINBERG, Keila. O crime de redução de pessoa livre à escravidão no Brasil oitocentista. **Mundos do Trabalho**. Florianópolis, v. 13, p. 01-21. 2021.

PEDROZA, Antonia. Escravidão e emancipação: a luta dos escravizados e reescravizados ilegalmente pela liberdade nas tramas dos costumes e da justiça institucionalizada, no Ceará oitocentista. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 29, 2017. Brasília. **Anais eletrônicos** [...] Brasília: ANPUH, 2017. p. 01-12.

PEDROZA, Antonia. **"Hoje vou tratar de meus direitos"**: liberdade precária, escravização ilegal, reescravização e o apelo à justiça, no Ceará Provincial (1830-1888). Tese (Doutorado em História Social) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.

REVEL, Jacques. **Jogos de Escalas:** A experiência da Microanálise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SÁ, Gabriela. **O crime de reduzir pessoa livre à escravidão nas casas de morada da justiça no Rio Grande do Sul** (1835-1874). Dissertação (Mestrado em Direito) – Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

SILVA, Sônia. Narrativas do cotidiano: a construção do crime na imprensa cearense no século XIX. *In*: **ENCONTRO NORDESTINO DE HISTÓRIA** e **ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA**, 5, 2004. Recife. **Anais eletrônicos** [...] Recife: ANPUH, 2004. p. 01-13.

YOUSSEF, Alain. **Imprensa e escravidão**: política e tráfico negreiro no império do Brasil (Rio de Janeiro, 1822-1850). Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SCENAS DE MISÉRIAS: OS DISCURSOS SOBRE OS SUICÍDIOS DE ESCRAVIZADOS EM JORNAIS MARANHENSES (1834-1888)

Carlos Victor de Sousa Ferreira[1]

RESUMO: Esse estudo avalia os discursos sobre os suicídios praticados por escravizados na província do Maranhão. Optou-se como recorte temporal o período de surgimento da imprensa e sua expansão ao longo do século XIX. Os jornais selecionados para essa análise foram o Diário do Maranhão e o Pacotilha. Os documentos selecionados foram encontrados na base de dados da Biblioteca Nacional – **Hemeroteca**, as palavras-chave pesquisadas são: "suicídio", "suicidado", "enforcado", "afogado", "matou-se". O suicídio tornou-se um ato recorrente utilizado pelos escravizados, principalmente quando mediam forças sociais com senhores, a sociedade e as forças legalistas. E tais casos de suicídios foram narrados e publicados em jornais maranhenses. Observamos que a abordagem que predominava era a condenação do ato e, em sua maioria, o suicídio era tratado como momento de desespero ou insanidade dos personagens. A imprensa brasileira surgiu na segunda década do século XIX, e o poder público ainda foi a principal iniciativa de instalação da imprensa no Brasil após a vinda da Corte Portuguesa em 1808 e a demanda de impressão de documentos oficiais para a máquina burocrática portuguesa contribuiu para isso. No Maranhão, a nomeada Tipografia Nacional Maranhense que teve como primeiro jornal impresso: "O Conciliador do Maranhão", em 1821. A imprensa maranhense integrava ao modelo artesanal, não era um meio de comunicação de massa à época e devido à maioria deles serem financiados pelos próprios empresários ou, às vezes, pelo poder público. Tentaremos demonstrar como o suicídio foi tratado por esses jornais, embora de forma sucinta e filtrando as diversas menções ao suicídio, observaremos uma matização de compreensões, entendimentos e propostas acerca do ato.
PALAVRAS-CHAVE: Suicídio. Escravidão. Maranhão. Século XIX.

INTRODUÇÃO

O suicídio sempre foi um fator intrigante durante toda a experiência da existência humana, desde os primeiros casos na antiguidade até ao século XXI, durante a denominada era da Depressão (MINOIS, 2018). Mas a forma de vivenciar a dor e a tristeza de passar pelo suicídio foi algo específico de cada sociedade, pois os sujeitos representaram o autoextermínio de diversas formas e jeitos nas documentações históricas. Assim, concordamos com Ezequiel Canario (2011, p. 22) ao afirmar que "apesar de ser um ato individual, o suicídio tem uma dimensão social que é assimilada de diferentes maneiras em várias culturas, estando as atitudes destinadas aos suicidas intimamente relacionadas às concepções de morte e de morrer de cada grupo social".

1 Doutorando em História, PPGHIS/UFMA. E-mail: victhorcarlos5@gmail.com.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

Desta forma, o ato do suicídio de escravizados não passou despercebido pelos olhos da sociedade maranhense, que largamente ao longo do século XIX publicitou e analisou os suicídios dos escravizados na imprensa jornalística oitocentista. Tendo em vista essa questão, o presente artigo objetiva analisar os discursos estabelecidos em torno dos suicídios de sujeitos escravizados no Maranhão do século XIX. Buscando responder a seguinte problemática: De que forma os suicídios dos escravizados foram publicados nos jornais Pacotilha e o Diário do Maranhão? Por que as práticas de suicídio foi uma das saídas mais utilizadas por esses sujeitos?

A hipótese que entrelaça esse artigo é a de que os escravizados foram condenados em seus suicídios e essa prática era visualizada de forma negativa pela sociedade, mas não pelo fato de se tratar de uma morte voluntaria causada pelas próprias mãos de alguém, mas sim por que o escravizado se tratava de um bem privado e que afetaria diretamente a renda e a produção da elite escravagista naquele período.

Esse artigo é parte da pesquisa de doutorado que tem sido desenvolvida no Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão, que se debruça sobre as representações do suicídio na imprensa jornalística oitocentista. Essa pesquisa documental tem como base de dados a Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, em que foi possível localizar e catalogar a documentação jornalística aqui apresentada. Os dados foram coletados nos anos de 2019 e 2020.

1 DO BANZO A LIBERDADE ESCRAVA: O SUICÍDIO ESCRAVO COMO OBJETO DA HISTÓRIA

Michel de Certeau (2002, p. 66) tem uma premissa fundante sobre a escrita da História, ao afirmar que:

> Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias. [...] Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada na peculiaridade.

Desta forma, historiadores descrevem seus objetos de pesquisas a partir de um local de escrita e construindo sentidos para os fatos históricos. E o suicídio foi um fenômeno que não passou despercebido aos olhos de pesquisadores e historiadores, visto que dos casos mais celebres, como o de Sócrates ou da rainha egípcia Cleópatra, até os de pessoas anônimas, foram evidenciados por historiadores.

Na atual historiografia, o suicídio dos escravizados foi constantemente observado como uma resistência e isso foi iniciado por Oliveira Mendes em 1793 ao abordar o suicídio como uma consequência do banzo, fato expressado no livro **Memória a respeito dos escravos e tráfico da escravatura entre a costa d'África e o Brasil**. Assim, alguns historiadores concretizaram a ideia de que o banzo levaria muitos escravizados a uma tristeza profunda causada pela diáspora africana, que lhes causava ojeriza pela vontade de viver. Tal fato, fez com que muitos escravizados buscassem a morte através do suicídio.

Já no século XX, Roger Bastide (1943) utilizou o termo para explicar a experiência escrava através do suicídio em São Paulo. Defendendo que se tratava de um protesto contra a escravidão, para

conseguir a liberdade dos castigos ou ainda devido às saudades da terra natal. A brasilianista Mary Karasch (2001) também apontou que havia algumas regiões de África em que se cometiam mais suicídio que outras. Já no Brasil, alguns grupos cometiam suicídio acreditando que voltariam à África e o mar era posto como principal meio, por isso era possível encontrar uma quantidade significativa de corpos de escravizados boiando nos mares do Rio Janeiro.

Algo parecido ocorreu também em Cuba no século XIX, quando as autoridades públicas ficaram abismadas com o aumento de suicídios dos escravizados, considerando um problema de ordem pública. Esse fato foi apontado por Louis Perez (2005) em sua obra **To die in cuba: suicide and society**. Segundo o autor, os números de suicídios de escravizados foram consideravelmente maiores do que as outras classes sociais. Entre 1839 a 1845, dos 1.337 casos de suicídios contabilizados, 1.171 eram de escravizados. Através da documentação pesquisada, constatou-se que a maioria dos casos esteve atrelada a ideia de que através da morte o suicida retornaria a sua terra natal. Ou seja, os escravizados se suicidavam acreditando que poderiam voltar a sua terra natal através do suicídio.

A *Kalunga* foi um elemento cultural de alguns grupos africanos que acreditavam na força da água dos mares como meio de alcance de novas vidas. Por isso, por exemplo, a grande quantidade de afogamentos ocorridos; e embora a documentação não determine se a causa era acidental ou pela vontade da pessoa, o que se sabe é que muitos corpos foram encontrados nos mares e rios (KARASCH, 2001).

Se o banzo tem maior predominância para alguns autores, outros discordam desta perspectiva. Destacamos o estudo de Mário Maestri no livro A servidão negra (1988), em que buscou desmistificar a tristeza do escravizado causado pelo banzo. Maestri defende que isso era resultado de uma doença provocada por uma picada de mosca africana que transmitia a *tripanossomíase*, causador da "doença do sono". Era mais incidente nos escravizados recém-chegados no Brasil, visto que a transmissão acontecia ainda no continente africano.

O artigo **"Por hoje acaba a lida":** suicídio escravo na Bahia (1850-1888) (2004) do historiador Jackson Ferreira é desdobramento de sua dissertação de mestrado que tratou acerca dos suicídios na Bahia oitocentista. Analisou o imaginário da sociedade dominante a partir das representações sobre os suicídios dos escravizados.

Segundo Ferreira, a falta de religião, as saudades da terra natal justificado pelo banzo e os problemas psíquicos são postos como as principais motivações. Contudo, evidencia a necessidade do pesquisador ir além das representações impostas pela sociedade letrada e, se possível, adentrar as concepções de vida e religiosidade do povo africano escravizado no Brasil. Se para uns o suicídio representava o fim de uma vida condenada ao inferno, para outros poderia se tratar de uma liberdade extremada. Esses são algumas pesquisas e perspectivas defendidas por historiadores e pesquisadores do suicídio. Notamos, portanto, que o ato de se matar pode ser compreendido de diversas formas.

2 JORNAIS COMO OBJETO DA HISTÓRIA: O DIÁRIO DO MARANHÃO E O PACOTILHA

Quanto ao surgimento da imprensa no Maranhão, Marques de Melo (2003) colocou a província pertencendo à segunda fase de instalação das tipografias na América Portuguesa, províncias

como Pernambuco, Pará e Minas Gerais também fazem parte desse momento. Entre os fatores que retardaram a instalação da imprensa no Maranhão estão à lenta e difícil economia, questões de ordem política como a falta de interesse de alguns dirigentes e a sociedade que ainda tinha um grande número de analfabetos (PINHEIRO, 2007).

O primeiro jornal maranhense só surgiu em 1821, na Tipografia Nacional Maranhense, sendo o primeiro jornal impresso O Conciliador *do Maranhão*. Ao longo do século XIX, outros jornais foram surgindo aos poucos, cada um defendendo interesses de determinados grupos ou visões de mundo de quem os escrevia. Como afirma Capelato e Prado (1980): "nos vários tipos de periódicos e até mesmo em cada um deles encontramos projetos políticos e visões de mundo representativos de vários setores da sociedade" (CAPELATO; PRADO, 1980, p. 34).

Portanto, quando escreviam sobre os suicídios nos jornais, esse ato representava o interesse de alguém ou de grupos específicos. Principalmente de leitores, que poderiam entender que se tratava um fato importante, como defende Machado (2015, p. 453):

> (...) Quando o tema sensibiliza a opinião pública os periódicos se veem compelidos a dar-lhe maior divulgação, mesmo quando contraria, muitas vezes, sua orientação política ou ideológica. Eles noticiam assuntos que refletem, de uma forma ou de outra, os interesses dos leitores.

Na maioria das vezes, esses casos narrados ganhavam tons de melodramas, narrando à forma como se deu o ato, o meio utilizado para se suicidar, local e se tinha alguns envolvidos. Isso notoriamente cativava novos leitores e sujeitos interessados nesse tipo de leitura.

Quanto aos jornais aqui analisados, o *Diário do Maranhão*, criado em 1855, era publicado regularmente seis vezes por semana. Definia-se como uma folha jornalística noticiosa, publicando noticias do governo imperial e provincial, publicava questões relativas à agricultura, ao comercio, a indústria, a literatura, artes e cotidiano da província (MARANHÃO, 2007, p. 33).

O *Diário do Maranhão* definia-se como imparcial em questões politicas e particulares. Em um primeiro momento foi publicado até o ano de 1858, depois reapareceu na década de 1870, pertencendo a uma empresa desconhecida e modificou o subtítulo para: *Diário do Maranhão – Jornal do Commercio, Lavoura e Ind*ústria. Em 1911 o jornal deixou de ser publicado (MARANHÃO, 2007, p. 33).

Fundado por Victor Lobato, o Pacotilha: Hebdomadario crítico e noticioso, foi criado em São Luís, em 1880. Tinha uma periodicidade variável e se tornou um dos principais jornais maranhenses no final do século XIX, de grande expressão. Dentre as bandeiras defendidas, estiveram o abolicionismo e a república. Durante a existência do jornal, houve alguns hiatos em suas publicações, por exemplo, ele surgiu em 1880, mas só voltou a ser publicado em 1881. Parou novamente em 1930 e retornou somente em 1934.

E é dentro desse contexto de publicações constantes desses dois jornais que analisaremos as publicações e discursos sobre os suicídios dos escravizados nas folhas jornalísticas no século XIX. É o que se lerá!

4 FOLHAS EM SANGUE: O SUICÍDIO DOS ESCRAVIZADOS NO DIÁRIO DO MARANHÃO E NO PACOTILHA

Em 10 de Dezembro de 1881, ocorreu a tentativa de suicídio da escravizada Raimunda, propriedade de dona Raimunda Colvet Oliveira. O caso foi registrado pela subdelegacia de polícia do primeiro distrito da capital da província maranhense. A referida escravizada atirou-se ao mar do Cais da Sagração, mas não conseguiu completar seu intento, pois foi impedida por um escravo do senhor Jeronymo José Sobrinho, ordenado por Manoel Romão, que era o feitor das obras desenvolvidas no referido Cais. Assim registra-se no documento da polícia:

> (...) ontem ao meio dia a mulata Raimunda escrava de D. Joaquina Raymunda Colvet de Oliveira, tentara suicidar-se atirando se ao mar do cais da Sagração fronteira a praia da Trindade, não tendo ela perecido por ser socorrida em tempo por um escravo de Jeronymo José Tavares Sobrinho, que, por ordem de Manoel João Romão, feitor das obras do Cais, atirara-se a água, salvando-a. Ficando ela, porém em completo desfalecimento (...) [grafia atualizada]. (MARANHÃO, 1881).

No mesmo dia, Raimunda Colvet defendeu-se no Jornal Pacotilha. Com o intuito de não ser culpada por qualquer informação que colocasse como causadora do suicídio de sua escravizada. Assim, diz no jornal:

> A escrava Raimunda é dada ao vício da embriaguez e no dia do acontecimento várias pessoas a viram andar por diversas quitandas ao tomar cachaça (...) que quando se embriaga não dá conta da venda e que por esse motivo nunca foi castigada [...] seus vizinhos dão pleno testemunho da maneira que sempre tratou Raimunda (PACOTILHA, 1881).

Assim como nos jornais e na documentação policial, a maioria dos suicídios dos escravizados relegam à índole, aos vícios ou mesmo a ociosidade como principais razões. Ao se dirigir ao jornal e propor sua versão, Raimunda Colvet buscava apenas reafirmar esse traço daquela sociedade, assim, ela tirava uma possível culpa na tentativa de suicídio da escravizada. E afiança, que a motivação da tentativa realizada por Raimunda de dar cabo a sua própria vida estaria ligada ao vício e ao uso constante de bebidas que levava a "não dá conta da venda".

No dia 29 de Agosto de 1883, o senhor José Joaquim da Costa Ferreira, morador da Rua do Sol na capital São Luís, convidou dois médicos legistas, José Rodrigues Fernandes e Raymundo José Pereira de Castro, para se dirigirem a sua casa e realizar o corpo de delito no cadáver de seu escravo.

Segundo a publicação, os médicos chegaram à conclusão que a morte do escravizado Thomaz, provavelmente, tratava-se de mais um suicídio. Partem desse pressuposto, pois ele não sofreu violência e nem sevícias e por não terem encontrado hematomas em seu corpo.

> O sr. Delegado de polícia sabendo que hoje amanheceu enforcado, o escravo Thomaz, de José Joaquim da Costa Ferreira, morador da rua do Sol, convidou os médicos drs. José Rodrigues Fernandes e Raymundo José Pereira de Castro e com eles ai se dirigiu para procederem a corpo de delito no cadáver.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

> Os peritos declaram que a morte foi motivada por suspensão suicida e que do exame que fizeram não verificaram sinais de violência ou sevicias. [grifo nosso] (PACOTILHA, 1883).

Nessa publicação, os aspectos psicológicos são postos como preponderantes para definir as causas que levaram Thomaz ao suicídio. Tal comportamento é a representação de que no século XIX conceitos científicos medicinais se fazem presentes nos casos de suicídios ocorridos no Maranhão. Sobretudo da psicologia e da psicopatologia, assim, é possível ler conceitos como monomania, tresloucado, louco e etc.

O caso de suicídio da escravizada também foi publicado nos jornais. Ela cometeu suicídio em 25 de Outubro de 1875, no dia em que veio da cidade de Turyassú, interior da província do Maranhão, para a capital São Luís para ser vendida. Como se lê no registro do livro de Crimes e Fatos Notáveis:

> O subdelegado do 3º distrito participou, que no dia 26 de Outubro deste ano procedeu o corpo de delito no cadáver da Cafuza Raimunda que na noite se suicidara, enforcando-se na casa de Manoel Joaquim Fernandes, a quem fora Ella, há pouco remetida do Turyassú, para ser vendida resultando do exame feito não ter sido encontrado no cadáver da infeliz o menor vestígio de sevicias.

Possivelmente, Raimunda iria fazer parte do comércio de escravizados denominado de Tráfico Interprovincial, comércio que predominou na década de 1870 a massiva venda de escravos do norte para o sudeste do Brasil. Nota-se, no caso de Raimunda, que era preferível morrer a deixar os seus e ter que enfrentar o desconhecido. Como foi afirmado na notícia publicada no jornal Diário do Maranhão:

> **Suicídio** – A cafuza Raimunda, escrava, vinda do último vapor costeiro, do Tury-aasú, a entregar ao Sr. Manoel Joaquim Fernandes para a vender, amanheceu ontem enforcada na trave da escada da varanda da casa do mesmo Fernandes.
> **Raimunda desde que chegou do interior que se conserva triste e comendo muito pouco**; talvez já **preocupada com o sinistro desígnio de pôr fim a existência**. Serviu-se da corda do balde do poço, que tirou e fez com ela o funesto laço.
> Porque torturas de espírito não passou a infeliz a ponto de se lhe perturbar a razão até leva-la ao suicídio!
> **Arrancada talvez a todas afeições da família, da terra do nascimento e quem sabe até dos filhos, para, a semelhança de qualquer mercadoria, ser vendida em praça a quem maiores vantagens oferecer**. Não teve a coragem de arrostar a triste sorte a que está condenado o escravo; achou-a tão medonha que preferiu-lhe a morte.
> Pobre e infeliz criaturas (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1875, p. 2).

Na escravidão moderna, era constante a venda de escravizados e trocas de senhores. Comumente durante essas transações, eles perdiam laços afetivos com seus pares e consequentemente levavam a tristeza e a vontade de porem fim às suas vidas. No caso de Raimunda, de acordo com a publicação, ela não teve "coragem de arrostar a triste sorte que está condenado o escravo, achou-a tão medonha que preferiu-lhe a morte". As adjetivações "pobre e infeliz" podem estar ligadas ao tipo

de morte escolhido pela escravizada. Outro aspecto destacável foi realce do suicídio como perda da razão, bastante comum ao período.

Algo parecido também ocorreu com Floriano, quando se suicidou em 1876, assim lê-se no jornal Diário do Maranhão:

> Suicídio - Na fazenda Mattosinho - do termo do Codó, pertencente ao dr. Pedro Miguel Lamagner Vianna, suicidou-se, no dia 16 do corrente, o seu escravo Floriano, que se enforcara numa corda de embira, amarrada em um caibro de um rancho. O delegado de polícia procedeu a corpo de delito e a inquérito, não constando qual a causa que levara a essa ato aquele infeliz, que vivia triste, desde que foram dali retirados para Alcântara alguns parentes seus (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1876, p.3).

De acordo com a publicação, Floriano já vivia triste e tudo envolvia a venda de seus parentes, "desde quando foram retirados dali". As relações afetivas entre escravizados foi também alento para muitos enfrentarem a escravidão; e ao perder parentes sanguíneos, ocasionou tristeza em Floriano e levou ao seu suicídio. Assim, Floriano não aceitava a possibilidade de ficar sem os seus. Observamos que a escravidão foi um extremo processo de desumanização da população negra, que não tinham direitos nem de constituir famílias, muito embora já tenha uma bibliografia que aponta a existência de famílias escravas. Assim, embora fossem comuns as transações de vendas e trocas de senhores, muitos escravizados resistiram a elas, seja fugindo ou retirando suas vidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo é parte de uma pesquisa maior sobre as representações do suicídio nos jornais maranhense. Aqui, buscou-se avaliar discursos e a forma como alguns casos de suicídios dos escravizados foram apresentados nos jornais Diário do Maranhão e Pacotilha. Notamos que grande parte dos suicídios tiveram relação com o cativeiro, como a resistência à venda, a castigos e a troca de senhores e etc. Alguns casos, como o de Raimunda, demonstram que os suicídios dos escravizados também eram facilmente associados aos constantes uso de drogas e o abuso de álcool.

É importante lembrar que esses casos são analisados por uma minoria escritora e leitora daquela sociedade, que observava e avaliava os casos de suicídio nas páginas jornalísticas a partir do seu mundo social. Portanto, dificilmente iremos mensurar a dor que essas pessoas passaram no momento em que decidiram tirar suas vidas.

REFERÊNCIAS

BASTIDE, Roger. **Os suicídios em São Paulo**, segundo a cor. *Boletim de Sociologia da Universidade de São Paulo*, São Paulo, USP, n.71. 1943.

CANARIO, Ezequiel David do Amaral. "É mais uma **scena da escravidão**": Suicídios de escravos na cidade do Recife, 1850-1888. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

CERTEAU, Michel de**. A escrita da História**: tradução de Maria de Lourdes Menezes- 2. ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

FERREIRA, Jackson André da Silva. **Por hoje se acaba a lida:** suicídio escravo na Bahia (1850-1888). Afro-Ásia, núm. 31, pp. 197-234; Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

JACINTO, Cristiane Pinheiro dos Santos. **FAZENDEIROS, NEGOCIANTES E ESCRAVOS**: dinâmica e funcionamento do tráfico interprovincial de escravos no Maranhão (1846-1850) In: GALVES, Marcelo Cheche; COSTA, Yuri (orgs). O Maranhão Oitocentista. 2 ed. Revista e ampliada. São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2015. pp. 241-267.

KARASCH, Mary C. **A vida de escravos no Rio de Janeiro:** 1808-1850. Tradução Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MAESTRI, Mário. **A servidão negra**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

MACHADO, Humberto Fernandes. Imprensa e Escravidão: a abolição nos impressos do Rio de Janeiro. *In:* CURY, C. GALVES, M.; FARIA, R (org.). **O império do Brasil:** educação, impressos e confrontos sociopolíticos. São Luís: Editora Café & Lápis, 2015.

MARANHÃO, Catálogo de jornais maranhenses do acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite: 1821-2007. São Luís: Edições SECMA, 2007.

MELO, José Marques. **História Social da Imprensa:** fatores culturais que retardaram a implantação da imprensa no Brasil. São Paulo: EDIPURCS, 2003.

MENDES, Luís Antônio de Oliveira. **Memória a respeito dos escravos e tráfico da escravatura entre a Costa d'África e o Brazil**: apresentada à Real Academia das Ciências de Lisboa, 1793. Prefácio José Capela. Porto: Publicações Escorpião. 1977.

MINOIS, Georges. **História do Suicídio**. A sociedade ocidental perante a morte voluntária. Tradutor Fernando Santos – São Paulo: Editora Unesp, 2018.

PINHEIRO, Roseane Arcanjo. **Gênese da Imprensa no Maranhão nos séculos XIX e XX.** 2007. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social), Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo, 2007.

PEREZ, Louis A. **To die in Cuba: suicide and society.** Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2005.

CAPELATO, Maria Helena Rolim; PRADO, Maria Lígia. **O Bravo Matutino - Imprensa e Ideologia**: O Jornal o Estado de São Paulo. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

FONTES DOCUMENTAIS

MARANHÃO, Secretária de Polícia. Ofício de 10 de Dezembro de 1881 da Subdelegacia de Polícia do 1º Distrito da Capital. Documentos Avulsos. APEM.

MARANHÃO, Livro de Crimes e Factos Notáveis, Livro nº 2.113. Setor Códices. APEM, p.149.

MARANHÃO, Pacotilha. São Luís, 10.12. 1881.

MARANHÃO, Pacotilha, ed. 29.08.1883.

MARANHÃO, Diário do Maranhão, 27.10.1875.

MARANHÃO, Diário do Maranhão, 1.11.1876.

IDENTIDADE, MEMÓRIA E LUTA PELA POSSE DA TERRA DA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO DA SUSSUARANA NA CIDADE DE PIRIPIRI – PI (1996 A 2022)

Jean Paulo Nascimento Silva[1]

RESUMO: A pesquisa analisa a comunidade rural da Sussuarana, na cidade de Piripiri-PI, e aponta como os movimentos sociais contemporâneos têm contribuído para uma melhor organização dessas comunidades rurais remanescentes de quilombos. O povoado em estudo se autointitula como quilombola, assim, busca-se analisar os discursos e as práticas que compõem o processo de formação dessa comunidade, bem como entender a identidade dos sujeitos pertencentes à localidade. A pesquisa se mostra necessária, pois pretende contribuir com a informação, a catalogação e, acima de tudo, busca analisar a voz dos personagens envolvidos na comunidade em estudo que por muito tempo foram silenciados pela história tradicional. Essa comunidade é certificada pela Fundação Cultural Palmares como remanescente de quilombo, é tida pela população da cidade como tal, construindo assim um imaginário coletivo de grupo social remanescente de quilombo. O processo de identificação e reconhecimento aqui brevemente apresentado deve ser visto a partir de sua historicidade, para tanto se fez um levantamento sobre o seu surgimento, os personagens que por lá passaram e acima de tudo se compreendeu o que é uma comunidade remanescente de quilombo na contemporaneidade e seus processos de lutas ao longo do tempo. Para atingir a construção da pesquisa se faz uso da revisão bibliográfica e apoia-se principalmente na metodologia da história oral. A pesquisa tem relevância social, haja vista que é uma construção contemporânea sobre comunidades quilombolas, encontradas quase sempre em localidades rurais distantes dos grandes centros urbanos e faz com que a luta pelo direito à ocupação legalizada da terra, por sua cultura, fazem dessa gente, desses lugares comunidades que são reconhecidas e se reconhecem como quilombolas e alcance um grupo cada vez maior de pessoas que buscam autoafirmação e reconhecimento de suas origens étnicas e de uma memória coletiva.

PALAVRAS-CHAVE: Remanescente de Quilombo. Identidade. Memória. Sussuarana. Territorialidade.

1 INTRODUÇÃO

O município de Piripiri está distante cerca de 166 km de Teresina, a capital do Piauí, é a quarta cidade em número de habitantes dentro do estado, sendo o quinto em economia, configurando-se como importante polo comercial e de serviços de sua microrregião.

1 Jean Paulo Nascimento Silva. Graduação em História pela Universidade Estadual do Piauí, Especialista em História do Brasil – FLATED, Especialista em História e Cultura Afro-Brasileira – NEAD/UESPI. Pós graduando em Mestrado UFMA. Email: jp-99@hotmail.com.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

As comunidades rurais dessa cidade são importantes núcleos de povoamento desse jovem município piauiense, que tem sua emancipação política em 4 de julho de 1910. É justamente sobre uma dessas comunidades rurais que o trabalho busca investigar a sua história, a comunidade em questão é a Sussuarana, que se autoidentifica como quilombola, nos termos do Decreto Presidencial 4887, de 2003[2].

Essa comunidade se intitula de quilombola, e assim é reconhecida pela população da cidade, esse fato motivou o espírito investigador do historiador, em busca de respostas, para saber se a Sussuarana realmente é quilombola? Essa questão deve ser aprofundada por meio de uma pesquisa científica. Para tal, é necessário fazer um levantamento sobre o seu surgimento, os personagens que por lá passaram e compreender o que é uma comunidade remanescente de quilombo na contemporaneidade e principalmente em solo piauiense.

Esse fato como já levantado muito intrigou o espírito pesquisador, pois é importante para construção da identidade de um povo conhecer suas especificidades, entender a atual organização dessa comunidade também é importante, bem como as rupturas e permanências existentes naquela localidade. Estudar e analisar historicamente a cidade de Piripiri com suas particularidades foi o ponto de partida. Assim, o percurso dessa pesquisa atrelou-se a construção da história da cidade, escolheu-se uma comunidade quilombola existente na região, voltando-se os olhos para a matriz negra de Piripiri, para analisar uma história pouco pesquisada e documentada, constituída basicamente pela tradição oral.

Dessa forma, guiou-se pelos seguintes questionamentos: Essa comunidade realmente é quilombola? O que é quilombo? O que é comunidade remanescente de quilombo? Todas essas indagações, motivou o esforço de conhecer a história da comunidade Sussuarana. Para isso sair do dito popular e materializar uma produção histórica, foi necessário ler, ir à comunidade e por que não apontar uma certa frustração inicial. Por que se frustrar?

Quando se ouve falar em comunidade quilombola, vem-se à mente uma imagem de uma sociedade alternativa à vida de escravizados, marcada pela fuga, uma clara resistência ao trabalho forçado que ocorreu no Brasil durante mais de 350 anos de escravização. Espaços de resistências, de negação da sociedade escravocrata, que oprimia os negros de todas as formas, para endossar esse pensamento. CARNEIRO (1988) Ensina-nos que os Quilombos foram locais em que "[...] a rebel-

2 "Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. Vide ADIN nº 3.239
§ 1º Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade." (DECRETO 4887, 2003).

dia contra os padrões de vida impostos pela sociedade oficial e de restauração dos valores antigos." (CARNEIRO, 1988, p 14.).

Buscando uma melhor compreensão do que viria ser quilombo, bebemos de Clovis Moura (1986), onde para ele o termo Quilombo é definido como uma organização sociopolítica na qual ocorre a luta e a resistência contra o sistema escravocrata. Pois, em uma sociedade que defende a escravidão, o ser que sofre como escravizado está fadado:

> [...] pela sua posição no espaço social, para dinamizá-la tem de negá-la, já que não lhe oferecem possibilidades de ascensão capaz de modificá-la. Esta necessidade é que leva o escravo a se organizar em movimentos ou grupos de negação ao sistema. (MOURA, 1986, p. 11.)

Uma vez apresentado o que possa ser quilombo, em sua forma conceitual clássica, e caso seja tomado como uma definição absoluta, em um primeiro olhar, não terá como ver a comunidade rural da Sussuarana como quilombola na sua forma clássica. Pois indo até o local e entrevistando os moradores Antônio Evaldo Soares (2016) e o Senhor José Maria (2016), o que nos parece apresentar na região é uma comunidade de origem negra, onde uma família de ex-escravizados se fixou, provavelmente logo após o fim da escravidão e não chegaram ao lugar na condição de fugitivos. Em um olhar superficial, não se observou claras manifestações culturais africanas, onde até justifica o seu José Maria (2016) dizendo: "... que a Igreja católica quando lá chegou proibiu qualquer cantiga de seu povo, e que os mesmos seriam educados pelas leis da igreja." (MARIA, 2016)

Assim, em um primeiro momento veio uma certa frustação, muita até pelo fato do pesquisador naquele momento da visita não conhecer profundamente as discussões conceituais mais atualizadas sobre quilombo, como é o caso especifico da definição de *remanescentes de quilombolas* na contemporaneidade. Vencida essa fase de aprofundamento teórico sobre o tema e na tentativa de reencontrar uma perspectiva de pesquisa, de investigar a história daquela gente, vem apropriação do conceito contemporâneo do que vem a ser uma comunidade remanescente de quilombolas, conceito esse plural que engloba diversas origens de comunidades negras espalhadas pelo Brasil, assim, pode-se entender as comunidades remanescentes de quilombo como sendo:

> [...] grupos que hoje são considerados remanescentes de comunidades de quilombos se constituíram a partir de uma grande diversidade de processos, que incluem as fugas com ocupação de terras livres e geralmente isoladas, mas também as heranças, doações, recebimento de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado, a simples permanência nas terras que ocupavam e cultivavam no interior das grandes propriedades, bem como a compra de terras, tanto durante a vigência do sistema escravocrata quanto após a sua extinção.(CARVALHO, SCHMITT E TURATTI, 2002, p.3)

Através da revisão bibliográfica especializada sobre a temática, vem o encontro do conceito contemporâneo de comunidades quilombolas, ou melhor, expressando de *comunidades remanescentes de quilombos*. Agora, vai-se ao exercício de realizar um debate, de que tais comunidades são plurais, elas não são continuidades dos antigos quilombos, elas são sim comunidades vivas, com diversidades em seus processos de formação e não conjugam de uma unicidade, é nesse momento

que se percebe que na verdade não foi uma frustação que o pesquisador teve, o que realmente tinha acontecido era uma percepção superficial e erronia sobre a temática.

A pesquisa tem uma perspectiva que busca escutar os moradores dessa comunidade e produzir um conhecimento histórico sobre grupos que foram por muito tempo silenciados pela história canônica. Nas últimas décadas, a Nova História cultural possibilitou uma maior problematização de objetos de pesquisa, e assim, influenciando a produção historiográfica em todo o Brasil, no que diz respeito a fundamentos teóricos e metodológicos. O estudo dos movimentos sociais, das relações de poder, imaginário, dos remanescentes de quilombo tem adquirido espaço nas pesquisas em torno das relações culturais produzidas pelos sujeitos históricos.

Assim, essa nova gama de produções abriu espaço de escuta para a voz dos marginalizados pela história tradicional, como os negros, os judeus, os ciganos etc. É embasado na nova história cultural, que se pretendeu analisar a comunidade rural da Sussuarana em Piripiri-PI, assim encontrando respostas sobre o achar popular dessa comunidade ser quilombola.

Para alcançar o objetivo da pesquisa utiliza-se conceitos caros a pesquisa historiográfica como o de *Identidade*[3] e *memória*[4] e trilhou-se uma investigação metodológica de revisão bibliográfica, através do diálogo com autores como: Clovis Moura (1986), Edson Carneiro (1988), Michel Pollack (1992), Verena Alberti (2004), Sonia Freitas (2006), Daniely Monteiro Santos (2013) e Solimar Oliveira Lima (2013). Além da revisão bibliográfica, mostrou-se importantíssima o uso da História Oral que foi utilizada na pesquisa, para a coleta e análise dos relatos dos moradores que habitam a comunidade, como é o caso do senhor José Maria, morador nascido e criado na localidade rural, filho de um dos fundadores da referida comunidade como relatado em entrevista, e de Antônio Evaldo Soares que apesar de jovem, mostra-se entusiasmado pela história de sua terra e de sua gente.

Através das fontes orais, a pesquisa buscou ser meio de escuta da voz dos sujeitos da comunidade e como bem ilustra a autora Verena Alberti (2004), o relato do entrevistado acaba por enriquecer a investigação de parte do passado, onde "[...] é como se pudéssemos obedecer ao nosso impulso de refazer aquele filme, de reviver o passado, restabelecer a continuidade com aquilo que já não volta mais." (ALBERTI, 2004, p. 14)

É clara a importância da história oral, como bem mostra a Verena Alberti (2004), e outra autora que contribui com a magnitude da utilização desses relatos e acrescenta também a importância de se utilizar outras fontes é Sônia Freitas (2006) onde ela contribui que:

> Assim, utilizando a metodologia da História Oral produz-se uma documentação diferenciada e alternativa da história, realizada exclusivamente com fontes escritas. Entretanto, não defen-

3 "Aqui o sentimento de identidade está sendo tomado no seu sentido mais superficial, mas que nos basta no momento, que é o sentido da imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros." (POLLACK, 1992, p.2004)

4 "Podemos portanto dizer que a *memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade*, tanto individual coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua construção em si." (POLLACK, 1992, p.204, itálicos do próprio autor).

> do o uso exclusivo de fontes orais, por acreditar que a utilização de diversas fontes será mais enriquecedora para a pesquisa (FREITAS, 2006, p.48).

Dessa forma, a memória dos sujeitos envolvidos nas mudanças relacionadas ao espaço rural piripiriense em articulação com outras fontes, como matérias de sites, Constituição Federal de 1998, em seu Ato das Disposições Constitucionais Transitórias art. 68[5], Decreto Presidencial 4887, as referências bibliográficas revisadas, foram de suma importância para a construção dessa pesquisa em questão, que investiga o povoado remanescente de quilombo da localidade Sussuarana.

2 A FORMAÇÃO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO PIAUÍ: UM ESTUDO SOBRE SUSSUARANA – PIRIPIRI (PI)

A origem de formação de Quilombos no Brasil é diversa onde muitos foram surgindo a partir da compra das terras ou de doações recebidas de seus antigos donos e muitos outros descendem de antigos quilombos históricos que resistiram ao tempo. Atualmente os descendentes de afro-brasileiros que residem nestas comunidades quilombolas lutam pelo reconhecimento de suas terras e de sua identidade étnica, principalmente a partir da Constituição federal de 1988 e seu artigo 68 dos Atos das Disposições Transitórias que elevaram as expectativas de direitos desses grupos por muito tempo esquecidos pelo poder público brasileiro. O conceito mais abrangente de quilombo, segundo Daniely Monteiro Santos (2013) e Solimar Oliveira Lima (2013) dizem que:

> A historiografia tradicional sobre a escravidão e a formação dos quilombos no Brasil narra, na maioria das vezes, uma trajetória de construção dos quilombos se deu a partir da resistência através de fugas migratórias realizadas pelos escravizados. Silenciam, assim, outras possibilidades analíticas de resistência deles. (LIMA E SANTOS, 2013, p. 198 e 199).

Assim, quando se analisa a trajetória de formação das comunidades quilombolas piauienses, depara-se com outros processos de resistências, através da construção histórica da memória coletiva dos moradores aquilombados, nova ferramenta de análise da formação dos quilombos piauienses emerge, como a formação de comunidades remanescentes de quilombos através de concessões e doações de terras das fazendas públicas e particulares existentes no sertão nordestino.

Esse olhar mais democrático e contemporâneo às comunidades quilombolas, encontradas quase sempre em localidades rurais distantes das grandes cidades ou até mesmo de médias como é o caso de Piripiri – PI, faz com que a luta pelo direito à ocupação legalizada e permanente de suas terras, luta também por uma educação de qualidade que respeite a sua cultura e pelo direito de serem autores de sua própria história, fazem dessa gente, desses lugares comunidades quilombolas,

5 ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS
ART. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos. (Constituição Federal de 1988)

mesmo que fuja daquele conceito clássico do que vem a ser um quilombo e alcance um grupo cada vez maior de pessoas que buscam autoafirmação e reconhecimento de suas origens étnicas.

O caso aqui em questão a comunidade Sussuarana, localizada na zona rural de Piripiri, que tem a seguinte história a ser contada: A Sussuarana está distante do centro urbano de Piripiri cerca de 23 km, localizada na região Centro-sul do município, possui cerca de 64 famílias, sendo as pessoas que lá habitam as principais fontes para começar essa viagem, ou melhor, analisar parte de suas memórias.

Seu José Maria (2016) conta que a origem da localidade está ligada, "[...] as terras do Coronel José Joaquim da Silva Rebelo, que o mesmo trouxe para essas bandas um casal composto por José Ciriaco Panta e oito filhos originário de Capitão de Campos." (MARIA, 2016), que por essas épocas ainda pertencia ao domínio de Campo Maior, a data é imprecisa, mas ele diz com dificuldade "[...] entre milo e oitocentos, bem antes de milo e novecentos." (Maria, 2016).

O nome da localidade segundo Maria (2016), vem da onça suçuarana, que eram bem comuns naquela região a época, devido a ela a localidade recebeu esse nome, a origem negra vem na memória de seu José Maria com facilidade, "[...] havia aqui um negro vindo da África do Sul, chamado de Jorge, que teria se casado com uma das filhas de José Ciriaca, intitulada de Jenuaria e teria dado origem a núcleos familiares da região."(MARIA, 2016). É atribuído também um outro personagem negro, porém o entrevistado senhor José Maria (2016) não lembra o nome, mas se sabe que veio da região de Piracuruca e também fixou moradia e família na localidade.

LIMA E SANTOS (2013) abordam a questão da Memória para a construção dessa identidade quilombola:

> O testemunho oral dos moradores aliado à documentação disponível nos laudos antropológicos permite uma análise sistemática do surgimento dessas comunidades. O uso da história oral como metodologia reveladora da memória quilombola torna-se fundamental e legítima, uma vez que parte desses grupos de não letrados quase não deixou registro escrito e a tradição oral revela o lugar privilegiado para o conhecimento das trajetórias desses grupos sociais. Neste sentido, pode-se registrar que negros ajudaram a estabelecer comunidades no interior do Piauí. Essas comunidades são denominadas quilombolas, cuja formação tem possibilitado a continuidade como remanescentes da luta de resistência dos negros escravizados. (LIMA E SANTOS, 2013, p.201)

Outro personagem envolvido nessa pesquisa foi Antônio Evaldo Soares (2016), ele é um jovem da comunidade, que trabalha como Diretor da escola da região, é um homem entusiasmado em deixar vivo dentro de sua comunidade o sentimento de pertencimento a etnia negra, como relato em entrevista ele percebe que "... falta mais apoio para que possa se praticar atos da cultura negra, como a Capoeira." (SOARES, 2016). Ele relata em entrevista que "... os meninos de lá onde ele mora são diferentes no jeito de cortar o cabelo, que as morenas se identificam com cortes diferentes." (SOARES, 2016)

Ponto importante de sua fala que se mostra importante contextualizar é que:

> [...] em outrora eles tinham vergonha de se identificarem como negros, tinham medo do preconceitos, mas nos últimos anos devido na visão dele de politicas do governo federal voltadas ao povo da zona rural e de sua cor, eles passaram a ter orgulho de se identificarem como negros descentes de africanos trazidos a força para o Brasil. (SOARES, 2016)

E nos últimos anos ele mesmo se envolveu juntamente com o sindicato de trabalhadores rurais para que haja um reconhecimento pelos órgãos competentes de sua terra ser reduto remanescente de ex-escravizados, o mesmo fez parte do conselho que fez requerimento junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), para o reconhecimento de tal reivindicação.

O que o povo da comunidade busca é um melhor assistir do estado para suas necessidades e problemas, buscam até hoje a liberdade, lógico que agora através de posse legal da terra, melhor educação, ou seja, que as políticas públicas atinjam seus objetivos. Essa luta é outra clara configuração da comunidade como quilombola, lógico que como dito no início, não aquele conceito clássico, mas sim um conceito contemporâneo, mais democrático, acerca dessa caminhada em busca de reconhecimento LIMA E SANTOS (2013) dizem:

> A criação, em 1990, de uma coordenação estadual de comunidades quilombolas fortaleceu a luta pela posse da terra, a busca pela garantia de institucionalização de seus direitos sociais e a elevação de identidades negras em cerca de 170 comunidades quilombolas identificadas no estado do Piauí. A referida coordenação favoreceu a efetivação de políticas públicas de inclusão, transformando-se em um dos movimentos mais organizados do estado. (LIMA E SANTOS, 2013, p.197)

Outro ponto importante e que dá mais segurança em dizer que essa comunidade rural de Piripiri atinge aos padrões modernos do que vem a ser uma comunidade remanescente de quilombo e principalmente em solo piauiense, é o fato da organização social e política, praticada por personagens da comunidade que movimentam a população local, a imprensa e representantes do povo em sua causa, como pode ser problematizado no trecho de matéria intitulada: **STTR, Coordenação Quilombola e vereadora Eunice realizam assembleia em comunidades Quilombolas de Piripiri** do site Piripiri Reporter, sobre o tema:

> Foi realizado na última quinta-feira, dia 19 de junho, encontros nas comunidades Marinheiro, Vaquejador e Sussuarana, com a finalidade de discutir a Certificação dessas comunidades junto a Fundação Palmares. A Certificação de Comunidades Quilombolas consiste em formalizar a existência de quilombos, definidos como descendentes de africanos escravizados que mantém tradições culturais, de subsistência e religiosas. O reconhecimento junto a Fundação Palmares, órgão do governo federal, favorece o acesso a políticas públicas direcionadas a essas populações, como habitação, escolas quilombolas, bolsas de estudo para universidades, incentivo energia elétrica, entre outras.
>
> Foi discutido os procedimentos a serem adotados pelas comunidades para obtenção da Emissão de Certificação, que consistiu na aprovação pela Assembleia da autodefinição como quilombolas, de acordo com as legislações vigentes e, da apresentação da trajetória histórica da comunidade. Esses documentos serão então encaminhados a Fundação Cultural Palmares. "A presença da Coordenação Nacional e Estadual das Comunidades Quilombolas nesses encontros é o primeiro passo para emissão da certificação", ressalta Maria Rosalina, tendo em vista que a Fundação Palmares faz essa exigência.

> Esse momento contou com a coordenação e mobilização de Totonho – Presidente do STTR de Piripiri, Maria Rosalina e Edson – Coordenação Nacional e Estadual das comunidades Quilombolas, Meirian Castro - Presidenta do Partido dos Trabalhadores e a Vereadora Eunice Barros (PT). (Disponível em: <http://piripirireporter.com/noticias/7271>. Acesso em 09/01/2023).

É possível perceber ao problematizar a matéria apresentada acima que há um claro movimento de organização social em torno da luta pelo reconhecimento dessas comunidades para serem reconhecidas como remanescentes de quilombolas, é uma mobilização social que envolve moradores, Sindicato Rural, lideranças políticas, sendo uma fase de tomada de consciência e sobre esse envolvimento político é importante observar como bem lembra LIMA E SANTOS (2013):

> Os movimentos sociais no Brasil contemporâneo caracterizam-se por complexidade crescente e pluralidade organizativa; dentre eles, destaca-se a articulação política de populações tradicionais, a exemplo dos remanescentes de escravizados organizados como movimento quilombola. (LIMA E SANTOS, 2013, p.104).

Conhecer um pouco da história desse povo, conhecer seus desejos e sentimentos foi de fundamental importância para uma das faces da história piripiriense ser conhecida, essa comunidade teve seus esforços de organização social premiada no ano de 2017, onde a mesma foi reconhecida como remanescente de quilombolas pelo poder público nacional, como podemos observar na matéria do site Piripiri Repórter de 31/07/2017:

> **Remanescente de quilombo, Sussuarana recebe certidão do Ministério da Cultura; evento comemora. IMAGENS!**
> 2017-07-31 15:44:36
>
> A comunidade Sussuarana, na zona rural de Piripiri, recebeu, na última sexta-feira (28), certificado de autodefinição como remanescentes de quilombos, reconhecimento da República Federativa do Brasil, através do Ministério da Cultura, por meio da Fundação Cultural Palmares.
>
> O evento promovido pelo STR de Piripiri foi na própria comunidade, para a entrega oficial do documento aos moradores. O certificado representa o reconhecimento da história do povoado e de seus moradores.
>
> A programação contou com celebração na capela de Nossa Senhora de Fátima. Depois, caminhada até o clube Canecão, onde houve a solenidade, com falas de representantes da comunidade, de convidados do município, do estado e federais e apresentação de danças do grupo Dandara.
>
> Foram mais de dez anos de luta com várias pessoas e entidades envolvidas. Assis como a história da comunidade, o documento é exibido com orgulho. (Disponível em: <http://piripirireporter.com/noticias/17192>. Acesso em 09/01/2023).

O presente artigo trouxe como recorte em seu título o ano de 1996 a 2022, simbolicamente a data de 1996 é a data de fundação da Associação de Moradores Quilombolas, algo que simbolica-

mente representa o início da organização social dos moradores, já o recorte final foi 2022, por que como visto acima a comunidade foi reconhecida como remanescente de quilombo, junto a Fundação Cultural Palmares (FCP)[6] no ano de 2017, mas ainda a época da apresentação desse texto ao Simpósio Temático: **Estudos afro-brasileiros: mundos da escravidão e liberdade no Brasil** em 2022 a Sussuarana não havia conseguido a titulação de suas terras, sendo assim a luta pelo seu reconhecimento foi alcançada, mas ficando ainda em aberto a luta desses moradores pela titulação de suas terras junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, ou seja, está definitivamente e juridicamente materializada o reconhecimento da Sussuarana como comunidade de remanescentes de quilombolas, mas ainda está em aberto a luta pela posse legalizada das terras que esses homens e mulheres afrodescendentes habitam.

3 CONCLUSÃO

A comunidade rural remanescente de quilombolas da sussuarana, título esse reivindicado pelos moradores, pela associação sindical de trabalhadores rurais de Piripiri, consolida cada vez mais uma busca legítima de liberdade, de reconhecimento de sua matriz étnica, da cultura, de acesso a terra e história de seu povo.

Hoje, eles atestam sua liberdade construindo uma identidade de quilombolas, que se materializa em protestos reivindicatórios pelo reconhecimento de tal comunidade, por melhor assistência do estado com políticas que proporcione uma educação de qualidade e voltada para sua etnia, espaços para que possam praticar atividades de sua cultura como a capoeira, e para que haja manutenção de sua dignidade indo muito mais além do que uma simples melhora no assistir do estado, eles buscam a reconstrução de sua história, organizando as lutas pelo acesso, direito à propriedade da terra e a continuidade e valorização de sua cultura originária.

Tudo isso é visto em uma comunidade que possui identidade própria, mobilização e inciativa, pois desde 1996 com a fundação da Associação de Moradores, perpassando por décadas de lutas, já que em 2009 já aguardavam a confirmação junto ao INCRA e a FCP de sua Certificação de remanescentes de quilombolas nos termos do ADCT 68 e Decreto 4887 de 2003, ainda em 2014 realizou-se reunião política pra discutir a certificação junto à Fundação Cultural Palmares - (FCP) que só veio a se concretizar em 2017. Voltemos a pergunta inicial: Essa comunidade é quilombola? A resposta é sim, fugindo ao conceito clássico do que vem a ser quilombo e alcançando o conceito contemporâneo, conceitos que se unem por uma questão comum, a resistência.

6 No dia 22 de agosto de 1988, o Governo Federal fundou a primeira instituição pública voltada para promoção e preservação dos valores culturais, históricos, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira: a Fundação Cultural Palmares (FCP), entidade vinculada ao Ministério do Turismo. Ao longo dos anos, a FCP tem trabalhado para promover uma política cultural igualitária e inclusiva, que contribua para a valorização da história e das manifestações culturais e artísticas negras brasileiras como patrimônios nacionais. (Disponível em:<https://www.gov.br/palmares/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/copy_of_estrutura-organizacional>. Acesso em: 09/01/2023)

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena, **Manual de História Oral.** 2ª edição revista e atualizada. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BRASIL. Decreto Nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.

CARNEIRO, E. **O Quilombo dos Palmares**. Edison Carneiro. São Paulo. Ed. Nacional, 1988. 4ª ed.

ESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL. **Palmares**. Brasilía, 04 de fev. de 2022. Disponível em: https://www.palmares.gov.br/?page_id=95. Acesso em 04 de fev. de 2022

FREITAS, Sônia Maria de. **História oral: possibilidades e procedimentos**/ Sonia Maria de Freitas. 2 ed.- São Paulo: Associação Editorial Humanistas, 2006.

MARIA, José. **Entrevista** concedida a Jean Paulo Nascimento Silva. Piripiri, 02 de jul. 2016.

MOURA, C. **Os Quilombos e a Rebelião Negra.** São Paulo. Ed. Brasiliense. 1986. 5ª ed.

O INCRA. **Brasil**. Brasilía, 03 de fev. de 2022. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/o-incra. Acesso em: 03 fev. 2022.

POLLAK, Michel. **Memória e Identidade Social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 205.

REMANESCENTE de quilombo, Sussuarana recebe certidão do Ministério da Cultura; evento comemora. **Piripiri Repórter.com**. Piripiri, 31 de julh. de 201707. Disponível em: http://piripirireporter.com/noticias/17192. Acesso em: 18 de fev. de 2022.

SANTOS e LIMA. **Movimento Quilombola do Piauí**: participação e organização para além da terra. Revista Espacialidades [online]. 2013, v. 6, n. 5. ISSN 1984-817x

SCHMITT, TURATTI e CARVALHO. ATUALIZAÇÃO DO CONCEITO DE QUILOMBO: IDENTIDADE E TERRITORIO NAS DEFINIÇOES TEÓRICAS. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo, Ano V – nº 10 – 1º Semestre de 2002.

SOARES, Antônio Evaldo. **Entrevista** concedida a Jean Paulo Nascimento Silva. Piripiri, 02 de jul. 2016.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS

ANAIS DO

A FAMÍLIA CORRÊA E A SUA TRAJETÓRIA AFRODESCENDENTE NA AUTOATRIBUIÇÃO ÉTNICA QUE CERTIFICOU O TERRITÓRIO COMO REMANESCENTE DAS COMUNIDADES DOS QUILOMBOLAS DO CAMPO REDONDO, MUNICÍPIO DE BACABAL/MARAMHÃO

Jucilane de Sousa Carlos[1]
Luís Fernando da Silva Laroque[2]

RESUMO: Propomos apresentar a trajetória afrodescendente da família Corrêa e as histórias que se cruzaram no contexto escravocrata, sendo fomentadoras da memória para a autoatribuição étnica que certificou o território como Remanescente das Comunidades dos Quilombolas do Campo Redondo, município de Bacabal/MA. As narrativas que se iniciaram do enlace do sr. Feliciano Corrêa, natural de Portugal, feitor da escravatura e a escrava Maria Bárbara, nos remontam para cerca de 250 e 300 anos em que esta parte do território integrava São Luís Gonzaga do Maranhão, um dos primeiros povoamentos do Alto do Rio Mearim, região da Bacia Hidrográfica do Rio Mearim e ainda banhada pelo Rio Ipixuna. Os registros apontam para as primeiras décadas do século XIX, onde o sistema colonizador modificou as vidas africanas e de seus descendentes por meio do tráfico interprovincial para o legado da escravidão, fazendo no Alto do Mearim, por volta de 1853, a região com mais de seiscentas fazendas, desenhando as relações de territorialidade para comércio, comunicação, alimentação, irrigação, além da confluência para as fugas do cativeiro, esconderijo e permanência no território. É através da memória de duas gerações da família Corrêa, lembranças construídas pela prática da oralidade dentro da família, histórias contadas de tias para sobrinha, que a história oral se ajusta aos estudos afrodescendentes, percebendo na territorialidade da sua ancestralidade a relação com o contexto dos demais moradores que por aqui passaram, conduzindo-nos na desarticulação da invisibilidade étnico-racial. As terras que atualmente compõem o povoado dos Remanescente das Comunidades dos Quilombolas do Campo Redondo, outrora integrava uma dimensão mais ampla do território banhado pelo encontro das águas dos rios Ipixuna e Mearim, desencadeando situação como: o transporte fluvial realizado por lancha e vapor, a saída era no Campo Redondo pelo Rio Ipixuna e encontrava as águas do Rio Mearim, atravessava a província do Maranhão com produtos e passageiros, compreendendo trechos no sentido

1 Doutoranda no Programa Ambiente e Desenvolvimento - Linha de Pesquisa: Espaço e Território. UNIVATES-Lajeado/RS. jucilane.carlos@universo.univates.br https://orcid.org/0000-0002-0365-4611 / Bolsista FAPEMA. Mestre e Docente em História no Instituto Federal do Maranhão - IFMA Campus Bacabal.
2 Profº. Dr. Doutorado, mestrado e graduação em História. Professor e Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento Luís Fernando da Silva Laroque - UNIVATES-Lajeado/RS - lflaroque@univates.br http://orcid.org/0000-0003-1861-4679

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

sul, para Barra do Corda e com navegações para o norte, já no sentido da Ilha de São Luís; já as inundações que ocorriam com mais frequência no período do ano com maior índice pluviométrico e que aumentavam as águas dos rios, por sua vez provocavam o deslocamento de animais e pessoas. Assim, o gado era conduzido para área mais alta, chamada de Campo Redondo e nas proximidades ficava o acampamento, construção erguida com troncos e coberto por palhas, da palmeira do coco babaçu, para abrigar as pessoas escravizadas, homens e mulheres em todas as faixas etárias. Vem do enlace do feitor da escravatura e a escrava, a tentativa em minimizar os ardis da escravidão para os membros da família, uma das estratégias recorrentes da época, mas que não impedia na sua totalidade a atuação de outros feitores. Após a abolição da escravidão a família Corrêa atravessou o Rio Mearim e deslocou-se para as vizinhas terras da Laje do Curral, retornaram décadas depois para a região do Campo Redondo. Tratamos com duas gerações desta família sobre a sua trajetória afrodescendente que rompeu com as mudanças de fronteiras políticas no território colonizado, para em 2006 conseguirem a emissão por parte do governo federal, com a Fundação Cultural Palmares, a Certidão de Auto-Reconhecimento do território como Remanescente das Comunidades dos Quilombolas. Um tempo presente para os moradores que além da família Corrêa, tem a maioria composta por imigrantes. Temos portanto, parcial divulgação dos resultados da pesquisa que compreende o atual curso de doutorado, que se propõe através do povoado dos Remanescentes dos Quilombolas de Campo Redondo apresentar a ancestralidade com incontáveis gerações escravizadas, a sua territorialidade, a construção da autoatribuição afrodescendente e os implicantes da desterritorialização e/ou reterritorialização, associados com o caráter integrador e sistêmico da Bacia Hidrográfica do Rio Mearim.
PALAVRAS-CHAVE: Escravidão. Ancestralidade. Territorialidade. Étnico-racial.

1 A TERRITORIALIDADE DO CAMPO REDONDO

A territorialidade para afro-brasileiros é constituída por elementos inerentes em cada contexto. A Comunidade dos Remanescentes dos Quilombolas do Campo Redondo é um povoado rural no município de Bacabal no estado do Maranhão, está localizado entre as margens dos rios Ipixuna e Mearim, dista 57 km da área urbana e o acesso é a partir da BR-316 seguindo na estrada da Bela Vista.

O município de Bacabal foi desmembrado da Vila de São Luís Gonzaga do Alto Mearim em 17 de abril de 1920, mas até então como povoado, por volta de 1876, contava com latifúndios colonizadores, aldeamento de povos originários e a prática da escravidão. A Vila é um dos mais antigos povoamentos coloniais no Rio Mearim e que se estendeu entre os rios Ipixuna e Mearim por aproximadamente 18.000 km^2 (BONFIM, 2015).

As modificações verificadas sobre a Vila São Luís Gonzaga do Alto Mearim, nos conduzem para 1613, onde a região foi alvo colonizador com os franceses capturando povos originários entre as etnias Tabajaras e Tupinambás, para escravizá-las (BONFIM, 2004). O povoamento colonial recebeu diferentes identificações, como o termo "Payós", "tipo de construção, sempre na beira do rio, edificada em tora de madeira e coberta de palha babaçu" (BONFIM, 2015. p. 11). Em 29 de agosto de 1844 passou para freguesia como Distrito de São Luís Gonzaga do Alto Mearim e em 1854 passou para a categoria Vila, sendo desmembrada da cidade de Itapecuru Mirim. No mesmo ano a sede da Vila de

São Luís Gonzaga do Alto Mearim foi transferida de Paióis para o povoado Vila de Machado, distante cerca de 20km com acesso pelo rio Mearim (SILVA, 2022).

Entre os séculos XVII e XIX este território era considerado fértil e coberto de matas virgens por isso atraia "[...] boa parte dos fazendeiros do Itapecuru e de outros distritos [...]" já que a "[...] propriedade de suas terras para a cultura da cana, do arroz e outros gêneros, só encontra rival nas melhores dos centros de Codó e Coroatá" (MACHADO, 1853, apud FERREIRA, 2013). Segundo relatório apresentado pelo Presidente da Província do Maranhão, Eduardo Olímpio Machado, em 1853, nesta época os povoamentos configurados no Alto do Mearim registravam mais de seiscentas fazendas (FERREIRA, 2013).

É pertinente elucidarmos sobre os rios Ipixuna e Mearim como integrantes da Bacia Hidrográfica do Rio Mearim e a mesma ser considerada a maior bacia hidrográfica no estado maranhense (MOTTA; PORTO; SOUZA, 2019). Essas são caracterizações das rotas navegáveis que integraram vilas e freguesias através do comércio, exemplo proeminente tinha na Vila Victoria, vila a partir da lei provincial n. 7 de 29 de abril de 1835, mas já com registros de moradores em anos interiores, que mantinham pelo rio Mearim comunicação com "a vila de S. Luiz Gonzaga e Barra do Corda, pelo Pindaré com a cidade de Viana, e freguezia de Monção", dessas rotas circulavam produtos das culturas cultivadas em Victoria, como o "cacáu, café e canna, e seus habitantes plantam arroz, milho e mandióca em quantidade superior ao seu consumo, pois exportam estes generos" (MARQUES, 1870, p. 389).

A Bacia Hidrográfica do Rio Mearim fomentou comércio, transporte, comunicação, alimentação, irrigação e corroborou na elaboração das rotas de fugas do cativeiro, esconderijo e permanência no território. A ocupação portuguesa nas primeiras décadas do século XIX buscava por terras adequadas para a cultura do arroz, as áreas por estes eram consideradas devolutas, assim São Luís Gonzaga do Alto Mearim e a sua integração fluvial mostraram-se propícias para o cultivo do algodão e café em escala comercial e para tal foi "utilizada a mão-de-obra escrava" (BONFIM, 2015, p. 175).

Ainda que a partir de 1850 tenham sido aplicadas "medidas para a repressão do tráfico de africanos no Império", (SILVA, 2022, p. 50-53), o comércio entre as províncias já ocorria e tais proibições trouxeram ao tráfico interno "um papel de destaque na provisão de trabalhadores escravos" (COSTA; GALVEZ, 2015. p. 243). Dentro da Província do Maranhão as etnias bantos e sudaneses foram escravizadas no povoamento colonial na região do Alto Mearim e no território gonzaguense os "escravos negros" provinham da "Guiné" (BONFIM, 2015). As pesquisas do mesmo autor relacionam São Luís Gonzaga do Maranhão na década de 1870 como grande polo concentrador de negros, ficando o lugar entre as três regiões da província com a maior quantidade, região que também comercializava os escravos para as Vilas circunvizinhas (BONFIM, 2004).

Trazemos o Quadro 1 com a transcrição das publicações do Diário do Maranhão entre 1874 e 1883, aqui São Luís Gonzaga do Alto Mearim e seus povoamentos como "Pedreiras" e "Bacabal" são expostos na integração com outras freguesias através dos transportes em vapores , podemos conhecer parte do cenário sobre a escravidão envolvendo o comércio, a captura, a fuga e os castigos aplicados, como também do convívio com "índio" e sua ação em dar alimentos para um "tutelado" termo que encobria a situação social do escravo Napoleão Blair Maciel, de 18 anos, que foi torturado

no tronco por ter entrado na praça do comércio do frei Pelino para receber farinha, conforme consta na edição nº 01094 de 1877.

Na edição nº 02179 de 1880 temos notificação de "Escravo Fugido" sendo observado "armado de arma de fogo e facão" e identificado o seu trânsito entre o povoamento Bacabal, a Vila Caxias e a cidade do "Therezina" (Teresina-PI), fazemos esta menção para verificarmos a distância percorrida, que atualmente equivale a mais de 250 km seguindo na BR-316, bem como a resistência das pessoas na condição escrava.

Quadro 1 – Diário do Maranhão entre 1874 e 1883.

ANO	EDIÇÃO	ANÚNCIO
1874	00143	Aviso - Acha-se na cadeia da Villa de S. Luiz Gonzaga do Alto Mearim o escravo cafuz de nome de nome Manoel do Nascimento, que declarou pertencer aos herdeiros de Luiz Viera Escoto Muniz da passagem Franca outr'ora da Barra do Corda.
1875	00702	Passageiros no Vapor Itapecuru - Entrados no dia dois. Bacabal. 1 escravo, 1 escravo a entregar.
1875	00542	Passageiros.—Sahidos no dia 22 no vapor <D. Vieira>: Para Bacabal: Fabio T. da Silva e 1 escravo.
1875	00516	Passageiros.— Sahidos dia no dia 22 no vapor Guaxemduba. Para Pedreiras.— Francisco da Costa Rodriges, 8 escravos, e 2 escravas a entregar.
1875	00578 .	Passageiros.—Sahidos no vapor <Itapecurú>: Para Bacabal Joaquin Antonio de Abreu Bastos, 2 escravos a entregar.
1877	01094	O celeberrino frei Pelino de Castro Valva. Frei Pelino, o celeberrino frade protagonista de scenas escandalosas pratica dos na missão do Bacabal, segundo o Taxaua Vicente, acaba de prender e metter nos troncos o Sr. Napoleão Blair Maciel, moço de desoito annos, tutelado do Sr. Victor J. Pinto de Campos, por ter a audacia de entrar na praça do commercio de frei Pelino –Aldeamento de Bacabal- para receber de um indio um paneiro com farinha.
1879	01753	Embarque de passageiros no Vapor Guaxenduba, Pedreiras: 2 escravos, 10 escravos a entregar. Bacabal: 8 escravos a entregar.
1879	01760	Passageiros. —Entrados no vapor Guaxemduba no dia 19. Das Pedreiras. —Sr. José Mariano Ribeiro 1 escravo e 3 filhos.
1880	02151	Fugio deste lugar, no dia 10 De agosto desse anno, o escravo Victor de 22 annos de idade cor bem preta, bonita figura, altura regular, corpo cheio sem defeito algum, soube ha poucos dias que seguio para o Alto Mearim, por ter sido encontrado por pessoa d`alli vindo. Protesto por perdas e damnos contra quem occultar para compral-o barato, porque nessas condições não o vendo, preferindo antes perder o valor do dito escravo para haver o meu direito; fugio daqui por vadio. Quem o pegar receberà uma gratificação. Bacabal na Vargem-Grande, 22 de setembro de 1880.

1880	02179	Escravo Fugido. Censta que sempre vem armado de arma de fogo e facão; tranzita a miudo entre immediações do Itapecuru e Santa Maria do Anajatuba, pelos lugares proximos de Fortaleza, Barriguda, Outeiro, Bacabal e Jacuibe, onde tem feito frequentcia por alguns dias por haver ali um preto velho de nome Izidio, que dizem ser pai delle. Esse escravo Juntando-se em março ou abril do anno passado a outro escravo tambem fugido pertencente ao Illim. Sr. Coronel Nogeira seguiram pela estrada que vai do Itapecuru a Caxias em destino á cidade do Therezina, mas, recciando ser prezo voltou outra vez para os jogares onde se considera mais protegido.
1883	02532	Passageiros— Chegaram hontem no vapor Caroline. De Bacabal – Escravo.

Fonte: Fundação Biblioteca Nacional - BNDigital Brasil (2020).

A partir da Lei Áurea em 1888 para as gerações livres da escravidão foi diversificada a condição social no acesso para habitação, alimentação, trabalho, renda, demais bens, serviço e inclusão social. Neste sentido tem-se:

> São Luís Gonzaga, com suas enormes fazendas distribuídas num território imenso, enfrentou problemas graves de *conturbação da ordem pública* por parte de bandos negros armados espalhando verdadeiro terror. Assaltos, agressões físicas, danos patrimoniais (inclusive com ateamento de fogo nas casas e outras benfeitorias das propriedades rurais) e ameaças eram procedimentos comuns (BONFIM, 2015, p. 48, grifo nosso).

Os caminhos do povoamento colonial da vila de São Luís Gonzaga do Alto Mearim tiveram as rotas dos seus limites modificadas, em 1889 foi desmembrado o povoamento para formar a Vila de Pedreiras, anos depois, daqui foram formados mais quatro municípios. Como já mencionado, em 1920 ocorreu o desmembramento para formar a Vila Bacabal, seguindo os anos, daqui foram formados mais cinco municípios. E em 1961 ocorreu outra divisão para formar o município Lago do Junco. A vila de São Luís Gonzaga do Alto Mearim passou para a categoria de cidade em 1943, mas sob o título de "Ipixuna", contudo em 1971 teve a sua denominação modificada para São Luís Gonzaga do Maranhão e permanece até a atualidade (SILVA, 2022).

O povoado rural da Comunidade dos Remanescentes dos Quilombolas do Campo Redondo está localizado nos limites políticos administrativos que constituíram o município de Bacabal, se estende na memória de seus moradores desde a Lage do Curral no município de São Mateus para o povoado da Companhia no município de Lago Verde. Objetivamos em analisar como no povoado rural da Comunidade dos Remanescentes dos Quilombolas do Campo Redondo foram reconhecidos os elementos da sua ancestralidade e territorialidade.

Na metodologia empregamos a pesquisa etnográfica porque "descrição e compreensão do significado de um evento social só são possíveis em função da compreensão das inter-relações que emergem de um dado contexto" (GODOY, 1995, p. 28). Trazemos também a Ciência Social devido "[...] a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social" aqui a multiplicidade de elementos envolve "[...] outros homens e instituições sociais" (GIL, 2008, p. 26).

A pesquisa etnográfica ocorreu com a nossa aproximação do "outro" previamente estruturada sobre o "pensamento" que este tem de si no seu meio natural, físico e social, onde é "espetacular-

mente múltiplo como um produto, e maravilhosamente singular como um processo", ampliamos a reflexão para interrogar como "um determinado significado em um sistema de expressão é expresso em outro sistema" e os meandros para "distinguir fatos de fantasias" de forma que "organizam seu universo de significados" (GEERTZ, 2014, p. 154). Usamos a "entrevista em história oral" e mantivemos o anonimato, já que trazemos as memórias de uma família sobre a sua ancestralidade e os implicantes sobre o grupo étnico. Aqui temos na formulação, na justificação e na projeção da palavra verbalizada uma amálgama com "[...] gestos, lágrimas, riso, silêncios, pausas, interjeições ou mesmo as expressões faciais[...]" essa verbalização "[...] pode integrar os discursos que devem ser trabalhados para dar dimensão física ao que foi expresso em uma entrevista em história oral" (HOLANDA; MEIHY, 2015. p. 14). Usamos as entrevistas semiestruturadas (ALMEIDA; LAROQUE, 2019), uma vez que a memória, "[...] em sua função mais útil - é algo que serve para nos incomodar, para colocar em dúvida as certezas que nos tranquilizam" (PORTELLI, 2016, p. 48). Entre ancestralidade e território verificamos seguinte:

> [...] identidade enquanto grupo étnico, perpassa a noção de território e, uma vez que lhes foi retirado isso dos seus antepassados, os quais foram arrancados de sua terra, é hora de se resgatar essa dívida, conferindo a esses povos o direito ao espaço em que esses mesmos antepassados se estabeleceram e fundaram seu modo de vida singular (ALMEIDA; LAROQUE, 2019, p. 345).

A questão étnico-racial latino-americana é fundamental na construção do território, "[...] muitos grupos afrodescendentes [...] São territórios de r-existência […]" e a compreensão de "toda desterritorialização vem sempre acompanhada da reterritorialização, sendo, portanto, indissociáveis um processo do outro" (HAESBAERT, 2021, p. 210 e 274). A escravidão africana se consolidou como "sistema econômico escravista" e o "que mais singulariza a economia escravista é, seguramente, o modo como nela opera o processo de formação de capital (FURTADO, 2005, p. 53).

É proeminente desconstruir a invisibilidade imposta para grupos afrodescendentes através de espaços para que falem e divulguem as suas memórias. "Na medida em que uma comunidade é secularmente posta à margem, a nação tem que se ocupar dela. Os negros não são integrados no Brasil. Isso é um risco para a unidade nacional" (SANTOS,1995). A continuidade de pesquisas sobre a territorialidade, a ancestralidade e a escravidão apresenta na sociedade implicantes sobre a sua constituição, os moldes e as singularidades da estrutura de cada grupo, povoado e demais agrupamentos.

2 A ANCESTRALIDADE DA FAMÍLIA CORRÊA

No povoado rural da Comunidade dos Remanescentes dos Quilombolas do Campo Redondo a Família Corrêa tem na sua ancestralidade situações de pessoas na condição de "feitor da escravatura" o sr. Feliciano Corrêa, pardo e natural de Portugal, este casou com a escrava Maria Bárbara. A condição de "feitor" e "escravo" permaneceu na próxima geração e constituiu as memórias para as narrativas sobre a escravidão às margens dos rios Ipixuna e Mearim.

As áreas do Campo Redondo, Alto do Alfredo, Bacurizeiro e Escondido, circundadas pelos rios Ipixuna e Mearim formam os limites do povoado rural da Comunidade dos Remanescentes dos Quilombolas do Campo Redondo, segundo o "Título de Reconhecimento de Domínio" emitido em 2008 pelo ITERMA, que transferiu da Gleba Bambu a "área dos remanescentes quilombolas" com o espaço equivalente de 1.521,1087 hectares. As memórias da família Corrêa se expandem além dos limites expostos acima e nos conduzem para cerca de 250 e 300 anos em que esta área integrava o povoamento de São Luís Gonzaga do Alto Mearim. Na instalação do latifúndio o feitor administrava o trabalho escravo, aqui tinham que lidar com os alagamentos proveniente das cheias dos rios Ipixuna e Mearim, ocorrência verificada nos meses com maior incidência de chuvas. Assim, entendemos o deslocamento das pessoas e dos animais.

O trabalho escravo envolvia abrir áreas para a pecuária e nos meses dos alagamentos cuidar do gado na área mais alta e por eles chamada de Campo Redondo, na Figura 1 apresentamos a área que traz o nome do povoado, mas na atualidade modificado para espaço de lazer e celebração religiosa. Em parte, há o campo de futebol e mais na frente, ao fundo na figura, o Cassino de Festa com área cercada com talo da palha da palmeira do coco babaçu. Os jogos ocorrem com regularidade e integram os moradores com outros povoados e times de "Bacabal", além de munícipios vizinhos. Já o festejo para a padroeira Nossa Senhora Aparecida, no mês de outubro, envolve o torneio de futebol e as festas no Cassino de Festa.

Figura 1: A área do Campo Redondo.



Fonte: Da autora (2022).

O Alto do Alfredo fica próximo as margens do rio Mearim, aqui as nossas entrevistas trazem as narrativas sobre as embarcações, como: "lancha" e "vapor" "[...] quem queria viajar, eles levavam. Le-

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

vavam para Bacabal. Levava para São Luis. Porque nesse tempo não tinha nem carro. Não tinha essa estrada aí, lá fora, não tinha não". O translado com maior incidência através das vias fluviais "Levava passageiro, trazia carga, levava carga [...] arroz, algodão, milho, café, açúcar [...] Tinha produção que saia daqui. Coco babaçu só saia daqui. Saia daí da beira do Rio Mearim, descia só coco babaçu" (E 1, 27 ago. 2022, p. 02- 03).

Os alagamentos também verificados no Alto do Alfredo motivaram três gerações da família Corrêa para residirem na outra margem do rio Mearim, povoamento conhecido por Laje do Curral e que compunha a extensão do latifúndio que estamos nos referimos. Nos anos posteriores a família retornou e fixou residência no Alto do Alfredo até os dias atuais (E 1, 27 ago. 2022, p. 15).

Na área do Alto do Alfredo havia o cultivo da "cana" para o "engenho" e um dos acampamentos para os escravos. A construção era erguida com troncos e coberta com a palha da palmeira do coco babaçu. Moravam todos, incluindo adultos e crianças, entenda-se por acampamento apenas uma edificação. Na Figura 2 apresentamos o último marco do local deste acampamento, aqui havia uma árvore, um Ipê, considerada centenária pela família Corrêa, os pontos na cor preta são do carvão proveniente da sua queima. O local do acampamento era conhecido por Alto do Paulino (E 2, 27 ago. 2022, p. 02-04).

Figura 2: Marco do local do acampamento de escravos.



Fonte: Da autora (2022).

O segundo acampamento de escravos era na localidade da Companhia, local para onde a cana de açúcar era encaminhada (E 2, 27 ago. 2022, p. 04). Atualmente podemos conhecer as ruínas

do "chimineu", termo popularizado entre os moradores, e parte de suas peças podem ser encontradas, quer escavando facilmente o solo ou na posse de alguns moradores.

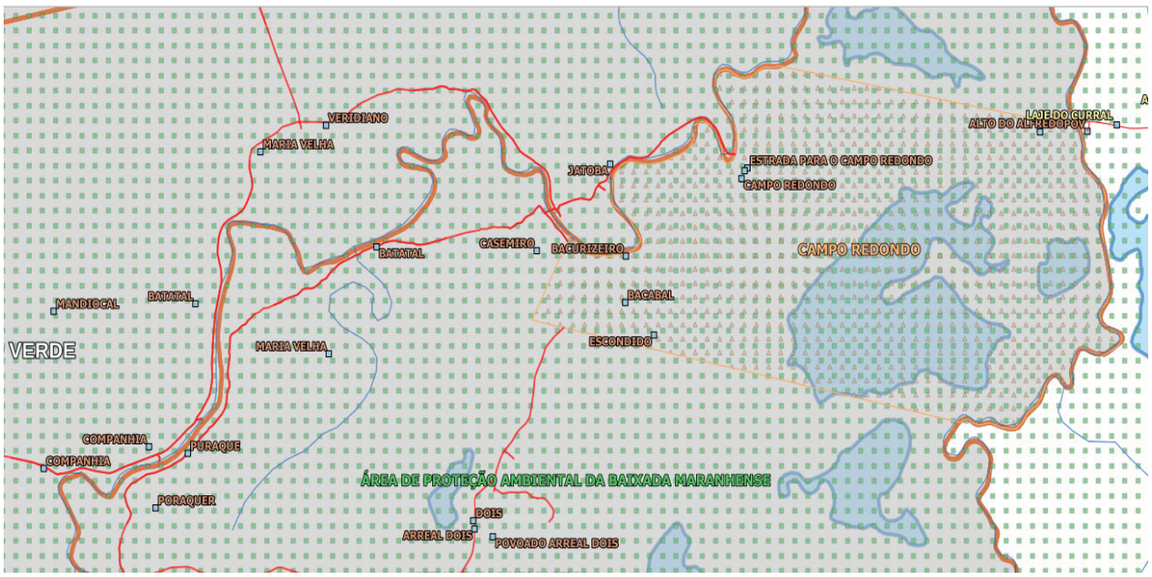
Na condição social para as pessoas escravizadas a alimentação era restrita ao que recebia do feitor, as roupas eram conhecidas por "pilho" por serem roupas usadas pelos senhores e em avançado grau de desgaste ou rasgadas. O trabalho braçal ainda incluía a limpeza do rio Ipixuna tornando-o navegável, a abertura de estradas segundo narrativa do interlocutor caracterizava-se da seguinte forma:

> Carregava toco de palmeira nas costas, aqueles torrão de palmeira, eles serravam e tinham que carregar nas costas. Os pau brasil, eles serravam aqueles pedação e jogava nas costas e botavam aí na embarcação. Aí, daqui, ia para o Ararí, lá tinha um carro esperando que era para levar para África, para a Itália, para fazer tecido, tirar tinta para pintar tecido. Tudo, os escravos faziam (E 2, 27 ago. 2022, p. 02).

O uso da expressão "carro" por parte das entrevistas nos aponta para as mudanças no vocabulário, e indicam para o tipo de transporte da época, possivelmente carroça puxada por animal. A área do Bacurizeiro traz seu nome devido a árvore centenária, Bacuri e fica nas proximidades da margem do rio Ipixuna. A área do Escondido fica por traz do Bacurizeiro.

A Figura 3 apresenta as áreas em que a família Corrêa narra as suas memórias com a ancestralidade, mas para tal fizemos um recorte do mapa municipal de São Mateus, mapa disponibilizado pelo IBGE. É uma escolha justificada porque vizinho da sua fronteira atual visualizamos no povoado rural da Comunidade dos Remanescentes dos Quilombolas do Campo Redondo a localização da Laje do Curral, Alto do Alfredo, Campo Redondo, Bacurizeiro, Escondido e Companhia.

Figura 3: Áreas de memória da ancestralidade da Família Corrêa.



Fonte: Da autora (2022).

3 CONSIDERAÇÕES

O estudo que apresentamos a partir dos levantamentos realizados com a Família Corrêa elucida narrativas da territorialidade e símbolos da memória das gerações que estiveram na condição social da escravidão. As descrições sobre os elementos da ancestralidade integram o povoado rural da Comunidade dos Remanescentes dos Quilombolas do Campo Redondo com o povoamento colonial na Bacia Hidrográfica do Mearim. O estudo revelou que as modificações dos limites políticos e administrativos para a formação do município de Bacabal não desintegraram a memória e o pertencimento étnico do grupo, mas direcionam nossa atenção para o projeto de implantação da república brasileira sem a inclusão da população afro-brasileira e a vulnerabilidade que estes ficaram expostas.

Os moradores do povoado rural do Campo Redondo ao longo do século XX lidaram com posseiros e grileiros fazendo cobrança de foro e ameaças de expulsão da terra. Em 19 de julho de 2000 organizaram a Associação dos Produtores Rurais do Povoado Campo Redondo, realizaram seu próprio levantamento histórico sobre a "ancestralidade Étnica – Racial" por meio do reconhecimento da autoatribuição da família Corrêa e consta em ata, de 10 de setembro de 2005, que,

> Nos reconhecemos e nos definimos como comunidades rurais quilombolas de acordo com nossa ancestralidade Étnica – Racial, com história e resistência própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção do resgate de suas lutas e conquistas (ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTOS RURAIS DO POVOADO CAMPO étnica REDONDO, 2005).

Essa caminhada se estendeu de forma que em 2006 a Fundação Cultural Palmares certificou o povoado como "Remanescente dos Quilombolas" e em 2008 o "Título de Reconhecimento de Domínio" tenha sido emitido pelo Instituto de Colonização e Terras do Maranhão-ITERMA. São conquistas que legitimaram perante o estado nacional a sua territorialidade, uma vez que os moradores obstinadamente militaram por sua inclusão social.

Entendemos que a resistência afro-brasileira permanece configurando territórios de r-existência. Essa investigação pretende contribuir para as gerações atuais do povoado rural da Comunidade dos Remanescentes dos Quilombolas do Campo Redondo com conhecimentos sobre as memórias do território e da territorialidade do grupo étnico, evidenciando registro para as gerações que virão e corrobora para o cumprimento da Lei 10.639/03 sobre a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DO POVOADO CAMPO REDONDO. **Livro de Ata**: Bacabal - MA, 2000.

ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DO POVOADO CAMPO REDONDO. **Livro de Ata**, Bacabal - MA, 2005.

ALMEIDA, Cristina de Sousa Fonseca, LAROQUE, Luís Fernando da Silva. **Territorialidade, Identidade e Cultura da Comunidade Remanescente Quilombola Ilha de São Vicente/Tocantins. Geosul**, Florianópolis, v. 34, n. 73, p. 333-357, set./dez. 2019. http://doi.org/10.5007/1982-5153.2019v34n73p333. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/337807154_Territorialidade_identidade_e_cultura_da_comunidade_remanescente_quilombola_Ilha_de_Sao_VicenteTocantins. Acesso em: 08 agt. 2022.

BONFIM, Josafá. "**Sanzaga" - Resgate de uma História.** São Luís – MA: LITHOgraf. 2004.

BONFIM, Josafá. **Ipixuna: tempos áureos da Ribeira do Mearim.** São Luís: 360º Gráfica e Editora, 2015.

BRASIL. **Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, p. 1, – Brasília, DF - 10 de jan. de 2003. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/diarios/418044/pg-1-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-10-01-2003. Acesso: 14 set. 2022.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Mapa Municipal.** Disponível em: https://geoftp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/mapas_estaduais_e_distrito_federal/politico/2015/ma_politico1000k_2015.pdf. Acesso em: 21 jul. 2022.

BRASIL. Fundação Cultural Palmares. Diretoria de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro. **Certidão de Auto-Reconhecimento.** Brasília: 2016.

COSTA, Yuri.; GALVEZ, Marcelo Cheche. (org.) **O Maranhão Oitocentista.** – 2 ed. revista e ampliada. São Luis: Café & Lápis; Editora UEMA, 2015.

E1 – Entrevista 1: relato [27 de ago. 2022, 3p.] **Comunidade Remanescente dos Quilombolas Campo Redondo - Família Corrêa.** Bacabal-MA. Entrevistador: Jucilane de Sousa Carlos. Bacabal, 2022. Gravação em máquina digital. Lajeado: Univates.

E2 – Entrevista 2: relato [27 de ago. 2022, 10p.] **Comunidade Remanescente dos Quilombolas Campo Redondo - Família Corrêa.** Bacabal-MA. Entrevistador: Jucilane de Sousa Carlos. Bacabal, 2022. Gravação em máquina digital. Lajeado: Univates.

FERREIRA, Márcia Milena Galdez. **Do Alto Mearim ao Médio Mearim (MA): de espaço de conquista a lócus de fixação de migrantes nordestinos. XXVII Simpósio Nacional de História** - Conhecimento Histórico e Diálogo Social – Natal-RN, 2013. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org>. Acesso em: 24 jun. 2021.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **BNDigital.** Diário do Maranhão (MA) - 1855 a 1911. Disponível em: http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx. Acesso em: 27 mar. 2020.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** 32. ed. São Paulo. Companhia Editora Nacional. 2005.
GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa.** Trad. Vera Joscelyne. 14. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, Arilda Schmidt. **Pesquisa Qualitativa: Tipos Fundamentais.** Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v. 35, n.3, p, 20-29. Mai/Jun 1995. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/handle/11449/20595. Acesso em: 06 set 2022.

HAESBAERT, Rogério. **Território e descolonialidade: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na "América Latina"**. 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia; Universidade Federal Fluminense, 2021.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS

ANAIS DO

HOLANDA, Fabíola. MEIHY, José Carlos Sebe. **História Oral: como fazer, como pensar.** 2. ed., 4ª reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2015.

MARANHÃO. Instituto de Colonização e Terras do Maranhão – ITERMA. **Título de Reconhecimento de Domínio.** São Luís/MA. 2008.
MARQUES, Cezar Augusto. **Diccionario Historico-Geographico da Provincia do Maranhão.** vol. 2. Typ. do Frias. Maranhão. 1870. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221726. Acesso em: 15 fev 2022.

MOTTA, Eduardo Jorge de Oliveira.; PORTO, Leila Lopes da Mota Alves.; SOUZA, Camilo Cavalcante de. (org.) **Plano Nascente Mearim: plano de preservação e recuperação de nascentes da bacia hidrográfica do rio Mearim** – Brasília: Codevasf, 2019. Disponível em: <https://www.codevasf.gov.br/linhas-de-negocio/revitalizacao/protecao-de-nascentes-e-conservacao-de-agua-solo-e-recursos-florestais/arquivos/plano-nascente-mearim.pdf>. Acesso em: 03 mar 2022.

PORTELLI, Alessandro. **História Oral como arte da escuta.** Trad. Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

SANTOS, M. **Pesquisa reforça preconceito**. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 1995. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/6/25/caderno_especial/25.html. Acesso em: 28 jul. 2022.

SILVA, José Gomes da. **A história gonzaguense** – São Luís-MA: Viegas, 2022.

AS FAMÍLIAS ESCRAVIZADAS DA VILA DE MARAÚ, PROVÍNCIA DA BAHIA, SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

Julian de Souza da Mota[1]

RESUMO: A escravidão atlântica colocada em prática por agentes da ocupação europeia nas Américas provocou um processo de migração forçada que atingiu homens e mulheres africanos. O processo escravista moderno inseriu nas Américas e no Brasil, de maneira particular, um terceiro elemento e agente colonizador que não foi passivo à violência da diáspora obrigada, mas que dentro de suas possibilidades conseguiu também influenciar o processo colonial. Os escravizados que chegaram ao Brasil buscaram formar alianças, fossem por laços sanguíneos ou espirituais, essas alianças aparecem na documentação compulsada para essa pesquisa nas páginas dos inventários post-mortem e de outras fontes de origem cartorial e evidenciam como estes escravizados se movimentaram na tentativa de dar sentido a sua existência. Fazendo uso da micro-história, metodologia desenvolvida por historiadores italianos e franceses, encontramos na documentação os rastros deixados por esses sujeitos escravizados na vila de São Sebastião do Maraú, província da Bahia na segunda metade do século XIX. É necessário destacar que as informações contidas nos inventários não foram produzidas para nós historiadores e historiadoras, elas foram produzidas para descrever os escravizados enquanto mercadorias e bens, esse olhar que devolve, na escrita, a humanidade do escravizado é fruto da "revolução" operada pela Escola dos Annales que dilatou as concepções de fontes históricas e inseriu no horizonte do historiador e da historiadora uma gama variada de possibilidades de objetos e fontes de estudo. A análise das fontes permitiu perceber que as posses escravas de Maraú não eram grandes, se comparadas com aquelas encontradas no Recôncavo açucareiro, sendo em sua grande maioria compostas por no máximo dez escravizados, tendo é claro, poucas fontes que excediam esse número. O cruzamento com fontes diversificadas permitiu matizar as relações familiares estabelecidas pelos sujeitos escravizados nas posses marauenses, esse cruzamento indicou até três gerações de uma mesma família coabitando a mesma posse o que aponta para uma relativa estabilidade familiar no interior das senzalas. Os resultados dessa pesquisa somam-se aos esforços de um conjunto de historiadores e historiadoras baianos em tecer narrativas cada vez mais diversas sobre a escravidão em toda a Bahia, esse esforço parte da percepção, que há também em outras regiões do Brasil, no sentido de decentralizar os estudos sobre escravidão das cercanias das capitais e regiões que desempenharam protagonismo econômico nas antigas províncias do Império do Brasil.
PALAVRAS-CHAVE: Maraú. Família. Escravizado.

1 INTRODUÇÃO

O Sul da província da Bahia, foi durante muitos anos alijada dos estudos históricos, tal descrédito está relacionado com a baixa densidade demográfica apresentada e porque a região se voltou

1 Professor substituto da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará- UNIFESSPA, Campus Xinguara. Mestre em História Social pela Universidade Federal do Maranhã-UFMA. E-mail: juliansmota@unifesspa.edu.br ou juliansmotta@hotmail.com.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

para uma economia de abastecimento, estando assim, fora do grande complexo agroexportador que tinha como região central o Recôncavo açucareiro e mesmo partes do sertão que se voltaram para a criação de gado vacum. Essa perspectiva começa a mudar com estudos pioneiros que colocam no centro dos debates os escravizados e seus descendentes. Tais estudos buscam inserir na historiografia das ditas comarcas do Sul a escravidão de origem africana, que durante anos foi vista como inexistente ou na melhor das hipóteses como insipiente.

O estudo que se segue, está inserido nesse esforço de dar relevo a presença escrava na região Sul da Bahia, no século XIX. Para tanto, nossas investigações se centram na Vila de São Sebastião do Maraú. As pesquisas que fizemos, deram origem a uma dissertação defendida em 2020. Esse estudo foi empreendido tendo como fonte principal os inventários *post mortem* e documentações a eles anexas, como cartas de alforrias e testamentos. O cotejamento das informações contidas nesses inventários tornou possível perceber que a escravidão esteve disseminada em todos as classes sociais da vila de Maraú. Os escravizados que habitavam a vila estiveram sobre controle de pequenos lavradores de mandioca e de outros gêneros alimentícios, esses indivíduos possuíam senzalas de no máximo dez escravizados, com poucas posses que excederam esse número.

A vila de Maraú, esteve no século XIX, inserido no que genericamente chamava-se Comarcas do Sul, essa região ainda hoje é entrecortada por rios e braços de mar que adentram o continente. A fluviosidade do entorno da povoação de Maraú foi fundamental, pois facilitava a navegação de pequena cabotagem e o trânsito intenso de pessoas e mercadorias entre as vilas vizinhas e também com a capital, Salvador.

É nesse cenário que se desvelam histórias de vida de famílias escravizadas. As posses apesar de pequenas possibilitaram a formação de famílias, sejam elas consanguíneas, matrifocais ou espirituais.

Desde os anos 1980 tem se consolidado na historiografia brasileira sobre escravidão a importância das mais variadas configurações familiares para os escravizados, essa perspectiva se fundamenta nos estudos mais gerais do campo da história social. Esse ponto de vista, tornou-se possível para os historiadores com a "revolução documental" operada pela Escola dos *Annales*, para Jacques Le Goff, essa "revolução" nas fontes é fruto da vontade do historiador em falar de todos os homens. [2] Olhar para o escravizado como indivíduo que tenta, a partir das experiências do cativeiro, moldar a formação familiar de modo a lhe favorecer é essencial, a família foi para homens e mulheres um lugar de possibilidades varias.

A família se insere nesse campo, pois ela se configura como uma rede de proteção duradoura no tempo. Os escravizados que conseguiram constituir grupos familiares puderam gozar de maior segurança, de mais proteção e mesmo de condições mais brandas de sobrevivência no complexo mundo da escravidão, uma vez que, o espaço de experiência dos escravizados era partilhado coletivamente. Nas linhas que se seguem mostraremos como as famílias escravizadas de Maraú se organizaram na segunda metade do século XIX.

2 LE GOFF, Jacques. LE GOFF, Jacques. A História Nova. *In:* LE GOFF, Jacques. **A história nova**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 50

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

2 AS FAMÍLIAS ESCRAVIZADAS NO INTERIOR DAS POSSES

Ao analisarmos os inventários *post mortem* da vila de Maraú encontramos 63 registros, onde é possível saber o nome de um dos genitores sendo que, em 51 deles aparece apenas o nome da mãe acompanhada do (os) filho (s); em 03 só há referência ao nome do pai; em outros 03 aparece o nome da mãe, porém, ela já havia falecida; em 05 casos foi possível identificar o nome do pai e da mãe e, em um único caso havia 01casal sem filhos.

Como é possível perceber a maioria dos arranjos familiares encontrados nas fontes não eram oficializados pela igreja, esse modelo foi amplamente encontrado por outros historiadores para outras regiões do Brasil. Dentre os escravizados arrolados, poucos foram descritos como casados e, mesmo quando houve tal menção, nem sempre foi possível identificar o cônjuge do sujeito.

Dos 602 indivíduos inventariados, apenas 12 (3,8%) mulheres e 10 (3,4%) homens foram descritos como casados; outros 03 (1,3%) homens e 02 (0,64%) mulheres foram descritos como viúvos, apontando assim para um possível casamento em algum momento de suas vidas.

Houve assim, a presença majoritária nas fontes das famílias matrifocais, ou seja, aquelas onde era possível encontrar mães e filhos. A predominância desses arranjos familiares, como já descrito acima, não significou a inexistência das familiar nucleares (pai, mãe e filhos) ou de casamentos relativamente duradouros entre os escravos marauenses, visto que, eles também estiveram presentes nos inventários de Maraú, mesmo que em menor número. Stuart Schwartz destaca que as "taxas elevadas de ilegitimidade não significam necessariamente que o pai estava ausente durante os anos de formação da criança escrava"[3]. A afirmação de Schwartz é importante, pois aponta para uma situação que afetava boa partes dos escravizados aqui descritos. Em uma vila pequena como a que analisamos é irreal que pais e filhos não tenham mantido algum tipo de relação ao longo de suas vidas, certamente muitos casais se uniram de forma consensual e mantiveram sólidos relacionamentos no tempo o que possibilitou a convivência entre parentes próximos.

A pouca disparidade na distribuição de homens e mulheres na faixa etária dos 13 aos 40 anos de idade, facilitou as relações consensuais e mesmo oficiais entre os indivíduos, para termos uma ideia eram 77 homens e 112 mulheres, esse percentual apesar de levemente desigual não provocava um desequilíbrio gritante, já que homens e mulheres poderiam se relacionar com indivíduos de situações sociojurídicas diferentes das suas.

Esse foi o caso de José, preto/crioulo, 30 anos, escravo de Maria Joana de Souza que contraiu núpcias com uma "mulher livre"[4]. Caminho semelhante percorreu a escrava de Dona Rosária M. da Conceição, Joanna, crioula, natural da vila de Maraú, 51 anos de idade, com uma metade livre [5]e

3 SCHWARTZ, Stuart. **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 323.

4 APEB. Seção judiciário. Série inventário. Inventariada: Maria Joana de Souza, 1876. Classificação: 07/3027/09.

5 Em vários momentos da pesquisa apareceram escravos descritos como já tendo uma parte de si livre, essa prática parece ter sido comum na vila, os escravizados poderiam ir comprando pouco a pouca sua liberdade, receber essa liberdade por meio de legações em testamentos ou de herdeiros que teriam que partilhar a posse de um mesmo escravo,

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

também casada com "homem livre"[6]. Joaquim, cabra, 55 anos, natural de Maraú e escravo de Manoel José de Melo, foi outro que na hora de contrair matrimônio buscou na vila uma mulher de diferente condição jurídica. Joana, companheira de cativeiro de Joaquim, parda, 37 anos, liberta com condição, que era viúva de um certo Domingos da Hora, optou também por contrair núpcias com um homem livre[7]. Infelizmente, em nenhum dos casos dispomos de informação detalhadas dos companheiros livres dos escravizados para empreender uma análise mais profunda da situação desses casamentos e das posses que os livres tiverem, se é que possuíram alguma.

O que podemos apontar da análise da documentação é que todos os nubentes eram mestiços, ou seja, eram indivíduos nascidos no Brasil, dois destes, mais especificamente, nascidos na vila de Maraú. Talvez a condição crioula tenha facilitado o estabelecimento desses casamentos. Quiçá estes indivíduos tenham crescido num mesmo círculo social e, a partir daí, desenvolvido afetividades. Sem entrar no mérito das manumissões, observamos que as duas mulheres que contraíram casamentos com sujeitos livres deram passos importantes no caminho da liberdade, o casamento com homens livres pode ter se constituído para as mulheres escravas num importante dispositivo para a conquista total da alforria. É fundamental compreendermos que até a lei de número 2040 de 28 de setembro de 1871 a escravidão era transmitida pelo ventre materno, essa situação potencializava ainda mais o desejo pela liberdade em casais onde a mulher era escrava, pois mesmo casada com homens livres seus rebentos nasceriam escravizados.

A despeito dos casamentos entre indivíduos de condições sociojerídicas diferentes, Luciano Lima é assertivo em destacar os interesses em jogo na hora de se contrair nupciais. Para esse pesquisador os

> [...] casamentos não deixavam de ser um investimento social das famílias de ambos os nubentes, em que estavam em jogo alianças, aspirações de ascensão social, disputas, tensões, mas também solidariedades tecidas cotidianamente no interior da comunidade negra[8].

Se as mulheres buscavam a possibilidade de conquistar a alforria, para os homens esteve em jogo, dentre outros anseios, a formação de uma prole que não estivesse sujeita à escravidão, e por isso, quando possível, buscaram contrair matrimônios com mulheres livres.

As famílias matrifocais foram mais abundantes e nos permitem analises mais aprofundadas, já que conseguimos acompanhar pequenas trajetórias de alguns sujeitos em períodos diferentes de suas vidas.

Em 1843, quando morreu Anna Martins de São José, ela era proprietária da maior posse escrava arrolada para a década de 1840. Casada com José Gonçalves da Silva Ribeiro e mãe de três filhos,

compra efetuada por parentes ou mesmo uma combinação de todas essas possibilidades. É interessante notar que os escravizados estiveram atentos as possibilidades de conquista da liberdade e souberam quando possível empreender estratégias para consumar projetos maiores como a liberdade total.

6 APEB. Seção judiciário. Série inventário. Inventariada: Rosário Maria da Conceição, 1878. Classificação: 05/1862/2333/14.

7 APEB. Seção judiciário. Série inventário. Inventariado: Monoel José Melo, 1879. Classificação: 05/1862/2333/08.

8 LIMA, Luciano de. **Cativos da "Rainha da Borborema":** uma história social da escravidão em Campina Grande- século XIX. Tese (Doutorado)- Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008. p. 211.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

o Tenente Francisco Gonçalves da Silva Ribeiro, D. Antonia Maria da Conceição, solteira e D. Maria Joaquina da Conceição, casada com João da Silva Porto.

No seu inventário foram arrolados 39 cativos das mais variadas origens e idades. As informações contidas no inventário foram bem parcas, identificamos explicitamente a indicação de apenas uma família, a formada por Marciana e seu filhinho recém-nascido Bernardo; Marciana, havia sido doada à filha de D. Anna de São José, Antonia Maria da Conceição[9], não sabemos em qual ano.

Passados 10 anos, em 1853, quando da abertura do inventário por morte de Manoel Desidério de Figueiredo, marido de Antonia Maria da Conceição — a filha solteira de Dona Anna Martins de São José — com quem teve um filho por nome Manoel, voltamos a ter notícias de Bernardo, agora com 10 anos de idade. Manoel D. de Figueiredo era dono de uma grande posse escrava, contava com 20 escravizados, entre adultos e crianças, aqui não sabemos nada sobre o paradeiro de Marciana, o inventário faz menção apenas a Bernardo.

Onze anos depois, em 1864, encontramos mais uma vez Bernardo, agora entre os bens deixados por Antonia Maria da Conceição, a essa altura casada em segundas núpcias com Manoel Rodrigues de Oliveira, a documentação consultada foi um pouco mais generosa e nos deu informações preciosas acerca da trajetória de Bernardo. No testamento de Conceição, anexo ao inventário, ficamos sabendo que Marciana havia tido outras três crianças antes de morrer, Bernardo vivia em companhia de outros 23 escravizado, três dos quais seus irmãos. No inventário conhecemos um pouco mais sobre os irmãos de Bernardo: Martinho, crioulo, 23 anos; Ignacio, crioulo, 20 anos e Faustino, 16 anos[10].

A trajetória de Bernardo se encerra aqui, uma vez que passando a posse de Manoel Rodrigues de Oliveira, não soubemos mais notícias dele e nem de seus irmãos, porém, a sua micro-trajetória nos faz refletir acerca do *modus operandi* da escravidão, e geralmente, dos percalços pelos quais passavam a famílias negras no tempo. Marciana, para quem possuímos poucas informações, teve uma prole extensa, contribuiu para a dilatação da posse de seus senhores, dando-lhes quatro novos trabalhadores. Ao mesmo tempo que deve ter vivenciado com temor a morte de sua primeira senhora, e com ela as angustias de ser separada de seu filho ainda em tenra idade, as angústias devem ter sido uma constante na vida dessa mãe, até que foram superadas ao passar a viver em uma posse relativamente estável. Do mesmo modo que seus filhos devem ter ficado angustiados ao vivenciarem por duas vezes a morte de seus ex-senhores, talvez menos dramático, em razão de não envolverem tantos herdeiros, o único filho de Dona Antonia Maria da Conceição com Manoel D. de Figueiredo, Manoel, não era adulto, em suas segundas núpcias a inventariada não teve filhos, logo era quase certo que ficariam em posse de seu senhor Manoel Rodrigues Monteiro, mesmo assim ainda era arriscado, poderiam ser vendidos para pagar dívidas.

9 APEB. Seção judiciário. Série inventário. Inventariada: Anna Martins de São José, 1843. Classificação: 08/3887/13.

10 Aqui, reside um ponto escuro na documentação, não há qualquer explicação do porquê os irmãos de Bernardo não terem sido arrolados nos bens de dona Anna Martins de São José como ele foi. À primeira vista, parece haver um erro na idade dos irmãos, porém todos as fontes apontam para o fato de que Martinho é de fato o irmão mais velho. Não sabemos quais os arranjos que estiveram em jogo quando da doação de Marciana, a D. Antonia Maria da Conceição, fato é, que quando Marciana passou a sua companhia já era mãe de dois filhos, tendo os dois últimos posteriormente.

Em 1863 quando morreu a viúva Anna Joaquina da Conceição, ela havia contraído matrimônio duas vezes. A primeira com José Luis Bandeira, com quem teve uma filha de nome Isabel, casada com o Tenente João José Lemos, residentes na vila de Santarém; e em segundas núpcias, com Felix José Lemos, desse último consórcio gerou outra filha por nome Innocência, falecida aos 06 anos de idade. Enquanto era viúva do primeiro casamento, "por fragilidade" teve duas filhas naturais, Delmira e Amália, a última já falecida. Desse modo, seus herdeiros passaram a ser suas duas filhas Isabel e Delmira e os seus 03 netos, filhos de Amália, a saber, Innocencia, Américo e João. Como Isabel e seu esposo viviam em outra povoação, instituíram como procurador o cidadão Joaquim Pereira de Souza, responsável pelos tramites do inventário. Durante o arrolamento dos bens, uma família de escravizados foi descrita, formada por Narciza, crioula, 35 anos de idade, e por suas filhas Alcina, crioula com 05 anos de idade e Andrelina[11].

Durante a partilha dos bens, Narciza foi dada como herança a Isabel, enquanto Alcina formou o quinhão da herdeira Delfina. Andrelina por seu turno, já era metade livre — o segundo marido da inventariada, Felix José Lemos, havia deixado em testamento o pagamento de metade da pessoa da escrava— Dona Ana Joaquina custeou a outra metade da alforria, consolidando a total liberdade de Andrelina, de quem não dispomos de maiores informações. Durante a partilha dos bens, mãe e filhas foram separadas, fosse pelo estatuto jurídico ou por passarem a ser escravas de distintas senhoras. Quanto a Andrelina, acreditamos que fosse ainda muito pequena quando de sua alforria, talvez com idade muito próxima a de sua irmã, o valor de sua alforria foi de 300$000 mil réis, valor que corresponde para a Maraú Oitocentista a uma escrava ainda muito jovem, sua irmã Alcina, por exemplo, foi avaliada por 500$000 mil réis[12]. Talvez, Andrelina tenha seguido com sua mãe para o novo cativeiro, enquanto Alcina tenha rumado sozinha para a posse de sua nova senhora, uma conhecida de certo, mas que não teria com ela o cuidado e o afeto materno; Alcina perdeu ainda a irmã, que certamente era uma companheira de brincadeiras. Narcisa, por sua vez, foi obrigada a deixar a filha e toda uma rede de sociabilidades criada por ela durante sua vida em Maraú. Quiçá deixou para trás outros parentes e o pai de suas duas filhas, a morte de sua senhora foi, nesse sentido, sinal de tristeza e alegria, já que uma de suas filhas deixava parcialmente o mundo da escravidão, parcialmente, pois, ainda a vivenciaria junto a mãe.

O momento da morte dos senhores foi sempre visto com temor e angústias, ao passo que poderia representara para alguns a chance de granjear a alforria, para outros poderia se converter em momento dramático, uma vez que junto com o inventário também se abriam uma série de possibilidades, dentre elas a separação dos seus. Como defendido por Cristiany Miranda Rocha, a morte do senhor foi sempre um momento de "grande apreensão para a família de cativos, tendo em vista as incertezas acerca de seus destinos"[13].

11 APEB. Seção Judiciário. Série Inventário. Inventariada: Ana Joaquina da Conceição, 1863. Classificação: 04/3937/16.
12 Idem.
13 ROCHA, Cristiany Miranda. A morte do senhor e o destino das famílias escravas nas partilhas. Campinas, século XIX. **Revista Brasileira de História**, v. 26, p. 175-192, 2006. p. 177.

Em 1875, quando Joana Marcelina da Conceição morrera havia na sua posse escrava 06 famílias matrifocais, essas 06 mulheres colaboraram para o crescimento da posse escrava, ao gerarem 09 crianças escravizadas e 03 ingênuas[14]. Ao mesmo tempo em que reproduziram a escravidão, estendendo-a a seus rebentos, essas mulheres teceram laços de carinho, afeto e solidariedade com seus companheiros e mais ainda com seus filhos. Certamente, muitas dessas mulheres compartilhavam o cativeiro com os pais de seus filhos, vivendo uma relação consensual a anos, sem que nunca tenham se dirigido a uma igreja para oficializar tal relação. Rozalina, cabra, 33 anos, era mãe de dois filhos, Leocadia, crioula, 04 anos de idade e Veridiano, pardo, 07 anos de idade; Maria Pequena, crioula, 38 anos, era mães de quatro crianças, três escravas e uma ingênua, a primeira foi Teresina, cabra, 09 anos de idade, seguida por Alfredo, cabra de 08 anos de idade; Severino, pardo, 06 anos de idade e, por último, pela ingênua Jenuina, com 13 meses[15].

Leoncia, crioula, 28 anos de idade, concebeu no cativeiro três filhos, Tacila, parda, 07 anos de idade; Lucio, crioulo, 07 anos de idade e o ingênuo Leopoldo de 6 meses. As crioulas Maria Cabaré, 38 anos de idade e Ludovica, 51 anos, eram mães cada uma de uma criança, respectivamente Canuto, crioulo, 11 anos de idade e Avelino, crioulo, com nove anos de idade. Domitilia, cabra, 19 anos de idade foi a única dessas mães que não contribuiu diretamente para a dilatação da posse de sua senhora, seus dois filhos nasceram depois da Lei do ventre Livre, talvez pudessem futuramente ser explorados, mas não mais com o peso da escravidão perene. Egidio tinham 2 anos e meio de idade, enquanto Henriques contava apenas com 05 meses[16]. Os homens adultos nessa posse eram 19, enquanto as mulheres eram 18, os demais eram 10 crianças, 07 meninos e 03 meninas. Em se tratando de relações afetivas, as possibilidades eram reais entre os adultos, sendo assim, é provável que os pais das crianças descritas aqui vivessem lado a lodo, dividindo o cuidado com os filhos, dividindo o trabalho, as angustias, tecendo projetos de vida coletivos.

Outras histórias de vidas familiares foram encontradas na posse de José Coutinho de Eça, falecido em 1883, o inventariado era casado com D. Maria Joana de Souza Coutinho e pai de quatro filhos, sendo Dona Josepha Maria Coutinho maior e os menores Luiz Coutinho de Eça, 19 anos; José Coutinho de Eça, 15 anos e Dona Maria das Dores de Eça, 14 anos de idade. No seu inventário foram descritos 11 escravos e 05 ingênuos. Nesse inventário, foi possível saber a mãe de todos os escravizados nascido no Brasil, a única que não tivemos como descobri a filiação foi Angelina, africana, 50 anos de idade, mas identificamos que ela era mãe de dois escravizados e avó de um ingênuo; Eliziaria, uma preta de 20 anos de idade era mãe do ingênuo Maximiano, de três anos; Maxiamino tinha como tio o preto Felizardo, de 20 anos de idade, não sabemos qual a filiação dos filhos de Angelina, talvez fosse o preto Manoel, 45 anos de idade, filho da liberta Benedita[17] ou quem sabe um homem livre.

14 APEB. Seção Judiciário. Série Inventário. Inventariada: Joana Marcelina da Conceição, 1874. Classificação: 04/1688/2158/04.
15 Idem.
16 APEB. Seção Judiciário. Série Inventário. Inventariada: Joana Marcelina da Conceição, 1874. Classificação: 04/1688/2158/04.
17 APEB. Seção Judiciário. Série Inventário. Inventariado: José Coutinho de Eça, 1882. Classificação: 07/3015/13.

Essa propriedade foi ainda o lar de outros três arranjos familiares. Bazilia, uma escrava falecida ou liberta, já que não sabemos muito sobre ela, era mãe de Anna, cabra, 24 anos de idade, que por sua vez, era mãe dos ingênuos Paulino e Silvino, respectivamente, de 05 e 03 anos de idade. Bazilia era mãe ainda de outros dois escravizados descritos como cabras: Manoel, 22 anos de idade e Antonio, de 20 anos idade. Por último, viviam na posse os filhos e netos de Martinha, muito provavelmente falecida. Boldoina, 36 anos de idade, era a filha mais velha de Martinha, durante a sua vida ela ampliou sua descendência ao ter quatro crianças, das quais dois eram escravos: Fausta, preta, 16 anos de idade e João, preto, com 20 anos. Baldoiana era mãe ainda de dois ingênuos, Celestina, 08 anos de idade e Franquelino, de 06 anos de idade. Os filhos de Baldoina cresceram em companhia da tia Joana, cabra, com 34 anos de idade e da prima Marccelina, ingênua, de 08 anos[18], sobre os pais de toda essa prole nada sabemos.

Como é possível imaginar até aqui, a facilidade de se contrair matrimônio foi mais real para os escravizados das médias e grandes posses, como os casos narrados até o momento dão nota. Essa relativa facilidade foi possível, pois a oferta de parceiros e parceiras dentro da própria posse foi maior. Robert Slenes, em seu estudo sobre a família escrava no Sudeste escravista, destaca que foi "exatamente nessas unidades médias e grandes que os escravos normalmente conseguiam casar-se com mais frequência", parece ter sido esse também o padrão das formações familiares em Maraú, as posses grandes e médias agruparam o maior número de famílias, fossem elas matrifocais ou nucleares.

Se nas grandes posses as facilidades para se encontrar um parceiro ou parceira foram maiores, isso não significou a impossibilidade de formação de famílias nas menores propriedades. Algumas histórias de vida familiar conseguiram florescer no interior de posses pequenas, onde muitas vezes habitavam uma mãe com seu filho. Em 1861, quando faleceu Florentino Moreira da Cruz, este era casado com Lucrecia Maria da Conceição, como não possuíam filho Lucrecia dividiu a herança de 864$512 mil réis com sua sogra Luciana Maria da Conceição, entre os bens do casal estavam Ursula e seus dois filhos Estevão, 15 anos de idade e Francisco, de 12 anos de idade[19]. Em 1873, quando faleceu D. Theodora Maria da Conceição havia em seu poder uma família de escravizados, tendo como cabeça uma escrava doente por nome Constança, 50 anos de idade, e suas duas filhas, Leolinda, mulata, 08 anos de idade, paralítica e Maria, mulata, com prováveis 02 anos de idade[20].

Acompanhemos, por fim, a trajetória da escravizada Porquiria. A história de Porquiria, crioula, 46 anos de idade, começa em nossa documentação em 1868, quando da abertura do inventário do Capitão Leonardo José de Figueiredo, falecido na cidade da Bahia, Salvador, no dia 1º de março. Este era casado com dona Maria Marcolina da Conceição, não conseguimos identificar todos os seus herdeiros, pois, o inventário é incompleto. Porquiria, vivia na posse de seus senhores acompanhada de seus filhos Maria, crioula, com 02 anos de idade, Sebastião, mulato de 06 meses de vida, Reduzina, Felipe, Bernardo e Manoel[21]. Porquiria, Maria e Sebastião foram libertados pelo Capitão Leonardo José

18 Idem.
19 APEB. Seção Judiciário. Série Inventário. Inventariado: Florentino Moreira da Cruz, 1861. Classificação: 08/3387/01.
20 APEB. Seção Judiciário. Série Inventário. Inventariada: Lina da Luz Pedrosa, 1862. Classificação: 07/3016/03.
21 Nas cartas de alforria dos referidos escravos não há menção a cor ou idade, eles são identificados apenas pelo nome e pela alcunha de "cria da fazenda" sem que haja outras informações.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

de Figueiredo quando este ainda era vivo e as demais "crias" pela viúva inventariante. Segundo Maria Marcolina, a libertação das ditas "crias" já havia sido acertada entre ela e seu marido. As liberdades concedidas seguiram a mesma retórica "cuja liberdade concedo de minha livre vontade, sem constrangimento, e por ter recebido bons serviços da dita cria", havia, no entanto, em todas as liberdades concedidas pela inventariante, uma condição: a dos libertos servirem a seu filho e inventariante André Fernandes de Souza.

Até aqui, mais uma história de vida familiar comum na nossa documentação e em outras partes do Império do Brasil, escravos recebendo de seus senhores por verba testamentária suas liberdades com algum tipo de obrigação. A história ganha matizes e contornos em 1871, quando falece dona Maria Marcolina da Conceição, em seu testamento ela volta a reconhecer a liberdade dos filhos de Porquiria, a essa altura liberta, e nos dá maiores informações sobre o pai dos ditos escravos. Dizia a viúva

> Declaro que libertei por cartas, as minhas crias insto é Reduzina, Felipe, Bernardo e Manoel no ato da inventario de meu casal, e Maria já lhe tinha passado carta a muito tempo, cujas crias são filhas de minha escrava que foi de nome Porquiria, cujas liberdades fiz tanto pelas ter criado por muito amor que lhes tenho, como por conhecer que todas são filhas bastardas de meu filho mais velho e primeiro testamenteiro André Fernandes de Souza, e por conseguinte meus netos, que por fragilidade os teve[...][22]

Esse caso aponta para uma outra possibilidade de arranjo familiar, que apesar de raro em nossa documentação merece nota, pois aponta para as interações sexuais duradouras entre senhores e escravos. Duradoura, pois foi capaz de gerar seis[23] crianças no interior da senzala senhorial. Não sabemos se essa relação foi violenta ou se houve o consentimento da, na época, escrava Porquiria, fato é, que muito passivelmente a partir desse enlace sexual, Porquiria conseguiu a liberdade para si e para seus filhos. A omissão acerca da real paternidade dos filhos de Porquiria só se quebra no leito de morte da matriarca da família senhorial, Maria Marcolina da Conceição. Muito certamente na tentativa de transparecer uma face benevolente, a inventariada liberta todos os escravos/netos, e de alguma forma garante que estes permaneçam junto ao pai, afinal a condição é que estes sirvam a André Fernandes de Souza.

CONCLUSÃO

No dia 20 de março de 1888 faleceu no termo da vila de Maraú dona Plácida Bernadina da Conceição, casada com Reinaldo Moscoso de Aragão. Dentre os muitos bens inventariados estavam 05 escravizados que, com exceção de um, pertenciam a uma família que tinha como figura central a escravizada Rozalina, preta, 46 anos de idade. Na posse onde vivia, Rozalina compartilhava o cativeiro com 3 filhos: o primeiro era Marcolino, pardo, 27 anos de idade; Joaquim era o segundo, preto, 22

22 APEB. Sessão Judiciaria. Serie Inventário. Inventariada: Maria Marcolina da Conceição, 1871. Classificação: 07/3027/10.
23 Acreditamos que o pequeno Sebastião que tinha 06 meses em 1868, tenha morrido, ele desaparece da documentação compulsada e não temos mais quaisquer noticia dele.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

anos de idade; e o mais moço era Zeferino, cabra, 16 anos de idade[24]. Rozalina vivia com seus filhos, aparentemente, desde o nascimento do primeiro naquela posse, tendo de vê-los crescer e dividido as angústias de viver sobre a escravidão depois destes terem chegado a idade adulta, menos de dois anos antes de terem a liberdade enfim garantida ainda viviam as angustias do sistema. Ao que parece, Rozalina teve seus filhos a partir de relações fortuitas, já que a diferença de idade entre um e outro é de aproximadamente cinco anos, não tendo na propriedade alguém que pudesse ser seu amasio.

O exemplo descrito acima se repetiu diversas vezes nas posses escravas de Maraú, como apontamos no decorrer desse artigo. Filhos que apareceram listados só com as respectivas mães e em companhia de um ou mais irmãos, com raras indicações da figura paterna, sendo por isso, aos olhos da igreja e da sociedade, filhos naturais emergiram das fontes analisadas e tornaram possível escrever esse texto e lançar luzes para os arranjos familiares numa vila do interior da província da Bahia.

Os casos narrados aqui dão nota de como se estruturou a escravidão na vila de Maraú. A vila fez parte do complexo mundo da escravidão brasileira com todas as dinâmicas de mestiçagem e via de regra de hierarquização social. Os escravizados estiveram inseridos nas mais diversas atividades, fossem elas as predominantes ligadas ao eito e ou aquelas menos recorrentes, como as especializadas, passando pelas domésticas e tendo um número significativo de escravos que não foram descritos segundo as suas ocupações. Para manter um complexo agrícola de gêneros alimentícios, as escravistas da vila recorreram, em um primeiro momento, ao tráfico atlântico, enquanto esse ainda era permitido, e, num segundo momento, à reprodução natural, o índice de escravos entre 0 e 20 anos, atestada para essa estratégica de reprodução endógena.

Se para os senhores a família escrava representou a possibilidade de dilatação dos plantéis via reprodução natural; para os cativos, a família ganhava outros significados, era lugar de refúgio, solidariedade, cuidado e, muitas vezes, uma das portas de aquisição da alforria. Desta feita, sua formação se inseriu num campo de concessões por parte da família senhorial, concessões que não foram pacíficas, mas baseadas no conflito e na resistência dos escravizados para a formação da família e para a sua manutenção ao longo do tempo, tudo isso em um cenário pouco sensível à causa da liberdade. Robert Slenes é categórico ao afirmar que a formação da família se efetivou em "um campo de batalha, um dos palcos principais, aliás, em que se trava a luta entre escravo e senhor"[25]. Para a Bahia, Isabel Cristina Ferreira dos Reis apontou que os escravizados empreenderam "luta pela preservação da família e a solidariedade entre parentes" para a autora tais lutas "constituíram-se em mais uma forma de resistência escrava, de resistência à coisificação e a desumanização"[26]. Tais resistências nem

24 APEB. Seção judiciário. Série inventário. Inventariada: Plácida Bernadina da Conceição, 1888. Classificação: 04/1682/2154/14.

25 SLENES, Robert W. **Na senzala uma flor - Esperança e reconstrução na formação da família escrava:** Brasil Sudeste, século XIX. Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, 2011. p. 59.

26 REIS, Isabel C. Ferreira dos. **História de vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX**. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1998. p. 112

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

sempre foram empreendidas por meio de conflitos violentos. Os escravos encontraram meios de minar a autoridade senhorial e resistir de formas sutil e silenciosa.

Certamente, a liberdade e outras benesses se tornaram mais reais e acessíveis na década de 1870, quando são criadas leis que regulam a relação senhor escravo e, por isso mesmo, foram amplamente utilizadas pelos escravizados na hora de conseguir suas liberdades e a liberdade dos seus.

A luta dos escravizados começou bem antes de suas chegadas ao Brasil, ainda na África devem ter resistido e sucumbido a uma travessia cruel e degradante. Ao chegarem em solo firme, outras lutas se empreenderam até que a liberdade se tornasse possível. São os frutos dessas lutas empreendidas ainda no interior da senzala que veremos no capítulo a seguir.

REFERÊRENCIAS

LE GOFF, Jacques. LE GOFF, Jacques. A História Nova. *In*: LE GOFF, Jacques. **A história nova**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 50.

LIMA, Luciano de. **Cativos da "Rainha da Borborema":** uma história social da escravidão em Campina Grande- século XIX. Tese (Doutorado) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

REIS, Isabel C. Ferreira dos. **História de vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX**. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1998.

ROCHA, Cristiany Miranda. **A morte do senhor e o destino das famílias escravas nas partilhas**. Campinas, século XIX. Revista Brasileira de História, v. 26, p. 175-192, 2006. p. 177.

SCHWARTZ, Stuart. **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SLENES, Robert W. **Na senzala uma flor - Esperança e reconstrução na formação da família escrava:** Brasil Sudeste, século XIX. Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, 2011.

CORPO E HISTÓRIA EM "O ESCRAVO NOS ANÚNCIOS DE JORNAIS BRASILEIROS DO SÉCULO XIX (1963)" DE GILBERTO FREYRE

Messias Araujo Cardozo[1]

RESUMO: A proposta da pesquisa é discutir, a partir da obra "O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX", publicada em 1963 por Gilberto Freyre (1900-1987), o tema do corpo negro escravizado na história brasileira. Parte de estudo mais ampla no âmbito do doutorado em história da UFRGS, o texto tem como objetivo central, a partir de uma metodologia típica da história intelectual intitulada de "leitura internalista", compreender como os corpos escravizados nos anúncios de jornais podem ser identificados como forma de observar as relações entre senhores e escravizados negros no Brasil oitocentista. Da obra, destaco particularmente dois pontos: primeiro a grande ênfase que Freyre deu aos jornais como fontes históricas que seriam tão ou até mais importantes do que outros documentos históricos, numa época em que parte da historiografia brasileira ainda não se utilizava desse rico material histórico. Segundo: enfatizo, principalmente, como o corpo deformado, marcado, supliciado era indicativo de uma forma bastante particular de Freyre de entender as "características da personalidade e as formas de corpo" de negros e mestiços que só poderiam ser historicamente compreendidas quando remetidas as relações sociais mais amplas. Sobre a importância dos jornais, destaco a citação:

> Mais do que isto: a análise sistemática de anúncios relativos a escravos nos jornais brasileiros do século passado veio permitir chegar-se a importantes conclusões ou interpretações de caráter antropológico quer psicossomático, quer de todo cultural, à base das descrições oferecidas das figuras, falas e gestos de negros – ou mestiços – à venda e, sobretudo, fugidos: altura, formas de corpo, pés, mãos, cabeças, dentes, modos de falar, gesticulação, doenças.[2]

Os limites de um resumo expandido não permitem maiores detalhamentos quanto ao trabalho (o qual na apresentação será mais bem descrito e explicado) que segue a seguinte estrutura: Introdução, corpo e história de escravizados negros no Brasil – por Gilberto Freyre –, Conclusão e Referências.
PALAVRAS-CHAVE: Corpo. Jornal. Escravo. Freyre.

1 Graduado em História pela Universidade Estadual do Piauí. Mestre em História pela Universidade Federal do Maranhão (Bolsa CAPES). Doutorando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: messias.histsocial@gmail.com. A pesquisa é financiada pela CAPES.

2 FREYRE, Gilberto. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**: Tentativa de interpretação antropológica, através de anúncios de jornais brasileiros do século XIX, de característicos de personalidade e de formas de corpo de negros ou mestiços, fugidos ou expostos à venda, como escravos, no Brasil do século passado. 2 ed. São Paulo/Recife: Companhia Editora Nacional/Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1979. p. XIV.

1 INTRODUÇÃO

A história da escravidão negra no Brasil é um campo de investigação bastante variado em termos de perspectivas teóricas e de abordagens metodológicas. Gilberto Freyre (1900-1987) em várias de suas obras tematizou a escravidão negra de uma maneira bastante peculiar. O aspecto inovador e as polêmicas de sua interpretação da escravidão ainda são aspectos que suscitam debates em torno da história do pensamento social brasileiro. *Casa-grande & senzala* – publicado em 1933 por Freyre – é, sem dúvida, um divisor de águas no pensamento sobre a formação social brasileira ao criticar, diretamente, o duplo determinismo geográfico e racial que operava com força no pensamento sobre o Brasil desde o final do século XIX.[3]

A tese da escravidão "benigna", que apareceu já em sua dissertação de mestrado na Universidade de Colúmbia[4], em 1922, ganhou novos desdobramentos no livro de 1933. A concepção de que houve relações mais "amistosas" entre a família patriarcal e a escravidão doméstica, conforme a interpretação de Freyre, deram sustentação para os críticos de suas ideias, tais como Florestan Fernandes (1920-1995), o enxergassem como um dos autores que defendia a ideologia da democracia racial.

Sobre a forma idealizada e até romantizada da interpretação de Freyre sobre a escravidão negra doméstica existe uma bibliografia extensa. Muito se escreveu e pesquisou sobre a obra de Freyre dos anos 1930 e da associação de seus livros com o mito da democracia racial. Diante disso, o tema da pesquisa busca um olhar diferente em relação a obra do autor. O foco do presente trabalho é apresentar e discutir o tema do corpo na história a partir da obra publicada em 1963 intitulada: "*O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX: Tentativa de interpretação antropológica, através de anúncios de jornais brasileiros do século XIX, de característicos de personalidade e de formas de corpo de negros ou mestiços, fugidos ou expostos à venda, como escravos, no Brasil do século passado*". É um livro singular no interior da obra de Freyre. O texto seria o precursor de um campo novo da antropologia que ele intitulou de "anunciologia", que estaria dentro de uma microssociologia em desenvolvimento no Brasil.[5] É uma forma de entrada na obra do autor que tenta entender um tema pouco explorado: a questão do *corpo como uma superfície de inscrição dos acontecimentos*[6] históricos. No caso, o corpo supliciado do escravo negro no Brasil oitocentista.

2 CORPO E HISTÓRIA DE ESCRAVIZADOS NEGROS NO BRASIL POR GILBERTO FREYRE

Antes de tudo, cabe enfatizar a diferença entre o corpo e as suas carnes. Um corpo não é as suas carnes. A despeito do histórico uso simbólico das carnes mortas por parte dos grupos no po-

3 ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional.** Ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 28.
4 FREYRE, Gilberto. **Vida social no Brasil nos meados século XIX**. 2 ed. Trad. Waldemar Valente. Rio de Janeiro/Recife: Artenova/Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1977. [Originalmente publicado em inglês, em 1922].
5 Conforme o próprio Freyre insinuou em: FREYRE, Gilberto. Uma microssociologia em desenvolvimento no Brasil: a análise e interpretação de anúncios de jornais. **Ciência & Trópico**, Recife, 1(1). 1973. Jan/jun. p. 7-22.
6 FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 22.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

der, muitas vezes despedaçadas, degoladas, para "servir de exemplo"[7]. Um corpo é um conjunto de inscrições e marcas simbólicas que mesmo estando nas carnes (corpos tatuados, mutilados ou escarificados, por exemplo) é outra coisa. O corpo do sujeito escravizado não era apenas seu dorso, seus músculos, suas marcas, sua estrutura óssea, era muito mais que isso. Os símbolos de sua condição social e de sua posição na hierarquia dos corpos – sim, existiu e existe uma hierarquia dos corpos em que o corpo branco e vestido com determinado tipo de roupa está no topo – estavam presentes nos corpos coxos, sem um olho, com marcas de castigos, com trejeitos específicos dos escravizados negros analisados por Freyre.

Cabe mencionar, ademais, que a maior parte da historiografia ocidental foi pouco atenciosa ou mesmo condescendente com o corpo humano. As descrições contidas nos textos dos historiadores que narraram os "grandes feitos dos grandes homens" nas suas imortais batalhas, geralmente, virou as costas para a materialidade dos corpos vazados, sangrentos, cortados, decepados e jogados ao chão ou no fundo dos rios nos teatros das operações militares que rendiam a vitória ou a derrota de um líder conquistador.[8] Seria a antropologia [histórica] que colocaria o corpo como um espaço privilegiado da manifestação da cultura. O campo da antropologia do corpo, campo esse comumente associado ao autor francês David Le Breton,[9] assim como algumas das análises de Michel Foucault[10], em *Vigiar e Punir* (1975), formam caminhos precursores dessa aproximação entre corpo e história.

O texto de Freyre pode ser tomado como precursor desse campo da antropologia do corpo no Brasil. Seria mais um dos pioneirismos de Freyre, pioneirismos esses que ele nunca deixou de enfatizar. É notório que a relação entre corpo e história é um tema que já tinha aparecido nas suas obras da década de 1930. Era principalmente o corpo escravizado negro sob o signo do erotismo, o "escravo na vida sexual e de família brasileira", conforme os capítulos 3 e 4, conhecidos de Casa-grande e senzala. Então, o que haveria de novo na obra *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século* XIX, de 1963?

Acredito que, em dois sentidos podemos indicar a forma como a relação corpo e história foi abordada de maneira inovadora no que concerne a obras anteriores: o *manuseio sistemático dos jornais como fontes privilegiadas,* sobretudo *os anúncios* de compra, venda e, principalmente, nas descrições pormenorizadas dos corpos dos escravizados que fugiam, para o estudo da história do corpo. E *o corpo supliciado e marcado como um símbolo do caráter violento da escravidão*, o que vai paradoxalmente contra a perspectiva de uma escravidão "benigna" defendida pelo próprio Freyre, ou seja, o texto, aparentemente, contradiz uma tese corriqueiramente associada ao autor.

---

7 A História da Violência no Brasil ilustra vários exemplos de corpos supliciados ao longo da história brasileira, tais como Tiradentes, Lampião, os detentos do Carandiru etc.

8 ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. "Capítulo 2: O passado, como falo?: o corpo sensível como um ausente na escrita da história" In: _____. **O tecelão dos tempos**: novos ensaios de teoria da história. Ed. São Paulo: Intermeios, 2019. p. 39-41.

9 BRETON, David Le. **Anthropologie du corps et modernité**. Paris, PUF. 1990. Percebam que o texto de Breton é de 1990 e o de Freyre é de 1963, o que pode nos levar a questionar o pioneirismo de Breton no campo da antropologia do corpo.

10 É ilustrativo o primeiro capítulo da primeira parte do livro intitulada "O corpo dos condenados" em que a descrição do suplício de Damiens mostra como o corpo e história são aproximados na análise de Foucault. FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 20 ed. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes, 1987.

A historiografia da escravidão é um campo de investigações privilegiado para a história do corpo, conforme o historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior:

> Como a escravidão foi um regime de trabalho que insidia diretamente sobre os corpos, que implicava a compra e a venda de corpos, avaliados como mercadorias, tratados diretamente como ferramentas, como meios de produção, sujeitos a serem marcados, tatuados, escarificados, torturados, algemados, chicoteados, mutilados, a historiografia da escravidão é uma das poucas historiografias que tratam do corpo [...].[11]

É interessante a citação para apontarmos como o campo da história da escravidão é particularmente fértil para abordar a relação entre corpo e história. O corpo marcado pelo signo da violência. Outro tema importante da história da escravidão: a violência. O texto de Freyre é um conteúdo marcado pela violência, porém, não é um texto que "esconde" o corpo violentado nas estatísticas, como, comumente, parte da sociologia da violência, assim como parte significativa dos textos sobre história da violência, acaba fazendo.

Sobre o primeiro sentido que destaco, Freyre afirmou que os anúncios de jornais são fontes históricas tão dignas como qualquer outro documento. As marcas dos corpos e sua descrição, o mais precisa possível contida especialmente nos anúncios de fuga, eram mais do que apenas descrições com o objetivo de ajudar na captura do escravizado. Eles seriam fontes para problematizarmos o aspecto sádico e violento da sociedade oitocentista, de como o corpo negro escravizado era um objeto de manifestação da violência gratuita, além do mais, era um componente central da estrutura patriarcal.

Afinal,

> Para se integrarem nos papéis ou nas funções que deviam desempenhar nesse sistema, escravo e menino precisavam de ser disciplinados, assimilados e educados pelos brancos e pelos adultos à maneira da época, que era uma maneira da qual ninguém concebia que estivesse ausente a palmatória ou o chicote; o castigo que doesse no corpo; a punição cruamente física.[12]

O corpo supliciado marca a sua posição social. A disciplina dos corpos escravizados negros era essencial ao sistema de dominação. Aqui, chama atenção também o conceito de integração, que é tão caro a sociologia *durkheimiana*. Uma influência teórica pouco enfatizada pela bibliografia sobre as raízes do pensamento de Gilberto Freyre que insiste – não sem certa razão – em enfatizar a interferência da antropologia cultural de Franz Boas, com algumas exceções, sem dúvida, tais como o texto de Sebastião Vila Nova.[13]

11 ALBUQUERQUE JÚNIOR, *op. cit.*, 2019. p. 47.
12 FREYRE, *op. cit.*, 1979, p. LII.
13 Operaria no pensamento freyriano ao menos quatro posições teóricas: 1. Positivista francesa, durkheimiana; neokantiana, germânica, weberiana; materialista-dialética e a pragmática, norte americana da Escola de Chicago. VILA NOVA, Sebastião. **Sociologias & pós-sociologias em Gilberto Freyre**: algumas fontes e afinidades teóricas e metodológicas do seu pensamento. Ed. Recife: Núcleo de Estudos Freyrianos: FUNDAJ; Editora Mssangana, 1995. p. 15.

O *patriarcado*, a *interpenetração de etnias e culturas* e o *trópico* formavam o triângulo da interpretação sobre a formação social do Brasil na perspectiva de Freyre.[14] O segundo ponto desse triângulo é impossível de ser compreendido sem mencionarmos a miscigenação histórica, formadora de uma sociedade multirracial nos trópicos. O negro escravizado foi fundamental nesse processo, o que nos remete novamente ao tema da escravidão e da violência que a marcava. Que marcava os corpos. O sistema, longe de ser apenas compra, venda, tabelas, estatísticas, "modo de produção" e outras abstrações, afetava profundamente os corpos dos sujeitos. A integração do negro na sociedade colonial patriarcal e na sociedade imperial já semi-patriarcal – conforme Freyre – forçava seus corpos ao máximo. Deixar o escravo manco, cortar-lhe a orelha, marcar suas costas com chicote ou ferro quente, tirar-lhe um dedo da mão ou do pé, tudo isso permitia sua melhor localização quando ocorria a fuga.

Sobre isso, um anúncio extraído do texto de Freyre é, particularmente, significativo:

> Escravos Fugidos.
> ATTENÇÃO.
> Fugio desde o dia 13 de agosto do corrente anno o escravo Luiz, com os signaes seguintes: alto e bem feito de corpo, tem dentes limados e perfeitos e o dedo mínimo do pé cortado; quando fala com mêdo é bastante gago. Este escravo é natural do Sobral e ha toda certeza que seguio para dito lugar por terra. Pede-se por tanto a sua apprehensão a qualquer pessoa, que será bem recompensado; a entender-se com o seu senhor na rua Direita n. 112, ou na rua de Apollo n. 43, armazem de assucar.[15]

"Alto", "bem feito", "dentes limados e perfeitos", "dedo mínimo cortado" e "gago". São descrições que formam uma representação bastante precisa dos corpos escravizados que fugiam. Para o escravizado fugitivo, suas marcas denunciavam sua origem e poderiam ser a causa de sua recaptura por parte de alguém que o avistasse. Suas marcas o traíam, na maioria das vezes. As fugas ocorriam pelos motivos mais variados, o mais óbvio era a fuga da violência. Fuga que poderia ser não para a vida no quilombo, mas para a vida menos indigna com outro senhor. Houve casos de fuga de escravizados de uma fazenda para outra, em busca de um senhor que não fosse tão carrasco e cruel. Nem mesmo os aleijados deixavam de tentar fugir desesperadamente dos senhores.

> Para estes, a fuga era aventura ainda maior que para os normais - os de estatura mediana ou elevada, dentes inteiros, pés e mãos grandes, cor fula, lábios grossos, secos de corpo. Aliás, a predominância entre os negros fugidos, nos anúncios de jornais que venho examinando, dos indivíduos altos e secos de corpo, é expressiva. Expressiva, sobretudo, do ponto de vista da constituição psicossomática de indivíduos que se revelaram, com as suas fugas, aventurosos e até audazes.[16]

14 FREYRE, Gilberto. **Como e porque sou e não sou sociólogo**. Ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1968. p. 145.
15 *Idem*, p. 6.
16 *Idem*, p. 36.

A aventura da fuga de aleijados e outros, considerados ainda mais "anormais" na hierarquia material e simbólica dos corpos escravizados, pode ser indicativa do drama que era ser escravo no Brasil no século XIX. O corpo supliciado também era o corpo marcado/atravessado pelas formas de se estabelecer o controle sobre os subalternos. Uma história da violência, uma história da escravidão não pode desconsiderar o corpo, a materialidade dos sujeitos na ordem social. Aparentemente, Gilberto Freyre ao analisar os anúncios de jornais brasileiros do século XIX, teve o mérito de entender essa necessidade.

3 CONCLUSÃO

O ensaio é parte de uma pesquisa de doutoramento em curso na área de história intelectual com o tema voltado para a obra de Gilberto Freyre. Ao analisar a forma como corpo e história estão tematizados no livro *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros no século XIX* (1963), minha intenção foi apresentar como uma história do corpo escravizado pode ser escrita a partir dos anúncios de compra, venda e, sobretudo, de fuga de escravizados. Uma história dos corpos escravizados, de suas marcas que seriam "característicos de sua personalidade".

A historiografia – como já mencionei – nem sempre deu atenção ao corpo. A antropologia por seu turno, e a antropologia histórica de Gilberto Freyre, em particular, deu e vem dando mais ênfase a questão do corpo na história. Como apontou o antropólogo Michael Jackson, o *corpo é onde a subjetividade está localizada*.[17] Se aceitarmos essa noção, podemos compreender a ideia de Freyre ao analisar os característicos da personalidade dos escravizados dos anúncios de jornais do Brasil oitocentista como um esforço pioneiro no campo da história do corpo no Brasil.

Os corpos marcados pela violência implicariam em perceber o aspecto sádico da subjetividade dos senhores. Que o sistema escravocrata brasileiro era violento, isso a historiografia da escravidão não cessa de enfatizar. Gilberto Freyre, apesar das teses sobre a "benignidade" da escravidão negra doméstica do período colonial, no texto que analisei, aparentemente vai contra suas próprias ideias. Pois o que um leitor atento consegue compreender com o seu livro é a violência sistemática que incidia sobre o corpo do escravizado. Um corpo supliciado, com marcas nas carnes que indicavam sua origem africana, suas marcas de nação, seus corpos escarificados, sua rebeldia.

O corpo na história, no livro *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX* (1963), é seguramente um corpo violentado. Porém, os anúncios não deixam de serem janelas para se observar uma sociedade hierarquizada, em que o patriarcalismo "benevolente" – segundo Freyre – funcionava, tendo a violência como forma de manter uma distância entre os corpos. O corpo branco batia e mutilava, o corpo negro era marcado e resistia. Tudo isso acontecendo nos trópicos. Tudo isso e muito mais descrito nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX.

17 JACKSON, Michael. **Paths Toward a Clearing**. Radical Empiricism and Ethnographic Inquiry. Bloomington: Indiana University Press, 1989.

REFERÊNCIAS

BRETON, David Le. **Anthropologie du corps et modernité**. Paris: PUF, 1990.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 20 ed. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes, 1987.

FREYRE, Gilberto. **Vida social no Brasil nos meados século XIX**. 2 ed. Trad. Waldemar Valente. Rio de Janeiro/Recife: Artenova/Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1977. [Originalmente publicado em inglês, em 1922].

_____. **Uma microssociologia em desenvolvimento no Brasil:** a análise e interpretação de anúncios de jornais. **Ciência & Trópico**, Recife, 1(1). Jan/jun. 1973.

_____. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX:** Tentativa de interpretação antropológica, através de anúncios de jornais brasileiros do século XIX, de característicos de personalidade e de formas de corpo de negros ou mestiços, fugidos ou expostos à venda, como escravos, no Brasil do século passado. 2 ed. São Paulo/Recife: Companhia Editora Nacional/Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1979.

_____. **Como e porque sou e não sou sociólogo**. Ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1968.
JACKSON, Michael. *Paths Toward a Clearing. Radical Empiricism and Ethnographic Inquiry*. Bloomington: Indiana University Press, 1989.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

VILA NOVA, Sebastião. **Sociologias & pós-sociologias em Gilberto Freyre**: algumas fontes e afinidades teóricas e metodológicas do seu pensamento. Ed. Recife: Núcleo de Estudos Freyrianos: FUNDAJ; Editora Mssangana, 1995.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS

ANAIS DO

ANAIS DO

III SEMINÁRIO

HISTÓRIAS CONECTADAS

SIMPÓSIO TEMÁTICO 02

Memórias polifônicas:
história e cidade

COORDENAÇÃO

Fernanda Rodrigues Galve

Docente vinculada ao Departamento de História da UFMA

DISCURSOS POLIFÔNICOS E A VOZ NARRATIVA DE LILIA MOMPLÉ NA OBRA NEIGHBOURS

Ana Carolina da Luz Nunes[1]

RESUMO: Lília Maria Clara Carrière Momplé é uma autora moçambicana que publica a obra Neighbours em 1995 no cenário pós guerras civis em Moçambique, a sua escrita é direcionada a compreender os atentados ocorridos no período de 1976 a 1992, com o apoio dos dirigentes do Apartheid na África do Sul aos movimentos de guerrilha da Resistência Nacional, que frequentemente promoveram boicotes e constituíram espaços de tensões nas áreas de conflito. Todo esse contexto, pode ser verificado na literatura que contestou as disputas pelo poder por meio da violência armada cruzando fronteiras nacionais. A obra Neighbours, destaca a experiência do cotidiano de insegurança e medos comuns naquele espaço/tempo da narrativa. O livro permite ao leitor criar uma espacialidade (três apartamentos localizados em Maputo que indicam serem próximos) e temporalidade, uma vez que ao invés de capítulos 1, 2,3 autora apresentou horas entrecortadas, 19h, 21h [...], em intervalos de 2 horas para cada capítulo. Não existe uma narrativa única em tempo contínuo, porque cada apartamento possui uma autonomia; as trajetórias de cada personagem perpassam entre o presente da obra e o passado trágico de cada um. Desse modo, a análise desta obra, a qual, desde o seu título já faz referência "a sinistra vizinhança do apartheid", pode, por meio dos sentidos apresentados em sua narrativa serem submetidos ao exame metodológico da análise do discurso, visto que as narrativas literárias não aparecem apenas como forma de produção artística, mas, por intermédio dos quais se escreve a História dada sua relevância temática e científica. Dessa forma, nas últimas décadas desenvolveram-se estudos e pesquisas de caráter historiográfico à luz da linguística, dentre os autores que se destacaram nesse campo Mikhail Mikhailóvitch Bakhtin elaborou conceitos relacionados à linguagem dentro de um processo interativo. A introdução do conceito de polifonia nas ciências da linguagem deve-se aos trabalhos realizados por Bakhtin para caracterizar o romance de Dostoiévsk, em que os personagens desenvolvem a autoconsciência e a autonomia dentro do texto. Portanto, este trabalho tem como objetivo discutir acerca da escrita de Lilia Momplé orientada por um acontecimento singular e pessoal da autora, que na narrativa foi ampliado para discursos polifônicos uma vez que Lilia Momplé concede aos personagens autonomia e consciência sobre si e sobre o que os cercam, bem como, suas histórias enquanto sujeitos individuais naquele espaço tempo e coletivos no cenário mais amplo da Guerra Civil. Para tanto, para auxiliar a discussão utilizamos conceitos relacionados a dialogismo composicional (FIORIN, 2008), sobretudo na perspectiva de perceber que as relações dialógicas desenvolvem sentidos para os discursos que por sua vez, darão sustentação para investigar os sujeitos sócio historicamente situados na narrativa de Lilia Momplé, mas sobretudo relacionados a ela, sua temporalidade e espacialidade enquanto enunciadora.
PALAVRAS-CHAVE: Polifonia. Neighbours. Bakthin. Moçambique.

1 INTRODUÇÃO

O discurso literário é interpelado por sentidos que reverberam o cotidiano de quem escreve, suas vivências, valores e seus problemas. A literatura evidencia questões que, principalmente, no romance po-

1 Graduada em História (UFMA), mestranda em História pelo Programa de Pós-graduação em História e Conexões Atlânticas. (PPGHIS-UFMA). Email: nunescarol052@gmail.com

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

dem salientar temas sociais que aproximam o historiador para examinar teoricamente esse objeto. A obra de Lilia Momplé, Neigbhours nos traz essa aproximação da ficção e realidade sobre uma perspectiva pós colonial, em que sua narrativa propõe refletir acerca da Guerra Civil em Moçambique, tendo como ponto de partida para a reflexão, o atentado ocorrido em maio de 1985 na cidade de Maputo.

Lilia Momplé nasceu na Ilha de Moçambique no dia 19 de março de 1935, descende de vários elementos étnicos, incluindo macua, francês, indiano, chinês e mauriciano. Seu pai era operário e sua mãe doméstica, aos 10 anos de idade, por influência de suas professoras da escola secundária de Nampula foi a Lourenço Matos para concluir os estudos. Licenciou-se em Serviço Social pelo Instituto de Serviço Social de Lisboa, trabalhando como Assistente Social, entre as décadas de 1960 e 1970 em Lisboa, Maputo e São Paulo.

No meio literário, Lilia Momple esteve na Associação de Escritores Moçambicanos (AEMO) entre os anos de 1991 a 2001 como secretária geral e presidente da Mesa da Assembleia Geral. Em sua escrita a autora tratou de diversas temáticas que permite examinar a *violência neocolonial* configurada pelas guerras civis que trouxeram diversas experiências traumáticas para o país que havia recém conquistado a independência e a *violência cotidiana* ligada diretamente aos sujeitos que constituem a narrativa.

Neighbours foi publicado em 1995, Lilia Momplé por meio da experiência de vida dos seus personagens, trata de aspectos sociais, econômicos, culturais e políticos de Moçambique. O enredo conta a experiência de vida de três famílias, em situações simultâneas, entre as 19 horas da noite às 8 horas de um dia do mês de maio do ano de 1985, em Maputo, vítimas de um atentado violento organizado pelo regime de apartheid e seus apoiadores.

Para Lília Momplé, o livro surgiu a partir da "necessidade de partilhar uma carga [...] da morte de uma amiga que era muito boa gente". A autora, por meio de seu romance - *Neighbours* - faz referência a um momento específico da história de Moçambique, configurado por tensões entre os vizinhos sul africanos que criaram esforços para desestabilização do governo da FRELIMO. O atentado narrado por Lília Momplé faz parte de um acontecimento isolado, dentre centenas de outros ataques a moçambicanos sem distinção de idade, gênero ou classe social.

Para tanto, este artigo estrutura-se a partir da análise da obra Neighbours compreendendo o conceito de polifonia em Bakhtin ao ponto que os personagens assumem a consciência de si e do que está ao seu redor, do mesmo modo que Lilia Momplé pratica a alteridade e confere autonomia aos seus personagens, colaborando para que sejam enunciadores da própria história.

Desse modo, norteamos a discussão primeiramente para compreensão do conceito de polifonia dentro das relações dialógicas em Bakhtin, para assim correlacionar esses conceitos com a forma narrativa do romance Neighbours, levando em consideração que a obra parte de uma singularidade da autora, entretanto, apesar da singularidade, foi possível identificar características polifônicas que serão expostas na segunda parte do artigo.

2 POLIFONIA E GÊNEROS DO DISCURSO

O estudo dos gêneros do discurso é articulado a partir de uma complexidade à medida que compreendemos que estão relacionados ao emprego da língua que expressa e transmite sentimen-

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

tos, pensamentos sob a lógica oral ou escrita. Para Mikhail Bakhtin os gêneros do discurso assumem uma infinidade, pois estão associados ao ato de enunciar, ou seja, qualquer produção discursiva que transmite uma informação, no entanto, pontua a necessidade de classificação dos gêneros do discurso enquanto primários (simples) e secundários (complexos).

O romance literário está ligado ao gênero discursivo complexo ao ponto que é desenvolvido e elaborado a partir de diversas comunicações imediatas (primárias) que se desprenderam dos enunciados reais e do cotidiano para incorporar um acontecimento artístico-literário, ou seja, "no seu conjunto o romance é um enunciado, como a réplica do diálogo cotidiano ou uma carta privada (ele tem a mesma natureza dessas duas) mas a diferença deles é um enunciado secundário (complexo)" (BAKHTIN, 2003, p. 264).

As relações dialógicas operam a partir dos enunciados, nesse sentido o enunciador de um romance pode propor uma linguagem heterogênea ao ponto que o discurso advém do discurso de outrem, ou seja, o já dito. Nesse sentido, "o que caracteriza o romance é que nele diferentes vozes sociais se defrontam, se entrechocam, manifestando diferentes pontos de vistas sociais sobre um dado objeto" (FIORIN, 2005, p.234)

Mikhail Bakhtin articula sua discussão sobre o gênero romanesco concedendo a este duas modalidades, o monológico e o polifônico. O monologismo refere-se a uma única narrativa que se estrutura em início, meio e fim, descartando a consciência do outro e se caracterizando de forma fechada e sistemática. No romance polifônico é dada uma liberdade aos personagens para que desenvolvam a autoconsciência e se apresentem como dominantes na construção da sua imagem na narrativa.

De acordo com Bezerra (2005):

> A polifonia se define pela convivência e pela interação, em um mesmo espaço do romance, de uma multiplicidade de vozes e consciências independentes e imiscíveis, vozes plenivalentes e consciências equipolentes todas representantes de um determinado universo e marcadas pelas peculiaridades desse universo. Essas vozes e consciências não são objetos do discurso do autor, são sujeitos de seus próprios discursos. (BEZERRA,2005, p.194)

O autor de um romance polifônico não deixa de ser ativo nas relações dialógicas, ele interroga, concorda, discorda, cria e recria, ele tem a função de interlocutor das variadas vozes que estão presentes na narrativa romanesca. Dessa forma, o dialogismo composicional caracterizado por Fiorin (2008), relaciona-se com a apropriação do discurso de outrem, portanto, a constituição de enunciados é resultado da interlocução entre o autor e os personagens, que por sua vez a partir dessas interações darão sentido ao texto.

O termo polifonia se popularizou no Brasil a partir da obra *Problemas da poética de Dostoievski* em que Bakhtin observou na escrita a presença de uma plurivocidade e que não há hierarquia ou superioridade do autor sobre a narrativa, mas, sobretudo a polifonia se articula como um tipo de dialogismo, mais elaborado e complexo dentro de uma esfera literária.

Nesse sentido, o dialogismo se insere nessa discussão por estar intimamente ligado a polifonia, ao ponto que remete a construção de sentidos a partir dos enunciados e da interação verbal. Para Silva (2013) "o dialogismo então se dá pela interação entre interlocutores diretos e pela relação entre vozes (dizemos também discursos) presentes, de forma explicita ou não, nos enunciados." Em um texto polifônico essas vozes enunciativas se expressam com autonomia e são orientadas pela própria consciência, por isso, ao contrário do monólogo, o texto parece sempre inacabado.

A contribuição do pensamento de Bakhtin para os estudos do discurso, sobretudo compreendendo a noção de polifonia na literatura romanesca, reside em destacar que a capacidade de compreensão do homem na sua vida comunicativa e expressiva está atrelado a um sistema de signos que é constituído de interlocução e coerência, portanto, o romance se insere como um texto que possui essas características, visto que a partir dele se reconhece as forças históricas e ideológicas envolvidas nas interações.

O romance demonstra espaços discursivos que não são apenas sobre oposições sistemáticas, mas, sobretudo sobre apresentar esses espaços discursivos de uma determinada época revelando a formação social do período, o gênero romanesco transita por diferentes diálogos e isso marca uma produção heterogênea constitutiva da linguagem, que, em outros gêneros se oculta.

Dessa maneira, a polifonia percorre o romance de Lilia Momplé dada a espacialidade e temporalidade da autora, da obra e de como os seus personagens estão representados em Neighbours a partir dos discursos atribuídos a cada um. Assim, a narrativa de Lilia não é uma criação individual, mas de diferentes vozes que circularam seu cotidiano e através dessas vozes se deu sentido a obra literária. Acerca disso, Baccega (2012) pontua que:

> Fazer literatura permite ao artista se colocar certos problemas sobre a realidade que ele vive ou que lhe é relatada [...] Em outras palavras: o sujeito do discurso literário não fabrica o material com que trabalha. Esse material existe independentemente dele e dele recebera uma dada ordenação. Essa ordenação tem implícita uma rede de relações que possibilitará que os fatos, ordenados, tenham um outro significado; o significado que lhe foi atribuído pelo artista na obra literária. (BACCEGA, 2012, p. 128)

Tendo em vista essa rede de relações que são dialógicas iremos analisar como a Lilia Momplé nos traz os problemas que a cercavam naquele espaço tempo e o recorte discursivo dos personagens demonstrando o caráter polifônico presente na obra Neighbours.

3 NEIGHBOURS E DISCURSOS POLIFÔNICOS

A estrutura textual do romance é uma descrição do que ocorre em três casas diferentes em Maputo entre as 19 horas e 8 horas da manhã de 1985. Lilia Momplé relaciona as pessoas que residem nessas casas mesmo que desconheçam uma das outras. O primeiro ambiente é a residência de Narguiss, mulher de origem muçulmana, onde vivia com suas três filhas, sendo sustentada por um marido

ausente e infiel, Lilia descreve a organização do *Ide*[2] paralelamente observa-se os entraves discursivos entre os personagens, desde questões relacionadas a padrão de beleza à submissão feminina.

Narguiss viveu esse conflito psicológico pois era uma mulher longe dos padrões e passou a se conformar com o companheiro infiel pois acreditava que seria "uma maneira de se fazer perdoar pelo seu corpo, deformado pela gordura que foi instalando, lenta e insidiosamente, desde o nascimento da segunda filha" (MOMPLÉ, 1999 p.112).

Há diversas questões que causaram inquietações em Narguiss durante todo o romance, além do marido infiel, a preocupação com o casamento das filhas para não se "tornar a ridícula mãe de três filhas solteironas" (MOMPLÉ, 1999, p.15) também é um dos motivos de conflito neste ambiente, uma vez que uma das três filhas tem discurso divergente em relação a casamentos, pois prefere estudar, mas "toda a família considera muito pouco feminina" essa ideia.

O atentado para Narguiss é como um alívio pois levava a vida em desiquilíbrio, sofrimento e desgosto, mas que mantinha esses sentimentos em silêncio para preservar a família. Dentre todos os membros da família de Narguiss, ela foi a única que veio a óbito no atentado "as balas atingem-na, certeiras, no pescoço e no peito e ela espanta-se com a sensação de infinita paz que a acompanha na queda" (MOMPLÉ, 1999, p.137) e a autora destaca esse momento como o fim do sofrimento da personagem pois "já nada a faz sofrer, nem o Ide, sem ver a Lua, nem as filhas sem casar, nem mesmo Abdul" (MOMPLÉ, 1995, p.137) o marido infiel.

Dessa forma, a narrativa demonstra que as vozes discursivas aparecem sempre em conflito em decorrência das múltiplas ideologias e valores que cada personagem traz, Lilia percorre na narrativa como interlocutora desses discursos pois apresenta imparcialidade nos conflitos que frequentemente ocorrem.

O segundo lugar é a casa de Léia e Januário. A voz narrativa remonta às memórias de Léia de como conheceu Januário e ao episódio de assédio sofrido na tentativa de conseguir um teto para o marido e filhos. Toda essa memória esteve atrelada a Leia nas primeiras 19 horas da narrativa, em que retoma a sua consciência para as "inglórias lutas que travou para alugar uma casa e como conseguiu, por um golpe de sorte" (MOMPLÉ, 1999, p.25). Em 1976, o governo criou o APIE (Administração do Parque Imobiliário do Estado) e gerenciava os contratos de locação. A burocracia dificultava o aluguel de imóveis e, por isso, "houve quem lhe aconselhasse o suborno" (MOMPLÉ, 1999 p.21).

Leia e Januário são personagens que remontam o cenário de uma família pobre e carregam as marcas incisivas da guerra civil , durante todo o romance a voz de Januário bem como sua história de vida aparece na obra de forma mais detalhada, refletindo a forma como Lilia sobrepôs as individualidades e subjetividades de cada personagem, mas principalmente, relacionada a Januário, pois as 21 horas é dedicada a contar somente a história de vida dele, desde de sua infância e como Leia enquanto sua companheira o admira por sua trajetória de sofrimentos, mas principalmente por não esboçar insatisfação com a vida pobre que tem.

2 "festival de quebra do jejum" – marca o fim do Ramadão e sinaliza o início do Shawwal (o décimo mês no calendário lunar Islâmico).

Januário traz na sua voz narrativa, discursos relacionados a pobreza extrema nas aldeias que posteriormente foram destruídas pela guerra, mortalidade infantil e migração forçada. Em sua narrativa se percebe as múltiplas perspectivas de como deveria ser a vida de Januário, uma vez que o pai trazia o discurso tradicional de ser um homem do campo e que seu filho deveria seguir os mesmos princípios, ao contrário da mãe que acreditava que Januário deveria sair daquele cenário pois "tudo lhe parecia melhor do que aquela amarração a uma terra caprichosa, atreita a chuvas e tempestades fulminantes que, em poucas horas, arrasavam o trabalho de vários meses" (MOMPLÉ, 1999, p. 48).

Januário se faz presente durante todo o romance como um homem consciente das limitações que a vida lhe trouxe por toda sua trajetória, e até o momento da sua morte com a esposa a sua lamentação foi por ser novo demais para morrer. No entanto, a voz de Januário foi essencial para compreensão das relações de poderes instauradas durante o período de libertação de Moçambique e a própria popularização da Frente de Libertação Moçambicana (FRELIMO)[3].

O terceiro lugar, é a casa de Mena e Dupont, local em que os atentados foram planejados. A voz narrativa revela a vida dos dois personagens como um casal, desde que se conheceram até o casamento. Nessa espacialidade, os discursos que aparecem estão relacionados a violência doméstica e questões raciais, ao ponto que Dupont descendente de mauricianos casou-se com uma mulata muito mais pelo desejo sexual, pois de acordo com suas convicções pertencia a uma "raça superior à de Mena", enquanto Mena o aceitou como namorado pra se mostrar obediente aos pais que viam Dupont como um homem estável e de boa família.

A partir da relação de Mena e Dupont observou-se como Lilia enuncia o sentimento de cada personagem a partir das suas vozes, deixando escapar que ambos estiveram insatisfeitos durante toda sua vida "foi assim um noivado triste o deles, como foi triste o próprio dia do casamento" (MOMPLÉ, 1999, p.66). Além disso, Dupont traz em sua narrativa "mesmo sem ter consciência, sempre tratou a mulher com raiva surda que explodia[...] e quando descobriu que agredindo-a fisicamente se aliviava, por momentos, da permanente tensão que vive, passou a sová-la com uma violência" (MOMPLÉ, 1999, p.67). A voz enunciativa logo considera que esse comportamento agressivo do personagem tem relação com sua infância que constantemente presenciava a mesma violência entre seus pais.

Além de Mena e Dupont, nessa mesma espacialidade foi possível encontrar outras vozes, daqueles que foram responsáveis por organizar o atentado, Romu e Zalíua, ambos de famílias instáveis que cresceram apoiando o discurso colonial, bem como fizeram parte do governo de Portugal em

3 A Frente de Libertação Moçambicana (FRELIMO) foi constituída a partir da fusão entre três organizações nacionalistas: a *União Democrática Nacional de Moçambique* – UDENAMO (1960), Mozambique African National Union - MANU (1961), a *União Africana de Moçambique Independente* – UNAMI (1961). A UDENAMO foi criada na Rodésia do Sul, e os seus membros recrutados entre os trabalhadores e emigrados vindos, principalmente, de Manica, Sofala, Gaza e Lourenço Marques. A MANU, foi construída em Mombaça, no Quénia; e a UNAMI (1961) foi organizada no Malawi por moçambicanos maioritariamente originários de Tete, Zambézia e Niassa. No contexto da Guerra Fria, a Frente de Libertação Moçambicana (FRELIMO) recebeu apoio direto de países como União Soviética e a China por meio do compartilhamento de ideais, armamento e treinamentos militares levando os seus protagonistas a adotar uma postura marxista-leninista com o propósito de criar uma nova sociedade moçambicana. Em 1975, após anos de conflito armado contra o exército português, Moçambique conquistou sua independência. No mesmo ano, a FRELIMO redigiu a *Constituição da República Popular de Moçambique*, segundo a qual, os poderes estariam sob o comando do partido.

Moçambique, sendo recrutado por agentes do Apartheid da África do Sul ou sendo soldado do quartel da Companhia de Comandos.

A repulsa pelo país recém independente fizeram Romu e Zalíua integrar-se à rede de agentes sul-africanos que constantemente realizavam missões de sabotagem, terrorismo e assassinatos, principalmente nas áreas fronteiriças. Dessa forma, Lilia dialoga com a historicidade moçambicana, demonstrando o cenário de guerra civil e como a África do Sul colaborou para espaços de tensão durante todo o conflito que durou cerca de 20 anos. Romu e Zalíua são personagens que estão na narrativa artística mas, que estão inseridos nos enunciados reais desse período.

Durante o tiroteio no atentado Dupont é atingido e quando Mena toma consciência do ocorrido "surpreende-se por, depois de ter vivido tantos anos com aquele homem, dormido com ele, sofrido com ele, num momento destes ter o coração vazio de qualquer sentimento, até mesmo de ódio; nem sequer remorso por o ter denunciado." (MOMPLÉ, 1995, p.154). Lilia encerra a narrativa com Mena fechando a porta da casa como símbolo do fim de um ciclo de violências e sofrimentos que viveu com seu companheiro mas também dando "passos para um novo e imprevisível destino" (MOMPLÉ, 1995, p.155).

A narrativa inacabada é uma das características da escrita de Lilia e de como um romance polifônico é apresentado. As passagens que destacamos durante esse texto, foram para enunciar como os personagens estiveram conscientes de suas subjetividades, individualidades e principalmente de suas histórias para além do acontecimento central que é o atentado.

Em cada hora entrecortada tiveram a oportunidade de expor suas vidas e serem narradores de suas frustrações, medos e anseios, caracterizando também o cotidiano e as trajetórias que perpassam o presente da obra e o passado trágico de cada um. Associado a isso, Lilia nos chama atenção para um contexto que está para além das vivências individuais dos personagens mas compreende que as formações sociais dos territórios (Moçambique e África do Sul) foram articulados pelas pautas de seus respectivos dirigentes e estão intimamente ligadas às propostas dos novos textos literários acerca de uma narrativa pós-colonial caracterizada pela denúncia das violências de um país recém independente.

Os discursos polifônicos por meio do gênero romanesco, transitam nesses espaços de tensões caracterizando a voz narrativa da Lilia, mas sobretudo viabilizando as relações dialógicas entre os sujeitos da obra que remontam suas trajetórias no espaço que foi concedido pela autora e que também serviu como denúncia a todo o conflito que a cercava naquela temporalidade.

Desse modo, Mata (2006 p.35) considera que o texto literário é um "objeto simbólico muito importante na construção da imagem da sociedade, sobretudo em espaços políticos emergentes que vivem de forma por vezes ambígua e tensa na sua pós-colonialidade". A urgência de reflexões orientadas pelos estudos pós-coloniais atrelados à ideia da literatura, enquanto manifestação da experiência humana, e da própria perspectiva linguística abrem portas para um olhar sobre como estão legitimadas as fronteiras dos discursos. Logo, a compreensão de tal narrativa ganha relevância ao passo que nos conduz a perceber os sujeitos de uma sociedade "que sobrevive presentemente de

fracassos resultantes de caminhos e alinhamentos político econômicos ineficazes para a solução de graves problemas sociais do país" (UBIRATÃ, 2014, p. 13).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exercício proposto neste artigo foi caracterizar o romance polifônico e nortear o leitor a identificar na escrita de Lilia essa característica, para tanto utilizou uma bibliografia pautada na linguística a fim de compreender como o termo polifonia dentro do dialogismo é discutido e as ferramentas que Bakhtin dispôs a partir de sua teoria. Dessa maneira, percebemos os problemas sociais relacionados não somente a guerra civil mas, sobretudo as relações de poder estabelecidas em cada um dos espaços que transitamos, demonstrando o cotidiano real por meio das vozes enunciativas da narrativa ficcional.

A literatura se mostra como um importante espaço de ponderação sobre a guerra civil torna-se fonte privilegiada de acesso aos imaginários e às representações do conflito, o apagamento social da guerra é também a tentativa de apagamento da memória de guerra. Além disso, submeter a literatura romanesca a um caráter polifônico é considerar como os estudos linguísticos contribuem como metodologia para compreender os discursos e vozes que frequentemente aparecem na historicidade.

O dialogismo é um conceito que permite o historiador a identificar e examinar as características polifônicas presentes no romance literário, uma vez que compreendendo essas vozes é possível distinguir o enunciado real do artístico. Neste trabalho foi possível examinar as vozes ativas da narrativa de Lilia Momplé percebendo suas subjetividades e como a autora concebeu autonomia necessária para os personagens.

Portanto, elaborar uma narrativa histórica acerca de Moçambique é considerar a importância do percurso que a literatura tem feito nesse sentido, apropriando-se de recursos teórico metodológicos que subscrevem o lugar de produção da autora, bem como, a reconfiguração da memória coletiva traduzida no seu discurso.

REFERÊNCIAS

BACCEGA, Maria Aparecida. In: A construção do "real" e do "ficcional". FIGARO, Roseli (Org.). **Comunicação e Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2012.

Bakhtin, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo. Martins Fontes, 2003.

_____. Os gêneros do discurso. 1a ed. Organização, tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra. São
BEZERRA, Paulo. In: Polifonia. BRAIT, Beth (org). **BAKHTIN:** Conceitos-Chave. São Paulo: Contexto, 2005.

BRAIT, Beth. História e alcance metodológico. In: FIGARO, Roseli (Org.) **Comunicação e Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto 2012.

FIORIN, José Luiz. O romance e a simulação do funcionamento real do discurso. Bakhtin: dialogismo e construção do sentido. In: BRAIT, Beth (Org.). **Dialogismo e construção do sentido**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997, P.229-247.

MATA, Inocência. A crítica literária africana e a teoria pós-colonial: um modismo ou uma exigência? **Ipotesi**, Juiz de Fora, v.10, n.2, jan/jun, jul/dez 2006.

MOMPLÉ, Lília. **Neighbours**. 2a ed. Moçambique: AEMO,1999.

SANTOS, André Cordeiro dos. Linguagem e construção de sentido: o dialogismo como característica base da interação verbal. **Revista Odisseia**, [S. l.], n. 15, p. p. 18–30, 2016. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/odisseia/article/view/9585.

SILVA, Adriana Pucci Penteado de Faria e. Bakhtin. In: Luciano Amaral Oliveira. (Org.). **Estudos do discurso**. Perspectivas teóricas. São Paulo: Parábola Editorial, 2013, p.45-69.

SOUZA, Ubiratã. **A literatura entre lados da guerra**: uma leitura comparada dos romances Neighbours, de Lília Momplé, e os sobreviventes da noite, de Ungulani Ba Ka Khosa, Ano de Obtenção: 2014.

COMO A HISTORIOGRAFIA PERCEBE AS SUBJETIVIDADES E REPRESENTAÇÕES NO AMBIENTE URBANO, MODERNO

Carlene da Conceição Silva[1]
Lucas Serra Guimaraes[2]

RESUMO: O presente artigo apresenta a análise sobre os poetas Luís Augusto Cassas e Fernando Abreu. Através de suas obras *O Vampiro da praia grande: poemas* (Cassas,2002) e *Contra todo alegando endurecimento do coração*, (Abreu,2018) e as entrevistas feitas com os autores, buscando entender as suas subjetividades e representações acerca de seus poemas. Com base na linha de pesquisa: História Cultural e utilizando de autores como Roger Chartier e Sandra Pesavento.

O trabalho de relação interdisciplinar entre História e Literatura aqui proposto busca desenvolver problemáticas para compreender como os indivíduos se enxergam no espaço das representações coletivas. Visamos também formular interpretações e reflexões relacionadas as dinâmicas da cidade contemporânea e as suas angústias. Com base na obra de Cassas problematizando as estruturas do poder contemporâneo e como o mesmo manipula elementos da subjetividade para alimentar uma lógica de exploração e domínio, utilizando para isso autores como *Gilles Deleuze* e *Michael Hardt*. No que tange a questão da obra de Abreu a sensibilidade é umas das problemáticas se dará presentes nos poemas e como os homens se explicam a partir de sua inserção social. E no que engloba tanto Cassas como Abreu, é esse vazio que os mesmos caracterizam em seus poemas.

A modernidade fez com que os "homens", estive à mercê de vários outros adventos do capitalismo, o consumismo, os perigos inerentes do mundo urbano, a depressão, tudo isso faz que os indivíduos inserindo em contexto social, sinta muito. E é desse alimento, desses contextos, social, histórico, que Cassas e Abreu, se representam, dão ao mundo uma forma de externaliza os seus sentimentos, as suas angustias, medos, e aquilo que os mesmos estão presentes como homens socias do seu tempo.

Além disso buscamos discutir o papel da literatura e da historiografia para lidar com essas questões, através também da sensibilidade, utilizando de elementos como o imaginário, as representações do cotidiano da cidade, os lugares e momentos sociais, considerando a cidade como um conjunto de cidades ou subcontextos, sendo a mesma um universo de possibilidades e como cada umas particularidades vistas pode se traduzir em arte.

A literatura, seguindo essa ideia, tem o poder de dar asas a histórias inimagináveis, pois a partir do irreal se materializa no irreal e no vivido. Nela se cria as asas para voar em todos os mundos que a mente permite criar. Os poemas de Abreu e Cassas, se perpassam entre a sua cotidianidade como um ator social, e a criação imaginária que a poesia permite ter. Um aspecto de suma importância também é as entrevistas com os autores, que possibilitaram estar no caminho das ideias e entender melhor o contexto que os poemas são feitos e inserindo.

PALAVRAS-CHAVE: História. Literatura. Sensibilidade. Representação.

1 Graduando em História pela UFMA. Email: carlene.silva@discente.ufma.br.
2 Graduando em História pela UFMA. Email: lucas.serra@discente.ufma.br.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

Cotidianamente "homens" em seu tempo então se representando, por meio da literatura, música e poesia. O ato de ser representar dita como esses indivíduos estão se sentido em determinada época. Pensavento (2006, p.20) nos diz que a história coloca determinadas perguntas. Ela se debruça sobre a literatura como fonte no qual historiadores podem responder utilizado escritos literários.

Nesse presente artigo, fazermos diálogos com dois poetas, Luís Augusto Cassas e Fernando Abreu, maranhenses de origem, iremos elencar em como os mesmos estão se representando através de suas poesias, e como a cidade de São Luís os influenciam nessa representação. As obras analisadas e suas possíveis interpretações, são, O *Vampiro da praia grande: Poemas* (Cassas,2002) e *Contra Todo Alegado Endurecimento do Coração* (Abreu,2018). Buscaremos entender como essas obras mostram as múltiplas imaginações, interpretações e representações de homens em seu tempo.

O texto terá como princípio básico a forma como alguns elementos são percebidos na subjetividade, contanto com trechos das entrevistas realizadas com os autores para melhor entender em qual contexto urbano cada obra se insere.

O Vampiro da Praia Grande (2002) utiliza de uma metáfora para falar sobre a cidade moderna. O vampiro de Cassas é imprescindivelmente moderno, sempre acompanhando as tendências da sociedade que observa das sombras. Quando sai ao sol, se camufla entre a multidão que habita a Praia Grande, e uma vez imerso nas dinâmicas sociais presentes ali, se torna parte de um todo.

Mas o que possibilita a atuação do vampiro no espaço da cidade moderna? Para Walter Benjamim, existe um processo de transformação da mimese que no mundo Contemporâneo, como diz Vasconcelos (2010, p. 48) está presa a um ideal vazio de liberdade, autonomia e identidade, proporcionados pelo discurso burguês da emancipação da humanidade e do progresso.

O vampiro está situado neste ambiente do vazio pós moderno ocidental que segundo Cassas (2022):

> Nasce da ausência do sentido da vida, busca de descoberta do seu condão espiritual que, realizado, integraria a sua quota de humano e serviço ao espírito e à humanidade, fundindo prazer e compaixão. Mas também há outros fatores que potencializam a complexidade da questão, um estranhamento do homem batizado como animal racional que cada vez desintegrado do serviço à humanidade, predador buscando apenas satisfações, glória e prazer. Vale registrar que a ingestão do supérfluo em detrimento do fundamental, o desconhecimento ou a recusa trabalhar internamente, desenvolvendo ideais éticos como humildade, força, solidariedade, respeito ao próximo, permitindo-se integrar o eros da grande família humana, além do exagerado consumo à fábrica de desejos urgentes, gerando novos ídolos, forjaram rebanho de pessoas habilitadas ao exercício permanente das quedas, sem o devido preparo psíquico ou espiritual de atravessá-las.

Nesse sentido, o vampiro tem nesse espaço a possibilidade de se alimentar, não de sangue, mas do vazio existencial proporcionado por esse modo de vida. Cassas (2002, p.30) deixa bem claro a naturalização deste no poema "Iniciação do Mago Negro" quando diz que "O homem ama o vazio".

Esse vazio existencial percebido na sociedade pelo autor também é percebido no ponto de vista historiográfico por *Walter Benjamin* como um afastamento do homem do que seriam "princípios mais concretos". Enquanto na antiguidade o homem tem a sua Mimese, como diz Vasconcelos (2010, p.51) na relação humana com a natureza e o concreto, o homem contemporâneo baseia suas relações no material. Este homem, presa fácil para o vampiro, se afastou da sua origem e se aproxima cada vez mais do indefinido e da abstração.

A visão do autor: Cassas (2022) sobre a possibilidade de qualquer um na sociedade atual ser vítima da figura do vampiro é a seguinte:

> Cassas – Creio que sim. Nossas jugulares estão se tornando mais disponíveis a partir da negação do mal, a maior arma das sombras. Lembro brocardo latino," somos humanos, tudo nos acontece." Mas o mundo sombrio estendeu muitos os seus tentáculos na contemporaneidade. E a operação, ampliada pelo poder frenético dos veículos de comunicação de massa, a internet, a tecnologia cada vez mais sofisticada, impactando educação, cultura, transformando novos hábitos e modelos de dissenção, criou amplo frenesi, promovendo muitas vezes, inversão de valores, vendendo a ilusão como gênero de primeira necessidade e verdade, como mercadoria estragada. A quem servem? Não é à luz. Em tempos estranhos, temos de ativar o nosso papel observador e questionador. Mas não será com comportamentos franchisings que venceremos essa luta. Mas com dedicação à causa do bem e à força do espírito.

Sendo assim, a sensibilidade humana para Cassas estar suscetível aos meios de dominação contemporâneos, que controlam a subjetividade em prol da lógico do consumismo e do acúmulo de capital, tendo a manipulação do desejo como cerne desse modo de produção.

Assim, o vampiro também representa um elemento comum a natureza humana: o desejo, seja por poder, controle ou simplesmente na forma da ânsia de possuir. A manipulação desse sentimento é um artifício usual da estrutura que rege o que Michael Hardt e Gilles Deluze vão chamar Sociedade Mundial de Controle. Dessa forma o Vampiro Moderno de Cassas surge no limiar da transição entre a modernidade e a contemporaneidade, em meio as desilusões e crises de paradigma, desencantamentos, comprometimento das chamadas "grandes certezas" e ascensão da abstração como norma regente. Sobre essa transição Hardt diz que: "os túneis estruturais da toupeira estão sendo substituídos pelas ondulações infinitas da serpente" (HARDT, 2000, P.357).

Dessa forma, a sombra projetada pela contemporaneidade se transforma em refúgio para as criaturas da noite, sedentas por sangue elas são o vetor do poder regente, porém também suscetíveis a ele. O triunfo dessa forma de poder em particular é ser praticamente imperceptível, ao contrário das instituições de poder em outros períodos da história, esta não tem representação sólida na forma de um exército, estandartes ou uma fortaleza, nem mesmo de uma instituição pública ou governo, pois segundo Hardt (2000, P.362) o poder do controle estará em todo lugar, e em lugar nenhum.

Para entender o ambiente urbano do ponto de vista literário é preciso compreende-la como um universo de possibilidades. Pesavento (2003, p.43) diz que uma cidade abriga várias cidades e todas elas podem ser reflexos de desigualdades, abismos socioeconômicos, ou diferenças de ordem étnica ou cultual, mas sua complexidade pode ser observada não só nas angustias modernas, mas no

número de histórias que as mesmas carregam, que perpassam o tempo ou são esquecidas, as vezes resgatadas à luz da historiografia.

A compreensão da cidade, na visão de Pesavento (2003, p.42) vai se dar pelo fato de que o historiador vê nela o grande fenômeno do mundo Contemporâneo, a partir da onde o mesmo vai buscar as suas questões. Para isso, a ferramenta essencial para traçar na temporalidade um entendimento sobre o que se pensava em uma determinada época e como as particularidades desta são representadas, é a literatura.

Dessa forma, tanto a sensibilidade a qual será contextualizada a seguir como a figura metafórica do vampiro pós moderno são formas do eu-lírico através da sua subjetividade e visão de mundo descrever os seus sentimentos através da representação artística.

Já na obra de Abreu "*Contra Todo Alegando Endurecimento do Coração*", buscamos nos poemas escritos pelo autor um entendimento sobre a sensibilidade que é tema muito presente em vários poemas escritos, e diante dessa análise buscaremos interpretar como o autor se representa usando os seus poemas e como a sua realidade o influencia na escrita tendo o papel da cidade como pano de fundo. A partir da História Cultural entre os seus conceitos de "antes de tudo, de pensar a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo" (PENSAVENTO,2012, p.9), logo os homens utilizam da arte, para traduzir a realidade, sendo que a poesia não está distante disso, é uma forma de traduzir a realidade e os sentimentos em formas de palavras. Em entrevista o autor conta que o seu processo de escrita é a tradução do seu sentimento no qual está vivendo:

> eles acabam tendo alguma unidade porque enfim são os sentimentos que estão me movendo naquele período ao longo daquele período que eu escrevo o livro, são minhas preocupações, são as minhas... que tá me tocando né, que tá me mobilizando naquele momento, ao logo daquele período" (ABREU,2022, informação verbal).

Logo sendo um homem do seu tempo, tudo que o toca o mesmo está representado em poesias. *Sandra* Pesavento nos diz que "as sensibilidades correspondem também às manifestações do pensamento ou do espírito, pela qual aquela relação originária é organizada, interpretada e traduzida em termos mais estáveis e contínuos" (PENSAVENTO, 2007, p.10) as sensações sentidas são transmitidas.

Como afirma Ginzburg (2001, p.55), a poesia - ou literatura - constitui uma realidade que é verdadeira para todos os efeitos, mas não no sentido literal. Logo, os poetas conseguem transmitir a sua realidade e sensibilidade colocando um pingo de imaginário para transformar o real, para Pensavento (2002, p.12) imaginário é sempre um sistema de representações sobre o mundo que se coloca no lugar da realidade, sem com ela confundir-se, mas tendo nela o seu referente. O imaginário tem o poder de transportar as barreiras do real, ele nasce da realidade, mais através do pensamento, a imaginação pode ser vasta, fantasiosa e irreal, mais ainda sim, representar aquilo que se vive. Em "alguma coisa ou nada" (p.27), o poema é marcado por uma angústia, do eu-lírico:

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

de novo estou menos
amando menos
sentindo menos
reincidindo no pecado da frieza
- o único realmente mortal
estou me libertando
ou apenas morrendo
em algum quarto abandonado
na periferia da alma. (ABREU,2018, p.27)

O poema traz o eu-lírico vivenciando a perseguição da tristeza, que vai lhe aprisionado em um "quarto". No qual o autor usa do imaginário pra definir como "um quarto abandonado na periferia da alma", é como se ele estivesse lá sozinho tentando se desvencilhar daquilo que lhe aprisiona, "sendo empurrado, para a beira do abismo gelado, é apavorante se achar desconectado, das coisas que importam" (ABREU, 2018, p.27). É nesse contexto que mora o imaginário e é essa explicação que Pensavento nos dá dele:

> O imaginário existe em função do real que o produz e do social que o legitima; existe para confirmar, negar, transfigurar ou ultrapassar a realidade. O imaginário compõe-se de representações sobre o mundo do vivido, do visível e do experimentado, mas também se apoia sobre os sonhos, desejos e medos de cada época, isto é, sobre o não tangível nem visível, que passa, porém, a existir e a ter força de real para aqueles que o vivenciam. (PENSAVENTO, 2008, p.13).

A partir do real o autor pode colocar as suas angústias ligadas com seu imaginário para descrever um sentimento vivido, a beleza da poesia está nisso, o poder de colocar toques do irreal para abrilhantar, e qualificar o real. Assim como o eu-lírico de Abreu está no "quarto abandonado na periferia da alma", o vampiro de Cassas, se alimenta do vazia das pessoas que o cerca, ambas representações tocam o intimo o sensível, traduz relações liquidas e sente o vazio nas interpretações dos poetas contemporâneos, muito intrinsecamente ligada ao tempo moderno que os poetas se encontram, onde as relações, advindas do consumismo e capitalismo se tornam torpe. Percebemos que é "a partir da experiência histórica pessoal que se resgatam emoções, sentimentos, ideias, temores ou desejos, o que não implica abandonar a perspectiva de que essa tradução sensível da realidade seja historicizada e socializada para os homens de uma determinada época (Pensavento,2003, p.128). Os homens aprendem a sentir e a pensar, ou seja, a traduzir o mundo em razões e sentimentos. A poesia é uma forma dos poetas traduzirem os sentimentos de uma época de um passado ou de um presente que está inserindo em um contextos pós-moderno que lhe cause determinadas angústias.

Logo o homem no seu tempo, traduz a realidade, vivenciada ao seu redor e o homem da modernidade, vive em um mundo acelerando, onde a rapidez de ideias vão ser formando a cada segundo, produzindo os turbilhões de sentimentos que o indivíduo compartilha socialmente. Quando dizemos homens no seu tempo, a análise é a partir da inserção daquele indivíduo no social, então o sentimento vivido estar intrinsecamente ligado em qual tempo o mesmo está inserindo e o lugar

que vive. Logo Avelino nos diz que: "a cidade é sempre um palco de representações, de vivências variadas... Objeto este que impõe suas formas de leituras e interpretações por ser a cidade uma produtora de linguagens, que devemos sempre estar aptos a decodifica-la" (AVELINO,2013:10).

E como a tradução do real, a cidade que está inserido pode estar presente em suas poesias, porque:

> Faz parte da nossa educação sentimental, da nossa educação afetiva, claro se eu morasse em outra cidade, teria sido essa outra, não é por ser São Luís especificamente, embora São Luís tenha uma personalidade muito forte, São Luís é uma cidade de muito charme de muita personalidade. É uma cidade que, não é só quem vem de fora que senti o impacto da cidade quem mora aqui também senti. Eu sou de São Luís, moro aqui em São Luís a 200 anos, todo vez que eu atravesso a ponte São Francisco, eu fico… a cidade é muito linda cara não tem como. O cara que é poeta não vai ficar indiferente a isso. Então marca sim, gosto muito de viver em São Luís, não tenho vontade de viver em lugar nenhum que não seja aqui. Sou poeta da cidade mesmo. (ABREU, 2022, informação verbal)

Assim é possível perceber que a subjetividade e perceção de Fernando de Abreu e de Luís Augusto Cassas sobre a cidade de São Luís, como ser visto pela resposta do mesmo, Cassas (2022):

> São Luís sempre foi usina de sonhos, quer pela sua peculiaridade tropical, sol aceso a 2 graus do Equador, ilha colonizada por portugueses, com muitas praias que circundam todo o litoral, que nos legaram o traçado de um belo patrimônio histórico e uma rica memória intelectual de grandes poetas e escritores, forjando anseios e acenos de uma autentica expressão literária, respondida por nós, maranhenses. Mas os contrastes também assumem proporções gigantescas e se estabeleceram também no inconsciente de nosso povo, através de traumas ancestrais e progressivos: a trágica e abrupta diferença dos estratos sociais: a economia cada vez mais submetida aos interesses do capital estrangeiro; ausência de esclarecimento e orientação para orientação vocacional das nossas potencialidades ; exportação de nossas matérias primas; falta de estímulo público e privado, que impulsione a juventude à valorização do estudo e do trabalho e consequente melhoria de qualidade de vida e crescimento pessoal; renovação plena de nosso sistema educacional; revolução no campo com a implementação de agricultura eficaz:,etc. Essas questões, construíram um cenário de sombras, em meio a um sol de 35 graus. Somos hoje o Estado com os indicadores econômicos e sociais mais baixos da nação. Apesar de tudo, a poesia resiste, como o vento nos coqueiros, o boi nos terreiros e o povo em seu reinado de resistência, alegria, dignidade e pandeirões. Mas continuemos.

Dessa forma é possível perceber que os autores são moldados pela a cidade e as belezas que a mesma apresenta. Mas também pelas contradições de ordem económica e social que podem ser encontradas no ambiente urbano, reforçando a ideia de cidade como "universo de possibilidades", como Abreu afirma, não é possível se alheio a beleza da cidade, e Cassas completa que a "a poesia resiste", por toda a diversidade cultural de São Luís. Os poetas fazem parte de São Luís e São Luís está dentro deles, através das poesias.

Em síntese, perceber nas obras, o entendimento da sensibilidade, subjetividade e diferentes visões de mundo faz parte do ofício do historiador, tanto para entender o ponto de partida do documento histórico e melhor contextualiza-lo quanto para dissipar as abstrações, angústias e necessidades do ambiente pós moderno. Dessa forma, as representações contidas no texto literário ajudam a

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

construir o conjunto do imaginário que deve ser esmiuçado e escovado a contrapelo pelo historiador, a fim de entender as dinâmicas cada vez mais complexas da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O artigo apresenta, uma análise os poetas Luís Augusto Cassas e Fernando Abreu e de suas obras, *O vampiro da praia grande: poemas* (Cassas,2002) e *Contra todo alegado endurecimento do coração* (ABREU,2018), procuramos abordar em toda a escrita, a ligação entre a História e Literatura em como essa ciência pode nós auxiliar para a compreensão de homens no seu tempo, tendo como ponto de partida as subjetividades, visões de mundo e representações dos sujeitos ativos no processo histórico, para isso se baseando nas fontes orais obtidas através das entrevistas, intercalando as mesmas com o cabedal teórico exposto.

REFERÊNCIAS

ENTREVISTAS:

Abreu, Fernando. Depoimento (jun. 2022). Entrevistador. Carlene da Conceição Silva. Universidade Federal do Maranhão, 2022. **1 arquivo .mp3 (1:17:30).** Entrevista concedida para realização de pesquisa e produção de artigo e relatório como parte do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC).

Cassas, Luís Augusto [jul. 2022]. Entrevistador: Lucas Serra Guimaraes. São Luís: Universidade Federal do Maranhão (UFMA), 2022. **Questionário Eletrônico (9 questões).** Entrevista concedida para realização de pesquisa e produção de artigo e relatório como parte do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC).

FONTES:

Abreu, FERNANDO, **Contra todo alegado endurecimento do coração**/ Fernando Abreu. -. ed. – Rio de Janeiro: 7 letras, 2018.

AVELINO, Yvone Dias. **A Construção de Uma Realidade: Cidade, História e Literatura**. Cordis: Revista Eletrônica de História Social da Cidade, v. 1, p. 10-32, 2013

CASSAS, Luís Augusto. **O Vampiro da Praia Grande: Poemas.** Rio de Janeiro: Imago, 2002.

GINZBURG Cario. **Olhos de Madeira**. Nove reflexões sobre a distância. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HARDT, Michael, **A Sociedade Mundial de Controle**. In: Alliez, Éric. Gilles Deleuze: uma vida filosófica. São Paulo: Ed. 34, 2000.

Literatura e História: Identidades e Fronteiras, Cléria Botelho da Costa, Maria Clara Toniaz Machado (org.) – Uberlândia. Edufu. 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O Mundo como Texto: Leitura da História e da Literatura.** Pelotas: História da Educação, ASPHE/ FaE/ UFPel, p. 31- 45, 2003.

Revista Tempos Acadêmicos, n. 1, 2003, Criciúma, SC: Universidade do Extremo Sul Catarinense, 2003. n. 3, p. 127-134, 2005.

VASCONCELOS, Raquel Célia Silva de. Mimese **e Consciência do Homem Histórico.** CADERNOS WALTER BENJAMIN, v. 01, p. 1-23, 2010.

RELEVÂNCIA E O SIMBOLISMO DO CHALÉ DA FABRIL PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL DA CIDADE DE SÃO LUÍS - MA

Eduardo Santos Ferreira[1]
Jéssica de Almeida Polito[2]

RESUMO: O presente artigo trata da relevância histórica do "Chalé da Fabril", patrimônio tombado pelo IPHAN, localizado no estado do Maranhão e aqui entendido como um marco para o desenvolvimento urbano e social da cidade de São Luís-MA. Apresenta o contexto de desenvolvimento financeiro que a revolução industrial trouxe ao Maranhão e as mudanças urbanas que ocorreram na cidade, mediante a prosperidade da produção de algodão e do crescimento da indústria têxtil. Ganha destaque neste cenário figura de Joaquim Moreira Alves dos Santos, popularmente conhecido como "Nhozinho Santos", pioneiro na produção de uma nova noção de urbano na cidade, proprietário do chalé e responsável por trazer àquela sociedade, novidades culturais e tecnológicas advindas de sua experiência na Europa, como o primeiro veículo a gasolina do estado, a primeira partida de futebol, as regras do esporte e o único exemplar da técnica construtiva taipa de ferro do país: o chalé da fabril.
PALAVRAS-CHAVE: Arquitetura. Patrimônio. Identidade cultural. Restauro.

O presente artigo tem por objetivo analisar aspectos do desenvolvimento e do moldar de uma noção de urbano na cidade de São Luiz, no estado do Maranhão. Para isso, tem como foco central a construção de uma noção de urbano verificada a partir do desenvolvimento da produção algodoeira e da indústria têxtil, cujas marcas foram impressas na cidade sob a forma de tecido urbano e suas edificações.

São Luís é a capital do estado do Maranhão e foi fundada em 1612 pelos franceses. Posteriormente, tomada por holandeses e colonizada por portugueses, segundo o site Brasiliana fotográfica de 2022. Possui uma paisagem pluricultural que foi crescendo e se desenvolvendo ao longo dos seus 409 anos de história. Sua identidade cultural é assim marcada por cada fase do seu desenvolvimento, e suas mudanças ficam impressas na arquitetura da cidade, sendo tombada no ano de 1974 e reconhecida como patrimônio cultural mundial pela UNESCO em 1997. (IPHAN, 2014).

Nesse contexto, é a capital brasileira detentora do maior conjunto de "casarões em estilo tradicional português e maior conjunto arquitetônico homogêneo da América Latina," (PREFEITURA DE SÃO LUÍS, 2002). A cidade que é conhecida como Ilha do Amor, Atenas Brasileira, Ilha Magnética, Ilha do Sol e tantos outros pseudônimos, de acordo Jornal O Imparcial, 2018. Foi modificando sua paisagem ao longo de sua jornada. Alguns fatores como estilo de vida, economia, clima, cultura e crescimento urbano foram elementos cruciais para tais transformações.

1 Centro Universitário Adventista de São Paulo campus Engenheiro Coelho, eduardoferreira.edf@gmail.com.
2 Centro Universitário Adventista de São Paulo campus Engenheiro Coelho, jessica.polito@unasp.edu.br.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

1 O CONTEXTO SOCIOECONÔMICO

Entre o fechamento do século XVIII e o começo do século XIX, um dos fatores de forte influência na alteração do cenário da cidade foi a quebra do sistema colonial e a chegada da revolução industrial, com o desenvolvimento da produção e importação do algodão em grande escala no Maranhão. Surgiu, então, toda uma necessidade de locomoção para transporte de insumos, passagens de carros com maior volume de materiais, maior número de animais de serviços nas ruas, fazendo com que o governo estadual iniciasse, aí, um processo de desenvolvimento em torno da indústria têxtil. (ARRUDA, 1988).

> "O Brasil no século XVIII encontrava-se em crise econômica, pois o ouro já não era tão rentável. Aproveitando-se da alta da fibra branca no mercado externo, as autoridades coloniais passaram a incentivar seu cultivo, já que o Brasil possuía extensas áreas virgens e solos propícios. Em 1750, o governo da Metrópole visando introduzir no Brasil a indústria têxtil, ordenou ao vice-rei, Francisco de Assis de Távora que constitui se tecelões e os enviasse ao Maranhão e Pará, a fim de estabelecer ali algumas fábricas." (OLIVEIRA, 2018, P. 04).

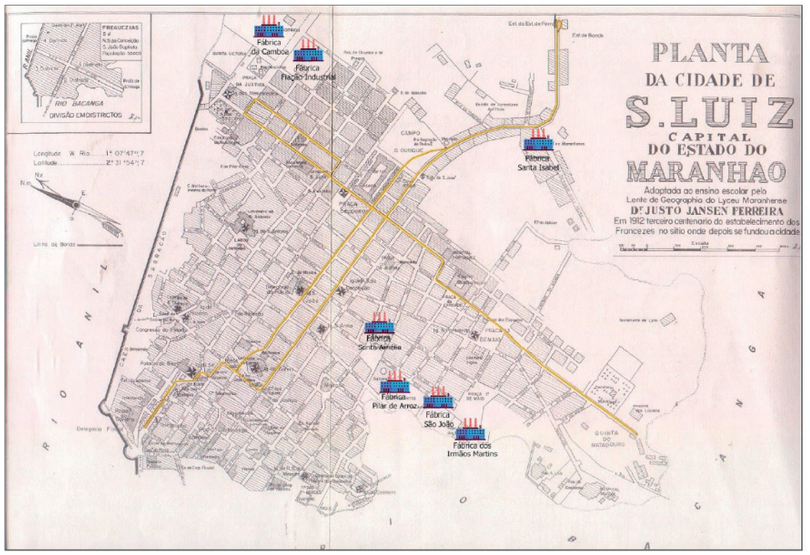
O Maranhão sofreu grande mudança com a chegada da industrialização. O mercado de produção e exportação do algodão ganhou grandes proporções no estado e conseguiu praticamente monopolizar o comércio, exportando cerca de 83,7% do seu produto direto para Portugal e fazendo a distribuição para o restante da Europa. O império via o Brasil como uma fonte de negócio seguro que gerava lucros altos com a reimportação dos produtos e com a industrialização da matéria prima que era importada. (ARRUDA, 1988).

O estado do Maranhão prosperou e se destacou em relação a maioria dos outros estados que estavam em decadência, no momento da quebra do sistema colonial. Grande parte dessa vantagem se deu pela localização no estado que, estando ao norte brasileiro, era beneficiado pela boa localização marítima. Dentro de um contexto onde a balança da importação apontava que o número de importação era menor que o número de exportação, isto é, uma balança comercial favorável, torna-se compreensível que no cenário daquele momento pairava um ar de segurança e propício desenvolvimento. (ARRUDA, 1988).

> Ao invés de um ou dois navios que aportavam por ano em São Luís, no último quartil do século XVIII, este número mudou para 100 a 150 navios e as exportações chegaram a quase um milhão de libras enquanto a colônia inteira exportava, em média, três milhões (Furtado, 1959). (FILHO,2016 apud FURTADO, 1959, p. 24).
>
> Devido a força do algodão, o Maranhão atingiu o maior PIB per capita do Brasil, com 112 dólares, quase o dobro do PIB per capita médio no Brasil que era de 61,2 dólares (ARRUDA, 1980). (FILHO,2016 apud ARRUDA, 1980, p. 24).
>
> A título de comparação, em 2014, o PIB per capita de São Paulo era apenas 36% maior do que o PIB per capita médio brasileiro ou então, utilizando-se dados do Maddison Project que estima PIB´s per capita no decorrer da história, é possível perceber que o PIB per capita maranhense era semelhante ao dos Estados Unidos da América e maior que o Português. Durante esses anos o Maranhão se tornou a zona mais próspera da colônia portuguesa (Fausto, 2001). (FILHO,2016 apud FAUSTO, 2001, p. 24).

Esse desenvolvimento financeiro acarretou uma série de modificações no cenário da cidade de São Luís, tanto na produção rural quanto na indústria têxtil. Fez-se necessário mão de obra escravocrata, modificando assim o cenário populacional da cidade. A chegada dos escravos africanos cresceu proporcionalmente ao desenvolvimento do mercado têxtil, o que revelou que a mão de obra escrava sempre foi primordial para o desenvolvimento do estado. Embora não sendo valorizada e nem reconhecida, foi algo que não diferiu do modelo nacional de desenvolvimento inicial, que dependeu primordialmente de mão de obra escrava como motriz de sua cultura e de seu desenvolvimento. (OLIVEIRA, 2018, p. 5).

Figura 1: Mapa São Luís, Justo Jansen, 1912, com localização das indústrias têxteis da época. Modificado pelo autor, 2019.



Fonte: Feitosa, 2019 apud Pflueger, 2019.

Foi então que nesse momento a burguesia maranhense mudou sua forma de se relacionar diretamente com o espaço e com a paisagem. Grandes mudanças foram vistas e adotadas na cidade. As fábricas de produção têxtil se espalharam pela capital, como mostra A Figura 1, para receber, processar e embalar o algodão bruto que vinha da produção do interior do estado. A primeira indústria a se instalar na capital foi a Companhia de Fiação e Tecidos Maranhense, em 1890 segundo (DOURADO; BOCLIN, 2008, p.41), localizada no bairro da Camboa. Posteriormente, ficou conhecida como fábrica Camboa, onde atualmente funciona a Rádio e Tv Difusora, veículos de comunicação tradicional da cidade segundo (Jornal O imparcial, 2020). Logo após, algumas outras indústrias começaram.

> Notabilizou-se pela instalação de vinte e quatro estabelecimentos fabris na capital maranhense, os quais eram em sua maioria têxteis. Aliado a implementação desse parque fabril, surge o bonde elétrico como destaque na locomoção civil.
> (LOPES,2008) Em decorrência de tais fatores, o processo de expansão urbana, segue a linha do bonde até o bairro do Anil, o qual estrutura-se em torno da Companhia de Fiação e Tecidos. (FEITOSA, ARQUIVOS FOTOGRÁFICOS E AUDIOVISUAIS NO REGISTRO DA MEMÓRIA ESPORTIVA DA CIDADE DE SÃO LUÍS, 2019, p. 45.)

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

Uma das mais relevantes indústrias têxteis que surgem nesse período é a Fábrica Santa Isabel, propriedade da família Santos. O patriarca era Crispim Alves dos Santos, um expoente industrial, proprietário da indústria têxtil Santa Isabel. A prosperidade de seus negócios lhe garantiu, além de destaque social, a posse de terras em áreas que hoje correspondem à parcela central do território de São Luiz e que foram herdadas por seu filho, Joaquim Moreira Alves dos Santos, popularmente conhecido como "Nhozinho Santos".

No decorrer de sua vida, Crispim fomentou entre a sociedade um conjunto de ações que propagou na cidade uma forma de pensar e uma noção de urbanidade que se atrelava ao entendimento sobre o ser moderno e elitizado, naquela época. Dentro deste rol de referências que nortearam a estruturação de aspectos da mentalidade daquela sociedade, ganharam destaque os hábitos citadinos praticados em cidades brasileiras como São Paulo e Rio de Janeiro; mas, em especial destaque, as novidades do mundo moderno, propagadas internacionalmente, a partir das experiências europeias.

Foi aí então que Crispim enviou seu filho para que fosse estudar na Inglaterra em 1898. Quando este regressou ao Brasil sete anos mais tarde, trouxe consigo suas experiências e conhecimentos, para além de alguns dos elementos tecnológicos da época. (ARRUDA; IMIRANTE, 2012).

Em seu tempo, Nhozinho Santos foi uma figura importante para essa mudança no cenário da cidade. Como principal administrador dos bens da família, Joaquim conseguiu desenvolver seus projetos e terras. Segundo Trindade (2011), o espaço que pertencia aos Santos era consideravelmente grande, delimitando-se entre a Rua Grande às margens do Rio Bacanga, exemplificada com A Figura 2.

Figura 2: Mapa do centro de São luís 1950, adaptado com pontos.



Fonte: ÁLBUM DO MARANHÃO (1950).

Foi pioneiro em várias frentes no cenário maranhense; assim que retornou da Inglaterra, onde formou-se técnico em indústria têxtil, assumiu a Fábrica Santa Isabel após o falecimento de seu pai, em 1905, e todo o patrimônio da família.

Trouxe o primeiro veículo movido a gasolina do estado, um automóvel inglês Speedwell, modelo Phaeton, um "open touring car" ou carro descapotável para passeio, de quatro lugares, motor De Dion Bouton, monocilíndrico, a gasolina (SILVA, 2017). exemplificado pela Figura 3. Isso fez com que ele se tornasse o pioneiro no automobilismo no Maranhão.

Figura 3: Exemplar do primeiro automóvel do estado do Maranhão.



Fonte: https://www.comunidadelusobrasileirama.org.br/index.php/pages/56-o-primeiro-automovel-no-maranhao.

Foi também o responsável por organizar a primeira partida e time de futebol no estado, além de introduzir as regras do esporte que até então não eram lá praticadas. Ou seja, atribui-se a ele a inserção desta prática esportiva inglesa, considerada uma atividade elitizada, à elite da sociedade ludovicense. Também fundou o primeiro time de futebol da capital, o Fabril Atlétic Club (FAC), se tornando o embaixador do futebol no estado do Maranhão.

> Nhozinho ficou conhecido como um dos homens que introduziu o estilo moderno de vida na cidade de São Luís, utilizando o primeiro carro movido a gasolina na cidade, buscando novas tecnologias industriais para o desenvolvimento de sua fábrica, mudando as máquinas obsoletas por novas. A criação do seu clube esportivo serviu para a prática não somente de futebol, mas de outros esportes na cidade (cricket, tênis, corridas, sendo os principais) e ponto de encontro da elite para eventos sociais, tais como bailes, festas e saraus. Estas características forma colocadas como uma forma de trazer o caráter de ambiente moderno para a cidade8. (TRINDADE, A importância dos jornais na construção do futebol como fator de identidade local em São Luís. (1905 – 1925),2011, p. 16).

Nhozinho Santos também é fundador do primeiro clube desportivo maranhense, um local onde a burguesia local passou a frequentar para praticar diversos esportes inovadores, e não apenas o futebol. Este clube também era utilizado para encontros, saraus e festas da alta sociedade local, apresentando a ela uma nova concepção sobre o lazer. (TRINDADE, 2011, p.17).

A residência que a família Santos morava - o Chalé da Fabril - também era símbolo dessa evolução na maneira de se apropriar do espaço. Essa edificação foi trazida da Inglaterra, pré-moldada em uma estrutura de ferro com tecnologia inovadora para o contexto da época. A edificação é considerada, até os dias atuais, como o único exemplar da taipa de ferro do país e marca a chegada da revolução do ferro e do vidro no âmbito residencial na capital do Maranhão. (LOPES, 2008, P.136).

A ideia de morar em um Chalé mostra para sociedade do momento a prosperidade e o estilo de vida extravagante que a família detinha, isto é, um *modus operandi* que em certos aspectos buscava se assemelhar à forma de morar europeia, mais especificamente inglesa e francesa, devido às influências culturais absorvidas por Joaquim Santos em seu período de estudos em Liverpool na Inglaterra.

Portanto, a família Santos, principalmente na figura do jovem industrial que alcançou elevado prestígio social, teve grande relevância para o moldar de uma nova paisagem cultural e urbana no estado do Maranhão, a partir de seu vínculo com a produção algodoeira. O chalé da fabril, portanto, resiste ao tempo não apenas como símbolo do desenvolvimento têxtil local, mas também como um marco da arquitetura do ferro e do vidro, e do próprio tecido urbano e urbanidade de seus habitantes.

2 O PATRIMÔNIO CHALÉ FABRIL NA CONTEMPORANEIDADE

A casa que abrigava a Família Santos é um marco para arquitetura ludovicense, com uma proposta tecnológica para o seu contexto. É o único exemplar de taipa de ferro do Brasil. (LOPES, 2008, P.136). Foi instalada na R. Sen. João Pedro, 92, Fabril, São Luís - MA e se mantém até os dias atuais. Porém, já perdeu sua qualidade estrutural e atualmente se encontra em ruínas, como mostra A Figura 4.

Figura 4: Foto de Internet. Edifício na década de 50 em comparação ao seu estado atual.



Fonte: fb.com/minhavelhasaoluis.

A proposta da edificação familiar chegou à capital no final do século XIX, importada diretamente da Inglaterra. Chegou armada e pronta para ser montada com uma estrutura de ferro pré-moldada. Com o estilo de chalé europeu, a casa tinha o propósito de representar uma nova forma de morar para a elite do Maranhão. Desde o seu transporte até sua estrutura montada e pronta, foi símbolo de tecnologia, avanço e prosperidade, características que estavam atreladas à figura de seu proprietário e sua família.

A estrutura constitui-se de um sistema de ferro intertravado com pilares e vigas em ferro, acompanhando a estrutura das paredes. Possuía uma malha de ferro formada por cantoneiras de metal locadas nas duas faces da parede espaçadas a cada 30 cm, no sentido vertical e que se conectam por peças de ferro na horizontal. As vedações eram compostas de tijolo de adobe pré-fabricados e travados na estrutura de ferro, demonstrado Na Figura 5. Esse sistema construtivo inovador no Brasil se caracterizou pelo termo taipa de ferro. (LOPES, 2008, P.136).

Figura 5: Sistema construtivo conhecido como taipas de ferro, perfis de ferro e vedação em tijolos de adobe.



Fonte: Arquivo pessoal de Paulo Roberto Ferreira.

A residência possuía 3 pavimentos (térreo e primeiro piso) além de um subsolo. Possuía também uma planta retangular e recuo dos quatro lados, para possibilitar ventilação e iluminação para os dormitórios e demais cômodos da casa. A funcionalidade e a estética eram pontos supervalorizados nessa edificação, que se tornava marcante no cenário da cidade por suas características únicas.

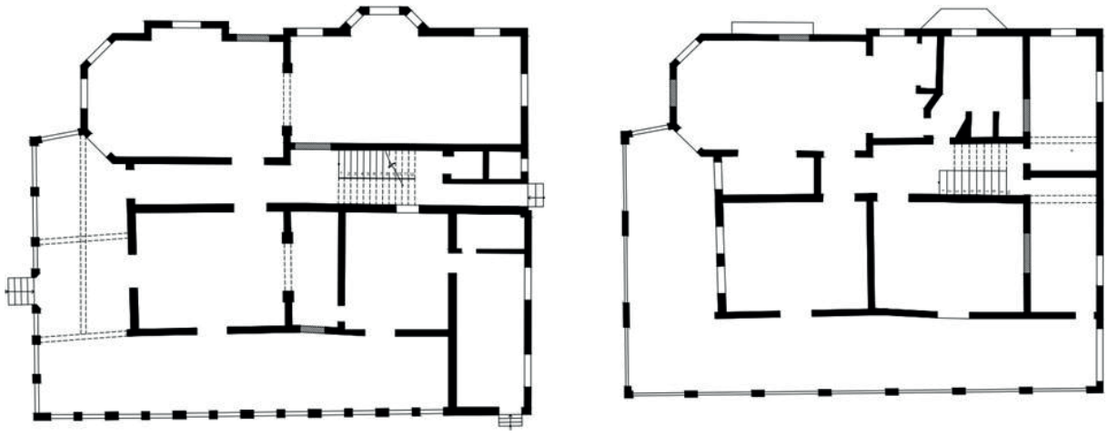
Logo na fachada da residência se destaca uma volumetria bay window, com janelas de vidro e madeira, elemento muito utilizado na Europa, local de origem da residência, e outros elementos esté-

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

ticos muito valorizados que decoravam a fachada, como cimalha e lambrequins que ornamentavam o beiral do telhado. A cobertura chama atenção com sua grande inclinação dividida em nove águas ao longo da residência e com a estrutura das tesouras, que segue a mesma linguagem metálica da estrutura da residência em ferro e os caibros e ripas em madeira que sustentavam as telhas de ardósia.

Na fachada da residência também é notório óculum em relevo, que fazia parte de um sistema de resfriamentos nos ambientes, possibilitando a saída de ar quente pela parte superior da cobertura, garantindo assim o conforto térmico do interior dos dormitórios. A residência era composta por vários sistemas tecnológicos que possibilitavam conforto e estética. O pé direito, de aproximadamente 4,20 na parte interna, também é ponto que favorece o conforto interno dos ambientes da residência familiar. As janelas com vergas retas e acabamento em madeira e vidro possibilitam a ventilação cruzada pelos salões de convívio social. (LOPES, 2008, p.136).

Figura 6: Planta baixa – térreo, planta baixa – superior.



Fonte: Ferreira,Paulo Roberto,2019, p. 11.

No pavimento térreo é composto por varanda externa, com escada de acesso uma área ampla que possibilita acesso visual ao fluxo da rua a sua frente, adentrando a residência. O primeiro ambiente é o hall de acesso à escada interna e às demais salas da casa. Esses ambientes provavelmente eram utilizados como sala de estar para receber visitas, sala de jantar e sala de reuniões mais intimistas. Outros ambientes podem ser entendidos como banheiro, lavabos, cozinha e demais áreas técnicas necessárias como mostra A Figura 6.

A residência conta também com mais dois acessos que supostamente eram utilizados como acessos ao serviço (um na parte posterior da casa e outro locado na lateral direita ao fundo da edificação). No primeiro pavimento encontram-se três grandes ambientes que podem ser lidos como dormitórios. Todos esses ambientes possuem acesso direto à varanda no nível superior, que também possibilita o acesso visual ao entorno da residência. Ainda no nível superior, encontram-se ambientes menores que podem ser entendidos com banheiros individuais para alguns quartos, closet e banheiros coletivos.

Segundo Lopes (2008, p. 136), nos fundos do lote, isolada do chalé, existia a dependência dos empregados, coberta com telhas francesas e piso em ladrilho hidráulico e cimentado, demonstrado

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

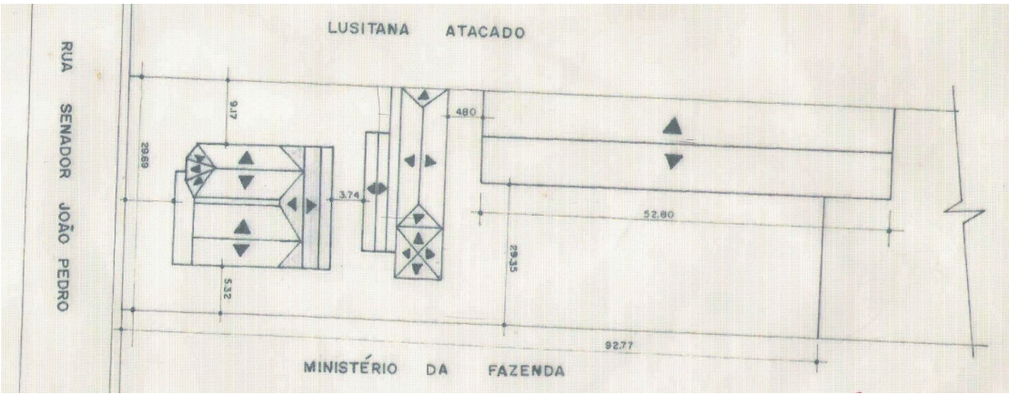
Na Figura 7. Posteriormente outras residências com a linguagem Arquitetônica similar ao Chalé da fabril apareceram na capital, no final do século XX.

Foi assim com o chalé da família Lauande, localizado na Rua Jenipapeiros - nº 216; e na década de 1870 surgiu o chalé Locroix, com influência da arquitetura norte-americana. Já o chalé número 1948, na avenida Getúlio Vargas, foi instalado logo nas primeiras décadas do século XX, com a influência da arquitetura inglesa; e o Chalé das Bonecas, localizado no centro, rua das Barrocas nº 64 -um outro exemplar importado que o conceito do Chalé da Fabril incentivou na cidade de São Luís. (Ferreira; Nolêto; Costa, 2019, p. 11-15). A partir dessa iniciativa da inserção de uma arquitetura importada na cidade, um novo conceito de apropriação do espaço e da forma de morar na cidade passa a ser replicado pelas ruas de São Luís.

Posteriormente o Chalé da Fabril foi adquirido por uma outra família da elite Maranhense, conhecida como família Aboud, responsável por adicionar a varanda externa na edificação. Os Aboud foram proprietários da residência por vinte anos, sendo que o último proprietário dessa construção singular foi o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), utilizando a parte dos fundos do terreno como área para armazenamento de documentos técnicos, anexo e depósito, ver Figura 7.

No ano de 1984 a residência sofreu uma ameaça de demolição, porém apenas 8 anos mais tarde o local passou por um processo de tombamento (ver Figura 8, que contém o anexo da publicação do tombamento no diário oficial do estado do Maranhão) tendo seu valor arquitetônico sendo reconhecido pelo estado na pessoa do governador do estado do Maranhão em vigência, Edison Lobão, pelo Secretário da Casa Civil do estado do maranhão Célio Lobão Ferreira e pela secretaria de Estado de Estado da Cultura Lucia Maria Pacheco Do Nascimento De Carvalho, gestores vigentes no ano de 1992. (LOPES, 2008, p.136).

Figura 7: Locação da Residência no terreno, destaque para as águas do telhado e a parte anexa posterior.



Fonte: Arquivo pessoal de Paulo Roberto Ferreira.

A edificação Chalé da Fabril é um bem de relevância histórico cultural para o estado do Maranhão e para a nação brasileira como representação do único exemplar de taipa de ferro do país. Este imóvel representa um período de prosperidade da produção de algodão no estado do Maranhão e do início de uma nova urbanização da cidade de São Luís, de uma modificação na maneira de morar,

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

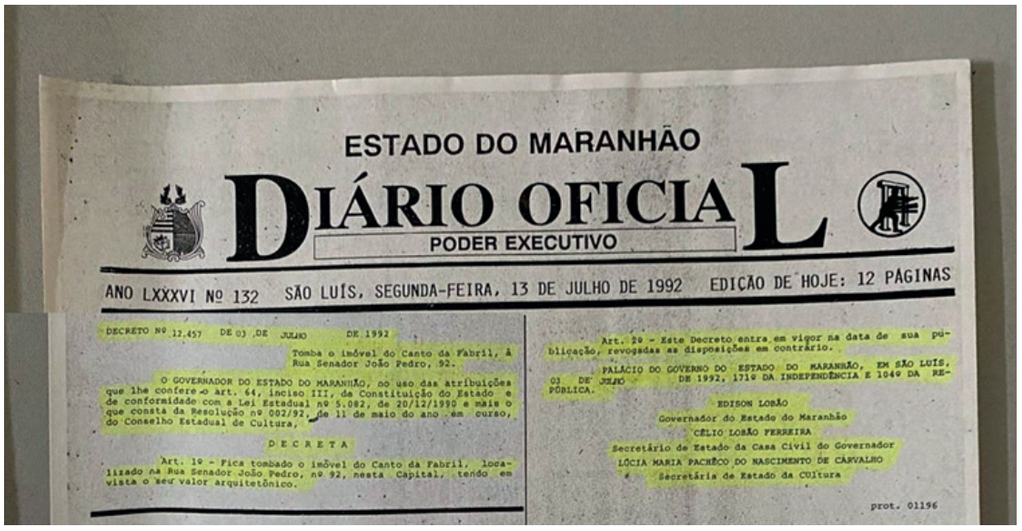
e de se apropriar socialmente do espaço. A carta de Atenas traz a importância da inovação dos sistemas construtivos nesse período.

> "Cada época utilizou em suas construções a técnica que lhe era imposta por seus recursos particulares. Até o século XIX, a arte de construir casas só conhecia paredes constituídas de pedras, tijolos ou tabiques de madeira e tetos constituídos por vigas de madeira. No século XIX, um período intermediário fez uso dos ferros perfilados, depois vieram, enfim, no século XX, as construções homogêneas, todas em aço ou cimento armado". (LE CORBUSIER, 1933).

A proteção desse edifício é de extrema importância para a sociedade, para a arquitetura da cidade de São Luís, para história econômica social maranhense, para evolução das tecnologias de produção da construção civil e métodos construtivos inseridos no Brasil, pois retrata exatamente a época desta mudança com um novo método construtivo e por ser uma construção única e pioneira.

A partir de 1992 o Chalé passou a ser bem tombado do estado do Maranhão, como mostra A Figura 8, portanto patrimônio cultural. O imóvel em questão e a figura de seu antigo proprietário, Joaquim Moreira Alves dos Santos, contam uma parte da história do desenvolvimento do estado e de sua prosperidade econômica. De igual modo, contribuem para a compreensão de algumas mudanças ali verificadas: da forma de usar o espaço, da composição social, da mobilidade e expansão da malha urbana, da forma de morar e da representatividade que as residências impunham para o contexto social no período em que foi introduzida.

Figura 8: Colagem da publicação do tombamento no diário oficial do estado do Maranhão.



ESTADO DO MARANHÃO

DIÁRIO OFICIAL

PODER EXECUTIVO

ANO LXXXVI Nº 132 SÃO LUÍS, SEGUNDA-FEIRA, 13 DE JULHO DE 1992 EDIÇÃO DE HOJE: 12 PÁGINAS

DECRETO Nº 12.457 DE 03 DE JULHO DE 1992

Tomba o imóvel do Canto da Fabril, À Rua Senador João Pedro, 92.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 64, inciso III, da Constituição do Estado e de conformidade com a Lei Estadual nº 5.082, de 20/12/1990 e mais o que consta da Resolução nº 002/92, de 11 de maio do ano em curso, do Conselho Estadual de Cultura,

D E C R E T A

Art. 1º - Fica tombado o imóvel do Canto da Fabril, localizado na Rua Senador João Pedro, nº 92, nesta Capital, tendo em vista o seu valor arquitetônico.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 03 DE JULHO DE 1992, 171º DA INDEPENDÊNCIA E 104º DA REPÚBLICA.

EDISON LOBÃO
Governador do Estado do Maranhão

CÉLIO LOBÃO FERREIRA
Secretário de Estado da Casa Civil do Governador

LÚCIA MARIA PACHÊCO DO NASCIMENTO DE CARVALHO
Secretária de Estado da Cultura

prot. 01196

Fonte: Arquivo pessoal de Paulo Roberto Ferreira.

A edificação representa - enquanto signo e símbolo de urbanização - uma carga histórica, cultural, social e econômica desse recorte de tempo. É um patrimônio cultural a ser preservado, cuidado e revitalizado com intuito de se reinserir no convívio da sociedade ludovicense novamente, enquanto expressão material de uma manifestação cultural. Este entendimento está em consonância com o

princípio de fruição coletiva, previsto pelo artigo 215 da Constituição Federal, que dispõe: o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

O Chalé deve ser entendido como objeto de estudo, de uso e de contemplação, para que a população conheça a história do desenvolvimento de sua cidade. Além de defender e valorizar o patrimônio cultural brasileiro e democratizar o acesso aos bens de cultura conforme o no inciso I e IV do parágrafo 3§ do artigo acima mencionado. (BRASIL, Constituição (1988), Seção - II DA CULTURA, Art 215, §3 I e IV).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O patrimônio histórico e artístico brasileiro é peça fundamental para compreensão da evolução da sociedade e fomentação da cultura. É primordial a preservação e manutenção desses edifícios para compreensão geral do desenvolvimento da cidade e a facilitação da acessibilidade às próximas gerações aos registros arquitetônicos da história. Esses monumentos devem ser respeitados e mantidos em livre acesso a população geral, democratizando a informação e a cultura.

O cuidado periódico preventivo nos monumentos históricos evitará a degradação generalizada dos bens patrimoniais, diante de um monumento com tamanha importância histórica como o chalé da fabril, que foi negligenciado durante anos. É de grande relevância a proposta de restauro como forma de respeito ao simbolismo histórico que este edifício representa para sociedade maranhense. Devolver esse monumento icônico ao cotidiano da sociedade ludovicense é um ato de respeito para com a sua história.

A pesquisa apresentou o cenário em que esse monumento chegou ao Maranhão e as mudanças que a prosperidade da indústria algodoeira e a produção têxtil trouxeram para o estado do Maranhão. A partir desse impacto direto da Revolução Industrial, uma nova noção de urbanidade se desenvolve na cidade trazendo várias mudanças sociais e alterações na paisagem da cidade. O chalé representa o momento de início desse movimento em São Luís. À semelhança dessa proposta de restauro, vários outros monumentos compõem o enredo da rica história de 409 anos da capital do estado do Maranhão.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, J. J. de A. A economia brasileira no fim da época colonial: a diversificação da produção, o ganho de monopólio e a falsa euforia do Maranhão. **Revista de História**, [S. l.], n. 119, p. 3-21, 1988. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.v0i119p3-21. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18569. Acesso em: 6 jun. 2022.

BRASIL, Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 01 jun. 2022.

BRASILIANA ICONOGRÁFICA. **A fundação de São Luís do Maranhão**. Disponível em: https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?p=9679. Acesso em: 31 mai. 2022.

PREFEITURA DE SÃO LUÍS. **Breve histórico**. Disponível em: https://saoluis.ma.gov.br/saoluis/55/breve-historico#menu. Acesso em: 31 mai. 2022.

CONSELHO DA COMUNIDADE LUSO-BRASILEIRA DO MARANHÃO. **O primeiro automóvel no Maranhão**. Disponível em: https://www.comunidadelusobrasileirama.org.br/index.php/pages/56-o-primeiro-automovel-no-maranhao. Acesso em: 11 mai. 2022.

DOURADO, José Ribamar; BOCLIN, Roberto Guimarães. A INDÚSTRIA DO MARANHÃO: um novo ciclo: Um novo ciclo. **Instituto Euvaldo Lodi – IEL/Núcleo Central**, Brasília-DF, v. 01, n. 01, p. 1-195, dez./2008.

FEITOSA, T. F. V; PANET, R. D. F. ARQUIVOS FOTOGRÁFICOS E AUDIOVISUAIS NO REGISTRO DA MEMÓRIA ESPORTIVA DA CIDADE DE SÃO LUÍS.. **UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO - UEMA**, São Luís-Ma, v. 01, n. 01, p. 1-89, dez./2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/project/Arquivos-fotograficos-e-audiovisuais-no-registro-da-memoria-esportiva-da-cidade-de-Sao-Luis. Acesso em: 25 mai. 2022.

FERREIRA *et al*. A INFLUÊNCIA NORMANDO-FRANCESA NA ARQUITETURA DOS CHALÉS DA CIDADE DE SÃO LUÍS, MARANHÃO. **3° CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO LUSO-BRASILEIRA**, Salvador – BA, v. 01, n. 01, p. 1-15, set./2019. Disponível em: https://patronage.fapema.br/anexos/ACC-PROD_0072020SECID-1156-20.pdf. Acesso em: 18 mai. 2022.

FILHO, C. M. R. FORMAÇÃO ECONÔMICA DO MARANHÃO: DE PROVÍNCIA PRÓSPERA A ESTADO MAIS POBRE DA FEDERAÇÃO. O QUE DEU TÃO ERRADO?. **Universidade de Brasília**, BRASÍLIA-DF, v. 01, n. 01, p. 1-104, dez./2016. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/23037/1/2016_ClaudiomarMatiasRolimFilho.pdf. Acesso em: 26 mai. 2022.

IMIRANTE. **Confira a história da origem do futebol em São Luís**. Disponível em: https://imirante.com/esporte/sao-luis/2012/09/04/confira-a-historia-da-origem-do-futebol-em-sao-luis. Acesso em: 8 jun. 2022.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **São Luís (MA)**. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/346/. Acesso em: 31 mai. 2022.

LECORBUSIER. Carta de Atenas 1933. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)**, Atenas, v. 02, n. 01, p. 1-38, out./1933 Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf.

LOPES, J. A. V. SÃO LUÍS, ILHA DO MARANHÃO E ALCANTARA : GUIA DE ARQUITETURA E PAISAGEM. **Sevilla : Consejería de Obras Públicas y Transportes, Dirección General de Arquitectura y Vivienda**, MARANHÃO BRASIL, v. 01, n. 01, p. 1-238, jan./2008. Disponível em: https://www.juntadeandalucia.es/fomentoyvivienda/estaticas/sites/consejeria/areas/arquitectura/fomento/guias_arquitectura/adjuntos_ga/Guia_Sao_Luis_e.pdf. Acesso em: 1 jun. 2022.

O IMPARCIAL. **Registros da história: Relembre os tempos áureos das fábricas do Maranhão**. Disponível em: https://oimparcial.com.br/cidades/2020/07/registros-da-historia-relembre-os-tempos-aureos-das-fabricas-do-maranhao/. Acesso em: 29 mai. 2022.

O IMPARCIAL. **Saiba os significados dos vários nomes de São Luís: da Ilha Magnética à Jamaica Brasileira**. Disponível em: https://oimparcial.com.br/cidades/2018/09/saiba-os-significados-dos-varios-nomes-de-sao-luis-da-ilha-magnetica-a-jamaica-brasileira/#:~:text=A%20cidade%2C%20que%20ao%20longo,seu%20DNA%20tantas%20outras%20ilhas&text=S%C3%A3o%20Lu%C3%ADs%20completa%20hoje%20407%20anos. Acesso em: 18 mai. 2022.

OLIVEIRA, E. N. D. C. A ECONOMIA DO ALGODÃO NO NORDESTE BRASILEIRO. **o VI Congresso Sergipano de História & VI Encontro Estadual de História**, Sergipe-Br, v. 01, n. 01, p. 1-18, set./2018.

TRINDADE, Clenilson Borges. A importância dos jornais na construção do futebol como fator de identidade local em São Luís (1905 – 1925). **UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO**, São Luís, v. 01, n. 01, p. 1-67, dez./2011. Disponível em: https://www.historia.uema.br/wp-content/uploads/2015/09/clenilson-borges-trindade.pdf. Acesso em: 11 mai. 2022.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS

ANAIS DO

"RUDIMENTARES MORADIAS". A ARQUITETURA DAS HABITAÇÕES DA CLASSE PROLETÁRIA EM SÃO LUÍS (1923)

José Haroldo Matos Machado[1]

RESUMO: Em seção de relatório publicado no ano de 1925, o Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural do Maranhão expôs as condições de habitabilidade degradantes por que passava a camada empobrecida da cidade. As então ditas "palhoças", erguidas pela gente trabalhadora, foram quantificadas, localizadas, juridicamente enquadradas, tecnicamente analisadas e apontadas no documento como "rudimentares", objetos exemplares de uma civilidade inferior e vetores dos males sanitários que constantemente assolavam a cidade-porto. O relatório é um posicionamento do agente público ante camada da sociedade que rege e este trabalho visa expor tanto a visão do poder a paisagem que lhe é fruto quanto a frágil condição de sobrevivência na cidade daqueles a quem só basta resistir.
PALAVRAS-CHAVE: Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural do Maranhão. Habitação Operária. Segregação.

INTRODUÇÃO

O texto ora apresentado é parte de pesquisa que busca, a partir de um diálogo entre as áreas da História e da Geografia, analisar uma conformação espacial, interna à cidade de São Luís, que, acredita-se, seja resultado de uma realidade social excludente, em que os setores mais vulneráveis economicamente reproduziram, espacialmente, sua condição de segregados. O resultado, uma paisagem[2] urbana contemporânea com morfologia específica, exibe marcas, *rugosidades*[3], de um tempo que expressou espacialmente um modo de fazer a cidade possível àqueles que viram na resistência o modo de sobreviver, de habitar, de permanecer.

1 Historiador. Mestrando em História e Conexões Atlânticas: Culturas e Poderes na Universidade Federal do Maranhão. Bolsista Capes. E-mail: jharoldo.matos@gmail.com.

2 A paisagem é um conceito derivado do espaço. É uma "parte do espaço que é vista de um único ponto" e que, no instante em que é percebida, distinguem-se, em sua aparência, diferentes formas integrando uma aparência única e exigindo um entendimento de conjunto ímpar, uma composição genuína. Pode ser entendida, ainda, como qualquer representação visual elaborada a partir da combinação entre um ponto vantajoso que forneça um ângulo possibilitador de uma descrição daquela parcela do espaço. Ver mais em: MEINIG, Donald W. O olho que observa: dez versões da mesma cena. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 14, jan. 2002, p. 35; SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013., p. 46.

3 Rugosidade é um conceito desenvolvido pelo geógrafo brasileiro Milton Santos. Em sua epistemologia geográfica de fortes vinculações com a História, numa relação espaço-temporal dialética, o autor se vale deste conceito para conferir historicidade aos espaços. As rugosidades seriam marcas perceptíveis no espaço – na paisagem – e que permitem, sob análise crítica, compreender e descrever a formação daquela organização espacial. Ver mais em: SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2017.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

É preciso, para além de observar a cidade, saber ler suas linhas e entrelinhas, aprofundar-se em suas sintaxes e relações morfológicas. Formas e conformações, objetos, seus conjuntos e as funções que exercem no espaço urbano, superpostos, terminam por oferecerem-se à análise crítica, a uma hermenêutica. Cada elemento visto, isoladamente, tem um significado no presente e um relato seu só é possível alcançar via abordagem histórica, diacrônica: do tempo atual a um tempo passado, determinado por processo identificados a partir do exame minucioso e crítico da documentação, ou seja, da eleição de fontes que auxiliem na compreensão daquela formação, daquela paisagem que se apresenta ante o olhar inquiridor do observador que conjugue tempo e espaço para abarcar o humano presente na realidade.

Assentado nesse raciocínio, pinçou-se como fonte histórica um relatório produzido pelo Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural do Maranhão, órgão da chamada "higiene púbica"[4]. Publicado em 1925[5], o relatório resulta de incursões do Serviço a regiões da cidade e do estudo sobre serviços ofertados pelo poder público e, ainda, sobre setores da econômica local, como a venda de medicamentos. Para este texto, interessa, especificamente, a seção denominada "As habitações do proletariado", reveladora, pelo teor de seu texto, da visão que o poder público tinha sobre ordem e desordem. E não apenas: sobre a pobreza na cidade e a relação desta com a saúde pública.

BREVE DESCRIÇÃO DO RELATÓRIO

Apresentado pelo doutor Cássio Miranda, chefe interino do Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural do Maranhão, ao doutor Lafayette Freitas, diretor do Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural (nacional), o relatório presta contas do trabalho executado a partir de contrato efetuado entre o Departamento Nacional de Saúde Pública e o Estado do Maranhão, no ano de 1922.

Dividido em quatro partes, o relatório é uma peça valiosa ao estudo histórico das condições sanitárias da cidade de São Luís nas primeiras décadas do regime republicano. Diferentes autores[6] e

4 "O estudo esboça algumas compreensões sobre a palavra "higiene". A partir do Renascimento, a ideia advinda da Grécia Antiga voltou a ser trabalhada, primeiramente como método para uma organização dietética e moral da vida que visava ao seu prolongamento. De uma espécie de cuidado de si, transformou-se em conceito de governança, cujo objetivo era o prolongamento da vida dos súditos/cidadãos. O debate teórico sobre o que era higiene pública mostra sua faceta eminentemente política: não apenas era um ramo da economia política, mas também eram analisadas as propostas dos higienistas de acordo com seu maior ou menor impacto na política. A batalha político-científica resultou na vitória de certas compreensões de ação estatal, e no esquecimento e na negligência de outras." [MANTOVANI, R.; MARQUES, M. C. da C. Higiene como prática individual e como instrumento de Estado. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, abril, 2020].

5 BRASIL. Serviço de Saneamento e Prophylaxia Rural do Maranhão. Departamento Nacional de Saúde Pública. **Relatório apresentado pelo Dr. Cassio Miranda, Chefe Interino do Serviço, no ano de 1923, à Directoria do Serviço de Saneamento e Prophylaxia Rural.** Maranhão: Tipogravura Teixeira, 1925.

6 Ver: RODRIGUES, Zulimar Márita Ribeiro. **A saúde urbana de São Luís (MA)**: percepções e conflitos. Disponível em: http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal11/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/09.pdf. Acesso em: 21 abr. 2021; LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **História da Medicina em São Luís**: médicos, enfermidades e instituições. São Luís: [S.N.], 2015; CORREIA, Maria da Glória Guimarães. **Nos fios da trama**: quem é essa mulher? cotidiano e trabalho do operariado feminino em São Luís na virada do século XIX. São Luís: Edufma, 2006. 320 p. (Coleção de Teses e Dissertações - Departamento de História da UFMA).

diferentes documentos[7] atestam o quadro crítico em que vivia a cidade de modo permanente, sendo assolada por doenças infectocontagiosas com certa frequência, sofrendo com a oferta precária de serviços públicos como hospitais, profilaxia, esgotos, oferta de água potável e coleta de lixo.

A primeira parte, em que se localiza a seção do relatório que interessa a este texto, apresenta os resultados dos trabalhos desenvolvidos pelo Serviço em notificações, vigilâncias, desinfecções, regulamentações da venda de medicamentos ("drogas"), fiscalizações do fluxo de substâncias venenosas e entorpecentes e no relato dos quadros de doenças como a raiva, a febre amarela, a varíola e as vacinações empreendidas no intuito de amenizar os efeitos desses males na cidade.

A segunda parte faz menção à atuação do Serviço em postos de saúde e hospitais de São Luís, incluindo-se aí o Anil, região mais afastada, e de cidades do interior do Estado como Caxias, Cururupu e Viana.

Na terceira parte é possível notar os trabalhos efetuados para o combate às doenças venéreas e à lepra. Jà a quarta parte encerra o relatório com um demonstrativo financeiro.

"AS HABITAÇÕES DO PROLETARIO EM SÃO LUIZ DO MARANHÃO"[8]

Nefasto, segundo o dicionário Oxford, significa aquilo "que pode trazer dano, prejuízo", é, também, algo "desfavorável, nocivo, prejudicial". A pesquisa on-line[9] sobre o termo ainda apresenta palavras similares, tais como: funesto, sinistro, fúnebre.

A acepção atual do termo *nefasto* não deve diferir do que se pretendeu comunicar ao qualificar, logo nas primeiras linhas do capítulo que trata sobre os modos de morar em São Luís, as habitações que foram edificadas pela gente trabalhadora e empobrecida da cidade. Segundo o texto, "aquelles que não possuem meios pecuniarios" geralmente abrigam-se utilizando três tipologias de construção: "os baixos de sobrados", os "cortiços" e as "palhoças"; estas últimas, denunciadas veementemente pelo Relatório, são o tema da seção[10].

Assim são descritas as palhoças:

> São habitações levantadas completamente ao acaso, sobre depressões e socalcos de terreno, sem preparo prévio para recebe-las, orientadas ao sabôr dos maiores absurdos em edificação, dispostas, geralmente, em séries para formar ruas e travessas estreitas, ora rectas, ora mais ou menos sinuosas, ou então completamente isoladas com as testadas voltadas para todos os lados. [...] Se "as edificações em suas modalidades evolutivas objectivam a personalidade humana", como diz Euclydes da Cunha[11], estes casebres devem acoutar bem primitivos seres e patentear uma organização social bem remota...[12]

7 Ver: GODINHO, Victor. **A peste no Maranhão**. São Luís: Tipogravura Teixeira, 1904; CANTANHEDE, Palmério de Carvalho. **Saneamento das cidades e sua applicação à Capital do Maranhão**. São Luís: Publicações Oficiais, 1899.
8 Neste trabalho, a opção foi por manter-se a escrita original presente nos documentos. Exceção feita ao nome do Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural do Maranhão.
9 Realizada via buscador Google.
10 BRASIL, op. cit., p. 105.
11 Aqui, o Relatório faz menção à obra **Os Sertões** (1902).
12 BRASIL, op. cit., p. 109.

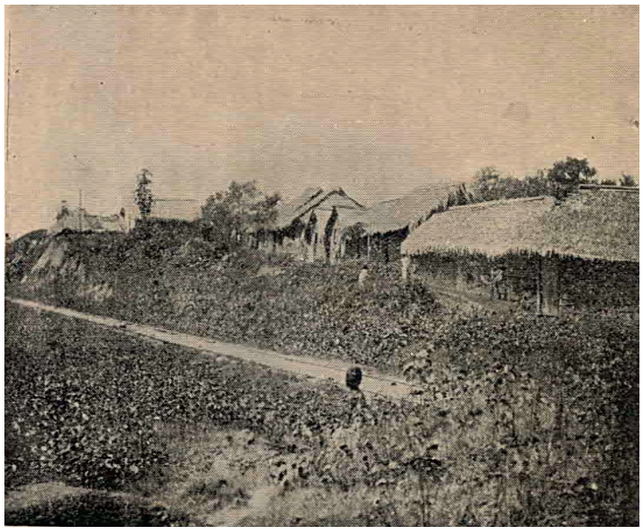
E continua, no parágrafo seguinte:

> Na construcção, acentuam-se as insensatezes. As paredes são de palha ou feitas a *barro-de-sopapo*. Algumas, porem, de infima categoria, têm-n'as formadas de bizarros detrictos reclamados até o lixo, tais como restos de *meaçabas*, de *cofos* e de latas velhas. A cobertura é, na quasi totalidade do casos, de *pindoba*. As paredes não obedecem ao prumo; os angulos são irregulares. As portas, tão estreitas e baixas, dificilmente dão passagem a uma pessoa, havendo em regra, uma na frente e outra nos fundos da casa. Janellas, em pequeno numero – o menor possivel – uma, duas, raramente mais, de cerca de sessenta centimetros de largura. Geralmente, possuem as palhoças uma divisão interna que lhes reparte o interior em duas metades, uma anterior e outra posterior; esta, amiúde, subdividida por outra parede perpendicular á primeira, dando formação, ahi a dois compartimentos. O *pé direito* é ridiculo – pouco mas alto, frequentemente, que a estatura de um homem. O sólo interior da morada não tem o menos revestimento; mal e mal aplanado, é, quasi sempre, de nivel mais baixo que o do exterior.[13]

O relatório ressalta que, legalmente, tais moradas não deveriam existir. Citando o então vigente Código de Posturas Municipais, instituído em 1893, o texto apresenta a vedação às edificações residenciais que fossem "cobertas de palha ou de qualquer outro material de facil combustão"[14]. Sustenta, ainda, a crítica à presença de tais construções com base no argumento de que, mesmo 30 anos depois de editado o Código de Posturas Municipais (o trabalho de campo empreendido pelo Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural do Maranhão deu-se em 1923), a normativa não era respeitada ou sua prescrição fiscalizada.

A exemplificação do que descrevem os dois excertos colhidos do Relatório é dada por fotografias:

Figura 1 – Localidade Baixinha (Estrada do Matadouro).



Fonte: Relatório do Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural do Maranhão (1923).

13 Idem.

14 Lei nº 8, de 23 de Julho de 1893 apud BRASIL, op. cit., p. 105. O Relatório aponta, equivocadamente, o ano de 1892 como sendo o de promulgação da lei que institui o Código de Posturas Municipais.

Figura 2 – Localidade Baixinha (Estrada do Matadouro).



Fonte: Relatório do Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural do Maranhão (1923).

A contabilização destas moradas, empreendida pelo Serviço, apresentou os seguintes dados:

- Dentro do perímetro urbano da cidade de São Luís havia 1.166 palhoças.
- Habitavam nas palhoças 5.162 pessoas:
  - 3.397 maiores de idade
  - 1.765 menores de idade
- Estimou-se, no ano de 192115, que a cidade possuía 35.000 habitantes, residentes em 5.922 casas.

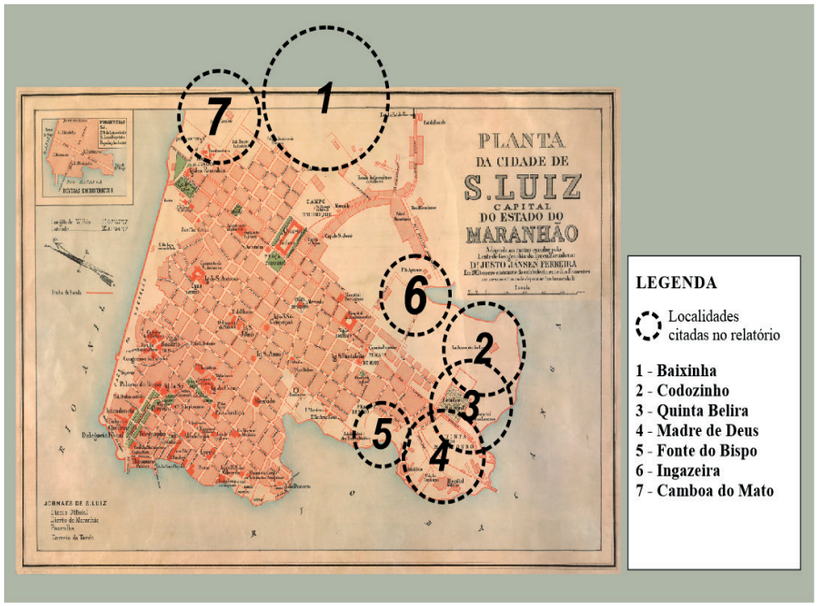
A localização dos casebres é sintomática da forma como organizava-se espacialmente a cidade de São Luís naquela terceira década do século XX. Veremos no tópico seguinte o mapeamento dos casebres e hipóteses dos impulsos de suas edificações.

AS PALHOÇAS E SUAS LOCALIZAÇÕES NA CIDADE

O que poderia ser considerado o perímetro urbano da cidade de São Luís, em 1923? A partir do que informa o Relatório aqui em estudo, podemos apontar, a partir do mapa que segue:

15 O texto do Relatório evoca outro relatório, realizado pelo prefeito Capitão José Luso Torres para indicar tais dados. Tal escrito não foi encontrado pelo autor deste artigo.

Figura 3 – Distribuição das palhoças na cidade de São Luís.



Fonte: Adaptado pelo autor a partir da planta elaborada pelo geógrafo Justo Jansen e publicada em 1912.

A região mais urbanizada e mais densamente povoada de São Luís à época do relatório restringia-se ao representado no mapa acima. Grande parte dos 35 mil habitantes, apontados pelo poder público em 1921, residiam e trabalhavam nesta região. Aqui, concentravam-se todos os serviços disponíveis na cidade, além de zonas comerciais, dezenas de igrejas, portos, cemitérios, fábricas, hospitais, escolas... São Luís resumia-se a um pequeno trecho de. Aproximadamente, 4,38 km^2 [16].

O registro cartográfico, publicado em 1912, portanto 11 anos antes do Relatório aqui sob estudo, oferece subsídios únicos para a compreensão da ocupação urbana da cidade[17]. Nota-se que as áreas ocupadas pelas palhoças e, por extensão, pela gente empobrecida da cidade, eram vazios públicos, terrenos sem nenhuma ou de escassa urbanização. Eram quintas, sítios, manguezais, pântanos... Não apresentavam condições de habitabilidade e possuíam relevo acidentado, o que desafiava a edificação de residências e o acesso a elas.

Zonas periféricas em relação ao centro mais urbanizado, com o arruamento planificado pelas normativas coloniais, onde era possível transitar de bonde, verificar alguma iluminação pública noturna e calçamento muitas vezes regular. Esta área urbanizada não ofertava mais espaços de habitação tendo em vista que cortiços e moradias nas partes baixas de sobrados foram combatidos por suas condições de salubridade precárias.

16 Fonte: Software Google Earth.

17 Ressalte-se, desde já, a quase inexistência de dados cartográficos disponíveis para a cidade de São Luís e estudos técnicos sobre sua urbanização que fossem elaborados pelo poder público. O mapa elaborado por Justo Jansen fora encomendado por razão das comemorações do tricentenário de fundação da cidade por franceses, em 1612. Disponível em: https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/272639.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

O Relatório do Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural do Maranhão distingue, portanto, as seguintes três zonas – e suas subdivisões – como núcleos das moradias do operariado de São Luís:

Tabela 1 – Zonas da cidade onde foram localizadas as palhoças.

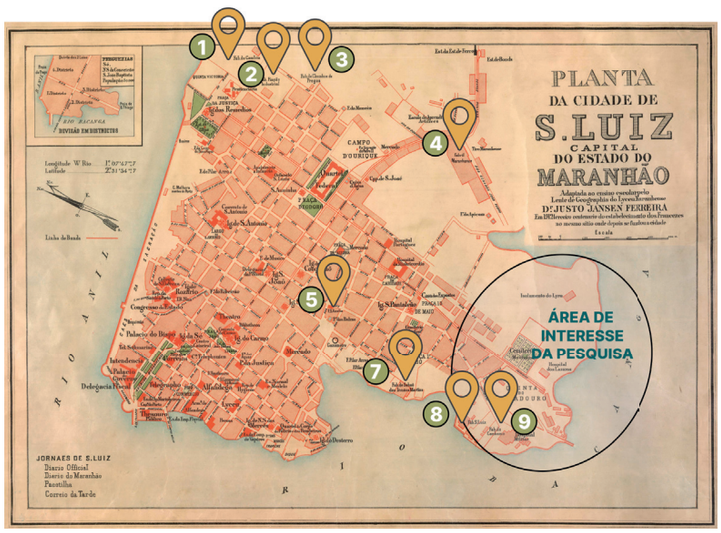
Zona	Nº de Palhoças	Habitantes	Maiores	Menores
1. Baixinha	442	1.990	1.333	657
2. Codozinho	365	1.125	746	379
Quinta Belira	66	322	185	137
Madre de Deus	103	687	436	137
Fonte do Bispo	14	108	68	40
Ingazeira	7	61	32	29
4. Camboa do Mato	114	614	432	182
Diamante	55	255	165	90
Totais	1.166	5.162	3.397	1.651[18]

Fonte: Adaptado de BRASIL, *op. cit.*, p. 106-107,

Estas regiões da cidade também se tornaram atrativas pela instalação, em fins do século XIX, de algumas fábricas, que ofertavam oportunidades de trabalho, mesmo que a pagamentos ínfimos, mas que garantiam alguma sobrevivência àqueles muitos que pouco possuíam.

O mapa presente na Figura 4 mostra a localização das fábricas do ramo têxtil, maiores empregadoras da força de trabalho disponível na cidade e é possível notar a relação entre suas localizações e as localizações das regiões apontadas como núcleos das palhoças na cidade.

Figura 4 – Mapeamento das fábricas instaladas na região central de São Luís nos anos finais do século XIX.



Fonte: Adaptado pelo autor a partir de mapa de Justo Jansen Ferreira (1912). Extraído do texto elaborado para dissertação de mestrado.

18 Curiosamente, o número de menores é o único que não bate com os dados apresentados na totalização presente no Relatório (p. 106), apresentada, aqui, no tópico "As habitações do proletario em São Luiz do Maranhão".

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

Essas regiões da cidade tendiam a ser estigmatizadas e para seus terrenos eram direcionados serviços que não deveriam ocupar as áreas mais densamente povoadas, pois arriscariam a saúde pública e o embelezamento pretendido pelo poder público. Assim, interessa trazer opinião de um agente público sobre a região da Madre de Deus:

> [...] O matadouro se acha em pessimas condições hygienicas, por sua col-locação. Na vizinhança dele (a poucas braças) estão a casa dos lazaros e os hospitais militar e da misericordia, o cemiterio público, unico em que são feitos os enterramentos, e os armazens de couros seccos e salgados da camara municipal, concorrendo tudo isso para que o bairro de Madre de Deus, em que demora, seja o mais insalubre e empestado da cidade.[19]

Figura 5 – Detalhe do mapa de Justo Jansen (1912) demarcando os serviços apontados, em 1883 na fala do presidente da Província, José Manuel de Freitas.



Fonte: Adaptado pelo autor a partir de mapa de Justo Jansen Ferreira (1912). Extraído do texto elaborado para dissertação de mestrado.

É possível notar, na cidade atual, as marcas das ocupações empreendidas pelos empobrecidos. As mesmas localidades apontadas pelo Relatório são, hoje, bairros consolidados que guardaram características morfológicas seculares. Seja pelo arruamento sinuoso, seja pela permanência residências em lotes estreitos e da formação irregular das suas quadras, esses bairros mantiveram suas características, cristalizando, no espaço da cidade, um processo histórico de segregação, de periferização. Veja-se, como exemplo, a Figura 6:

19 Fala do então presidente da Província do Maranhão, José Manuel de Fretas, proferida em 1883. Diário do Maranhão, 07/06/1883, p. 1.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

Figura 6 – Região de São Luís onde é possível encontrar vestígios dos aglomerados apontados no Relatório.



Fonte: Google Earth – Imagem de Satélite (2023).

Estão presentes neste instantâneo da cidade de São Luís as características apontadas no parágrafo acima: a sinuosidade do arruamento, a irregularidade das quadras e os terrenos estreitos em que foram erguidas moradas.

Evoca-se, novamente, o conceito de *rugosidade*, extraído do trabalho de Milton Santos. Tais marcas no presente são registros de dinâmicas históricas captáveis em processos pretéritos. Se lida criticamente, esta apreensão visual, por paisagem, pode ofertar um entendimento da sociedade em que vigoraram as forças sociais motrizes que empreenderam tal organização espacial característica. Não é este o intuito do texto ora apresentado, mas, apresentar um recurso que documenta dinâmicas da cidade de São Luís, nas primeiras décadas da República, fornece um importante suporte para o trabalho dissertativo em fase de conclusão.

"O BRAZIL É UM IMENSO HOSPITAL"

A situação das moradias dos trabalhadores de São Luís urgia resolução. As condições em que viviam gritavam para que medidas fossem tomadas antes que a cidade sofresse, por conta de quadros sanitários caóticos e epidemias mortais, a morte de muitos de seus habitantes.

Para tanto, o Relatório se coloca como o vetor resolutivo de tal quadro crítico. Agentes da saúde e do bem-estar, os serviços de saúde pública foram se colocando no centro das discussões sobre a vida em ambientes urbanos. Não somente em São Luís, não somente no Brasil, mas, no mundo todo, eram colecionáveis as iniciativas de planejamento e execução de melhoramentos urbanos com vistas a tornar as cidades as maiores realizações do progresso e da civilização e, não, o ponto atrativo da pobreza vinda do campo, das doenças céleres em infecções e mortandade.

Assim, não somente os problemas urbanos eram elencados. Seus causadores eram devidamente identificados e as iniciativas para conter suas ações eram as mais diversificadas: legislações,

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

multas, remoções, demolições e incêndios foram atitudes tomadas em diferentes pontos para que a cidade pudesse se renovar e tomar um caminho rumo ao progresso, sem o peso das cargas que eram os vícios urbanos. Muitos desses vícios eram vistos como produtos das classes empobrecidas, perigosas para o ambiente urbano.

Em São Luís não foi diferente. A camada social empobrecida foi logo identificada com a marca do atraso:

> Ao passo que o nosso trabalhador, refugiando-se em suas humilimas cabanas, feitas sem nenhuma diretriz, ahi para as beiras da Cidade, contempla indifferentemente o progresso; em estado embryonario modorra representando uma verdadeira excrescencia para os nossos fóros de civilização[20].

Assim, não somente os problemas urbanos eram elencados, seus causadores eram devidamente identificados e as iniciativas para conter suas ações eram as mais diversificadas: legislações, multas, remoções, demolições e incêndios foram atitudes tomadas em diferentes pontos para que a cidade pudesse se renovar e tomar um caminho rumo ao progresso, sem o peso das cargas que eram os vícios urbanos. Muitos desses vícios eram vistos como produtos das classes empobrecidas, perigosas para o ambiente urbano.

Levando-se em consideração a natureza da entidade pública que elaborou o Relatório, a saúde pública foi especialmente identificada como um problema crônico não só local, mas nacional:

> Num paiz onde grassam innumeras e serias molestias sob as fórmas endemica e epidêmica, onde a verminose attinge frequentemente o indice de 98% [...]; num paiz onde existem, só recenseados, 7.000 leprosos para uma população de 32.000.000 de habitantes [...], numero alias, provavelmente tres vezes maior, si fizermos entrar no computo os não recenseados; num paiz devastado pelo paludismo, pela syphilis, pelas doenças venereas, a leishmaniose, a doença de Chagas; num paiz considerado foco de peste, febre amarella, lepra e variola a imaginação daquelles que enfeixam sob sua responsabilidade os designios do povo, deve voltar-se polarizada para os problemas sanitarios com toda força de patriotismo e de humanidade.[21]

O quadro sanitário, em São Luís, não era diferente. O relato aponta que havia na cidade um grande número de adoecidos, "horripilantes mulambos de vida". Eram "portadores de ulceras", afetados pelo "paludismo que se expunham amarellentos", "verminoticos edematosos de ventres disformes, semi-nús"[22]. Os hospitais locais estavam sempre lotados de acometidos por males advindos da falta de asseio público, da má-gestão dos recursos públicos, do abandono que os empurrava para as margens da cidade, em busca de teto e de trabalho.

A conclusão obtida pelo Relatório foi que as "péssimas habitações do proletario" eram a causa principal da permanência desses males que sobrecarregavam o sistema de saúde e mantinham a cidade sempre em estado de alerta.

20 BRASIL, op. cit., p. 110.
21 Idem, p. 112.
22 Ibidem, p. 113.

De fato, documentos anteriores, que tratam sobre males no ambiente urbano de São Luís, como a regular peste bubônica, apontavam que as regiões da cidade que mais sofriam eram as que abrigavam a gente empobrecida e, consequentemente, tal parcela da população era a que mais vinha a óbito: "No Maranhão, como em toda parte, a peste atacou de preferência as classes pobres, que vivem com mais desasseio, ou pelo menos com muito pouco conforto". Tais palavras são do médico paulista Victor Godinho, contratado pelo poder público local para tratar o surto de peste que assolou e tornou deserta a cidade de São Luís entre os anos de 1903 e 1904[23].

Sobre as palhoças, origem de todo mal sanitário na cidade de São Luís, o Relatório do Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural do Maranhão afirmou:

> Achamos que a causa de todo esse mal reside nas péssimas habitações do proletario; radica-se na insalubridade das palhoças. Tal como são construídas por seus moradores, e ainda por algumas particularidades taes como o despejo das immundicies excrementicias, factores de perpetuação das verminoses, feito ao lado das habitações, sobre o sólo, pelo facto de serem sempre rodeadas de mato e ao lado de paúes favorecendo assim a convivência das anophelinas, vectoras do paludismo, etc., tornam os seus moradores eternos hospedes do Hospital das Doenças Ruraes e assiduos frequentadores do Posto de Prophylaxia da Capital. [...] As palhoças são os repositorios das doenças do nosso operariado. [...] Como, pois, fazer-se qualquer coisa em materia de Hygiene sem se encarar sériamente o problema das habitações para as classes pobres?[24]

Em sequência, o Relatório dispõe de mais fotografias com flagrantes do modo de habitar possível à camada carente da população de São Luís.

Figura 7 – Localidade Codozinho.



Fonte: Relatório do Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural do Maranhão (1923).

23 GODINHO, op. cit.
24 BRASIL, op. cit., p. 114.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

Figura 8 – Localidade Codozinho.



Fonte: Relatório do Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural do Maranhão (1923).

APONTAMENTOS FINAIS

A seção do Relatório que trata sobre a habitação do proletariado ruma para seu fechamento elencado duas providências a serem tomadas no sentido de debelar o problema. A primeira seria a efetiva proibição à edificação de novas palhoças ou de reconstruções (recobertura com palha) daquelas que estivessem carecendo de reparos. Dentro do perímetro urbano deveriam ser fiscalizadas, requalificadas em determinado prazo e, assim, ao longo do tempo, e sem rupturas e proibições excessivas, a paisagem urbana periférica tomaria novas linhas e formas.

Outra medida seria a proposição de um modelo de construção, de custo acessível ao operário, mas que garantisse condições de habitabilidade mais higiênicas. Segundo o Relatório, "com a insignificante importância de 1:955$200, o operário poderá ter uma cazinha salubre"[25].

A sugestão final é a concessão, por parte do Estado, de terreno próprio para a construção das casas a serem habitadas pelos operários. O poder público se responsabilizaria pelo planejamento e urbanização, fornecimento de energia, esgotamento e coleta de lixo. Além disso, a oferta de transporte ou o subsídio para que os trabalhadores pudessem se deslocar diariamente aos seus postos de trabalho.

É perceptível a posição do Relatório em distinguir os responsáveis pelo quadro sanitário caótico e insistente em que vivia a capital do Maranhão. Ao Estado caberia cada vez mais responsabilizar-se, humanamente, pelas condições de vida dos operários e, assim, tornar a cidade um ambiente mais saudável. A tutela sobre a classe pobre seria necessária já que esta dedica-se ao trabalho, gerando riquezas e, por sua condição de pobre, também, de condições educacionais, não conseguiria sozinha sair do quadro em que vivia perigosamente.

25 BRASIL, op. cit., p. 116.

Aos pobres era indicada a responsabilidade por viver em condições miseráveis. Curiosamente, os qualificativos empregados pelo Relatório não apenas para as condições de habitação, mas também, para os próprios indivíduos (chamados de "bárbaros", por exemplo) mostram, certamente, preconceitos e rasa visão crítica ante o quadro mais amplo da sociedade.

Há, certamente, mais aspectos a serem estudados a partir de tal Relatório, mesmo dentro desta seção como, por exemplo, levantar a média salarial desses operários a fim de averiguar sua capacidade de aquisição das casas projetadas e orçadas pelo Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural do Maranhão. Para essas pesquisas, novas oportunidades serão vislumbradas e novos esforços empreendidos por este ou outros historiadores.

REFERÊNCIAS

Fontes consultadas

BRASIL. Serviço de Saneamento e Prophylaxia Rural do Maranhão. Departamento Nacional de Saúde Pública. **Relatório apresentado pelo Dr. Cassio Miranda, Chefe Interino do Serviço, no ano de 1923, à Directoria do Serviço de Saneamento e Prophylaxia Rural**. Maranhão: Tipogravura Teixeira, 1925.

CANTANHEDE, Palmério de Carvalho. **Saneamento das cidades e sua applicação à Capital do Maranhão**. São Luís: Publicações Oficiais, 1899.

GODINHO, Victor. **A peste no Maranhão**. São Luís: Tipogravura Teixeira, 1904.

BIBLIOGRAFIA

BARROS, José D'Assunção. **História, Espaço, Geografia**: diálogos interdisciplinares. Petrópolis: Vozes, 2017.

CALDEIRA, José de Ribamar Chaves. **Origens da indústria no sistema agroexportador maranhense – 1875/1895**: estudo macrossociológico da instalação de um parque fabril em região do nordeste brasileiro no final do século XIX. 1988. 1 v. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

CORREIA, Maria da Glória Guimarães. **Nos fios da trama**: quem é essa mulher? cotidiano e trabalho do operariado feminino em São Luís na virada do século XIX. São Luís: Edufma, 2006. 320 p. (Coleção de Teses e Dissertações - Departamento de História da UFMA).

FERNANDES, Rosali Braga. Relações e interrelações do processo de periferização urbana. **Revista da FAEEBA**, Salvador, v. 2, p. 205-218, 1993.

FERREIRA, Antônio José de Araújo. **A produção do espaço urbano em São Luís do Maranhão**: passado e presente; há futuro? São Luís: EDUFMA, 2014.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **História da Medicina em São Luís**: médicos, enfermidades e instituições. São Luís: [S.N.], 2015.

LIMA, Marco Antonio Suassuna. **Segregação socioespacial e desenho urbano em assentamentos espontâneos**: caso do bairro São José em João Pessoa PB. 2006. Disponível em: https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.072/356. Acesso em: 17 jan. 2023.

MEINIG, Donald W. O olho que observa: dez versões da mesma cena. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 14, p. 35-46, jan. 2002.

MEIRELES, Mário Martins. **História de São Luís**. São Luís: Faculdade Santa Fé, 2021.

PALHANO, Raimundo Nonato Silva. **A produção da coisa pública**: serviços e cidadania na primeira república ludovicense. 2. ed. São Luís: Engenho, 2017. 428 p.

RODRIGUES, Zulimar Márita Ribeiro. **A saúde urbana de São Luís (MA)**: percepção e conflitos. Disponível em: http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal11/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/09.pdf. Acesso em: 21 abr. 2021.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2017.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

"UMA CÂMERA NA MÃO E O BRASIL NO OLHO": CINEMA E CIDADE NO MARANHÃO NA DÉCADA DE 1970/80

Leide Ana Oliveira Caldas[1]

RESUMO: Na interface da historiografia com outras linguagens quanto à forma de olhar, tratar e falar acerca da vida cotidiana, dialogaremos como um campo específico denominado História e Cinema, onde se problematiza no sentido amplo as relações entre cinema e historiografia que vão para além da discussão de pensar "o filme como um documento de discussão de uma época e seu estatuto como objeto de cultura que encena o passado e expressa o presente" (CAPELATO et al, 2011, P. 10) diante da amplitude das práticas culturais de cinema. No Maranhão nesse recorte temporal, foram realizados em torno de mais de 100 (cem) filmes dentre os gêneros documentários e ficção de curta-metragem e sua maioria expressos em bitola Super 8mm. Esses registros construíram espaços de micro liberdades, portanto micro resistências construídas na materialidade do espaço fílmico condicionado pela câmera amadora de Super 8 mm e pela câmera em 16mm nos dando pistas de fragmentos materializados de memória tanto na forma subterrânea cotidiana quanto na forma emergente nos Festivais fabricados como espaços de exibição. Portanto, para além da cultura superoitista que se construiu no Brasil, do norte a sul do país, essa prática de realização de cinema se dava em vários locais mundo a fora praticando o espaço fílmico como espaço de guerrilha, resistência e memória em vários contextos de repressão. Diante das práticas de Cinema sob a perspectiva transatlântica (MORETTIN, 2019), o cinema superoitista aqui pode ser problematizado também no campo emergente da História e Conexões Atlânticas mais precisamente no contexto da história "cis-atlântica. Logo é importante evidenciar a problematização das práticas de realização de cinema amador superoitistas do Maranhão. Dessa forma, esses filmes caracterizam "táticas caminhantes" (CASTELO BRANCO, 2007) e é através do superoitismo que os realizadores construíram representações fílmicas ao observar, caminhar, habitar e explorar a cidade com suas "câmeras andantes", de forma panorâmica ou específica, sob a perspectiva superoitista exerceram aspectos da cidade.
PALAVRAS-CHAVE: História e Cinema. Super 8. Maranhão. Cidade.

1 O SUPEROITISMO E O BRASIL NO OLHO

Do ponto de vista de Pola Ribeiro, havia uma hierarquia no cinema brasileiro ao considerar a tecnologia utilizada (bitola) e a lógica dos discursos de seus idealizadores, pois para ele "os filmes em 35 mm dedicam-se a construir monumentos; os 16mm propõem-se lhes colocar questionamentos; e os Super-8 vêm para jogar merda nos monumentos"[2]. Não é demais lembrar que nas produções

1 Doutoranda no Programa Histórias Conectadas (UFMA). Professora do IFMA Campus Barreirinhas; Mestra em História Social (UFMA). E-mail: leide.caldas@ifma.edu.br.

2 RIBEIRO, Pola Apud. MACHADO, Rubens Jr. **O Pátio e o cinema experimental no Brasil:** apontamentos para uma história das vanguardas cinematográficas. História, cinema e outras histórias juvenis/ organizador, Edward de Alencar Castelo Branco. Teresina: EDUFPI, 2009, p-23.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

da indústria do cinema usavam a câmera com rolos de películas de 35mm (padrão desde filme temporão) de largura. Na televisão, em sua prática de gravação e de transmissão (antes do vídeo tape) usavam fitas de 16mm, assim como, nas práticas de gêneros documentais (profissionais). A partir dessa interpretação de Pola Ribeiro sobre o superoitismo e seu caráter subversivo e desmonumentalizante das imagens, podemos dialogar com a ideia do artista e poeta piauiense Torquato Neto quando percebe o poder democrático da câmera super 8 (em dizer/registrar) sobre as localidades de cada um quando convoca as pessoas a pegarem uma super 8 e sair por aí filmando o que se achava importante: "uma câmera na mão e o Brasil no Olho[3], ideia que transcendia sua "opinião de que a **realidade** seria mais educativa do que **qualquer história**"[4]. O superoitismo exerceu múltiplos olhares cinematográficos no país construindo narrativas a partir de si através de um cinema alternativo e literalmente experimental.

Na década de 1940, surge a bitola de 8mm com qualidade inferior as duas anteriores e destina a fazer registros caseiros. Em 1965 a KODAK coloca no mercado uma versão de mais qualidade na imagem e facilidade de manuseio, a Super 8mm, que tinha como principal vantagem a introdução de cartuchos de filmes na câmera. Era um objeto de consumo doméstico da classe média que serviu para muitos aficionados pelo cinema como uma forma de iniciar as suas atividades no mundo da cinematografia. Muitos diretores renomados do cinema mundial começaram com uma câmera Super 8mm, e ao subverterem a ordem estabelecida dão um novo uso a essa ferramenta.

O uso da câmera de 35mm era direcionada para um padrão técnico específico da indústria cinematográfica que necessitava de uma equipe para a produção de filmes, conforme o organograma a seguir discriminado.

As câmeras Super 8mm foram idealizadas para atender ao mercado consumidor doméstico, o qual, segundo Roger Odin, se tratava de um *modo privado* de produção de memória, porque o público do filme familiar é um *público privado*, pois, como sublinhou:

> As imagens do filme de família funcionam não com *representações*, porém como índices, permitindo que cada membro da família volte à sua própria vivência e à de sua família. Isso explica por que um filme familiar é muito entediante para aqueles que não são membros da família: eles não têm o contexto e não entendem nada da sequência lógica de imagens às quais estão assistindo. Isso explica igualmente por que os membros da família veem nas imagens algo diferente do que está sendo representado: uma imagem insignificante (uma criança na praia) pode levar a um drama pessoal (foi nesse dia que o médico me disse que estava com câncer). Consequentemente, pouco importa que as imagens sejam mal filmadas, desfocadas, tremidas, totalmente estereotipadas (ODIN, 2005, p.41).[5]

3 NETO, Torquato. Vamos transar a imagem. A Hora Fa-tal. Nº. 1. Teresina: mimeografado, junho de 1972. *apud* MONTEIRO. Jaislan, Honório **Em torno da geleia geral**: intertextualidade e produção de sentidos em manifestações artísticas brasileiras. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2015. P. 105.

4 CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. **Todos os dias de Paupéria:** Torquato Neto e a invenção da Tropicália. São Paulo: Annablume, 2005. p. 198.

5 ODIN, Roger. A questão do público: uma abordagem semiopragamática. IN: RAMOS, Fernão Pessoa (Org). T**eoria Contemporânea do cinema**, volume II. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2005. P.41.

As câmeras eram direcionadas para um público de classe média disposto a pagar o preço de uma câmera doméstica e registrar as suas experiências. Entretanto, invertendo o sentido inicial imposto pela indústria de consumo doméstico, a câmera de bitola Super 8mm passou a ser usada, a partir da década de 1970, como ferramenta fundamental para registros relacionados a indivíduos ou grupos com objetivos de aglutinação de linguagens artísticas, para realizar produções fílmicas com intenções de registrar sua cidade ou para produzir trabalhos com atribuição fílmica ficcional.

Segundo Falcone:

> No Brasil o Super-8 possibilitou a experimentação e democratizou a realização cinematográfica, limitada pelos custos altos dos equipamentos para filmagem em películas de 35 mm, predominante no circuito comercial, e bem menores que os filmes de 16 mm, usados no telejornalismo e em algumas produções cinematográficas a partir da década de 1960. Filmou-se em Super-8 em vários estados do Brasil, a tecnologia de Super-8, pelo seu baixo custo e facilidade de manipulação, teve efeito semelhante às câmeras digitais nos anos recentes, possibilitando a proliferação de filmes em todo o Brasi (FALCONE, 2013, p.121).

Portanto, discutir os usos do Super 8mm é também discutir uma realidade do consumidor na sociedade contemporânea da época, afinal, conforme Certeau:

> A uma produção racionalizada, expansionista além de centralizada, barulhenta e espetacular, corresponde uma outra, qualificada como "consumo": esta é astuciosa, é dispersa, mas ao mesmo tempo ela se insinua ubiquamente, silenciosa e quase invisível, pois não se faz notar com produtos próprios, mas nas *maneiras de empregar* os produtos impostos por uma ordem econômica dominante (CERTEAU, 2007, p.39).

Dessa forma, a apropriação dos usos da câmera Super 8mm como uma ferramenta cinematográfica que desenvolve novas *maneiras de fazer,* possibilitou, para além do uso doméstico, a realização de filmes amadores em contraponto ao padrão industrial-profissional de fazer cinema; daí a formulação de seu uso semântico, o *superoitismo.* A utilização da câmera Super 8mm para compor uma linguagem fílmica fora do contexto profissional do cinema em 35mm configurou-se como uma prática de *bricolagem* com a distinção de atribuição de *lugar.* Nesse sentido, as ações superoitistas, configuraram-se como táticas desviacionistas, porque não obedeciam às leis do lugar autorizado devido às circunstâncias impostas pela formalidade industrial.

Desse modo, vale sublinhar que nas décadas de 1970 e 1980, em paralelo às produções cinematográficas nacionais, havia outra margem com suas produções independentes ou amadoras que logo ganharam os circuitos de festivais de Norte a Sul do Brasil. Assim, o *movimento Super-8* pode ser considerado como uma reação ao discurso dominante e conservador mantido com a repressão política e moral praticadas pelos articulistas da ditadura civil-militar no país.

O uso da câmera Super-8 se expressa como prática artística de uma geração de jovens de classe média influenciados pela estética da fome, marginal, por experimentalismos estéticos, estética erótica e ou documentários de cunho social. Em vista disso, a sua expressiva produção deve ser, tam-

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

bém, problematizada e pesquisada porque é uma variável característica do fazer cinematográfico brasileiro. A este respeito, o piauiense e poeta tropicalista Torquato Neto provoca:

> Pegue uma câmera e saia por aí como é preciso agora, como está na hora: fotografe, filme, documente tudo o que pintar, invente, mostre, guarde. Mostre. Isso é possível e é fascinante e é preciso. Curta essa de olhar com o dedo no disparo: saia por aí com uma câmera na mão (e, diria Glauber Rocha nos bons tempos, uma ideia na cabeça) [vamos] documentando, inventando, filmando os monstros que pintam, pintando sempre com o olho em punho a câmera pintando na paisagem geral brasileira desse tempo, agora. Depende apenas de transar com a imagem, chega de metáforas, metáforas históricas, filmes imbecis. Precisamos da imagem nua e crua que se vê na rua, dura, sem mais reticências a verdadeira. Toda imagem é uma espécie de painel, planos gerais são apenas uma barra da necessidade. Olhe com olhos livres: quem vai documentar isso? Quem vai guardar as imagens que o cinema dos cinemas não exibe? Quem vai nessa? Quem vai dar para depois as imagens da festa dessas cores nas ruas do país e dos corpos no beco? A realidade é um muro e tem suas brechas, olhe por elas, fotografe, filme; curta fazendo isso. **Uma câmera na mão e o Brasil no olho** têm sua beleza [...] O cinema é novo. E a câmera Superoito é a democratização do cinema (c.f. Orson Wells, na Manchete). Já ouviram falar em superoito? [...] (NETO, 2015, p.105)

O poeta Torquato Neto foi um verdadeiro entusiasta da experiência de produção superoitista. Percebemos em sua fala a necessidade de percorrer e registrar os espaços de movimentação desses observadores no cotidiano de suas cidades. No caso específico da cidade de Teresina, a câmera Super 8 significou uma nova tecnologia para democratização do fazer cinematográfico diante da decepção a respeito do Cinema Novo (que na década de 70 já estava caduco no seu discurso de rompimento *a priori*) para uma parte da juventude daquela época. Nesse período havia a predominância de equipamentos analógicos e com técnicas específicas para uso, precisão no manuseio de equipamentos de projeção, da utilização de câmeras para a filmagem de acordo com o milímetro das fitas de rolo para o registro das imagens.

O movimento de realizadores de cinema em Super-8 também é um tema redescoberto, pois o levantamento catalográfico de Rubens Machado sobre Super 8mm no país traz-nos a noção da intensidade das *maneiras de fazer* das táticas *superoitistas* ao traçar um panorama deste movimento no Brasil, pontuando o seu momento inaugural para dar visibilidade nacional ao tema. Trata-se da mostra *Marginália 70: o experimentalismo do Super 8 brasileiros*[6], o resultado da investigação histórica sobre as obras mais radicais de superoitistas experimentalistas, os anarquistas cinematográficos – um total de 681 filmes em todo o país, com a remasterizarão de 180 deles. Dadas às condições de produção dos filmes superoitistas, bem como precariedade técnica e ausência no circuito comercial dessa prática, há certa aura de ineditismo dos filmes.

Segundo Rubens Machado Jr, perante a descoberta recente de uma ampla produção quase clandestina de Super 8 na década de 1970, predominantemente experimental, mas também com outras intencionalidades como o gênero documental, por exemplo, "obriga-nos a reconsiderar completamente este lugar-comum" (MACHADO JR 2009, P. 17) de que houve no Brasil uma prática ínfima

6 Exposição do levantamento das produções superoitistas e lançamento do catálogo no Espaço Itaú em São Paulo.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

dessa estética, salvo Bressane ou Arthur Omar personagens que surgiram no cenário ainda na década de 1960.

Os Festivais eram a forma de *fabricação* de espaço naquele contexto em contraponto à ditadura de um padrão de produção dominante. O primeiro festival de cinema alternativo no país foi o GRIFE em São Paulo. Um dos introdutores e principal divulgador no país da bitola Super 8mm, em 1970, foi o cineasta Abrão Berman[7]. Este, em parceria com a publicitária Maria Luísa Alencar, criou o festival em 1973.

Além do GRIFE, vale destacar a Jornada de Curta Metragem de Salvador (surge em 1972), que em 1973, na sua segunda edição, passou a incluir na sua programação a competição de filmes Super-8. O evento estimulou, em vários lugares do país, a iniciativa de jovens para a produção de filmes, construindo, assim, a figura do realizador de cinema de superoito de festivais. Tudo isso influenciou a criação de vários outros festivais no Norte e Nordeste a exemplo da ***I Jornada maranhense de Superoito*** em 1977 na capital maranhense.

As práticas cinematográficas superoitistas demarcaram as produções Brasil adentro e configurou uma espécie de "selfie" nas cidades nordestinas por exemplo, onde realizadores do Piauí, Paraíba, Bahia, Pernambuco e Maranhão falavam de si para si; ocupando espaços urbanos, rurais, espaços marginalizados pela cidade construindo assim espaços fílmicos de resistência através da "câmera andante" superoitista.

2 TÁTICAS CAMINHANTES SUPEROITISTAS NO MARANHÃO

O espaço é o lugar praticado.
Michel de Certeau

No Maranhão, como já foi dito, a partir da década de 1970, o uso da câmera Super 8mm possibilitou aos realizadores e cinegrafistas profissionais (de TV) a produção de outras formas de ver e de falar acerca do cotidiano da cidade a partir de sua condição de ***não lugar***, ou seja, "outra distinção se impõe, além daquela que distribui os comportamentos segundo o seu *lugar* (de trabalho ou de lazer) e os qualifica então pelo fato de se colocarem nesta ou naquela casa do tabuleiro social", segundo Michel de Certeau.[8]

Euclides Moreira Neto, realizador superoitista, em seu livro *Cinema no Maranhão na década de 70*, lançado em 1990, apresenta o total de quase 100 filmes aqui produzidos entre 1973 e 1981 (MOREIRA NETO 199, p. 34-37). A partir desse trabalho, podemos observar que pouquíssimos filmes

7 "Apresentou, a partir de 1975, na TV CULTURA, o programa semanal Ação super-8, mostrando entrevistas com realizadores, reportagens sobre eventos ligados á bitola, filmes ou trechos de filmes rodados em Super-8 e esclarecimento de dúvida técnicas. Algumas publicações chegaram a manter seções especializadas sobre o tema como, como o jornal Folha da Tarde (SP), cujo responsável era Sílvio Marques; O Pasquim (RJ), coluna escrita por Carlos Sampaio; e a revista Íris (SP), sob a responsabilidade de Abrão Berman". RAMOS, Fernão Pessoa, MIRANDA, Luiz Felipe A (orgs). **Enciclopédia do cinema brasileiro**. São Paulo: Editora SENAC. 2000. P. 529.

8 CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. IN: Artes de fazer. Vol. 1 Petrópolis, RJ: Vozes, 2007, p. 92.

de ficção foram realizados e que a grande maioria são documentários de curta metragem produzidos em Super 8mm, alguns poucos em 16mm. Observa-se também, a partir dessa obra, a criação, por parte dos realizadores, de espaços para a circulação de seus trabalhos, isto é, "um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e, portanto, capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta" (CERTEAU 2007, P. 46).

Os temas estavam, em sua maioria, relacionados à experiência de vida de grupos quilombolas, cultura popular, à situação socioeconômica das quebradeiras de coco, dos moradores da zona do baixo meretrício, de loucos, das manifestações de rua, debates acercade arbitrariedades de gestores públicos e discussões relativas a eventuais mudanças na cidade.

Com relação aos filmes localizados, pode-se observar a necessidade dos realizadores de evidenciar, através de arranjos (bricolagem), uma fala fílmica ligada a questões sociais e a questões econômicas relacionadas ao cotidiano da cidade. Portanto, sobre essas leituras fílmicas da cidade, podemos citar Castelo Branco:

> Leitura histórica das cidades, feita com base na apropriação de filmes rodados em *super-8* (bitolas super oito milímetros), como algo que exige um cuidadoso trabalho de escavação sobre escombros, buscando os significados lá onde eles se escondem. E comumente se escondem entremeados em sonhos e disfarçados em imagens (CASTELO BRANCO, 2007).

Dessa forma, esses filmes caracterizam "táticas caminhantes"[9] e é através do superoitismo que os realizadores irão representar, observar, habitar e explorar a cidade. Será comentado aqui, de forma panorâmica, alguns aspectos da cidade construídos sob a perspectiva superoitista. Abordaremos superficialmente elementos que consideramos importantes, tomando como exemplo os filmes: *Aspectos de São Luís, Periquito Sujo, E lá se vem o trem, A Ilha Rebelde ou A Greve da Meia Passagem e Idade da Razão* e suas *maneiras de fazer* com através de seus usos e táticas de arranjos na confecção e sentido deles.

Os realizadores superoitistas criaram um espaço próprio para os temas que abordaram através de seus filmes. Temas invisíveis a partir da forma que abordaram. Podemos dizer que construíram espaços de micro resistências, portanto micro liberdades a partir de suas realizações fílmicas superoitistas. Diante de tais reflexões, tomaremos de empréstimo a concepção de ocupação de espaços segundo Certeau:

> Os relatos que se compões esta obra pretendem narrar práticas *comuns*. Introduzi-las com as experiências *particulares*, as frequentações, as solidariedades e as lutas que organizam o espaço onde essas narrações vão abrindo um caminho, significará delimitar um campo. Com isto, se precisará igualmente uma "*maneira de caminhar*", que pertence aliás às "*maneiras de*

9 Tomamos de empréstimo a ideia de Edwar Castelo Branco sobre as práticas superoitistas dos jovens piauienses da década de 1970 sobre a cidade de Teresina. A expressão "táticas caminhantes" que intitulam o artigo do autor: CASTELO BRANCO, Edwar de A. Táticas caminhantes: cinema marginal e flanâncias juvenis pela cidade; baseia-se nas ideias de Mechel de Certeau sobre a leitura que se faz no exercício de praticar espaços.

> *fazer"* de que aqui se trata. Para ler e escrever a cultura ordinária, é mister reaprender operações comuns e fazer da análise uma variante do seu objeto (CERTEAU, 2007, p.35).

As perspectivas superoitistas materializaram um olhar crítico sobre o que poderia ser considerado subterrâneo em outros espaços, realizaram uma escrita cinematográfica paralela em sua sociedade.

A presente pesquisa sobre Super 8 no Maranhão iniciou-se com algumas pistas desse passado de práticas de cinema. O ponto de partida foi o contato com o filme *A Ilha Rebelde ou A Luta pela Meia Passagem* de 1979. Além dele, tive acesso ao livro de Euclides Moreira (MOREIRA NETO 1990), que contém informações sobre a realização de filmes no Maranhão e uma lista de exatamente 97 realizações até o ano de 1981, com seus devidos autores, ano de realização e com ênfase na bitola Super 8mm. Outro trabalho que exerce parecida função (de organizar informações) é o trabalho de Graça Carvalho[10], servindo de referência para o estudo da linearidade das edições de festivais de cinema na cidade, desde a I Jornada de Super 8 até o Festival Guarnicê de Cinema de 2002 e seus respectivos filmes premiados.

Pelo fato de começar com essas informações, algumas questões foram levantadas.Uma delas era se a produção de Super 8 no Maranhão foi somente até 1981, outra diz respeito aos parâmetros considerados por Euclides Moreira para organizar esse relatório. Em determinado momento, notamos que se tratou de um levantamento feito a partir da realização em 1977, quando da I Jornada Maranhense de Super 8, além do registro dos filmes feitos no LABORARTE por Murilo Santos.

A partir da localização e entrevista de realizadores de Super 8 e do primeiro contato com filmes digitalizados dessa bitola, cedidos por Murilo Santos, os sentidos da pesquisa foram se alargando[11]e pude dar um passo muito significativo[12] diante da realidade de se pesquisar o Super 8 no Maranhão. Em alguns estados do Nordeste, como a Paraíba e o Piauí, esse trabalho já vem acontecendo tanto no meio acadêmico (grupos de pesquisa sobre audiovisual) quanto no campo das políticas de restauração e arquivo de filmes como um agente da memória local. No Maranhão, só recentemente esta iniciativa está lentamente tomando fôlego.

Por conta da ausência dos filmes em arquivos públicos legitimados por uma política de conservação, arquivo e memória, criou-se uma extrema necessidade de localizar os realizadores de Super 8 e buscar, através das memórias deles, construir uma história do cinema no Maranhã. Na prática, a ideia inicial foi ficando para trás, pois a possibilidade de localizar filmes foi se tornando cada vez mais concreta.

---

10 CARVALHO, Graça de Fátima P. **Evolução histórica dos festivais de Cinema e Vídeo no Maranhão:** Festival Guarnicê de cinema. São Luís. EDUFMA, 2002.

11 É importante salientar os trabalhos de Alexandre Bruno Gouveia Costa, Cinema e filosofia: Um estudo da narrativa cinematográfica maranhense das Jornadas por meio da tríplice mímesis, dissertação de mestrado defendida em 2015 – Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade / Alexandre Bruno Gouveia Costa. — São Luís, 2015 e FORTALEZA, Marcelo Sousa. **Bandeiras Verdes**: a epopeia de Domingos Bala na pré-amazônia maranhense (1979-1985) - (Monografia Graduação) - Universidade estadual do Maranhão, Curso de História, São Luís, 2011.

12 Defesa da minha Dissertação em 2016: CALDAS, Leide Ana Oliveira. **SUPEROITISMO NO MARANHÃO:** os modos de fazer, temas e formas de falar e a invenção do cinema local como prática de micro resistências 1970/80 (Dissertação de Mestrado em História Social pela Universidade Federal do Maranhão -UFMA). 2016-226 f.

Tradicionalmente, a existência desses filmes tornou-se uma espécie de mitologia local entre os interessados no tema. Criou-se uma aura mítica em torno dessas realizações.

Contudo, considero dois momentos de suma importância para "virada de concepção" sobre a pesquisa: o acesso a alguns filmes do projeto sobre a memória do cinema local, ainda em andamento (tendo Murilo Santos como consultor) e o acesso ao acervo da MAVAM[13], que restaurou filmes do acervo nominal de Murilo Santos, Ubaldo Ribeiro, Raimundo Medeiros e LABORARTE.

Foi nesse contexto que tive acesso aos filmes que sustentam a discussão do presente trabalho. Percebi, por exemplo, que houve uma produção para além do ano de 1981, assim como anteriores a 1977, a exemplo dos filmes: *Um Boêmio no Céu* (1974), *Pregoeiros de São Luís* (1975), *ZBM S/A* (1977), *Idade da Razão* (1980) e *Côco Amargo* (1980). Pude também assistir a *Periquito Sujo* (1979) e conhecer a qualidade de técnica e montagem da narrativa do filme *E lá se vem o trem* (1983). É imensurável a sensação diante do contato com filmes que criaram certa intimidade na ausência de sua materialidade, mas que, pelo convívio com seus nomes à distância, nas buscas por seus rastros, cria-se um laço nas experiências da pesquisa.

Todavia, foi o filme *Pesadelo* (1981) que mais gerou surpresa, pois a forma como ele se apresenta vai de encontro a ideias concebidas anteriormente sobre uma identidade superoitista documentarista com aspetos nada despojados. *Pesadelo* apresenta o deboche, a ironia na sua forma de dizer. De imediato parece uma espécie de "desbunde juvenil" (expressão que lembra a ideia usada por Edward Castelo Branco para o despojamento político juvenil da década de 1970), mas analisando o filme a partir de sua elaboração com aspecto precariamente experimental e utilização na linguagem polissêmica de signos, estabelece um aspecto pós-moderno na sua maneira de dizer e como foi construído.

Como foi dito antes, após localizar um considerável número de filmes ampliou o olhar sobre a pesquisa, o que parecia um blefe mudou a ordem da situação/idealização diante da investigação. O que era invisível emergiu na superfície. A partir de então, sob a perspectiva da análise cultural de Michel de Certeau, com seus conceitos de inversão de sentido em consequência das apropriações de consumo nas práticas culturais contemporâneas, a análise passa a fazer parte de um lugar de partida para se pensar e operacionalizar o olhar sobre a pesquisa.

Portanto, as práticas culturais de cinema a partir do consumo da câmera Super 8 dá lugar às *maneiras de fazer* e *maneiras de dizer* superoitistas, há uma transformação semântica em decorrência da apropriação dessa ferramenta para subverter sentidos.

Dessa forma, quando reunimos documentos elaborados através das entrevistas com superoitistas e analisamos seus filmes, surge a possibilidade de considerar as práticas fílmicas e seus temas como espaços situados entre táticas e estratégias de micro resistências. Tais artifícios realizados pela tensão entre mecanismos de dominação vigente e de resistência em seu contexto social no momento da elaboração dessas obras de cinema (com suas formas de bricolagens), subvertem o sentido de representações sociais. Vivências subterrâneas passam a ter visibilidade no espaço superoitista, logo caracterizam-se como micro liberdades nas maneiras de mostrar suas inquietações expressas nos seus temas propostos.

13 No acervo da MAVAN (Museu da Memória Áudio Visual do Maranhão) encontram-se filmes digitalizados do acervo pessoal de Murilo Santos e João Ubaldo, que contêm filmes próprios e de outros realizadores.

O caráter primordial da pesquisa no campo da História e Cinema é a indagação sobre o sentido do objeto analisado, ou seja, as práticas de cinema superoitista no Maranhão.

Considerando o dito caráter, é importante frisar alguns aspectos sobre sua característica de construção de sentido de invenção na história local a partir deste trabalho historiográfico, a começar pelo sentido de invenção. Usamos duas perspectivas: uma é a ideia de invenção sob a perspectiva de Certeau a partir de sua obra *A invenção do Cotidiano. Arte de fazer*, ou seja, as ações subterrâneas emergem à condição de apropriação de espaço. O outro sentido é o de invenção de tradições recentes na concepção de Hobsbawm.

O superoitismo inventa o cinema como prática de produção de discursos no Maranhão, uma outra vaga como espaço para se falar e *fazer sobre*. Suas práticas eram subterrâneas, iniciando-se no LABORARTE, passando pelos cineclubistas universitários até emergirem com a instauração do festival de cinema local, que inclusive carrega a força do seu significado naquele momento: resultado de práticas fílmicas de uma geração de superoitistas. Cria-se uma tradição recente de práticas de cinema a partir da emergência dessas produções através do festival superoitista. O festival fomenta a produção local de cinema e surge dessa prática local.

Através das maneiras de fazer seus filmes (bricolagens) e de suas falas, o superoitismo pode inverter a perspectiva imposta. A linguagem cinematográfica é um espaço que abriga várias outras, o uso da imagem é sua característica de identificação.

REFERÊNCIAS

CALDAS, Leide Ana Oliveira. **SUPEROITISMO NO MARANHÃO**: os modos de fazer, temas e formas de falar e a invenção do cinema local como prática de micro resistências 1970/80 (Dissertação de Mestrado em História Social pela Universidade Federal do Maranhão -UFMA). 2016-226 f.

CAPELATO, Maria Helena; MORETTIN, Eduardo; NAPOLITANO, Marcos; SALIBA, Elias Tomé. [organizadores] **HISTÓRIA E CINEMA**: DIMENSÕES HISTÓRICAS DO AUDIOVISUAL- 2ª ed. São Paulo: Alameda, 2011.

CARVALHO, Graça de Fátima P. **Evolução histórica dos festivais de Cinema e Vídeo no Maranhão**: Festival Guarnicê de cinema. São Luís. EDUFMA, 2002.

CASTELO BRANCO, Edwar de A. Táticas caminhantes: cinema marginal e flanâncias juvenis pela cidade. **Revista Bras. Hist**. vol.27, no.5.3, São Paulo, 2007. Disponível em (acesso disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882007000100008#tx1, Acesso em: 16/08/2016.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Artes de fazer. Vol. 1 Petrópolis, RJ: Vozes, 2007

FALCONE, Fernando Trevas. Cinema engajado: A temática social como marco da produção paraibana dos anos 1960, 70 e 80. In: AMORIM, Lara; FALCONE, Fernando Trevas (org). **Cinema e memória**: o super-8 na Paraíba nos anos 1970 e 1980. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

HOBSBAWM, Eric. Introdução: A invenção das tradições. In.: HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

MACHADO JR, Rubens Júnior. O Pátio e o cinema experimental no Brasil: apontamentos para uma história das vanguardas cinematográficas. In: BRANCO, Edwar (org.). **História, cinema e outras histórias juvenis**. Teresina: EDUFPI, 2009.p.17

MOREIRA NETO, Euclides. **O Cinema dos anos 70 no Maranhão**. São Luís. EDUFMA, 1990. P. 34-37.

MORETTIN, EDUARDO VICTORIO. **O cinema em perspectiva transatlântica**: práticas históricas e culturais nas exposições universais. São Paulo, 2019. Repositório USP. Acesso em: https://repositorio.usp.br/item/002980820.

NETO, Torquato. Vamos transar a imagem. A Hora Fa-tal. Nº. 1. Teresina: mimeografado, junho de 1972. APUD MONTEIRO. Jaislan, Honório. **Em torno da geleia geral**: intertextualidade e produção de sentidos em manifestações artísticas brasileiras. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2015.

RAMOS, Fernão Pessoa, MIRANDA, Luiz Felipe A (orgs). **Enciclopédia do cinema brasileiro**. São Paulo: Editora SENAC. 2000.

RIBEIRO, Pola Apud. MACHADO, Rubens Jr. O Pátio e o cinema experimental no Brasil: apontamentos para uma história das vanguardas cinematográficas. **História, cinema e outras histórias juvenis**/ organizador, Edward de Alencar Castelo Branco. Teresina: EDUFPI, 2009.

DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES NO ESTUDO SOBRE A CIDADE DE PIRACANJUBA – GO., ENTRE AS DÉCADAS DE 1920 A 1960

Nádia Maria Machado Costa

O presente resumo alude a pesquisa realizada nos últimos dois anos dentro do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Goiás.

O tema desse trabalho leva em consideração a produção literária de três autores de Piracanjuba, que em verso ou em prosa, dialogam com a história da cidade: João Costa e Silva, nascido em 1899; "Lilita", pseudônimo da escritora e artista plástica Lidia Arantes Borges, nascida em 1923; e o escritor e crítico de cinema Herondes Cezar, nascido em 1945.

As vivências desses três autores, descritas em suas obras, remetem às décadas de 1920 a 1960, e permitem ao leitor traçar o panorama citadino local em várias de suas nuances.

Assim, entendemos que esses relatos são de suma importância para se compreender tanto identidade individual de cada um dos escritores, quanto a identidade coletiva da cidade de Piracanjuba.

Para Pesavento, essas experiências de vida também representam o fazer cultural, "homens simples, as vidas anônimas, a banalidade do cotidiano têm lugar nesse âmbito da cultura, tal como a figura excepcional ou o gênio, dependendo da pergunta que o historiador faça ao passado". (PESAVENTO, 2006, p.47)

A tipologia das fontes utilizadas, caminha pelos registros literários, formados por poemas e as crônicas. Para Barros (2019), existem vários tipos de fontes literárias, bem como de narrativas realistas, e apesar da possibilidade de se prestarem a pesquisa histórica, necessitam de tratamento diferenciado, de acordo com a sua especificação.

Barros, (2019) ressalta que tanto as fontes literárias quanto as fontes narrativas realistas são tipos de textos autorais, muito embora os textos realistas busquem de algum modo passar para o leitor um efeito de que o que está escrito realmente aconteceu, enquanto as fontes literárias são textos de livre criação do autor, muitas vezes com elementos ficcionais, não possuindo intenções realistas.

Além dos trabalhos referidos, foram realizadas consultas documentais nos arquivos antigos da Prefeitura Municipal de Piracanjuba e na APLA- Academia Piracanjubense de Letras e Artes.

A entrevista aberta também foi utilizada, possibilitando a audição dos testemunhos da comunidade local.

Desse modo, o objetivo geral da pesquisa é conhecer a cidade de Piracanjuba a partir do olhar desses autores locais, evidenciando as possibilidades de articulação entre variadas fontes, oriundas de universos disciplinares diferentes.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

Como objetivos específicos, a pesquisa discutirá sobre o aspecto social e antropológico da memória, bem como sua relação com a construção identitária da sociedade piracanjubense.

Portelli discorre sobre questões relacionadas ao elemento testemunhal, já que para ele, as memórias individuais quando compartilhas, vão dando sentido ao que foi vivenciado.

Segundo Portelli,

> [...] O esforço para contar o incontável resulta em narrativas interpretáveis, constructos culturais, de palavras e ideias, numa memória grupal, moldada no decorrer de inúmeras ocasiões narrativas, formalizadas em narrativas dotadas de uma forma bastante coerente, estruturada e centrada num tema político. (PORTELLI, 2002, p. 108)

Vê-se então que a memória, expressa na lembrança das testemunhas oculares de um fato, em determinado tempo e lugar, pode auxiliar na escrita do trabalho historiográfico, podendo até mesmo corrigi-lo e/ou reestruturá-lo.

É nessa perspectiva, que se percebe nas obras memorialísticas dos autores piracanjubenses, uma força motriz investigativa no âmbito da História Cultural.

Candau relaciona memória à construção da identidade, ressaltando a relação dialética que existe entre elas, onde ambas "se nutrem mutuamente, se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa. Ao final, resta apenas o esquecimento." (CANDAU, 2011, p. 16)

O autor defende ainda, que "todo aquele que recorda domestica o passado e, sobretudo, dele se apropria, incorpora e coloca sua marca em uma espécie de selo memorial que atua como significante da identidade." (CANDAU, 2011, p. 74)

A justificativa para a pesquisa, reside no fato de que a cidade citada possui pouca ou quase nenhuma historiografia disponível, existindo apenas uma monografia escrita na década de 1980, ficando desta maneira o seu passado, ou parte dele, inscrito nas obras literárias de autores locais.[1]

Inicialmente procedeu-se a seleção de obras, a partir da visita à Biblioteca Pública Municipal, local esse onde se encontra o maior acervo literário do município.

Com os objetivos levantados, foram selecionados 06 livros, compostos por poemas e crônicas, escritos por autores locais:01 livro de crônicas escrito por João Costa, 03 livros de Lilita, contendo poemas e crônicas, e 02 livros de crônicas, escritos por Herondes Cezar.

Selecionadas as obras, procederam-se novas leituras e a organização das mesmas por temas, já que alguns assuntos foram abordados por mais de um escritor. Desse modo, iniciou-se a análise das obras por temas elencados, ressaltando as aproximações e distanciamentos presentes. Para melhor argumentação, foram sendo juntados vários tipos de fontes, tais como arquivos antigos, jornais antigos digitalizados, entrevistas orais, revistas digitais, entre outras.

Assim sendo, a construção da pesquisa deu-se a partir dos conteúdos dos textos literários ou das crônicas, e levando em conta os dados encontrados, partiu-se para a busca de novas fontes, que pudessem validar ou refutar a historicidade presente nos referidos textos.

1 ROSSI, Eduardo. **Monografia de Piracanjuba** – Comemorativa do 128º aniversário de sua elevação a município. 1984.

Para esta comunicação em particular, a proposta se concentrará em um pequeno recorte da pesquisa de Mestrado, centrado na simbólica Igreja Matriz da cidade e seus sinos.

Nesse sentido, foram escolhidos trechos de duas obras, sendo um poema de Lilita "A Velha Igreja Matriz", no qual a mesma, recorda com saudade o antigo templo e expõe sua revolta por sua demolição, e a crônica de João Costa, "Luz perene", em que ele discorre sobre sua angústia frente às transformações ocorridas na cidade ao longo do tempo, e relata sobre um misterioso desaparecimento dos sinos da Igreja Matriz.

Os fragmentos a seguir, nos dão uma visão dos sentimentos da autora com relação à igreja:

> Velha igreja de tantas lembranças,
> O que restou de ti?
> Uma fotografia
> Nas páginas do velho álbum
> Quase desfeito,
> Fotografia esquecida
> Pelo tempo amarelecida,
> Um retrato falado,
> Um quadro pintado? [...] (BORGES, 1994, p. 19)

E ainda:

> Eras a Matriz
> De Nossa Senhora da Abadia.
> Paira música no ar,
> Missa Gregoriana,
> Ladainhas nas novenas,
> Tantum Ergus
> Nas bênçãos do Santíssimo Sacramento,
> Nas noites de domingo.
> E o repicar de teus sinos
> Tão alegre e convidativo. [...] (Idem)

Observa-se nessas estrofes que a autora inicia o poema com algumas perguntas retóricas, e a seguir enumera alguns elementos de muita importância por ela recordados, incluindo os sinos. Por fim, Lilita protesta:

> A velha matriz
> Dissolveu-se em poeira
> Levada pelo vento...
> Porque demolir tamanha grandeza?
> Dói-me o peito,
> Ninguém faz um gesto,
> Nem o mais leve protesto
> Para que não viesses ao chão.
> Custava tanto te reconstruir?[...] (Idem)

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

No último fragmento, percebe-se a revolta da autora ao ver demolida a antiga igreja que fez parte de sua infância e juventude. Talvez essa indignação frente a esse ocorrido tenha lhe inspirado a pintar a tela "A Velha Igreja Matriz", no ano de 2005, inspirada em uma fotografia de 1940. (IMAGEM 1)

IMAGEM 1- A VELHA IGREJA MATRIZ.



FONTE: Acervo pessoal – Família Arantes Borges[2].

João Costa também comenta sobre a igreja antiga, denunciando o desaparecimento dos sinos:

> [...] A nossa igreja velhinha e pobre, mas, alevantava suas duas torres assoberbando a casaria humilde.
> Nelas foram erguidas cruzes de grandes braços onde as andorinhas vinham descansar ou dormir, tão juntinha e aconchegadas...
> Dentro dessas torres, paralelas, se penduravam os sinos de puro bronze, e em cujos badalos estavam presas cordas que chegavam em baixo até as lageas da sacristia.
> Eram dois, um grandalhão e um pequenino, que todos os domingos, repicavam festivos apelidando os fiéis para a Santa Missa.
> Mas, meu Deus, cadê os sinos? Onde foram? Onde se esconderam? [...] (SILVA, 1978, p. 65)

O autor descreve a velha igreja, e comenta a presença dos sinos que evocam além do aspecto religioso também o sentido de pertencimento àquela comunidade local.

Quando comparamos a pintura de Lilita com a descrição da Igreja Matriz presente no fragmento da crônica de João Costa, constatamos que ambas se diferem, o que nos fez questionar se realmente se tratavam de duas igrejas diferentes.

2 BORGES, Lidia Arantes. Óleo sobre tela 80X60, 2005

Tanto essa questão, quanto o desaparecimento dos sinos, denunciado por João Costa, nos pareceram bastante intrigantes e por esse motivo iniciamos a busca por elementos que as pudessem aclarar.

Iniciamos a pesquisa realizando uma visita à Casa Paroquial, onde nos foi colocado à disposição alguns Livros Tomo, onde estão registradas crônicas diárias ou semanais, que relatam tanto o trabalho católico realizado na cidade, quanto alguns fatos considerados importantes ocorridos no município.[3]

Verificamos que as crônicas mais antigas remontam ao ano de 1958, e percebemos também que em nenhuma delas, desde essa data até os dias atuais, faz referência à troca ou venda dos sinos da Igreja Matriz.

Contudo, encontramos uma informação relacionada a um projeto da construção de um novo templo, que se daria ao final da década de 1950. [4]

Na busca pela solução das questões, nos debruçamos nos arquivos da APLA, onde encontramos um cartaz, ilustrado com a fotografia que deu inspiração à pintura de Lilita. Nesta, pudemos ver a datação na legenda " fotografia da Igreja Matriz na década de 1940." [5]

Foram localizados ainda, registros de outras duas outras reformas pelas quais teria passado a igreja Matriz antiga, tendo uma ocorrido por volta de 1930, e outra por volta de 1941, porém, as fontes em nada se referem aos sinos, tão caros a João Costa.

Sobre a reforma da década de 1930, encontramos o seguinte relato: [...] "O cel. Antônio Martins Mundim[6], num gesto de raro desinteresse, acabou dando 10 contos de réis de suas porcentagens do cargo, à Matriz eu se está reconstruindo, e vae ser um bello templo."[...](ARQUIVO APLA);

Já com relação à reforma da década de 1940, encontramos um cartaz com a propaganda da tradicional Festa de Agosto, do ano 1941, onde lemos o seguinte trecho: "[...] as festividades de Nossa Senhora d'Abadia, Divino Espírito Santo e S. Benedito, como também oferecer a sobra dessas despesas à obra de construção da nossa Igreja Matriz.[...]" (ARQUIVO APLA)

Seguindo na solução da questão levantada por João Costa, realizamos uma consulta nos arquivos do IPEHBC – Instituto de Pesquisa e Estudos Histórico do Brasil Central, na cidade de Goiânia, onde foram encontrados relatos com data do início do século, sobre a venda de dois sinos pertencentes à Paróquia de Nossa Senhora d'Abadia na cidade de Pouso Alto, no Estado de Goiás, que devido estarem já bastante velhos e rachados seriam negociados com uma fundição localizada no Estado de São Paulo, denominada Fundição Paulistana.[7]

Essa venda teria se dado com a finalidade de baratear o preço dos sinos novos que seriam comprados para a igreja.[8] Foram encontradas também informações sobre a reforma e ampliação da

3 A escritura das crônicas é feita por um dos padres que é responsável pela Paróquia.
4 Informações contidas no Livro Tomo, p. 8
5 Cartaz da 3ª Exposição de Fotos, Documentos e Objetos Históricos de Piracanjuba, realizada de 11 a 14 de agosto de 2005.
6 Antônio Martins Mundim foi prefeito em Piracanjuba – Goiás, entre 1923 a 1927.
7 Pouso Alto foi o primeiro nome da cidade de Piracanjuba, vindo depois Paracanjuba e por fim Piracanjuba.
8 Dados do Livro de Registros de Provisões Diversas e Provimentos, 1915 – 1919, p. 50 v.

Igreja Matriz, ocorrida entre os anos de 1915 e 1920, onde foi restaurada grande parte do prédio, realizada troca de mobiliário e também dos sinos.[9]

Com esses dados, abriu-se espaço para a continuidade da pesquisa, por meio da internet. Encontramos o site de uma fundição paulista, que presta serviços na produção de sinos, há mais de cento e vinte anos, e que atualmente leva o nome de "Sinos Angeli". Entramos em contato com o administrador da empresa, que comentou a tradição da família na produção de sinos para igrejas, e que no passado a mesma tinha o nome de "Fundição Paulista", isso desde a época de seu bisavô.

Questionado sobre a possibilidade de documentos de compra e venda para a Paróquia de N. Senhora d'Abadia de Pouso Alto no início do século, o responsável salientou que os papéis antigos se perderam por conta de infestação por cupins.

De volta à Casa Paroquial de Piracanjuba, e com autorização da secretária local, foi realizada uma diligência à torre da Igreja Matriz atual, e lá constatamos a existência de um sino de bronze, onde estava inscrito "1918". Segundo a secretária, atualmente a igreja conta com aparelhagem de som externa, com a qual faz as chamadas para as missas, com a execução de músicas, e que o sino quase não é utilizado.

Uma fotografia do sino encontrado na torre da igreja foi enviada para o administrador da fundição "Sino Angeli", via whatsapp, que observando os detalhes e padrões de ornamentação utilizados, reconheceu que a empresa segue o mesmo esquema de decoração até hoje, explicando ainda, que é prática comum às igrejas trocarem dois sinos já gastos pela fundição de um sino novo.

A escuta à fala da população mais antiga da cidade, nos pareceu bastante pertinente, e por isso, realizamos uma entrevista com um antigo morador da cidade, o senhor Edson Rodrigues da Costa, nascido em 1947. Ele nos conta que no final da década de 1960 trabalhava em uma serraria, onde o expediente começava às 6 horas da manhã. Do trajeto de sua casa até seu local de trabalho passava pelo Largo da Igreja, onde ouvia o bimbalhar do sino, sendo tocado pelo sacristão da época. Edson afirma que existia apenas um sino, colocado na igreja, em uma armação de madeira.

A contribuição de Edson Rodrigues da Costa foi de suma importância na elucidação dos problemas levantados, pois se trata de recordações de seu passado, guardadas em sua memória.

Para Traverso, a memória exerce papel de suma importância no campo da História Cultural, haja vista:

> A testemunha pode oferecer-lhe elementos de conhecimento factual inacessíveis através de outras fontes, mas sobretudo pode ajudá-lo a restituir a qualidade de uma experiência histórica cuja textura se modifica depois de enriquecida pelas vivências dos seus atores. (TRAVERSO, 2012, p. 16)

Dessa forma, o elemento memorialístico pode auxiliar, somando-se a outros elementos, que ajudarão responder às dúvidas propostas pela pesquisa.

9 Dados do Livro 27 – Registro de Visitas Pastorais da Diocese de Goiás, 1915 – 1916, p. 8.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Bosi, a memória "permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo atual das representações." (BOSI, 1999, p. 46). Desse modo, o passado vem à tona no tempo presente, e misturando-o às percepções atuais, ocupa espaço na consciência.

Na fala da autora, "a memória aparece como forma subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora." (BOSI, 1999, p. 47).

Assim, entende-se que é a partir da recordação no presente, de momentos vividos com grande emoção, que os escritores locais registraram em parte do seu passado, bem como do passado da cidade.

Durante todo o processo de pesquisa foram percorrido vários caminhos, e elencadas fontes variadas, que nos ajudaram a dirimir as duvidas que foram surgindo.

A intertextualidade foi utilizada entrecruzando dados e permitindo lançar um novo olhar sobre o mesmo assunto, na qual utilizamos da pintura da antiga Igreja Matriz feita por Lilita em 2005, pintura essa inspirada em uma foto do ano de 1940, e o fragmento da crônica de João Costa, escrita em 1974.

Portanto, entende-se a partir das análises realizadas, que as descrições contidas tanto no fragmento de João Costa, quanto na tela de Lilita, inspirada em fotografia de 1940, pertencem à mesma igreja, sendo então a primeira uma recordação referente ao inicio do século XX, e a segunda, a uma imagem guardada 40 anos depois.

Com o objetivo de responder a questão do desaparecimento dos sinos, fizemos uma leitura mais detalhada da obra de João Costa, comparando a data de escritura de sua crônica, com a data da construção do novo templo.

No penúltimo parágrafo, por exemplo, João Costa ao despedir-se dos leitores comenta: [...] "Amigo leitor! Que este nascente 1975 seja para você como um farol cintilante e que nunca se apague nas noites dos mares" [...].

Vê-se que a crônica de João Costa foi escrita no final do ano de 1974 e, portanto, ainda que a igreja antiga estivesse em funcionamento, talvez o sino já teria sido retirado, para ser colocado na torre da igreja nova, que ainda estava em fase de construção, e isso explicaria a sua ausência .[10]

Com a inauguração da nova igreja, em novembro de 1975, o bimbalhar do velho sino foi substituído por alto falantes, colocados em sua torre, há quase 20 metros de altura, e mesmo após sua instalação, distante dos fiéis, sendo pouco utilizado, tornou-se quase imperceptível.

Assim, as vozes dos escritores piracanjubenses lançaram pistas sobre o passado da sociedade em que viveram, e sob o fio condutor do método indiciário, foi possível o aprofundamento em cada tema levantado, não desprezando as minucias, embasados nesse paradigma onde, para Ginzburg, "pormenores normalmente considerados sem importância, ou até triviais, "baixos", forneciam a chave para acender aos produtos mais elevados do espírito humano." (GINZBURG, 1989, p. 150)

10 Segundo dados do Livro Tomo, a construção da Igreja Matriz atual iniciou-se em abril de 1959, tendo sido concluída em novembro de 1975. (LIVRO TOMO, 1958, p. 28)

Portanto, os detalhes encontrados nos textos, quase imperceptíveis, é que caracterizam o método de pesquisa, "centrado sobre os resíduos, sobre os dados marginais, considerados reveladores." (GINZBURG, 1989, p. 149)

Nesse sentido, retalhos da vida de pessoas comuns, ajudaram a vislumbrar parte da história social da cidade de Piracanjuba.

REFERÊNCIAS

BARROS, José D'Assunção. **Fontes históricas – introdução aos seus usos historiográficos.** Petrópolis: Editora Vozes, 2019.

BORGES, Lídia Arantes. **Raízes Goianas.** Belo Horizonte – MG. Consórcio Mineiro de Comunicação. 1994.

BOSI. Ecléa. **Memória e Sociedade – Lembrança de velhos.** São Paulo. Companhia das letras. 8ª ed. 1994.

CANDAU, JOËL**. Memória e identidade.** São Paulo. Editora Contexto. 2021.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Cultura e Representações, uma trajetória**. Porto Alegre. Anos 90. v.13, n.23/24, p.45-58, jan./dez.2006.

PORTELLI, Alecsando. **O massacre de Civitella val de Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito, política, luta e senso comum**. Rio de Janeiro, FGV, 2002. Pdf.

TRAVERSO, Enzo. **O passado, modos de usar: história, memória e política**. Lisboa, Edições Unipop. 2012.

SILVA, João Costa. **Pelos Caminhos da Vida**. Goiânia. Oriente. 1978.

ENQUANTO A CIDADE DORME: POLÍCIA E CRIME NA URBE LUDOVICENSE NAS PÁGINAS DO PACOTILHA, ENTRE AS DÉCADAS DE 1910 E 1920

Paulo Henrique Matos de Jesus[1]

RESUMO: As cidades, enquanto espaços de experiências e vivências, despertam interesse nos mais diversos campos de pesquisa acadêmica, desde as Ciências Humanas e Sociais até outras áreas, por permitirem a construção de vasto percurso analítico-interpretativo orientado a partir de fundamentações teóricas e metodológicas específicas de cada um dos ramos dedicados a analisar o espaço urbano. Assim, a cidade se esmiúça perante a observação do pesquisador cuja preocupação essencial deverá ser buscar meios eficazes de apreensão dos sentidos e representações que os habitantes possuem do espaço urbano em que vivem para compreenderem sua complexidade. A expansão industrial e a consolidação do capitalismo atrelado ao aumento do público leitor e a expansão do mercado editorial gera novas formas da multidão anônima se relacionar com o espaço urbano e viverem suas experiências urbanas a partir do século XIX. Simultaneamente, desde os anos de 1980, pesquisadores brasileiros do campo historiográfico ou não, debruçam-se sobre fontes criminais e policiais, esquadrinhando aspectos da realidade política e sociocultural implícitos nesse conteúdo e investigando as circunstâncias, organismos e os indivíduos que as produziram. Ademais, buscou-se também, ao longo desse período compreender qual o papel desempenhado pelo crime e pela atuação policial na rotina de locais específicos e no todo da sociedade. Assim, tal abordagem, denominada como História Social do Crime e da Polícia, motiva a produção de inúmeros trabalhos, ocupando lugar de discussão em vários ambientes acadêmicos, trocando experiências e criando redes conectadas de pesquisas nesse campo. O alargamento da *urbe* ludovicense, a apreensão em torno do crime e da criminalidade e a busca por uma polícia moderna, tornam-se temas das páginas dos periódicos que circulavam na capital maranhense, especialmente do jornal Pacotilha, no início do século XX, assim como da população e das autoridades. Isto se justificava porque os jornais, desde meados do século XIX, assumiram clara intenção de tornar a notícia um produto cujo consumo se daria por meio de suas páginas. Assim, atiçava-se a curiosidade dos leitores construindo narrativas sobre o crime e a atuação policial que de certo modo assemelhavam-se a folhetins. Portanto, são estas narrativas, feitas pelo jornal Pacotilha, de crimes e da atividade policial desenvolvida na urbe ludovicense, entre as décadas de 1910 e 1920, o objeto deste trabalho.
PALAVRAS-CHAVE: Cidade. História Social do Crime e da Polícia. São Luís. Pacotilha.

1 IMPRENSA, *FAITS DIVERS*, HISTÓRIA E UM POUCO DA TRAJETÓRIA DO PACOTILHA

Somente nos últimos cinquenta anos a imprensa passou a manter relação mais próxima com a historiografia. Em certa medida tal relação ocorreu em virtude da renovação da História Política da década de 1970, que buscou, ao mesmo tempo, novas fontes de pesquisa para o historiador e novas possibilidades interpretativas do saber histórico. Essa nova maneira de ver fez com que o historiador

1 Doutorando em História pelo PPGHis-UFMA; bolsista CAPES; e-mail: pauloesquizo@gmail.com

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

passasse a refletir sobre suas fontes a partir de novas perspectivas. Isto é, as fontes deixaram de ser portadoras de sentido em si, tornando-se suscetíveis à apreciação do historiador. (OLIVEIRA, 2011). Sempre deixando claro que os textos jornalísticos, em suas mais variadas manifestações, se constituem em fontes riquíssimas de observação da realidade que nos cerca e que o são, assim como os demais documentos, por escolha e definição arbitrária do historiador-pesquisador. (CRUZ; PEIXOTO, 2008).

Como parte desse corpo narrativo destacam-se os *faits divers,* cuja tradução literal do francês é "fatos diversos", que são notícias inusitadas, que despertam grande interesse público, mas rapidamente são esquecidas e não implicam aparente relevância em sua historicidade, sendo, por vezes, consideradas um não objeto para os historiadores. Entretanto, na passagem do século XIX para o XX, em meio à transformação da imprensa em negócio e as notícias em produtos, ampliar o interesse público pelos *faits divers* – especialmente os criminais – demonstrou ser bastante lucrativo e sua narrativa tomou ares de folhetins publicados em capítulos. (BARTHES, 2013).

Assim, atiçava-se a curiosidade dos leitores construindo narrativas sobre o crime que de certo modo assemelhavam-se a folhetins. Para Lila Caimari os jornais exploram notícias de crimes devido a atração dos leitores pelas

> Peripecias de una historia humana, fascinación por las destrezas de la detección, por lo monstruoso [...]. Pero cada crimen es distinto en su potencial, y cada sociedad tiene, en cada momento, su propia agenda de temas latentes. Más allá del horror y la indignación, más allá de la compasión por la víctima y la curiosidad morbosa por el ejecutor del crimen […]. (CAIMARI, 2021, p. 111).

O jornal Pacotilha foi publicado pela primeira vez em 1880 e sua configuração era de quatro páginas; seu formato editorial não atendia a nenhum critério específico visto que as notícias eram aleatoriamente distribuídas e por diversas vezes dividindo espaço com anúncios diversos, mas já estabelecendo clara separação entre informação e opinião. O jornal enfrentou diversos momentos de instabilidade, deixando de circular em vários momentos. Todavia, entre funcionamentos e paralisações o Pacotilha teve sua trajetória profundamente marcada por uma história de resistência ao tempo e inconvenientes quase constantes da economia maranhense, levando-o a circular por um período de 58 anos, contando com alguns períodos de interrupção de suas atividades. A polícia e os delitos também ocupavam espaço nas páginas e alimentavam o Pacotilha. Nos anos inicias eram pequenas notas ou, no máximo, um informe geral cobrando das autoridades providências sobre algum crime. Com isso o Pacotilha passa a dedicar mais espaço em suas páginas para crimes violentos, realizando coberturas que iam desde a informação dos crimes, o acompanhamento das investigações, críticas ou elogios ao trabalho policial e ao comportamento das autoridades políticas em relação aos casos, outorgando para si tanto o papel de divulgador da notícia em seus detalhes, quanto o de construtor e porta-voz das opiniões dos seus leitores e de toda a sociedade ludovicense. Assim se deu com o "Crime Bazano", ocorrido em 10 de novembro de 1913, notabilizado pelas linhas do Pacotilha como "Um Crime Monstruozo".

Acrescenta-se ainda, e oportunamente que, embora a fonte principal para produção do presente artigo seja o jornal Pacotilha, outras fontes também serão utilizadas para robustecer o espectro informativo em relação a este crime e preencher possíveis lacunas deixadas pelo jornal, destacan-

do-se o compilado de documentos que constam do inquérito policial e publicado pela Imprensa Oficial do estado do Maranhão intitulado "O Monstruoso Crime de 10 de novembro" (1913). Antes da descrição e análise do "Crime Monstruozo", será necessário observar a constituição dos aparatos de policiamento atuantes na *urbe* ludovicense nas duas décadas iniciais do século XX, assim como um pouco da circulação das ideias e práticas de policiamento desde a Europa até São Luís do Maranhão.

2 A CONSTITUIÇÃO DOS APARATOS DE POLICIAMENTO NA *URBE* LUDOVICENSE NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Quase um ano havia se passado e São Luís ainda estava chocada com o "Crime Bazano". A cidade havia mudado e àquela altura já contava com uma vida boêmia que avançava pela madrugada, alertava em 1914, Alcides Pereira, chefe da Polícia do estado do Maranhão, cobrando do governo estadual providências no sentido de modernizar os aparatos de policiamento locais, substituindo as velhas práticas empíricas por modernas técnicas científicas, a fim de melhor combater pessoas que poderiam possivelmente representar ameaça à ordem pública. (PEREIRA, 1914 *apud* BARROS FILHO, 2013). O delegado Gabriel Rebelo, em 1918, elenca que as atribuições da polícia civil "moderna" eram a investigação, o estudo e averiguação dos comportamentos suspeitos, sempre dentro de critérios jurídicos e cientificamente embasados. (REBELO 1918 *apud* BARROS FILHO, 2013).

Os saberes, práticas e técnicas modernas acima mencionados começaram a ser adotados em diversos países da Europa desde meados do século XIX, atravessando o oceano e alcançando o Brasil – não apenas como parte do discurso civilizatório e modernizador que ganhou reforço com as ideias positivistas – com a chegada em grandes levas de imigrantes oriundos dos mais diversos países da Europa e América Latina, entre eles alguns com considerável ficha criminal em seus países de origem. O Maranhão, embora não tenha sido o destino da maioria esmagadora de tais imigrantes, também aderiu a essa sanha modernizadora, também muito provavelmente motivada pelas deficiências investigativas expostas pelo célebre crime ocorrido há pouco tempo.

Dado importante é que os novos saberes e práticas de policiamento foram assimilados por membros da cúpula da polícia maranhense que frequentaram a Faculdade de Direito do Recife que, por sua vez, foram fortemente influenciados pelo pensamento criminológico positivista Europeu. Entre os anos 1914 e 1917 quatro entre cinco integrantes da cúpula policial maranhense eram oriundos da "Academia de Recife". Eram eles: Alcides Jansen Serra Lima Pereira, Chefe de Polícia em 1914; Raimundo Leôncio Rodrigues, Secretário de Justiça e Segurança entre os anos de 1915 e 1917; Gabriel Antônio Rebelo; 1º Delegado Auxiliar da Capital entre os anos de 1915 e 1917; Joaquim Mariano Nogueira Coelho, Delegado-Geral da Capital entre os anos de 1915 e 1917. (BARROS FILHO, 2013). Isso leva a crer que ao atuarem em cargos da segurança pública estadual de forma mais ou menos simultânea teriam compartilhado dos mesmos princípios criminológicos e também de saberes, práticas e técnicas de policiamento. Estes indivíduos, devido sua posição de destaque, acabaram por consolidar a tese de que era urgente ao estado do Maranhão e, em especial, à capital maranhense imediatamente se enquadrarem nos moldes de uma polícia dita moderna. Todavia, tais mudanças ainda demorariam a ocorrer.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

Na junção entre a busca por um saber policial técnico e a estrutura burocrática do Estado, levanta-se duas possibilidades analíticas. Primeiramente, a de que o fluxo global de técnicas investigativas, métodos de identificação de criminosos, procedimentos policiais preventivos e ostensivos, não se encaixa como uma mera transferência de modelos de um centro produtor para uma periferia receptora. Esses deslocamentos apresentam indícios de que não se limitam a motivações entusiasmadas modernizantes de uma elite burocrática policial do Maranhão que se restringe a copiar modelos de outros países ou estados, mas representam a intenção em elaborar estratégias de colaboração mútua e solidificar estruturas de transferência de dados e conhecimentos entre os aparatos de policiamento, seja em uma dimensão internacional, nacional ou, de forma mais reduzida, regional, sobretudo em uma cidade onde a criminalidade violenta crescia a olhos vivos.

3 "UM CRIME MOSTRUOZO"

> Eram dez e meia da noite de 10 do mez proximo passado, quando esta pacata cidade foi despertada com a noticia tragica de que se acabava de perpetrar o crime mais sensacional de que ha noticias no Maranhão [...]. Meio ainda pequeno e pouco desenvolvido, caracterizado pela indole pacifica e ordeira do povo, habituado ás sisudas e austeras normas de respeito mutuo que bem e distingue e não contaminado pelos vicios e miserias imperantes nas grandes e opulentas capiteas, a cidade de S. Luiz, no estado actual do seu progresso e de sua civilização, é isufficiente para comportar um crime revestido de todos os requintes de perversidade [...]. (MARANHÃO, 1913, p. 52).

Por que este crime chocou a pacata capital maranhense? Conforme constatou a autópsia dos cadáveres, contida nos autos do inquérito policial, as vítimas foram golpeadas por objeto perfurocortante em diversas partes do corpo. José Diniz e Silva, de 23 anos, foi golpeado 8 vezes e Jorge Ribeiro, de apenas 12 anos, 14 vezes, o que provocou severa perda de sangue resultando em morte. Ressaltou-se também no laudo que houve confronto entre José Diniz e seu assassino, fato este confirmado por suas roupas se encontrarem rasgadas. Jorge Ribeiro, por sua vez, foi encontrado ao pé do balcão do bar, junto à porta que estava entreaberta, confirmando sua tentativa de fuga que foi impedida por alguém muito maior e mais forte que ele. (UM CRIME..., 1913a). O crime aconteceu, em 10 de novembro de 1913, nas dependências do Café S. José, situado à Rua Grande, número 121, esquina da Rua do Passeio, em São Luís, e as vítimas eram funcionários do estabelecimento. Poucas horas depois curiosos se aglomeravam à porta do Café, os murmurinhos já tomavam conta dos populares e as versões se multiplicavam. No dia seguinte o duplo assassinato bárbaro estava estampado em vários jornais, chocava e fascinava pela brutalidade. E o jornal Pacotilha já assinalava na primeira página que se tratava de um crime cuja grande motivação era o roubo. (UM CRIME..., 1913a). Chamava atenção a frieza e crueldade dos assassinos. Por certo tempo a imprensa deleitou-se com este crime que ocupava tanto as colunas policiais, quanto de opinião. Os fatos que serão narrados e analisados foram extraídos dos autos do inquérito policial, mas essencialmente, das páginas do jornal Pacotilha ao longo das investigações sobre o crime.

Todos os dias o comerciante Thomaz d'Aquino e Silva, sempre cuidadoso e preocupado com a segurança do seu estabelecimento, fechava o Café S. José entre 21h30min e 22h. O S. José era um

dos poucos estabelecimentos que vendiam bebidas alcoólicas, no trecho entre a Rua do Passeio, Rua Grande e Praça João Lisboa, próximos aos Cinemas S. Luiz e Ideal – cujas seções encerravam por volta das 23h – que ainda fechavam as portas tão cedo. A outrora tranquila e afável noite de São Luís, naqueles idos de 1913, já não era tão afável. Naquela noite, o comerciante teve de ir embora mais cedo, pouco depois das 18h. Antes de sair, determinou que os empregados, José Diniz e Silva, seu irmão, e o menino Jorge Ribeiro, fechassem o estabelecimento antes das 21h. Como ambos moravam de favor na residência de Thomaz d'Aquino e Silva, localizada à Rua da Madre Deus, número 38, o corriqueiro era fecharem a quitanda e irem direto para casa. Porém, já eram 22h e os dois ainda não haviam chegado. Thomaz d'Aquino e Silva, já bastante contrariado, convidou seu vizinho, Raymundo Nonato Dutra, para irem juntos verificar se algo havia acontecido. Chegando ao estabelecimento encontraram a casa toda fechada e no escuro, tendo apenas uma banda de porta encostada. Ambos encostaram na porta e chamaram os funcionários. (UM CRIME..., 1913a).

Subitamente, entre o acender de um fósforo e outro, Raymundo Dutra encontrou o corpo de José Diniz caído ao chão. Vendo seu irmão estirado no chão, Thomaz d'Aquino e Silva chamou Raymundo Dutra para ajudá-lo a prestar socorro. Foi quando verificaram que José Diniz estava morto e banhado em sangue. Thomaz d'Aquino e Silva saiu da quitanda em busca do socorro policial, deixando Raymundo Dutra esperando por ele. (UM CRIME..., 1913a).

Notou-se no exame da cena do crime que sobre uma das mesas do bar havia um cálice com restos de aguardente e no chão outros dois quebrados, levando a crer que haviam sido servidos aos últimos clientes da noite anterior e que possivelmente seriam os autores do crime e a motivação seria o roubo do estabelecimento, dado ao fato de Thomaz d'Aquino e Silva ter sentido falta de um revólver seu, guardado na prateleira do bar, um queijo e a quantia de 200$000 (duzentos mil-réis). (UM CRIME..., 1913a).

Apesar de àquela época não existir no Maranhão instituto de identificação ou médico-legal a presença dos médicos legistas nomeados Hermojenes Pinheiro e Raimundo Matos evidencia a importância cada vez maior da medicina como forma de consolidação dos saberes policiais e jurídicos já em uso desde meados do século XIX, tanto na elucidação de mortes misteriosas, visando verificar a possível existência de ato criminoso, quanto ao *modus operandi* do criminoso, sua tipificação penal, imputabilidade (ou não), nível de gravidade das lesões causadas. Tudo isso a fim de garantir robustez aos inquéritos policiais e processos e em ato contínuo determinar penas brandas, severas, ou, até mesmo a inocência do réu. (ANTUNES, 1999). Inclusive, o Chefe de Polícia do Maranhão, em seu relatório sobre o crime, confirmou a carência de recursos técnicos modernos por parte da polícia maranhense e a importância destes mesmos recursos para o bom desenvolvimento do trabalho policial investigativo, dizendo que ninguém mais poderia ficar alheio o papel primordial da médico-legista no auxílio da solução de crimes e que só a prontidão da polícia não seria suficiente para garantir a segurança pública. Para ele, a justiça precisa da astúcia dos peritos para desvendar os crimes; o médico legista é o detetive moderno dotado de variado conhecimento científico. (MARANHÃO, 1913).

Durante a realização da autópsia um grande número de curiosos se posicionou em frente ao prédio onde ficava o Café S. José. Depois do exame, já na rua, populares que ali estavam comentavam o estranho acontecimento, dando curso às mais variadas e singulares versões. Todavia, um pequeno

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

grupo de homens comentava que na noite anterior, por volta das 21h30min, um militar do Exército adentrou na quitanda e viu lá dentro, bebendo, três estrangeiros desconhecidos. Esse militar era o Sargento Eduardo Pedro Martins que, posteriormente, em seu depoimento, confirmou tais informações e declinou alguns nomes, onde trabalhavam e moravam. (UM CRIME..., 1913a). De posse destas informações o Chefe de Polícia determinou na mesma manhã do dia 11 de novembro busca e apreensão à Garage Franceza com intento de capturar Henrique Gomez, até então, principal suspeito das mortes no Café S. José. Lá Chegando, os policiais depararam-se com dois estrangeiros: Henrique Gomez (espanhol) e Antonio Bazano (argentino). Fizeram detalhada vistoria e encontraram, por indicação dos suspeitos, enterrado no quintal um punhal cuja bainha estava molhada d'água, que tinha a lâmina manchada de sangue. (UM CRIME..., 1913a).

4 O PACOTILHA ENTREVISTA OS ACUSADOS E ESBOÇA ESFORÇOS EM DIREÇÃO A UMA ANTROPOLOGIA CRIMINAL

Antonio Bazano e Henrique Gomez ao serem presos negaram seu envolvimento no duplo assassinato. Ao longo do dia confessaram a sua participação e ainda declinaram os nomes de Antonio Lugo (argentino), que estava no bar, mas após o crime não foi para a Garage Franceza como fizeram Gomez e Bazano, tomando rumo ignorado. Ele foi preso sem oferecer resistência no dia 11 de novembro, em uma área de manguezal de São Luís chamada Rio das bicas, por volta das 22h. Porém, havia ainda mais um suspeito, Manoel Sanchez, que não estava no bar, mas deixou a Garage Franceza na manhã seguinte ao crime sob pretexto de ter conseguido um emprego melhor. Porém, para a polícia, o fato de Sanchez não ter sido encontrado na Garage, já o colocava na lista de possível cúmplice do assassinato. Sua prisão se deu às 14h30min do dia 11 de novembro.

O Pacotilha entrevistou os quatro acusados enquanto estavam presos no Quartel Militar de S. João. O primeiro a ser entrevistado foi Henrique Gomez:

> [...] tem 22 anos de idade, bôa compleição, de cabelos meio aloirados, é natural de Madrid e, na qualidade de engenheiro mecanico, montou a instalação de luz eletrica do vapor 'Cabral', trabalhando atualmente na garage Franceza.
> Disse-nos que, entre ele e os companheiros havia a combinação para somente roubarem o botequim onde se deram as mortes de José e Jorge, devendo todos, depois de consumado o delito, ganhar o mato para fugir á punição. Ficou, porisso, bastante surprezo, quando viu que Bazano esfaqueára o caixeiro mais velho. (UM CRIME..., 1913b, p. 1).

Em seguida foi a vez de Antonio Bazano ser entrevistado:

> [...], que é, de todos os bandidos o que tem a fisionomia mais antipatica. Tem 24 anos, uza bigode raspado, é estrabico, diz-se nacido em Buenos Aires e, como mecanico, que é, também trabalhava na garage Franceza. Veio da Inglaterra à cidade de Parnaiba, há cerca de dois mezes, trazer um vapor. Ficando ali sem trabalho, para cá se dirijiu [...]
> Afetando timidez, conta-nos que [...] o seu companheiro Sanchez lhe vinha catequizando para a prática do crime, assegurando que no Maranhão, diferente da Europa, se podia beber

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

> cachaça e roubar á vontade, porque não havia policia, ficando sempre os malfeitores impunes. (UM CRIME... 1913b, p. 1).

Note-se que, neste trecho da entrevista, a crítica pejorativa ao bigode raspado e o estrabismo, já denota a antipatia, *a priori*, do repórter por Bazano, levando-o, inclusive, a duvidar de sua nacionalidade. Também é digno de nota o suposto comentário que Bazano faz sobre a ausência de polícia e a impunidade diante dos delitos como características que tornavam o Maranhão o paraíso dos criminosos. É possível considerar plausível que este trecho tenha sido introduzido ou deturpado pelo repórter no corpo da entrevista como uma espécie de provocação dirigida à polícia e, principalmente, ao Presidente do estado, Luís Domingues, cuja relação com o Pacotilha não era das mais amistosas. Bazano confessou que cedeu às investidas de Manoel Sanchez, depois de ouvi-lo dizer que o proprietário do Café S. José lhe havia dito palavras ofensivas e o que tramava também era uma vingança. (UM CRIME..., 1913b). Às 21h, Bazano, Gomez e Lugo dirigiram-se ao Café S. José e após algumas doses de aguardente os três decidiram efetuar o crime, mas precisavam distrair José Diniz que atendia no balcão do bar. Conforme o Pacotilha:

> Ao aproximar-se Diniz do balcão, para satisfaze-los, Bazano apunhalou-o brutalmente, ao mesmo tempo que outro companheiro dava a volta á chave [da porta]. Diniz, ao receber a facada, deu alguns passos para traz, caiu, banhado em sangue, voltando Bazano a esfaquea-lo repetidas vezes. O pequeno Jorge, apavorado, prezo pelo braço, implorou a misericórdia de Bazano, que muito o conhecia. Não o queria matar, acrecentou, mas Henrique fez-lhe vêr que estariam perdidos porque a criança tudo denunciaria. Então, para encorajar Bazano, Henrique cobrira a vitima com um pano, e o outro, sem que lhe visse o rosto, cozeu-o de facadas. (UM CRIME..., 1913b, p. 1).

Antonio Lugo foi o terceiro dos acusados a ser entrevistado. Conforme o Pacotilha:

> O mais robusto, corpo verdadeiramente de atleta, de todos os comparsas desse vandalismo, é o individuo Antonio Lugo, de 23 anos, natural de Corrientes, na Arjentina, marítimo e trabalhador na olaria do sr. Martin Recamonde, a qual deixou, por motivo de moléstia, no dia 21 do mez de outubro ultimo, quando se recolheu ao hospital da Mizericordia. (UM CRIME..., 1913b, p. 1).

Manoel Sanchez fora acusado por Bazano como o idealizador do roubo ao Café S. José. Abaixo segue sua entrevista ao Pacotilha:

> Ao chegar ao [quartel militar de] S. João declarou que queria falar ao chefe de polícia, confessando que se achava na garage aludida, quando ali chegaram, mais ou menos, ás 10 horas da noite, Bazano, Gomes e Lugo, com ares misteriosos. Finjiu, então, que estava dormindo dentro dum automóvel, ouvindo os tres declararem que o maior era cobarde, mas que o menino tivera muita coragem. Depois, suspeitando que Sanchez tivesse ouvido a conversa, acrecentaram que o matariam, se isso se désse. Sanchez adquirira a certeza que esses individuos haviam cometido um crime.
> [...]

> Manoel Sanchez tem 19 anos, é branco, corado, natural de Granada, na Espanha, é mecanico e *chauffeur*. (UM CRIME..., 1913b, p. 1).

As entrevistas apresentadas acima, de certa forma, indicam por parte do repórter a tentativa do exercício amador, mas que esboça a linha editorial (se assim se pode chamar) modernizadora do Pacotilha, de certa antropologia criminal, em voga em várias partes do mundo e também no Brasil. Nota-se que são destacadas características físicas, fisionômicas e comportamentais cuja intenção ia além da simples tentativa de apresentar os criminosos aos leitores, mas de traçar um perfil criminal dos mesmos.

De fato, desde o final do século XIX já era cada vez mais intensa a aplicação de uma antropologia criminal, cujo princípio norteador era identificar e definir o criminoso como alguém com traços físicos, fisionômicos e comportamentais, próprios e indisfarçáveis, biologicamente definidos. Inclusive, figuras de renome, como o médico maranhense Nina Rodrigues (1862-1906), acompanhavam com certa empolgação o constante incremento deste ramo da medicina-legal. (ANTUNES, 1999).

Nesse sentido, a criminologia, que por muito tempo dedicou-se ao estudo do crime, direciona seu olhar para o criminoso e sua conduta desviante. O criminoso torna-se o foco das atenções; sua índole desprimorosa e sua deformidade poderiam ser apreendidas tanto na dimensão anatômica, quanto fisiológica, permitindo expandir o espaço já ocupado pelos saberes médicos no conjunto do ordenamento da justiça e do conjunto da sociedade. (ANTUNES, 1999). Outra característica apresentada pelos criminosos inatos que passou a ser observada pela antropologia criminal: seu alto grau de religiosidade que por vezes beira o fanatismo. (ANTUNES, 1999). Portanto, conforme esta perspectiva da medicina-legal que circulava pela Europa e já se aperfeiçoava em outras regiões do Brasil, reitera-se a plausibilidade de ter havido nas entrevistas realizadas pelo Pacotilha, com Gomez, Bazano, Lugo e Sanchez, o exercício amador desta antropologia criminal ao insinuar que a boa compleição física e os cabelos aloirados seriam indicativos da inocência de Gomez. Bazano, por sua vez, apresentava todas as características "antipáticas" de um criminoso nato, destacando-se o bigode raspado, seu estrabismo, uma frieza indisfarçável e a compulsividade por mentir. (UM CRIME..., 1913b).

5 À GUISA DE UMA CONCLUSÃO

O delegado Raymundo Publio Bandeira de Mello, concluiu, no dia 04 de dezembro de 1913, o inquérito policial, bem como indiciou e solicitou a prisão preventiva de Antonio Bazano como executor confesso dos assassinatos de José Diniz e Jorge Ribeiro, pelo crime de latrocínio previsto no art. 359 do Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. E Henrique Gomez e Antonio Lugo e Manoel Sanchez, foram indiciados como coautores, conforme art.18, § 3º do mesmo decreto. No caso específico de Manoel Sanchez, o fato dele não estar presente no momento dos assassinatos não foi levado em consideração como atenuante, pois, o mesmo foi responsável pela receptação e ocultação dos objetos roubados. As imputações foram distribuídas conforme as confissões de cada um, sua atuação no crime e as conclusões feitas ao longo das investigações. (MARANHÃO, 1913).

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

Os autores do "Crime Monstruozo" foram a júri popular e o julgamento se deu no dia 18 de fevereiro de 1915. Às 23h45min desse dia, o juiz Ignacio Xavier de Carvalho sentenciou Antonio Bazano, Henrique Gomez e Antonio Lugo, a 30 anos de prisão e pagamento de multa de 20% sobre o valor dos objetos roubados do Café S, José, pelo crime de latrocínio. Manoel Sanchez foi condenado a 14 anos por cumplicidade na prática do roubo, tendo receptado e ocultado os objetos roubados. A sentença deveria ser cumprida na Penitenciária de São Luís.

Em dada reflexão remissiva a Michel Foucault, guardadas todas as diferenças analíticas, Bazano, Gomez, Lugo, Sanchez, Thomaz d'Aquino e Silva, José Diniz e Jorge Ribeiro, são – ou foram – pessoas reais, mas relegados por um certo discurso historiográfico à condição de esquecidos, sem voz, inexistentes. Sem tempo e local. Pessoas sobre quem foram ditas coisas, verdadeiras ou falsas, brandas ou agressivas. (FOUCAULT, 2012). Pessoas que gritaram, sofreram, imploraram ou lutaram pela própria vida. Pessoas que talvez nem quisessem ter sua vida desvelada, ou prisão contada. Pessoas verdadeiras. Vítimas ou algozes. São estas pessoas em sua plenitude de indigência, desprovidas de qualquer galão de nobreza, desterradas ou que moravam de favor – como foi o caso do menino Jorge Ribeiro, de aos 12 anos de idade e José Diniz e Silva –, na casa de um patrão, igualmente indigente, dormindo provavelmente no chão ou em uma rede estendida num canto qualquer, que se apresentaram, *a priori*, como sujeitos não históricos, mas essenciais para narrativa desse "Crime Monstruozo".

REFERÊNCIAS

ANTUNES, José Leopoldo Ferreira. **Medicina, leis e moral:** pensamento médico e comportamento no Brasil (1870-1930). São Paulo: Unesp, 1999.

BARROS FILHO, José. **Criminologia e modos de controle social no Maranhão no início do século XX**. Maranhão: Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – FAPEMA, 2013.

BARTHES, Roland. **A estrutura dos *fait divers*** – íntegra. 2013. Disponível em: https://filosoficabiblioteca.files.wordpress.com/2013/10/barthes-a-estrutura-dos-fait-divers.pdf. Acesso em: 25 jan. 2022.

CAIMARI, Lila. Castruccio: crimen y castigo en la ciudad moderna. *In*. PALACIO, Juan Manuel. **Desde el banquillo**: escenas judiciales de la historia argentina. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Edhasa, 2021.

CRUZ, Heloísa de Freitas; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do Historiador: conversas sobre história e imprensa. Projeto História: **revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, São Paulo, v.1, p. 22-38, 2008. ISSN 2176-2767. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2221/1322. Acesso em: 27 jan. 2022.

FOUCAULT, M. A vida dos homens infames. *In*: FOUCAULT, M. **Estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. (Ditos e escritos; 4). Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5738282/mod_resource/content/1/Foucault_Michel._A_vida_dos_homens_infam.pdf. Acesso em: 30 jan. 2022.

MARANHÃO. (Estado). **O Monstruoso Crime de 10 de novembro**: principaes peças do inquerito policial. O relatorio do Dr. Delegado. Noticias da impresa. Photographias. São Luís: Imprensa Oficial, 1913.

OLIVEIRA. Rodrigo Santos de. A relação entre a História e a Imprensa, breve história da Imprensa e as origens da Imprensa no Brasil (1808-1930). **Historiæ**, Rio Grande, RS, v. 2, n. 3, p. 125-142, 2011. ISSN 1519-8502. Disponível em: https://periodicos.furg.br/hist/article/view/2614/1425. Acesso em: 25 jan. 2022.

UM CRIME monstruozo. **Pacotilha**, São Luís, ano 23, n. 266, p. 1, 11 nov. 1913a. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168319_02&pagfis=5209. Acesso em: 18 fev. 2022.

UM CRIME monstruozo: a confissão dos assassinos. **Pacotilha**, São Luís, ano 23, n. 267, p. 1, 12 nov. 1913b. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168319_02&pagfis=5213. Acesso em: 18 fev. 2022.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

AS VOZES QUE EMERGEM DO CAIS: A PARNAÍBA SUBTERRÂNEA DE ASSIS BRASIL EM *BEIRA RIO BEIRA VIDA*

Samylla de Sousa Pereira[1]

RESUMO: O presente trabalho pretende promover uma intersecção entre a História e a Literatura ao deter-se sobre a obra *Beira Rio Beira Vida*, publicada no ano de 1965 pelo escritor e jornalista parnaibano Francisco de Assis Almeida Brasil. Por conseguinte, consideramos que a literatura tomada como fonte histórica pode nos oferecer os indícios e as sensibilidades necessárias para se refletir sobre determinado período (PESAVENTO, 2008), razão pela qual a utilizaremos para pensar sobre as sociabilidades da localidade mostradas no livro de Brasil. Nessa esteira, a publicação tem como cenário de sua narrativa a cidade de Parnaíba, localizada no norte do estado do Piauí. O fato literário emerge durante a década de 1930, período conhecido pela ascensão e pelo progresso da urbe advindo do comércio extrativista de importação e de exportação da cera de carnaúba e do babaçu, passando-se até a década de 1940, momento no qual tal economia começou a dar sinais de declínio (MORAIS, 2013). Dessa maneira, o autor nos apresenta uma urbe segregada, dividida entre os moradores do cais de um lado, lugar correspondente a população ribeirinha então relegada às margens, e de outro a cidade urbanizada em constante progresso, sendo retratada como um canteiro de obras de modernização, lar de uma rica elite comercial desfrutando de sua Belle Époque (SILVA, 2012). Destarte, a história das vivências à beira do rio Igaraçu da prostituta Cremilda, de Mundoca e de Jessé, nos são apresentadas por meio das reminiscências de Luíza, filha de Cremilda que também exerce a prostituição como oficio, além de ser igualmente moradora do cais. Personagens estes que habitam a narrativa do autor. Essas lembranças vão dar forma a uma interação de diferentes vozes, um constante diálogo polifônico (BAKHTIN, 2013) que faz emergir de sua trama as experiências dos habitantes de uma cidade estratificada, cujo progresso amplamente difundido nos discursos políticos não alcançava as pessoas que viviam nas "beiras" da sociedade, mostrando, portanto, uma latente distinção social entre pobres e ricos (VERAS, 2020) existente à época nessa dinâmica urbanística parnaibana, não havendo lugar, portanto, para a mobilidade social.

PALAVRAS-CHAVE: Parnaíba. Progresso. Cais. *Beira Rio Beira Vida*.

1 O FAUSTO PARNAIBANO: PARNAÍBA E O DISCURSO DO PROGRESSO

Durante a primeira metade do século XX, a cidade de Parnaíba, localizada no litoral piauiense experienciou um próspero período econômico originado em grande parte do comércio extrativista, com destaque para produtos como a cera de carnaúba e também o babaçu. Nessa conjuntura, a

1 Possui graduação nos cursos de Bacharelado em Direito e Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Piauí-UESPI. É especialista em Educação, Ética e Política pela mesma instituição. Atualmente, é mestranda em História pela Universidade Federal do Maranhão-UFMA. E-mail: samylladesousa@gmail.com.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

cidade se tornou um importante centro comercial, chegando a possuir casas comerciais de origens estrangeiras (REGO, 2013). Logo, a região se tornou um importante local destinado a realização das atividades de importação e exportação de mercadorias no norte do estado.

Nesse sentido, criou-se toda uma discursividade para se pensar e se definir o momento correlacionado ao "fausto parnaibano"[2]. Assim, entre as publicações da época que fundamentaram a constituição desse imaginário que pairava sobre a urbe, temos o Almanaque da Parnaíba, anuário voltado para as elites da região, fundado em 1924 pelo comerciante Benedito dos Santos Lima. Sempre alinhado aos ideais daqueles que se encontravam no poder (fato que seria uma de suas mais marcantes características), fosse em âmbito local, regional ou até mesmo nacional, em sua primeira edição, o primeiro texto do Almanaque já anunciava que:

> Aquelle que primeira vez visita hoje Parnahyba, quase impossível se lhe torna fazer uma apreciação exacta do rápido ascendente que vem tendo nossa urbe, na senda do progresso, conquistando, pelo esforço exclusivo de seus habitantes e da Comuna, o principal lugar entre as demais cidades do Estado. O mesmo já não se succede a quem a visitou um decênio antes e hoje a revê; ser-lhe-ha difícil ocultar a surpreza ocultada pelo desenvolvimento, pela verdadeira transformação, porque vem ella passando de anno para anno (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1924, p. 2).

A ideia de sucesso econômico foi atribuída exclusivamente aos esforços da população local. Por outro lado, essa ideia circunscrevia apenas uma parcela dos habitantes da cidade, considerando que ela correspondia a um restrito agrupamento relacionado à elite, e que por diversas vezes foi alvo das mais variadas homenagens e exaltações nas páginas do supracitado anuário, visando o estabelecimento e a manutenção de sua influência nos direcionamentos da região. Dessa maneira, esse mesmo grupo foi considerado responsável por levar a modernidade para o local, o que implicou a adoção de novos hábitos e estilos de vida, além de notáveis mudanças na paisagem urbana e arquitetônica, como a construção de palacetes residenciais de estilo eclético3 na Rua Grande, posteriormente nomeada de Avenida Presidente Getúlio Vargas.

Essa atmosfera de grandes transformações e de progresso advindos da segunda maior cidade piauiense, implicou em um clima cosmopolita que marcou aquilo que seria denominado de "Belle Époque" parnaibana. Nesse sentido, além dos grandes centros urbanos como o Rio de Janeiro e São Paulo, houve nas primeiras décadas do século XX em outros rincões do país a ascensão de uma burguesia entusiasta da ideia de progresso e por dentro das relações capitalistas dos mercados internacionais (SILVA, 2012). Assim, criou-se um discurso de ufanismo para se pensar sobre Parnaíba. Nesse momento, as classes das altas esferas da localidade, por constituírem o lado mais forte no jogo de

2 Muito embora a maior parte das pesquisas que tratem sobre a cidade de Parnaíba nas primeiras décadas do século XX argumentem que a cidade teria vivido seu momento de fausto econômico neste período, análises recentes defendem que a localidade precisava de investimentos maiores para poder se desenvolver plenamente, além de uma infraestrutura que não foi disponibilizada à época pelo estado e pela sociedade local (ALVARENGA, 2017).

3 Sobre os estilos arquitetônicos dos palacetes, ver o trabalho de Neuza Brito de Arêa Leão Melo intitulado O Ecletismo Parnaibano: Hibridismo e tradução cultural na paisagem da cidade na primeira metade do século XX. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2011.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

relações de poder envolvendo o caráter monetário e social, se sobressaíram como os atores principais da história da cidade em face da população periférica, que por sua vez não gozava de nenhuma espécie de prestígio social4, sendo, desse modo, composta por indivíduos invisibilizados.

No entanto, o decrescimento da economia extrativista de importação e exportação das primeiras décadas do século XX deu-se após a Segunda Guerra Mundial, sobretudo durante a década de 1950. Nesse momento, os sintomas da iminente estagnação econômica do local se fizeram sentir quando os produtos oriundos do extrativismo vegetal anteriormente comercializados em larga escala foram sendo substituídos no mercado mundial por produtos de origem sintética (MORAIS, 2013).

Por conseguinte, inspirando-se no período de efervescência comercial na região, o escritor e jornalista parnaibano Francisco de Assis Almeida Brasil lançou sua obra intitulada *Beira Rio Beira Vida* em 1965. Curiosamente, o escritor era filho de pai comerciante, enquanto sua mãe era pianista, o que indica suas origens ligadas a camadas economicamente mais favorecidas da cidade, fato este que não minou seu olhar crítico de literato. Entretanto, no lugar de perpetuar o tradicional discurso de progresso e modernidade exaustivamente proferido pelas elites e iniciado há várias décadas acerca das atividades econômicas, dos novos modos de vida e das transformações urbanas promovidos em sua terra natal, em seu romance o autor inova ao nos convidar a conhecer o lado silenciado da história da cidade. Assim, ao analisar a obra de Brasil, compartilhamos da premissa de que a literatura ao ser utilizada como fonte para os estudos históricos, pode nos fornecer os indícios e as sensibilidade para se compreender e analisar determinado período (PESAVENTO, 2008), neste caso, a cidade de Parnaíba entre as décadas de 1930 a 1940 e sua dinâmica social.

2 A CIDADE E O CAIS: A VOZ DOS RIBEIRINHOS

Na obra de Assis Brasil, é possível notar o desvelamento dos antagonismos existentes na sociedade, já que por um lado existiam aqueles que usufruiam de todo o conforto e estrutura no centro da urbe, e por outro haviam os que lutavam pela sobrevivência às margens não apenas do espaço do cais, mas igualmente da sociedade da época. Essas dicotomias nos são reveladas por meio da narrativa originada pelas reminiscências da prostituta Luisa, filha da também prostituta e dona de armazém Cremilda. Para completar o núcleo de personagens principais, além de ambas as mulheres anteriormente citadas, conhecemos a história de Jessé, órfão criado por Cremilda e que ambicionava sair da pobreza em que estava, e Mundoca, filha de Luísa com o marinheiro Nuno, que a abandona.

Em vista disso, em seu livro Brasil realiza um contraponto aos discursos dominantes das elites comerciais concebidos no momento de apogeu da cidade, alçando assim ao posto de protagonistas de sua narrativa literária não os círculos mais abastados de outrora, e sim os até então coadjuvantes,

4 A respeito disso, ao descrever as pessoas marginalizadas que residiam no espaço mais periférico da cidade nas primeiras décadas do século XX, o escritor piauiense Renato Castelo Branco escreveu: "Essa população, duas vezes maior que a de Parnaíba propriamente, vivia inteiramente em dependência da cidade – eram as empregadas domésticas, as lavadeiras, os meninos de recado, os carregadores de água e de lenha, os catraieiros, os estivadores, os vareiros, os ladrões de galinha, os mendigos e as prostitutas [...]" (CASTELO BRANCO, 1981, p. 20-21).

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

isto é, às prostitutas e os trabalhadores do cais relegados às beiras do rio Iguaraçu, tecendo portanto, uma contundente crítica social as contradições do progresso parnaibano. A imagética da "margem" no romance de Assis Brasil, nos remete não apenas à questão geográfica em que as personagens encontram-se situadas, mas também à questão humana em si, ou seja, na "margem" da própria vida como seres humanos.

Assim, vemos as vozes do cais emergirem da obscuridade a qual foram constantemente relegadas na história de Parnaíba nas páginas de *Beira Rio Beira Vida*. Destarte, é partir de uma relação dialógica, na qual todos interagem com o propósito de mostrar o ponto de vista dos moradores que vivem seu cotidiano nas beiradas do rio, que somos chamados para observar esse outro lado da cidade. Essas diversas vozes do romance, portanto, estabelecem uma condição de polifonia, haja vista que para o estudioso da linguagem Mikhail Bakhtin:

> Não é a multiplicidade de caracteres e destinos que, em um mundo objetivo uno, à luz da consciência una do autor, se desenvolve nos seus romances; é precisamente a multiplicidade de consciências equipolentes e seus mundos que aqui se combinam numa unidade de acontecimento, mantendo a sua imiscibilidade (BAKHTIN, 2013, p. 4-5)

Logo, para o intelectual russo, o discurso é resultado de um entrelaçamento de distintas vozes. Consequentemente, nessa tessitura discursiva, no romance polifônico nenhuma voz tem o poder de se sobressair sobre as outras. Dessa forma, apesar de conhecermos a história da cidade pelo prisma de Luíza, esta traz à tona a voz de outras personagens para contar sua versão dos fatos. A partir disso, vemos se revelar um constante diálogo entre as várias vozes das pessoas que compartilharam a experiência de uma vida marginal e insalubre às margens do cais.

Isto posto, na seguinte passagem, o autor nos mostra a existência de duas cidades, ou seja, uma pertencente a população ribeirinha e pobre, e a outra da pujança, alvo de melhoramentos urbanos promovidos pelas gestões dos prefeitos municipais Ademar Gonçalves Neves (1931-1934) e Mirócles de Campos Véras (1934-1945). Assim, ao relembrar a reforma realizada na Praça da Graça, um dos principais espaços público da urbe, na qual está localizada a igreja matriz do local, Luiza faz o seguinte relato:

> A Praça da Graça estava sendo reformada, até o Prefeito vinha examinar os trabalhos - abaixava-se, dava a mão aos pedreiros, olhava para o fotógrafo sorridente. Sujava o terno branco de linho, media a largura do lago, queria mais fundo, bem fundo, que afogasse um homem de braço levantado - já mandara providenciar peixes raros, não aqueles bichos sem graça do rio, que empestavam as outras praças, viviam morrendo, ninguém ligava. Encomendara peixes coloridos, azul, vermelho, roxo.
> - De onde, dr. Prefeito?
> - Da Grécia (BRASIL, 2018, p. 28-29).

Desta feita, a conjuntura observada em *Beira Rio Beira Vida* corresponde a uma sociedade desigual, na qual não há a possibilidade de ascensão social pelas pessoas mais vulneráveis no âmbito socioeconômico. Apesar de trabalharem de maneira árdua e contribuírem para o apogeu da cidade,

estas não colhem os louros do progresso que ajudaram a erigir, sendo preteridas desse processo. Nesse universo, a pobreza é passada de mãe para filha como uma herança fruto da miséria que envolvia inexoravelmente os moradores do cais.

Assim, na visão de Cunha, a narrativa contada pelo livro:

> É o retrato insolúvel duma comunidade sufocada pelo primitivismo capitalista, um mundo em que a sociedade se estratificou implacavelmente, onde as prostitutas são prostitutas, os pobres são pobres, os ricos são ricos - quase à revelia do eventual saldo financeiro. Não existem vasos comunicantes. Quem quiser realizar-se, terá de fugir, terá de ir para fora. As dobradiças do sistema estão, porém, de tal modo enferrujadas que a fuga é praticamente impossível (CUNHA, 2018, p. 6).

A partir de conflitos urbanos, em que não havia lugar para a mobilidade de classes, a opulência e a miséria coexistem lado a lado na mesma cidade. Todavia, no cosmos parnaibano, somente a primeira impõe seus domínios para todos os habitantes, gerando uma atmosfera de intensa segregação urbana que se fazia sentir principalmente pelas camadas mais pobres. Cada um deveria cumprir o papel que lhe cabia no jogo das relações sociais. Segundo esse ponto de vista, os principais logradouros públicos estavam restritos às camadas mais ricas do local (VERAS, 2020). Dessa maneira, observamos Luíza contar a Mundoca o seguinte diálogo ocorrido tempos antes entre ela e sua mãe Cremilda:

> - Eles disseram que meu dinheiro não dá.
> -Pra quê?
> - Pra comprar uma casa aqui na cidade. Sei que é mentira, eles não querem é me vender. Um ainda disse: "Mesmo a senhora não pode se mudar pra cidade". Foi o que um deles me disse, Luíza, e os outros acharam graça.
> - Tua avó, naqueles instantes, estava mais pensativa e mais velha, Mundoca. Mas insistiu, foi noutros escritórios, em todos os escritórios onde poderia comprar uma casa, e não conseguiu nada. Eu só via a cara dela, só sentia o sol na minha cabeça, o calor, já com as pernas bambas.
> - Mãe, estou com sede.
> - Vamos só mais ali.
> - E assim corremos toda a cidade - bem entendido - toda a cidade onde já tem calçamento, porque o resto não é cidade para ninguém (BRASIL, 2018, p. 48).

Os espaços pavimentados eram considerados a verdadeira cidade, repleta de automóveis, jardins, roupas e bebidas de luxo, em oposição ao ambiente insalubre e lamacento do cais. Aos olhos desse ambiente elitizado, Cremilda não poderia fazer parte de tal mundo, apesar de no momento em questão possuir considerável soma de dinheiro, fator que a possibilitaria dispor de uma residência no local. Além do estigma da pobreza, a personagem ainda carregava o estigma da prostituição que exercia como oficio. Dessa forma, "Com base num discurso legitimado socialmente de higienização e salubridade, os pobres e as prostitutas devem ser separados do restante da população da cidade (MÁXIMO, 2020).

Portanto, segundo as normas sociais, ao deitar-se com diversos marinheiros que atracavam nas beiras e ao mesmo tempo por habitar nos domínios do rio, ela não atenderia aos requisitos necessários para viver ali com sua filha já que ambas seriam atravessadas pela marca infligida pelo cais (BRASIL, 2018). Como consequência, até mesmo a filha de Luíza, Mundoca, apesar de não exercer a mesma profissão de sua avó e mãe nos caminhos da prostituição, igualmente compartilha de tal marca. Vale ressaltar que o próprio nome da personagem revela sua condição, pois Mundoca é uma contração de mundo oco, ou mundo vazio, criada pelo autor, para exprimir a condição de miséria e de vazio existencial vivida pela mesma.

Contudo, apesar da opressão e do preconceito vivido cotidianamente pela população ribeirinha em face daqueles que possuíam considerável poder econômico, é narrada a demonstração de resistência aos códigos sociais destinados a cada classe que compunha a segregada população parnaibana. Isto posto, foi na inauguração da já mencionada Praça da Graça, que as pessoas mais vulneráveis, entre elas Luíza e Jessé puderam adentrar naquele espaço reservado às elites. Nas lembranças da mesma:

> Na inauguração da praça todos se vingaram, correram na grama, esfregaram os pés, esfregaram, era macio, era bom, brincaram de esconde-esconde, se treparam nas palmeiras.
> - Ver quem vai mais alto, Luíza?
> Subiram no busto do Governador, a cabeça pelada, lisinha, fizeram camaradagem com uns meninos amarelos da cidade.
> - Ele usa suspensório, Luíza.
> - É rico besta.
> O alto-falante não parava, discursos, discursos, o Prefeito repetia, "pérgula moderna, esta pérgula moderna" - a banda de música apresentou novos dobrados, padre Gonçalo falou em embelezamento de nossa cidade progressista, não merecia a honra, seu nome, tamanha honra, seu modesto nome" (BRASIL, 2018, p. 33).

Assim, juntamente à manifestação da inauguração da praça, há também a resistência de Jessé, representada pela inconformidade com a vida miserável ao seu redor. Quanto a isto, para o intelectual francês Michel Foucault "[...] a partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência" FOUCAULT, 1984, p. 241). Assim, lutando contra o sistema no qual estava inserido, este planejava estudar, melhorar de vida e sair de sua condição de hipossuficiência econômica e social. Porém, a educação era algo difícil de ser alcançado pelas as camadas mais baixas, como explicitado na fala de Cremilda: "- Olhem aí, querendo ser doutor, querendo passar por gente rica" (BRASIL, 2018, p. 45). Não obstante, após virar embarcadiço, Jessé termina por falecer em um acidente. O trágico episódio demonstra que apesar da luta do mesmo contra o sistema vigente, era praticamente impossível conseguir escapar da vida de pobreza.

Com isto, mais uma vez o autor aborda a forte estratificação social presente em Parnaíba. Nessa seara, somente os filhos das classes mais altas, ou seja, aqueles que moravam na "cidade" poderiam ter acesso à educação para perpetuar o desenvolvimento da região promovido por seus pais. Por outro lado, restaria aos trabalhadores e as camadas mais pobres somente a resignação diante de ta-

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

manha desigualdade perpetrada por aqueles que se diziam os verdadeiros responsáveis pela riqueza da cidade. Todavia, Brasil rompe com esse silenciamento ao exteriorizar a voz dos excluídos em um incessante diálogo polifônico, no qual todas as personagens podem expressar suas experiências, angústias e indignação por lutarem pela sobrevivência na contramão do progresso.

REFERÊNCIAS

ALMANAQUE DA PARNAÍBA. Parnaíba. Editado por Benedicto dos Santos Lima, ano 1, 1924.

ALVARENGA, Antonia Valtéria Melo. **Parnaíba Historiografada:** da cidade projetada à cidade habitada. Vozes, Pretérito & Devir, Teresina, vol. 7, nº 1, p. 194-208, 2017.

BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da Poética de Dostoiévski.** Notas e prefácio de Paulo Bezerra. 5. ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

BRASIL, Francisco de Assis Almeida Brasil. **Beira Rio Beira Vida**. - 16ª Ed. Teresina: Livraria Nova Aliança Editora, 2018.

CASTELO BRANCO, Renato. **Tomei um ita no norte:** memórias. 1ª ed. São Paulo: L R Editores Ltda, 1981.

CUNHA, Fausto. A consciência do autêntico. *In*: BRASIL, Francisco de Assis Almeida Brasil. **Beira Rio Beira Vida**. - 16ª Ed. Teresina: Livraria Nova Aliança Editora, 2018.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

MÁXIMO, Irisneide. A prostituta e a prostituição retratadas em Beira rio beira vida, de Assis Brasil. **Contraponto** - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI. Teresina, v. 9, n. 2, jun./dez. 2020.

MELO, Neuza Brito de Arêa Leão. **O ecletismo parnaibano:** hibridismo e tradução cultural na paisagem da cidade na primeira metade do século XX. 2011. Universidade Federal do Piauí. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em História do Brasil), Teresina, 2011.

MORAIS, Erasmo Carlos Amorim. **Uma história das beiras ou nas beiras:** Parnaíba, a cidade, o rio e a prostituição (1940-1960). Parnaíba: Sieart, 2013.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

REGO, Junia Motta Antonaccio Napoleão do Rego. **Dos sertões aos mares:** história do comércio e dos comerciantes de Parnaíba (1700-1950). Teresina, EDUFPI, 2013.

SILVA, Josenias dos Santos. **Parnaíba e o avesso da belle-époque:** cotidiano e pobreza (1930 -1950). Universidade Federal do Piauí. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em História do Brasil), Teresina, 2012.

VERAS, Alexandra Sablina do Nascimento. **Usos do passado, memória e apropriações do patrimônio industrial de Parnaíba, Piauí (1940, 1970- 1980, 2000-2019**). 2020. Universidade Federal do Ceará. Dissertação de Mestrado. (Pós-Graduação em História), Fortaleza, 2020.

A CONSTRUÇÃO DA ESTRADA DE FERRO SÃO LUÍS-TERESINA (1895-1938)

Wilson Raimundo de Oliveira[1]

RESUMO: Este trabalho expõe os primeiros resultados de uma pesquisa histórica sobre a construção do espaço ferroviário que interligou as capitais do Maranhão – São Luís – e do Piauí – Teresina, entre os anos de 1895 e 1938. Trata-se de analisar os impactos trazidos por esta obra, denominada Estrada de Ferro São Luís-Teresina, na formação do Brasil republicano em uma de suas configurações regionais; considerando-se que os dois estados acima referidos, ao terem seus territórios atingidos pelos trilhos, passaram por significativas mudanças que se relacionam ao processo de modernização da sociedade. Realidade histórica evidenciada pela presença da via férrea que trouxe para esta região, posteriormente chamada de "Meio Norte", práticas e representações culturais assentadas nas ideias de civilidade, modernidade e república: novos modos de se lidar com o espaço e o tempo, então transformados; regime e relações de trabalho adaptados ao ritmo do capitalismo industrial; formas urbanas de arruamento influenciadas pela arquitetura ferroviária; edificação de vilas residenciais operárias; entre outras alterações espaciais, sociais e econômicas. Tendo em vista que a temática ferroviária conta com um bom volume de pesquisas, a maioria das quais contempla as regiões sul e sudeste do país (onde houve o pioneirismo nacional no que tange ao desenvolvimento desta tecnologia), torna-se necessário realizar estudos históricos que se debrucem sobre a modernização da viação brasileira em outras localidades do país; enfatizando a chegada dos trens nas regiões norte, nordeste e centro-oeste, afetadas por um retardamento na expansão desses serviços públicos. Texto que se justifica, portanto, pela carência historiográfica que urge suprir ao constatar-se que: a) há uma predominância temática nesta historiografia, a qual tende a focalizar os espaços ferroviários apenas como parte das transformações ocorridas ao nível da estrutura econômica (trabalhos que, em sua maioria, destacam o binômio ferrovia-porto no contexto do crescimento comercial, urbano e industrial dinamizado pelos produtos agrícolas de exportação – café, açúcar, algodão, cacau etc.); b) Além destas produções, há também estudos históricos de caráter mais renovador que enxergam a construção das ferrovias por outros vieses analíticos (as lutas por melhores condições de trabalho por parte dos operários, os conflitos com populações indígenas resistentes às invasões de terras provocadas por linhas férreas em construção, os processos de urbanização, as questões acerca da memória e do patrimônio etc.); c) Não existe, porém, nenhuma publicação que tenha como objeto a formação de uma cultura industrial ferroviária no entorno das linhas e estações do trem e/ou na redefinição de identidades urbanas e fronteiras regionais no âmbito dos dois estados cujas capitais foram interligadas pela Estrada de Ferro São Luís-Teresina.
PALAVRAS-CHAVE: Maranhão. Piauí. República. Ferrovia.

A ESTRADA DE FERRO SÃO LUÍS-TERESINA (1895-1938)

A historiografia brasileira tem sido enriquecida, desde as últimas décadas do século XX, com um crescente número de pesquisas que tomam como objetos as estradas de ferro que atravessa-

1 Licenciado em História pela Universidade Estadual do Piauí; mestre em Educação pela Universidade Federal do Maranhão e técnico em assuntos educacionais desta mesma instituição.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

ram determinados pontos do território nacional a partir do período oitocentista; época em que a interligação entre as várias regiões do país constituía-se desafio premente face ao projeto de nação concebido pelas elites políticas e econômicas do então império do Brasil. Seguindo o próprio movimento histórico de expansão dos caminhos ferroviários, que inicialmente beneficiaram as províncias centrais, como o Rio de Janeiro e São Paulo, em detrimento das unidades federadas mais ao norte, como o Maranhão e o Piauí, esta produção historiográfica esteve concentrada, a princípio, na relação entre a agroindústria cafeicultora voltada para a exportação e a dinâmica urbana, comercial e industrial mobilizada pelo binômio ferrovia-porto.

Por esta ótica, os estudos históricos produzidos nos cursos de graduação e programas de pós-graduação das universidades brasileiras privilegiaram as abordagens teóricas de viés marxista; dando ênfase ao papel das ferrovias no processo de formação da sociedade capitalista. À medida, porém, que a escrita da história do Brasil incorpora uma quantidade cada vez maior de pesquisadores vinculados a instituições espalhadas para além do eixo Rio-São Paulo e paralelamente à renovação historiográfica mundial que atinge o Brasil nesta última virada de século, verifica-se, no conjunto das pesquisas sobre a história ferroviária brasileira, a diversificação resultante da pluralidade de abordagens teóricas que fazem surgir novos objetos e linhas de investigação.

Nesse sentido, merecem destaque os trabalhos que se debruçam sobre a vida, o cotidiano e as lutas do operariado ferroviário (LEME, 1984); a resistência das populações de comunidades tradicionais, como as dos povos indígenas, à desapropriação de suas terras para fins de construção de novas estradas de ferro (KROETZ, 1985); a importância das questões relacionadas ao imaginário coletivo que tem como substrato a presença das ferrovias em áreas de baixa densidade demográfica e quase nenhum progresso tecnológico, como é o caso da região amazônica (HARDMAN, 1986); a participação feminina nos espaços ferroviários (POSSAS, 1999); a influência das estradas de ferro nos processos de urbanização (NASCIMENTO, 2000) e questões ligadas à memória (LIMA, 2003) e ao patrimônio industrial ferroviário (MATOS, 2015).

No que tange ao Maranhão e ao Piauí, entretanto, as obras ferroviárias foram construídas tardiamente, já no período republicano, e há poucas publicações acadêmicas acerca do desenvolvimento histórico dos trilhos, os quais trouxeram mudanças espaciais, sociais e econômicas; interferindo nas próprias culturas locais, se se leva em conta alguns fatores históricos, tais como: as transformações urbanas ocorridas nos povoados e cidades cortados pela linha do trem ao longo do trecho entre São Luís e Teresina; os modos de pensar e agir influenciados pelo fortalecimento do intercâmbio cultural entre os dois estados, bem como pelas novas práticas de consumo que incluem produtos industrializados em escala cada vez maior; a incorporação de hábitos culturais e profissionais atrelados ao ritmo do capitalismo industrial, com a concepção de tempo sendo constantemente ajustada aos ditames do sistema produtivo a nível internacional.

Em suma, trata-se de uma cultura industrial ferroviária urdida pelos sujeitos e grupos sociais envolvidos na construção e operação do moderno sistema viário aqui analisado enquanto campo de práticas culturais. Objeto de pesquisa em processo de elaboração sob os auspícios de um conjunto de fontes bibliográficas, documentais, hemerográficas, cartográficas e iconográficas; valendo-se

também dos aportes teóricos da história cultural, a qual aponta a primazia da dimensão simbólica que atravessa todas as experiências humanas, sejam elas de natureza religiosa, política, social ou mesmo econômica (HUNT, 1992). Desse modo, as populações urbanas e rurais atingidas pelo impacto dos trilhos, os empresários que disputaram o controle da linha, os engenheiros que projetaram a estrada e os operários que nela trabalharam formam o campo social no qual se situa a realidade histórica estudada e as ações desses diferentes indivíduos e dos agrupamentos em que eles se inseriram são vistas a partir das noções de práticas, representações e apropriações culturais (CHARTIER, 1991); estratégias de controle e táticas de resistência (CERTEAU, 2012).

O Maranhão e o Piauí, enquanto províncias imperiais, sofreram as consequências da inércia que caracterizou o plano de viação nacional estabelecido pelo governo monárquico durante a maior parte do século XIX. Apesar de ter havido projetos para a construção de ferrovias nestes dois territórios desde as últimas décadas oitocentistas, o progresso almejado por autoridades políticas e empresariais radicadas nesta região e desejado também por outras camadas desta população não saiu do papel antes do período republicano.

No Piauí, somente em 1913 teve início a construção do primeiro ramal ferroviário que saiu de Amarração (atual Luís Correia) no litoral norte; e, depois de muitas paralisações e recomeços, durante os quais o trem passou por várias povoações da região norte piauiense, com destaque para Parnaíba, Cocal, Piracuruca, Piripiri, Campo Maior e Altos; finalmente atingiu a cidade de Teresina em 1969; sendo que esta capital também recebera os trilhos da Estrada de Ferro São Luís-Teresina em 1938.

No Maranhão, ainda sob a coroa imperial, o estado fez concessões e/ou celebrou contratos junto a empresas que haviam sido criadas no intuito de usufruir dos benefícios financeiros e fiscais de que gozavam as companhias ferroviárias pelo Brasil e mundo afora. Exemplo disso é o que aconteceu no ano de 1873, quando Ernesto Diniz Street e Reynaldo Von Kriiger (engenheiros) foram autorizados, mediante convênio com o governo provincial, a assumirem os trabalhos de construção e gerenciamento de uma estrada de ferro que deveria interligar o vale do Mearim ao do Tocantins, sugerindo-se as vilas de Barra do Corda e Carolina como pontos de início e fim da linha. Pela referida negociação, dava-se um prazo para que se começasse a edificar a estrada de ferro, "[...] dentro de um ano, a partir da aprovação de todo o projeto e concluídas as contas da terminação deste [...], no de oito anos (APEM, SEÇÃO DE OBRAS DIVERSAS, DOCUMENTO AVULSO, s/n).

A necessidade e a viabilidade desta obra estão amplamente justificadas nos discursos públicos feitos por políticos, empresários e intelectuais via publicações de livros, relatórios técnicos, estudos e mapas de reconhecimento dos trechos a serem cortados pelas estradas, expedições de documentos oficiais ou matérias divulgadas na imprensa jornalística; dispositivos culturais onde se encontram indícios do passado que permitem identificar as principais linhas de força que moveram pessoas, grupos e instituições, nas esferas pública e privada, a favor ou contra determinados projetos políticos, econômicos e sociais; perspectiva de análise apoiada por quem acredita que "[n]o espaço assim traçado se inscreve todo trabalho situado no cruzamento de uma história das práticas, social e historicamente diferençadas, e de uma história das representações inscritas nos textos ou produzidas pelos indivíduos" (CHARTIER, 1991, p.179).

Diante dos jogos de interesses que mobilizaram as classes políticas maranhenses naquele momento em que o regime monárquico caminhava para o seu final, numerosas tensões e disputas fizeram com que surgissem diversos traçados geográficos imaginados e calculados por diferentes engenheiros, cada um dos quais engajado em algum projeto ferroviário. Assim, dez anos depois dos primeiros movimentos que intencionaram construir a tão sonhada via, outra estrada começou a ser delineada no governo do desembargador José Manoel de Freitas; presidente da província que resolveu assinar com "[...] os s[enhor]es [...] d[outo]r[e]s [...] Palmério Cantanhede e Álvaro Vilhena [um] contrato para o estabelecimento de uma linha férrea, que, partindo da capital, vá terminar à villa do Rosário" (PACOTILHA: JORNAL DA TARDE, 06.06.1883, p.2).

Estas práticas discursivas que tentaram projetar um Maranhão civilizado, moderno e industrializado não só ocuparam as páginas da Pacotilha, jornal de grande circulação na capital São Luís, mas também ensejaram apoios e resistências em face dos ideais de civilidade, modernidade e progresso industrial que se fortaleceram ainda mais com a República, regime que substituiu a monarquia encerrada em 1889; trazendo consigo uma série de transformações culturais, políticas e econômicas que impactaram a sociedade brasileira.

Concepção e anseios de modernidade que repercutiram também em forma de crítica aos trabalhos de construção da ferrovia. A lentidão no desenvolvimento das obras de edificação dos trilhos, os quais foram lançados ao tráfego em seu primeiro ramal apenas em 1895, com a inauguração do trecho entre Caxias e Flores[2], na região leste do estado, motivou polêmicas refletidas nos jornais dentro e fora do Maranhão. Na Pacotilha, os generosos benefícios concedidos à empresa que ganhara a concessão sobre a Estrada de Ferro Caxias-Cajazeiras foram expostos em notícia que informou ter sido

> "[...] sancionado o decreto do Congresso Nacional relevando a Companhia Geral de Melhoramentos do Maranhão, cessionária da E[strada] de Ferro de Caxias a S[ão] José das Cajazeiras do pagamento de multa por excesso de prazo para a conclusão das obras da mesma estrada" (PACOTILHA: JORNAL DA TARDE, 31.12.1894, p.4).

Após mais de uma década da inauguração do ramal denominado Estrada de Ferro Caxias-Cajazeiras, a população ainda aguardava que fosse concluída e entregue à sociedade maranhense a Estrada de Ferro São Luís-Caxias; cuja entrada em operação vinha sendo cobrada por vários segmentos sociais, já que esta via era representada como uma espécie de artéria condutora do progresso que tornaria possível a ligação ferroviária entre São Luís e Teresina e a dinamização das atividades agrícolas, comerciais, burocráticas e de numerosos ofícios profissionais. Diante da demora, surgiram as representações negativas da Ferrovia:

> "[...] quem comparar o trafego de nossa Estrada em 1907 com o do anno anterior, ha de sem duvida ficar mal impressionado, notando que, se houve augmento, foi insignificantissimo. E' isto lamentavel, mas não deve causar estranheza, attenta a situação economica do Estado do Maranhão, que vai peorando de anno em anno. Ali definham as poucas industrias ainda exis-

2 A esta primeira etapa do caminho férreo deu-se o nome de "Ferrovia Caxias-Cajazeiras"; em alusão ao antigo povoado de São José das Cajazeiras, o qual se tornou Vila de Flores e depois cidade de Timon.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

> tentes, e a lavoura pouco mais produz do que o indispensavel para o consumo local." (JORNAL DO COMMERCIO, 19.07.1907, p.1).

O encontro dos dois ramais ferroviários já referidos foi concretizado entre os anos de 1919 e 1920, quando foram inauguradas várias estações de embarque e desembarque de passageiros, destacando-se as estações em Rosário, Itapecuru Mirim e Cachimbos (1919); Pirapemas, Coroatá, Timbiras e Codó (1920). Neste último ano, todas as obras da linha foram incorporadas ao patrimônio da união com a encampação da ferrovia pelo governo federal mediante a criação da Companhia Estrada de Ferro São Luís-Teresina. Consolidado o processo de encampação, houve a inauguração da Estações em São Luís (1921) e Teresina (1926), além de outras obras intermediárias: vilas residenciais, oficinas de manutenção, restaurantes, escolas etc. A ligação completa das duas capitais ocorreu com o acréscimo de duas opulentas estruturas que são consideradas maravilhas da engenharia moderna: a ponte Benedito Leite (que atravessa o Estreito dos Mosquitos e conecta os municípios de Rosário e São Luís, localizado na ilha de mesmo nome), em 1928; e a ponte João Luís Ferreira (que faz a travessia sobre o Rio Parnaíba entre Timon-MA e Teresina-PI), em 1938.

Com isso, foram terminadas as obras de construção desta ferrovia, a qual trouxe ao Maranhão e ao Piauí importantes mudanças no sentido de reconfigurar esse espaço regional; dando a ele, pelo menos no tocante às populações concentradas às margens da estrada de ferro, um caráter mais moderno, capitalista e industrial. Resta o desafio de rastrear mais ações de um número maior de pessoas que habitaram o espaço ferroviário, de tal modo que se possa trabalhar não apenas com as estratégias de controle dos governos, empresas e projetos de engenharia ferroviária; mas também com as táticas de resistência dos operários, vendedores ambulantes, migrantes, funcionários públicos; enfim, homens, mulheres e crianças que participaram direta ou indiretamente da produção e circulação da cultura industrial ferroviária materializada pelo funcionamento da Estrada de Ferro São Luís-Teresina no período de 1895 a 1938.

REFERÊNCIAS

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano:** artes de fazer. Trad. Ephraim Ferreira Alves. 18.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2012, v.1.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos avançados**, São Paulo, v.5, n.11, p.173-191, jan./abr. 1991.

HARDMAN, Francisco Foot. **Trem fantasma:** espetáculo do maquinismo na transição à modernidade. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1986.

HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

KROETZ, Lando Rogério. **As estradas de ferro do Paraná (1880-1940)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1985.

LEME, Dulce Maria Pompeo de Camargo. **Hoje há ensaio:** a greve dos ferroviários da Cia Paulista – 1906. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 1984.

LIMA, Pablo Luiz de Oliveira. **A máquina, tração do progresso:** memórias da ferrovia no oeste de Minas, entre o sertão e civilização, 1880-1930. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2003.

MATOS, Lucina Ferreira. **Memória ferroviária:** da mobilização popular à política pública de patrimônio. Tese (Doutorado em História) – Fundação Getúlio Vargas (FGV), Rio de Janeiro, 2015.

NASCIMENTO, Dorval do. **As curvas do trem:** a presença da Estrada de Ferro em Criciúma (1919-1975) – cidade, modernidade e vida urbana. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2000.

POSSAS, Lídia Maria Vianna. **Mulheres, trem e trilhos:** beirando a história do impossível. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1999.

ANAIS DO

III SEMINÁRIO

HISTÓRIAS CONECTADAS

SIMPÓSIO TEMÁTICO 03

Xenofobias e produção de políticas públicas na América Latina

COORDENAÇÃO

Elisa Maria dos Anjos

Docente vinculada ao Depertamento de Sociologia e Antropologia da UFMA

Guillermo Alfredo Johnson

Docente vinculado ao Depertamento de Sociologia e Antropologia da UFMA

MULHERES DO MAR: A INVISIBILIDADE FEMININA NA ATIVIDADE PESQUEIRA DO QUILOMBO SANTA MARIA DE GUAXENDUBA- ICATU/MA

Marília Martins Rodrigues[1]

RESUMO: O trabalho feminino, assim como o trabalho masculino, tem uma fundamental importância na contribuição da pesca artesanal, no entanto, a mulher neste tipo de trabalho deve ser reconhecida não como a protagonista secundária, e sim, como protagonista central. Com base em alguns dados já coletados para a elaboração da dissertação do mestrado em cartografia social e política da Amazônia da Universidade Estadual do Maranhão, este artigo trata da invisibilidade de mulheres na pesca artesanal dentro do quilombo Santa Maria de Guaxenduba no Município de Icatu/MA, buscando entender as relações de gênero vinculadas neste universo que insiste em privilegiar atores sociais masculinos. Destacamos também as práticas e os saberes que estas mulheres possuem com este tipo de pesca.
PALAVRAS-CHAVE: Mulheres. Pesca Artesanal. Práticas. Saberes. Invisibilidade.

1 INTRODUÇÃO

A cidade de Icatu é conhecida como terra de "águas boas". Ela é, segundo os registros da historiografia maranhense, a segunda cidade mais antiga do estado. É constituída por potencialidades naturais e culturais encantadoras. Por meio da oralidade, descobrimos que foi nessas terras, Arraial de Santa Maria que, Jerônimo de Albuquerque deu início à colonização portuguesa em solos maranhense e que esse fato, foi o marco do qual originou-se a formação histórica do Município de Icatu.

Em meados de 1688, mudou-se o nome, até então de Arraial para a categoria de "Vila". Assim, ocorreu a origem da Vila Santa Maria de Icatu que durou setenta anos de existência (ALMEIDA, P.22, 2015). Nos anos posteriores, a Vila é transferida para a região próxima ao rio Munim, onde é a cidade de Icatu atualmente.

Os primeiros povos que habitaram a antiga Vila Santa Maria de Icatu foram os povos indígenas de etnias Tapuias e Tupinambás, os Tabajaras, chegaram à região com toda tropa de Jerônimo de Albuquerque e, o último contingente humano a chegar nestas terras foram os negros trazidos do continente africano. Para Oliveira (2016), os índios do século XVII deixaram de ser mão de obra básica e passaram a integrar um mercado de trabalho paralelo, como por exemplo, desempenhando a função de militar nas grandes guerras. No município Icatu, os povos indígenas foram obrigados a participarem ativamente da Batalha de Guaxenduba.

1 Socióloga. Mestranda em Cartografia Social e Política da Amazônia pela Universidade Estadual do Maranhão e pesquisadora bolsista pela FAPEMA. E-mail: marimartiny48@hotmail.com

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

Hoje, certificada como comunidade quilombola, a antiga vila, cercada de águas doces e salgada, tem uma fartura diversificada de peixes e mariscos. A pesca artesanal é provavelmente a atividade mais antiga e a principal fonte de renda na comunidade quilombola Santa Maria de Guaxenduba. Neste oficio, homens, mulheres, jovens e até crianças carregam consigo práticas e saberes de seus ancestrais que são perpassados pela tradição oral cotidianamente e tem uma grande contribuição na construção cultural, social, econômica e identitária do quilombo. Na busca de entender uma notória invisibilidade feminina na pesca artesanal do Quilombo Santa Maria de Guaxenduba, este artigo objetiva destacar os trabalhos executados por mulheres através das relações de gênero, levando em consideração também as práticas e os saberes que muitas têm e dominam neste tipo de atividade. O interesse por este tema surgiu no ano 2016, assim que me mudei para o quilombo. Neste mesmo ano, idealizei o movimento "mulheres do mar" que tinha como objetivo implementar vários cursos de artesanato usando a matéria-prima retirada do mar. Chegamos a realizar 2 oficinas de artesanato com um grupo de aproximadamente 10 mulheres. Contudo, devido às diversas dificuldades, entre elas o excesso de tarefas que pesam sobre as participantes, começou a haver desistência e o movimento não teve continuidade. Diante dessa realidade, comecei a questionar sobre o excesso de tarefas que muitas delas realizam dentro e fora de suas casas. Tive oportunidades de acompanhá-las em algumas atividades voltadas à pesca artesanal, onde estive presente no momento da retirada do siri, no momento da limpeza do peixe, quando seus maridos chegavam da pescaria. Essas ações acontecem concomitantes aos trabalhos cotidianos dos cuidados da casa e dos filhos. Desde então comecei a refletir sobre o não reconhecimento do trabalho feminino neste tipo de atividade. Esses foram o mote no qual se constituiu em mim o desejo de escrever este artigo com o objetivo geral de entender como se naturalizou a invisibilidade dos trabalhos executados pelas mulheres pesqueiras no Quilombo Santa Maria de Guaxenduba. Como uma segunda percepção, comecei a questionar se tal apagamento estaria vinculado à lógica social que envolve as relações sociais de gênero. Seguindo tais indícios, por meio da observação direta, acabei identificando também os diferentes trabalhos que essas mulheres desenvolvem dentro desse processo que me apresentou um conjunto de práticas e saberes femininos sobre pesca artesanal e como os mesmos contribuem na construção cultural, social, econômica e identitária do quilombo. Assim, desenvolvendo um trabalho etnográfico durante esses anos de interação social no quilombo, anotando no meu caderno de campo, todas as ideias que fluíam em minha mente construindo meu próprio "artesanato intelectual" (MILLS, 2009) procurei resolver meu problema de investigação que é entender como essas mulheres se reconhecem dentro desse universo pesqueiro. O artigo é estruturado em seis partes: introdução, metodologia, desenvolvimento, resultado e discussão, considerações finais e referências, conforme os detalhes a seguir. Destaco que o desenvolvimento está dividido em duas seções. Na primeira seção, proponho uma reflexão sobre relações de poder na concepção de gênero na pesca artesanal, através de pesquisa teórica bibliográfica. Na segunda, são destacadas as condições de trabalhos internos e externos das mulheres que a pesca artesanal exige, pontuando também a importância de suas práticas e saberes.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

2 METODOLOGIA

Para entender todo o processo pesqueiro que envolve mulheres do quilombo Santa Maria de Guaxenduba, a presente pesquisa foi desenvolvida a partir de dois procedimentos metodológicos que foram fundamentais para alcançar os resultados:

Primeiramente foi feito um estudo bibliográfico sobre o papel da mulher no universo da pesca artesanal focando como ela é enxergada pelas relações de gênero na sociedade onde estão inseridas. Para isso, utilizei bibliografias da Maria Cristina Maneschy, Luceni Hellebrand,Lidiane Goes, Ana Maria Beck, autoras com pesquisas sobre trabalho de mulheres no setor pesqueiro artesanal. Para compreender como a dominação masculina é naturalizada em uma visão sociológica recorremos aos estudos de Pierre Bourdieu e complementamos com outras pesquisas das ciências sociais que retratam esta temática.

No segundo momento foi feito um trabalho etnográfico entre o ano de 2018 e 2021. Os momentos de bate papo com as mulheres, ouvindo suas histórias de vida. A minha contribuição nas atividades pesqueiras e também em alguns eventos familiares, ajudaram-me bastante na minha coleta de dados.

3 AS RELAÇÕES DE PODER NA CONCEPÇÃO DE GÊNERO NA PESCA ARTESANAL

As práticas e os saberes das mulheres quilombolas de Santa Maria de Guaxenduba com a pesca artesanal, além de estar imensa no acúmulo de conhecimento deixado pelos seus ancestrais, também está relacionada com a sobrevivência da atividade pesqueira. É comum ver mulheres dentro do quilombo pescando de "rede de malhão", arrastando camarão, pegando siri de maré baixa, capturando caranguejo, indo na tirada do sururu, costurando e emendando redes de pesca. Mulheres que executam diferentes funções na pesca artesanal, contribuindo no sustento de suas famílias e cuja função acaba sendo invisibilizada na comunidade em que estão inseridas.

Essas trabalhadoras são percebidas apenas na condição de mulheres de pescadores que, tão somente auxiliam seus companheiros, exercendo junto à comunidade a "função de mulher" dentro dessa atividade pesqueira. Essa percepção é descrita por Maneschy (2000) da seguinte forma:

> [...] Muitos dos trabalhos assumidos por mulheres em comunidades pesqueiras apresentam como características a variabilidade no tempo e no espaço. A irregularidade na demanda, sua compatibilização nas tarefas domésticas e, por consequência, a dificuldade de contabilizar o tempo de trabalho. Esses fatores reforçam a visão corrente das mulheres mais como donas de casas, "ajudantes" de companheiros e não como sujeitos produtivos (MANESCHY, 2000, p.88)

A divisão sexual no trabalho pesqueiro é resquício do patriarcalismo que excluía a participação das mulheres de distintas classes sociais, raças e etnias em diferentes esferas públicas do mundo inteiro, onde essa exclusão se naturalizou socialmente e continua arraigada nas complexas sociedades contemporâneas. Em outras palavras, homens ainda são vistos como únicos sujeitos sociais para realizar uma determinada função. Bourdieu (2002) vai dizer que este tipo de dominação masculina, é definido como violência simbólica, é uma violência suave, insensível e invisível as suas próprias vítimas.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

As atividades realizadas por mulheres dentro do universo pesqueiro aparecem pautadas na negação de suas ações. Dessa forma, as mulheres vêm desenvolvendo trabalhos que, de certa forma, são ocultados na sociedade em que estão inseridas, na medida em que não gozam da legitimidade para fazê-lo. Infelizmente, esse tipo de violência é invisível pela maioria das mulheres que convivem nessa realidade. Muitas delas acabam naturalizando o "apagamento" das suas ações na medida em que absorvem a crença de que essas funções que desenvolvem dentro da pesca artesanal, constituem apenas obrigações de seu papel de esposa e dona de casa. Martínez e Hellebrandt (2019, p. 265) destacam que é essa construção que as torna invisíveis em diversos espaços, tais como perante o poder público e a própria comunidade e, em muitos casos, a própria casa. O Estado, por exemplo, contribui muito pelo seguinte fato de não reconhecer na pesca artesanal uma profissão que, em muitos casos, é considerada autônoma em diversas comunidades pesqueiras. Por sua vez, Bourdieu (2002), afirma que a dominação masculina encontra-se reunida quando a primazia universalmente concedida aos homens se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas.

Esse entendimento de interiorização do trabalho feminino fortalece ainda mais quando são reproduzidos estereótipos sobre sua fragilidade, dizendo que muitas não se envolvem na atividade de coleta do pescado porque a pesca acarreta o risco e o perigo no mar. A mulher é educada para cuidar de tudo que esteja ligada à casa, filho, marido, organização do grupo familiar, enquanto o homem é para trabalhar fora do domínio doméstico, no espaço público (GOES, 2008).

Para Becker, a construção social do gênero está diretamente relacionada às representações produzidas sobre os homens e as mulheres em cada cultura e em cada sociedade (BECK, 1991.). Podemos dizer que, os fatores culturais é que ainda dificultam a participação das mulheres nas tomadas de decisões. Por exemplo, as mulheres negras e mulheres pobres brasileiras são as mais excluídas nessas tomadas de decisões.

Ser mulher no Brasil já é complicado. Agora ser negra e mulher são ser objeto de tripla discriminação, uma vez que o estereótipo gerado pelo racismo e pelo sexísmo a colocam no nível mais alto da opressão (GONZALEZ, 2020). A mulher negra enquanto trabalha nas tarefas domésticas e nas tarefas externas, ela acaba reforçando e internalizando esse pensamento de "inferioridade" a que foi submetida.

Ao acompanhar de perto a realidade social entre homens e mulheres na atividade pesqueira do Quilombo Santa Maria de Guaxenduba, identifiquei os diferentes trabalhos que mulheres quilombolas realizam, observando também a importância das práticas e seus saberes neste universo pesqueiro e qual a sua contribuição na identidade feminina e na construção histórica do quilombo.

4 OS TRABALHOS INTERNOS E EXTERNOS DAS MULHERES QUILOMBOLAS NA PESCA ARTESANAL

Depois de abordar as relações de poder na concepção de gênero dentro da pesca artesanal na visão de alguns autores, continuarei aprofundando uma reflexão sobre a divisão sexual do trabalho, com um olhar mais atento aos diferentes trabalhos de mulheres pretas quilombolas.

Todas as mulheres que nasceram e criaram-se no quilombo Santa Maria de Guaxenduba são detentoras de saberes do universo pesqueiro artesanal. Ao caminhar pelo quilombo é comum encontrar mulheres sentadas no chão, consertando uma significativa quantidade de peixes que pais, irmãos, filhos ou maridos trouxeram da pescaria. Essa observação cotidiana nos mostrou, que essas mulheres além de executar tarefas diárias domésticas, também desenvolvem funções que toda comunidade pesqueira exige para esse grupo.

Arrastar camarão, pescar de linha, tirar sururu, pescar de caçoeira, pegar siri nas pedras e na marca d'agua, consertar o peixe, ajudar o marido a tirar a canoa da maré de enchente, ajudá-lo na reforma da canoa, na costura e na emenda das redes de pesca são as principais tarefas que essas mulheres quilombolas desenvolvem no universo da pesca artesanal, no município Icatu. Com a temporada da sardinha, a praia fica lotada de mulheres que passam o dia inteiro pescando e consertando para vender ao atravessador que chega à comunidade. É o período mais animado no quilombo, todos se divertem. As mães levam seus filhos para ajudá-las e almoço do dia já está garantido naquele momento

Sabemos que a pesca é uma atividade muito antiga e, em relação ao território brasileiro, os primeiros povos que praticaram essa atividade foram os povos indígenas. Com a chegada, tanto dos colonizadores europeus, quanto dos africanos, novas práticas de atividades pesqueiras foram surgindo e se amalgamando na construção do que representa hoje as tradições e saberes associados ao conhecimento tradicional da atividade pesqueira desta região, bem como do seu impacto na organização e divisão social do trabalho, marcado pela questão de gênero. A mulher negra é a mais subalternizada na divisão sexual do trabalho. Infelizmente ainda existem sociedades estruturadas na reprodução de regras e padrões racistas e sexistas. No Quilombo Santa Maria de Guaxenduba, o discurso sexista é encontrado quando mulheres não se reconhecem no papel em que estão inseridas e acabam desqualificando seu próprio trabalho. Para Gonzalez (2020), numa sociedade onde o racismo e sexismo, enquanto fortes e sustentáculos da ideologia de dominação, fazem dos negros e das mulheres cidadãs de segunda classe, não é difícil visualizar a terrível carga de discriminação a que está sujeita a mulher negra. Neste sentido, Oliveira (2020) complementa que a mulher negra foi tolhida de exercer seus direitos desde a época da escravidão. Seu destino estava entregue ao senhorio, que de acordo com o que fosse conveniente, decidiria de que forma a negra escravizada seria útil. Contudo, a mulher negra foi impedida de se manifestar como mulher.

5 PRÁTICAS E SABERES PESQUEIROS NA IDENTIDADE FEMININA E CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO QUILOMBO

As atividades que as mulheres quilombolas pesqueiras realizam no quilombo Santa Maria de Guaxenduba são carregadas de riquíssima simbologia cultural. Essas mulheres carregam consigo práticas e saberes imensuráveis e muitas se relacionam com o mar através dos fenômenos naturais cotidianos. Dona Célia, Ana, Renata, Aurora, Silvia e outras mulheres com quem dialogamos bastante no quilombo, muitas das quais, influenciadas pelos fenômenos naturais em seu cotidiano, mas que

detêm um conhecimento de todo ciclo de marés e luas. Para essas mulheres a força da gravidade exercida pela lua sobre a terra e que incide nos fluxos de marés, constituem alguns desses elementos carregados de simbolismo, exercendo força sobre o mar e garantindo assim uma pesca proveitosa para quem respeita aquele lugar sagrado. Para os pescadores artesanais, o mar não é somente um espaço físico, mas é também um resultado de práticas culturais, onde os grupos de pescadores artesanais reproduzem material simbolicamente (DIEGUES, 2004).

Toda essa simbologia das mulheres pescadoras é perpassada na educação das crianças do próprio quilombo e, muitas, quando entram no mar, acabam reproduzindo e respeitando todo conhecimento tradicional que receberam. Dona Silvia, por exemplo, toda vez que viaja de barco para o Município de São José de Ribamar, sempre avisa aos filhos que o acompanham: "O que se vê no mar fica calado!" Desde criança dona Sílvia foi ensinada pelos pais que o mar carrega bastantes segredos e, no momento da viagem de embarcação, ou da pescaria, tudo que se ver no mar não pode ser falado, pois a embarcação pode naufragar ou a pescaria pode sofrer reveses se essa norma não for obedecida.

6 RESULTADO E DISCUSSÃO

Quando estava analisando e sistematizando os dados coletados para escrever este artigo, vários questionamentos surgiram, suscitando contribuições em relação aos objetivos, bem como a problemática desta pesquisa. Durante minha permanência no Quilombo Santa Maria de Guaxenduba, houve muitos momentos de interação com os atores sociais deste universo. A lembrança da escuta sob a sombra das árvores, o auxílio a algumas mulheres, ajudando-as no "conserto do peixe" e compartilhando diferentes narrativas. Eram momentos que muitas narravam memórias do tempo de infância, relatavam problemas familiares e momentos de muito riso. Quando já se aproximava o final de tarde, sempre uma ou duas saiam com seu balde e seu facão em direção à maré. Dali era pescado o siri e já garantia a janta da tarde.

Baseando-me em duas categorias analíticas de Pierre Bourdieu acabei classificando esse grupo de mulheres quilombolas como mulheres produtivas e mulheres reprodutivas. Foquei na pluralidade de atividades de cada uma. No Quilombo Santa Maria de Guaxenduba, desde cedo, crianças de diferentes sexos, saem com suas mães para pescar ou ajudam em diferentes tarefas do setor pesqueiro. Crianças vão para a roça arrancar e descascar mandiocas e acabam participando, desde a produção da farinha até a produção de bolos e outros produtos. A farinha e o peixe são os principais produtos que não podem faltar na mesa de famílias quilombolas. A participação de crianças desde cedo na ajuda de tarefas familiares é típica de comunidades tradicionais e faz parte da construção social da comunidade. Com relação ao cuidado da casa, o protagonismo da mulher quilombola não é uma possibilidade, mas uma exigência. Sendo a protagonista na educação de seus filhos, ela reproduz o mesmo modelo de aspecto da educação que adquiriu dos seus pais. Nesse contexto, até mesmo a divisão de gênero outorgadas a diferentes tarefas é expressa por meio da continuidade.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

Um dado que demonstra como se estabelece um processo de controle dentro de uma lógica patriarcal, é o fato de as mulheres, mesmo percebendo um conjunto de atividades que são demandadas a realizar, ainda assim, não se reconhecem como protagonistas nessas ações, creditando esse fato, apenas aos seus companheiros, na qualidade de chefes de casa.

Outra forma que registramos do repasse desse papel de autoridade, das mulheres em relação aos seus companheiros, foi observado nos casos em que as crianças resistem a determinações maternas, quando isso acontece, a mãe sempre exclama: "eu vou contar pro seu pai!" Assim, não só se apresenta uma prática de violência simbólica tal como descrita por Bourdieu (2002), quando os sujeitos sociais, seja homem ou mulher, remetemos a violência, quando também aliena de si a autoridade, transferindo-a para o homem, reforçando socialmente, perante os filhos, não apenas a submissão dos pequenos, mas também a sua própria, a um julgamento superior ao seu eu.

As mulheres produtivas do quilombo Santa Maria de Guaxenduba, são mulheres que desenvolvem qualquer tipo de trabalho que possa gerar uma renda ou contribuir, de alguma forma, para a manutenção da família. Destacamos aqui os principais trabalhos desta categoria, tanto em relação ao setor pesqueiro; quanto em relação ou outras atividades que possam de alguma forma auxiliar com as despesas da casa, são elas: Arrastar camarão, desmariscar curral, Pescar siri, Pescar de linha, vender filé de camarão, consertar sardinha na praia, fazer carvão de coco babaçu, ir pra roça, mexer farinha, descascar mandioca, arrancar mandioca, criar galinha, quebrar coco babaçu, fazer bolo, colher lenha, cuidar das hortaliças, fazer coche, fazer fuxico de tecido, costurar e emendar redes, ajudar o marido reformar a canoa, colher buriti no brejo, fazer a polpa do buriti para vender, apanhar juçara, preparar a juçara. As mulheres reprodutivas são aquelas que desenvolvem os trabalhos que o ambiente doméstico exige cotidianamente. Cito aqui os trabalhos de limpeza da casa, a limpeza do terreiro, lavar roupa na fonte, fazer comida, cuidar da criança, consertar peixes, assar o peixe, buscar lenha no mato.

As condições de vida de homens, mulheres e crianças no quilombo Santa Maria de Guaxenduba, ou seja, a forma como o trabalho é apresentado a esta população, é uma construção social, e o papel da mãe nesse contexto é naturalizar essa construção no ambiente familiar sem se reconhecer como protagonista nessa história. Um dado relevante é o fato de os trabalhos das mulheres denominadas de mulheres produtivas constituírem-se como os que mais ajudam com as despesas familiares. A dona Francisca, por exemplo, trabalha na produção do coco babaçu e na produção de bolos para revenda. Segundo relatos da mesma, houve momentos em que ela chegou a pagar toda a despesa da reforma da canoa de seu marido com a venda de seus bolos. Dona Renata vende todo o filé do camarão para um atravessador de São José de Ribamar. E existem casos de mulheres que passam o dia inteiro no brejo colhendo buriti para vender a polpa. O saber e o fazer da mulher quilombola nesse universo pesqueiro ou em outro ambiente, tem uma grande contribuição com a formação social e econômica do quilombo. A forma como as mulheres se relacionam com a natureza, pescando, colhendo os frutos, cultivando, os preparos dos bolos, os costumes, as práticas, são ofícios que fortalecem a tradição e a identidade social de todos os atores sociais da comunidade.

Cada atividade vai interligando uma com a outra, assim, quando um quilombola recolhe o coco babaçu no mato para fazer o carvão ser útil para o ambiente doméstico e o ambiente de traba-

lho dos maridos, no caso a pescaria. A partir tudo que já foi discutido uma questão se impõe: Como essas mulheres enxergam seus trabalhos neste universo da pesca artesanal?

Das 10 mulheres com as quais foi estabelecido diálogo e escuta das narrativas orais, notei que as suas manifestações foram assim: 4 estão cadastradas na colônia de pescador do município de Icatu como marisqueira; nenhuma não soube dizer qual o papel da colônia de pescador; 8 informaram que receberam seguro defeso na condição de esposa de pescador, e não pelo reconhecimento do seu próprio trabalho; 2 relataram que foram receber o seguro defeso, o entrevistador duvidou do seu trabalho com a pesca artesanal simplesmente por apresentarem-se arrumadas na percepção do entrevistador.

Nota-se que nenhuma das mulheres entrevistadas tem conhecimento sobre as reais funções da colônia de pescadores. Isto evidencia que o desconhecimento dessas mulheres por seus direitos, a desqualificação de seus trabalhos e principalmente a falta de políticas públicas voltadas para mulheres pesqueiras são os principais fatores que contribuem para certa invisibilidade de mulheres quilombolas na atividade pesqueira do Quilombo Santa Maria de Guaxenduba.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Hoje em dia quando se fala em igualdade de gênero muitas vezes o termo é usado de forma errada. Existem pessoas que acreditam que igualdade de gênero reflete uma intencionalidade de impor uma superioridade da mulher em relação ao homem. Outro equívoco comum é explicado por uma tentativa de igualar as características físicas das mulheres com a dos homens. Gênero é uma construção social e uma herança aniquiladora do patriarcado brasileiro, onde a mulher foi ensinada que sua função é casar e ser dona de casa. Atualmente dados ainda comprovam, que mulheres são as que mais estão inseridas nos espaços domésticos e homens nos espaços públicos.

Mulheres com piores ocupações no mercado de trabalho, privadas de direitos e se desconhecem como sujeitos sociais e ainda existe um grupo que recebem pela mesma função exercida por homens, trinta por cento a menos. Essa realidade é visível, concreta, comum no quilombo Santa Maria de Guaxenduba. A falta de políticas públicas voltadas para mulheres que trabalham com a pesca artesanal acaba contribuindo com a negação deste trabalho. Outro fator que contribui bastante para o não reconhecimento dessas mulheres dentro do setor pesqueiro artesanal é a dupla jornada de trabalho que muitas desenvolvem no quilombo. Entendemos que as tradições ancestrais são significativas e relevantes. Contudo, o reconhecimento do trabalho feminino não significa o desmanche da tradição, muito pelo contrário. Acena antes, para uma sociedade que respeite as diferentes formas de associação para a vida, sem desvalorizar as contribuições que os diferentes atores, homens e mulheres, podem trazer ao grupo social.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

REFERÊNCIAS

BECK, Ana Maria. **Pertence à Mulher: mulher e trabalho em comunidades pesqueiras do Litoral de Santa Catarina**. Revista de Ciências Humanas, Vol. 7, Nº 10, 1991.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** Tradução Maria Helena Kuhner. 2°edição.Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

DIEGUES. Antônio Carlos Sant'Ana. **A pesca construindo sociedades: leituras em antropologia marítima e pesqueira**. São Paulo: Núcleo de Apoio a Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras/UST. 2004.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-latino-Americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro. Zahar, 2020.

GOES, L.O. **Os usos da nomeação mulher pescadora no cotidiano de homens e mulheres que atuam na pesca artesanal**. [Dissertação de Mestrado]. Recife: UFPE, 2019.

MANESCHY, Maria Cristina. **Da Casa ao Mar: papéis das mulheres na construção da Pesca** responsável. Proposta, 2000.

_____. **Mulheres na atividade pesqueira no Brasil** [recurso eletrônico] / organização de Silvia Alicia Martínez e Luceni Hellebrand. Campos dos Goytacazes: EDUENF, 2019.

OLIVEIRA, Albertina Vieira de Melo Gomes. **Aturá Revista Pan- Amazônica de Comunicação**, v.4, n.2,p. 150 –173, maio, agosto. Palmas, 2020.

OLIVEIRA, João Pacheco de **O nascimento do Brasil e outros ensaios: "pacificação", regime tutelar e formação de alteridades** / João Pacheco de Oliveira. – Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016. 384 p.: il. color.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS

ANAIS DO

ANAIS DO

III SEMINÁRIO

HISTÓRIAS CONECTADAS

SIMPÓSIO TEMÁTICO 04 (HÍBRIDO)

Cultura e sociedade no universo transatlântico: histórias e conexões | As Áfricas e suas dimensões ressignificantes da existência: história, memória e cultura

COORDENAÇÃO

Luana Mara Pereira
Doutoranda PPGHis UFMA

Antônio Carlos Araújo Ribeiro Júnior
Doutorando PPGHis UFMA

Fransuel Lima de Barros
Doutorando PPGHis UFMA

Idrissa da Silva
Doutorando PPGHis UFMA

Gilson Lubalo Pembele
Doutorando em Educação UFPR

TEMPORALIDADES AFRICANAS: CONTOS COMO NARRATIVAS HISTÓRICAS

Joyce Oliveira Pereira[1]

RESUMO: A historiografia ocidental produziu de lugares de memória em consonância aos seus escritores, europeus, e também com os povos que vieram a manter contato com estes. No que diz respeito à produção de identidades individuais e coletivas afirmou posições políticas de dominação e subordinação desde o século XVIII, incidindo diretamente na fabricação de imaginários sociais. Dessa forma, a ascensão da consciência planetária europeia e o imperialismo empreendido pelos europeus silenciaram as múltiplas formas das sociedades africanas de compreenderem e vivenciarem as experiências de passagem das temporalidades (HOBSBAWM, 2007), construindo representações acerca dessas populações como 'povos sem história', já que não bastava ao colonialismo assegurar a superioridade técnica e militar de dominação, mas era necessário também fabricar a ideologia para legitimar ou ao menos tentar justificar a espoliação perante aos olhos dos europeus e aos olhos do colonizado (CORBISIER, 1967). Nesse sentido, perspectivas de tempo individuais e coletivas foram invisibilizadas devido à colonização iluminista ocidental da experiência do tempo (KOSELLECK, 2006), de forma que no mundo ocidentalizado não é possível compreender de forma cognoscível as estruturas temporais que produzem as narrativas e os signos responsáveis pela elaboração os sentidos produzidos, responsáveis pela construção identititária, política, econômica e cultural dos grupos sociais africanos (PEREIRA, 2020), assim, a tradição oral é uma importante forma de transmissão, uma continuidade em que existe uma estreita relação entre a palavra e a construção da memória interligando ao modo como a história se processa nos contextos africanos (VANSINA, 2010), a ancestralidade é o ponto de ancoragem de uma noção de verdade histórica em África, já que a referência aos ancestrais e toda uma continuidade anterior e posterior é essencial no estabelecimento de um testemunho vivido ou apreendido por tabela, não podendo se dissociar essas dimensões da noção de homem e também da própria natureza; e o território, já que este é a base da relação entre os sujeitos e o sagrado, não existindo uma distância temporal entre eles, ao contrário são eles que produzem o próprio ser social/sujeito histórico (LEITE, 2008). Este trabalho busca compreender o processamento das historicidades de povos de África Ocidental através de contos africanos levando em consideração a escrita de um conhecimento histórico que corresponda à superfície social onde essas narrativas foram produzidas. Utilizar-se-á como metodologia a História Cultural para a análise das evidências presentes nas narrativas de como os africanos construíram seus repertórios de representação social (CHARTIER, 2002).
PALAVRAS-CHAVE: África. Contos. Narrativas. História.

1 UM CALEIDOSCÓPIO PARA A HISTÓRIA: A ORALIDADE AFRICANA

Segundo a tradição malinesa "Deus colocou a língua dentro da boca e, para não a deixar escapar, protegeu-a pelos dentes de cima e de baixo e, para reforçar ainda mais essa proteção, criou os lábios inferiores e superiores (BERNAT, 2013, p. 26 *apud* OULOGUEM, 2003), dessa forma em contex-

1 Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão. Mestra em História pelo mesmo Programa e docente da Rede Pública Municipal de Rosário. E-mail de contato: invasoesholandesas@gmail.com.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

tos africanos, a palavra é considerada um bem valioso, sagrada e, por isso aqueles que detém o dever de guardá-la ou proferi-la também são dignos de honrarias e respeito. Vista como capaz de criar e também destruir está ligada a uma força que mantém o equilíbrio das forças entre o mundo material e o espiritual que são essenciais na ação e, portanto, na continuidade da vida nessas sociedades e de todo o conhecimento que se deriva a partir dela.

As tradições orais estão presentes no *self*[2] dos africanos e no seu modo de viver fazendo parte da formação destes enquanto sujeitos em seus mundos, não dissociando-se a educação dessas narrativas, pois muitos dos ensinamentos atribuídos a esses sujeitos são adquiridos através delas (BERNAT, 2013, p. 48). São mais que elocuções sendo reconhecidas por essas sociedades como a forma de preservação da sabedoria dos seus ancestrais e, por consequência sobre si mesmo. Diferentemente do mundo eurocentrado, na África saber quem são os ancestrais é o que determina a consciência histórica dos sujeitos no presente:

> A visão de mundo africana parte do princípio da existência de uma conexão entre os mortos, os vivos e os ainda por nascer. Os três elementos personificam a realidade das interconexões entre o passado, o presente e o futuro, e essa visão do mundo conecta a vida espiritual com a existência natural. O domínio do espiritual não está divorciado da materialidade da economia e da política das nações e entre as nações (WA'THIONGÓ, 2007, pp. 29-30).

Essas tradições possuem superfícies sociais as quais estão atreladas e codificadas em seus contextos e só é possível ter acesso a elas sujeitos reconhecidos como parte da comunidade ou que sejam aceitos. Essa interdição é devido ao valor que a palavra possui e as sabedorias veiculadas por ela. Veja-se o caso chamado por Hampaté Bâ[3] (2010, p. 183):

> A fórmula "pôr na palha", que consiste em enganar uma pessoa com alguma história improvisada quando não se pode dizer a verdade, foi inventada a partir do momento em que o poder colonial passou a enviar seus agentes ou representantes com o propósito de fazer pesquisas etnológicas sem aceitar viver sob as condições exigidas. Muitos etnólogos foram vítimas inconscientes desta tática… Quantos *não pensavam ter compreendido completamente determinada* realidade quando, sem vivê-la, não poderiam verdadeiramente tê-la conhecido.

Nas elocuções repousam sentidos e experiências que se refere aos sistemas de cada grupo; assim, cada tradição oral é marca de subjetividade de tempo, em que as cronologias são relativas. É uma tendência "apagar ancestrais inúteis", também são apontadas direções geográficas que marcam o território expressando assim uma historialidade específica dessas populações a partir de um paradigma que separou o homem da natureza. A palavra possuindo um valor mágico religioso é capaz de criar, instruir e também destruir nessas sociedades, por isso se fez necessário uma divisão social em certos sujeitos fossem assegurados dessa função: eles são os tradicionalistas e podem receber outras nomenclaturas (BÂ, 2010, p. 175).

2 Com base na psicologia, o self é o que define a pessoa na sua individualidade e subjetividade, ou seja, a sua essência.
3 (1901-1991) Amadou Hampaté Bâ foi um tradicionalista e escritor malinês.

Possuem a importância de transmitir essas narrativas ao grupo e seus descendentes também são responsáveis por essa continuidade no tempo, pois, esse ofício é considerado sagrado e permitido só aqueles que possuem essa função (BÂ, 2010, pp. 185-186). No caso dos griots ou *djeli*[4] não conhecem a magia dos ofícios sendo responsáveis principalmente pelas genealogias, antigas tradições e atuam como conciliadores em caso de conflitos.

Essa é uma das principais características a serem pontuadas que só pode ser considerada uma tradição oral se houver uma transmissão, uma continuidade, ou seja, essa relação com a palavra e a construção da memória estão interligados ao modo como a história se processa nos contextos africanos: "Quanto a verdade histórica, está sempre estreitamente ligada a fidelidade do registro oral transmitido. Assim, ela pode ser ou o consenso dos governantes (Idoma, Nigéria), ou a constatação de que a tradição está em conformidade com o que disse a geração anterior (VANSINA, 2010, p.157).

Nesse sentido, a ancestralidade é o ponto de ancoragem de uma noção de verdade histórica em África, já que a referência aos ancestrais e toda uma continuidade anterior e posterior é essencial no estabelecimento de um testemunho vivido ou apreendido por tabela, não podendo se dissociar essas dimensões da noção de homem e também da própria natureza (LEITE, 2008, p. 379).

A explicação do mundo e de como as coisas estão interligadas ao sentido da natureza é que determina como os homens eram, são e serão, de forma que essas cosmogonias só podem continuar a existir a partir do reconhecimento dessas elocuções e das memórias sociais vividas a partir delas numa junção de equilíbrio de força entre homem - natureza – sagrado. Quando esta é perdida não é possível a manutenção da continuidade da historialidade do grupo e, por consequência da própria consciência história do ser, já que tudo possui uma causalidade:

> A noção de causa está implícita em toda tradição oral. Geralmente, é apresentada na forma de causa imediata e separada para cada fenômeno. Cada coisa tem uma origem que se situa diretamente no início dos tempos. Pode-se compreender melhor o que é a causalidade examinando-se as causas atribuídas ao mal. Muito frequentemente elas têm relação direta com a feitiçaria, os ancestrais, etc., e a relação é imediata. Resulta desse tipo de causalidade que a mudança é percebida sobretudo em alguns campos claramente definidos, como a guerra, sucessão real, etc., em que os estereó*tipos intervêm. Para terminar,* salientamos que esse esboço da noção de causa é muito sumário e deve ser complementado por noções de causa mais complexas mas paralelas a estas e que afetam somente instituições sociais menores (VANSINA, 2010, p. 155).

Esquematicamente pode-se compreender que essa relação é mediada diretamente entre os sujeitos e o sagrado, não existindo uma distância temporal para ser apenas uma referência, ao contrário é o próprio ser, e nem uma distância espacial, já que o sagrado reside no território5 a partir das relações estabelecidas entre essas esferas:

4 Mabo que também é um vocábulo maninca pode designar griot, que é uma denominação francesa.

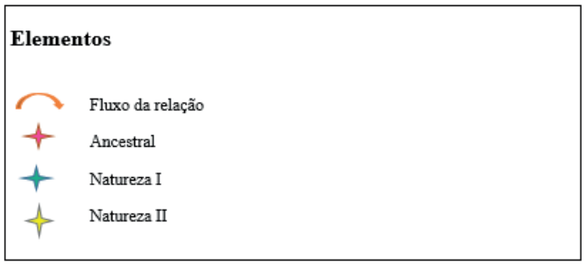
5 O conceito de Rafestin (1993) que aponta que a relação entre os sujeitos e o espaço constituem um território, portanto sendo SUBJETIVA, dessa maneira, o território para os africanos tem uma visão diferenciada em relação ao conceito usual no Ocidente: eles são partes integrantes do território, portanto precisam dele e o percebem como ser vivo e sagrado, devendo ser referência em suas diferentes representações.

Ilustração 01: Relação entre o Sagrado, a Terra e os Sujeitos em África



Fonte: PEREIRA, Joyce Oliveira, 2020.

Legenda:



Fonte: PEREIRA, Joyce Oliveira, 2020

Para entender essa imagem é preciso levar em conta que existe uma relação fluida e contínua indicadas nas setas laranjas e dentro dessa uma integração entre os ancestrais, que estão representadas pela estrela rosa, e a natureza, estrelas verde e amarela. Essa concepção de ser-no-mundo está ligada ao relevo existente em cada comunidade, pois essas são tomadas como referências nas cosmogonias e os sujeitos são importantes nesse conjunto já que ao reverenciarem seus ancestrais e o sagrado contribuem para a continuidade da consciência histórica do grupo.

Assim, as tradições orais e os contos estão eivados por experiências que compõem redes de memórias, marcos de territorialidade que comportam passados individuais e/ou coletivos que possuem repertórios sociais necessários à perpetuação de histórias dos grupos (CARNEIRO, 2018, p. 29-30).

2.0 OS CAMALEÕES DE ÁFRICA: OS CONTOS COMO NARRATIVAS HISTÓRICAS

O modelo estabelecido pelo paradigma iluminista contribuiu para o *status quo* que a escrita possui nas sociedades europeias e para o modelo de inteligibilidade a que a História devia servir. Logo, essa epistemе não funciona para compreender a relação entre oral-escrito em África, pois, há séculos existe o conhecimento da grafia da literatura árabe (AMSELLE, 2017, p. 14). Devido à essas representações, muitas vezes os contos africanos são tomados de maneira reducionista, em que eles

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

falariam de todo o continente, sendo necessário para sua análise identificar a qual grupo social pertencem. Essas tradições orais possuem traços ligados a memória social de um lugar/grupo e, por isso trazem significações sobre a gênese do cosmo, códigos de conduta, explicações etiológicas.

Os contos africanos na literatura oral se organizam em ciclos de diferentes naturezas nos quais podem estar incluídos animais ou seres humanos como os personagens que conduzem a ação. A principal ideia defendida por Towa (2015) é que essas histórias ajudam a descobrir que o mundo é repleto de conflitos e questões que perpassam a existência durante a vida, assim, serviriam como instrumento de compreensão para solucioná-las. As narrativas são marcadas sobretudo pelo uso da reflexão como forma de interpretação do mundo: "A promoção da inteligência humana à categoria de guia supremo e único no combate da vida e contrasta violentamente com as tradições semitas dominantes que, relembremos, identificam tamanha pretensão para o mal, para o pecado por excelência (TOWA, 2015, p. 39).

O uso da razão como forma de resolução para os problemas seria a melhor maneira para não se tornar submisso a outra pessoa, algo abominável nesses contextos, por isso é uma contraposição direta a tradição judaico-cristã que se baseia em revelações, milagres. Towa (2015, p. 40) aponta que nos ciclos sapienciais a presença do sobrenatural é a melhor forma de dominar outro ser/pessoa: "Em um conto *dagari*[6] (Alto Volta), a Lebre, em prantos, reclama, depois da morte do rei, a sucessão ao trono do augusto morto. Espanto. Nem um pouco perturbada, a Lebre acrescenta: 'O rei está morto, mas sua alma está viva. Vamos ao seu túmulo. Tenho certeza de que ele manifestará ao meu favor'. Ele fez o esquilo falar, a corte foi convencida e a Lebre tornou-se rei".

Na crença diante do acontecimento sobrenatural o que sobressai é a estupidez de quem resolve segui-lo, entretanto, esses personagens que usam do raciocínio para as resoluções de questões não são seres perfeitos, tendo comportamentos que podem ser repreendidos, mas são generosos e justos. Essa fórmula tem como objetivo mostrar que ninguém possui a completa sabedoria e/ou perfectibilidade, nem mesmo os deuses que são colocados ao lado dos sujeitos[7], portanto, suscetíveis a erros (TOWA, 2015, pp. 44-45).

O pensamento tradicional africano busca resguardar que não há nada acima da inteligência e o seu uso é essencial para que os sujeitos julguem o que é bom ou ruim, não deixando essa resolução delegada a outrem. Também reconhece que não há perfeição ética e muito menos o monopólio da inteligência por parte de alguém, o que demonstra sempre a abertura ao diálogo e ao aprendizado. Essa consideração da imperfectibilidade é uma barreira ao pensamento dogmático e metafísico que justifique um poder:

> O absoluto, os valores e as normas supremas, as verdades fundamentais não são as vontades e as ideias de um ser prefeito único, mas o resultado de um esforço coletivo, de uma busca e de uma reflexão orientadas em conjunto, pelo fato da existência de um ser perfeito e único não ser admitida. Desse modo, o pensamento africano tradicional descarta, a princípio, a possibilidade de uma revelação, de uma proclamação da verdade, dos valores, das normas feitas de uma vez por todas e que nos dispensaria de buscá-los por nós mesmos (TOWA, 2015, pp. 44-45).

6 Dagaaba, Dagabaa, Dagaba, Dagara, Dagaras, Dagarte, Dagarti, Dagartis, Dagate, Dagati, Lodagaa. Lodagaas. É um povo que vive no nordeste de Gana e Burkina Faso.

7 Geralmente os Deuses referidos nos contos são arquiancestrais, ou seja, podem ser pessoas que já existiram e se tornaram seres míticos.

Pode-se observar que os contos expressam a consciência histórica que os africanos possuem e os aponta como os produtores e agentes do processo, assim, o pensamento histórico é resultado de uma vida social que provém de períodos considerados imemoriais assentados na intratemporalidade:

> O tempo africano tradicional engloba e integra a eternidade em todos os sentidos. As gerações passadas não estão perdidas para o tempo presente. A sua maneira, elas permanecem sempre contemporâneas e tão influentes, se não mais, quanto o eram durante a época em que viviam. Assim sendo, a causalidade atua em todas as direções: o passado sobre o presente e o presente sobre o futuro, não apenas pela interpretação dos fatos e o peso dos acontecimentos passados, mas por uma irrupção direta que pode se exercer em todos os sentidos (HAMA; KI-ZERBO, 2010, p. 24).

Essa matriz de produção histórica orienta que a casualidade está em todos os momentos: presente, passado e futuro, de forma que não é só pela decorrência dos acontecimentos (como uma espécie de processo contínuo e regular que produz a história) e nem como um processo de interpretação (na ideia de uma história como uma 'mestra da vida), mas que está diretamente conectada no presente (HAMA; KI-ZERBO, 2010, p. 24), influenciando o núcleo social em que está, o que faz com que os africanos não se 'descolem' de suas referências no tempo. Os ancestrais são essenciais na compreensão dessa noção de história (HAMA; KI-ZERBO, 2010, p. 25).

As relações que os envolvem estão em todos os níveis nas sociedades africanas, já que elas são constituídas pelos sujeitos enquanto ser natural e também como um ser social. O existir nessas duas esferas se configura ao vir-a-ser ancestral após a sua morte (LEITE, 2008, p. 39). A concepção de ancestralidade está presente tanto no que se refere aos ancestrais de referência mítica em uma comunidade como os de família[8], assim, assegura que todos os sujeitos são produtores da história seja em pequenas estruturas como as aldeias ou de grandes formas políticas com governos centralizados. Nestas últimas, a presença do chefe é essencial para compreender a coletividade já que ele encarna a sociedade que está a frente, configurando um tempo mítico que esse expressa em cosmogonias:

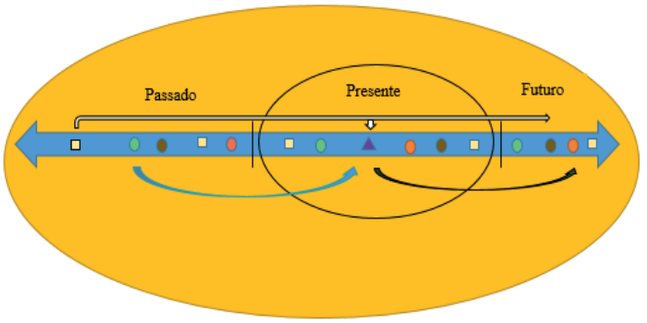
> Essa concepção mítica e coletiva era tal que o tempo tornava-se um atributo da soberania dos líderes. O rei Shilluk era o depositário mortal de um poder imortal, já que totalizava em si próprio o tempo mítico (encarnando o herói fundador) e o tempo social considerado como fonte da vitalidade do grupo. Do mesmo modo, entre os Bafulero (Zaire oriental), os Bunyoro (Uganda) e os Mossi (Alto Volta), o chefe é o sustentáculo do tempo coletivo: "O Mwami está presente: o povo vive. O Mwami está ausente: o povo morre". A morte do rei constitui uma ruptura do tempo que paralisa as atividades, a ordem social, toda expressão de vida, desde o riso até a agricultura e a união sexual dos animais e das pessoas. O interregno constitui um parêntese no tempo (HAMA; KI-ZERBO, 2010, pp. 25-26).

O social é essencial para matriz de produção do conhecimento histórico na África, já que é a partir dessa concepção de um tempo vivido que se reatualiza constantemente que eles podem

8 Os rituais de passagem após a morte de um sujeito preparam o pré-ancestral para o 'mundo dos mortos'. A separação dos elementos vitais como o espírito, que encarna diferentes nomes e concepções a partir do grupo de se que fala, são determinados por fatores como a causa da morte, idade, sexo e, isso também determina os ritos. funerários que configuram o pré-ancestral como arquiancestral ou ancestral de família. Em alguns grupos, os jogos adivinhatórios também são utilizados (LEITE, 2008).

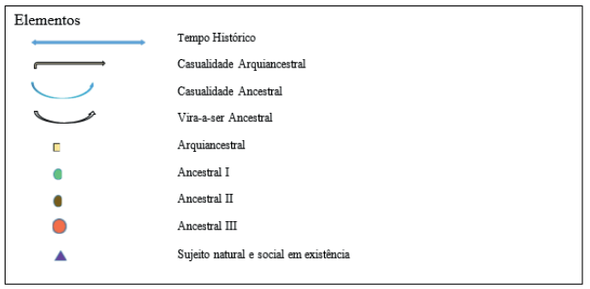
elaborar o desenvolvimento de sua energia vital enquanto indivíduo. Ela traz consigo a intratemporalidade que se expressa no espírito, no nome enquanto o ser natural e o ser social a traz através da iniciação, processo fundamental para a permanência nessas comunidades, que leva ao conhecimento dos saberes e a prática dos ofícios que garantem a continuidade do grupo (LEITE, 2008).

Ilustração 02: Concepção de tempo histórico em África



Fonte: PEREIRA, Joyce Oliveira, 2020.

Legenda:



Fonte: PEREIRA, Joyce Oliveira, 2020.

A Ilustração 02 está representando a relação que o Arquiancestral e os ancestrais exercem sobre um sujeito em relação ao tempo histórico nas sociedades africanas. Como demonstrado eles exercem sua relação de casualidade indireta ao longo do tempo e, o ponto de partida para isso é a morte. Assim, a perpetuação dessa casualidade se dá a partir da continuidade do grupo, no caso do arquiancestral e dos ancestrais.

O sujeito em existência carrega consigo essa genealogia no presente e no futuro fará parte do processo atuando na casualidade dentro dos tempos. Nessa perspectiva, há a afirmação da ideia de que a produção da história é feita por todos numa perspectiva macro ou micro. Os sujeitos podem referenciar dentro do processo histórico, este último sendo voltado para o ser em sua perspectiva coletivizada e produzida através de um consenso com essa mesma característica.

Uma observação importante a se realizar é que a reta possui duas pontas justamente pela noção de consciência histórica que possuem que é determinada pelo grupo, podendo se configurar

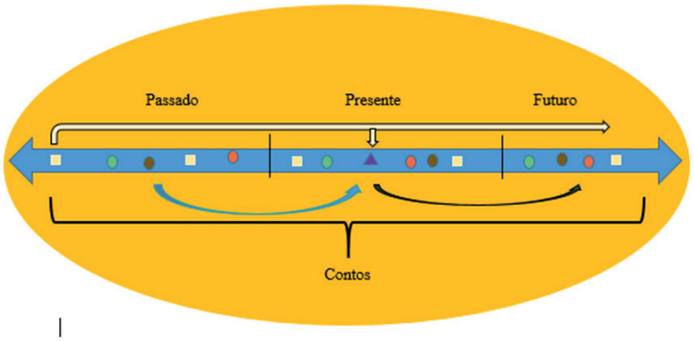
III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

em narrativas que tratam de tempo imemoriais, sem começo determinado e também não possuem fim por estarem ligadas a continuidade da existência coletiva.

Os contos fazem parte da formação dos sujeitos como uma técnica de socialização, em que as histórias dos familiares e da comunidade são repassadas oralmente para as crianças: "configuram também fórmulas preparatórias para as audiências concedidas pelos sábios das comunidades ou para apreensão melhor dos futuros enquanto ensinamentos esotéricos, muitas vezes ministrados em linguagem simbólica, dispensados nas fases iniciáticas" (LEITE, 2008, pp. 77-78).

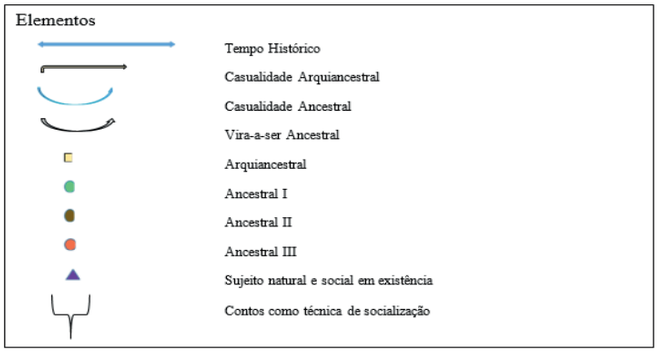
Essas narrativas são lugares de memória que reportam a espaços de experiências coletivas e o seu conteúdo pertencem a diferentes ciclos e, por isso determinam o espaço de socialização em que são narrados. Existem contos que são de domínio de todos os sujeitos das comunidades, como as cosmogonias sobre a natureza, os arquiancestrais, os grandes chefes, os sapienciais, mas, há outras narrativas que são de cunho privado sendo reservadas apenas aqueles que fazem parte do grupo dos iniciados e que executam certos tipos de ofícios.

Ilustração 03: Os contos e a relação com o tempo histórico em África.



Fonte: PEREIRA, Joyce Oliveira, 2020.

Legenda



Fonte: PEREIRA, Joyce Oliveira, 2020

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

A ilustração 03 demonstra que na relação entre o sujeito em vivência, arquiancestrais e ancestrais no tempo histórico, os contos são uma das práticas usadas na continuidade dessa matriz de conhecimento históricos, já que nas sociedades orais e gráficas africanas existem formas singulares de explicar modelos societários baseados em experiências sociais de diversas naturezas.

As suposições e elaborações que o pensamento europeu colonialista estruturou na biblioteca colonial alegavam um irracionalismo próprio dos 'selvagens', afirmando uma "visão coletiva do mundo, espontânea, irrefletida e implícita como afirmavam os etno-filósofos" era "um sistema de crenças a qual aderem consciente ou inconscientemente todos os africanos em geral, ou mais especificamente os membros de uma etnia particular ou sociedade africana" (NGOENHA, 1993, p. 90).

Essas narrativas sendo lidas apenas como mitos retiram a complexidade existente na compreensão elaborada pelos africanos sobre os ciclos a que os contos pertencem, bem como os seus usos sociais. O processo de inteligibilidade que as Ciências Humanas e Sociais tinham até a chegada à decolonidade nessas áreas era responsável por impossibilitar esse exercício de complexidade. Isso, muito evidente sobretudo no mundo ocidental que vive de (re)elaborações sobre o que é a África e suas populações.

Os contos africanos são elaborações que pertencem a um tempo histórico muitas vezes não determinado e, isso não é uma questão problemática na perspectiva de consciência histórica existente, já que a orientação é mediada pela presença dos arquiancestrais e ancestrais das linhagens, clãs ou famílias, porém, não significa que não é possível conjecturar a que tempo histórico eles pertencem: os ciclos podem fazer esse indicativo, assim como elementos textuais presentes nas narrativas. Uma questão importante a ser ressaltada é que uma parte das narrativas que os sujeitos têm acesso, incluindo os que circulam no Ocidente, são de domínio amplo, pois existem ciclos e contos sagrados que são vedados aqueles que não fazem/pertencem/conseguem parte dos núcleos onde são socializados.

REFERÊNCIAS

AMSELLE, Jean Loup. Etnias e espaços: por uma antropologia topológica. *In*: **No centro da etnia**: etnias, tribalismo e Estado na África. AMSELLE, Jean Louop; M'BOKOLO, Elikia (Orgs.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2017. (Coleção África e os Africanos).

BÂ, Amadou Hampaté. A tradição viva. *In***: Coletânea História Geral da África:** Metodologia e Pré história da África (Volume 01). Orgs: KI-ZERBO, Joseph. Brasília: UNESCO, 2010, pp. 167-212.

_. **Amkoullel, o menino fula**. 3ª edição. São Paulo: Pala Athena: Acervo África, 2013.

BERNART, Isaac. **Encontros com o griot Sotigui Kouyaté**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

CARNEIRO, Laryssa. Ingrid da Costa. **Festa no céu e outros contos**: o simbólico e o plurifuncional das narrativas populares de Caxias – MA. (Dissertação). Mestrado em Letras. Universidade Estadual do Maranhão, São Luís (MA), 2018.

HAMA, Boubou; KI-ZERBO, Joseph. Lugar da história na sociedade africana. *In*: **História geral da África I**: Metodologia e pré-história da África / editado por Joseph Ki-Zerbo. – 2.ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010, pp. 23-35.

LEITE, Fábio. **A questão ancestral**: África Negra. São Paulo: Palas Atena: Casa das Áfricas, 2008.

MBEMBE, Achille. As formas africanas de auto-inscrição. **Estudos Afro-Asiáticos**, ano 23, nº 01, 2001, pp. 171-209.

_. **Crítica da Razão Negra**. São Paulo: N-1 edições, 2018.

_. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção e política de morte. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MBEMBE, Achille. **Sair da grande noite**: ensaio sobre a África descolonizada. Petropólis, RJ: Vozes, 2019. (Coleção África e os africanos).

NGOENHA, Severino Elias. **Filosofia Africana**: das independências à liberdade. Maputo: Edições Paulistas-África, 1993.

RAFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática, 1993.

PEREIRA, Joyce Oliveira. **Quando leões contam histórias**: contos como recurso para o ensino de história e cultura africana. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Maranhão. São Luís (MA), 2020.

TOWA, Marcien. **A ideia de uma filosofia negro-african**a. Belo Horizonte: Nandyala; Curitiba: NEAB –UFPR, 2015.

VANSINA, Jan. A tradição oral e sua metodologia. *In***: Coletânea História Geral da África:** Metodologia e Pré história da África (Volume 01). Orgs: KI-ZERBO, Joseph. Brasília: UNESCO, 2010, pp. 139-166.

WA THIONG'O, Ngugi. A descolonização da mente é um pré-requisito para a prática criativa do cinema africano? *In*: MELEIRO, Alessandra (org). **Cinema no mundo**: indústria, política e mercado. África, volume I. São Paulo: Escrituras, 2007, pp. 29-30.

OS JORNAIS MARANHENSES NO CONTEXTO NACIONAL E INTERNACIONAL: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE COMO A IMPRENSA MARANHENSE ADQUIRE INFORMAÇÕES INTERNACIONAIS NA DÉCADA DE 1980

Laura Santos Botelho[1]

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo apresentar alguns resultados parciais obtidos numa pesquisa de mestrado sobre como o jornal maranhense o Estado do Maranhão adquire notícias internacionais ligadas à "guerra às drogas" na Colômbia, tendo em vista que, na década de 1980, este periódico passa a noticiar em primeira mão uma ampla cobertura sobre acontecimentos internacionais ligados principalmente ao narcotráfico. Do outro lado, temos a AP, uma agência de notícias internacional, com sede nos EUA como fonte da maioria das notícias. Procuramos investigar os impactos e as conexões entre os dois mundos jornalísticos. O entendimento de como funcionava a AP no século XX pode nos ajudar a esclarecer a origem e dinâmica da distribuição das notícias que chegavam até os jornais maranhenses. O fluxo de notícias dos jornais maranhenses tem origem nessa agência de notícia norte americana, por isso, nos interessa saber como a agência agia, fornecendo essas informações a jornais tão distantes dos grandes centros distribuidores de informação e, por que o tema aqui pesquisado se mostrou exaustivamente nas páginas desses periódicos brasileiros. No caderno Internacional do jornal, onde se encontram a maioria das notícias estrangeiras observamos as várias cidades de onde vem as informações, em que aparecem várias pequenas notícias, inclusive sobre o contexto colombiano tendo a AP como origem. As reportagens apresentam na sua primeira linha a cidade de onde partiu a informação e, muitas vezes entre aspas aparece a sigla "AP" que indica a agência de notícia de onde se originou as informações. A compressão deste elemento se torna imprescindível para compreendermos o teor dos discursos dessas notícias nos jornais maranhenses. Assim, percebemos que a AP muito provavelmente possuía bases em vários países da América Latina e, também pelo mundo. A editoria de Internacional do periódico obtinha essas informações estrangeiras a partir da Associated Press de influência mundial. A dependência das agências de notícias é comum tanto nos veículos que conseguem manter correspondentes-caso raro na imprensa latino-americana- quanto nos que não tem capital para tanto - o que é mais comum. Assim, esse trabalho mostra-se fundamental para a compreensão dos discursos adotados na imprensa maranhense quanto a temas relacionados ao contexto nacional e internacional, levando-nos a compreender os caminhos percorridos e a ponte que conecta a história dos países envolvidos nessa dinâmica.

1. BREVE INTRODUÇÃO À HISTÓRIA DOS JORNAIS MARANHENSES

O entendimento de que os periódicos são um espaço de disputa nos permite refletir sobre os interesses que levam esses aparelhos a veicularem determinadas temáticas. Esta compreensão se torna imprescindível para o entendimento do que significa a atuação desses jornais, uma vez que, os

1 Graduada em História Licenciatura – UEMA, Mestranda em História Social – UFMA e Bolsista MB FAPEMA

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

jornais maranhenses pertencem a grupos que abertamente, como é o caso do *O Estado do Maranhão* e do *O Imparcial*[2] têm objetivos bem especificados: serviam exclusivamente como artifício de promoção política de seus donos e associados num primeiro momento (CUNHA, 2018. p. 15).

Este trabalho é um pequeno recorte de uma pesquisa mais ampla que vem sendo feita ao longo do curso de mestrato. Por isso mesmo, trataremos nestas poucas linhas apenas do *O Estado do Maranhão,* que assim como *O Imparcia*l, nascem e assumem primariamente a função de ajudar politicamente seus associados ou donos José Sarney e Assis Chateaubriand respectivamente. Afundação e manutenção desses jornais é declaradamente política, uma vez que seus donos buscavam ou se eleger ou formar uma coalizão que tinha claramente objetivos partidários (COSTA, 2008).

O jornal O Estado do Maranhão tem sua "pré-história" quando ainda atendia pelo nome de Jornal do Dia passando a circular pela primeira vez no ano de 1953 passando pela direção de vários diretores até que em 1 de outubro de 1959 com a criação da empresa Jaguar LTDA passa a ser administrado por ela. Dentre aqueles que assinaram o contrato estava Alberto Aboud com a maior parte das ações. Este fato marca o início de uma nova fase do jornal depois de passar mais de um ano sem circular. Tal marco é considerado pelo Sistema Mirante de Comunicações o marco de fundação do jornal O Estado do Maranhão. Embora o Sistema Mirante admita o dia 1 de maio de 1959 como ano de fundação do O Estado do Maranhão, sabe-se que esta data está no período em que o jornal não circulou (jornal não circulou entre outubro de 1958 e janeiro de 1960). A troca de nome do jornal se deu em 1 de maio de 1973 (primeira edição com o título O Estado do Maranhão) quando foi adquirido por José Sarney. Oaniversário do jornal passou a ser 1 de maio, porém o marco de fundação continuou a ser 1959pelo interesse do sistema Mirante de criar uma longa tradição do jornal (COSTA, CONCEIÇÃO, 2008. p. 2-4).

> Em novembro de 1968, segundo citação de José Sarney, na edição do dia 01 de maiode 1999, do jornal *O Estado do Maranhão*, ele trocou sua casa na rua Rio Branco, número 228, Centro de São Luís, pelas ações de José Ribamar Marão, ficando com metade delas, pouco depois, adquire as outras, tornando-se o proprietário do *Jornal do Dia* (IBIDEM, p. 5).

Os autores apontam que a aquisição do jornal por José Sarney foi essencialmente política como afirmou numa entrevista realizada em 2002 : "Eu criei o jornal porque eu tinha que ter um instrumento político[...] O jornal não era de empresário, não era um negócio que nós estávamos precisando, era uma inspeção do processo político". (D'Elboux, p.37, Apud, COSTA, 2008). Dessa forma, entende-se que nas décadas de 1960 e 1970, como afirma Benedito Buzar, "o jornalismo maranhense nessa época funcionava sob o tripé: Sociedade, política e esporte. Os jornais tinham apenas a incumbência de noticiar, ou mesmo defender, o que interessava aos donos, ao grupo político proprietário do jornal" (ibidem, p.5).

Na década de 1980, em que está inserido nosso recorte, notamos que o jornal ainda fazia uma grande divulgação política de seus donos. No entanto, percebemos que o periódico faz uma ampla cobertura de notícias internacionais, com bastante destaque para a América Latina e sobretudo so-

2 Embora este trabalho faça menção a "jornais" no plural, neste texto, trabalharemos apenas o jornal O Estado Maranhão.

bre o narcotráfico colombiano. Tal constatação nos levou a pensar na razão da divulgação de notícias relacionadas a temática.

Assim, elecamos dois pontos importantes para refletir sobre a postura do jornal. Em primeiro lugar, destacamos que embora o jornal seja maranhense, o seu dono já era a essa altura, uma das figuras políticas mais importantes do país. Aliado ao Regime Militar por meio da UDN, 1966 ganha as eleições para governador do estado. "Foi uma troca mútua: os militares necessitavam de apoio para a ampliação do seu projeto, tanto do ponto de vista econômico quanto ideológico, e Sarney pretendia consolidar-se política e economicamente, foi uma aliança perfeita (COSTA, CONCEIÇÃO,2008. P. 8)". Em 1986, José Sarney "trânsfuga de última hora do velho regime,escolhido como vice de Tancredo" e assume a presidência da república (SALLUN, 1996,p.122). Com o fortalecimento político e econômico, sua empresa jornalística, portanto deve terpassado a transmitir as notícias de maior relevância internacional.

Em segundo lugar, temos a emergência da penetração de grupos de narcotraficantes no território brasileiro. José Arbex (1993) Jr. relata que estimativas feitas em 1991 apontava para a existência de mil pistas de pousos na floresta amazônica e que 60% delas eram utilizadas pelonarcotráfico que controlado pelo Cartel de Medellín já atuava no Brasil desde de 1984 em associação com os chefões da máfia italiana. (ARBEX, 1993, p. 58,59). Na reportagem abaixono tópico "Repúdio" o jornal afirma

> Por outro lado, os chefes de estado manifestaram seu repúdio a todos as formas de terrorismo e reafirmaram sua vontade de lutar contra o narcotráfico que ameaça a estabilidade social e política. Nesse aspecto os presidentes expressaram sua solidariedade para com o governo e o povo colombiano, pelo firme e decidido combate contra o problema (Brasil e Equador assinam declaração. **O Estado do Maranhão**, 27.out.1989.p.5)

Tal declaração é importante para entendermos o comprometimento do então presidente através do seu jornal no combate ao narcotráfico. É importante frisar que o foco da reportagem é a integração continental e não o narcotráfico e mesmo assim ele é destacado entre as pautas do encontro ocorrido entre 25 e 26 de outro de 1989 como um elemento que deve ser combatido. Pontuamos ainda o que Hirst(2010) aponta sobre o contexto em que o Brasil se insere, no que diz respeito à sua politica externa quanto aos interesses norte-americanos em regiões confliotuoisas na América Latina:

> Nesse mesmo contexto, países como a Argentina e o Brasil cederam às pressões de Washington aderindo ao Tratado de Não Proliferação e coordenaram com Washington ações no ambito regional, como a negociação de paz entre Equador e Peru e a concentração de forças antidemocráticas no Paraguai. Aregião parecia disposta, portanto, a endosar e ser parte de uma ordem hegemônica consensual institucionalizada (HIRST, 2010, p. 26).

Na historiografia não encontramos discusões sobre os interesses de Sarney, mas sabemos que os principais temas abordados e percebidos, inclusives na sua grande imprensa eram "comércio regional, defesa da democracia, proteção aos direitos humanos e segurança coletiva" (HIRST, 2010, p. 26). Na reportagem abaixo

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO



O ESTADO DO MARANHÃO — São Luís-MA, 27 de outubro de 1989

Brasil e Equador assinam declaração

Quito — A questão da dívida externa, vista como uma ameaça para a paz política e social e para o desenvolvimento, adveniram nesta tem em Quito os presidentes do Brasil, José Sarney, e do Equador, Rodrigo Borja, em uma declaração conjunta assinada horas antes de Sarney iniciar uma visita oficial de 28 horas ao Equador.

Os dois chefes de estado reiteraram o critério da corresponsabilidade entre devedores e credores na busca de meios efetivos para reduzir seu montante e o peso que representa para os fluxos de recursos financeiros para os Países em desenvolvimento. A intensificação dos esforços coletivos é de vital importância para a superação dos obstáculos que se opõem ao crescimento econômico, crucial para reverter o estancamento ao qual está sujeita a maioria dos Países da América Latina e Caribe, disseram.

Os chanceleres dos dois Países assinaram, por outro lado, um ajuste a um anterior acordo de cooperação técnica na indústria naval e na construção civil, um acordo de cooperação cultural e educativa, outro de modernização dos organismos encarregados das relações exteriores e um protocolo de intenção sobre cooperação comercial.

Projeto

A balança comercial entre os dois países chegou a 141,7 milhões de dólares em 1988, com um déficit de 120,6 milhões para o Equador. Serão examinados mecanismos como a comercialização de produtos equatorianos e incentivos mercadológicos, aproveitando a estrutura brasileira.

Sarney anunciou que o Brasil concedeu ao Equador um aumento anual automático de 5% das cotas fixadas aos produtos incluídos na lista de abertura de mercado, no plano da Associação Latino Americana e Integração (ALADI). Borja, por sua vez, uma comissão mista convocada por 1990 tentará resolver atrasos equatorianos a créditos brasileiros por 250 milhões de dólares.

Os presidentes manifestaram sua disposição de examinar o financiamento para a primeira fase do represa Daule-Peripa, na Península de Santa Elena, que irrigará 50.000 hectares e será construída pela Empreiteira Odebrecht. Também foi assinado um convênio de Tarifação Aduaneira e um protocolo de intenção sobre cooperação comercial.

Programa

Os chefes de estado também concordaram em estabelecer um plano básico de cooperação para o triênio 1990-1991, que detalhará os programas.

Além disso, destacaram a excelente estado das relações entre os dois Países, seu apoio ao tratado de cooperação amazônica e, em exercício de seus direitos soberanos, sua vontade de promover o desenvolvimento, preservar a ecologia, dar um novo impulso para a cooperação solidária na área amazônica e para a aproximação entre o Pacífico e o Atlântico, através da região.

Borja mostrou-se favorável a candidatura do Brasil para sede da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, convocada para 1990, e agradeceu ao apoio do Brasil a aspiração de seu País a membro consultivo do Tratado Antártico.

Sua certeza de que o sistema democrático é essencial para preservar a paz, alcançar o desenvolvimento e a justiça social, garantir o pleno respeito aos direitos humanos e impulsionar a cooperação e integração entre os povos, também foi destacada pela Declaração Equatoriano Brasileira.

Repúdio

Por outro lado, os chefes de estado manifestaram seu repúdio a todas as formas de terrorismo e reafirmaram sua vontade de lutar contra o narcotráfico, que ameaça a estabilidade social e política. Nesse aspecto, os presidentes expressaram sua solidariedade para com o governo e povo colombiano, pelo firme e decidido combate contra o problema.

Finalmente, Sarney e Borja pronunciaram-se em favor da busca de uma solução negociada na América Central, mostrando sua preocupação com a situação do Panamá, e assinalando a necessidade de que sejam reiniciadas as conversações, com a adesão de seus governos aos princípios fundamentais da convivência internacional. Os dois presidentes pedem-se pronunciamento esta tarde para San José, para ouvirem as comunicações dos centros de democracia na Costa Rica.

Sarney, em Quito, diz que os princípios nacionais estão voltados para a integração

Integração continental

QUITO — O presidente brasileiro José Sarney, chegando esta tarde a Quito, a propriedade da integração latino-americana e a vigência da democracia em seu país, antes de concluir uma visita oficial de 28 horas ao Equador.

Em uma entrevista coletiva junto a seu homólogo, Rodrigo Borja, o presidente Sarney destacou que a própria Constituição de seu país é os princípios nacionais estão orientados para a integração latino-americana.

Tenho sido um defensor desta causa, assinalou Sarney ao explicar que com sua viagem ao Equador visitou todos os Países da América do Sul com regimes democráticos.

O presidente brasileiro concordou com a Borja ao considerar político que um problema da dívida externa e reiterou o desejo para que os Países industrializados tomem consciência da situação.

Sarney considerou também que entre as questões de interesse mútuo latino-americano, George Bush, deve ser a manutenção da democracia no Brasil, enfatizando que o processo democrático brasileiro não será modificado de modo algum.

Mudança

As forças armadas do Brasil mantêm uma posição firme em torno do apoio, participação e consolidação do processo democrático, enfatizando que o Brasil de hoje não aceita nenhuma mudança neste processo que está sendo consolidado.

Sarney, após anunciar a formação de uma comissão de Brasil e Equador que buscará da redução das barreiras comerciais entre os dois países, qualificou sua visita ao país de histórica já que é a primeira vez que um presidente brasileiro visita o Equador.

Brasil e Equador assinam declaração. O Estado do Maranhão, 27.out.1989.

Dessa forma, partimos de uma reflexão histórica sobre nosso próprio objeto e fonte histórica: a imprensa. Destacamos aqui um espaço para a discussão e entendimento do uso dos jornais como fonte da pesquisa em história. Por outro lado, procuramos uma compressão da história do narcotráfico através das fontes impressas que são jornais de grande circulação no Maranhão na década de 1980. Entendemos que trataremos de um trabalho minucioso que exige do jovem historiador um olhar criterioso através das entrelinhas dos periódicos. Por isso se munir de conhecimentos e métodos científicos é uma estratégia que nos ajudará a traçar caminhos que possam nos levar aos resultados mais seguros sobre esse tema da história do tempo presente.

Tania Regina de Luca que discute um contexto com resquícios das teorias positivistas que dominava as ciências durante o século XIX e início do século XX. A tradição positivista tinha como característica a busca pela verdade dos fatos que só poderia ser atingida através de documentos objetivos, fiéis e distante do tempo. Nesse sentido Tania De Luca (2006) explica que o uso dos jornais ainda naquele contexto soava inadequado por que eram compostos por resíduos do presente, feitos sob interesse, compromissos e paixões, além de fornecerem imagens distorcias, parciais e subjetivas do passado (LUCA, 2006.p.112).Além do mais essas transformações ocorrem simultaneamente a mudança que leva ao reconhecimento das fontes impressas deve ser levada em consideração a renovação dos temas entre outras mudanças (LUCA, 2006.p.112).

Porém, devemos ter em mente que, não somente isso explica as reportagens em grande quantidade de notícias. Nossa reflexão nos leva até a origem dessas reportagens? Como elas são obtidas pelos jornais maranhenses? A disseminação e distribuição geopolítica dos discursos de guerra ás drogas tendo a imprensa como principal meio de divulgação, segundo encontramos endereçada nas nossas próprias fontes partem Associated Press (AP), uma das mais antigas agências de notícias internacionais que atuam no Brasil, com sede nos Estados Unidos. Assim, nossa análise passa por uma breve contextualização dessa agencia de notícias e sua atuação no Brasil.

3. A ASSOCIATED PRESS (AP) COMO ORIGEM DA MAIORIA DAS NOTÍCIAS

Quanto a origem da maioria das reportagens encontradas no O Estado do Maranhão não sabemos ao certo quem fornecia ao mesmo, mas é possível afirmar com certeza que a fonte original das notícias partia da *Associeted Press* (AP), uma das mais antigas agências de notícias norte americana do mundo, que segundo informações que constam no site oficial da empresa, foi criada em 22 de maior de 1844. Surgiu quando:

> Cinco jornais norte-americanos da cidade de Nova York se uniram com o objetivo de baratear os custos de cobertura da guerra, na qual o México perdeu o atual estado do Texas para os Estados Unidos. Em 1985 a agência modificou sua estrutura de pacotes de notícias e começou a cobrar dos jornais associados (membros) com base em suas tiragens, em vez da população de suas áreas. Depois de dominar o cenário jornalístico mundial durante mais de um século, nas décadas seguintes a AP começou a travar uma batalha feroz e desesperada contra o avanço da modernidade[3].

Para exemplificar, temos abaixo uma imagem que corresponde a evolução da logo da Associeted Press. Como observado, desde de 1942, aparece a sigla "AP" nas imagens ligadas a empresa. Do outro lado, temos a foto de uma reportagem do jornal O Estado do Maranhão em que, se denuncia a violência colombiana. Nesta reportagem, tem-se logo abaixo do título da notícia a cidade, "BOGOTÁ" e em seguida " (AP) ". Podemos pontuar que essas informações partiram da sede da AP na Colômbia, país tido como centro do conflito do narcotráfico no período, que por sua vez, muito provavelmente recebeu_informações complementares da própria AP dos Estados Unidos, país que além de ser a sede internacional da agencia, se comportava na década de 1980 como um dos mais interessados na disseminação e execução da "guerra às drogas"

Julgamos importante destacar a importância dessa agência de notícias para a compreensão da recepção pelo Estado brasileiro dos discursos contra as drogas, principalmente a colombiana. Os estudos ainda são escassos sobre o jornalismo de agências no Brasil e também sobre a forte influência internacional desse modelo na imprensa brasileira. Porém, torna-se fundamental fazermos alguns apontamentos sobre o tema, pois, assim traremos possíveis interpretação para os jornais maranhenses endossarem com muita preocupação em suas páginas a "guerra às drogas".

Um dos estudiosos do tema, Pedro Aguiar (2020) chama atenção para a rica, longa e complexa tradição do jornalismo de agências de notícias no Brasil, que tem uma longa tradição desde o século XIX denunciando também seu apagamento na historiografia da imprensa brasileira. Com isso, o autor destaca que por muito tempo, estudiosos cometeram erros em relação a história das agências atuantes no Brasil.

> Em certos casos, no lugar do absoluto silêncio, uma sucessão de equívocos pouco ajuda e mais atrapalha. Barbosa (2007, p.85), ao tentar enumerar as agências atuantes no país pelo

3 As fontes: as informações foram retiradas e compiladas do site oficial da empresa (em várias línguas), revistas (Fortune, Forbes, Newsweek, BusinessWeek e Time), sites especializados em Marketing e Branding (BrandChannel e Interbrand), Wikipedia (informações devidamente checadas) e sites financeiros (Google Finance, Yahoo Finance e Hoovers).

> início do século XX, erra data e títulos (diz que a AP só fornecia inicial-mente ao *Correio da Manhã*, quando já incluía o *Jornal do Brasil* e *O Imparcial* de Macedo Soares entre seus clientes desde 19192) e, mais à frente (2007, p.231), chama a Associated Press de "Association Press". Ao longo da obra, a autora reduz a presença na imprensa nacional à francesa Havas e praticamente ignora agências brasileiras3. Morais (1994, p.266) comete o desatino de afirmar que, ao ser criada a Meridional, em 1931, "só existiam cinco agências no mundo", listando Havas, Reuters, Wolff, Associated Press e United Press (em realidade, havia mais de uma centena). Logo a seguir, diz que, antes da agência de Assis Chateaubriand, "no Brasil, a única experiência no gênero havia sido tentada na década de 1910 por Cásper Líbero e Raul Pederneiras ao fundar a Agência Americana", ignorando todas as precedentes, como a AAT, o Centro Telegra-phico da Imprensa e a Agência Brasileira (AB, depois ABN). As duas falsidades têm sido reproduzidas em inúmeros textos acadêmicos e leigos desde então (AGUIAR, 2020, p.03).

Esse apagão historiográfico que a história das agencias sofre merece destaque uma vez que, a maioria dos trabalhos que envolvem os jornais não citam a origem das notícias e, embora sabemos da importância das agências brasileiras que atuavam fortemente no Brasil desde o século XIX, destacaremos a forte influência que os jornais maranhenses sofreram do modelo internacional de jornalismo de agências de notícias, principalmente da Associated Press (AP).

A análise dos jornais nos permite identificar que as notícias não aparecem assinadas, mas na primeira linha da maioria das notícias aparece a cidade e logo em seguida entre parênteses a sigla AP que significa Associeted Press como aparece em outros momentos no periódico. A exemplo dessa informação podemos citar as notícias que aparecem no caderno *Internacional* do Jornal O Estado do Maranhão: "LOS ANGELES (AP) ", "BOGOTA (AP), "CARACAS (AP) ", etc. Algumas vezes a identificação da origem das notícias aparecem em caixa alta ou normalmente. Percebe-se que a maioria das notícias vieram ou da Colômbia através da AP ou dos Estados Unidos também da AP. Além disso, em muitas notícias aparecem trechos de jornais supracitados colombianos, de jornais norte-americanos assim, como trechos de possíveis discursos, falas de autoridades estatais e policiais contra as drogas.

Nesse sentido, Barbosa (2005) afirma que a economia de noticiários internacionais interfere diretamente na sua geopolítica, isto é, ao utilizar o material das agências de notícias internacionais localizadas, geralmente, em países centrais do capitalismo é uma forma de contribuir para a reprodução da história dos vencedores, ou seja, "é utilizar como óculos para enxergar o mundo os mesmos dos países centro do capital". (BARBOSA, 2005, p.195).

Entendemos, assim que, este fato em certa medida justifica a presença e a reprodução pelos periódicos maranhenses de trechos de falas, discursos, decretos, ordens de autoridades ligadas aos países centro desse conflito e, que ao mesmo tempo, como no caso dos Estados Unidos, representa a homogeneização de visões do centro em direção às periferias.

Os temas do narcotráfico nas notícias advindas da AP seguem e transmitem, de maneira geral uma visão "apartidária" e "homogênea" seguindo a postura de mercado das agências. No entanto, o autor aponta ainda que "é ingenuidade[...] acreditar que as agências internacionais, sediadas em países diretamente interessados em resoluções de conflitos, na ascensão ou na queda de governos, nos caminhos tomados por regiões do planeta, não partidarizem informações". (BARBOSA,2005, p.195). Existe uma preo-

cupação por parte dos jornais em mostrar sempre os dois lados desse conflito. Geralmente as reportagens são construídas a partir da demonstração dos objetivos dos países envolvidos bem como as ações dos narcotraficantes também quase sempre aparecem justificadas, muitas vezes como uma forma de revidar à extradição para os Estados Unidos ou até prisões de companheiros do tráfico pelas autoridades.

Por vezes, fica difícil saber se essas informações contidas nas páginas dos jornais maranhenses são retiradas desses periódicos estrangeiros, como o jornal colombiano, *El Tiempo,* ou são informações obtidas da própria AP sediadas nesses países. Mas ao fim e ao cabo, sabemos que as informações partem dessa agencia de notícias, tão importante, numa era em que, as informações eram ainda majoritariamente receptadas por meio impressos. Assim, tomamos como fundamental entendermos a trajetória e influência da Associeted Press no Brasil como uma das principais fornecedoras de notícias do globo no período.

Um dos poucos e importante estudo realizado no país sobre a história das agências, temos a tese de doutorado de Maria Cleidejane Silva Esperidião (2011). Este trabalho traz uma análise sobre as agências de notícias internacionais, dentre elas, a AP.

As agências mais importantes no cenário internacional e que possuem alcance mundial até os dias atuais surgiram no contexto da expansão econômica do capitalismo na Europa que passou a contribuir com o desenvolvimento de uma rede internacional de informação. Nesse sentido, a comunicação e o comércio passaram a andar juntos rumo ao fortalecimento do sistema capitalista que precisava cada vez mais de uma rede internacional de transporte e comunicação. Assim, inicialmente "Paris, Londres, Berlim e Nova York controlavam as rotas do comércio e concentravam os recursos e a distribuição de informação (ESPERIDIÃO,2011, p.78) ". Se convencionou chamar de agências internacionais aquelas empresas que possuem presença dominante e constante na cadeia internacional, como por exemplo, a Agence France Presse, Reuters, Associated Press (AP) (ESPERIDIÃO,2011, P.78). Mas afinal, o que são essas agências de notícias? Segundo a autora temos que

> As agências de notícias globais são organizações cuja a razão de ser continua sendo coletar e vender notícias pelo mundo para o uso da mídia varejista (principalmente jornais, emissoras e seus websites, bem como portais, sites e agregadores que se utilizam de agencias) e organizações não midiáticas, incluindo organizações financeiras como corretoras de mercadoria, bancos, governos e indivíduos (BOYD-BARRETT, 2008, p.57 Apud (ESPERIDIÃO,2011, p.79) .

A AP faz parte do que se denominou chamar da *Big Four* ou as "quatro grandes" cooperativas de imprensa. A própria Associated Press pontua 1846 como ano de seu surgimento a partir de um acordo entre seis grandes jornais de nova York que se juntaram para fazerem a cobertura da guerra entre os Estados Unidos e o México. Para a criação da AP, segundo José da Silva Junior (2006) apud Esperidião (2011), são três as justificativas: criar uma rede de apuração que abarcasse o imenso território americano; neutralizar e atenuar os custos de uma assinatura das agências estrangeiras; aproveitar a expansão da malha ferroviária e comunicação dos Estados Unidos (ESPERIDIÃO,2011, P.78).

Acreditamos que entender como funcionava a AP no século XX pode nos ajudar a esclarecer a origem e dinâmica da distribuição das notícias que chegavam até os jornais maranhenses. O fluxo

de notícias dos jornais maranhenses, como já sabemos tem origem nessa agencia de notícia norte americana, por isso nos interessa saber como está agencia agia, fornecia essas informações a jornais tão distantes dos grandes centros distribuidores de informação e, por que o tema aqui pesquisado se mostrou exaustivamente nas páginas desses periódicos brasileiros. Assim, podemos mencionar que por muito tempo a Reuters e a Havas tiveram forte monopólio informacional sobre territórios como as colônias britânicas, China, Japão assim como os países mais notáveis da Europa e da América Latina ((ESPERIDIÃO,2011, P.83). A exemplo do Brasil que ficou dividido entre as duas com a instalação do primeiro telegrafo em 1874. Dessa forma, algumas áreas vistas possivelmente como menos interessantes ou as áreas neutras ficaram aberta a "qualquer explorador", como países da América Central e países mais remotos da Ásia e África (ESPERIDIÃO,2011, P.83). Assim,

> Em 1918, a AP, que já se encarregava do fluxo de entrada e saída nos estados Unidos, como membro junior do cartel desde de 1975, negociou com a Havas uma concessão para redistribuir notícias na América do Sul, bem como prospectar assinantes sul-americanos (ESPERIDIÃO,2011, P.83).

Entendemos que pode partir daí uma maior aderência de jornais brasileiros às agências internacionais. O entendimento da questão demanda um estudo mais apurado o que não é o foco dessa pesquisa. Estamos buscando alguns pontos de referência que expliquem a origem para as informações encontradas nos jornais ligadas a história, estrutura e logística da AP, uma vez que, os jornais não apresentam mais informações, como por exemplo, o nome do redator das notícias. Para um futuro trabalho talvez seja necessário estudar essa estrutura a fim de compreender como se dar essa intermediação das informações obtidas pelos jornais maranhenses.

Essa maior cobertura da AP vai seguir alguns critérios como por exemplo, o critério histórico mantendo as bases em áreas que já tinha influência das *big four*; logístico analisando a capacidade de movimentação de cada sucursal e a sua localização em pontos estratégico; político levando em conta o controle imposto aos correspondentes; comercial caracterizando-se pela capacidade de cada país produzir notícias e, ao mesmo tempo, compra-las; temporário esse aspecto levava em conta os momentos de crise, qual a conjuntura, grandes tragédias, eleições de impacto global, conflitos étnicos entre outros(ESPERIDIÃO,2011, P.86).

Quando observamos o critério logístico ou temporal e atentarmos na observação das páginas do jornal o Estado do Maranhão, percebemos essa organização. No caderno Internacional do jornal, onde se encontram a maioria das notícias estrangeiras observamos as várias cidades de onde vem as informações, por exemplo, na imagem abaixo, temos uma página de 29 de janeiro de 1988, em que aparecem várias pequenas notícias, inclusive sobre o contexto colombiano. As reportagens apresentam na sua primeira linha a cidade de onde partiu a informação e, muitas vezes entre aspas aparece a sigla "AP" que indica a agência de notícia de onde se originou as informações. A compressão deste elemento se torna imprescindível para compreendermos o teor dos discursos dessas notícias nos jornais maranhenses. Assim, percebemos que a AP muito provavelmente possuía bases em vários países da América Latina e, também pelo mundo. A editoria de internacional do periódico

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

obtinha essas informações estrangeiras a partir da Associated Press, agencia de notícias internacional norte-americana com influência mundial.

Segundo Alexandre Barbosa (2005) "a dependência das agências de notícias é comum tanto nos veículos que conseguem manter correspondentes-caso raro na imprensa latino-americana- quanto nos que não tem capital para tanto - o que é mais comum. " (BARBOSA, 2005, p.194). O autor aponta ainda que a imprensa brasileira só mandava correspondentes em situações bem específicas como em casos de guerras de grandes proporções, mortes de grandes impactos ou um atentado de grande repercussão e, mesmo com o envio de correspondentes era muito comum usar as agências de notícias internacionais como a fonte da notícia, geralmente como complemento ou ilustração da informação (BARBOSA,2005, p.194).

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Consideramos que essa investigação que está em curso possui elementos significativos para a compreensão do funcionamento da imprensa maranhense na década de 1980. A leitura preliminar das fontes e textos nos trazem elementos significativos para compreendermos o teor dos discursos dessas notícias nos jornais maranhenses. Assim, pontuamos que a AP muito provavelmente possuía bases em vários países da América Latina e, também pelo mundo. A editoria de Internacional do periódico obtinha essas informações estrangeiras a partir da Associated Press de influência mundial, o que influenciou em certa medida na ampla divulgação do narcotráfico. A dependência das agências de notícias é comum tanto nos veículos que conseguem manter correspondentes-caso raro na imprensa latino--americana- quanto nos que não tem capital para tanto - o que é mais comum. Assim, este trabalho mostra-se fundamental para a compreensão dos discursos adotados na imprensa maranhense quanto a temas relacionados ao contexto nacional e internacional, levando-nos a compreender os caminhos percorridos e a ponte que conecta a história dos países envolvidos nessa dinâmica.

FONTE DE IMPRENSA

O Estado do Maranhão, 1984-1993. Biblioteca Benedito Leite, Centro de São, MA.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Pedro. Jornalismo Internacional em Redes (coleção "Cadernos da Comunicação", vol. 20). Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social/Prefeitura do Rio, 2008. Notas para uma História do Jornalismo de Agências. In: VII Encontro Nacional de História da Mídia. **Anais**. Fortaleza, 2009.

ARBEX JR, José. **Narcotráfico**: um jogo de poder nas Américas. Imprenta: São Paulo, Moderna, 1993.

BARBOSA, Alexandre. **A solidão da América Latina na grande imprensa brasileira**. 2005. 237 f. Dissertação**.** Escola de comunicação e arte, Universidade de São Paulo, 2005. Disponível em: teses.usp.br. Acesso em: 20/02/2022.

BASTOS, Bruno do Carmo. **A economia das drogas ilegais**: considerações a respeito da proibição versus descriminalização – o caso de Portugal**.** UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, monografia, 2018.

CAPELATO, Maria Helena. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. In: VILLAÇA, Mariana; PRADO, Maria Ligia Coelho (orgs.). **História das Américas**: fontes e abordagens historiográficas. São Paulo: Humanitas: CAPES, 2015. p.114-136. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br › mod › resource › view. Acesso: 20/06/2019.

COSTA, Ramom Bezerra. As origens do jornal O Estado do Maranhão. In: Intercom, Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação X Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste. São Luís, 2008.

CUNHA, Manoel Afonso Ferreira. **História, Historiografia e Imprensa**: revisitando João Goulart através dos jornais maranhenses no cotidiano escolar. 2018. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2018.

DALMIGLIO, N.; FINGERMANN, N. Guerra às drogas na era Cardoso: Brasil, narcotráfico e a questão das fronteiras. **Leopoldianum**, ano 47, 2021, n. 131. Disponível em: http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/moncoes. Acesso em:08/11/2021.

ESPERIDIÃO, Maria Cleidejane Silva. **Gigantes do telejornalismo mundial Mutações editoriais e tecnológicas das agências internacionais de notícias**. 2011. 310 f. Tese (Doutorado em Processo Comunicacionais) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2011. Disponível em: http://tede.metodista.br/jspui/handle/tede/947. Acesso em: 12/08/2022.

FILHO, Argemiro Procópio. VAZ, Alcides Costa. O Brasil no contexto do narcotráfico internacional. **Rev. Bras. Polít. Int**. vol. 40, n.1 Brasília Jan. 1997. Disponível em: Acesso: www.scielo.br › scielo › pid=S0034-73291997000100004. Acesso em: 30/08/2021.

HIRST, Monica. América Latina-EUA em tempos de pós-Guerra Fria. **Revista USP**, São Paulo, n° 84, p.24-37, dezembro/fevereiro de 2009-2010. Disponível em: https://www.revistas.usp.br › article › download Acesso em: 12/ 07/ 2022

HYLTON, Forrest. Introdução: recordando a Colômbia; Negociando a guerra suja (1982-1990). In. HYLTON. F. A revolução colombiana. São Paulo: Ed. UNESP, 2010, p. 29-44; 105-118. **Monções**: Revista de Relações Internacionais da UFGD, Dourados, v.2. n.3, jul./dez., 2013.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSK, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-154. Disponível em: gephisnop.weebly.com › uploads › fontes_historicas_carla_bassanezi_pinsky. Acesso: 20/05/2022.

PURDY, Sean. A História Comparada e o Desafio da Transnacionalidade. **Revista de História Comparada**, UFRJ, Rio de Janeiro, p. 64-84, 2012. Acesso: 20/09/2021. Disponível em: http://www.ppghc.historia.ufrj.br/index.php/destaque/publicacoes/revista-de-historia-comparada

RODRIGUES, Thiago. Narcotráfico e Militarização nas Américas: Vício de Guerra**. CONTEXTO INTERNACIONAL** – vol. 34, no 1, janeiro/junho 2012.

RODRIGUES, Thiago M. S. A infindável guerra americana: Brasil, EUA e o narcotráfico no continente. São Paulo, **São Paulo em Perspectiva**, vol. 16 n.2, pp. 102-111, jun. 2002. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 05/10/2021.

RODRIGUES, Thiago. **Política e drogas nas Américas**. São Paulo: EDUC: FAPESP, 2004.

SANTANA, Adalberto. A globalização do narcotráfico. **Rev. bras. polít. int**. 1999, vol.42, n.2, pp.99-116. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73291999000200006. Acesso em:23/10/2021.

SALLUM JR., B. (1996). Federação, autoritarismo e democratização. **Tempo Social**, 8(2), 27-52. Disponível em https://doi.org/10.1590/ts.v8i2.8629.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS

ANAIS DO

A INFLUÊNCIA DA CRIMINOLOGIA DA ESCOLA POSITIVA NO COMBATE A DELINQUÊNCIA E A PROSTITUIÇÃO EM CRATO-CE ATRAVÉS DO DISCURSO MÉDICO NA IMPRENSA LOCAL

Ravenna Rodrigues Cardoso[1]

RESUMO: As práticas médicas se consolidaram no século XIX, pelo menos um novo paradigma da existência delas, que é o que compreendemos como o saber cientifico, não à toa inserido no mesmo contexto histórico da formação da sociedade capitalista, tendo no seu interior o intuito de medicalização dos corpos. Partindo disso podemos refletir acerca dos diferentes estágios que visam "aprimorar" o papel político da prática da medicina, sobretudo através da higiene pública, que se torna mote de justificativa da sua presença atuante nas cidades. A função de médicos como Jesser de Oliveira, no período Ecos da semana, em Crato, interior do Ceará, era a de fazer circular as ideias higienistas que colocou corpos como os das prostitutas como um cancro social a ser combatido. Simpático aos ideais da escola Positiva o médico tinha uma prática discursiva de patologização dos ditos desviados. Nesse trabalho iremos nos deter na influência da criminologia e em como essa atuou no que diz respeito à mulher prostituta e à prostituição. O nosso objetivo é analisar as ideias da escola positiva que circularam na imprensa cratense em meados do século XX, mesmo após o seu declínio do continente Europeu. É notável a influência da Escola Positiva no periódico aqui analisado, sobretudo as ideias de Cesare Lombroso. Para ele um dos problemas das mulheres era serem sujeitas desprovidas de moralidade. E por esse mesmo motivo elas seriam mais calculistas e sedutoras, de forma que essas características não as levavam exatamente a cometer atos delituosos graves com maior frequência. Mas sim, inicialmente, para a prática da prostituição. Analisaremos a influência dessas ideias no combate à criminalidade e, sobretudo, a prática da prostituição em Crato.
PALAVRAS-CHAVE: Criminologia. Delinquência. Prostituição.

INTRODUÇÃO

Os juristas de cunho reformador, nas primeiras décadas republicanas, em consonância com os seus 'pares' do continente Europeu, reuniram esforços para alterar todo o conjunto dos princípios jurídicos que fora legado do liberalismo do início do século XIX. Tendo no seu seio fortes influências da "Escola Clássica", que fora interpretada pelos reformadores do século XX- adeptos da "Escola Positiva"- como "expressão audaciosa da filosofia liberal" porque os juristas e filósofos do século anterior utilizaram fortemente os preceitos básicos do pensamento iluminista, a saber; o livre arbítrio, a responsabilidade moral e o principal, o estabelecimento de punições fixadas de acordo com o delito cometido.

1 Aluna do mestrado em História da Universidade Federal do Maranhão. Pesquisa financiada pela CAPES.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

No Brasil temos que a influência dessa legislação dos iluministas foi reflexo da onda liberal que tomara conta de parte da intelectualidade brasileira no momento posterior à proclamação da República. Nas primeiras décadas do século XX, novas gerações de juristas apelavam pela substancial mudança da legislação com o argumento de que estariam vigorando valores e práticas da base oligárquica do período histórico anterior, o Brasil Imperial.

De acordo com Suenann Caulfield "nas décadas de 1920 e 1930, uma geração mais jovem recorreria a esse conjunto de leis para redefinir a defesa da honra e expandir a intervenção do Estado na família" (CAULFIELD, 2000, p, 56).

Os ares republicanos demandaram, ao menos em sua parte mais teórica[2], algumas reconfigurações. Durante o governo de Vargas, por exemplo, foi elaborado um novo Código Penal para a nação, em 1940, e esse é o que corresponde ao que estava vigente em boa parte do nosso recorte temporal. Ademais, os artigos 124 e 125 da Constituição de 1937 colocavam a família brasileira sob proteção do Estado. Durante esse período e baseado na máxima de sedimentação da família burguesa, essas se tornam tônica das práticas do governo, emergindo as questões higienistas que se operacionalizaram na sociedade brasileira continuadamente - visto que em período anterior houve a mesma preocupação.

As formas de operar higienista que contribuíram para a formação dessa "nova família nacional" sob tutela do Estado penetraram em diversos setores da sociedade, revelando-se nas políticas higiênicas do meio urbanizado; esse processo visava alcançar não apenas os espaços, mas a população como um todo.

Voltamos nossa análise para a cidade do Crato, onde na imprensa católica vamos evidenciar tais políticas e, sobretudo como essas operam com relação às mulheres prostitutas no começo do século XX. O pânico moral adentra as análises por consideramos que o lugar social de que a imprensa dispunha foi capaz e eficaz em criar inimigos em comum a serem combatidos, e é na seara desses "males" que vão ser demonizados, nas páginas dos jornais de então, entre outras questões, as mulheres prostitutas.[3]

"CASAS SUSPEITAS OU CABARÉS, QUE SÃO FOCOS DISPERSOS DE DELINQUÊNCIA E CRIMES": DISCURSO HIGIENISTA NO ECOS DA SEMANA

Direcionando nossos olhares, por exemplo, para os textos presentes no semanário Écos da Semana e o Ação, o que teremos é exatamente um discurso pautado nesses termos da escola positiva, reforçando, portanto, o papel da mulher como "rainha do lar", ao passo que a prostituição é posta como uma torção da natureza feminina útil e sadia. A utilidade, nesse caso, entendida em seus fins

2 Em campo inicialmente teórico porque consideramos que os processos históricos e os costumes e hábitos não seguem o mesmo fluxo das ideias e, mesmo que tenha havido esforço em todos os períodos históricos, raramente essas se estabelecem de forma hegemônica e imediata.

3 Além da questão da conduta feminina, encontramos como alvo de pânico moral a questão do comunismo e da "modernidade" com relação à moda e aos hábitos. De um modo geral, tudo que fosse considerado corrosivo para a sociedade conservadora e católica.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

reprodutivos e dentro da lógica da família burguesa. E aqui distintivamente colocamos utilidade em sentido duplo dado que, como muito já fora falado, existe a visão da prostituição como um "mal-necessário" para o funcionamento da sociedade, sobre isso veremos mais detidamente ao longo do capítulo.

Um dos mecanismos que é essencial para entendemos as questões sobre a prática da prostituição, as formas de violências atuantes e o que delas decorrem é o dispositivo da sexualidade de Foucault, que se forma por meio da difusão de regimes de verdades, saberes e olhares sobre os sujeitos e suas ações. Com isso, a sexualidade se constituiu como um dispositivo de controle que visava à regência dos corpos, dos costumes, e dos modos de existência na sociedade. Precisamos situar o leitor a respeito do que se trata, ou melhor, do que forma um dispositivo na acepção utilizada na nossa análise. E para tanto, usaremos a definição elaborada por Foucault, quando ele nos explica que um dispositivo:

> É, antes de tudo, um conjunto absolutamente heterogêneo que implica discursos, instituições, estruturas arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais e filantrópicas, em resumo: tanto o dito como o não dito, eis os elementos de um dispositivo (1977, p.24).

Portanto, o dispositivo se constitui como um aglomerado de práticas sociais e psíquicas que elabora razões de ser aos comportamentos, aos corpos, à linguagem, enfim, aos sistemas que operam nos e pelos sujeitos no cotidiano. É salutar atentar-se para as condições necessárias a que um dispositivo tenha como operar no corpo social; ele precisa, antes de tudo, de ser definido, estudado, falado e observado para então se consolidar e atuar. Essas produções passam pelo eixo da formação dos saberes, eixo da normatividade dos comportamentos e o eixo da constituição dos indivíduos, não necessariamente nessa ordem. É nessa linha de pensamento que o dispositivo da sexualidade nos auxilia a analisar as relações de poder que serpentearam o cotidiano das mulheres prostitutas de Crato.

A sexualidade e a manifestação desta não é algo dado, não são características imutáveis e naturais, pelo contrário, são frutos de construções sociais e históricas que permeiam as relações e as incontáveis possibilidades de experienciar o corpo e o desejo. Michael Foucault entende que em determinado momento a sexualidade passa a falar do sujeito mais do que ele próprio. É elementar enfatizarmos que as questões de gênero também são centrais na nossa percepção das relações de poder, tendo em vista a histórica dominação masculina4 sobre os corpos femininos e feminizados.

A vida dos sujeitos passaria a ser controlada por tecnologias de saber e de poder relacionadas aos aspectos biológicos. Assim:

4 Pierre Bourdieu diz que a "força da ordem masculina pode ser aferida pelo fato de que ela não precisa de justificação: a visão androcêntrica se impõe como neutra e não tem necessidade de se enunciar, visando sua legitimação. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica, tendendo a ratificar a dominação masculina na qual se funda: é a divisão social do trabalho, distribuição muito restrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu lugar, seu momento, seus instrumentos" ver mais em: BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. p.18.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

> [...] no decorrer da época clássica, das disciplinas diversas – escolas, colégios, casernas, ateliês; aparecimento, também, no terreno das práticas políticas e observações econômicas, dos problemas de natalidade, longevidade, saúde pública, habitação e migração; explosão, portanto, de técnicas diversas e numerosas para obterem a sujeição dos corpos e o controle das populações. **Abre-se, assim, a era de um "biopoder"** (FOUCAULT, 2021, p.151)

O modo de operação do biopoder tem como preocupação inicial a questão da população como problema político e científico, alinhado aos fenômenos de interesse que desembocam em aspectos econômicos e políticos em um nível mais amplo, a saber, ao nível que atinge e trata do coletivo. E por fim as tecnologias da biopolitica que operam no tecido social como um todo fazem uso dos mecanismos disciplinares que anteriormente foram atuantes no corpo individual. É justamente por centrar-se no controle da vida dos indivíduos que ao mesmo tempo esse carrega a ameaça de morte. Segundo Foucault:

> Se pudéssemos chamar de 'bio-história' as pressões por meio das quais os movimentos da vida e os processos da história interferem entre si, deveríamos falar de 'biopolítica' para designar o que faz com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos, e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana. (FOUCAULT,1988, p.134)

Os objetos que os saberes passam a criar e operar estão a serviço do poder, que tem como intencionalidade a manutenção e o controle da vida e da espécie. Nessa linha de pensamento a *população* passa a ser o conceito que se edifica para abarcar a coletividade. A população é esse "novo corpo: corpo múltiplo, corpo com inúmeras cabeças, se não infinito pelo menos necessariamente numerável" (FOUCAULT, 1999, p.291).

A biopolítica se ocupará das questões relacionadas aos sujeitos com vistas a regulá-los. É nesse sentido que as práticas da medicina vão se empenhar em higienizar os espaços e os sujeitos, com base em premissas que tem na coletividade sadia um funcionamento regular e útil. Para Lazzarato (2010), os dispositivos biopolíticos nascem no momento em que o Estado leva em consideração a questão de como se devem governar as pessoas, os bens, as riquezas; quais estratégias devem ser criadas, para que um bom pai saiba fazer prosperar sua família.

Direcionemos essa operacionalização do biopoder para os argumentos utilizados em forma de defesa social da população cratense, sendo que o Poder Judiciário alegava estar promovendo o afastamento de 'intrusões negativas e descabidas" do meio familiar citadino. Em documento enviado pelo Departamento de Polícia do Interior-DPI, Antônio Soares Chagas encaminhou o seguinte pedido:

> Registro, nesse oficio, entendimento pessoal deste Juiz com Vossa Excelência, a fim de obter resposta escrita resolutiva, conciliando interesses dessa Comarca.
> I- Vossa excelência me afirmou que **ordenaria, para afastar intrusões descabidas e negativas**, instruções ao Sr Delegado Especial de Polícia do Crato, no sentido de **tanger, dos centros comerciais e familiares desta cidade, casas suspeitas ou cabarés, que são focos dispersos de delinquência e crimes**, tal como é o anseio comunitário local. (Grifos nossos)

Nesse oficio, oriundo da instituição judiciária, nota-se a operacionalização do biopoder para regular espaços da cidade do Crato. São expostas como intrusas e negativas presenças que não condizem com um espaço que se pretende "moderno" e higiênico. Ao evocar soluções que objetivem afastar "intrusões", o ponto inicial é a observância de serem corpos outros, sujeitos que não eram bem quistos, por serem "presenças negativas". É revelador também para que possamos situar, nessa operação, quem são as pessoas a serem banidas do meio asseado, postas como delinquentes e propensas ao crime. As mulheres meretrizes são postas como foco de delinquência, nada distante dos pressupostos criminológicos que no século XIX delegaram a essas sujeitas a participação na desordem social pelos seus costumes e tudo que as cercava, incluindo sua própria existência no sentido biológico.

Acionar autoridades para "tanger" essas pessoas dos centros onde habitam as famílias deve ser entendido como estabelecimento de relações em que o poder delibera quem pode reclamar e quem é alvo de reclamações. Sobre quem tem direito de permanecer e quem deve retirar-se. São colocados constantemente em campos opostos, em uma dualidade que é despertada para reiterar que a existência desses "dois mundos" não deve ser tão próxima. E são os poderes institucionais de regulação e controle da população que tentam estabelecer esse limiar.

As tecnologias do biopoder e seus fenômenos sedimentaram um poder científico de regulamentação, nisso:

> "Temos uma tecnologia que, por sua vez, é centrada não no corpo, mas na vida; uma tecnologia que agrupa os efeitos de massas próprios de uma população, que procura controlar a série de eventos fortuitos que podem ocorrer numa massa viva; uma tecnologia que procura controlar (eventualmente modificar) a probabilidade desses eventos, em todo caso compensar seus efeitos. É uma tecnologia que visa, portanto não o treinamento individual, mas o equilíbrio global, algo como uma homeostase: a segurança do conjunto em relação aos seus perigos internos [...] trata-se de uma tecnologia em que o corpo é individualizado como organismo dotado de capacidades e, no outro, de uma tecnologia em que os corpos são recolocados nos processos biológicos do conjunto. " (FOUCAULT 2002, p. 297)

A função desse mecanismo de controle social é identificar os fenômenos que acometem a população e incorporá-los em uma série de acontecimentos prováveis, podendo com isso, estabelecer limites aceitáveis para suas ocorrências. Com isso ocorre um alargamento das normatizações, tornando viável a institucionalização dos mecanismos de controle e vigilância social para atestar a normalidade ou denunciar a patologia-anormalidade dos sujeitos. Na esteira de saberes que pressupõem um campo polarizado entre normalidade e anormalidade, os estudos da criminologia desenvolveram e "aperfeiçoaram" seus saberes.

Michel Foucault chama de discurso um conjunto de enunciados, que vão se sustentando na própria formação discursiva, sendo os enunciados produtos de outros que os antecedem ou o sucedem. O discurso não é, portanto, uma simples sequência de palavras. Para a historiadora Cláudia Maia, os "[...] discursos devem ser entendidos em suas condições de produção, ou seja, na situação/circunstância em que emerge um enunciado, ou que se faz uma enunciação" (MAIA, 2011, p.54). Diante disto, podemos pensar que o discurso se constitui como uma prática que relaciona a língua

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

com "outras práticas" no campo social. Para Maia (2011, p.66) "O discurso literário foi, sem dúvida, um dos mais ágeis na construção e difusão de representações da mulher celibatária", seguimos esse mesmo rastro quando pensamos na construção da representação da mulher prostituta, o discurso literário também discorreu muito sobre elas.

Algumas atividades eram expostas como corrosivas, e aqui vamos dar destaque ao trato sobre o cinema e as recomendações e posicionamentos dos articulistas dos jornais para o público leitor de Crato e consumidor da cinematografia;

> O simples fato de **rameiras vadias se nivelarem nas cadeiras de cinema com as nossas honradas famílias já denuncia o zêlo dos empresários cinematográficos locais pela moral familiar**, bem como a insensibilidade moral de quantos se acomodam a esse desditoso conluio. Está em cartaz, agora, o filme GILDA. Porque **descreve cenas de alcova, exaltando o meretrício**, vai melhorar as finanças de empresários... com a avultada renda dos aficionados da lubricidade. O cinema, em vez de ser entre nós, uma escola superior de formação social, nunca dissociada da moral, passa a ser **uma escola de perversão** com o seu elenco de histórias incendidas de amores criminosos. É sabido o mal que os maus filmes produzem na alma. **Por glorificarem os vícios e as paixões**, são ocasiões de pecado; arrastam a mocidade para o caminho do pecado; revelam a vida de um falso prisma; ofuscam o ideal; destroem o amor puro; o respeito devido ao casamento; as íntimas relações do convivo doméstico. (*A Ação*, p.1, 18 de abril de 1948)

Uma questão já apontada se dá com relação aos usos dos espaços de sociabilidade, e isso fica evidente nessa matéria redigida pelo Padre Pedro Rocha de Oliveira. São duas condenações expressas nesse trecho; em primeiro lugar a insistência de tangenciar as mulheres de vida pública de uma proximidade em termos de convivência com outros populares, de acordo com o padre o simples fato de sentarem-se lado a lado já se configurava como uma afronta, pois ao fazerem isso estariam se "nivelando" e não no sentido apenas da posição ocupada nas cadeiras de cinema, mas no sentido moral do modo de vida, ou seja, sentar-se ao lado dessas mulheres era assemelhar-se a elas, e por isso não recomendado. Em segundo lugar tem-se a tentativa de censura de filmes que, na visão do Padre era inapropriado porque "*descreve cenas de alcova, exaltando o meretrício*". A tentativa de barrar exibições de alguns filmes chegou a ocupar uma coluna do periódico. Nela, era listado o que era condenável de se assistir - o que é interessante perceber é que quem escrevia, assistia aos filmes para então filtrar, ou recebia de espectadores que após já ter visto, relatavam o motivo de não ser exibido -as produções tinham uma espécie de "sinopse" com vistas a explicar o motivo de ser inapropriadas. Esse resumo nem sempre condizia com a trama do filme - o próprio filme *Gilda* não faz jus a tal descrição do Padre. Importante atentarmos para o fato de a descrição do filme partir de um indivíduo que tem os valores enrijecidos em razão de sua profissão, portanto deve-se levar em conta que pode haver um certo exagero na sua fala. Pedro Rocha sabia da influência que o cinema tinha na sociedade. E reconhece esse potencial ao lamentar que ao invés de ser uma escola de formação social, estivesse servindo para exibição de cenas que "glorificavam" os vícios, sendo esses vícios justamente os que eram condenáveis pela religião católica.

Os aspectos de uma boa feminilidade, em outras palavras, a do campo da normalidade e da regra, foram sedimentados, em grande medida, pela influência das teorias oriundas da criminologia

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

e do campo da religião, bem como da medicina. Nesse primeiro momento, iremos nos deter na influência da criminologia e em como essa atuou no que diz respeito à mulher prostituta e à prostituição, assim como em outros assuntos que estavam ligados ao pensamento da Escola Positiva. Ao longo do tempo, vários grupos de intelectuais se reuniram em torno do que hoje conhecemos como Escolas Penais; em uma definição mais geral temos que:

> As escolas penais são concentrações de ideias por alguns estudiosos no setor de Direito Penal, são doutrinas baseadas em fundamentos de várias naturezas e tem como objetivo compreender o fenômeno do crime, bem como do sistema penal. As escolas penais são divididas em: Clássica e Positiva, elas são as únicas que possuem posicionamentos bem fundamentados de modo que essas seriam as escolas puras. Existem também outras escolas, porem são classificadas como intermediárias, não ortodoxas, são elas: terza scuola, escola moderna alemã, escola técnico-jurídica, escola correcionalista e movimento de defesa social (BEZERRA, SILVA, SOKOLOWKI, FAVERO, p.79).

Diante disso, temos que cada escola penal construiu seus respectivos conjuntos de conceitos jurídicos e seus métodos para assegurar suas ideias e conceitos. Dentre essas escolas, temos um dever de nos debruçarmos mais detidamente sobre os conceitos e pressupostos da Escola Positiva[5], pois é nela que encontraremos um dos nomes mais fortes sobre as sujeitas históricas que são o foco desse trabalho, as mulheres prostitutas.

Ao estudar as mulheres[6], as questões levantadas pelos estudiosos da Escola Positiva são similares às que fundamentaram os estudos do homem delinquente. Isso quer dizer que foram buscar consolidar o que eles chamaram de teoria atávica. O atavismo foi explicado como sendo um retrocesso na evolução, ou seja, seria uma pessoa que não teria se desenvolvido no mesmo ritmo que as demais, dessa forma tem-se na teoria atávica a noção de haver uma herança primitiva nas características biológicas que tenderiam a tornar o sujeito delinquente.

Diferente do homem delinquente, as mulheres, para Lombroso, eram passivas e fisiologicamente inertes; isso o levou a defender a ideia de que o sujeito feminino teria maior adaptação e obediência às leis que os homens. Portanto, segundo o médico psiquiatra, as mulheres com maior grau de periculosidade eram as que "se comportavam como homens"; não à toa ele incluiu as mulheres lésbicas em suas teorias, no intento de categorizar como anormal e mensurar o grau de tendência para a delinquência. Isso de forma nenhuma isenta a ideia do perigo próprio de um feminino "desviante", sem as características observadas nas lésbicas.

5 Lombroso é considerado o fundador da chamada antropologia criminal, e juntamente com Ferri (fundador da sociologia criminal) e com Garofalo (jurista autor da obra *Criminologia*), encabeçou a chamada Escola Positiva, cujo objetivo central era a investigação das causas da criminalidade, que partia do paradigma etiológico. O paradigma etiológico ergue-se sobre os alicerces da antropologia criminal construída por Lombroso, e a sociologia criminal de Enrico Ferri. Trata-se de uma tentativa de conferir à disciplina o estatuto de ciência segundo os pressupostos epistemológicos do positivismo, e o fenômeno, mais amplo, de cientificização do controle social (ANDRADE 1995, p. 24).

6 A título de elucidação, o estudo das mulheres nesse caso é em muito diferente do que justificamos atualmente ao se pesquisar no campo de gênero e história das mulheres. Nesse caso das Escolas Penais, não havia intenção de dar destaque às mulheres como sujeitas históricas, os intentos desses estudos se debruçaram em patologizar os corpos femininos considerados não saudáveis.

No periódico *A Ação*, em uma matéria sobre o recato feminino e a austeridade paterna, o articulista alertava que "[...]. Cresce dia a dia a tendência na ala feminina para a masculinização da mulher". (*A Ação*, 19 de set. 1943, p.1). Isso posto, podemos enveredar por dois aspectos que emanam para nós a partir dessa passagem. Em primeiro lugar o risco de uma "masculinização" da mulher estaria ligado à crescente presença feminina em salões de dança na cidade e em busca de oportunidades de emprego no espaço público, o que não era visto com bons olhos porque os homens perderiam lugar para as mulheres. Em segundo lugar encaminhamos a linha de raciocínio para o risco que se sentia, como apontado por Cesare Lombroso, de que as mulheres que "se comportavam como homens" eram perigosas, e nisso podemos fazer uma dupla reflexão, pois o risco dessa masculinização tão temida não parece estar somente ligado à sexualidade, mas a aspectos da vida como a sociabilidade e as oportunidades de trabalho.

Para Lombroso, um dos problemas das mulheres era serem sujeitas desprovidas de moralidade. E por esse mesmo motivo elas seriam mais calculistas e sedutoras, de forma que essas características não as levavam exatamente a cometer atos delituosos graves com maior frequência. Mas sim, inicialmente, as inclinava para a prática da prostituição.

Embora muitas escolas penais tenham desenvolvido teorias criminológicas, Lombroso e Ferrero acabaram tendo maior peso no que se refere especificamente à mulher prostituta. Em conjunto, eles escreveram na Itália em 1893, a obra *A mulher delinquente: A prostituta e a mulher normal*. Faz-se uma distinção entre essas categorias de mulheres, sendo a prostituta compreendida como uma degeneração da mulher normal.

A partir de características físicas e comportamentais, eles formularam teorias que seriam "determinantes" para ter propensão a tornar-se prostituta, como o tamanho do quadril, do crânio e outras características comportamentais como a risada, o deboche, a voz rouca; essas avaliações pregavam notadamente um determinismo. Para cada tipo de delito existia um tipo específico de criminoso que partilhava as características que levavam ao ato infracional e à catalogação da degeneração. Considero uma ótima definição a que foi dada por Daniel Faria: "[...] O que a sociologia criminal e a criminologia positivista têm de mais decisivo é o deslocamento do foco da questão do ato criminoso em si para a personalidade daquele que comete o crime" (2017, p.161). Uma das diferenças cruciais entre a Escola Clássica e a Positiva, estava exatamente neste elemento.

Para a criminologia clássica, que antecede a criminologia positivista, o cerne do debate e das formulações residia na compreensão do ato criminal perpetrado, com vistas a avaliar o seu potencial de gravidade para que fosse definida a punição correlata ao crime cometido. Diferentemente da Escola Positiva, na qual o foco passa a ancorar-se no sujeito e na sua predisposição à criminalidade. Segundo Martins (1999, p.186), o pensamento criminológico positivista vai buscar as causas da criminalidade, entendida como uma entidade ontológica e pré-constituída, fenômeno de um comportamento desviante inerente a determinados indivíduos.

Devemos apontar que a "gênese"[7] dessas concepções jurídicas e tudo que as envolve surgem na Europa no final do século XIX. Porém essas ideias cruzaram o Atlântico e foram bem recebidas e

7 O termo gênese aqui não está sendo usado na tentativa de identificar um ponto zero ou um "mito de origem", mas sim para situar de onde parte a nossa reflexão.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

difundidas em outros continentes, chegando à América e consequentemente ao Brasil. De acordo com Marcos César Alvarez:

> O fato de a antropologia criminal ter ganho impulso na América Latina no momento em que entrava em decadência no continente europeu deve ter facilitado o reconhecimento internacional dos autores que, no Brasil, se fizeram discípulos das novas teorias, pois, se Lombroso e seus seguidores já não encontravam a mesma receptividade para suas idéias no cenário europeu, podiam encontrar na América Latina e, especificamente, no Brasil grande número de entusiastas dispostos a divulgar as principais idéias do pai da antropologia criminal e de seus correligionários (ALVAREZ, 2002, p. 684).

As recepções das teorias da Escola Positiva encontraram solo fértil no Brasil, em projetos de cunho higiênico principalmente. Portanto, é válido situarmos a análise das ideias que cruzam o Atlântico e são difundidas no Brasil pelos médicos, juristas e etc., dentro do terreno da História Conectada. Para José D´Assunção Barros:

> As histórias conectadas, ou "histórias interconectadas", surgiram nesse mesmo grande movimento que se tem constituído em torno da sugestão de favorecer a ultrapassagem das fronteiras historiográficas artificiais. Não constituem necessariamente "histórias transnacionais", embora frequentemente também o sejam, **no sentido que o historiador é quem define o que está conectado**. Por outro lado, certos objetos e problemas históricos, demandam a combinação entre história conectada e história transnacional (BARROS, 2019, p.11) (Grifo nosso).

Posto isso, ao incorporarmos ao debate a recepção e circulação de ideias que cruzam o Atlântico e vão encontrar solo fértil no Brasil, podemos nos apropriar desses elementos que a História Conectada fornece. É válido mencionar que essas teorias que regem os processos de higienismos sociais no Brasil, abarcaram também outros temas, ou seja, há na transposição atlântica de ideias uma interseccionalidade para a análise historiográfica, se pensarmos nas questões de imigração que estavam pautadas em projetos de "melhoramento da raça" ou mesmo no de costumes e relações de gênero, como no caso dos comportamentos femininos que foram fortemente influenciados pela medicina e pelos contratos jurídicos como casamento e etc. Todos frutos de circulação de ideias transnacionais, que obviamente se modificam em cada localidade, mas ainda assim fruto de circulação.

Notamos essa influência de ideias da Escola Positiva no periódico Écos da Semana: órgão da união dos estudantes de Crato. Esse jornal foi idealizado pelos estudantes do Colégio Diocesano e circulou por pouco mais de dois anos na cidade. Nesse periódico o Doutor Jeser Oliveira[8], médico formado pela Faculdade de Medicina[9] da Bahia, constantemente invocava em seus textos para o povo cratense, se justificando com base nas ideias dessa escola. Em um artigo intitulado CRIME o médico escreve que:

8 Optou-se por manter o nome do autor do texto da forma como ele assina em suas matérias.

9 Mesmo que nesse momento a Bahia não seja capital do Brasil, podemos mensurar a importância que a Faculdade de Medicina de Salvador tem no País, e de como ser uma região litorânea que foi elo pelas relações portuárias pode receber essas ideias que se espalham no corpo social.

> Sabemos todos que **o criminoso é um tarado incapaz de frenar as tendencias inatas delictuosas**. Não vem ao caso para em um jornal informativo citar **Cesare Lombroso, Garafolo, Ferri, Tardi e quantos mais entre os fundadores da escola positiva da criminologia**. O que cumpre é dizer ao povo é que o crime é o maior atentado ao direito de existência, e que **o criminoso não é propriamente um louco, e sim, quando muito, um fronteiriço. E' figura detestável nos meios asseados**, onde quem dirige é o espirito com elevado teor de compreensão. **As inclinações para o delicto** são inatas. Mas o indivíduo em seu estado normal, domina ou recalca sem sacrifício os seus impulsos criminaes. Heis aí o que se pode chamar de ameaça constante á sociedades. [...] **N´este sentido é que desejamos fazer um apelo ao Exmo Snr. Governador do Estado, ao D.D chefe de polícia e ao honrado Snr. Prefeito Municipal, para que voltem suas vistas para o Crato e livrem o grande município e a principal cidade do interior do Ceará das garras do facinorismo destruidor** (*Écos da semana*, 1948. p.5) (Grifos nossos).

Os argumentos utilizados pelo médico Jeser Oliveira são notadamente imbuídos de influências da Escola Positiva. Com misto de intelectual que mostra saber de forma fundamentada na referida escola e, ao mesmo tempo, em tom modesto para que o leitor desatento ou menos instruído não fique totalmente alheio aos seus argumentos, ele proclama que não caberia citar, embora cite os maiores nomes da antropologia criminal, e na sequência desenvolve uma forma como a própria teoria lombrosiana vai sendo explicada para os leitores, a ponto de diferenciar, por exemplo, o criminoso nato do louco. Nas classificações de Lombroso, apresentam-se os seis tipos de criminosos: o nato, o louco moral, o epiléptico, o louco, o ocasional e o passional.

Destarte, ao falar em criminoso e no louco como um fronteiriço, o médico Jeser Oliveira denota bastante apropriação e concordância com tais teorias. Primeiramente porque na teoria lombrosiana essa diferença entre o louco e o criminoso existe, e em segundo lugar, porque após exemplificar com estes tipos, ele não se contrapõe a nada, e faz uso das teses de Lombroso, exatamente por acreditar nas mesmas.

No que tange à categorização para as mulheres, Lombroso elencou que se encontravam: a criminosa nata, criminosas ocasionais, as suicidas, as lunáticas, as moralmente insanas, as histéricas e as criminosas da paixão.

Podemos vislumbrar influência dessas teorias também em publicações do jornal *A Ação,* que era idealizado pela Diocese de Crato. Em publicação quinzenal, em vinte e três de setembro de 1951, em número de edição 513, o padre Pedro Rocha de Oliveira alertava que as prostitutas eram mulheres:

> **Audaciosas e provocantes**, infestando a vizinhança de lares honrados, **zombam e ridicularizam** a quantos erguem seus justos reclamos contra tamanha **perversão moral e social**. Paralelo ao libertarismo de meretrício, avolumando um **cortejo de vícios**. Multiplicam-se os casos de desonras, perpetrados por vezes, sob influxo do exemplo das marafonas. O cancro moral está cavando a ruina de nossa sociedade (*A Ação.* 23, set, 1951, p. 01).

Notadamente o imaginário dos articulistas do periódico cratense era povoado pela representação de serem essas mulheres portadoras de um poder de sedução e uma audácia que as diferenciava do modelo feminino recatado. De acordo com Contardo Calligaris (2005, p.7), há um sistema de divisão binário entre as mulheres, a prostituta e a do lar, amplamente alimentado pela sociedade

para reforçar estereótipos. Na mesma linha de pensamento, Ana Carolina Schmidt Ferrão aponta que "a prostituta é o arcabouço dos estereótipos. Essa inferiorização demasiadamente acentuada, além do estereótipo, cumpre uma função social de controle e opressão sobre outras mulheres" (2017, p. 6).

É exatamente isso que se encontra expresso na passagem do periódico, percorrendo-se a linha da inferioridade evocada no discurso de cunho moralista quando se usam adjetivos como "audaciosas", "provocantes" e que zombam e levam ao ridículo a reputação das famílias honradas das adjacências. Não podemos perder de vista as operações históricas e sociais que levam a essa categorização de grupos específicos de sujeitos sociais, movidos tanto pelos costumes e valores da época, como pelo que se conhece como sendo a "ciência" do período.

Obviamente o estigma que a mulher prostituta carrega não foi e nem é algo que surgiu do nada. Foi necessária, para que se esbarre em adjetivações e estereótipos que constituem essa estigmatização, uma rede de 'saberes e dizeres" sobre essa identidade. Muito nos é útil a declaração de Erving Goffman no que tange ao estigma. De acordo com o sociólogo; o estigma é definido por ser uma marca profundamente depreciativa que emana de acordo com o conjunto de linguagem e de relações já estabelecidas. Se a marca que alguns sujeitos carregam do ponto de vista do preconceito é o que se encontra mais enraizado no corpo social, não podemos desacreditar que o estigma que marca a prostituta tenha como agravante teorias que, com o status de cientificidade, tenham elaborado um conjunto de saberes que induz ao estigma sobre sua sexualidade e tudo que a cerca.

Dessa maneira, temos que essas formulações que estigmatizaram determinados corpos e identidades ao longo dos tempos tem na sua base molecular as próprias relações de poder de uns indivíduos sobre outros. Quanto às características de um indivíduo que possui algum estigma, Goffman propõe três tipos; a saber: a culpa de caráter individual, as abominações do corpo e os estigmas tribais de raça.

No caso das prostitutas, o estigma em sua identidade social está intrinsecamente ligado ao primeiro tipo, o que é bem perceptível quando vemos as adjetivações e os enunciados sobre elas tanto nos processos como nos jornais. Segundo Regina Medeiros (*apud* SILVA, 2011), a atuação da prostituta está relacionada à negação do papel reprodutor da mulher, pois ela está inscrita no lugar de gozo sexual e atua no anonimato das ruas, longe das questões familiares. "

REFERÊNCIAS

BARROS, José d'Assunção. **História cruzada: considerações sobre uma nova modalidade baseada nos procedimentos relacionais**. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 21, n. 40, p. 277-310, 2014b.

CAULFIELD, Sueann. Janeiro (1918-1940). **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de janeiro.** Campinas, SP: Ed. UNICAMP: CECULT, 2000.

CALLIGARIS, Eliana dos Reis. **Prostituição: O eterno feminino**. São Paulo: Escuta, 2005.

FERRÃO, Ana Carolina Schmidt. "Nuances da representação da prostituição feminina: o êxtase do estereótipo em "contos da vida difícil". In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress** (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____**A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau Ed, 1996.

_____**História da Sexualidade I: A Vontade de Saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____**Nascimento da Biopolítica**. Curso no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____**Segurança, Território, População**. Curso no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

MAIA, Cláudia de Jesus. **A invenção da solteirona: conjugalidade moderna e terror moral: Minas Gerais 1890-1948**. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2011.

LOMBROSO, Cesare; FERRERO, Guglielmo. **A mulher delinquente a prostituta e a mulher normal.** Tradução; Antonio Fontoura. Ed; AntonioFontoura , Curitiba, 2017.

BEZERRA, SILVA, SOKOLOWKI, FAVERO; A INFLUÊNCIA DAS ESCOLAS PENAIS NO DIREITO PENAL BRASILEIRO. Disponível: https://www.fag.edu.br/upload/revista/jinteg/5db82d710e669.pdf.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

HENRIQUE SCHUTEL E O INTERMÉDIO DAS ITINERÂNCIAS: DIPLOMACIA E MOBILIDADE NO BRASIL OITOCENTISTA

Guilherme Borges da Silva[1]

RESUMO: A história da diplomacia no Brasil do século XIX apresenta características até então singulares. As relações entre autóctones e estrangeiros forjaram em determinados espaços territoriais uma relação de encontros e desencontros marcada por conflitos e interesses das mais díspares naturezas. Entre tais, a atuação de Henrique Schutel em Desterro, na antiga província de Santa Catarina, evidencia os modos e os meios pelos quais as relações diplomáticas entre nacionais e imigrantes, residentes e viajantes, se constituíram e foram negociadas no processo de construção da nação e da nacionalidade brasileira.
PALAVRAS-CHAVE: Diplomacia. Henrique Schutel. Itinerâncias.

O movimento expresso na ideia de fluxo e refluxo de pessoas, mercadorias, agentes, organismos e instituições se tornou responsável pela criação de singulares processos socioculturais na história nacional brasileira.[2]

A mobilidade transoceânica no século XIX, estabelecendo uma integração entre territórios geograficamente distantes, acabou por gerar novos e variados processos, nos quais fatores humanos, sociais, culturais, e político-econômicos apresentaram-se como novos fenômenos dinâmicos.

Deste modo, indivíduos, grupos e populações imersos nesses fluxos assentaram-se como articuladores e multiplicadores de mobilidade, demudando as formas até então habituais de sociabilidade e suas relações políticas e socioculturais.[3]

Logo, a percepção dos espaços de integração que conferiram globalidade aos processos históricos se tornam essenciais à tais considerações, já que, implicados pelos fluxos de chegada e saída, estes fluxos ligaram-se profundamente a outros fenômenos sociais de igual relevância.

Além de pessoas, transitavam também as ideias, as crenças, os costumes e as práticas culturais, num oceano de possibilidades que assinalavam os processos humanos e relacionais que forjaram a existência social e o posicionamento dos indivíduos na sociedade, bem como seu respectivo tratamento.

1 Especialista em Direito Internacional e Direitos Humanos pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Mestrando em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo. guilherme.silva.92@edu.ufes.br.
2 RUSSELL-WOOD, Anthony John. **Histórias do Atlântico português**. São Paulo: Unesp, 2014, p. 12.
3 DURAND, Jorge; LUSSI, Carmem. **Metodologia e Teorias no Estudo das Migrações**. Jundiaí: Paco Editorial: 2015, p. 45.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

A vivência e a sociabilidade de seus atores, sublevados pela ascensão da *esfera pública* e de novos espaços de sociabilidade no século XIX, caracterizavam internamente o encontro e embate de ideias e opiniões no Império do Brasil.[4]

Em tais circunstâncias, a mediação espacial do poder, arrojava em território brasileiro um constante e progressivo processo de negociação da condição nacional e estrangeira, que pautava-se sobretudo entre os pares da identidade e diferença.[5]

No Brasil Oitocentista, o modo como se arquitetaram e foram apropriadas as categorias de nacionais e estrangeiros, e suas respectivas identidades regionais e/ou nacionais se constituíram através de diferentes processos de rupturas e adequações.[6]

Dessa forma, o vocabulário político e social do século XIX se tornava consequentemente o resultado da emergência novas identidades. À medida que a modernidade política se fazia almejada e os embates entre grupos e facções e seus discursos identitários se opunham, conceitos antitéticos e novas percepções da realidade ganhavam vida.[7]

"[...] *e querem introduzi-la no Brasil! É mais um estrangeirismo*!" assinala o dramaturgo, jornalista, e contista Artur Azevedo em seu conto O Plebiscito, ao tecer considerações sobre a vida moral, estética, cultural e econômica dos cidadãos brasileiros ao longo do século XIX.

Marcadas pelo ceticismo e incessante ironia, as transformações por que passava a sociedade brasileira no período imperial, acham no autor um de seus múltiplos olhares, que, associados à noção de cultura comum e consciência nacional, manifestavam a crença imperiosa de suas lealdades e identidades.

Tais evidências, demudam um conflito que permeava não só os desafetos da vida cotidiana, mas que influenciara também todo o processo de construção histórica do autoentedimento nacional e suas alteridades.

Em um campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciavam na produção de verdadeiras lutas de representações,[8] a multiplicidade e dinamicidade dos fluxos itinerantes e migratórios supõe uma atenção elementar.

Para Sayad, a simples "presença no seio da ordem nacional de indivíduos não-nacionais" evocam um problema de ordem social.[9] Os embates e interações culturais, nos permitem observar que as classificações identitárias nacionais, longe de serem tomadas como concepções eternas e imutáveis, registraram essencialmente uma historicidade cara ao século XIX.

4 NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Liberalismo Político no Brasil: idéias, representações e práticas (1820-2823). *In*: GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; PRADO, Maria Emilia (Orgs.). **O Liberalismo no Brasil imperial**: origens, conceitos e prática. Rio de Janeiro: Revan, 2001, p. 78-79.
5 DURAND; LUSSI. *op. cit*., p. 46.
6 FERREIRA, Fátima Sá e Melo. Entre categorias e autorrepresentações: uma reflexão sobre identidades étnicas, sociais e territoriais no mundo Ibero-americano (1750-1870). *In*: NEVES, Lucia Bastos P.; FERREIRA, Fátima Sá e Melo.; NEVES, Guilherme Pereira das (Orgs.). **Linguagens da Identidade e da Diferença no Mundo Ibero-americano (1750-1890)**. Jundiaí: Paco Editorial, 2018, p. 20-21.
7 *Ibidem*., p. 21
8 CHARTIER, Roger. **A História Cultural**. Entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 1990, p. 17.
9 SAYAD, Abdelmalek. **Imigração ou os Paradoxos da Alteridade**. São Paulo: EDUSP, 1998, p. 265-286.

São construções intelectuais em disputa, que registravam e moldavam o que se alterava e persistia nas estruturas sociais, delimitando os horizontes entre o aceitável e o inaceitável no período Oitocentista.[10]

A questão nacional no século XIX se estendia para questões além do mero "direito de solo", trazendo consigo preceitos assimilacionistas contidos no plano ideal da composição do território nacional brasileiro e suas ideias de *brasilidade* e "abrasileiramento".[11]

Ao elevar para um núcleo civil e político as questões sobre a identidade da nação e do povo brasileiro, a tentativa de impor uma *brasilidade* buscava controlar de forma excepcional os processos reinventados, geográfica e historicamente, de novas relações de poder e de identidade no território de uma nação recém-independente.[12]

Objetivando o controle social da mobilidade estrangeira e migrante, parte das elites econômicas do país aplicaram-se ao agenciamento dos imigrantes como forma de gerenciar as itinerâncias regionais e transnacionais e ao mesmo propiciarem a modernização das bases político-industriais do país.[13]

Deste modo, os limites e projeções, bem como suas caracterizações entre desejáveis e indesejáveis no plano nacional atravessavam os projetos políticos de uma "ordeira" pátria que se pretendia consolidar.

Dessa forma, uma política dada ao controle das populações, aflorava-se num momento em que os "nacionalismos étnicos", sistematizados durante o século XIX, estabeleciam as diretrizes das políticas dadas aos chamados "estrangeirismos".[14]

Situando a relevância de uma intermediação e intercessão do fluxo de populações e demais mercadorias sobre a jurisdição nacional, os novos projetos de modernização das bases político-institucionais do país estabeleceram uma relevância em que se sobressaia a atuação os consulados e órgãos administrativos federais no século XIX.[15]

As centralidades administrativas e as mais altas importâncias e responsabilidades no que se refere à agência e controle entre o alcance e a desmedida entre interações locais e estrangeiras no Brasil imperial, estariam sob a tutela de tais repartições.

10 NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Estrangeiro em sua própria terra**: representações do brasileiro, 1870/1920. São Paulo: Annablume, 1998, p. 17-18.
11 SEYFERTH, Giralda. As identidades dos imigrantes e o melting pot nacional. **Horizontes antropológicos**, v. 6, n. 14, p. 143-176, 2000, p. 144.
12 LESSER, Jeffrey Howard. **A invenção da brasilidade**: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração. São Paulo: Editora Unesp, 2015, p. 52-55.
13 MARTINS, José de Souza. **O cativeiro da terra**. São Paulo: Contexto, 2010, p. 95-96.
14 SEYFERTH, Giralda. Imigrantes, estrangeiros: a trajetória de uma categoria incômoda no campo político. Trabalho apresentado na Mesa Redonda Imigrantes e Emigrantes: as transformações das relações do Estado Brasileiro com a Migração. **26ª Reunião Brasileira de Antropologi**a, realizada entre os dias 01 e 04 de junho de 2008, p. 2, Porto Seguro, Brasil. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ha/a/gK3bVRDv5Zn85XKdC7Yw7Lh/abstract/?lang=pt. Acesso em: 23 dez. 2022.
15 MELLO, Cássila Cavaler Pessoa de. **Ser estrangeiro no império**: direitos, restrições e processo de naturalização (1822-1854). Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2018, p. 70.

Os consulados e seus representantes no período entre 1830 e 1860 davam-se dessa forma à intermediação das relações de sociabilidade e territorialização dos assuntos e fluxos acirrados, salientando de tal forma a centralidade e estima dos agentes consulares e suas decorrentes atuações provinciais de apaziguamento.[16]

A facilitação e o intermédio entre tais, tipificavam a sorte dos constantes conflitos entre autóctones e estrangeiros, dada a constante itinerância de navios pelos portos brasileiros no período.

Dentre muitos cônsules e agentes consulares no Império, Henrique Schutel merece aqui nosso destaque. Sua atividade de mediação e intercessão entre autóctones e estrangeiros no porto de Desterro no Rio Grande do Sul se sobressaem nos documentos e fontes como um alvo de digno de apuração.

Nascido em 1805, na Suíça ou na região norte da Itália, Henrique Ambauer Schutel foi um dos pioneiros da imigração italiana no Brasil, tornando-se um dos precursores dos empreendimentos coloniais nas províncias do sul do país.[17]

Ao erigir um empreendimento colonial na antiga cidade de Desterro, cognominada "Demaria & Schutel", a companhia colonizadora tinha como objetivo a agência e a mediação entre o arranjo e colonização das terras provinciais de Santa Catharina por imigrantes.[18]

Suas atenções se dividiam por vezes entre o empreendimento colonial e sua agência consular, no qual, representara por vezes países como Bélgica, Chile, Estados Unidos, França e Portugal frente as entidades diplomáticas brasileiras.[19]

Conservando uma participação ativa na vida cultural e social da antiga capital catarinense, Schutel construiu ao longo do século XIX uma carreira diplomática marcada por vastos e amplos interesses comerciais e industriais que se deu a realizar.

A fama e a notoriedade do agente de emigração e navegação, imbuído da fiscalização e intermediação de estrangeiros e viajantes na antiga província de Santa Catharina, o enquadram num grupo bastante seleto de empreendedores originais da região.

Um grupo que se beneficiara diretamente das necessidades e oportunidades substanciais que a "onda estrangeira" produzira no país. Momento no qual, resplandecia sob o horizonte a imagem do Brasil como "terra do futuro e das oportunidades".[20]

O sonho e o mito da "terra encontrada" cediam lugar à abertura de novas e singulares experiências e atividades um tanto incomuns de tipo urbano e empresarial, muitas vezes caracterizadas pelo conflito. A expectativa e a realidade desencontravam-se cada vez mais num ambiente de ilusórias promessas coloniais.[21]

16 Ibidem., p. 70.
17 NOAL FILHO, Valter Antônio; MARCHIORI, José Newton Cardoso. A viagem de Henrique Schutel Ambauer pela província do Rio Grande do Sul. **Balduinia**, n. 42, p. 03-16, 2001, p. 4.
18 Ibidem., p. 4.
19 MELLO, op. cit., p. 74.
20 FRANZINA, Emilio. Parábolas empreendedoras, culturas territoriais e imigração italiana no Brasil entre 1800 e 1900. *In*: FAY, Claudia Musa; DE RUGGIERO, Antonio (Orgs.). **Imigrantes empreendedores na história do Brasil**: estudos de caso. Rio Grande do Sul: EdiPUCRS, 2014, p. 25.
21 FRANZINA, op. cit., p. 20.

Portanto, as implicações sociais e econômicas que certamente derivaram desses processos culturais e reformistas do século XIX, tem nas interações entre autóctones e estrangeiros as suas mais variadas representações e dilemas.

O fluxo e a constante itinerância de navios, estrangeiros e imigrantes pelos portos nacionais chamavam atenção. Em Desterro, cidade da antiga província de Santa Catharina, a ação dos agentes consulares se mostrava indispensável.

No período imperial, a cidade se destacava na região sul em muito graças a seu porto e geografia. Por ali transitava a maioria das mercadorias que entravam ou saiam de toda a província Santa Catarina.[22]

No entanto, a centralidade geográfica e econômica a que predispunha, não faltavam a cidade o registro de uma constante presença de embates e conflitos gerados em parte pelos próprios processos que predispunham a dinamicidade portuária.[23]

Tendo em vista o contato e os embates entre viajantes, imigrantes e nacionais, surgiam cada vez mais as denúncias populares das ações e infrações arremetidas pelo contato entre alheios na antiga cidade, produzindo um ambiente social em que predominara a agitação e a desordem.

Acusações de agressão, roubos e invasões a embarcações, bem como o abandono e deserção de marinheiros estrangeiros na cidade e sua displicente conduta pública e insubordinação às leis locais, preponderavam nos reclames à imprensa.[24]

Esta última, tornara-se essencial enquanto principal espaço desse confronto, veiculando concepções distintas de um mesmo fato, buscando "a conquista de uma incipiente, porém ativa, *opinião pública*".[25]

O clima predominante de insatisfação e a acentuada carência da execução dos acordos prometidos, promoviam entre as populações residentes e estrangeiras um sólido antagonismo.

Em Desterro, a hostilidade e os experimentos, acenavam a urgente necessidade de meios e aparelhos institucionais de mediação. Já que, a vitalidade de forças apaziguadoras se via mais do que nunca elementar a retomada da ordem social.

Uma solução diplomática semelhava amenizar tais desentendimentos, já que a colaboração dos agentes consulares e demais autoridades políticas na cidade visavam amortecer os conflitos e as divergências por eles experienciados.

Assumindo os encargos causados pelos confrontos culturais, os agentes consulares se tornaram responsáveis pela mediação e controle das itinerâncias, assumindo a tutela e responsabilidade gerencial relacionada a mobilidade dos estrangeiros em território nacional.[26]

22 SANTOS, Nélvio Paulo Dutra. Algumas fontes para o estudo da economia catarinense do fim do século XIX: os relatórios da Alfândega do Desterro. **ÁGORA**: Arquivologia em debate, v. 8, n. 19, p. 5-17, 1994, p. 5.
23 Ibidem., p. 5.
24 MELLO, op. cit., p. 41.
25 BASILE, Marcelo. Projetos de Brasil e construção nacional na imprensa fluminense (1831-1835). *In*: MOREL, Marco; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; FERREIRA, Tania Maria Bessone da Cruz (Orgs.). **História e Imprensa**: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A/Faperj, 2006, p. 60.
26 MELLO, op. cit., p. 70.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

Por vezes, a responsabilização jurídica e constitucional pesava-lhes em precaução. Quando manifesta a incapacidade civil, política e econômica de viajantes e imigrantes, competia aos cônsules, dentre outros, o dever de intercessão dos que ali carecessem.[27]

O equilíbrio entre as leis nacionais e estrangeiras se entrelaçava. Solicitações de naturalização, relatórios e antecedentes criminais, arremates e revenda de mercadorias prejudicadas, assim como o alívio de penas e punições, distendiam sua regulamentação.[28]

É nesse cenário que a figura de Henrique Schutel se sobressai. Arrojado empreendedor e ligado diretamente ao comércio da imigração catharinense, suas relações consulares e a manutenção da saúde fiscal de seus empreendimentos particulares entrelaçavam suas preocupações.

Daí a tentativa de Schutel em reestruturar e responder às políticas que resultaram do esvaziamento do controle sobre os estrangeiros e demais indivíduos estimados como fator de estranheza e mobilidade irrestrita.

A retomada e sucesso do comércio da imigração se daria por um processo de negociação, que, sugerindo um condicionamento das definições étnicas e nacionais à "brasilidade" produziria, por assim dizer, "legítimos cidadãos" como que perfeitamente integrados a sociabilidade do Império.[29]

Deste modo, as categorizações coletivas e seus respectivos direitos e cidadanias, idealizavam as fronteiras econômicas, políticas e imaginárias entre os distintos grupos sociais no Brasil do século XIX e sua adequação.[30]

A mediação das itinerâncias a que Schutel se via arraigado, produzira ao longo do século XIX um modelo diplomático afeito a coerção dos elementos indesejáveis, dados ao prejuízo dos "interesses nacionais".

Ao mesmo que, o controle e as medidas restritivas visavam assegurar para a população de Desterro iminentes garantias da lei e da ordem, por outro, dificultavam as condições e burocracias, a sobrevida dos empreendimentos relacionados à imigração e ao comércio exterior.

A dificuldade de agenciar a colonização das terras e as ocupações laborais das forças de trabalho se apresentavam como solução possível às carências de mão-de obra enfatizadas durante todo o século.[31]

O trabalho de Schutel passava então a mover-se em prol de uma importância e concórdia entre os direitos e deveres dos estrangeiros e seus interesses econômicos pessoais advindos dessa relação.

Visto que, a valorização da condição do próprio estrangeiro ou imigrante dentro das novas lógicas de trabalho no interior da modernização capitalista alicerçavam as bases de uma significativa mudança no plano social e econômico da cidade.

O fator estrangeiro trazia consigo a ambicionada modernidade. O melhoramento e o progresso tão caros a antiga província.[32]

27 Ibidem., p. 170-171.
28 Ibidem., p. 170-171.
29 LESSER, op. cit., p. 23.
30 Ibidem., p. 23-24.
31 MARTINS, op. cit., 14.
32 FRANZINA, op. cit., p. 15.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

A espera de uma mudança real, caracterizada por novas e amplas práticas e mentalidades, bem como um novo e progressivo estágio social de industrialização, confundia-se por vezes com uma progressividade não imediata.[33] Pois, o temor da chegada e recepção das ideias estrangeiras, já em parte, caracterizavam as motivações dos conflitos locais.

Em tal conjuntura, os periódicos catharinenses e os ofícios consulares de Henrique se tornaram uma ferramenta essencial a compreensão das narrativas e divergências.

Ao longo do Império, assistiu-se a valorização das redes de contato e de transmissão cultural, de modo que a ampliação dos debates e o surgimento de novos espaços de sociabilidade cederam à imprensa a qualidade e o recurso sapiencial para o surgimento da então *opinião pública*.[34]

A possiblidade de transmitir opiniões, reclames e denúncias de problemas sociais num espaço de discussões políticas e de queixas das mais díspares demandas, visava por vezes em suas ênfases e protestos a intervenção normativa ou pedagógica na vida pública.[35]

Marcado pela ascensão dos meios de comunicação e pela ampliação dos espaços públicos, o período entre 1830 e 1860 é assinalado por um tempo em que vozes como a de Schutel ganham notoriedade na imprensa periódica nacional.[36]

A atuação de Schutel, sempre em destaque na imprensa periódica catarinense, salienta um estudo de caso em que a atividade diplomática é servida de um espaço privilegiado para o discurso e o diálogo entre os pares envolvidos na relação autóctones-estrangeiros.

Progressivamente inserido nos periódicos como uma voz de pacificação e de mediação dos conflitos, o agente consular desfrutava de espaços significativos de poder e influência em toda a vida social da cidade.

Corroborando, por assim dizer, a narrativa de um devoto empreendimento em prol da harmonização dos interesses nacionais e estrangeiros conflitantes. Nas quais interesses públicos e pessoais, sob qual o produto nas necessidades coletivas ou pessoais se pautava, se confundiam em seus aspectos público e particular numa espécie de diplomacia corporativa.

REFERÊNCIAS

BASILE, Marcelo. Projetos de Brasil e construção nacional na imprensa fluminense (1831-1835). In: MOREL, Marco; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; FERREIRA, Tania Maria Bessone da Cruz (Orgs.). **História e Imprensa**: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A/Faperj, 2006, p. 60-93.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**. Entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 1990.

33 Ibidem, p. 15-16.
34 MOREL, Marco. **As Transformações dos Espaços Públicos**: Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840). Jundiaí: Paco Editorial, 2016, p. 193.
35 FERREIRA, Tania Maria Bessone da Cruz. Livros e cidadania no Rio de Janeiro do século XIX. In: CARVALHO, José Murilo de; CAMPOS, Adriana Pereira (Orgs.). **Perspectivas da cidadania no Brasil Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 307.
36 MOREL, op. cit., p. 171.

DURAND, Jorge; LUSSI, Carmem. **Metodologia e Teorias no Estudo das Migrações**. Jundiaí: Paco Editorial: 2015.

FERREIRA, Fátima Sá e Melo. Entre categorias e autorrepresentações: uma reflexão sobre identidades étnicas, sociais e territoriais no mundo Ibero-americano (1750-1870). In: NEVES, Lucia Bastos P.; FERREIRA, Fátima Sá e Melo.; NEVES, Guilherme Pereira das (Orgs.). **Linguagens da Identidade e da Diferença no Mundo Ibero-americano (1750-1890)**. Jundiaí: Paco Editorial, 2018, p. 19-31.

FERREIRA, Tania Maria Bessone da Cruz. Livros e cidadania no Rio de Janeiro do século XIX. In: CARVALHO, José Murilo de; CAMPOS, Adriana Pereira (Orgs.). **Perspectivas da cidadania no Brasil Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 305-328.

FRANZINA, Emilio. Parábolas empreendedoras, culturas territoriais e imigração italiana no Brasil entre 1800 e 1900. In: FAY, Claudia Musa; DE RUGGIERO, Antonio (Orgs**.). Imigrantes empreendedores na história do Brasil: estudos de caso**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2014, p. 15-32.

LESSER, Jeffrey Howard. **A invenção da brasilidade**: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

MARTINS, José de Souza**. O cativeiro da terra**. revista e ampliada. São Paulo. Contexto, 2010.

MELLO, Cássila Cavaler Pessoa de. **Ser estrangeiro no império: direitos, restrições e processo de naturalização (1822-1854)**. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2018.

MOREL, Marco. **As Transformações dos Espaços Públicos**: Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840). Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Estrangeiro em sua própria terra:** representações do brasileiro, 1870/1920. São Paulo: Annablume, 1998.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Liberalismo Político no Brasil: Idéias. Representações e Práticas (1820-2823). In: GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; PRADO, Maria Emilia. (Orgs.). **O Liberalismo no Brasil imperial**: origens, conceitos e prática. Rio de Janeiro: Revan, 2001, p. 73-10.

NOAL FILHO, Valter Antônio; MARCHIORI, José Newton Cardoso. A viagem de Henrique Schutel Ambauer pela província do Rio Grande do Sul. **Balduinia**, n. 42, p. 03-16, 2013.

RUSSELL-WOOD, Anthony John. **Histórias do Atlântico português**. São Paulo: Unesp, 2014.

SANTOS, Nélvio Paulo Dutra. Algumas fontes para o estudo da economia catarinense do fim do século XIX: os relatórios da Alfândega do Desterro. **ÁGORA**: Arquivologia em debate, v. 8, n. 19, p. 5-17, 1994.

SAYAD, Abdelmalek. **Imigração ou os Paradoxos da Alteridade**. São Paulo: EDUSP, 1998.

SEYFERTH, Giralda. **As identidades dos imigrantes e o melting pot nacional**. Horizontes antropológicos, v. 6, n. 14, p. 143-176, 2000.

_____. Imigrantes, estrangeiros: a trajetória de uma categoria incomoda no campo político. Trabalho apresentado na Mesa Redonda Imigrantes e Emigrantes: as transformações das relações do Estado Brasileiro com a Migração. **26ª Reunião Brasileira de Antropologia**, realizada entre os dias, v. 1, p. 01-20, 2008.

ANAIS DO

III SEMINÁRIO

HISTÓRIAS CONECTADAS

SIMPÓSIO TEMÁTICO 05

Sociedade, cultura e poder no Brasil Oitocentista

COORDENAÇÃO

Ana Priscila de Sousa Sá

Doutoranda PPGHis UFMA

Pryscylla Cordeiro Rodrigues Santirocchi

Doutoranda em História UFMG

"EM PROVEITO DA HISTÓRIA DO BRASIL": A ESCRITA DAS HISTÓRIAS PROVINCIAIS NO OITOCENTOS

Ana Priscila de Sousa Sá[1]

RESUMO: As histórias das províncias compunham um importante problema historiográfico no Brasil oitocentista. Além do conhecimento do passado local, escrever sobre a província valia para iluminar fatos nebulosos envoltos na memória oral da região, mapear o território para melhor conhecer o país, contribuindo para a construção de uma identidade por meio do compartilhamento de uma história comum. Nesse contexto, já na proposta de criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) se apresentava uma ideia de centralização do conhecimento advindo e a respeito das partes do Império na própria agremiação, expedições foram organizadas e chefiadas por sócios do Instituto para orientar a busca de documentos, lançando-se uma série de programas para organizar as etapas que aqueles interessados pelas coisas pátrias deveriam seguir. Seguir as diretrizes contidas nesses programas, coligir documentos, organizar acervos, esbarrava nas longas distâncias entre as províncias, na precária conservação dos arquivos públicos e particulares, e mesmo nas revoltas que ocorreram em várias regiões, atrasando o envio do material. A falta das histórias particulares dificultava a costura das partes para a consecução da história geral da nação, cujo projeto comportava fazer a integração das províncias a uma ideia de território comum, unido e bem delimitado. Por outro ângulo, a produção dessas histórias podia ser encarada como inconveniente ao projeto historiográfico centrado no IHGB, bem como meio de exposição das fragilidades da monarquia centralizada, igualmente defendida naquele plano. Todavia, o rasgo centralista não desencorajava a produção de histórias desde as províncias, tivessem ou não o objetivo de mais tarde serem utilizadas como fontes para a história geral. A ausência de modelos institucionais que disciplinassem a escrita histórica resultava numa variedade de gêneros, projetos e protocolos de pesquisa e exposição, dando relevo às histórias provinciais, que grande espaço conseguiram na Revista do IHGB, atestando seu peso no projeto de escrita da história nacional. No caso da Província do Maranhão, os primeiros números dos *Apontamentos, notícias e observações para servirem à História do Maranhão* (1853-1854) de João Francisco Lisboa, dedicados à história do Maranhão colonial, colaboravam para a construção de um passado para esta província, fixando uma origem no tempo e articulando esse passado ao tempo da nação.
PALAVRAS-CHAVE: IHGB. Escrita da história. Histórias provinciais.

As histórias das províncias compunham um importante problema historiográfico no Brasil imperial. Ao tempo em que se projetava uma história geral, não havia um consenso sobre a maturidade para levar adiante tal empresa dentro do IHGB. Na intersecção desses dois pontos estava a escrita histórica no Brasil imperial. Um juízo significativo acerca dessa indefinição foi exposto por João Francisco Lisboa na introdução dos primeiros números dos *Apontamentos, notícias e observações para servirem à História do Maranhão* (1853-1854): das pequenas províncias de um Estado "não

1 Doutoranda em História pela UFMA. E-mail: priscilareds@hotmail.com. Bolsista FAPEMA.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

é mister escrever um corpo completo de história; bastam simples e modestas memórias, que sirvam depois ao trabalho complexo que compreenda o todo" (LISBOA, 1865, p. 24).

A hesitação de Lisboa no início da década de 1850 encontrava uma discussão em vigor desde os primeiros anos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). No Extrato dos Estatutos publicado no Tomo I da Revista do Instituto, o secretário perpétuo Januário da Cunha Barbosa declarou que o objetivo do IHGB era coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos interessantes para a história e geografia do Brasil, devendo se ramificar pelas províncias para realizar a coleta de documentação e manter correspondência com agremiações de igual natureza como o Instituto Histórico de Paris (IHGB, 1839, p. 18). A proposta de criação do grêmio já implicava numa centralização do conhecimento advindo e a respeito das partes do Império, expedições foram organizadas e chefiadas por sócios com esse intento como as duas de Gonçalves Dias em 1851, imbuídas de percorrer as províncias de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. A primeira comissão foi responsável pela coleta de documentos inéditos, livros, manuscritos esquecidos que pudessem compor as bibliotecas da Corte e servirem na elaboração da história nacional, em outras palavras, integrar as províncias à história geral do Brasil (COSTA, 2017, p. 36). Importa acentuar, nesse sentido, que "é por demais simples reduzir a questão a uma oposição esquemática entre o centro e suas periferias. Entre esses dois polos interpõe-se toda uma série de níveis intermediários" (REVEL, 2010, p. 442), as relações entre a Corte e as províncias eram matizadas por dinâmicas diversas que não deixava de influir na elaboração da escrita histórica como o acesso a documentação, definindo um alargamento ou não da pesquisa.

1. ESCREVENDO HISTÓRIA DESDE AS PROVÍNCIAS NO BRASIL IMPERIAL

No Discurso de inauguração, Cunha Barbosa timbrou que a tarefa seria possível com a "coadjuvação de muitos Brasileiros esclarecidos das províncias do Império" atraídos ao Instituto pela glória nacional (BARBOSA, 1839, p. 10). Para tanto, critérios eram necessários para sua consecução, no que foi importante a divulgação dos programas históricos. Herdados das academias setecentistas, interrogavam sobre questões inerentes à construção da história e impasses das pautas vigentes no período, compartilhando uma perspectiva que acolhia os caracteres nacionais e referências europeias. Em favor de um passado comum, nos programas se buscava conciliar demandas políticas e questões disciplinares da produção do saber histórico que começava a ser sistematizado a partir da organização do Instituto, dirimindo dúvidas e controvérsias, fixando parâmetros metodológicos e balizas temporais num espaço e tempo então definidos como nacionais (DIAS, 2009, p. 11-74).

Para orientar a busca de documentos nas províncias se propunha uma série de programas. Os obreiros se dedicaram a organizar as etapas que aqueles interessados pelas coisas pátrias deveriam seguir como os programas de Cunha Barbosa e Rodrigo de Souza da Silva Pontes, Lembrança do que devem procurar nas províncias os sócios do Instituto Histórico Brasileiro, para remeterem à sociedade central do Rio de Janeiro (1839) e Quais os meios de que se deve lançar mão para obter o maior número possível de documentos relativos à História e Geografia do Brasil? (1841), respectivamente.

A parte histórica do texto do secretário perpétuo recomendava a busca por notícias biográficas manuscritas ou impressas sobre brasileiros ilustres e seus serviços prestados ao país, cópias autenticadas de documentos acerca da história antiga e moderna, bem como notícias extraídas de secretarias, arquivos e cartórios civis e eclesiásticos. Outras descrições que interessavam eram as dos costumes e estado de civilização dos indígenas, comércio interno e externo das províncias, fenômenos naturais curiosos que merecessem menção e informações sobre fauna e flora. A segunda e terceira partes, sobre a geografia e recomendações para a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), visavam a desenvolver a agricultura e indústria nas províncias (BARBOSA, 1839, p. 109-110). Não se tratava de um espaço de competição acadêmica como já se observava nas universidades europeias, e sim de um espaço em que os membros escolhidos eram eleitos a partir de relações sociais, nos moldes das academias ilustradas na Europa ao longo do século XVIII, o que conferia uma marca elitista e muito próxima da tradição iluminista de "esclarecer", desempenhando "papel decisivo na construção de uma certa historiografia e das visões e interpretações que ela proporá na discussão da questão nacional" (GUIMARÃES, 1988, p. 5).

Acompanhando Cunha Barbosa, as considerações de Pontes centraram sobre o envio de material para o Instituto e a organização de viagens científicas para buscá-lo nas províncias, até como maneira de elucidar algum ponto da história ou geografia não suficientemente aclarado pelos escritos e mapas disponíveis. Do ponto de vista do método empregado, defendeu que comissões redigissem para cada província acerca dos conhecimentos que poderiam ser objeto dos estudos, questões e indicações apropriadas para cada uma, acomodadas aos estudos especiais, a posição social das pessoas destacadas para resolver tais proposições, e do exame dos assuntos (PONTES, 1841, p. 156). Manter contato com letrados de outros países e sociedades científicas – solicitando o auxílio do Ministério dos Negócios Estrangeiros – ajudaria no processo, algo previsto nas bases da fundação do Instituto.

A procura nas províncias foi reforçada por Karl von Martius, articulando uma defesa da unidade nacional representada também na escrita da história:

> Só agora principia o Brasil a sentir-se como um Todo Unido. Ainda reinam muitos preconceitos entre as diversas Províncias; estes devem ser aniquilados por meio de uma instrução judiciosa; cada uma das partes do Império deve tornar-se cara às outras; deve procurar-se provar que o Brasil, país tão vasto e rico em fontes variadíssimas de ventura e prosperidade civil, alcançará o seu mais favorável desenvolvimento, se chegar, firmes os seus habitantes na sustentação da Monarquia, a estabelecer, por uma sábia organização entre todas as Províncias, relações recíprocas. [...] deve o historiador patriótico aproveitar toda e qualquer ocasião a fim de mostrar que todas as Províncias do Império por lei orgânica se pertencem mutuamente, que seu propício adiantamento só pode ser garantido pela mais íntima união entre elas. (MARTIUS, 1845, p. 402)

Era imperativo escrever as histórias especiais de cada uma das províncias, todavia, o intento final seria a escrita acerca do "Todo Unido". A imagem de um país uno sustentado na Monarquia se

refletia na própria discussão sobre como a história do Brasil seria escrita: uma história nacional ou, primeiro, de cada uma das províncias?

Independente da relação que pudesse ou não guardar com os quadros do Instituto naquele momento, a discussão disposta por Lisboa nos Apontamentos se aproximava da posição de se pensar antes as histórias de cada parte do Império e num momento posterior proceder ao relato do todo. Não havia uma coesão no Instituto, membros defenderam a possibilidade de se escrever uma história nacional já naquele momento e outros se mostraram contrários, este último caso se observou no artigo de Raimundo José da Cunha Mattos – um dos pais fundadores – a Dissertação acerca de escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil (1863), segundo o qual ainda não lhe parecia possível escrever a história geral do Império do Brasil, exortando os colegas a examinar obras sobre o Brasil publicadas por nacionais e estrangeiros, fazendo a boa crítica de escritos inexatos e fabulosos anteriores ao ano de 1822, compartilhando da opinião de José Feliciano Fernandes Pinheiro, o visconde de São Leopoldo, presidente do Instituto. Defendia que:

> Um crítico muito austero deve presidir ao exame destes monumentos; observar o talho da letra, a cor e o estado das tintas, confrontar as eras ou as coisas com pessoas, enfim desempenhar os deveres de bom paleógrafo e bom cronólogo. Se os escritores do Brasil tivessem praticado estas regras que são imprescreptíveis [sic], e aconselhadas desde a mais alta antiguidade por aqueles que estão reputados mestres dos historiadores, não teríamos o desgosto de encontrar ficções em vez de realidades, e de ler mui desfigurados alguns dos mais belos episódios dos fastos brasileiros[3]. (MATTOS, 1863, p. 122-138)

As prescrições de Mattos indicavam a necessidade de aperfeiçoamento da coleta e armazenamento dos documentos colhidos, bem como da definição de um padrão de escrita da história, de modo que mais valia escrever as histórias particulares das províncias e só depois alguém que dispusesse de conhecimento, abundância de fontes, tempo e talento suficiente assumiria a tarefa de erigir o monumento da história nacional. O trato com o passado, necessário à construção de uma representação unitária do presente da nação em forja, implicava uma série de desafios como quais as referências a serem escolhidas (textos e autores predecessores), os regulamentos para busca de documentos, os temas mais relevantes, os "fatos memoráveis" a não caírem no esquecimento, a periodização adequada (SGRIGNERO, 2010, p. 193).

A falta das histórias particulares dificultava a costura das partes, que preexistiam ao país independente. O projeto da história geral comportava fazer a integração das províncias a uma ideia de território comum, unido e bem delimitado, numa operação do centro em direção às partes, o que não significava excluir os interesses das elites provinciais, por exemplo. Os governos das províncias também organizaram expedições para o conhecimento da geografia local, até pelas possibilidades de exploração das potencialidades econômicas dos recursos, o que convinha também aos objetivos do IHGB e do Estado imperial (COSTA, 2017, p. 47). Como já aludido no capítulo anterior, o sentimento particular dos provincianos chamado de provincialismo ou bairrismo passou a ser compreendido como potencial perigo à construção de um patriotismo a ser caracterizado pela homogeneidade do país, aspecto que não ficava de fora do projeto de escrita da história. Foi a ele que Varnhagen

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

se referiu quando explicou ao Imperador sua motivação ao escrever o *Florilégio da poesia brasileira* (1850) e biografias de brasileiros ilustres de várias províncias: enfeixar as províncias e fazer "bater os corações dos de umas províncias em favor dos de outras, infiltrando a todos os nobres sentimentos de patriotismo de nação, único capaz de desterrar o provincialismo excessivo" (VARNHAGEN, 1961, p. 246). Na carta por ocasião da conclusão do segundo volume da *História geral do Brasil* (1857), reafirmava considerar o patriotismo um sentimento *sublime* que levava o homem a expor até sua vida pela pátria ou pelo soberano que personificava seu *lustre* e *glória*, mantendo o sentido de oposição entre ele e o provincialismo, associado a interesses egoístas.

Seguir as diretrizes contidas em programas como os de Cunha Barbosa e von Martius esbarrava nas longas distâncias entre as províncias do Império, na precária conservação dos arquivos públicos e particulares (o que sobreviveu à voragem do tempo e, por vezes, ao desleixo), e mesmo nas revoltas que ocorreram em várias regiões, atrasando o envio dos documentos. Das províncias do Norte, o material só conseguiu chegar com mais frequência aos arquivos da Corte na segunda metade do Oitocentos. O plano de organização observava a ordem cronológica e a impressão na Revista, tornando-se ao final propriedade do Instituto Histórico. Na Província do Ceará, pouco conhecida até então, a investigação do passado foi construída por um grupo heterogêneo de letrados escritores de histórias, expressando uma pluralidade de critérios, não unânimes. Houve muito trabalho de pesquisa e escrita em jornais, livros, revistas, e depois nos institutos regionais, portanto, fora do "lugar autorizador", o IHGB (HRUBY, 2012, p. 100-149). A questão era como agregar a história da nação às províncias, fossem elas mais próximas ou mais distantes da Corte, o que implicava uma série de adequações e/ou mesmo censuras pontuais.

Segundo Manoel Guimarães, o trabalho de narrar sobre os acontecimentos históricos não tratava de salientar as peculiaridades das diversas regiões, antes cabia acentuar o que tinham em comum, corroborando a centralidade do Instituto no conhecimento sobre as províncias (GUIMARÃES, 2011, p. 163-164). Todavia, houve atuações em direção diversa como o Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (IHGPSP), que buscou acentuar as singularidades dessa província. A ideia de fundar a agremiação partiu de um grupo de letrados atuantes em 1855, iniciativa que encontrava acolhida nos Estatutos do IHGB, sendo sua primeira filial provincial. Embora houvesse essa previsão no momento da fundação, o IHGB só concedeu a autorização das atividades do IHGPSP em 1863, data última que se tem notícia de sua atuação permanente. A demora do reconhecimento pode ter provindo de uma preocupação do IHGB com um eventual controle que aquele Instituto poderia exercer sobre a escrita da história do Rio Grande, enfraquecendo-o como principal divulgador da história do sul, além de tocar em questões sensíveis como a Revolução Farroupilha (1835-1845).

A intenção de trabalhar como "braço" do IHGB no Rio Grande visava a juntar esforços para construir o "tipo nacional", mostrando aos brasileiros como aquela província fazia parte da construção da nação. Para tanto, operou na seleção dos temas, do que poderia ser publicado sem gerar desconforto à matriz, inclusive nas lembranças de quando a província esteve ao lado do governo central. O IHGPSP ter o comando da escrita da história do Rio Grande era uma possibilidade de afirmar uma

identidade local e autonomia dentro do Estado, impedindo o esquecimento de determinados fatos (BOEIRA, 2013, p. 36-141). Findada a atuação e a publicação da Revista do IHGPSP, a narração dos feitos do passado rio-grandense passou a se dar no âmbito da literatura em associações como o Partenon Literário (1868-1885), que também não conseguiu competir com a autoridade do IHGB.

A produção de histórias desde as províncias podiam ser encaradas não só como inconvenientes ao projeto historiográfico centrado no IHGB, revelado nos trabalhos de von Martius e Varnhagen, mas também como meio de exposição das fragilidades da monarquia centralizada, igualmente defendida naquele plano. A feitura da história geral atuaria no duplo efeito de organizar a narrativa da nação e funcionar como dispositivo discursivo para resolver a emergência das narrativas particulares que assinalavam as identidades regionais, principalmente se apresentasse cunho separatista. O próprio empenho em conhecer o vasto território vasto marcado pelo isolamento e pela fragmentação era uma resposta à tomada de "consciência dessa fragilidade do Império, que data do processo de independência, durante o qual a política das Cortes de Lisboa para o Brasil foi caracterizada como 'dividir para dominar'" (ARAUJO, 2008, p. 144).

A escrita da história do Brasil conformava, portanto, um trabalho que incluía os esforços parciais e por vezes conflitantes dos letrados em diferentes partes do país, extrapolando o projeto da grande síntese sobre o passado elaborado na Corte e lançando sua concretização para um futuro incerto. Exemplar de obra escrita numa província, a História da Província do Ceará desde os tempos primitivos até 1850 de Alencar Araripe se mostrou afinada com os textos catalisadores programados pelo IHGB desde as escolhas temáticas até o oferecimento ao Instituto, afirmando a premência das histórias parciais naquele momento: "Nas futuras idades se escreverá a história do império, por ora só materiais podemos reunir, a história parcial das províncias constituirá o depósito desses materiais" (ARARIPE, 1867, p. VI). Impressa em Pernambuco em 1867, foi lida na agremiação e reconhecida na Corte do Império imediatamente à sua publicação, realizando o intento de investigar, sistematizar e narrar os acontecimentos locais para contribuir com o relato nacional. Comum nas discussões entre as províncias, uma das linhas se colava na exibição dos lugares de nascimento dos primeiros heróis, por vezes em detrimento da exatidão cronológica da existência desses (HRUBY, 2018, p. 339-356). A esse respeito, Alencar Araripe exaltou as ações do índio Felipe Camarão nas guerras contra os holandeses, espelhando uma disputa entre o Ceará e o Rio Grande do Norte pelo berço do personagem já destacado em outras obras como a História geral do Brasil (1854-1857) de Varnhagen.

Na passagem do arquivo à escrita, a necessidade de articulação e sistematização das fontes documentais reunindo manuscritos, registros variados, testemunhos e tradições orais dependia também da visitação in loco, daí von Martius ter defendido a atenção ao "tom local" para despertar o interesse no leitor. Expor as particularidades poderia resolver equívocos que produziam óbices políticos nas províncias, concorrendo para o aconselhamento do governo e a construção do quadro nacional ao relacionar o geral e o específico. O trabalho de pesquisa, no entanto, tropeçava em dificuldades como a declarada por Lisboa em carta de fevereiro de 1854, lamentando o envio de documentos do Maranhão para a Corte efetuado pelo comprovinciano poeta:

> V. Sª. deixou no arquivo da câmara alguns livros interessantes, mas suponho que levou os melhores. A falta deles me tem causado, e há de causar ainda grandes embaraços nos trabalhos que trago entre mãos. [...] Será possível virem a meu poder os mais importantes desses livros? [...] Sobre não serem muitos os livros que V. Sª. levou (apenas doze) e bastar que viessem só os mais importantes, é certo que eu aqui mais facilmente poderei escolher e fazer copiar o que me convém. (Apud DIAS, 1971, p. 20)

A queixa a Gonçalves Dias renovava uma reclamação que o próprio poeta já fizera quando lembrou ao governo não ser justo que as municipalidades e arquivos provinciais ficassem sem seus acervos: "Conviria, portanto, procurar-se algum meio para que não sofram os arquivos provinciais com o engrandecimento do central", pois poderia "no futuro encontrarem-se homens como os Srs. Acioli e Baena, que na falta de tais depósitos nada ou muito pouco possam fazer em proveito da história do Brasil" (RODRIGUES, 1978, p. 55). Aqui transparecia a tensão entre o provincial e o nacional na grande obra de escrever a história da nação, pois o esvaziamento dos repositórios regionais em prol do enriquecimento do arquivo central do IHGB prejudicava o andamento das narrativas particulares.

A experiência do tempo estava diretamente ligada aos modelos de escrita histórica. A mescla entre concepções antigas e novas no Brasil das décadas de 1810 e 1820 promoviam continuidades e rupturas conforme as singularidades daquele contexto marcado pela declaração da Independência, constituída como uma revolução do tempo dada a ver nos almanaques, calendários, na circulação de ideias, na velocidade dos impressos (PIMENTA; COSTA, 2021, p. 66). Até os anos 1840 as duas grandes matrizes na produção do conhecimento histórico eram a história geral (foco no tempo, narrativa, história política e civil) e a história natural (corografia, descrição espacial, enciclopédias), sendo substituídas por novos programas disciplinares ao longo do século XIX. A figura do historiador deixava o papel de simples cronista ou moralista buscando edificar os exemplos, para encarnar um tipo moderno que combinava elementos clássicos e modernos ainda que sem um modelo institucional definido, variando entre um jornalista independente ou um letrado com mais ou menos compromisso com a gestão do Estado, por exemplo. Subgênero da história geral, as memórias contavam com grande e variado repertório de temáticas e eram tidas como fonte segura para determinar o sentido dos fatos (ARAUJO, 2009, p. 88-91).

Analisando a escrita sobre a Província do Rio Grande do Norte, Bruno Costa ressaltou que muitos documentos e textos historiográficos eram publicados sob o título de memórias, notas, notícias históricas para fazer narrações políticas, não significando que se tratava da mesma coisa, ao que tudo indica, as memórias eram gêneros distintos e buscavam criar uma representação para o passado local. Nesse sentido, já no alvorecer da República os sócios do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN, fundado em 1902) demonstravam maior interesse por temas e temporalidades mais antigas, apontando para um compromisso com certa leitura da história comprometida com a objetividade do historiador desde a seleção do material (COSTA, 2017, p. 18-19). O modelo das crônicas não se mostrava promissor para estabelecer uma narrativa geral da nação por fazer uma descrição minuciosa das especificidades das regiões realçando mais as diferenças do que as semelhanças entre as partes, daí em sua dissertação von Martius ter lamentado que as obras disponíveis sobre as províncias estavam ressentidas do espírito das crônicas, não satisfazendo as exigências da

verdadeira historiografia, correndo-se "o perigo de não escrever uma história do Brasil, mas sim uma série de histórias especiais de cada uma das províncias" (MARTIUS, 1845, p. 399-400).

A escrita da década de 1840 já identificava os impasses, tensões e disputas que marcaram os processos de nacionalização do passado e institucionalização da pesquisa histórica no Brasil, admitindo variados tipos de (re)configurações narrativas e interpretativas sobre o passado colonial (OLIVEIRAA; GONTIJO; FRANZINI, 2018, p. 1). Pode-se falar, assim, num regime historiográfico relacionando os métodos de fazer história e as ordens temáticas do tempo (LENCLUD, 2006, p. 1073), considerando que a noção de regime historiográfico diz respeito às formas de escrita e elaboração do saber histórico efetivadas em determinado regime de historicidade, e que este último permite a coexistência de uma variedade daquele. Escrever desde as províncias ou adotar a perspectiva do grande relato nacional era possível porque a produção histórica no Brasil oitocentista comportava diferentes formas de narrar a experiência frente aos acontecimentos, mais especialmente com o processamento da Independência e a abertura de um novo horizonte de expectativas.

Escrever a história do Brasil requeria certo ordenamento do tempo que elaborasse um sentido de identidade para a nação, aquilo que Ilmar de Mattos chamou "tempo saquarema", articulando elementos como a centralização do poder, a consolidação do Estado imperial na metade do século XIX e a articulação de dois conceitos orientadores que identificavam esse tempo como superior, porque seria "o *lugar* da Ordem e da Civilização" (MATTOS, 1987, p. 285. Grifo do autor). O projeto centralizador do Estado imperial aparecia também no trabalho de centralização da prática historiográfica no IHGB, lugar que buscou enformar a nação definindo-a como uma unidade política, equacionando a relação entre o geral e o particular, empregando uma metodologia e seleção das fontes; o que não impedia exercícios em direção diversa como o caso do IHGPSP, que aspirou conciliar a identidade local do Rio Grande do Sul com o passado nacional.

Os novos estatutos de 1851 marcaram uma consolidação e maior profissionalização do IHGB. Para conseguir o ingresso, exigia-se uma demonstração de suficiência literária com a apresentação de um trabalho de história, geografia ou etnografia, não mais bastava o convite e a aprovação da comissão de admissão. Indicava-se uma nova orientação, erigindo um padrão de civilização para o Império materializado também no mundo das letras.

2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Articular histórias provinciais e histórias nacionais ilustra que para ser efetiva a história devia estar escrita, divulgada e aceita socialmente; diante da ausência da figura do historiador profissional era a escritura do passado que produzia sujeitos de conhecimento histórico, submetendo-a ao escrutínio público (WASSERMAN, 2005, p. 12-16). Ao narrarem suas províncias, os atores sociais destacados contribuíam para a narrativa da nação brasileira tanto em termos de inclusão histórica, quanto geográfica, fazendo conhecer e divulgando locais distantes do centro intelectual do Império capitaneado pela Corte no Rio de Janeiro. Em ambos os casos trabalhavam para a construção da identidade nacional, pedra fundamental do projeto do Segundo Reinado e do IHGB.

REFERÊNCIAS

ARARIPE, Tristão de Alencar. Prefácio. In: _____. **História da Província do Ceará desde os tempos primitivos até 1850**. Recife: Tipografia do Jornal do Recife, 1867.

ARAUJO, Valdei Lopes de. **A experiência do tempo**: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845). São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

_____. Formas de ler e aprender com a história no Brasil joanino. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 85-98, jan./jun. 2009.

BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso de inauguração do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **RIHGB**, Rio de Janeiro, TOMO I, 1839.

_____. Lembrança do que devem procurar nas províncias os sócios do Instituto Histórico Brasileiro, para remeterem à sociedade central do Rio de Janeiro. **RIHGB**, Rio de Janeiro, Tomo I, p. 109-110, 1839.

BOEIRA, Luciana Fernandes. **Como salvar do esquecimento os atos bravos do passado rio-grandense**: a Província de São Pedro como um problema político-historiográfico no Brasil Imperial. 315f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

COSTA, Bruno Balbino Aires da. **"A CASA DA MEMÓRIA NORTE-RIO-GRANDENSE"**: O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e a construção do lugar do Rio Grande do Norte na memória nacional (1902-1927). 590 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.

DIAS, Antônio Gonçalves. **Correspondência passiva de Antônio Gonçalves Dias**. v. 91. Anais da Biblioteca Nacional, 1971.

DIAS, Fabiana Rodrigues. **Por entre legados e demandas**: um estudo sobre os programas históricos apresentados no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1856). 112 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2009.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.

_____. **Historiografia e nação no Brasil**: 1838-1857. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

HRUBY, Hugo. **O século XIX e a escrita da história do Brasil**: diálogos na obra de Tristão de Alencar Araripe (1867-1895). 371f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, Porto Alegre, 2012.

_____. Tornar-se historiador no Brasil oitocentista: a escrita da primeira História da Província do Ceará (1867). **Tempos Históricos**, Marechal Cândido Rondon, v. 22, p. 337-373, 2018.

IHGB. Extrato dos Estatutos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **RIHGB**, Rio de Janeiro, Tomo I, p. 18-20, jan./mar. 1839.

LENCLUD, Gérard. Traversées dans le temps. **Annales HSS**, n. 5, p. 1053-1084, sep./oct. 2006. Disponível em: https://www.cairn.info/revue-annales-2006-5-page-1053.htm. Acesso em: 24 mai. 2021.

LISBOA, João Francisco. **Obras de João Francisco Lisboa**. v. II. São Luís: Tipografia de B. de Mattos, 1865.

MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. Como se deve escrever a história do Brasil. **RIHGB**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 381-403, jan./mar. 1845.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. São Paulo: HUCITEC, 1987.

MATTOS, Raimundo José da Cunha. Dissertação acerca de escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil. **RIHGB**, Rio de Janeiro, TOMO XXVI, 1863.

OLIVEIRA, Maria da Glória de; GONTIJO, Rebeca; FRANZINI, Fábio. Ordering time, nationalising the past: temporality, historiography and Brazil's "formation". **Historein**, Athens, v. 17, n. 1, 2018.

PIMENTA, João Paulo; COSTA, Wilma Peres. As revoluções de independência como revoluções do tempo: almanaques, calendários e cronologias no Brasil do século XIX. **Tempo**, Niterói, v. 27, n. 1, p. 52-70, jan./abr. 2021.

PONTES, Rodrigo de Souza da Silva. Quais os meios de que se deve lançar mão para obter o maior número possível de documentos relativos à História e Geografia do Brasil? **RIHGB**, Rio de Janeiro, TOMO III, n. 10, p. 149-157, 1841.

REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 45, set./dez. 2010.

RODRIGUES, José Honório. **A pesquisa histórica no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Ed. Nacional, Brasília: INL, 1978.

SGRIGNERO, Adriano Augusto. **Em busca da originalidade e unidade da nação**: razões e critérios para uma História Geral do Brasil segundo os Pareceres e Juízos publicados pela RIHGB (1838-1860). Dissertação (Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2010.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Correspondência ativa**. Rio de Janeiro: INL, 1961.

WASSERMAN, Fabio. Escritura, política e historia en el discurso de la generación de 1837. **Anuario del Centro de Estudios Históricos**, Córdoba, n. 5, p. 15-36, 2005.

A CIRCULAÇÃO DE IDEAIS FEMININOS NO IMAGINÁRIO CARIOCA ATRAVÉS DA REVISTA "O ESPELHO DIAMANTINO", 1827-28

Bruna Maria dos Santos[1]

RESUMO: O projeto analisou a revista "O Espelho Diamantino", publicada entre os anos de 1827 e 1828 na capital imperial, e que destaca-se por levantar questões que até então eram inabitáveis para a primeira metade do século XIX. O principal objetivo da pesquisa foi realizar uma análise a fim de melhor compreender as razões de sua publicação: considerada como a primeira revista feminina brasileira, teria o intuito de provocar mudanças no modo de pensar da sociedade sobre o sexo feminino, ou até mesmo, de instigar as senhoras brasileiras a exigirem os seus direitos frente a uma sociedade efetivamente patriarcal; ou dar continuidade aos velhos valores e costumes (Como a maternidade, os cuidados da casa, a boa conduta, a beleza, entre outros), continuamente atribuídos às mulheres.
Não obstante, entendeu-se que a revista não teve o objetivo de buscar por direitos femininos ou teve fins revolucionários; e também reforçava os valores e costumes citados. Todavia, levantou-se a hipótese de que a revista tenha sido criada para informar as mulheres – não para lhe oferecer uma posição de atuação próxima a exercida pelo homem, e sim, como parte de uma nação que passava a ser independente e de novos valores.
PALAVRAS-CHAVE: Revistas-femininas. Independência. Sociedade.

1 A HISTORIOGRAFIA PRODUZIDA

A obra de Sonia Guarita do Amaral[2] forneceu informações acerca de diferentes pontos, como o contexto geral da época, falando tanto sobre a imprensa, como também sobre o modo de vida das mulheres e sobre a presença dos livreiros franceses, além da influência dos imigrantes no âmbito intelectual e social na sociedade carioca da época.

Através de sua leitura, compreendeu-se que a chegada da família real no dia 24 de janeiro de 1808[3] foi essencial para os respectivos acontecimentos: a abertura dos portos quatro dias após o evento, as transformações que a paisagem e a sociedade carioca passaram, como também a chegada dos estrangeiros e a formação de uma capital imperial baseada em costumes europeus.[4]

1 Bacharel em História pela Universidade de São Paulo. E-mail para contato: brunamaria@usp.br. Iniciação científica financiada pelo CNPq.
2 AMARAL, Sonia Guarita do. **O Brasil como império**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.
3 Idem, p. 35.
4 GAGLIARDO, Vinicius Cranek. **Imprensa e civilização no Rio de Janeiro Oitocentista**. França, 2016, pp. 12.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

Como diz o historiador Caio Prado Júnior em seu livro "Evolução política no Brasil", a liberdade econômica foi essencial para o acontecimento da Independência, afinal, o país passa a responder por si a respeito de suas relações econômicas, quebrando o pacto colonial.[5]

Além disso, um trecho da obra de Sonia Amaral a respeito da vida cotidiana da mulher se destaca por fazer jus à essa realidade apresentada também pelos redatores da revista:

> "As mulheres, na grande maioria, viviam reclusas, com poucas formas de diversão além das ligadas à liturgia e às festas religiosas. Em casa, dividiam o tempo entre os afazeres domésticos, os jogos de gamão e as cartas. Elas tinham como um dos passatempos preferidos ficar na janela, voltadas para a rua – hábito que até hoje se percebe nos subúrbios e nas cidades pequenas." (AMARAL, 2009, p. 42)

A autora define o cotidiano das mulheres nos oitocentos, que apresenta-se marcado pela exclusão feminina da vida cotidiana, reclusas ao ambiente familiar e se ocupando de tarefas domésticas.

A obtenção de conhecimento na época também é discutida na obra, em que se apresentam as academias e as associações como a principal forma de obtenção e discussão do conhecimento, já que não havia universidades e a imprensa ainda era restrita.[6]

As livrarias visavam um público "padrão":

> "Apesar das restrições quanto à imprensa e à falta de universidades locais, havia livreiros que atendiam a um bom público consumidor, composto de magistrados, funcionários reais, militares, botânicos, cirurgiões, boticários, físicos, professores e negociantes." (AMARAL, 2009, p. 42)

A presença dos estrangeiros e a sua importância para a revitalização do espaço e da sociedade, elemento que os redatores da revista sempre buscavam ressaltar, também é afirmado através da historiografia. Sonia Guarita fala sobre a influência francesa e inglesa na moda[7], sobre a inspiração adquirida pelos jornais da época, em que o primeiro jornal brasileiro, "Gazeta do Rio de Janeiro", já adotava um modelo de anúncios, característica trazida pelos ingleses.[8]

Além disso, têm-se as companhias de teatro de origem portuguesa, francesa e italiana; e uma variedade vasta de outros ofícios, como marceneiros, caixeiros, sapateiros, cozinheiros, boticários, entre outros; alguns majoritariamente dinamarqueses e outros escoceses, outros italianos e espanhóis.[9] No trecho que a autora fala sobre isso, ressalta-se a expressão "livreiros franceses", podendo concluir que os franceses, que a partir de 1814 passam a imigrar para o Brasil, são os principais a ocuparem as livrarias cariocas.[10]

E, completando a informação dada pela fonte aqui utilizada, de que a tipografia responsável pela impressão do periódico localizava-se na Rua do Ouvidor, n° 95, a obra da autora apresenta uma

5 PRADO Jr., Caio. **Evolução política no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999, p. 52-53.
6 AMARAL, Sonia Guarita do. **O Brasil como império**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009, p. 42-43.
7 Idem, p. 52.
8 Idem, p. 48.
9 Idem, p. 42-46.
10 Idem, p. 46.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

informação importante sobre a rua que, segundo a mesma, seria um local próprio ao consumo feminino, enquanto a Rua Direita era o local de consumo do público masculino.[11]

O segundo ponto é a "Missão Artística Francesa", também chamada de "Colônia Lebreton",[12] ocorrida em 1816, em que os franceses vieram ao Brasil com o propósito de trazer conhecimentos acerca da arte. Tem-se nomes como Nicolas Antoine Taunay e Jean-Baptiste Debret, ambos pintores; Grandjean de Montigny, arquiteto; e Auguste – Marie Taunay, que era escultor.[13]

Como a "Missão Francesa" é citada na revista, principalmente de forma negativa face aos resultados que trouxe, definiu-se como importante estabelecer uma relação entre o evento e a revista. Para os redatores, a Missão, que visava introduzir e incentivar a produção artística brasileira, acabou se tornando muito restrita e produziu poucos seguidores dos ensinamentos que os pintores e artistas buscavam passar, senão, os próprios filhos deles.

Se já à época discutia-se essa visão negativa de "fracasso", hoje a historiografia visa principalmente questionar se a "Missão Francesa" foi de fato uma missão. Afinal, talvez o objetivo da vinda do grupo não tivesse como objetivo central a realização de uma missão artística, e sim, apenas se ofereceram à Coroa.

Sobre esse assunto em específico, a leitura da obra de Pedro Corrêa do Lago[14], integrante do IHGB e ex-presidente da Fundação Biblioteca Nacional, agrega bastante, esclarecendo o objetivo do grupo de vinte integrantes de se deslocarem ao país:

> "[...] O objetivo era estabelecer-se no Brasil com salários pagos pelo Governo Português para desenvolver o ensino de artes e ofícios no novo país, e fundar uma escola ou mesmo uma Academia de Belas Artes." (LAGO, 2009, p. 149)

Também levanta a questão acerca do termo "missão" para designar o evento, indicando a possibilidade de não ter sido de fato oficial e intencional.[15] Ou seja, observa-se que a chamada "Missão Artística Francesa" é fruto da vinda dos franceses para o Brasil que já ocorria antes do seu acontecimento, desde 1815[16]; não sendo um elemento fundamental para o incentivo da imigração, e sim, integrando-se às demais pessoas que buscavam como destino o Brasil, visto o possível crescimento, principalmente na cidade carioca.

Outra obra de relevância para a presente análise foi a de Mariana Silvestre Nazareth[17], em que encontrou-se uma base essencial para a compreensão da imprensa e a sua relação ao longo da história com o público feminino.

Um ponto importantíssimo que a autora levanta sobre a imprensa e sua relação com o sexo feminino é a diferenciação entre "imprensa feminina" e "imprensa feminista". Para entender melhor o

11 Idem, p. 53.
12 Idem, p. 66.
13 Idem, p. 67.
14 LAGO, Pedro Corrêa do. A Missão Artística Francesa de 1816. **R. IHGB**, Rio de Janeiro, a.170(444):149-164, Jul./Set., 2009.
15 Idem, p. 149-150.
16 NEVES, Lúcia Maria Bastos P. Das Neves. **Livreiros franceses no Rio de Janeiro 1799-1824**. Rio de Janeiro: Departamento de História UERJ, p. 3.
17 NAZARETH, Mariana Silvestre. **Mulheres da capa**: a representação e a construção da imagem da mulher pelas revistas femininas. Orientadora: Profª Draª Beatriz Jaguaribe. Habilitação jornalismo. Escola de Comunicação, UFRJ, 2007.

primeiro termo, que causa confusão e que não condiz com o acontecimento do movimento feminista, a autora apresenta um trecho extraído de uma obra de Buitoni:

> "Imprensa feminina é um conceito definitivamente sexuado: o sexo de seu público faz parte de sua natureza (...) A começar do nome, a maioria das publicações, programa de rádio e TV femininos indicam claramente para quem se dirigem." (BUITONI, 1990, p. 7)

Dessa forma, compreendemos que, diferente da imprensa feminista, a expressão não busca remeter a movimentos, e sim, dizer diretamente a qual público é destinado: às mulheres.

Assim, entendemos o porquê da contínua nomeação da revista "O Espelho Diamantino" como a primeira revista feminina brasileira, já que a mesma deixava claro que as informações eram destinadas às senhoras brasileiras do início dos oitocentos.

Ainda sobre a origem da imprensa feminina e a sua história, temos o primeiro periódico destinado às mulheres em 1693, na Inglaterra.[18] Seguiu-se na França, em 1758, com um periódico intitulado "Courrier de la Nouveauté"; nos EUA com "Ladie's Magazine" de 1828, escrito por uma mulher, Sarah Josepha Hale, para o jornal de Boston; e o Brasil, tendo como primeiro periódico "O Espelho Diamantino", destinado às senhoras da elite brasileira.[19] Lançado pelo francês Pierre Plancher que, por sinal, é citado na obra de Lúcia Maria Bastos P. das Neves, que veremos mais para frente.

Infelizmente, essas revistas ainda atingiam uma pequena parcela social, e as elites brasileiras continuavam a reservar às mulheres o seu papel de mãe e dona de casa.

Já a obra de Lúcia Maria Bastos P. das Neves[20], a mesma nos apresenta o universo dos livreiros franceses que, além de possuírem predominância no mercado da época, também enfrentavam conflitos ao mandarem obras que em grande parte eram censuradas.

A autora fala sobre os interesses comerciais de franceses com brasileiros e que a partir de 1815 essas relações se intensificam, reiterando um ponto já apresentado anteriormente, que é a vinda de franceses para o país, a fim de fugirem da situação na qual a França se encontrava.[21]

Na Gazeta do Rio de Janeiro, de 28 de março de 1818, encontra-se um anúncio de um negociante francês que, como no distribuidor da revista "O Espelho Diamantino", também se localizava na Rua do Ouvidor, n° 81.[22] Outros franceses também são apresentados residindo na mesma rua, como o livreiro Carlos Durand, com seu comércio na Rua do Ouvidor, n°28; o comerciante Lozan Vial e o dono da tipografia pela qual o nosso objeto de pesquisa era publicado: Pierre René-François Plancher de lá Noé, que com sua mulher, Jeanne Seignot, chegaram em 1824 (três anos antes da publicação do primeiro número da revista) e criam a editora Plancher-Seignot, que também ficará conhecida como "Tipografia Imperial".[23]

18 Idem, p. 4-6.
19 Idem.
20 NEVES, Lúcia Maria Bastos P. Das Neves. **Livreiros franceses no Rio de Janeiro 1799-1824**. Rio de Janeiro: Departamento de História UERJ.
21 Idem, p. 3.
22 Gazeta do Rio de Janeiro, n°25, 28 de março 1818.
23 NEVES, Lúcia Maria Bastos P. Das Neves. **Livreiros franceses no Rio de Janeiro 1799-1824**. Rio de Janeiro: Departamento de História UERJ, p. 8-11.

Dois livreiros são indicados como os pioneiros no contexto carioca, sendo eles: João Roberto Bourgeois e Paulo Martin, um desses francês.[24]

Por fim, a autora ressalta a importância da vinda dos livreiros e a circulação de livros e informações, coisa que a censura sobre a imprensa não conseguia impedir e que, segundo ela, contribuiu para a formação política: "[...] e contribuíram assim para a elaboração de uma cultura política nova às vésperas da independência" (NEVES, p. 3).

E, finalizando, tem-se a obra de Vinicius Cranek Gagliardo.[25] Ao que diz respeito à imprensa e circulação de informações, Gagliardo apresenta o Decreto feito em 13 de maio de 1808, no Palácio do Rio de Janeiro, que põe fim à proibição de tipografias.[26] Esta afirmação não condiz com o parecer de José Marques de Melo, que afirma a inexistência de uma proibição expressiva, afinal, não havia uma legislação que afirmasse isso (MELO, 1973).

Já em 2 de Março de 1821, há um decreto que permite uma liberdade de imprensa mais abrangente, no entanto ainda restrita. Somente sete dias depois, em 9 de março de 1821, que de fato ocorreu uma abertura para as publicações sem que houvesse uma "censura prévia".[27]

Ainda que houvesse esses meios que facilitavam a publicação de informações, o impresso surgiu como algo novo para a divulgação e debate dos conhecimentos na sociedade – que estava acostumada com o uso do discurso oral.[28]

Além disso, também ressalta a importância do jornalismo a partir da independência, pois se torna uma ferramenta essencial na construção de narrativas sobre a nação, além das novidades sobre o império e a sociedade.[29] Assim, o exercício da vida política também ocorria através dos debates nos impressos.

Com o passar das décadas, as revistas começaram a tratar também de assuntos fora dessa esfera política e jornalística, com o intuito de oferecer uma instrução ao leitor, de forma a torná-lo mais "civilizado". Desde história, literatura, romance, filosofia, ciências, artes, medicina e economia; à higiene, etiqueta, educação moral, agricultura, catequese, viagens, o "bello sexo", entre outras.[30]

Visando assim, cada vez mais, informar a população e instruí-la.

2 A REVISTA

A revista contou com a inserção de três avisos ao longo de sua duração. A inclusão de artigos sobre teatro em francês é justificada, dizendo que isto permitiria maior acessibilidade e compreensão por parte dos artistas, citando ainda a inspiração em uma coleção política da França chamada "A Minerva Franceza".[31]

24 Idem, p. 3.
25 GAGLIARDO, Vinicius Cranek. **Imprensa e civilização no Rio de Janeiro Oitocentista.** França, 2016.
26 Idem, p. 22.
27 Idem, p. 33.
28 Idem, p. 37.
29 Idem, p. 14.
30 Idem, p. 65-66.
31 O Espelho Diamantino. Periodico de politica, literatura, belas artes, theatro e modas. Dedicado às senhoras brasileiras. Rio de Janeiro, 1º de Outubro de 1827 – 28 de Abril de 1828, nº 9, p. 170.

Um trecho dessa passagem chamou atenção por esclarecer o porquê eles aderiram também ao uso da língua: "[...] familiar, a todas as pessoas, que se occupão da política"[32].

É importante ressaltar também que no quarto número da revista há a correspondência de uma senhora, em que a mesma pede pela aderência da língua francesa, na justificativa de que a grande maioria do público detinha conhecimento sobre a língua.[33] Indicativo muito claro de quais mulheres eram atingidas pela publicação.

Também observou-se a presença de artigos que tratam de assuntos que não seguem especificamente os temas das divisões. Muitas vezes apresentam-se temas informativos de algo que aconteceu, ou algum relato oral, ou alguma crítica positiva ou negativa por parte do redator sobre determinado assunto.

Dentre as seções apresentadas ao longo da revista, muito se fala acerca dos "Annaes da Virtude". Afinal, a seção tratava de falar, em sua maioria, sobre atos heroicos feitos por mulheres. Essa seção aparece do n°2 ao n°6, narrando passagens sobre as seguintes mulheres: Catharina Herman, Elisabeth de França, Catharina Henriei, relato sobre mulheres tirado de "Memorias da Grecia e Albania", e Emilia Luiza de Beauharnais.

No entanto, esses atos de heroísmo ainda não apresentam um papel totalmente individual da mulher. Se não relacionadas ao marido, estão relacionadas com as velhas ideias que inferiorizam o sexo feminino. No caso de Elisabeth de França, por exemplo, ela é vista como "heroína" pelo fato de ter dado apoio e harmonia no momento de condenação de um rei e uma rainha.[34]

Vemos que, ainda que elogiada a atitude, se limitam àquelas posturas que a sociedade já esperava de uma mulher: ser perfeita, calma, bem dotada e, respectivamente, passar essa boa imagem. Não, por exemplo, de bravura.

Catharina Henriei se encaixa em um contexto já um pouco distinto, mas ainda restrito. A mesma travou, ao lado de seu pai (Um homem, Governador da Ilha de Negreponte), um conflito contra os turcos. Os inimigos ganham e Catharina é vista como um "troféu" ao líder inimigo. No entanto, o que chega a ser interessante, é que a mesma preferiu morrer ao se apaixonar por tal, já que havia perdido o noivo em batalha.[35]

Por último, temos o caso de Catharina Herman, que cortou os cabelos e pediu serviço ao exército espanhol, caracterizada como um "aventureiro" (um tipo de guerreiro da nobreza) para resgatar seu marido, oficial holandês (ela também era holandesa). O autor caracterizou a ação como "a mais heroica solução".[36]

Além disso, buscou-se quais seriam os possíveis motivos dos redatores ao optarem por escrever para o público feminino.

No n°1 da revista, o redator (ou redatores), busca explicar bem a finalidade em escrever para mulheres no período pós-independência. O mesmo apresenta a mulher como um instrumento im-

32 Idem.
33 Idem, n° 4, p. 70-72.
34 Idem, n° 3, p. 40.
35 Idem, n°3, p. 61-62.
36 Idem, n°2, p. 21-22.

portante e fundamental para o meio familiar, mas que também carecia de mais atenção e importância, devido a sua categorização sempre inferior às demais. Através de palavras como "civilização" e "progresso", o autor levanta a necessidade de trazer o gênero para com as relações que esses dois conceitos estabelecem, do progresso da civilização, de forma que elas também façam parte disso.[37]

Além disso, o autor usa o termo "Bello sexo". Provavelmente, essa terminologia reflete a condição sempre destinada e relacionada ao sexo feminino: a beleza.[38] Abaixo há um trecho pertinente à questão aqui sempre apresentada: "Por que escrever para mulheres no ano de 1827 e 1828?"

> "[...] nós desejamos sem dúvida obrigar o Bello Sexo a sorrir-se de quando em quando por algumas graças decentes e historietas de circunstancia; porém o nosso objeto principal, he de fornecer ás Mães e Esposas a instrução necessaria [...] ... para dirigir a educação dos filhos... [...] e como os nossos leitores, pela mor parte, pertencem ás altas jerarquias da sociedade..."[39]

Outra passagem também reforça suas opiniões sobre o papel da mulher na sociedade:

> "As senhoras, obrigadas pela Ley da Natureza a agradar aos homens, e que quasi sempre o não conseguem senão pela sua formosura e ventagens exteriores, estão na restricta necessidade de estudar os meios de revelarem sua Belleza [...] em quanto aos homens que se appresentão na sociedade com as ventagens do valor, da sciencia, dos empregos, e da industria..."[40]

Indicando uma necessidade fundamental e o porquê dela:

> "[...] elas assim conservão a saude, e formosura, agradão aos olhos da familia, e do esposo, fazem o encanto da sua casa, e neste asseio exterior, offerecem huma imagem da pureza de sua alma".[41]

Assim, vê-se que por mais que o autor busque distribuir informações para uma parcela (ainda muito pequena) da população feminina da época, o mesmo não deixava de estar inserido em seu tempo, que ainda via a mulher como uma imagem dos bons costumes e do que é belo (este último, como uma condição, todas devem ser belas); e não necessariamente como um indivíduo de responsabilidades importantes para a sociedade e não restritas ao meio familiar.

Ainda na introdução, o autor justifica a seção "Theatro" comum entre as edições, como algo que se caracteriza pelos "costumes", pela "polidez" e pelo "bom tom", que, segundo o mesmo, fazem jus à conduta e perfil do "bello sexo", o feminino. O mesmo é dito sobre a seção de "Moda", descrito como algo fundamental para a caracterização do sexo feminino.[42]

Além disso, o autor explica o porquê do título "Espelho Diamantino" para a revista e o público alvo destinado. O espelho teria sido escolhido por dois motivos: a questão do "reflexo", e de consti-

37 Idem, n°1.
38 Idem, n°1, p. 4.
39 Idem, n°3, p.35.
40 Idem, n°3, p. 45-46.
41 Idem, n°3, p. 46.
42 Idem, n°1, p. 2-3.

tuir um instrumento fundamental para a vida de uma mulher, de uma senhora. Algo que refletisse e demonstrasse a sua beleza, sua delicadeza, sua face; e por isso o mesmo era fundamental, refletia a condição fundamental desse sexo, a beleza. Além de fazer parte de seu cotidiano, também era um objeto materialmente belo, visto sua composição distinta e reflexiva, que também garantia a virtude de olhar-se diante do mesmo e enxergar-se.[43]

Na primeira edição, o autor informa sobre o dia da publicação da primeira edição (20 de Setembro de 1827), os valores para assinantes trimestrais, semestrais e anuais; além de, também, apresentar o endereço de onde vinham as edições da revista, descrita como "Rua do Ouvidor n. 95".[44]

Sobre a identidade dos redatores, no quarto número há um aviso escrito e assinado por "Julio Floro das Palmeiras", que se intitula como "O Redactor do Espelho Diamantino". No aviso, o próprio faz uma reclamação para o livreiro responsável pela publicação da revista, chamado de "Doutor Pangloss" (provavelmente, Mr. P. Plancher-Seignot?), acusando-o de falta de ajuda e interesse, dando preferência a outros periódicos.[45] No quinto número, o nome aparece novamente.

Tem-se no n°7 uma referência ao editor da revista, "Sr. Chevalier"[46], que aparece também na primeira seção do n° 12. Já nas últimas edições da revista, alguns redatores parecem querer esconder-se através de siglas (ou iniciais).

Também se tem a presença das correspondências, escritas por mulheres e publicadas geralmente ao final da revista. Não aparece em todos os números e no n°13 está redigida em língua francesa.

É interessante que na correspondência de n°4 a escritora fala sobre a presença de comerciantes do ramo da moda na Rua do Ouvidor[47] que, provavelmente, tinha como público consumidor o sexo feminino, fazendo conexão à obra de Sonia Guarita que fala sobre a predominância das mulheres na Rua do Ouvidor e dos homens na Rua Direita.[48]

O último número, a 14ª edição, apresenta um formato um pouco diferente e o que, possivelmente, poderia ser chamado de uma "despedida". O redator trata de assuntos sobre a França e o Rio de Janeiro, sobre política, conflitos, o Império e a imprensa.

3 CONCLUSÃO

Dessa forma, chegamos ao final desse longo caminho de pesquisa acerca do Rio de Janeiro de princípios do século XIX, que acompanha a independência, o surgimento da imprensa e dos periódicos, os debates políticos, a figura de D. Pedro I e a abertura comercial e cultural.

O periódico "O Espelho Diamantino", infelizmente, se expressa tanto de respostas quanto de dúvidas. Ao que se parece ao encerrar este apanhado de informações encontradas, é que, visto o seu

43 Idem, n°1, p. 4.
44 Idem.
45 Idem, n°4, p. 69.
46 Idem, n°7, p. 118.
47 Idem, n°8, p. 71
48 AMARAL, Sonia Guarita do. **O Brasil como império**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009, p. 53.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

curto período de duração e a possível pequena influência e abrangência que este teve para a época, várias lacunas expostas anteriormente continuam vagas.

Não se sabe ao certo, por exemplo, o porquê do fim dos lançamentos das edições. O que se pode definir aqui são apenas especulações que, a meu ver, se deu devido à falta de uma considerável quantidade de leitores. Afinal, conclui-se nesta pesquisa que o Brasil ainda apresentava-se distante de um pensamento voltado ao feminino, aos direitos e à sua atuação.

As mulheres que conseguiram ler a revista, além de serem da elite, provavelmente detinham de uma liberdade a mais para caminhar as ruas e deter, por exemplo, dos conhecimentos da leitura e escrita, ou da língua francesa; raríssimos para esse Rio de Janeiro do início do século.

Dessa forma, conclui-se que a revista não teve o objetivo de buscar por direitos femininos, muito menos teve fins revolucionários; e também reforçava o papel da mulher como mãe, dona de casa e dotada de beleza e bons costumes – o contínuo uso do termo "bello sexo" ajuda a evidenciar tal fato.

Todavia, algo que está próximo da realidade é a criação de uma revista feminina que buscasse informar as mulheres – não para lhe oferecer uma posição de atuação próxima a exercida pelo homem. E sim, como parte de uma nação que passava a ser independente e, consequentemente, de novos valores, ou melhor, de uma nação que não era composta apenas de homens.

Além do mais, as mulheres poderiam entender o que se passava no país e no mundo exterior – sem que para isso necessitasse atuar na sociedade.

Outra questão é a do papel dos imigrantes e da transformação da região carioca na capital imperial. Ao que parece, todo esse apanhado de mudanças trazido pela vinda da corte portuguesa e a transformação do Rio de Janeiro em um capital, intensificou o intercâmbio cultural. Foi uma iniciativa para que novas ideias – mais concretas – fossem se disseminando, ainda que essas novas ideias partam enfaticamente para o campo político – e por este, a única explicação mais viável para oferecer informações ao público feminino nos anos de 1827 e 1828, seria essa via "mais aberta" e de discussão política.

A própria criação da revista gerava críticas, como visto na edição de n°4, em que o redator narra uma situação de crítica de um senhor à atitude dos mesmos, em escrever e informar mulheres.[49] Ou seja, ainda que a publicação da revista fosse uma atividade cativante para a época, aos olhos de hoje; tratava-se de uma posição ainda muito individual – não era um desejo geral da sociedade produzir esse tipo de conteúdo.

Assim, a revista deu-se em poucas quatorze edições. O que convém afirmar é que, sempre há de ter uma iniciativa para tudo, seja ela com grandes impactos ou não. As poucas senhoras que tiveram a oportunidade e privilégio de enviar correspondências para os redatores, inclusive com exigências, sem dúvida, apreciavam a possibilidade de local de fala nos fins da década de 1820.

49 Idem, n°4, p. 56.

FONTES

Gazeta do Rio de Janeiro, n°25, 28 de março 1818.

O Espelho Diamantino. Periodico de politica, literatura, belas artes, theatro e modas. Dedicado às senhoras brasileiras. Rio de Janeiro, 1º de Outubro de 1827 – 28 de Abril de 1828.

BIBLIOGRAFIA

AMARAL, Sonia Guarita do. **O Brasil como império**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.

GAGLIARDO, Vinicius Cranek. **Imprensa e civilização no Rio de Janeiro Oitocentista**. França, 2016.

LAGO, Pedro Corrêa do. A Missão Artística Francesa de 1816. **R. IHGB**, Rio de Janeiro, a.170(444):149-164, Jul./Set., 2009.

MELO, José Marques de. **Sociologia da Imprensa Brasileira.** Brasil: Editora Vozes, 1973.

NAZARETH, Mariana Silvestre. **Mulheres da capa**: a representação e a construção da imagem da mulher pelas revistas femininas. Orientadora: Profª Draª Beatriz Jaguaribe. Habilitação jornalismo. Escola de Comunicação, UFRJ, 2007.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P. Das Neves. **Livreiros franceses no Rio de Janeiro 1799-1824**. Rio de Janeiro: Departamento de História UERJ, p. 1-14.

PRADO Jr., Caio. **Evolução política no Brasil.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1999, p. 52-53.

NARRAR A MISSÃO: O RELATO DE VIAGEM DA IRMÃ PASCAL AO RIO DE JANEIRO (1881-1882)

Camila Gonçalves Santos[1]

RESUMO: Neste trabalho, é nosso objetivo analisar a experiência missionária de irmã Pascal, uma vicentina francesa da Congregação das Filhas da Caridade, a partir de um relato de viagem escrito por ela em 1881, durante sua estadia no Rio de Janeiro. Pascal iniciou a escrita do relato na travessia marítima entre a França e o Brasil, quando veio exercer a função de Irmã Visitadora das casas vicentinas brasileiras. Ao chegar ao país, continuou a escrever ao superior da Congregação, padre Antoine Fiat, enquanto visitava as obras vicentinas da capital do Império, relatando o desenvolvimento das atividades congregacionais na província, bem como a situação do contexto local que as envolviam. A Congregação das Filhas da Caridade estabeleceu sua primeira obra no Brasil em 1849 e nas décadas seguintes continuou a enviar missionárias para várias províncias, que atuavam sobretudo em hospitais, asilos e escolas. Ao chegar ao Brasil como Irmã Visitadora, Pascal deveria tomar nota de tudo que lhe parecesse importante, observar se nas casas visitadas reinavam a ordem, a caridade e o bom exemplo entre as Irmãs, além de se certificar se havia a correta observância das Regras Congregacionais. Seus escritos estavam inseridos num sistema de comunicação institucional que cooperava com a organização e adaptação das obras congregacionais nos mais diversos espaços. As narrativas de Pascal compreendem desde a despedida da Casa Mãe, em Paris, até a chegada ao Rio de Janeiro, onde esteve por alguns meses acompanhando os trabalhos das vicentinas. Nas narrativas da missionária, ao lado de elementos que apontam para a expressão de sua individualidade, ganham espaço sobretudo suas descrições sobre as particularidades locais, os diversos trabalhos caritativos prestados pelas Irmãs e a instrução religiosa junto aos assistidos, sem deixar de mencionar as relações do governo imperial com o trabalho assistencial das vicentinas. A partir dos escritos que produziu, buscamos compreender, nos percursos traçados por Pascal, como essa missionária construiu e narrou suas percepções acerca da sociedade e das instituições com as quais estabeleceu contatos durante a permanência no Rio de Janeiro, bem como analisar as experiências e dificuldades vivenciadas por ela em um contexto social e cultural diverso do seu.

1 INTRODUÇÃO

No decorrer do século XIX, a Congregação das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo[2] iniciou um processo de expansão de suas atividades por todo o mundo, tendo como principal articulador o superior geral da Congregação, padre Jean-Baptiste Étienne. O padre foi responsável por levar as organizações vicentinas a um "espetáculo de edificação para o mundo inteiro" (UDOVIC, 2001, p.

1 Mestranda em História e Conexões Atlânticas na Universidade Federal do Maranhão. Bolsista CAPES. E-mail: camilastgoncalves@gmail.com

2 A organização foi fundada em Paris, em 1633, por Luísa de Marillac (1591-1660) e Vicente de Paulo (1580/1581-1660). Recebeu a aprovação pontifícia em 1688, sendo reconhecida como uma Companhia ou Congregação de mulheres dedicadas ao serviço dos pobres e enfermos. As Filhas da Caridade proferem votos simples e temporários (renovados anualmente) de castidade, pobreza e obediência e ainda um quarto voto, particular da Congregação: o de servir aos pobres (QUITANO, 2011).

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

52), multiplicando suas casas em outros países e acolhendo as novas vocações que surgiam. No seu superiorato, Étienne trabalhou para que o "espírito primitivo" das fundações vicentinas fosse reestabelecido após os reveses enfrentados pelas organizações católicas no contexto do pós-revolução da França. Priorizou, também, a união dos dois ramos vicentinos: a Congregação das Filhas da Caridade e a Congregação da Missão. A forte união da "rede caritativa" vicentina ajudaria a articular ações para responder às "emergências contemporâneas causadas pela pobreza, ignorância, irreligião, convulsões sociais, não só em Paris, não só na Europa, mas em todo o mundo" (UDOVIC, 2001, p. 85).

As Filhas da Caridade realizaram suas primeiras missões fora da Europa em 1839, alcançando países como Turquia (1839), Egito (1842), Síria (1847), China (1847) e México (1844) (BAETEMAN, 1936). Em 1849, chegaram ao Brasil, para fundar o primeiro colégio voltado especificamente à educação feminina do Império, em Mariana, Minas Gerais. Nas décadas seguintes, os superiores de Paris continuaram enviando vicentinas ao Brasil, em grupos cada vez maiores, destinados a diversas províncias: Rio de Janeiro, Ceará, Pernambuco e Bahia.

Mesmo após o fim do superiorato de Étienne, em 1874, as relações entre a Igreja Católica do Brasil e a Congregação continuaram profícuas, com novas obras lideradas pelas Filhas da Caridade sendo fundadas por todo o país. Com a morte de Étienne, quem assumiu a liderança foi o padre Eugène Boré, que continuou a trabalhar na internacionalização congregacional. No entanto, o superiorato do padre Boré foi curto (1875-1878), interrompido pelo seu falecimento em maio de 1878[3]. Padre Antoine Fiat assumiu seu lugar, primeiro como vigário-geral (1878-1880) e depois como Superior Geral (1880-1915). A ele, foram remetidos os escritos redigidos pela missionária irmã Pascal, sobre quem trataremos neste trabalho.

Os escritos da missionária estavam inseridos num sistema de comunicação institucional fortalecido ainda no superiorato de Étienne (SANTIROCCHI; SANTIROCCHI, 2020). Ao se estabelecerem nos países de missão, as congregadas enviavam cartas, relatos e relatórios aos superiores gerais em Paris, a fim de informar sobre o andamento das atividades, as características das sociedades locais, bem como pedir instruções para lidarem com os problemas do cotidiano e com as possíveis dificuldades na adaptação. Isso, além de fazer parte dos seus deveres, se constituía como um instrumento de controle dos superiores sobre as ações realizadas pela Congregação.

Neste artigo, é nosso objetivo analisar a experiência missionária de irmã Pascal[4], uma vicentina francesa pertencente à Congregação das Filhas da Caridade, a partir de um relato de viagem escrito entre 1881 e 1882, a fim de compreender, nos percursos que traçou, como ela construiu suas interpretações acerca dos contatos culturais que estabeleceu num ambiente cultural, religioso e social diferente do que conhecia, bem como as dimensões subjetivas desses registros. Pascal iniciou a

3 Cf. *Derniers moments de M. Eugène Boré, Supérieur Général de la Congrégation de la Mission et de la Compagnie des Filles de la Charité*, 1878. Disponível em: gallica.bnf.fr. Acesso: 12.01.2023.

4 Até o momento, dispomos de poucos dados biográficos acerca da irmã Pascal. Seus escritos não revelam se ela já estivera no Brasil em alguma obra da Congregação antes de chegar em 1881. Sabemos, no entanto, que em 1860, quando da instalação da Província Brasileira das Filhas da Caridade no Rio de Janeiro, uma irmã chamada Louise Aglaée Pascal, então Irmã Servente do Orfanato de Pernambuco, foi denominada ecônoma no Conselho da Província. No entanto, não sabemos ainda se se trata da mesma congregada que escreveu o relato em questão.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

escrita do relato na travessia marítima entre a França e o Brasil. Ao chegar ao país, continuou a escrever ao superior em Paris, padre Antoine Fiat, relatando a situação e o desenvolvimento das obras congregacionais, bem como dos contextos locais que as envolviam.

2 NAS LINHAS DA CARIDADE: A NARRATIVA DE VIAGEM DE IRMÃ PASCAL

Em 05 de agosto de 1881, a missionária francesa irmã Pascal deixou o porto de Pauillac com destino ao Rio de Janeiro, para visitar as casas vicentinas desta e de outras províncias do Brasil. Sua despedida da Casa Mãe, dois dias antes, e a separação resultante da viagem são narradas com pesar e dúvidas pela missionária: "quando atravessei o limiar da querida Casa Mãe, senti uma emoção muito dolorosa: perguntei-me se a veria novamente e em que condições eu a reencontraria."[5] Ao se despedir, recebeu a bênção do superior geral, padre Antoine Fiat, que expressou a Pascal o desejo de que a missionária redigisse e enviasse a ele um relato da viagem, como ela afirma de início. Com esse pedido, percebe-se, aliás, que o padre Fiat continuou, como Étienne, a incentivar nos missionários a necessidade de registrar seus percursos, o que contribuiria para construir a própria história da Congregação.

Despedindo-se de Paris, irmã Pascal foi acompanhada por algumas vicentinas de lá até o porto de Pauillac, de onde seguiria a viagem acompanhada de irmã Reynaso e de pelo menos dois lazaristas, citados no relato: padre Simon e padre Jauzion. A presença dos vicentinos nas viagens realizadas pelas Filhas da Caridade reiterava a imposição da tutela sacerdotal com a qual as missionárias tiveram de lidar desde o início das suas atividades fora de Paris, ainda no século XVII. A tutela masculina era um importante elemento que diferenciava as vivências missionárias em termos de gênero (SOUZA, 2020), podendo ser percebida em outros deslocamentos das irmãs.

Para Pascal, a partida significava renovar seu sacrifício diante de Deus. O sacrifício de se entregar à viagem missionária permeia toda a narrativa, além de ser também um elemento comum nas cartas e relatos de outros religiosos viajantes. Nesse sentido, Souza ressalta que o "sacrifício é equiparado à graça, porque aproxima as missionárias da salvação, devendo ser celebrado e rememorado" (2020, p. 293). Assim, valorizando-se o sacrifício, valorizava-se, também, o mérito espiritual da empreitada.

Ao entrar nas acomodações do navio Congo, Pascal se deparou com a primeira dificuldade da viagem, ao perceber que na cabine destinada a ela e Reynaso havia 6 acomodações. A missionária lamentou ter que dividir seu espaço com mais quatro "pessoas do mundo", o que para ela seria muito incômodo. O comandante do navio as livrou de tal situação, reservando duas camas para as viajantes. Insatisfeitas com a "azáfama" que testemunharam no Congo, Pascal e Reynaso contaram com a ajuda de outras vicentinas para se instalarem adequadamente no navio, mas logo tiveram que se despedir da pequena comitiva que as tinha levado até lá. "Nossas despedidas foram tristes, mas um

5 "En franchissant le seuil de la chère Maison mère, j'éprouvai une émotion très pénible: je me demandai si je la reverrais et dans quelle condition je le retrouverais." (Livre tradução). Lettre de ma Sœur Pascal, Visitatrice, à M. FIAT, Supérieur General. Maison Centrale de Rio-Janeiro, 28 août 1881. RELATION DU VOYAGE DE PARIS A RIO-JANEIRO. In: **Annales de la Congrégation de la Mission**, vol. 46, pp. 718-728, 1881.

pouco amenizadas pelo pensamento de que sempre podíamos nos reencontrarmos no coração de Nosso Senhor"[6].

O navio zarpou naquela mesma noite. A partida foi coroada com a oração das missionárias, pedindo a Deus que não abandonasse aquele país; e à Santa Virgem que não descuidasse dos habitantes da querida Casa Mãe, recomendando, ainda, a viagem à proteção dos anjos. Adentrando no navio Congo, Pascal e Reynaso adentravam também na variedade composta pelos tripulantes: franceses, espanhóis, portugueses, missionários, artistas, trabalhadores e comandantes do navio, todos compunham o conjunto dos viajantes que dividiriam a travessia marítima com as missionárias, além daqueles que entravam e saíam a cada parada nos portos.

Em um deles, no porto de Lisboa, depois de uma ancoragem difícil, as irmãs tinham decidido descer do navio para visitar as companheiras de Congregação de Lisboa, mas logo desistiram, pelas condições adversas do mar. Sair do grande Congo, adentrar um barco menor, chegar à terra firme, passar pela alfândega; era um percurso complicado, do qual abriram mão com muito pesar: "custou-nos passar tão perto delas e não vê-las."[7] Mas as vicentinas de Portugal fizeram o esforço, chegando próximo ao Congo em um pequeno barco "fortemente atirado pelas ondas". Ultrapassado o difícil percurso, as irmãs de Portugal foram içadas por uma corda até o convés do navio, comovendo Pascal e Reynaso, que perceberam "quantos perigos nossas queridas irmãs tinham enfrentado para chegar até nós"[8].

As vicentinas de Lisboa insistiram para que Pascal e Reynaso as acompanhassem até a cidade, mas estas recusaram, por medo de perderem a partida do navio no dia seguinte, "seja por causa do clima, seja por falta de um barco" para regressar. Horas depois das vicentinas de Lisboa deixarem o convés do Congo, o próprio comandante do navio ofereceu a Pascal e a Reynaso lugares em um pequeno navio a vapor que levaria alguns tripulantes à cidade e retornaria no dia seguinte. As irmãs aceitaram, percebendo que no navio a vapor "não havia nada a temer, e tínhamos a certeza de voltar no dia seguinte com estes senhores"[9].

Nesses pequenos encontros e contatos na travessia atlântica, se destaca a amplitude da rede vicentina, que já havia alcançado, em 1881, a Europa, Ásia, América e África, as *quatro partes do mundo* (GRUZINSKI, 2014). A dimensão desses elos que conectavam as vicentinas em diversas partes do globo é reconhecida por Pascal, ao afirmar "como são doces e benéficos os laços formados pela caridade"[10]. Ademais, chama a atenção também a identidade congregacional compartilhada pelo grupo. Ao se encontrarem, as missionárias reafirmavam dinâmicas e compromissos que as tornavam partem

6 "Nos adieux furent tristes, mais un peu adoucis par la pensée que nous pourrions toujours nous retrouver dans le cœur de Notre-Seigneur." (Livre tradução). In: **Annales de la Congrégation de la Mission**, vol. 46, pp. 718-728, 1881.

7 "Nous avions pris la résolution de descendre à Lisbonne pour saluer nos sœurs; nous y renonçâmes avec bien du regret: il nous en coûtait de passer si près d'elles et de ne pas les voir." (Livre tradução). In: **Annales de la Congrégation de la Mission**, vol. 46, pp. 718-728, 1881.

8 "Nous étions profondément touchées de voir à combien de périls en d'ennuis nos chères sœurs s'étaient exposées pour venir jusqu'à nous." (Livre tradução). In: **Annales de la Congrégation de la Mission**, vol. 46, pp. 718-728, 1881.

9 "Sur le vapeur, il n'y avait rien à craindre, et nous étions sûres de revenir le lendemain avec ces messieurs." (Livre tradução). In: **Annales de la Congrégation de la Mission**, vol. 46, pp. 718-728, 1881.

10 "[…] combien sont doux et avantageux les liens formes par la charité". (Livre tradução). In: **Annales de la Congrégation de la Mission**, vol. 46, pp. 718-728, 1881.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

de um mesmo todo, reavivando o senso de pertencimento e unidade; juntas, ouviram missa e receberam a Sagrada Comunhão. A chance de passar algumas horas na casa vicentina de Lisboa foi suficiente para que Pascal renovasse as energias para a missão em andamento: "Passamos apenas uma noite e algumas horas da manhã nessa casa, mas foi o suficiente para nos edificarmos. Respira-se ali um perfume de piedade que faz bem"[11]

De volta ao navio, Pascal narrou uma cena emblemática da viagem. Na parada no porto de Lisboa, novos passageiros haviam embarcado, intranquilos e agitados. "Podíamos ouvi-los falando muito alto, animando-se". A animação resvalou em uma briga acirrada, que por pouco não resultou em tentativa de homicídio: "eclodiu uma séria discussão entre um francês e um espanhol. Para acabar, este último resolveu matar o francês. Felizmente, ele não tinha uma faca; deu a volta no barco implorando para que alguém lhe emprestasse uma [...]". A cena resultou na prisão do espanhol pelo comissário do navio. Apesar da singularidade do ocorrido, a missionária não expressou suas interpretações sobre o acontecimento, nem explicitou qualquer juízo de valor. Tal evento seria ainda seguido de outros que mereceram mais espaço nos escritos de Pascal.

Depois do porto de Lisboa, o navio ancorou em Dakar. A visão do lugar agradou a missionária: "Dakar proporciona o aspecto de uma alegre paisagem [...] prados verdes brilhantes, pontilhados de palmeiras, laranjeiras e outras árvores; entre essas árvores, pequenas casas que à distância parecem bonitas." No entanto, sua impressão maravilhada foi rapidamente desfeita ao se deparar com os habitantes do lugar. Quando a chegada do Congo foi anunciada, Pascal se espantou com "centenas de seres surgindo na praia, a quem dificilmente se pode dar o nome de homens; emitem gritos agudos e selvagens; brigam pelos barcos; pulam para dentro deles [...]"[12].

A admiração pela beleza da cidade é confrontada pelo desconforto ao se deparar com aqueles "pobres selvagens" que, para ela, sequer poderiam ser considerados homens. Eles se dirigiam em pequenos barcos em direção ao Congo, "em uma velocidade assustadora", para à frente do navio realizarem manobras, divertindo os passageiros, com o objetivo de conseguir algumas moedas. À noite, terminadas as apresentações e divertimentos, Pascal conta que um deles chegara bem perto do Congo para gritar que "só os padres e madres é que não nos deram nada"[13]. Ao narrar o acontecimento, a missionária demonstra a insatisfação pelo que escutou, afirmando que pensou em arriscar jogar algumas medalhas, mas temeu que "não fizessem bom uso delas" e que aqueles "pobres selvagens"

11 "Nous ne passâmes qu'une nuit et quelques heures du matin dans cette maison, mais nous en eûmes assez pour nous édifier. On y respire un parfum de piété qui fait du bien." (Livre tradução). In: **Annales de la Congrégation de la Mission**, vol. 46, pp. 718-728, 1881.

12 "Quel désenchantement quand, au coup de canon annonçant l'arrivée du Congo, on voit surgir sur le rivage des centaines d'êtres, mais auxquels on se résout difficilement à donner le nom d'hommes; ils poussent des cris aigus, sauvages; ils se disputent les barques, sautent dedans, les font chavirer, chavirent avec elles […]." (Livre tradução). In: **Annales de la Congrégation de la Mission**, vol. 46, pp. 718-728, 1881.

13 "Sur le soir, l'un d'eux est député plus près du Congo pour crier de toutes ses forces: "Il n'y a que les Pères et les Mères qui ne nous ont rien donné!" en parlant des missionnaires et de nous." (Livre tradução). In: **Annales de la Congrégation de la Mission**, vol. 46, pp. 718-728, 1881.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

ignoravam "todos os desejos de graça e salvação que lhes enviamos e das orações que dirigimos a Deus por eles"[14].

Nesse ponto da narrativa, é interessante notar o empenho de Pascal em relatar esse acontecimento em contraposição ao que acontecera dias antes entre o francês e o espanhol. Sobre estes, protagonistas de uma briga que por pouco não resultou em uma morte, a missionária silencia suas interpretações, mencionando-os brevemente e passando ao próximo assunto. Em relação ao primeiro, ocorrido no território africano do Dakar, entre sujeitos que sequer chegaram a subir no navio, Pascal interpreta-o a partir de uma chave de leitura já bastante conhecida, caracterizada pela oposição entre civilização *versus* barbárie/selvageria (MAUAD; MUAZE, 2004, p. 199), percebida, aliás, em outros escritos dos missionários vicentinos (SANTIROCCHI, 2019). A irmã enxerga-os como tão "selvagens" em seus comportamentos que talvez não soubessem fazer bom uso da medalha milagrosa, largamente distribuídas pelas Filhas da Caridade por onde passavam (LAGE, 2011).

A percepção do *selvagem*, inaugurada nesse momento nos escritos de Pascal, perdura também em suas interpretações sobre o Rio de Janeiro. Na noite de 24 de agosto, após 19 dias de viagem, as missionárias chegaram ao seu destino, desembarcando no dia seguinte. Dirigiram-se, então, à Santa Casa de Misericórdia, que contava com o trabalho das Filhas da Caridade desde 1852. Da Santa Casa, seguiram para a Casa Central, onde se reuniram com as irmãs de congregação ansiosas por notícias de Paris. "Nossos venerados superiores, as duas Casas Mães, as obras da França, se podia ver que tudo despertava seu interesse, que seus corações ainda estavam fortemente ligados a tudo que dizia respeito a ambas as famílias"[15].

Na Casa Central, ao ver-se em companhia de suas coirmãs, Pascal afirmou sentir-se na França, sensação que só foi desfeita ao andar pelas ruas da cidade, "onde se pode ver alguns resquícios dos tempos selvagens"[16]. Destaca-se, nesse ponto, o contraste entre a cultura francesa, vicentina e os espaços ocupados pelas irmãs, e o entorno citadino. Exercendo seu olhar de estrangeira, a missionária sublinhou a condição sociocultural do Rio de Janeiro em tom predominantemente negativo, construindo em sua narrativa uma imagem daquela cidade que alcançaria seu mais importante leitor: o padre Fiat. Para a missionária, os males sociais com os quais se deparou durante a estadia no Rio de Janeiro seriam remediados pelo esforço caritativo e assistencial das vicentinas, capazes de agir sobre "a ignorância da mente e a perversão do coração" que atingia seus assistidos.

Às suas companheiras de Congregação, Pascal reservou suas descrições mais positivas: "Ficamos emocionados ao ver o quanto cada irmã ama seus pacientes; os mais aflitos são os mais amados."

14 "Pauvres sauvages, comme ils se trompaient en pensant que nous ne leur avions rien donné! Ils ne se doutaient pas de tous les souhaits de grâce et de salut que nous leur envoyions et des prières que nous adressions à Dieu pour eux! Nous n'avons pas osé risquer des médailles, dans la crainté qu'ils n'en fissent pas un bon usage." (Livre tradução). In: **Annales de la Congrégation de la Mission**, vol. 46, pp. 718-728, 1881.

15 "Nos vénérés supérieurs, les deux maisons mères, les œuvres de France, on voyait que tout excitait leur intérêt, que leur cœur était toujours fortement attaché à tout ce qui concerne les deux familles." (Livre tradução). In: **Annales de la Congrégation de la Mission**, vol. 46, pp. 718-728, 1881.

16 "On se croit en France, dans les maisons de nos sœurs. Il n'en est pas de même dans les rues, où l'on remarque bien quelques restes des temps sauvages." (Livre tradução). In: **Annales de la Congrégation de la Mission**, vol. 46, pp. 718-728, 1881.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

Além delas, a missionária destacou repetidamente as virtudes de Dom Pedro II, afirmando que é um homem "encantadoramente simples" e engajado em acompanhar de perto o trabalho das irmãs na Santa Casa de Misericórdia. "Às vezes ele vai sozinho, às sete horas da manhã, fazer suas rondas nos hospitais, sem ser anunciado. [...] ele sorri para cada irmã e observa com interesse todos os detalhes do serviço"[17].

Destacar os aspectos positivos das irmãs e do imperador e ressaltar os aspectos negativos percebidos no Rio de Janeiro poderia significar tanto a intenção de sublinhar a necessidade dos trabalhos das vicentinas para "regenerar" os males da sociedade carioca, legitimando a ação missionária das congregadas, quanto para reafirmar o respaldo político que o trabalho da Congregação recebia do monarca. Nesse sentido, é notória a ênfase que Pascal dá à apreciação de Dom Pedro II pelo trabalho das missionárias, corroborando as proposições de Vieira, que afirma que o imperador, a despeito de seu "pragmatismo em matéria de religião" (2016, p. 288), percebeu o potencial das vicentinas nos serviços educacionais e hospitalares. Desse modo, abriu caminho, ainda em meados do século XIX, para a expansão dos trabalhos das irmãs, desde que elas não "estendessem sua influência além desses limites" (LYRA *in* VIEIRA, 2016, p. 289). A preocupação de Dom Pedro II em assegurar que a atuação das Filhas da Caridade se restringisse puramente ao trabalho assistencial e educativo implicava reconhecer, antes de tudo, a potencial dimensão política de suas obras[18].

Além de seu olhar sobre o ambiente urbano e as instituições que visitou (a já citada Santa Casa de Misericórdia e o Hospital Militar), a exaltação da natureza do lugar também constitui as páginas de Pascal, tornando este um ponto em comum entre o seu relato e o de outros viajantes estrangeiros que estiveram no Brasil naquele século (CERDAN, 2003; MONTEZ, 2011; PRATT, 1999; SOUZA, 2020).

Junto a esses elementos, destaca-se, no caso de Pascal, não apenas a construção de uma alteridade em sua escrita, de um olhar e um juízo sobre o outro, mas também a própria construção de uma identidade, neste caso, a identidade vicentina, reafirmada na indisposição de dividir o espaço com "pessoas do mundo", nos reveses que enfrentaram para poder encontrar e comungar com suas companheiras de Congregação de Portugal e, ainda, no encontro com as vicentinas da Casa Central do Rio, onde a tônica do assunto permaneceu sendo, por dias, as obras da França, a Casa Mãe e os superiores gerais.

As diferenças culturais percebidas por Pascal dão o tom da sua narrativa desde a chegada ao Rio de Janeiro. Sistematizando sua compreensão acerca do outro, a vicentina elabora também seu próprio lugar de enunciação, ancorado no vínculo institucional. Esse lugar próprio de enunciação é construído como *familiar* e *civilizado* enquanto o lugar do outro é elaborado como *estranho* e *sel-*

17 "A propos de l'empereur, il est d'une simplicité charmante. Il va quelquefois tout seul, à sept heures du matin, faire sa tournée dans les hôpitaux, et cela sans se faire annoncer. On le reçoit donc en tablier blanc, un ustensile de ménage à la main; c'est ce qu'il veut, il sourit à chaque soeur et observe avec intérêt tous les détails du service." (Livre tradução). In: **Annales de la Congrégation de la Mission**, vol. 47, p. 152, 1882.

18 Sintonizadas com uma Igreja ultramontana em plena transformação, que buscava assegurar seu espaço e poder na modernidade, a despeito da força das ideias liberais e secularizantes, as irmãs do Rio de Janeiro, e de outras províncias do Brasil, não passaram ilesas ao debate político da época. Nos jornais liberais da capital, circulavam acusações contra elas, denominadas de "milícia feminina do jesuitismo" e acusadas de difundir o "obscurantismo" religioso. Cf. Jornal **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 22 de julho de 1880, nº 202.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

vagem. É a partir dessa diferenciação, percebida ao longo dos registros, que o texto de Pascal opera como um *delimitador de fronteiras* (CERTEAU, 2021), que separam campos socioculturais distintos, e que constroem, ao mesmo tempo, o seu próprio lugar de missionária estrangeira e a imagem do outro.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo analisar as narrativas de viagem da missionária irmã Pascal, escritas durante sua travessia marítima entre França e Brasil e no período em que esteve no Rio de Janeiro. Buscamos compreender os contatos culturais que Pascal estabeleceu em seus percursos, lidando com sociedades e ambientes diferentes dos que conhecia. Observamos que a escrita missionária de Pascal está fortemente ancorada na identidade congregacional que compartilhava com suas coirmãs, que se reflete na maneira como ela interpretava e registrava os acontecimentos da viagem. Produzindo seu discurso sobre o outro, sobre o diferente, Pascal desvelava seu próprio referencial cultural.

O relato de viagem da Irmã é breve, reduzido aos acontecimentos que ela considerou mais relevantes no percurso e aqueles que julgou conveniente dar a conhecer ao superior geral. No entanto, se constitui como um caminho importante para acessar, senão os pormenores de sua vida, ao menos um importante indício da experiência missionária que protagonizou no Rio de Janeiro. Não é, ademais, um espaço de escrita em que se percebem revelações íntimas e particulares, mas se constitui como uma produção que, nos moldes institucionais, reitera seu vínculo com a Congregação e se equilibra na junção entre os deveres institucionais e a subjetividade da autora, indicando as chaves de leitura com que essa missionária viajante percebia o mundo à sua volta.

BIBLIOGRAFIA

FONTES

Annales de la Congrégation de la Mission, vol. 46, pp. 718-728, 1881.

Annales de la Congrégation de la Mission, vol. 47, 1882.

Jornal ***Gazeta de Notícias***, Rio de Janeiro, 22 de julho de 1880, nº 202

Derniers moments de M. Eugène Boré, Supérieur Général de la Congrégation de la Mission et de la Compagnie des Filles de la Charité, 1878. Disponível em: gallica.bnf.fr. Acesso: 12.01.2023.

FONTES

BAETEMAN, Joseph. **Les Filles de la Charité en Mission a Travers le Monde**. Paris: G. Poussin, Editeur, Evreux, 1936.

CERDAN, Marcelo Alves. Maria Graham e a escravidão no Brasil. Entre o olhar e o bico de pena e os leitores do Diário de uma viajante inglesa do século XIX. **História Social**, n. 10, p. 121-148, 2003.

CERTEAU, Michel de. **O lugar do outro**: história religiosa e mística. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021.

LAGE, Ana Cristina Pereira. **Conexões Vicentinas**: particularidades políticas e religiosas da educação confessional em Mariana e Lisboa oitocentista. Tese de doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

MAUAD, Ana Maria; MUAZE, Mariana. A escrita da intimidade: história e memória no diário da viscondessa de Arcozelo. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). **Escrita de si, escrita da História**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

MONTEZ, Luiz Barros. Uma austríaca visita o Rio de Janeiro de 1847. Exame do relato de Ida Pfeiffer sob uma ótica transcultural. **Patrimônio e Memória**, v. 7, n. 2, p. 4-19, 2007.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império**: relatos de viagem e transculturação. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

QUINTANO, Fernando C.M. Los Votos de las Hijas de la Caridad. **Vincentiana**, vol. 45, n. 4, article 47, 2001.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos; SANTIROCCHI, Pryscylla Cordeiro Rodrigues. Os desafios para a universalização da Congregação da Missão no superiorato do padre Jean-Baptiste Étienne (1843-1874). **Almanack**, Guarulhos, n. 26, 2020.

SANTIROCCHI, Pryscylla Cordeiro Rodrigues. **Evangelizare pauperibus misit me**: ortodoxia e ortoprática dos padres lazaristas nas missões do Ceará (1870-1877). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019.

SOUZA, Melina Teixeira. **A missão escrita**: aventuras e travessias de irmã Dubost na universalização da Companhia vicentina (Mariana-MG, 1848-1858). Tese (doutorado) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2020.

TODOROV, Tzvetan. A viagem e seu relato. **Revista de Letras**, vol. 39, pp. 13-24, 1999.

UDOVIC, Edward R. **Jean-Baptiste Étienne and the Vincentian Revival**. Chicago, Illinois: Vincentian Studies Institute Monographs, 2001.

VIEIRA, Dilermando Ramos. **História do catolicismo no Brasil** (1500-1889): volume I. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2016

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS

ANAIS DO

POPULAÇÃO E TERRITÓRIO NA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, 1856

Jadir Peçanha Rostoldo[1]

RESUMO: Este trabalho propõe uma análise e discussão sobre a distribuição territorial da população da Província do Espírito Santo, em 1856, apontando suas características e motivações. O objetivo é compreender a formação da sociedade capixaba no período, ampliando as fontes e parâmetros de pesquisa. Utilizamos como referência principal o, "Ensaio sobre a História e Estatística da Província do Espírito Santo", publicado em 1858 e escrito por, José Marcellino Pereira de Vasconcellos, um importante intelectual, escritor, funcionário público, jornalista, advogado e político durante boa parte do século XIX no Espírito Santo. Nos dados listados no documento, os habitantes da Província foram classificados em Livres e Escravos, não importando a sua cor. Esse é um indicador de que, pelo menos para a estatística da população, era aceito o entendimento de que a cor era subjetiva e socialmente definida. Essa metodologia corrobora nossa posição de que a instituição da cor passou a ser subjetiva, uma determinação que dependia da posição social do sujeito. O que importava era a categorização de livre ou escravo. Outro fator que chama atenção nos dados e nas informações nos documentos é a forma de tratamento dos indígenas. A quantidade de índios não foi discriminada por localidade, mas apenas citada no grupo de "livres", esse era um padrão adotado no tratamento aos indígenas. Ora, essa mudança trouxe grandes vantagens para o governo, pois os índios deixaram de ser antissociais e ganharam o status de civilizados, podendo ser submetidos às mesmas leis dos demais livres. Isso sugere uma estratégia de "apagamento" dessa categoria da sociedade organizada e civilizada. A ocupação do território da Província expunha os processos que se realizavam sobre seu espaço geográfico, além de todas as conexões que eram estabelecidas a partir desses movimentos. O levantamento feito no "Ensaio" também registra as rendas por municípios, que relacionadas com os respectivos números de habitantes, permite identificar a relação entre a capacidade econômica da região e a atração/necessidade populacional. Também incluímos nessa análise a indicação dos rios mais importantes da Província, de acordo com suas léguas navegáveis. É inegável o fundamental papel exercido por essas vias de transporte no período, que dependendo de sua capacidade navegável e facilidade de atracação facilitavam e davam suporte ao crescimento das povoações conectadas aos mesmos. Eles demarcaram não só o litoral capixaba, mas também deram nome e sustentação a várias localidades. A distribuição da população pelo território da Província sofreu o impacto de todos esses indicadores, que apresentamos e discutimos nesse trabalho, sempre com o foco de contribuir no conhecimento da sociedade capixaba.
PALAVRAS-CHAVE: Espírito Santo. População. Território.

"José Marcellino foi um *self-made-man*, perfeito, completo". Assim Paio (1887, p.114), no *Brazil Illustrado,* identificou o primeiro membro de uma galeria de homens de "alta estirpe" que deveriam ser retratados e valorizados como exemplo para a sociedade. O autor do "Ensaio sobre a História e Estatística da Província do Espírito Santo", publicado em 1858, foi um importante intelectual, escritor,

1 Historiador, Mestre em Economia e Doutor em História Social. Professor Visitante no Departamento e no Programa de Pós-Graduação em História na UFES. E-mail: jadirostoldo@yahoo.com.br.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

funcionário público, jornalista, advogado e político durante boa parte do século XIX no Espírito Santo, como homem público ganhou projeção local e na corte. Exerceu vários cargos, desde procurador da câmara municipal de Vitória, aos 18 anos, até deputado provincial e geral. Nessas atuações adquiriu experiência vivendo no interior e na sede da província, assim como no Rio de Janeiro. Muitas de suas obras estão na área do direito, mas também produziu publicações históricas importantes, uma das quais vamos analisar. Segundo Carmo (2015, p. 39) "Sua entrada como sócio [do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB)] se deu quando apresentou exemplares do seu Ensaio sobre a história e estatística da província do Espírito Santo." Para o IHGB a publicação passou a ser um exemplo para outras da espécie. O "Ensaio" é resultado da vontade do autor em apresentar sua terra natal, ou seja, não foi produzido como obrigação legal ou a pedido, mas representa o resultado de pesquisas e experiência próprias, uma visão pessoal da história do território capixaba.

O documento,

> [...] narra a história da província como um todo e traça suas características naturais, econômicas e administrativas, para depois se ater aos municípios em específico – a história e os aspectos naturais de cada qual é narrada de maneira breve, mas é narrada. [...] Como exemplar de ensaio histórico de meados do século XIX, o livro de Vasconcellos [...] se fundamenta em argumentos lógicos e racionais pautados em documentos e referências, e não aborda o conteúdo de maneira exaustiva. [...], mas se atém ao rigor nas informações [...]. A forma e o conteúdo se atrelam na medida em que se pretende uma contribuição para algo maior. [...] a intenção de contribuir com algo maior parece se referir à própria reescrita da história provincial, [...] o Ensaio de Vasconcellos se pretende uma contribuição para a história de sua província, não ambiciona ser 'a história' da província. (CARMO, 2015, p 54-55)

Na primeira parte do documento está descrito todo o processo histórico de ocupação e estruturação da Província desde a chegada do primeiro donatário, em 1535, assim como suas características gerais. A partir dessas características, e dos dados e informações mais detalhados, nosso principal foco de análise está nos territórios e suas populações, como essas se formaram e eram constituídas.

Quadro 1. População da Província do Espírito Santo, por Localidade – Livres e Escravos, 1856.

Localidade[2]	Habitantes	Livres	Escravos
Cidade de Victoria	5.002	12.133	3.527
Freguezia de Vianna	3.502	-	-
Freguezia de Carapina	1.330	-	-
Freguezia de Cariacica	4.122	-	-
Districto de Paz de Itapóca[3]	-	-	-
Districto de Paz de Mangarahy	1.704	-	-
Villa de Itapemirim	4.393	4.998	3.445

2 Optamos por manter os nomes das localidades como estão no documento original.

3 "Em 1832, o Código do Processo regulamentou nova divisão judiciária, denominando a área de jurisdição dos magistrados locais como Distrito de Paz. [...] é possível admitir que os distritos de paz e as freguesias/capelas filiais compartilhassem as mesmas medidas territoriais na província capixaba." (MOTTA, 2013, p. 110) Não foram indicados habitantes para algumas dessas localidades, resolvemos mantê-las para conservar a identificação dos territórios da Província.

Districto de Paz de Cachoeiro	2.739	-	-
Districto de Paz de Itabapoana	1.311	-	-
Districto de Paz de Alegre	-	-	-
Districto de Paz de Barra do Muqui	-	-	-
Cidade de São Matheus	3.602	1.743	1.859
Villa de Guarapary	3.342	2.924	418
Districto de Paz de Meahipe	-	-	-
Villa de Benevente	3.030	2.618	412
Povoação de Piuma	1.127	994	133
Villa de Santa Cruz (Povoação de Aldêa Velha)	2.837	2.586	251
Villa da Serra	2.524	2.004	520
Freguezia do Queimado	1.488	919	569
Villa de Nova Almeida	2.513	2.048	465
Villa da Barra de São Matheus	2.251	1.897	354
Villa do Espirito Santo	1.311	1.031	280
Villa de Linhares	964	928	36
Total	49.092	36.823	12.269

Fonte: Vasconcellos, 1858, p. 99; 133-211; 215-216.

Os dados do Quadro 1 foram colhidos ao longo da publicação, e segundo Vasconcellos (1858) a secretaria de polícia[4] foi a responsável por sua organização. As localidades estão ordenadas pela quantidade de habitantes em seus núcleos centrais, de acordo com a classificação político-territorial do Brasil Imperial. O conjunto desses núcleos com suas freguesias, distritos de paz e povoações formavam os municípios. Importante destacar que os habitantes foram classificados em Livres e Escravos, não importando a sua cor. Esse é um indicador de que, pelo menos para a estatística da população, era aceito o entendimento de que a cor era subjetiva e socialmente definida. Essa situação se apresentou também nos arrolamentos feitos pela secretaria de polícia em 1842 e 1861, que serviram de fontes para os Relatórios dos Presidentes de Província de 1844 e 1862 (ESPÍRITO SANTO, 1845; 1862), e os subsequentes. A manutenção da metodologia corrobora nossa posição de que a instituição da cor passou a ser subjetiva, uma determinação que dependia da posição social do sujeito. O que importava era a categorização de livre ou escravo.

Outro fator que chama atenção no Quadro 1 e nas informações nos documentos é a forma de tratamento dos indígenas. A quantidade de índios não foi discriminada por localidade, mas apenas citada no grupo de "livres". O montante de 6.051 indivíduos representava 12,32% do total de habitantes e 16,43% dos livres da Província, um percentual pequeno levando em consideração o enorme espaço de florestas existente, *habitat* natural dos "índios 'selvagens' dos sertões" (MOREIRA, 2017, p. 114). A referência direta só aparece quando o autor trata do Aldeamento Imperial Affonsino, que seguia o modelo estratégico do governo para catequisar e "civilizar" os índios. Segundo Vasconcellos

4 De acordo com o Regulamento nº 120, de 31 de janeiro de 1842, art. 58, parágrafo 17, era atribuição do Chefe de Polícia "Organisar, por meio dos seus Delegados, Subdelegados, Juizes de Paz e Parochos, o arrolamento da população da Provincia." (BRASIL, 1842)

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

(1858, p. 132) a estrutura estava reduzida a presença de 23 índios e que não prosperava como era esperado devido a problemas na administração e, principalmente, na forma de tratamento dada aos mesmos pelo responsável religioso, o Fr. Bento de Genova. Essa mesma forma de exposição foi utilizada nos Relatórios dos Presidentes de 1844 e 1862, demonstrando que era um padrão adotado no tratamento aos indígenas. Vasconcellos (1858) não fugiu a regra e, seguindo a padronização da época, incluiu os "índios 'civilizados' da província" (MOREIRA, 2017, p. 114) na categoria de livres.

Ora, essa mudança trouxe grandes vantagens para o governo, pois se os índios deixaram de ser antissociais ganharam o *status* de civilizados, podendo ser submetidos às mesmas leis dos demais livres. Isso sugere uma estratégia de "apagamento" dessa categoria da sociedade organizada e civilizada. Aos indígenas era oferecida a opção dos aldeamentos e, após se tornarem capacitados de viverem em sociedade, poderiam ser inseridos nela, como livres. A desconstrução da identidade indígena se iniciou desde quando todas as nações foram classificadas apenas como "índios", sem nenhuma especificidade. Entre os séculos XVI e início do XX, catequizar era o elemento fundamental do processo de sobreposição dos modelos europeus aos modelos indígenas: cristianizar, catequisar e civilizar era o objetivo (BRAGA, 2005). Segundo Almeida (2017, p. 19-20) essa forma de representação que "por tanto tempo caracterizou as abordagens históricas sobre os índios no Brasil era, de fato, coerente com as perspectivas historiográficas e as políticas indigenistas vigentes no século XIX e em boa parte do XX". Em sua análise destacou que

> A pouca importância dada às atuações dos índios e o apagamento de suas identidades étnicas construíram-se *pari passu* com a supervalorização do desempenho dos colonizadores em narrativas eurocêntricas e preconceituosas [...]. Ainda muito presentes no senso comum da população brasileira, essas ideias, além de extremamente danosas à autoestima dos índios, reforçam entre os não indígenas sentimentos preconceituosos e discriminatórios que resultam em atitudes de intolerância e violência contra eles. Desconstruí-las é tarefa essencial dos historiadores.

A visão preconceituosa e superficial sobre as sociedades indígenas explica sua ausência nos levantamentos detalhados, gerando um vácuo nas análises sobre a população capixaba no início do Império.

A ocupação do território da Província expunha os processos que se realizavam sobre seu espaço geográfico, além de todas as conexões que eram estabelecidas a partir desses movimentos. Na administração eclesiástica a Comarca de Vitória era um Arcebispado, ligado ao Bispado do Rio de Janeiro, que controlava todo o movimento do clero. Também faziam parte da administração judiciária as Comarcas de Itapemirim e São Matheus, que juntas atendiam todas as ocorrências da Província. A arrecadação das receitas era feita na capital por uma administração responsável por sua gestão, fiscalização e distribuição. O Quadro 2 registra as rendas por municípios e seus respectivos habitantes, com o objetivo de identificar a relação entre a capacidade econômica da região e a atração/necessidade populacional. Esse quadro também inclui os rios mais importantes da Província, de acordo com suas léguas navegáveis. É inegável o fundamental papel exercido por essas vias de transporte no período, que dependendo de sua capacidade navegável e facilidade de atracação facilitavam e

davam suporte ao crescimento das povoações conectadas aos mesmos. Eles demarcaram não só o litoral capixaba, mas também deram nome e sustentação a várias localidades.

Quadro 2. População, Renda e Léguas Navegáveis dos Rios, por Município - Província do Espírito Santo, 1856.

Município/Rio	Habitantes	Renda	Léguas[5] Navegáveis
Victoria/ Rio Santa Maria	15.660	37:192$452	8
Itapemirim/Rio Itapemirim	8.443	23:933$612	6
Benevente/Rio Benevente	4.157	3:301$463	6
Serra	4.012	869$878	-
São Matheus/Rio São Matheus	3.602	14:908$896	18
Guarapary/Rio Guarapary	3.342	1:686$504	0.5
Santa Cruz/Rio Santa Cruz	2.837	3:110$629	2
Nova Almeida/Rio dos Reis Magos	2.513	-	8
Barra de São Matheus/Rio São Matheus	2.251	923$780	18
Espirito Santo	1.311	-	-
Linhares/ Rio Doce	964	873$666	20
Total	49.092	86:800$880	0

Fonte: Vasconcellos, 1858, p. 35-39; 89-90; 99; 133-211; 215-216.

O município de Victoria concentrava cerca de 1/3 da população da Província, isso se justificava devido a vários aspectos. A baia que banhava a cidade era espaçosa com excelentes ancoradouros para várias embarcações, além de protegida do vento. Esse acesso facilitava a movimentação de mercadorias e pessoas, incrementando os negócios. Na capital se concentravam as administrações eclesiástica, jurídica, militar e do governo, além do movimento político. Todo o comércio era feito com o Rio de Janeiro e consistia na exportação de café, cereais e alguma madeira. A vida cultural se resumia a um pequeno teatro particular e a uma sociedade de baile. A fundação de colônias estrangeiras continuou acontecendo, nos arredores da capital, depois da chegada dos açorianos no ano 1812. Entre 1857/1858, já existiam as colônias de Santa Izabel, próxima a Freguezia de Viana, que contava 286 alemães; e a colônia de Santa Leopoldina, as margens do rio Santa Maria, composta de 362 colonos suíços.

Próximo a Cidade de Victoria, o município de Serra recebia grande influência dela, tendo em vista o relacionamento histórico dos mesmos. Suas terras eram férteis e sua característica agrícola se materializava no cultivo da cana-de-açúcar e do café. Também sobre forte influência da capital da Província estava a Villa do Espírito Santo, que exporta para essa sua pequena produção de milho, café, algodão, feijão e arroz. A pesca era uma prática bastante difundida, assim como as atividades religiosas devido a presença do Convento da Penha, que mantinha uma estrutura de religiosos e cerca de 40 escravos. Esse apelo religioso ensejava a constante presença de romeiros e visitantes, se tornando uma referência na Província.

5 De acordo com os parâmetros de Costa (1994), e considerando 1 polegada = 2,54 cm, 1 légua equivale a 6,096 Km.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

O território do município de Itapemirim estava em pleno progresso, segundo Vasconcellos (1858). A maior parte de suas terras era ocupada, contendo poucos terrenos devolutos. Contava com terras férteis que eram, principalmente, utilizadas para o cultivo da cana-de-açúcar, existindo, inclusive, engenhos bem montados e movidos a vapor. O café, o algodão e o fumo também eram produzidos em suas terras. Além da presença de um rio com boa quantidade de léguas navegáveis, se comunicava com a Província de Minas Gerias por uma estrada de terra, pela qual era feito o comércio de gado e toucinho.

Em Benevente, o município contava com uma enseada espaçosa e agradável, cercada por recifes que abriam um caminho para a entrada de embarcações no rio. Sua formação se deve aos aldeamentos jesuítas, que reuniram muitos índios na região e estruturaram as primeiras povoações. Apesar de muitas terras devolutas, produzia café, mandioca e algodão, exportando para o Rio de Janeiro diversos tipos de madeiras, abundantes na região. Guarapary era um município que, apesar de sua ótima posição geográfica, terrenos férteis e uma excelente barra para atracação de barcos, apresentava pouco progresso. Os habitantes se dedicavam principalmente a pesca. Foi palco da criação de importantes aldeias indígenas jesuítas, assim como da presença de fazendas de açúcar que chegaram a ter 400 escravos. No entanto, Vasconcellos registrou, em 1858, que apenas suas terras do litoral eram ocupadas, contendo grandes áreas de terras devolutas.

A Villa de Santa Cruz tem sua formação vinculada a aldeia indígena fundada pelos jesuítas, em 1556. A convivência pacífica e as relações de comércio construídas com os índios, suas terras férteis, abundância de madeiras e a barra do rio acessível para navegação, impulsionaram seu povoamento. Produziam café, cana-de-açúcar e cereais, além da extração de madeiras, que exportavam diretamente para o Rio de Janeiro. A Villa de Nova Almeida também teve sua formação baseada em um aldeamento indígena jesuíta, a partir de 1580, que chegou a reunir cerca de 3.700 indivíduos. Apesar das terras férteis seus habitantes não se dedicavam a agricultura, e a vila se mantinha com um aspecto decadente e sem sinais de progresso. Contribuiu para isso a impossibilidade de sua barra em receber embarcações, apesar do rio dos Reis Magos ser navegável.

A cidade de São Matheus, última povoação na região norte, se beneficiava de terras muito férteis, resultado da proximidade com o rio do mesmo nome, que também dava condições de comércio de sua produção devido a grande extensão de léguas navegáveis. O principal produto cultivado era a mandioca, ingrediente para a farinha, o gênero mais importante de exportação. O café também já registrava uma boa colheita, gerando grandes lucros para os produtores. Era a sede da comarca e mantinha uma estrutura jurídica, com juiz de direito e realização de julgamentos. A Villa da Barra de São Matheus também se desenvolveu sob as benesses do mesmo rio, fixando sua estrutura na confluência com o mar. Seus produtos principais eram a mandioca e o café, além de atividades do comércio, da navegação de cabotagem e de ofícios mecânicos.

Ao norte da Província também ficava a Villa de Linhares, que somava a menor população do território capixaba à época. Sua pequena produção de café, mandioca, milho, feijão e cana-de-açúcar eram consumidas localmente. Utilizavam-se muito da pesca e caça abundantes, alimentos largamente consumidos pelos moradores. Era servida pela lagoa Juparanan, um "pequeno mar d'aguâ doce"

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

(VASCONCELLOS, 1858, p. 141) de enormes dimensões, além de localizada as margens do rio Doce, o maior e mais navegável rio da Província. No entorno dessas estruturas as terras eram férteis, mas ainda pouco exploradas. Em 1856, um levantamento feito para verificar a situação das 45 sesmarias concedidas as margens do rio Doce, identificou que apenas duas se achavam ocupadas e com alguma atividade. Um contrato formalizado entre o governo e um empresário, em 1856, se propunha a formação de uma colônia com dois mil europeus nas margens do mesmo rio, estrutura essa que não se tem notícias de que prosperou. Apesar de sua posição geográfica pertencia a Comarca de Vitória, segundo Cogô (2007, p. 44) ficava

> numa área que, devido à inexistência de vias de comunicação entre as localidades no período, era considerada muito distante do núcleo de São Mateus, do qual não era parte integrante. Neste sentido, Linhares mantinha características diferenciadas no conjunto da região norte, sendo considerada a povoação menos desenvolvida do território norte espírito-santense à época, haja vista que não possuía estabelecimentos agrícolas ou industriais dignos de menção [...].

Quadro 3. População de Escravos e Livres (1856) e principais Gêneros Exportados (1857), por Município – Província do Espírito Santo.

Municípios[6]	Escravos	Livres	Miunças[7] (Alqueires)	Café (Arrobas)	Açúcar (Arrobas)	Aguardente (Medidas)
Victoria	3.527	12.133	23.976	89.459	6.391	240
Itapemirim	3.445	4.998	10.195	23.287	15.401	9.720
São Matheus	1.859	1.743	100.748	28.081	0	0
Serra	1.089	2.923	0	0	0	0
Benevente	545	3.612	1.652	4.794	0	0
Nova Almeida	465	2.048	0	0	0	0
Guarapary	418	2.924	287	365		
Barra de S. Matheus	354	1.897	80.970	10.689	0	0
Espirito Santo	280	1.031	0	0	0	0
Santa Cruz	251	2.586	1.346	208	2.682	0
Linhares	36	928	0	0	0	0
Total	12.269	36.823	219.174	156.883	24.474	9.960

Fonte: Vasconcellos, 1858, p. 99, 133-211, 215-216; Espírito Santo, 1858, p. 24 e Mapa nº 5.

O detalhamento e informações do "Ensaio", sobre os territórios do Espírito Santo, indicam sua característica agrícola em meados do século XIX. Reforçam esses dados a presença de 9.759 lavradores (VASCONCELLOS, 1858, p. 216), maior número de profissionais registrados, assim como a atuação de 364 negociantes. O Quadro 3 ratifica essa situação quando confirma os principais gêneros ex-

6 As exportações dos municípios de Serra, Nova Almeida e Espírito Santo eram feitas por Vitória, devido a presença do porto e proximidade (ESPÍRITO SANTO, 1862, p. 83). O município de Linhares não tinha produção a ser exportada.
7 Farinha de mandioca.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

portados pela Província, em 1857, a miunça, o café, o açúcar e o aguardente. Importante destacar a presença do café nesse quadro, que segundo Bittencourt (2006, p. 161) ganhou "destaque no Espírito Santo, a partir da ocupação mais dinâmica do sul da província, em meados do século XIX, penetrando pelos vales do Itapemirim e do Itabapoana." O café se espalhava por toda a Província a partir da região sul; a cana-de-açúcar se concentrava no centro e sul da região; e a mandioca tinha sua produção instalada nos municípios do norte. Essa estrutura de economia agrícola foi a chave para localização da população no território, tanto de livres quanto de escravos. O maior número de habitantes era encontrado nos municípios que se destacavam no cultivo, produção e negociação dos principais produtos, que devido às técnicas extensivas e braçais de cultivo, se sustentavam na utilização de escravos como os "instrumentos" fundamentais para que as lavouras prosperassem.

A população do Espírito Santo, em 1856, era formada por 25% de escravos e, com exceção do município de Vitória (22%), os demais maiores produtores tinham percentual superior a esse: Itapemirim (40%) e São Matheus (51%). Além desses, na Serra 27% da população era de escravos, responsáveis pela produção de café e açúcar exportados pelo porto de Vitória. Campos (2011, p. 86) reforça essa característica quando registra que,

> Embora a população capixaba alcançasse reduzida expressão demográfica ao longo do XIX, não ultrapassando ainda um por cento dos habitantes do país, a proporção de escravos no total de residentes da Província alcançava grande significação. Tal fato conferia à sociedade capixaba a marca distintiva da escravidão, mesmo quando comparada às economias vizinhas do que hoje se conhece como região Sudeste [...].

Os municípios com maior exportação (incluindo Serra), concentravam 80% dos escravos da Província, o que ratifica a relação direta entre população – economia – escravos.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Maria Regina C. de. A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 37, nº 75, p. 17-38, 2017.

BITTENCOURT, Gabriel. **História Geral e Econômica do Espírito Santo**: do engenho colonial ao complexo fabril-portuário. Vitória: Multiplicidade, 2006.

BRAGA, Márcio André. Identidade étnica e os índios no Brasil. **MÉTIS: história & cultura**, v. 4, n. 7, p. 197-212, jan./jun. 2005.

BRASIL. **Regulamento nº. 120, de 31 de janeiro de 1842**. Regulamenta a execução da parte policial e criminal da Lei nº 261, de 03 de dezembro de 1841. Rio de Janeiro: Ministério dos Negócios da Justiça, 1842. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Regulamentos/R120.htm. Acesso em: 29 maio 2020.

CARMO, Vânia do. **"Ante o futuro, ante a história"**: o problema da civilização na historiografia capixaba em José Marcelino Pereira de Vasconcellos e Braz da Costa Rubim. 2015. 134 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – UNIRIO/PPGH, Rio de Janeiro, 2015.

CÔGO, Anna Lúcia. **História agrária do Espírito Santo no século XIX**: a região de São Mateus. 2007. 200 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – FFLCH/USP, São Paulo, 2007.

COSTA, Iraci del Nero da. Pesos e medidas no período colonial brasileiro: denominações e relações. **Boletim de História Demográfica**, São Paulo, FEA-USP, 1(1), 1994. Disponível em: <http://historia_demografica.tripod.com/bhds/bhd1.htm#pesos>. Acesso em: 03 maio 2020.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Falla com que o Exm. Vice-Presidente da Província do Espírito Santo José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, abrio a Assembléia Legislativa Provincial, no dia 23 de maio de 1844**. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e comp., 1845.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo, no dia da abertura da sessão ordinário de 1862 pelo Presidente José Fernandes da Costa Pereira Junior**. Victoria: Typ. Caphaniense de Pedro Antonio D´Azeredo, 1862.

MOREIRA, Vânia Maria L. **Espírito Santo Indígena**: conquista, trabalho, territorialidade e autogoverno dos índios, 1798-1860. Vitória: APEES, 2017.

PAIO, Rangel S. José Marcellino Pereira de Vasconcellos: notas biográficas. **O Brasil Illustrado**: archivo de conhecimentos uteis, Rio de Janeiro, n. 8, p.113-118, 1887.

VASCONCELLOS, José Marcelino P. de. **Ensaio sobre a História e Estatística da Província do Espírito Santo**. Victoria: Typographia de P. A D'Azeredo, 1858.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS

ANAIS DO

ENTRE INCENSOS E PRENSAS: OS JORNAIS ANUNCIAM A LUTA CONTRA A REFORMA ULTRAMONTANA NO BRASIL

Lucas Rafael Cordeiro Meneses[1]

1 AJUSTES DE CONTAS COM A CORTE DE ROMA: O JORNAL SE COLOCA CONTRA A IGREJA CONCILIAR

A união entre o Estado e a Igreja no Brasil oitocentista, inspirada no Regalismo lusitano e adaptado a realidade da monarquia constitucional estabelecida a partir de 1824, sofreu diversos revezes e contratempos que desembocaram na Questão Religiosa de 1872 e na separação de ambas com a proclamação da República de 1889. No cenário internacional a Revolução Francesa do final do século XVIII, o anticlericalismo que tomou corpo durante o decorrer da revolução, bem como a perseguição napoleônica ao papado, a tomada de seus territórios, além das posições jansenistas e galicanas, possibilitam a reação da igreja através da postura ultramontana melhor estruturada por Pio IX a partir de 1846. Se delineiam duas posições claras em disputa, por um lado o ideário liberal e republicano com teor secularista, essencialmente na modernidade, objetivando a religião como questão de foro íntimo, e por outro, a igreja, buscando se adaptar a emancipação buscada pela sociedade de seu poder, apresenta seu modelo moderno de sociedade perfeita, e que iria de encontro ao regalismo do Estado, questionando o padroado do imperador e fomentando a primazia do papa naquele momento melhor delimitada pelo dogma da Infalibilidade Papal constituído no Concílio Vaticano I de 1870, convocado por Pio IX.

Diante de tal cenário o debate político no Brasil ocorre, influenciado não só por correntes de pensamento internacionais, mas também fomentado por aquelas peculiaridades e descontinuidades da formação brasileiras. Certamente os jornais representaram uma das grandes arenas de tais discussões por isso comungamos da ideia de que "em meio à pluralidade de ideias, os periódicos se apresentavam como instrumento para defesa de interesses dos grupos para os quais estavam direta ou indiretamente vinculados" (MATOS; ARAÚJO, 2021, p. 171), e confirmando a postura de difusor de ideias, a consulta desses veículos nos introduz com alguma facilidade nos debates, sendo não poucas vezes expositores do liberal ou regalista de manutenção da submissão da Igreja ao Estado. No Maranhão oitocentista um bom exemplo é o jornal *Diário do Maranhão* que funcionou em tal perfil anunciado acima e que na década de 70, principalmente após as confirmações da reorganização

1 Mestrando em História pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA. E-mail: lucasmenesesr10@gmail.com. Bolsista CAPES.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

católica pós concílio Vaticano I, lança mão de intenso debate para desacreditar a postura católica e o papado, denunciando os perigos e a hipocrisia romana ao aprovar, principalmente, a infalibilidade.

Dentre a produção e divulgação intensa e diária de textos no jornal uma série em específico chama atenção. Uma compilação de textos em formato de capítulos intitulados por *"ajustes de contas com a corte de Roma"*, iniciados nas primeiras edições do ano de 1874. Esta publicação contou com quinze capítulos dos quais a objetivação maior, apresentada no Discurso preliminar, se dedicava a "descobrir os enredos e maquinações, que sempre urdiu a corte de Roma para fugir à reforma, que pretendia tirar-lhe a prepotência, restituindo às autoridades o que em direito lhes pertence" (DIÁRIO DO MARANHÃO, n. 155, 7 fev. 1874), em resumo, a concepção que sustentava os textos era a de que Roma maquinava sempre pela manutenção de sua hegemonia e autoridade. A principal vítima de tais maquinações ou da romanização[2], adjetivação que ganhara peso na época, eram os governos nacionais, que em fins do século XIX estavam em estágio de estruturação e fortalecimento e consequentemente dando margens ao processo de secularização, fruto desses processos de modernização. Desse modo, "a concorrência de propostas de modernidade, entre a Igreja e os Estados, acaba acirrando (e por vezes radicalizando) essa "autonomização" das esferas (SANTIROCCHI, 2017, p. 175).

Os momentos de tensão entre Igreja e Estado, antes unidos, aparece na leitura apresentada pelo jornal como um movimento romanizador de manutenção das forças internacionalizadoras do catolicismo. Com isso, ao longo dos textos a principal metodologia era exposição de momentos históricos de todos os concílios que a Igreja Católica havia organizado até aquele momento, ao todo vinte encontros, demonstrando principalmente os problemas, os debates mais polêmicos, as condutas de papas corruptos e imorais, além das tentativas políticas de centralização romana principalmente buscando fundamentar a inviabilidade de declarar infalibilidade a um homem falível.

Os *ajustes de contas com a corte de Roma*, passam a ser publicado a partir da edição nº 155 do Diário, sem nenhuma menção a autoria dos textos, ainda em seu *Discurso preliminar* outras pretensões eram expressas, quais sejam, a de mostrar também "depois o que se tirou aos bispos bem como o que lhes deve regressar a eles. E esta será também a constituição que o santíssimo padre de boa mente deve jurar." (DIÁRIO DO MARANHÃO, n. 155, 7 fev. 1874). Este trecho faz coro com a concepção do episcopalismo que, naquele momento, "parecia que iria triunfar, sendo o sistema papal e a infalibilidade, segundo alguns autores alemães e franceses, questões antiquadas e sem importância histórica" (SOUZA, 2013, p. 32). Contrário à romanização, ou seja, a ideia de que Roma buscava ter influência em cada igreja e claramente influenciado pelo "liberalismo eclesiástico", mais próximo do regalismo, liderado pelo padre Diogo Feijó, [que] dominou o cenário político durante as duas primeiras décadas do Império" (SANTIROCCHI, 2015b, p. 81) almejavam uma igreja nacional forte, e consequentemente com bispos com maior primazia e força diante do papa.

2 O conceito foi criado pelo teólogo alemão Joseph Von Dollinger, na obra *O papa e o concílio*, traduzida no Brasil por Rui Barbosa, na qual afirma que o intuito das ações reformadoras do ultramontanismo era romanizar cada uma das igrejas, tendo por objetivo as igrejas nacionais vinculadas a Roma, com isso, ambos os conceitos, romanização e ultramontanismo, passaram a ter características sinônimas em algumas análises.

Para esta linha de pensamento político, a infalibilidade papal que havia sido almejado por Pio IX e vista como a solução para a questão da superioridade do papa sobre o Concílio, dava poderes em excesso e que se chocava com os posicionamentos daqueles setores da sociedade que não compactuaria com um poder absolutista fora do Estado Nacional que estavam em vias de formação. Com isso, especialmente em 1874 no jornal Diário do Maranhão outra série intitulada *A Igreja e o Estado*, transcrita do Jornal do Commercio (RJ), atacando veementemente o novo dogma. A título de exemplo, na terceira página da edição nº 137, após tratar sobre alguns elementos do conflito religioso, elencava como culpados a

> "protérvia episcopal [...] levantada pela atual igreja de Roma (que *não é a do estado*) contra as leis do país. Só aos bispos insensatos se deve esta desgostante situação. Quiseram constituir um estado dentro do estado, quiseram libertar-se dos deveres de cidadãos brasileiros por considerarem-se superiores a lei e aos poderes regularmente constituídos" (DIÁRIO DO MARANHÃO, n. 137, 16 jan. 1874, grifos no original)

Chamamos atenção, como grifamos, para a diferenciação feita entre as igrejas. Este elemento é significativo quando consideramos a existência da infrutífera "tentativa de Feijó, durante o período da regência de tornar a Igreja Católica mais nativa, patriótica" (SANTOS, 2004, p.100), que soçobrou diante da vitória moral de Dom Romualdo de Seixas, Arcebispo da Bahia e primaz do Império do Brasil, e um dos representantes de maior peso do projeto ultramontano no Brasil.

Retomando à série – *Ajustes de contas com a corte de Roma* – novamente nos chama atenção o conteúdo vasto sobre a história dos concílios, como destacamos anteriormente. Ao se debruçarem sobre a história da Igreja com foco nos concílios, deram evidencia aos diversos papas no mínimo controversos, com objetivo claro de provar ou esclarecer para seus leitores que a mesma instituição, comandada outrora por pontífices tão contestáveis, estava naquele momento instituindo e/ou concedendo status de infalível a quem quer que chegasse a ocupar aquela cadeira que, além de manchada pelo histórico tortuoso demonstrado pela sequência de textos, nada garantia que a escrita fosse quebrada ou mesmo piorada.

As condenações da igreja ao racionalismo e as correntes de laicidade também se configuram como um elemento importante nos debates em questão. Na esteira das delimitações conceituais realizadas por Ranquetat Junior, podemos considerar que

> "as bases filosóficas da modernidade ocidental revelam uma concepção de mundo e de homem dessacralizadora, profana que contrasta com o universo permeado de forças mágicas, divinas das sociedades tradicionais e primitivas. O desenvolvimento da ciência, da técnica e do racionalismo faz recuar as concepções sacrais e religiosas do homem e mundo. (2008, p.2)

Em resposta a esse movimento a Igreja, numa postura ainda de anatematização, escolhe denunciar e condenar os erros modernos, dentre esses a maçonaria e outras sociedades secretas, através da encíclica *Quanta Cura* e a *Syllabus* (1864) de Pio IX. Cabe também citar que a encíclica condena o naturalismo e o socialismo, com base na afirmação de que "ensinando e professando o funestíssi-

mo erro do comunismo e do socialismo, afirmam que a sociedade doméstica, ou seja a família, tira toda sua razão de existir somente do direito civil;" (DENZINGER, 2006, p. 631), além de fomentar a independência entre a igreja e poder civil, ousam "com total falta de pudor submeter ao arbítrio da autoridade civil a suprema autoridade da Igreja e desta Sé Apostólica" (DENZINGER, 2006, p. 631).

O *Syllabus* por sua vez é um anexo da encíclica com a coleção de 80 proposições já anteriormente condenadas em diversos documentos. Dentre estas é considerado falso a proposição de que "a razão humana – excluída qualquer consideração a Deus – é o único verdadeiro juiz do verdadeiro e do falso, do bem e do mal", (DENZINGER, 2006, p. 633), e que "o Romano Pontífice pode e deve reconciliar-se e fazer amizade com o progresso, o liberalismo e a civilização moderna" (DENZINGER, 2006, p. 641) pontos que definem de modo geral a tônica das proposições.

Ao perpassarmos, inicialmente, por algumas dessas noções e o histórico realizado no jornal sobre as decisões conciliares e as demais ações conservadoras de Pio IX, entendemos que estas fizeram parte de um panorama geral de reação ao Concílio que havia acabado de acontecer. As repercussões ainda estavam muito candentes e suas decisões se apresentavam tão absurdas ou desconexas que se assemelhavam facilmente a outros concílios, conclusões facilmente acessíveis mediante o conhecimento da história. Acreditamos que tudo isto compõe um conteúdo mais amplo que pretende mostrar como a infalibilidade articulada pelo concílio Vaticano I continha um teor de conservação de vários abusos mantidos durante todo o histórico da Cúria romana. Seguiremos a mesma lógica de estruturação dos argumentos proposta pelo autor já exposta acima, a saber, (1) descobrir os enredos e maquinações, que sempre urdiu a corte de Roma para fugir à reforma e (2) o que se havia tirado aos bispos; afim de dissecar esses argumentos em meio à um mecanismo maior de reação ao ultramontanismo e a prepotência romana.

1.1 OS ENREDOS E MAQUINAÇÕES QUE A CORTE DE ROMA SEMPRE URDIU PARA FUGIR À REFORMA

Retomando à algumas considerações, já citamos que as conclusões do Concílio Vaticano I foram duramente criticadas e combatidas. Das definições do concílio o que mais chamou atenção foi o dogma da infalibilidade que, em resumo, "apresentava à igreja a definição do primado da jurisdição do papa sobre a Igreja e sua infalibilidade em definições solenes sobre fé e costumes" (RAIMUNDO, 2019, p.113). Mesmo com esta conclusão, o trabalho não aconteceu sem percalços, pois

> Na discussão da infalibilidade, muitos padres manifestaram reserva: tal definição abriria as portas ao abuso do magistério eclesiástico; o nexo do Papa com a Escritura e a tradição não é bastante seguro; certo número de dados históricos favorecem uma distinção entre o Papa enquanto doutor universal infalível e o Papa enquanto doutor privado e falível (cf. *2565). Por causa dessas dificuldades, parte considerável dos padres conciliares se opôs à definição, mas a maioria foi a favor. (DENZINGER, 2006, p. 652)

Essa dificuldade de construção de uma decisão unânime aparece também no jornal, particularmente quando o periódico expôs o caso de prelados alemães que engrossaram as fileiras dos

contrários ao dogma[3]. Já na edição nº 261 do mês de junho do periódico, foi publicada uma correspondência do conde de Arnim, supostamente, a um bispo que, no entanto, não é identificado. Nesta são anunciados os seus receios que com relação a aprovação da infalibilidade, haveria "uma situação mais intolerável do que tudo quanto nestes últimos trinta anos se tem visto em Roma" (DIÁRIO DO MARANHÃO, n. 261, 16 jun 1874), o texto segue ponderando que, ao menos, o Concílio demonstraria a existência, em Roma, de um poder contrário aos progressos da humanidade, "em guerra aberta com o mundo atual no tocante a sua organização política" (DIÁRIO DO MARANHÃO, n. 261, 16 jun 1874), o dogma é colocado como uma satisfação pessoal de Pio IX, da qual os bispos da minoria[4] não podem ter a crueldade de privar o papa, ou seja, importava o perigo que aquela ideia representava principalmente a relação dos estados com a nova configuração que a igreja se pretendia. O concílio Vaticano, como continua a carta, "apareceu aos olhos do legislador como um ato manchado de ilegalidade e de cegueira, arrastando um caso de guerra, que põe fim a toda ordem e a toda ilegalidade" (DIÁRIO DO MARANHÃO, n. 261, 16 jun 1874), argumento que não fugia ao escopo geral no que dizia respeito ao descrédito dado à reunião dos prelados, e ainda mais à periculosidade e ilegalidade do movimento clerical.

Segundo o autor, a minoria composta por bispos da Áustria e da Alemanha poderiam mudar a face das coisas, essa oportunidade viria quando fosse ainda mais restringida a liberdade da palavra, quando o papa convocar a sessão para prolongar o dogma, "depois da congregação geral em que a minoria deve votar por um *non placet*" (não aprovado), que de fato aconteceu em 13 de julho quando 88 votaram contra e 65 *placet iuxta modum* (aprovado com reservas). No entanto, no dia 18 de julho "uma parte consistente da minoria irredutível decidiu não intervir para atenuar o escândalo de uma definição conciliar votada por maioria e não por unanimidade. Foram 535 votantes, entre eles somente dois contrários, talvez por um mal entendido[5]" (ALBERIGO, 1993, p. 327, tradução nossa).

Além dos apontamentos sobre o Vaticano I, en passant, um dos objetivos ao historicizar os concílios ecumênicos era o de expor os enredos e maquinações na posição romana para fugir de um certo tipo de reforma. O periódico sustenta a argumentação de que a Sé Apostólica teria sido a

> mais teimosa e pertinaz em malograr todos os concílios, sempre que eles trataram de reforma. Os enredos e maquinações, que sempre tramou a cúria romana para fugir à reforma, que precisava, deu bem a conhecer o espírito de prevaricação, de ambição e despotismo que sempre quis conserva (DIÁRIO DO MARANHÃO, n. 155, 7 fev 1874)

Em linhas gerais, no discurso preliminar o preâmbulo se debruça sobre a importância das leis, insistem em explicar a validade do respeito às mesmas, sendo "a ambição, o sôfrego desejo de gover-

3 De acordo com Mariana de Matos Ponte, "o pequeno grupo composto em grande parte por bispos franceses e alemães conhecido como 'minoria' caracterizava-se por uma postura anti-infabilidade." (RAIMUNDO, 2019, p.111)
4 além dos franceses e alemães, a minoria anti-infabilista também era composta por alguns bispos orientais, americanos e italianos, em cujos países residiam teses jansenistas.
5 "Una parte consistente de la minoria irreductible decidió no intervenir para atenuar el escándalo de una definición conciliar votada por mayoría y no por unanimidad. Hubo 535 votantes, entre ellos solamente dos contrarios, quizás por un malentendido."

nar, de dominar sem encontro, enfim a falta de caridade é a causa de todos os males." (DIÁRIO DO MARANHÃO, n. 155, 7 fev 1874). Este era o princípio tão degenerado na cúria romana, depois dos primeiros oito séculos da primitiva igreja e que precisava ser reformado. Ainda segundo o mesmo artigo, enquanto Roma se fazia um império universal "usurpando direitos e senhoreando-se por mil modos das riquezas em toda a cristandade, por dispensas, reservas, privilégios, annatas, expectativas, appellações, dominando enfim os mesmos impérios" (DIÁRIO DO MARANHÃO, n. 155, 7 fev 1874) na verdade, a ordem de jesus destacava o princípio de *reges gentium dominatur eorum: vos autem non sic* (aqueles que reinam entre sobre as gentes, as dominam. Entre vós não deve ser assim).

O primeiro capítulo, intitulado: *Diligencias que fez S. Bernardo pela reforma da cabeça da igreja e seus membros*, segue a exposição dos males da igreja, já há muito recorrentes, como cobiça e ambição. De todo modo, são concordes que desde o século 9 bons cristãos se escandalizavam com os sucessores de Pedro, insistindo nos alertas de São Bernardo [de Claraval] ao papa Eugênio III, e suas tentativas de reforma da Igreja, não poupando "trabalho e eficácia para ver se conseguia restabelecer-se a igreja ao seu antigo esplendor" (DIÁRIO DO MARANHÃO, n. 156, 7 fev 1874). Clemente V é lembrado como aquele que, após 27 papas, tenta reformar a Igreja através do concílio de Viena em 1311, reforma também infrutífera. Mesmo assim, havia sido pedido aos bispos memórias "extensas e circunstanciadas" dos abusos e os meios para remedia-los, nesta tarefa se destacou o bispo de Mende (França) Guilherme Durando, um dos mais enérgicos e firmes, expondo "verdadeiramente episcopal" os excessos do poder pontifício. Por fim, "nos abusos que faziam render dinheiro a Roma, não se tocou" (DIÁRIO DO MARANHÃO, n. 156 8 fev 1874).

Essas considerações sobre Guilherme Durando estão num contexto muito mais amplo de grande efervescência de um processo intelectual com avanços teóricos consideráveis. Se por um lado, havia as pretensões dos imperadores conservarem "o mais sólido amparo legal possível nas suas campanhas para subjugar as cidades" (SKINNER, 1996, p.30), por outro o início de um anseio, por parte das cidades italianas, de que "ainda que o imperador possa pretender de direito ser o único governante do mundo, há, porém, 'muitos povos que *de facto* não obedecem a ele'", (SKINNER, 1996, p.31). O papado, por seu turno, também buscando fortalecer sua influência no terreno espiritual, se unem as cidades italianas na sua luta em favor do enfraquecimento imperial. Como sustenta Raquel Kritsch

> Inocêncio IV, seguindo a trilha de seu antecessor [Inocêncio III], defendia não apenas a independência de fato e de direito do rei dos francos em relação ao imperador, mas também sustentava que os reis detinham o poder de criar tabeliões públicos, como o podia fazer o próprio papa. Uma sentença do rei francês era inapelável, como havia sustentado Guilherme Durando, embora no resto da cristandade o imperador ainda fosse visto como o dominus mundi, e, por isso, a apelação era possível em outros reinos. (KRITSCH, 2005, p. 5)

Ou seja, há uma estruturação clara sobre o crescente fortalecimento ao poder dos reis em detrimento do poder do imperador. Além disso, Guilherme aparece como concorde ao direito de apelo, que dizia respeito a uma "hierarquia convencional [...] dos juízes inferiores aos superiores, que há de culminar na figura do *princeps* ou imperador. Mas [...] pode haver uma cidade livre cujos procedimen-

tos não possam enquadrar nessas regras assim padronizadas" (SKINNER, 1996, p. 34) caso esse que Durando parece abraçar, no sentido mais de reconhecer, novamente, as soberanias e independências frente ao imperador, reforma política também apoiado pelo papado no ensejo "mostrar que sua *auctoritas* se estendia também à esfera da dominação temporal" (KRITSCH, 2005, p. 4).

Na edição nº 157 de 10 de fevereiro de 1874 com relação ao concílio de Piza em 1409 há, continuamente, o relato das "inúteis diligências pela reforma." Nominalmente realizam a listagem das falibilidades dos papas. João XXII, por exemplo, havia feito menos despesas que seus antecessores, mas, em compensação, não trabalhou menos por ajuntar dinheiro e, segundo o jornal, seu patrimônio girava em torno dos "7 milhões em baixela, joias, etc, e mais 18 em espécie" (DIÁRIO DO MARANHÃO, n. 157, 10 fev 1874). Bento XII por sua vez, "que a todos excedeu em rapina. Quando lhe representavam que os seus antecessores não tinham feito tantas reservas de Prelazias e Abadias, respondia: que os seus predecessores não sabiam ser papas" (DIÁRIO DO MARANHÃO, n. 157, 10 fev 1874).

Urbano VI, mais severo ao reprimir sem distinção cardeais e prelados, causou aos seus colegas a vontade de livrarem-se dele elegendo outro papa, este tomou o nome de Clemente VII, tão ambicioso "que aceitou a eleição feita em tais circunstâncias com o papa legítimo ainda existente" (DIÁRIO DO MARANHÃO, n. 157, 10 fev 1874). Como concorda Norman,

> "Clemente foi imediatamente para Avignon, enquanto Urbano permaneceu em Roma e cada um estabeleceu sua própria corte papal e colégio de cardeais. A Igreja Ocidental ficou dividida em suas lealdades: Norte da Itália, Alemanha, Europa Central, Escandinávia e A Inglaterra era, em sua maior parte, a favor de Urbano; França, A Espanha e a Escócia apoiaram Clemente. (TANNER, 2003, p. 77, tradução nossa)[6]

Nessas condições o concilio de Pisa é, então, convocado em 25 de março de 1409. Antes da convocação, em 1389 morre Urbano VI, logo substituído por Bonifácio IX, o que impede o encerramento da cisma. Clemente VII morre em 1394, o que leva os cardeais aragoneses a elegerem Bento XIII. Dito isto:

> "O aragonês Bento XIII foi antipapa de Avignon entre 1394 e 1423, ano de sua morte. Mesmo sendo deposto pelo Concílio de Constança, recusou a abdicação e não reconheceu Martinho V (1368-1431), eleito em 1417, como papa. Fugiu para Aragão e se instalou na cidade de Peníscola, onde morreu acreditando ser o verdadeiro pontífice. Houve sucessão apostólica em Peníscola, e Gil Sanches (c. 1369-1446) foi aclamado como Clemente VIII. O Grande Cisma do Ocidente só chegou ao fim, definitivamente, em 1429, quando Sanches abdicou de sua condição." (SILVA, 2012, p. 76)

Como o artigo no jornal continua, nas primeiras 14 sessões os dois papas ainda em exercício, Benedito [Bento] XIII, representando os cardeais de Avinhão e Gregório XII, pelos de Roma, tinham poder de fala. Na 15ª sessão ambos foram depostos e a partir da 16ª o papa que fosse eleito seguiria o

6 Clemente se fue enseguida a Avignon, mientras Urbano se quedó en Roma y cada uno estableció su propia corte papal y colégio de cardenales. La Iglesia occidental quedó dividida en sus lealtades: el norte de Italia, Alemania, Europa central, Escandinavia e Inglaterra estuvieron, en su mayor parte, a favor de Urbano; Francia, España y Escocia apoyaron a Clemente.

concílio até o final da reforma. Citando o eloquentíssimo discurso do chanceler Gregório, relembram a exposição por parte deste dos "abusos da cabeça da igreja; a relaxação dos religiosos, a pluralidade de benefícios; [...] a corrupção dos costumes, acaba ele, foi a primeira causa do mal." (DIÁRIO DO MARANHÃO, n. 157, 10 fev, 1874). No entanto, a reforma foi suspensa até o próximo concílio.

1.2 O QUE SE HAVIA TIRADO AOS BISPOS

Outro problema denunciado nessa perspectiva era a diminuição da autoridade dos bispos, segundo o texto do jornal estes estavam tão reduzidos a vassalagem e servidão que mesmo a pouca representação deixada era "tão precário que tudo está sujeito a vontade do papa" (DIÁRIO DO MARANHÃO, n. 155. 1874), não à toa, a contestação à perda de autoridade dos prelados foi acrescida a concepção reformista liberal-eclesiástica para a igreja, que já citamos anteriormente, mas que almejava a nacionalização observada, por exemplo, pelo galicanismo[7] ou ainda "[...] mais próximo do regalismo, liderado pelo padre Diogo Feijó" (SANTIROCCHI, 2015b, p. 81), como também relatamos.

Ainda insistindo na necessidade de retomada, por parte dos bispos, de direitos e funções que lhes eram cabíveis, mas que Roma havia assaltado, o texto da edição 165 relata que o concílio de Trento poderia estimular a reforma tão sonhada, mas que "os legados do papa, que não queriam reforma, punham em ação todos os artifícios para dissuadi-la" (DIÁRIO DO MARANHÃO, n. 165. 1874). Em tese teria havido, por parte de bons prelados, algum êxito em conseguir que fosse tratado tanto dos dogmas como das mudanças necessárias, apesar do longo tempo de duração da reunião conciliar. Ao fim do processo, os decretos de reforma foram aprovados embora insuficientes, pois figuraram como letra morta e ao não serem acatados, se fazia "[...] necessário que ela agora se faça de outra maneira. Basta que os bispos se unam aos seus metropolitanos, e reassuma seus direitos" (DIÁRIO DO MARANHÃO, n. 165. 1874). Em resumo, a solução principal alimentava o desligamento dos prelados com relação a centralização romana.

Nos capítulos subsequentes a este – edição 166, capitulo IX e X – são questionadas as annatas e bulas. Contextualmente, essas discussões ganhavam um peso maior por serem tratadas durante a Questão Religiosa, pois fazia parte dos motivos para a Questão os mecanismos de validade das bulas papais. As bulas representavam a ferramenta legal que instituía "o direito de nomear bispos e prover os benefícios eclesiásticos, que eram uma concessão dada pela Santa Sé Apostólica" (SANTIROCCHI, 2015, p.62) e com isso a Santa Sé negociava com seus aliados. No Brasil, com a Constituição de 1824, que mantinha o Estado unido a Igreja Católica Apostólica Romana, a bula de concessão dos direitos eclesiásticos ao novo Imperador não recebeu a aprovação das comissões de Constituição e Eclesiástica da Câmara dos Deputados, que "declararam que a bula não podia ser aprovada porque nela se continham disposições gerais que ofendiam a Constituição do Império[8] (SANTIROCCHI, 2015b, p. 65). Todo o documento papal deveria

7 Tendência que favorecia autonomias (principalmente de autoridade e disciplinar) nacionais dentro da Igreja Católica. SANTIROCCHI (2015b)

8 Toda essa discussão pode ser muito melhor entendida através da leitura do tópico *1.3.2 – A Bula Praeclara Portugalliae do livro Questão de consciência: os ultramontanos no Brasil e o regalismo do Segundo Reinado (1840-1889)* do Historiador Ítalo Domingos Santirocchi.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

ser placitado pelo Governo antes de ser publicado, o que não aconteceu com as proibições impostas às irmandades religiosas. De início, D. Pedro Lacerda "não fazendo caso a ausência do Placet imperial aos documentos papais antimaçônicos, fiel ao *Syllabus errorum* e à alocução *Multíplices Inter Machinationes*" (SANTIROCCHI, 2015b, p. 429) suspende o padre Almeirda Martins após discurso em festa maçônica, sendo este considerado o estopim para a Questão Religiosa. O bispo de Pernambuco, D. Vital, também foi refutado por ter invocado bulas não placitadas para condenar e suspender irmandades que mantinham maçons em seus quadros. Diante disso, entendemos as motivações pelas quais se contestavam as bulas.

Ao menos mais três capítulos foram estruturados no sentido de compor o ataque a estrutura curial romana. Na edição de 22 de fev. de 1874, n. 168, na 2ª página, o capítulo de número 13 tratou das *Concordatas*. Quando convinha aos papas deixavam de lado as concordatas pois não se encontravam obrigados a elas. Para isso, tomavam nota do exemplo do clero alemão em 1479 que reclamava pelas infrações por ajustes realizados por pontífices. Em 1741 Benedito XIV, intitulado ironicamente um papa tão ilustrado, dirige um breve ao cabido de Liege "sustentado que a suprema autoridade não é ligada pelas concordatas e convenções públicas". Em conclusão, baseados nesse exemplo, há a sugestão de que se faça conhecer que as concordatas feitas com Portugal também eram nulas, pois antes se havia convencionado com os papas, mas agora a consciência já se clarificava que "só aos bispos pertence essas graças, que os pontífices até agora teem arrogado".

Por seu turno, na terça-feira, 24 de fev. de 1874, edição n. 169, confirmando o argumento final do texto anterior, intitula seu capítulo XII com a seguinte afirmação peremptória: "*Pertence aos bispos a dispensa para se comer carne na quaresma*", mesmo que seja através de um assunto comum, o objetivo é certamente fortalecer o argumento da perda de autoridade dos bispos por um poder supranacional que, por seu turno, já perdia razão de ser. Neste artigo diversos exemplos são citados para justificar que os bispos tinham plena autonomia em alguns casos, principalmente quando "o supremo legislador não reserva especialmente a si o poder de dispensar". Além disto, sempre houve o relaxamento das regras justificado pela consideração de que "seria cousa cruel insistir na observância da lei quando a sua observância fosse prejudicial a mesma igreja", sentença dada pelo Papa Simnaco ao arcebispo de Viena. O Bispo de Chipre, S. Speridião, no século 4º - não absteve em "apresentar carne de porco na quaresma a seu hospede no tempo da quaresma, porque não tinha outra coisa [...] a caridade devia prevalecer a todas as leis." (DIÁRIO DO MARANHÃO, n. 169. 1874). No entanto, o argumento final é o mais importante para as nossas conclusões, o papa não é isento de erros como qualquer homem e ao concluir com a afirmação de que "o seu poder é limitado" se dirigiam diretamente mais uma vez ao ataque do dogma da infalibilidade.

Por fim o capítulo XV, edição n. 170, debate o *Primato Do Papa*, ou seja, trata do que cabe ao papa enquanto poder. Retomando a máxima de Jesus aos apóstolos, para o texto o mesmo que cristo ordenara a S. Pedro sobre "que o que ele ligasse na terra, o seria do mesmo modo no céu" e que apascentasse as ovelhas, também foi dito aos outros apóstolos. Mudando apenas a primazia de Pedro, porém "a mesma igualdade de poder dado a S. Pedro, que aos mais apóstolos", isso seria o bastante para justificar que em relação hierárquica o papa era soberano, o mesmo não valendo para o âmbito jurisdicional. Retomando S. Gregório, este havia afirmado que "se não mantivermos cada bispo na jurisdição, que lhe pertence, [...] que outra coisa faremos senão confundir a boa ordem de que somos

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

guardados?" (DIÁRIO DO MARANHÃO, n. 170. 1874). O texto questiona se "consistirá pois o primato em espoliar aos bispos dos seus direitos; em conceder privilégios; em reservar para si a concessão das graças; ou perverter a ordem hierárquica da Igreja?" (DIÁRIO DO MARANHÃO, n. 170. 1874) Por fim afirmam que para os protestantes o empecilho para uma reunião com os católicos não se dava pela existência do dogma, mas sim pelo excessivo poder do pontífice romano. O artigo conclui que se não houve exagero de autoridade que, no entanto, é legítima, as ovelhas errantes estariam recuperadas.

Podemos concluir que grande parte do esforço nesta série de artigos se concentra na denúncia das grandes questões políticas de seu tempo. Para os setores da sociedade responsáveis pelo jornal, especificamente, havia um grande perigo aceitar as condutas incorporadas por bispos ultramontanos que se submetiam a autoridade de um papa que cometia um sem número de abusos independente da época, como buscavam demonstrar através dos textos. Não deixam de se valerem do amplo conhecimento teológico e jurídico para justificar, em linhas gerais, por qual motivo não se sustentavam a infalibilidade papal e a centralização que Roma buscava principalmente após o Concílio Vaticano I.

BIBLIOGRAFIA

ALBERIGO, Giuseppe (ed.). **Historia de los concilios ecumenicos**. Ediciones Sígueme - Salamanca, 1993.

BIAZI, Chiara Antonia Sofia Mafrica. **A IMPORTÂNCIA DE HUGO GRÓCIO PARA O DIREITO**. Cadernos do programa de Pós-graduação em Direito – PPGDir./UFRGS. Edição Digital. Porto Alegre. Volume XI, n. 2. 2016. P. 386-406.

COLUSSI, Eliane Lucia. **Plantando Ramas de Acácia: a maçonaria gaúcha na segunda metade do século XIX**. 1998. 492 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Pós Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

Domingos, Simone Tiago, 1983 - **Política e Religião : repercussões da polêmica sobre o retorno dos jesuítas ao Brasil durante o Segundo Reinado** (1840-1870) / Simone Tiago Domingos. – Campinas, SP : [s.n.], 2014.

DENZINGER, Heinrich. **Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral**. São Paulo: Paulinas; Loyola, 2006.

FOUCAULT, Michel, 1926-1984. **A verdade e as formas jurídicas** / Michel Foucault, (tradução Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardom Morais, supervisão final do texto Léa Porto de Abreu Novaes ... et al. j. – Rio de Janeiro : NAU Editora, 2002

FRANCO, José Eduardo. **Os catecismos antijesuíticos pombalinos: as obras fundadoras do antijeuitismo do marques de pombal**. Revista Lusófona de Ciência das Religiões – Ano IV, 2005 / Lisboa, n. 7/8, p. 247-168.

HEINSFELD, A. (2021). **O Cetro contra o Báculo**. Revista Brasileira De História Das Religiões, 14(40). https://doi.org/10.4025/rbhranpuh.v14i40.54832.

HOLANDA, Sérgio Buarque de, 1902-1982. **Raízes do Brasil** / Sérgio Buarque de Holanda. – 26. ed. – São Paulo : Companhia das Letras, 1995.

KRITSCH, Raquel. **A noção de soberania no direito canônico medieval**. In: ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005.

MARX, Karl, 1818-1883. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã e seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner** / Karl Marx, Friedrich Engels ; tradução de Milton Camargo Mota. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2019. – (Coleção Vozes de Bolso)

MATOS, M. F. B. ., & ARAÚJO, R. C. A. D. . (2021). **Apresentação: Imprensa no Maranhão: trajetória bicentenária. Outros Tempos: Pesquisa Em Foco - História**, 18(32), 169–175.

MOREL, Marco. **Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX** / Marco Morel, Mariana Monteiro de Barros. – Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial** (1777-1808). 5. ed. – São Paulo : Editora HUCITEC, 1989.

PEREIRA, Josenildo de Jesus. **As representações da escravatura na imprensa jornalística do Maranhão na década de 1880**. São Paulo: USP, 2006.

RAIMUNDO, Mariana de Matos Ponte. Concílio Vaticano I (1869-1870) : textos e contextos, tradição e representação / Mariana de Matos Ponte Raimundo. – 2019. 199p.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. **Uma questão de revisão de conceitos: Romanização – Ultramontanismo – Reforma**. Temporalidades - Revista Discente do Programa de Pós-graduação em História da UFMG, vol. 2, n.º 2, Agosto/Dezembro de 2010 - ISSN:1984-6150 - www.fafich.ufmg.br/temporalidades.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. **Afastemos o padre da política. A despolitização do clero brasileiro durante o Segundo Império**. In: Mneme. UFRN: 2011, 12(29), p. 187-207.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. **A Igreja a e construção do Estado no Brasil imperial**. In: Anais do XVII Simpósio Nacional da ANPUH. Natal, 2013.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. **Questão de consciência: os ultramontanos no Brasil e o regalismo do Segundo Reinado** (1840-1889) / Ítalo Domingos Santirocchi. – 1. ed. – Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2015b.

SANTIROCCHI, Í.D. **Reformas da Igreja em contraposição: o pombalismo luso e o ultramontanismo brasileiro (séculos XVIII e XIX)**. Itinerantes. Revista de Historia y Religión, n.5, p.65-90, 2015a.

SANTOS, Lyndon de Araújo. **As outras faces do sagrado: protestantismo e cultura na primeira república brasil.** São Paulo: UNESP, 2004. Tese de Doutorado.

SILVA, Kalina Vanderlei. **Dicionário de conceitos históricos** / Kalina Vanderlei Silva, Maciel Henrique Silva. – 2.ed., 2ª reimpressão. – São Paulo : Contexto, 2009.

SILVA, Matheus Corassa da. **O grande cisma do ocidente (1378-1417) em o sonho (1399), de Bernat Metge.** Medievalis, Vol. 2, p.71-82, 2012.

SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno** / Quentin Skinner ; revisão técnica Renato Janine Ribeiro. – São Paulo : Companhia das Letras, 1996.

TANNER, Norman P. **Los Concilios de la Iglesia: breve histórico**. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2003. 135 p. ISBN 84-7914-683-4.

PERIÓDICOS CONSULTADOS

Diário do Maranhão. São Luís: Tipografia do Frias, 1855-1911. Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

"QUE A FRUTUOSA PROVÍNCIA DO MARANHÃO GOZE DA MESMA LIBERDADE"

Mário Augusto Carvalho Bezerra[1]

RESUMO: O ponto de partida desse trabalho é a Revolução do Porto e suas repercussões na América portuguesa. O movimento ocasionou efeitos na dinâmica interna das províncias desse lado do Atlântico, entre os quais, a criação de grupos políticos antagônicos fiéis aos comandos da Corte sediada no Rio de Janeiro e outros sob as ordens e intensa ligação com Lisboa. A adesão à Revolução do Porto permite analisar as particularidades com que seus ecos foram recebidos desse lado do Atlântico, observando o conhecimento coletivo da política constitucional e as especificidades das que envolviam as relações internas de poder da época. Nesse sentido, o movimento liberal nos permite analisar a relação província/parlamento, partindo da interação da sociedade oitocentista com os princípios políticos do constitucionalismo e o direcionamento para a instalação do parlamento composto pelos cidadãos provinciais. No Maranhão, os anos seguintes do pós-adesão à Independência brasileira reservaram agitações políticas no cenário provincial, foi o momento da apresentação mais intensa de personagens políticos oriundos da educação coimbrã. São Luís e importantes vilas comerciais, compostas por membros apoiadores ou contrários a incorporação da província no Império, vivenciaram os dissensos políticos dos princípios liberais e constitucionais. No período de 1822 a 1825, a movimentação política na província foi marcada pelas pressões quanto a Independência do Brasil, reorganização política do Maranhão e da construção da unidade política do novo Império. Com a consolidação da Independência no eixo Centro-Sul, cabia a Corte do Rio de Janeiro a unificação das províncias do Norte do Brasil, com objetivo de construir a nação através da unidade política nacional. Um processo revolucionário que agitou os ânimos dos sujeitos que residiam no Maranhão, apoiando ou repudiando as novas ordens administrativas do recente corpo autônomo de governo desse lado do Atlântico. São Luís e diversas localidades do interior, foram atingidas pelos efeitos da revolução independentista, destacando atores políticos cautelosos no cenário de poder, escrita (imprensa) e nas redes de sociabilidade nos rumos do constitucionalismo do período. Portanto, o objetivo deste trabalho é analisar, com uso do método prosopográfico, o processo de unidade política do Maranhão no Império brasileiro a partir dos grupos políticos situados na província e a atuação de diversos personagens que integraram o processo político antes, durante e após a "adesão" do Maranhão ao Império brasileiro, a saber: Bráulio Muniz, Odorico Mendes, João Inácio da Cunha e Patrício José de Almeida e Silva.
PALAVRAS-CHAVE: Brasil. Independências. Império. Maranhão.

Após a presença da bancada maranhense nas Cortes portuguesas de 1821 a 1822, a representatividade de Francisco Martins, Bráulio Muniz, Telles Lobo e Odorico Mendes na Assembleia Geral compreendeu a segunda participação política do Maranhão em Parlamento legislativo, agora no

1 Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão – PPGHIS/UFMA. Mestre em História pela Universidade Federal do Maranhão (PPGHIS/UFMA). Especialista em Ensino de História do Brasil e Maranhão pelo Instituto de Ensino Superior Franciscano (IESF). Graduado em História - Licenciatura pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Integrante do Núcleo de Estudos do Maranhão Oitocentista (NEMO), da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) coordenado pelo professor Dr. Marcelo Cheche Galves. (Contato: marioaugusto769@gmail.com)

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

Brasil. Marcada por acirramentos entre os distritos eleitorais e a capital, as eleições em São Luís (1825) foi ponto central da reorganização política no espaço provincial, demarcado por figuras políticas – portugueses e "brasileiros" – que "renovaram" o quadro administrativo e representativo da província nos debates parlamentares na via de construção da unidade nacional.

A prosopografia será o método para analisar as biografias coletivas no conjunto social dos cidadãos eleitos para o cargo de deputado geral da província. Permitindo observar relações internas entre grupos, redes de relacionamentos, representações e configurações sociais. É a construção de biografia sem perder o ponto de partida: a dimensão coletiva. As análises da dimensão coletiva desses cidadãos configuram o desenvolvimento da política imperial em terras maranhenses, principalmente na impressa. Pensar o Império brasileiro a partir do Maranhão requer trilhar por particularidades de personagens na cena política nos variados impressos da província, que estreitaram relações dentro e fora da província e do quadro de transformações sociais do liberalismo vigente.

A entrada do Maranhão na unidade política do Império do Brasil possui característica de pressão ao invés de vontade coletiva das elites administrativas e políticas do período. A problemática da "adesão" do Maranhão oficializada em 28 de julho de 1823, configurou em um processo político "de fora para dentro", como afirma o historiador Mário Meireles em sua *História do Maranhão*, pautado na formação da unidade política nacional "sem mesmo existir tal clima em terras maranhenses" (MEIRELES, 2015, p. 264).

O historiador Matthias Röhrig Assunção destaca três aspectos principais do processo de adesão à Independência no Maranhão: "a luta ferrenha entre as facções da elite pelo poder local e regional, a relativa violência dos conflitos durante esse período e o alto grau de envolvimento das classes populares" (ASSUNÇÃO, 2005, p. 345). Pontos centrais para identificar a movimentação política do período, enfatizando a dinamização das elites políticas em busca do poder administrativo, assim:

> A adesão tardia da província do Maranhão ao Império do Brasil, assim como de outras províncias como a Bahia, Piauí, Pará e a Cisplatina (atual Uruguai) mostra como a separação política com a metrópole portuguesa não era um consenso entre as elites "brasileiras" (ABRANTES; MATEUS, 2018)[2].

Com a inserção do Maranhão no Império do Brasil, os anos seguintes do pós-adesão à Independência brasileira reservaram agitações políticas no cenário do provincial, foi o momento da apresentação mais intensa de personagens políticos oriundos da educação coimbrã. São Luís e importantes vilas comerciais, compostas por membros apoiadores ou contrários a incorporação da província no Império, vivenciaram os dissensos políticos quanto as pressões a causa brasileira.

Em agosto de 1823, a Gazeta Extraordinária do Governo da Província do Maranhão destacava um Artigo de Ofício de Cochrane datado de 26 de julho, enfatizando o quanto a província deveria usufruir da liberdade constitucional instaurada no Brasil. Vejamos:

2 Artigo disponível no site do Portal Guará (https://portalguara.com/adesao-do-maranhao-a-independencia-o-dia-28-de-julho-entre-lembrancas-e-esquecimentos/), acessado em 23/01/2023.

> As forças de S. M. I., o Imperador do Brasil, tendo livrado a Cidade, e Província da Bahia dos Inimigos da sua Independência, eu conforme a vontade de S. M. I., dezejozo **que a fructuoza Provincia do Maranhão goze da mesma liberdade** venho agora offerecer aos desgraçados habitantes o auxílio, e proteção que percizarem contra o jugo estrangeiro desejando acabar a sua liberação, e os saudar como parentes e como amigos. Porém se houver quem se oppuzer por motivos interessados a liberação deste paiz, fiquem taes pessoas na intelligencia que as forças militares, e navaes, que do Sul deitarão fora os Portuguezes, tornarão-se promptas desembainhar a espada em semilhante couza tão justa, e desembainhando-a, das consequencias não se pode duvidar (*GAZETA EXTRAORDINÁRIA*, 04/08/1823, p. 1)[3].

A liberdade pregada na maioria dos impressos locais trazia o catecismo explicativo do momento, com amplas produções escritas, alguma anônimas, sobre os conceitos e entendimentos pessoais do vocabulário utilizado durante o processo de Independência e princípios do liberalismo desse lado do Atlântico.

No período de 1822 a 1825, a movimentação política na província foi marcada pelas pressões quanto a Independência do Brasil, reorganização política do Maranhão e da construção da unidade política do novo Império, gerado com a concentração política dos representantes do Brasil no Parlamento português. Na configuração da nova cultura política brasileira, coube às câmaras de cada província a ligação entre a Constituição e o Imperador, permeando o processo de construção da soberania política, pois "esse sistema de adesão ocorreu de modo desigual em todo o Brasil" (SOUZA, 1999, p. 143).

Entendida como conjunto de práticas simbólicas, hábitos, costumes e discursos, a cultura política do Maranhão na década de 1820 pode ser dividida em duas: a primeira: defendida por portugueses ligados aos comandos e manutenção da fidelidade política de Lisboa como centro de autoridade política; a segunda: brasílica e separatista, ou seja, fruto das transformações políticas e sociais do liberalismo constitucional vintista, pautada na inserção de ideais independentistas, visando autonomia política do Império. Ambas ficam evidentes ao observar os dissensos entre defesas da "causa portuguesa" e "causa brasileira", pois "até o momento definitivo da ruptura, em fins de 1822, a noção de "brasileiro" e "português" não incorporavam ainda o sentido das rivalidades que foram se desenrolando" (ARAÚJO, 2018, p. 133).

A participação política do Maranhão no Império do Brasil foi marcada por dois aspectos: o primeiro, referente a organização do Estado Imperial, composto por elites políticas e econômicas com formação ilustrada pela Universidade de Coimbra, daí decorrentes ao processo de independência brasileiro "capitaneado por uma geração de homens que acalentara o ideal ilustrado de um vasto império luso-brasileiro, a quem caberia a tarefa de construir as bases político-institucionais do jovem Estado" (CABRAL, 2015, p. 31); a segunda, relacionada com a inserção e transição da política constitucional no Maranhão após a "adesão" ao novo Estado.

Com a Independência do eixo Centro-Sul, cabia a Corte do Rio de Janeiro a unificação das províncias do Norte do Brasil, com objetivo de construir a nação através da unidade política nacional, em

3 Grifo do autor. Escrita original.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

razão de que "o novo Império não dispunha de um território unificado prévio, mas de um conjunto heterogêneo de territórios coloniais herdados da colonização" (MAGNOLI, 2003, p. 294).

No Maranhão, a primeira Junta Provisória e Administrativa de Governo do Maranhão foi eleita em 15 de fevereiro de 1822, possuindo como marca os laços políticos e econômicos com a Corte portuguesa, resultando em lento processo de inserção no Império brasileiro. De acordo com a historiadora Edyene Lima:

> O fim do governo de Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca não significou uma trégua nas disputas políticas entre os principais grupos familiares da província do Maranhão. Entre os conflitos, rivalidades e interesses, práticas estas que compunham a agenda do processo de constituição das Juntas de Governo, a organização política do Maranhão foi sendo desenhada de acordo com a demanda de poder em mãos de grupos específicos das elites locais (LIMA, 2009, p. 83).

Naquele período, o Marechal Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca, que administrou a província de 1819 a 1822, partia para a Europa. Vieira da Silva descreve o momento da partida de Fonseca com entusiasmo, motivado, talvez, pela imagem positiva durante os anos de sua administração e das "novidades do tempo" implantadas na província.

> No dia 28 do mesmo mês [fevereiro], saiu deste porto com destino ao de Lisboa a Galera inglesa George, transportando a seu bordo o Marechal Silveira que, com as formalidades devidas ao cargo que ocupava, acompanhando dos membros da Junta do Governo, autoridades e numerosos cidadãos, embarcou das 9 para as 10 horas da manhã, deixando um nome benquisto e levando as bênçãos dos maranhenses (SILVA, 1972, p. 57-58).

Composta por alguns cidadãos formados na Universidade de Coimbra, o cargo de presidente foi exercido pelo bispo D. Frei Joaquim de Nossa Senhora de Nazaré, residente em São Luís desde 1820, "que, desse modo, cada vez mais se envolvia na crise política superveniente, mas no curso da qual sempre se manteria incondicional e intransigentemente ao lado do legitimismo português" (MEIRELES, 1977, p. 199).

Como secretário, o brigadeiro Sebastião Gomes da Silva Belfort. Vale lembrar que Sebastião Belfort participou das eleições de 1821, referente a primeira bancada do Maranhão nas Cortes portuguesas, concorrendo com Raimundo de Brito Magalhães e Cunha em segundo escrutínio, ficando empatado em número de votos, saindo Cunha eleito. Naquele momento, "a eleição para deputados foi resultado de uma composição entre os partidários do Antigo Regime e o movimento constitucional" (ASSUNÇÃO, 2005, p. 350).

No pleito de 1825, Belfort reaparece concorrendo a uma cadeira de deputado geral para a Câmara dos Deputados instalada em 1826 no Rio de Janeiro. Portanto, figura política ativa em São Luís durante e após a adesão a Revolução do Porto. Os nomes do chefe-de-esquadra Filipe de Barros e Vasconcelos, o desembargador João Francisco Leal, coronel Antônio Rodrigues dos Santos, tenente Caetano José de Sousa e o tesoureiro Tomás Tavares da Silva, compuseram o restante dos membros da Junta.

Para o Comando das Armas, fora nomeado o Marechal de Campo Agostinho Antônio de Faria, em razão de ser oficial de maior patente e mais antigo residente na Província. Vieira da Silva, tece alguns apontamentos da trajetória do marechal. Dentre as informações destaca que "tendo participado da Junta Consultiva da Província, instalada em 9 de abril de 1821, foi depois Governador das Armas desde 1822 até o último dia de feroz resistência à Independência no Maranhão" (SILVA, 1972, p. 57).

No âmbito das províncias e para benefício das elites políticas regionais e locais, a formação de Juntas de Governos aliadas com a administração dos comandantes de armas – garantindo o controle das Cortes sobre as Juntas – proporcionou aos grupos de elites, maior atuação nas decisões políticas, ou melhor, "evitando secessões nas províncias" (ASSUNÇÃO, 2015, p. 313).

No Maranhão, a formação das Juntas, composta por membros das elites políticas locais tanto de São Luís quanto da vila de Itapecuru, foram marcadas pelos dissensos políticos entre a causa portuguesa e brasileira. Desse modo, a favor da união com as Cortes lisboetas, os membros da Junta, que tomaram posse em 16 de fevereiro de 1822, ocuparam-se em repudiar as ordens vindas do Rio de Janeiro, enviando às Cortes informações e papeis oficiais do governo, zelando pela manutenção da legalidade.

As sucessivas adesões das províncias vizinhas ao longo de 1822 foram responsáveis pelo sucessivo avanço das tropas independentistas pelo interior até a capital São Luís. Depois de passar pelo Ceará e Piauí, as tropas avançaram pelo rio Parnaíba até as vilas de Brejo, São José dos Matões e Pastos Bons. Em 18 de junho de 1823, diante das ameaças e ações de queimadas de fazendas e saques aos armazéns dos portugueses contrários a causa brasileira, a adesão do comandante geral da Vila de Itapecuru-Mirim, José Félix Pereira de Burgos, contribuiu no aumento da causa brasileira.

As adesões das vilas e cidades do interior foram sentidas na capital, a cidade de São Luís ficou isolada com a manutenção das relações políticas com Lisboa, perdendo apoio dos ricos proprietários e comerciantes portugueses residentes nas vilas com os avanços das tropas militares desde abril de 1822.

"SAIU VOSSA EXCELÊNCIA ELEITO DEPUTADO": CONSTITUIÇÃO, IMPRENSA E ELEIÇÃO EM 1825

Em março de 1824, o decreto imperial que regulava as eleições para a Assembleia Geral Legislativa do Império do Brasil (Art. 7), afirmava que "o eleitor deve ser homem probo, e honrado, de bom entendimento, sem nenhuma sombra de suspeita, e inimizade à causa do Brasil"[4]. À vista disso, compreendia um dos primeiros passos para a manutenção da unidade nacional brasileira, estabelecido pela Carta Magna de 1824.

A Constituição de 1824 é o ponto de partida para analisar os procedimentos eleitorais dos cidadãos que foram eleitos para a representação nacional, ou seja, para compor os órgãos públicos e de debates políticos com a função de organizar e manter a unidade nacional, conquistada sob "adesões" marcadas pela resistência e ligações políticas com as ordens do "velho" centro administrativo de poder – Lisboa.

4 O eleitor era um personagem político com as características de compromissário do povo, que devia amar a pátria e o bem público. Estes seriam cidadãos proprietários, escolhidos a partir das suas rendas, por isso faziam parte de um grupo seleto em cada província (BEZERRA, 2017, p. 45).

Centrada no Rio de Janeiro, a Assembleia Geral Legislativa do Império do Brasil, dividida em duas casas de governo – Câmara dos Deputados e Senado – formada por membros das elites econômicas e políticas das províncias brasileiras (elites regionais), formavam as regras, ordens e leis para administrar o recente Império. Dessa forma,

> A Constituição não apenas modelaria a formação do Estado, como teria importante papel no projeto de instituição e manutenção do Império brasileiro. A elaboração da Constituição passaria a representar uma demanda política vinculada à organização e ao estabelecimento de limites dos poderes políticos do Estado, e também à garantia de direitos individuais e liberdades civis dos súditos convertidos em cidadãos (CABRAL, 2015, p. 38).

Elemento criador da ordem, o texto constitucional de 1824 é a composição de ideias com foco na construção e manutenção da unidade política. Definindo como forma de governo a monarquia constitucional hereditária e representativa, possuía suas bases na figura e ação do Imperador e na Assembleia Geral Legislativa sob o comando dos representantes da nação.

A Constituição definiu a condição de ser cidadãos, político e representante, dotando os indivíduos dos grupos de elites regionais de direitos políticos, em razão de "o Império do Brasil é a associação política de todos os cidadãos brasileiros" (BRASIL, 1824, Art. 1º). Incitando os preceitos constitucionais do Império e a clara posição política a causa brasileira em construção da "campanha" almejando a cadeira de deputado geral, Odorico Mendes publicou em sua folha política que:

> Constituição do Estado é a regra fundamental que determina o modo porque se deve exercer a autoridade pública. Vê-se nela a forma debaixo da qual obra a nação como um corpo político; qual é o teor porque deve o povo ser governado, e quais são os direitos e os deveres dos governantes. Esta Constituição é, em último resultado, o estabelecimento da ordem porque deve trabalhar uma nação para obter as vantagens que a incitaram a formar a sociedade política (*Argos da Lei*, nº 5, 21/1/1825).

O estabelecimento da ordem expressa pelo reconhecimento dos poderes Legislativos, Moderador, Executivo e Judicial sob "a sansão do Imperador", denotam o quanto a centralização política residia na imagem do soberano. Do poder Legislativo, delegado à Assembleia Geral, cabia a função de "fazer as leis; velar na guarda da Constituição e promover o bem geral da nação" (BRASIL, 1824, Art. 15). Andréa Slemian destaca que a viabilização da estrutura do novo Estado do Brasil é resultado da representação política no espaço legislativo e dos desdobramentos da administração na criação de leis, visto pela historiadora como pilar de sustentação do Império (SLEMIAN, 2006). Deste modo, "o Parlamento funcionou como espaço decisivo de negociação e confronto entre setores distintos da elite brasileira" (DOLHNIKOFF, 2005, p. 80).

De acordo com a ata eleitoral, a apuração dos votos para Deputados Gerais ocorreu em 6 de junho de 1825 em São Luís, na sala do Teatro União, "local designado pela Câmara da capital para a última apuração dos votos dos Senadores e Deputados da Assembleia Geral e Legislativa do Império do Brasil". As eleições do Maranhão em 1825 contaram com a participação de antigas figuras políti-

cas, envolvidas nos tumultos da adesão a Revolução do Porto pelo governador Pinto da Fonseca em 6 de abril de 1821.

Os "velhos" cidadãos políticos presentes na eleição eram Joaquim Antônio Vieira Belfort e José João Beckman e Caldas, de acordo com a ata eleitoral de 1825, obtendo baixo número de votos. Outros cidadãos, envolvidos na administração pública e ligados a elite política maranhense e de outras províncias, garantiram as maiores quantidades de votos no pleito, entre o quais: João Bráulio Muniz, Manoel Telles da Silva Lobo, Francisco Gonçalves Martins e o recém-chegado de Coimbra, Manuel Odorico Mendes.

"NÃO NOS EMBARACEMOS COM OS DIAS SANTOS, TRABALHEMOS"

Em São Luís, finalizadas as eleições provinciais em junho de 1825, seguiram os deputados eleitos para o Rio de Janeiro com o propósito de compor a bancada maranhense nos debates da Assembleia Geral de 1826. Centro político misto – Câmara e Senado – na consolidação da organização política-administrativa da nação, regido pelo Artigo 15, incisos 8º e 9º, de "fazer leis, interpretá-las, suspendê-las e revoga-las" e, "promover o bem geral da Nação", instituídos pela Constituição de 1824. Exercício que caberia aos "novos" oficiais representantes políticos: o Imperador, os Deputados e Senadores do Império.

Nessa perspectiva, Marcelo Galves e Yuri Costa destacam que após a Independência "a produção legislativa foi tida como elemento que viabilizava o surgimento da própria nação" (GALVES; COSTA, 2011, p. 64), transformando hábitos e costumes absolutistas na formação da cultura política brasileira constitucional. Desde 1826, enquanto órgão de reunião dos representantes das elites políticas das províncias brasileiras, a Câmara dos Deputados foi composta por Francisco Martins, Telles Lobo, Bráulio Muniz e Odorico Mendes em diferentes níveis de frequência, articulação e desempenho político.

Após a Independência, a província do Rio de Janeiro concentrou o centro de autoridade política do Brasil, com a instalação de importantes órgãos administrativos do Império, reunindo em seus recintos as elites políticas das provinciais sob o pacto imperial com o Imperador na construção e consolidação da unidade nacional em bases jurídicas legais. A pedagogia constitucional do período atrelada a ideia de ordem, disciplina, unidade e organização jurídica compreendiam a premissa central da construção do Estado a partir do Parlamento.

Instalada na efervescência da emancipação, a Assembleia Constituinte de 1823 não obteve saldo positivo quanto a criação de uma Constituição brasileira e organização institucional do Estado pelos deputados gerais, "que representavam o que de mais expressivo havia na elite local e que, no período de agravamento da crise política com Portugal, tinha se organizado em torno da figura de D. Pedro" (CABRAL, 2015, p. 36). Mais tarde, a quebra do equilíbrio político entre súditos e o monarca favoreceram as divergências quanto a organização institucional do Brasil.

Na Câmara, o exercício parlamentar no quadriênio de 1826 a 1829, configurou a consolidação da promulgação da Constituição; a operacionalização das medidas expressas no texto constitucio-

nal; a reunião de alguns cidadãos com experiências parlamentares desde as Cortes portuguesas e Constituinte brasileira; e, atuação de cidadãos eleitos por grupos políticos províncias para a primeira experiência de representação política. Tal como havia sido estabelecido em 1821 nas Cortes Extraordinárias portuguesas e no Brasil pós-independência desde 1823,

> O papel do Parlamento como lugar dos "representantes da nação", era, à época, um dos pilares de uma verdadeira crença liberal de que a racionalização das formas de funcionamento dos governos poderia atender aos interesses dos indivíduos na composição de uma sociedade que igualasse os homens perante a lei (SLEMIAN, 2006, p. 14-15).

O momento de instalação da Assembleia como espaço representativo e de participação política constituía a fixação institucional da nação, pautada na liturgia política liberal propagada no Brasil com ecos da Revolução do Porto. Para isso, quatro poderes políticos foram estabelecidos pela Constituição brasileira de 1824 – o Poder Legislativo, formado pela composição e instalação da Assembleia Geral em duas casas: Câmara eletiva e Senado vitalício; o Executivo (com amplos poderes, exercido pelos ministros de Estado chefiado pelo Imperador); Moderador (concentrado na figura do Imperador) e o Judiciário – poder independente, composto de juízes e jurados. Por ela foram também definidos os princípios básicos que nortearam o exercício de cada um. Ao Poder Legislativo foi atribuído à composição e instalação da Assembleia Geral, havendo a sanção do Imperador para seu devido funcionamento durante as legislaturas com duração de quatro anos.

Durante as sessões preparatórias, a bancada do Maranhão manteve-se em poucas atividades parlamentares. Francisco Martins, que tivera maior presença durante as sessões preparatórias do ano anterior, não compareceu, sem causa apresentada à mesa, nas cinco primeiras sessões de 1827. O deputado Bráulio Muniz em 27 de abril foi nomeado para compor a deputação que "cumpria saber em que dia, hora e lugar se designaria a solene abertura da Assembleia".

Foi Odorico Mendes o primeiro parlamentar da bancada a manifestar-se sobre algo relacionado ao Maranhão na sessão datada de 5 de maio – dessa vez para "inocentar" a província sobre os ecos da Confederação do Equador proclamada em 2 de julho de 1824 na província de Pernambuco. Vale destacar que a atuação dos deputados também estava compreendida na defesa de ideias forjadas sobre o Maranhão ou região em qual estava compreendida a província, assim como, as ligações que nutria com o Pará.

Quanto a Telles Lobo, rumou para o Rio de Janeiro em 5 de julho de 1825, com pouco menos um mês após a finalização das eleições em São Luís. Lobo foi o último da bancada a tomar assento em 22 de maio de 1826. Em 19 de maio seu diploma de deputado foi examinado e aprovado de acordo com a lei e ata eleitoral pela Comissão de Poderes, formada por eleições internas e composta pelos deputados Nicolau de Campos Vergueiro, Lúcio Soares Teixeira de Gouvêa, Manoel Caetano de Almeida e Albuquerque, Januário da Cunha Barbosa e Bernardo Pereira de Vasconcellos. O primeiro registro de atuação parlamentar de Lobo na Câmara ocorreu em 27 de

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

maio de 1826, sessão em que estavam presentes todos os deputados da bancada maranhense em apoio aos benefícios que seriam implantados na província do Pará e Maranhão.

De volta à Câmara, o deputado Francisco Martins manifestou-se na sessão de 7 de maio de 1827, como membro da Comissão da Saúde em que foi realizada a leitura do parecer sobre o requerimento do cidadão João Gonçalves dos Santos, natural da Bahia, sobre a criação da cadeira de higiene pública no colégio médico-cirúrgico da Bahia. Além de Martins, compunha a Comissão de Saúde Pública os deputados Francisco Xavier Ferreira, Antônio Ferreira França, José Lino Coutinho e José Avelino Barbosa. Eleita em 10 de maio de 1826, foi a única comissão em que participou o deputado Francisco Martins – "eleito com total de 9 votos" – durante a primeira legislatura (*ANAIS*, 10/5/1826, p. 38).

O ano legislativo de 1828 apresentou uma diminuição na atuação dos deputados do Maranhão, principalmente de Lobo e Odorico. Sobre este último, nenhum registro de pronunciamento ou discurso foi registrado no Índice Onomástico *da Câmara dos Deputados (1826-1889)*. O fato foi em razão da partida de Odorico para o Maranhão. Por sua vez, Lobo na sessão datada de 13 de maio, foi nomeado para compor a deputação formada pelo presidente da mesa "que deve dirigir ao trono a resposta da Câmara à fala da abertura da Assembleia". Francisco Martins seguiu designado como componente da deputação enviada ao Imperador.

Quanto ao deputado Bráulio Muniz, iniciou o terceiro ano de exercício parlamentar como membro da Comissão de Comércio. Com votação realizada na sessão de 6 de maio, foram eleitos os deputados Clemente Pereira com 53 votos; Galvão: 45; Pires Ferreira: 32; Paula e Souza: 25 e Bráulio Muniz com 27 votos. Foi a segunda eleição para compor uma comissão. A primeira ocorreu em 10 de maio de 1827, em que saiu eleito com 29 votos, juntamente com o Arcebispo da Bahia: Romualdo Antônio de Seixas (49 votos); Cunha Barbosa (36); Odorico (28) e Nabuco (28) como membros da Comissão de Colonização.

Com 118 sessões, divididas entre extraordinárias e ordinárias, o quarto e último ano de funcionamento da Câmara dos Deputados concentrou os debates sobre a crise do tesouro nacional, destacado pelo Imperador em seu discurso de abertura da sessão extraordinária em 2 de abril de 1829, uma vez que "até agora não tem obtido desta Assembleia medidas eficazes e salutares", e acrescentou a necessidade de soluções no transcorrer da "sessão extraordinária, e no decorrer da ordinária, a despeito das minhas tão reiteradas recomendações, não arranja um negócio de tanta monta, desastroso deve ser o futuro que nos agrada" (*ANAIS*, 2/4/1829, p. 1).

Tal contexto obteve reflexo nos debates que se seguiram na Câmara em que as discussões sobre o projeto de imposto sobre as companhias de comércio; deliberação da proposta do governo sobre o banco do Brasil e da proposta do ministro da Fazenda ganharam intensidade. Em geral, o período é marco importante da crise estrutural e política entre o Parlamento e os interesses do Imperador, processo que culminou em crescente oposição seguida da Abdicação de D. Pedro I.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

REFERÊNCIAS

Fontes:

Documentos Oficiais

A) Manuscritos:

- Arquivo Histórico da Câmara dos Deputados (Brasil):

Anais da Assembleia Geral Legislativa do Império do Brasil (1826-1829).

Constituição Política do Império de 1824.

B) Periódico (impresso):

(A) Gazeta Extraordinária do Governo da Província do Maranhão - 1823

(O) *Argos da Lei* (MA) – 1825.

BIBLIOGRAFIA:

ABRANTES, Elizabeth Sousa; MATEUS, Yuri Givago Alhadef Sampaio. **Adesão do Maranhão à Independência**: entre lembranças e esquecimentos. 2018 (https://portalguara.com), acessado em 3/9/2019.

ARAÚJO, Roni César Andrade de. **Entre a Província e a Corte**: "Brasileiros" e "Portugueses" no Maranhão do Primeiro Reinado (1823-1829). Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 342f. 2018.

ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. Miguel Bruce e os "horrores da Anarquia" no Maranhão, 1822-1827. In: JANCSÓ, István. **Independência**: história e historiografia (Org.). São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2005.

BEZERRA, Mário Augusto Carvalho. **"Soôu mais perto o clarim da liberdade"**: as Cortes portuguesas e a política constitucional no Maranhão (1821-1823). 87f. Monografia (Curso de História Licenciatura). Universidade Estadual do Maranhão, 2017.

CABRAL, Dilma. Estado e administração na formação de um país independente. In:_____. (Orga.). **Estado e Administração**: a construção do Brasil independente (1822-1840). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015.

_____; ALVES, Salomão Pontes. Os entornos institucionais do Estado brasileiro. In: CABRAL, Dilma. (Orga.). **Estado e Administração**: a construção do Brasil independente (1822-1840). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015.

COSTA, Yuri; GALVES, Marcelo Cheche. **O Epaminondas Americano**: trajetórias de um advogado português na Província do Maranhão. São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2011.

DOLHNIKOFF, Miriam. Projetos liberais. In: **O pacto imperial**: origens do federalismo no Brasil. São Paulo: Globo, 2005.
_____. Entre o centro e a província: as elites e o poder legislativo no Brasil oitocentista. **Almanack braziliense**, nº 01, maio, 2005, p. 80-92.

LIMA, Edyene Moraes dos Santos. **Honradas Famílias**: poder e política no Maranhão do século XIX (1821-1823). PPGH / UFPB. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2009.

MAGNOLI, Demétrio. O Estado em busca de seu território. In: JANCSÓ, István (Org.). **Brasil**: formação do Estado e da nação. São Paulo: Hucitec; Unijuí; Fapesp, 2003.

MEIRELES, Mário Martins. **História do Maranhão**. 5 ed. Promovida e revista por Jomar Moraes. São Luís: Academia Maranhense de Letras, 2015.

_____. **História da Arquidiocese de São Luís do Maranhão.** São Luís: Universidade Federal do Maranhão / SIOGE, 1977.

SLEMIAN, Andréa. **Sob o império das leis**: Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834). 339f. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo. 2006.

SILVA, Luís Antônio Vieira da Silva. **História da Independência da Província do Maranhão (1822-1828)**. 2 ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1972. Coleção São Luís, v. 4.

SOUZA, Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho. **Pátria Coroada**: o Brasil como corpo político autônomo (1780-1831). São Paulo: UNESP, 1999.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

OS MISSIONÁRIOS LAZARISTAS EUROPEUS NO BRASIL OITOCENTISTA: MOBILIDADES E ESTRATÉGIAS DE ADAPTAÇÃO

Pryscylla Cordeiro Rodrigues Santirocchi[1]

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo analisar as estratégias missionárias utilizadas pelos padres lazaristas, pertencentes a Congregação da Missão, a fim de se estabelecerem nos sertões brasileiros, durante a segunda metade do século XIX. No Oitocentos, essa instituição se expandiu pelos cinco continentes e seus agentes (missionários) foram enviados para diversos países, fazendo com que suas regras e valores religiosos circulassem por diferentes contextos históricos. Os missionários lazaristas europeus, em sua maioria franceses, passaram a ser enviados do porto de Havre, na França, para o Brasil, a partir de 1849. Atuaram na formação de um clero ultramontano, nos seminários diocesanos e percorreram o interior das províncias brasileiras, com o intuito de desenvolver as bases morais e doutrinárias de sua congregação religiosa, bem como representar os interesses dos bispos ultramontanos. As ações práticas dos lazaristas durante as missões nas províncias brasileiras estavam conectadas e respondiam ao centro congregacional na França. Porém, também obedeciam às ordens dos bispos locais, que nem sempre estavam de acordo com os interesses da congregação ou até dos missionários, o que poderia gerar tensões. Ao transitarem pelos "sertões" e "florestas" das províncias brasileiras, travaram contatos com indivíduos pertencentes à elite socioeconômica (bispos, políticos, intelectuais), mas principalmente com as populações pobres, compostas por negros, índios e mestiçados, para quem realizaram as missões. Dessa forma, nos questionamos quais foram as ações realizadas pelos missionários lazaristas, a fim de moverem-se, adaptarem-se e terem suas missões aceitas no espaço brasileiro oitocentista. Nas *cartas-relatórios* enviadas pelos lazaristas aos seus superiores, em Paris, encontram-se narrativas acerca dos seus caminhos missionários, desde a travessia oceânica até os sucessos e fracassos de suas incursões missionárias. Tais documentos serão a base para o estudo aqui realizado

PALAVRAS-CHAVE: Congregação da Missão. Lazaristas. Oitocentos.

INTRODUÇÃO

O presente texto tem como objetivo analisar as estratégias missionárias utilizadas pelos padres lazaristas, pertencentes a Congregação da Missão, a fim de se estabelecerem nos sertões brasileiros, durante a segunda metade do século XIX. Para tanto, utilizaremos como exemplo as experiências de três missionários lazaristas europeus que atuaram no Ceará entre os anos de 1870 e 1876. Busca-se assim pensar as adaptações desses agentes em sua prática missionária no espaço de atuação.

1 Doutoranda em História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: pryscyllacordeiro@hotmail.com. A pesquisa de doutorado conta com o financiamento da CAPES.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

A Congregação da Missão[2] foi fundada em 1625, na França, por São Vicente de Paulo (1581-1660) em uma sociedade oficialmente cristã e absolutista, na qual o poder político e religioso não se dissociava (MARAVALL, 1998: 92). A Igreja católica, ameaçada pela Reforma Protestante, colocou em prática os decretos aprovados no Concílio de Trento (1545-1563), a fim de promover a Reforma Tridentina. Tal reforma propunha, entres outras questões, o reordenamento da instrução clerical e dos costumes do laicato, uma vez que a maioria dos clérigos sabia ler, mas não interpretar os sacramentos. (DELUMEAU, 1981: 18-22).

A Congregação da Missão surgiu, então, pela necessidade de evangelização dos camponeses pobres e da formação do clero em moldes tridentinos. Os principais "valores" dessa instituição eram: 1) aplicar-se à perfeição, seguindo a Cristo em "exemplos e virtudes"; 2) pregar o evangelho aos pobres, especialmente os do campo 3) ajudar os eclesiásticos a adquirirem as "ciências e virtudes" necessárias ao seu "estado".[3]

O modelo religioso expresso nas *Regras* vicentinas encaminhava os congregados aos votos de *pobreza*, *castidade* e *obediência*. Ao exercício da *modéstia, mortificação* física e espiritual. Deveriam dar o exemplo de piedade aos fiéis nas missões, penitenciando-se, confessando e fazendo leituras evangélicas diárias. Há também incentivos a elaboração de informes sobre o local de atuação e até mesmo certas adaptações, a fim de lidar com culturas diversas e situações não previstas nas regras durante as missões.[4]

Os padres lazaristas deveriam estar prontos para partir em missão a qualquer momento, as decisões acerca do seu itinerário, cabia ao seu Superior. O apego à pátria e à família era considerado perigoso para a vocação do missionário e deveria ser combatido firmemente. Pois, ao partirem em missão para outras províncias ou países, dificilmente retornavam ao seu local de origem. Suas vidas deveriam estar centradas na atividade missionária que desempenhariam, fosse em meio ao povo pobre dos campos ou educando o clero, nos seminários diocesanos (SANTIROCCHI, 2019, p. 68)

Dessa forma, podemos observar que a Congregação da Missão já tinha particularidades próprias de uma congregação pós-tridentina, tais como, afastamento da política, mobilidade espacial, obediência mista aos superiores e bispos locais, pregações simples e adaptáveis, formação clerical rigorista. Essas características serão interessantes para a Igreja no Oitocentos e foram úteis à expansão dessa congregação naquele período.

A CONGREGAÇÃO DA MISSÃO NO OITOCENTOS

Foi durante o século XIX que esse grupo conseguiu efetivamente se expandir pelos cinco continentes e difundir seus preceitos religiosos. Isso se deveu a um novo processo reformista da Igreja

2 A Congregação da Missão é uma instituição formada por padres seculares com obediência ao seu Superior e aos bispos locais. Seus membros conhecidos como: "vicentinos", "lazaristas" ou "padres da missão".

3 Règles *ou constituitions communes de la Congregation de la Mission* (1658), p. 4 e 5. As referências completas se encontram no final do projeto. As traduções dos documentos citados no projeto foram feitas pelo(a) candidato(a) à vaga no doutorado da UFMG.

4 Règles *ou constituitions communes de la Congregation de la Mission* (1658), p. 10-16; 26-27.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

Católica, liderado pelo Papa Pio IX e que ficou conhecido como Reforma Ultramontana, pois como seu nome sugere, foi embasada nos pressupostos do *ultramontanismo*[5].

O ultramontanismo representou uma reação da Igreja ao que ela definia como "perigos modernos" para a fé católica, caracterizados pela secularização da sociedade e por novas doutrinas políticas, científicas e religiosas surgidas entre os séculos XVIII e XIX. A Santa Sé buscou "o fortalecimento da autoridade hierárquica", incentivou e procurou retomar o controle sobre as missões. Enquanto, numa reação as tentativas de controle dos Estados sobre as igrejas ditas "nacionais", a hierarquia destas buscou se aproximar do centro do catolicismo, ou seja, o Papa.

Os bispos procuraram estabelecer uma nova cultura clerical a partir da reforma do clero nos Seminários Diocesanos e do reordenamento das práticas piedosas leigas (SANTIROCCHI, 2010: 24). Esse processo teve seu ápice com o Concílio Vaticano I (1869-1870)[6] e com o decreto dogmático sobre a infalibilidade pontifícia (MARTINA, 2004; SANTIROCCHI, 2015).

A Congregação da Missão foi uma das instituições católicas que durante o século XIX se expandiram para os cinco continentes.[7] Assim, materializou "a presença do catolicismo" ultramontano e favoreceu "um incessante vai e vem entre a Europa e as outras partes do mundo" (GRUZINSKI, 2014, p. 157). Isso ocorreu durante a administração do Superior Geral Jean-Baptiste Étienne (1843 e 1874). Este Superior Geral ficou conhecido entre os lazaristas como o "segundo fundador"[8] da congregação, pois em sua administração, realizou várias transformações na estrutura interna da instituição, fez acordos com a Santa Sé e com os bispados de vários países, viabilizando a expansão da congregação.

Para tanto, foi preciso reorganizar toda a sua estrutura hierárquica, normativa e comunicacional, a fim de conectar a Casa Mãe da congregação, em Paris, às diversas "casas provinciais" lazaristas espalhadas pelo mundo.

As *Regras Comuns* (1658) foram recrudescidas; criando um sistema de comunicação interno; fortalecimento da hierarquia; elaboração de regras seminarísticas padronizadas; vigilância e punições mais severas às desobediências dos congregados, etc.[9] Tal estratégia foi utilizada de forma recorrente pelas instituições pertencentes à Igreja Católica em processo de expansão, permitindo regular tensões internas e transmitir aos seus agentes a sensação de pertencimento e unidade institucional (FANTAPPIÉ, 2012: 332-333).

Um dos países para onde essa instituição se expandiu no Oitocentos foi o Brasil. Os primeiros padres lazaristas chegaram ao Brasil em 1820[10], entretanto estavam "ligados aos superiores portugueses, que obedeciam aos Irmãos italianos e não aos franceses" (LAGE, 2010: 82). A relação com

5 Temos de ter presente que a Reforma Ultramontana é o processo levado a cabo pelos ultramontanos e o ultramontanismo é o arcabouço de doutrinas e ideias defendidas por eles (SANTIROCCHI, 2010).

6 O Concílio Vaticano I (1868-1870) organizado pelo papa Pio XI significou uma reafirmação dos dogmas católicos discutidos em Trento, mas agora com relação ao mundo moderno laicizado que após a Revolução Francesa foi levado a se afastar da Igreja, "os deveres fundamentais do cristianismo e os [...] de um católico [...]" (MARTINA, 2005: 257).

7 *Recueil des principales circulares des supérieurs généraux de la congrégation de la mission* (1843-1878), vol. 3, p. 18-25.

8 *Vie de M. Étienne: XIVe Supérieur Général de la Congrégation de la Mission et de la Compagnie des Filles de la Charité*. Paris: Gaume, 1881. p. 503-518.

9 *Recueil des principales circulares des supérieurs généraux de la congrégation de la mission* (1843-1878), vol. 3, p. 18-25.

10 Os padres Antônio Ferreira Viçoso e Leandro Rebello Peixoto e Castro foram convidados pelo monarca português, D. João VI. A ideia original da sua vinda era a de realizar missões junto aos indígenas na província do Mato Grosso. To-

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

Portugal foi rompida devido as pressões dos governos regenciais no Brasil e após ser promulgado naquele país, o "decreto de proibição das ordens regulares em 1834" (OLIVEIRA, 2017: 79).

A desconfiança com relação a estrangeiros cresceu entre os brasileiros, chegando-se a criar leis que criminalizavam as relações de ordens religiosas com seus superiores em outros países.[11] Para não serem presos ou expulsos, os lazaristas que estavam no Brasil precisaram romper qualquer ligação com a Casa Mãe, em Paris, no ano de 1838 (PASQUIER, *s/d*; SOUZA,1999).

Apenas durante o Segundo Reinado, no ano de 1845, é que os padres lazaristas, que já estavam no Brasil, puderam se conectar à sede congregacional em Paris (PASQUIER, *s/d*; SOUZA,1999). Isto se deu pelo momento político-religioso propício ao desenvolvimento da Reforma Ultramontana no império, articulada pelos bispos e padres ultramontanos. (SANTIROCCHI, 2015; VIEIRA, 2010; AZZI, 1992).

Os bispados passaram então a articular, junto ao Superior Étienne, o envio de missionários lazaristas europeus para atuarem nas dioceses de Minas Gerais (1849); Bahia (1853), Pernambuco (1858), Rio de Janeiro (1852), Ceará (1864) e Santa Catarina (1856). Assim, o pe. Étienne estruturou toda a hierarquia congregacional no Brasil, composta por padres visitadores, superiores locais e missionários.[12] Suas atividades missionárias seriam administrar os seminários e colégios, hospitais, asilos e realizar missões religiosas em meio as populações do interior.

MOBILIDADES LAZARISTAS ENTRE EUROPA E BRASIL

Durante toda a segunda metade do século XIX, período equivalente aos anos de 1849 a 1899, dezenas de missionários lazaristas[13] partiram da França, atravessaram o Atlântico e percorreram o interior das províncias brasileiras, com o intuito de instalar a sua instituição, regras e valores, bem como, representar os interesses dos bispos ultramontanos. Esses padres se moveram por diversos países e continentes, conectando espaços e culturas religiosas.

As ações práticas dos lazaristas durante as missões nas províncias brasileiras estavam conectadas e respondiam ao centro congregacional na França. Anualmente precisavam enviar *cartas-relatórios* aos superiores, em Paris, narrando os espaços de atuação, os caminhos percorridos (desde a travessia marítima até as mobilidades entre as províncias), os desafios encontrados e a prática missionária.

Suas ações eram vigiadas constantemente pelos visitadores e superiores locais. Porém os lazaristas também obedeciam às ordens dos bispos locais, que nem sempre estavam de acordo

davia, o governo optou por enviá-los à província de Minas Gerais, na qual sua tarefa seria a fundação de um Colégio e um Seminário para a Congregação (PASQUIER, s/d: 33-37; SOUZA, 1999: 21-25).

11 Este foi o clima instaurado durante a hegemonia do clero regalista, que reabilitava o antijesuitismo pombalino e via as ordens religiosas como poderes concorrentes à soberania do Estado nacional (SOUZA, 2008).

12 Os visitadores e superiores locais eram cargos de vigilância e administradores das ações a nível nacional ou local, eles também serviam de mediadores entre o Superior Geral e os missionários no Brasil. Os missionários poderiam enviar cartas diretamente à Casa Mãe, em Paris, mas precisavam antes se reportar aos seus superiores no espaço de atuação. *In: Recueil des principales circulares..., vol. 3; Annales de la Congregation de la Mission* (1843-1874).

13 Os padres que circularam pelo Brasil na segunda metade do Oitocentos eram de origem francesa (maior parte deles), italiana, portuguesa, espanhola, alemã e holandesa.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

com os interesses da congregação ou até dos missionários, o que poderia gerar tensões dentro da própria Igreja.

Em seus trânsitos espaciais pelos "sertões" e "florestas"[14] das províncias brasileiras, travaram contatos com indivíduos pertencentes à elite socioeconômica (bispos, políticos, intelectuais), mas principalmente, com indivíduos "mestiçados" cultural e biologicamente (pardos, mulatos, caboclos, cabras, etc), "negros" e "índios"[15], para quem as missões eram direcionadas (PAIVA, 2016).

Segundo as narrativas dos missionários, muitos fiéis nunca tinham se confessado, viviam em concubinato e distante dos demais sacramentos católicos.[16] Era importante para Igreja ultramontana que esses grupos aumentassem sua frequência nos sacramentos e nas pregações, as missões serviram como um importante recurso para isso, pois levariam os "fiéis" temerem o "inferno", exortando-os ao "arrependimento" dos "pecados" e à prática dos sacramentos católicos como as únicas vias possíveis para a "salvação de suas almas".[17]

Para tanto, percorreram as "longas distâncias" do interior das províncias de Minas Gerais, Bahia e Ceará, montados em "mulas", "a cavalo" ou "a pé", hospedando-se em casas paroquiais, até mesmo em casas de fiéis e dormindo em "redes". [18] No cotidiano das missões, os lazaristas estabeleceram contatos com os fiéis que percorriam grandes distâncias e se aglutinavam por semanas, com seus familiares, em "tendas de palha" ou às vezes até a céu aberto, a fim de participar das missões.[19]

Esses padres trouxeram para as missões brasileiras os traços de sua formação religiosa católica/vicentina e um sentimento de superioridade cultural. Segundo o relato de 1885 escrito pelo missionário lazarista italiano, Paolo Brayda, por exemplo, a sua "missão" seria "reabilitar" com "a religião e a civilização", aqueles brasileiros que "adormeceram [...] na sua ociosidade e ignorância, contentando-se a farinha que extraíram da sua mandioca e com as bananas que cresceram ao lado de suas cabanas de palha".[20]

ESTRATÉGIAS DE ADAPTAÇÃO NAS MISSÕES LAZARISTAS

Uma das províncias brasileiras na qual os lazaristas se moveram e desenvolveram suas atividades de educação clerical e missões interioranas, na segunda metade do Oitocentos, foi a do Ceará. O bispo ultramontano D. Luís Antônio dos Santos, pupilo do bispo lazarista D. Viçoso, iniciou os seus trabalhos diocesanos nos âmbitos educacionais e pastorais, em 1861 e convidou os lazaristas para auxiliá-lo[21]. Para tanto, articulou-se com a Casa Mãe em Paris, e, após algumas negativas, foram enviados lazaristas para administrar o recém-criado Seminário Episcopal cearense em 1864, em Fortaleza (SANTIROCCHI, 2016 e 2019).

14 *Annales de la Congregation de la Mission*, vol. 50, 1885, p. 464.
15 Mantive a nomenclatura utilizada pelos missionários em suas cartas.
16 *Annales de la Congregation de la Mission* (1843-1874).
17 *Annales de la Congregation de la Mission* Vol. 37, 1872, p. 495.
18 *Annales de la Congregation de la Mission*, Vol. 37,1872; 50,1885.
19 *Annales de la Congregation de la Mission*, vol. 22, 1857, p. 125.
20 *Annales de la Congregation de la Mission*, vol. 50, 1885, p. 466.
21 Sobre o assunto, cf. SANTIROCCHI (2019).

A fim de expandir os trabalhos daqueles padres na região, foram enviados outros lazaristas a partir de 1870, para atuar nas missões religiosas no interior da província. Eram os padres Guillaume Van de Sandt (alemão), José Joaquim de Sena Freitas (português) e Antoine Azémar (francês)[22].

Esses religiosos deparam-se com um cenário bastante particular e diverso do que conheciam. As missões lazaristas no Ceará tiveram uma duração de seis anos, iniciaram-se em 1870 e encerraram-se em 1876, momento em que esses padres foram retirados da província por conflitos com os poderes locais.[23]

Durante os anos de missões lazaristas no Ceará, foram enviados ao todo três padres fixos para executá-las. Eram os padres Van-de-Sandt, Sena Freitas e Antoine Azémar, que percorreram aquela província de norte a sul. Todavia, os três nunca chegaram a realizar uma missão juntos. Os padres Van-de-Sandt e Freitas chegaram no ano de 1870[24], no início do ano seguinte o pe. Freitas adoeceu e seu companheiro seguiu sozinho nas missões até o fim de1872[25].

O missionário pe. Van-de-Sandt foi auxiliado em tais missões pelos párocos das vilas, alguns professores e alunos do Seminário da Prainha. O Pe. Antoine Azémar chegou ao Ceará no início de 1873 e partiu em missão com Van-de-Sandt pelo interior até o ano de 1876.

Entre todos esses afastamentos das regras, há um que mais chama a atenção, que são os *trabalhos materiais* executados por eles na província do Ceará. Devido à precariedade de algumas cidades cearenses e pelas pressões populares. Eles se colocaram à disposição da população, realizando trabalhos materiais a fim de se legitimarem naquele espaço. Dessa forma, o fizeram os padres Van de Sandt e José Sena Freitas.

> [...]lançamos à execução de alguns trabalhos materiais. Os capuchinhos italianos, bastante numerosos neste império, introduziram esta prática em todos as províncias do Brasil onde fizeram missões. *O povo do Brasil já está tão acostumado a isso, que as missões, das quais essas obras não são um complemento, parecem-lhes infrutíferas ou nulas. Era, portanto, necessário nos resignarmos a essa necessidade***.** Além disso, embora essas obras materiais possam ter algum inconveniente em relação ao nosso objetivo principal, é certo, no entanto, que prestam um serviço notável e muitas vezes valioso nas paróquias onde são realizadas [...] Primeiro *erguemos um galpão colocado em frente à capela da aldeia, pequena demais para o número de fiéis* que vão lá, especialmente nos dias de festa, para ouvir a missa. *Também abrimos um cemitério de 40 metros de comprimento, com mais de vinte de largura, que deixamos terminado*. [...] *Ninguém foi dispensado deste serviço, ninguém o dispensou.* [...] *vimos com prazer grandes burgueses da aldeia, improvisados entre pedreiros* [...], trabalhando com ardor, sem se preocupar com o calor ardente que os fez derreter no suor. Durante o dia, tijolos foram fabricados e as paredes do cemitério construídas, e à noite fomos em procissão para encontrar areia e pedras, que

22 Para mais informações acerca destes missionários ver: SANTIROCCHI, 2019.
23 Sobre as motivações para o encerramento das missões e retirada dos missionários do Ceará, ver: SANTIROCCHI, 2019.
24 O Pe. José Freitas tinha encerrado suas missões na Bahia e o Pe. Sandt foi transferido de Minas Gerais para o Ceará.
25 Informações retiradas da carta do Padre José Freitas ao Pe. Chinchon (04.01.1872) - *Annales de la Congregation de la Mission*, vol. 37, 1872, p. 493.

> foram trazidas para lá. Tudo isso foi feito com ordem, cantando hinos religiosos. Em quinze dias, o trabalho de alvenaria foi concluído e o cemitério foi abençoado[...] [26].

Os capuchinhos italianos tiveram muita influência no Brasil Oitocentista, principalmente durante o Segundo Reinado. O seu método missionário no Brasil consistiu principalmente em exortar o povo a participar ativamente das missões, na "ereção de cruzeiros, [...] reforma ou construção de cemitérios, capelas e igrejas". Tais propostas missionárias exerciam grande apelo entre a população pobre, que aderia em massa aos trabalhos materiais. As autoridades locais aceitavam bem suas atividades, davam-lhes apoio e algumas vezes pediam-lhes para se fixar na localidade (KARSBURG, 2015, p. 54).

Nesse sentido, a pobreza material encontrada pelos capuchinhos no interior das províncias, como o Ceará, os levou a ter muito prestígio nos locais por onde passaram. Ao chegarem a uma localidade, a população carente sabia que não receberiam apenas as palavras religiosas, mas também condições materiais mais dignas. Mesmo após o fim das missões, seus trabalhos permaneciam fazendo efeito sobre a população.

Apesar dos lazaristas não terem "trabalhos materiais" como um dos componentes do seu modelo missionário, precisaram imitar o modelo capuchinho e colocá-lo em prática nas missões cearenses. Como dito anteriormente, o estado de pobreza e carência material daquela província era enorme.

Caso não comandassem obras públicas nas aldeias, não seriam vistos com bons olhos pela população ou autoridades locais. As suas missões seriam então "infrutíferas ou nulas", pois não conquistariam o apreço popular e sua participação nas atividades. Optaram, portanto, em se "resignar" a tal "necessidade", construindo casas, igrejas, poços e cemitérios. Dessa maneira, teriam mais facilidade de penetrar nos espaços e suas missões, adesão popular.

Deve-se pontuar, ainda, que os lazaristas atuaram como padres enviados pela Diocese e que eram recorrente a entrada de missionários itinerantes no Ceará sem a devida permissão autorização do bispo. Nesse sentido, os filhos de São Vicente precisavam conquistar o apoio das massas, adaptando seu modelo àquela realidade, a fim de afastar esses padres indesejados pela hierarquia católica. Podemos citar os exemplos do Frei Estevam Maria da Hungria e padre Ibiapina, que foram expulsos pelo Bispo D. Luís e que tinham forte apelo popular (NOBRE, 2010, p. 57).

A prática de obras sociais nas missões lazaristas, mesmo que se distanciasse da sua ortodoxia foi uma adaptação eficaz, no sentido de ter suas missões reconhecidas até mesmo pelos seus críticos mais ferozes. No jornal Cearense, temos o exemplo do artigo escrito por um anônimo, morador da cidade Ipu, que teceu duras considerações às pregações dos lazaristas e às suas missões. Ao fim do seu texto, o autor ressalta as obras materiais feitas por eles como as únicas coisas positivas nos anos que missionaram no Ceará.

> [...] Antes de entregarmos os frades ao desprezo que merecem, façamos menção de um serviço importante que estão mandando fazer: um cemitério. Até agora, graças ao abandono em

26 Tradução minha. Carta do Padre José Freitas ao Pe. Chinchon (04.01.1872) *Annales*, vol. 37, 1872, p. 507 e 508.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

> que andam as coisas espirituais nessa freguesia, os cadáveres eram enterrados em um campo extremado por alguns tijolos, uma ramada, dentro da qual pastava o gado [...][27].

Em tom de desprezo e sarcasmo, o autor do artigo destaca a obra do cemitério que estava construindo como uma ação importante para aquela vila. Não apenas as "coisas espirituais", como também todos os outros setores de obras públicas estavam inacabadas no interior da província. O poder político relegou aquelas terras "longínquas" da capital ao descaso e esquecimento. A única esperança que tinham os moradores das vilas e aldeias era de que um "santo" missionário (independentemente de sua formação), por ali passasse para que pudesse operar "milagres" em termos materiais.

A situação de "calamidade" em que se encontravam os moradores do interior e sua partida para a capital após a seca de 1877 suscitou discursos sobre a importância da caridade. Alguns fazendeiros ou grandes comerciantes passaram a doar dinheiro aos "flagelados" da seca para, não só auxiliá-los, como também para serem reconhecidos perante a comunidade como "bons cristãos". Suas ações eram divulgadas pelos jornais, como se pode observar abaixo:

> Uma doação louvável
> A caridade é o ornamento radiante dos corações bem formados. A sua prática é sempre o compadecimento da pobreza e diminuição de uma necessidade, o lenitivo de uma dor e muitas vezes o alívio de uma mágoa profunda e pungente. O Sr. Manoel Francisco da Silva Albano digno negociante da capital sabendo da crise horrível da peste e fome que tem atravessado este termo autorizou-me a distribuir por sua conta a quantia de 100.000 pelos indigentes [...][28].

Dessa forma, percebemos o que significaram as ações caritativas às populações pobres relegadas à fome e à seca no Ceará. Sem essa prática, teria sido mais difícil convencer a opinião pública da "importância" daquelas missões. O Padre Freitas relata em sua missiva um exemplo de participação de grupos sociais distintos na construção de um poço em Mecejana:

> *O povo de Mecejana encontrava-se numa grande escassez de água, na qual era obrigado a ir muito longe, pois a da aldeia em si era pouco potável. Então nós tivemos que cavar um poço* de oito metros de profundidade, o que mostra que a água estava a uma grande distância da superfície do solo.[29] [Grifo meu]

Como dito na citação, a população de Mecejana passava sede, sem conseguir encontrar água potável e precisava ir procurá-la em outras aldeias. Ao se deparar com tal situação, os lazaristas tomaram a iniciativa, provavelmente a partir de pressões populares, de "cavar um poço de oito metros". Cerca de trinta homens atuaram nessa atividade espontaneamente, entre eles "a figura mais proeminente do lugar".[30]

27 Jornal Cearense, 12.08.1875, n. 63, p. 1. (Biblioteca Nacional Digital/Hemeroteca Digital)
28 Jornal Cearense, 21. 07. 1871, n. 83, p. 2 e 3. (BND/HD)
29 *Annales*, vol. 37, 1872, p. 514.
30 *Idem.*

A edificação de obras sociais não era uma prática daquela congregação, mas por conta das especificidades socioespaciais precisaram formular maneiras de adaptar-se e melhoraram a estrutura material das vilas, junto com a população. Tais adaptações foram estratégicas, para que pudessem se inserir e serem aceitos pela população naquele espaço de atuação.

Nesse sentido, os lazaristas buscaram realizar um exercício de alteridade, compreendendo o espaço e reagiram a ele, adaptando as suas próprias regras e/ou diretrizes dos superiores em Paris. O conhecimento do local e a experiência de campo, podem ter, inclusive, facilitado o desenvolvimento das missões empreendidas por esses missionários ao longo dos seis anos que atuaram na província cearense. Ao adentrarem este universo cultural, distinto do seu, os lazaristas, precisaram se mover, comunicar, buscar compreendê-lo, interagir com diferentes sujeitos e se *adaptar* a ele, a fim de se estabelecer.

REFERÊNCIAS

AZZI, Riolando. **O Altar unido ao Trono: um projeto conservador.** Paulinas: São Paulo, 1981.

GRUZINSKI, Serge. **As quatro partes do mundo – História de uma mundialização.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014.
DELUMEAU, Jean. **Um chemin d'histoire: chrétiente** et **christianisation**. Paris: Fayard, 1981.

LAGE, Ana Cristina Pereira. **Conexões vicentinas: particularidades políticas e religiosas da educação confessional em Mariana e Lisboa oitocentistas.** Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2011 (Tese de doutorado).

LEITE, Pryscylla Cordeiro Rodrigues. **Enviados do Senhor: os lazaristas franceses e a reforma ultramontana no Ceará (1864-1891)**. Crato-CE: URCA, 2016 (Monografia de graduação).

MARAVALL, José. **La cultura del Barroco: análisis de una estructura histórica**. Barcelona: Ariel, 1998.

MARTINA, Giácomo. ***História da Igreja*: de Lutero aos nossos dias: a era do liberalismo.** São Paulo: Loyola, 2005. v. 3.

NOBRE, Edianne. **O teatro de Deus - As beatas do Padre Cícero e o espaço sagrado de Juazeiro.** 1. ed. Fortaleza: IMEPH, 2011.

OLIVEIRA. Gustavo de Souza. **Aspectos do ultramontanismo oitocentista: Antônio Ferreira Viçoso e a Congregação da Missão em Portugal e no Brasil (1811-1875).** Campinas-SP: UNICAMP, 2015 (Tese de Doutorado).

PAIVA, Eduardo França. **Dar nome ao novo: uma história lexical da ibero-América, entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho).** Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

PASQUIER, Eugênio. **Os Primórdios da Congregação da Missão no Brasil e a Companhia das Filhas da Caridade (1819-1849), Vol. I.** Petrópolis: Vozes, [s/d].

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. **Questão de Consciência: os ultramontanos no Brasil e o regalismo do Segundo Reinado (1840-1889).** Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

_____. Uma revisão de conceitos: Romanização, Ultramontanismo e Reforma. *In*: **Revista Temporalidades**, v.2, p.24-33, 2010.

SANTIROCCHI, Pryscylla Cordeiro Rodrigues. **Evangelizare pauperibus misite me: ortodoxia e ortoprática dos padres lazaristas nas missões do Ceará** (1870-1877). 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019.

SOUZA, Evergton Sales. **D. José Botelho de Mattos, arcebispo da Bahia, e a expulsão dos jesuítas (1758-1760)**, Belo Horizonte, *Varia História*, vol. 24, n. 40, jul-dez 2008, p. 729-746.

SOUZA, José Evangelista. **Província mineira da Congregação da Missão**. Contagem: Santa Clara, 1999.

VIEIRA, Dilermando Ramos. **O processo de Reforma e reorganização da Igreja no Brasil (1844-1926)**. Aparecida: Editora Santuário, 2007.

VIEIRA, David Gueiros. **O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil**. Brasília, DF: Editora UnB, 1980.

KARSBURG, Alexandre de Oliveira. Os apóstolos dos sertões brasileiros: uma análise sobre o método e os resultados das missões religiosas dos capuchinhos italianos no século XIX. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 55, p. 51-64, 2015.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

POR UMA HISTÓRIA DA ALIMENTAÇÃO: CULTURA E SOCIEDADE NO SÉCULO XIX

Robert Alves Pinho

RESUMO: O século XIX é mercado por imensas mudanças no cenário político, econômico e cultural sobretudo no Brasil a partir do processo de independência vinculado ao cenário de capitalismo industrial do qual o império se conecta através da produção agrícola de café, açúcar entre outras commodites. A presente proposta de comunicação apresenta a Alimentação como fonte para a compreensão de aspectos da sociedade brasileira em particular na cidade de Manaus a partir de 1850 quando é erigida a província do Amazonas. A partir da leitura do principal jornal da Província o Estrella do Amazonas é possível perceber quais produtos alimentícios faziam a economia girar atendendo demandas internas e externas em áreas ainda não estudadas. Os relatos de viajantes que vão até a cidade também ajudam na compreensão das práticas alimentares e comportamentos diante da alimentação muito comuns na cidade, estes, vão desde o consumo de animais silvestres até o uso de certos itens naturais para a cura de enfermidades, prática muito comum no território amazônico. Esta comunicação é um desdobramento da pesquisa de mestrado Práticas alimentares e abastecimento na Manaus oitocentista (1850 – 1860), a pesquisa também se propõe a identificar a criação de redes de abastecimento que se configuraram a partir da navegação a vapor, observando as rotas traçadas pelos paquetes que atracavam no porto da cidade, sejam eles nacionais ou estrangeiros. A alimentação também é um espaço de disputa e de silenciamentos, nas fontes oficiais é muito difícil encontrar indivíduos que ou foram relegados a cozinha como espaço menor de identidade ou foram subtraídos deste mesmo espaço por questões de gênero e cor. Esta proposta faz uma leitura de comportamentos alimentares de uma cidade em 10 anos, tendo como recorte temporal a criação da província, o que modifica de maneira considerável a atuação do Amazonas no cenário imperial. É importante destacar o trabalho de análise em serie feito a partir dos jornais, percebendo como a dinâmica comercial foi se reconfigurando a partir do recorte escolhido, ademais a pesquisa se propõe a observar o "ato de comer" em uma abordagem antropológica, como a alimentação foi adaptada e readaptada às realidades locais, mostrando como apesar do apagamento dos povos indígenas feito desde o início do contato colonial, suas práticas alimentares sobreviveram, resistiram e se reinventaram e no caso de Manaus formavam a maior parte dos comportamentos alimentares da cidade.
PALAVRAS-CHAVE: Alimentação. Comportamentos alimentares. Amazônia.

O QUE SE PROPÕE O HISTORIADOR?

O historiador que dedica-se a uma História da alimentação tem em seu percurso de pesquisa inúmeras chances de acabar caindo na armadilha de fazer uma história dos alimentos ou uma história da invenção dos alimentos, talvez não seria um equívoco se, esse modus de fazer História não acabasse por criar recortes indevidos, focar na ideia de mitos fundadores – ou seja falar da criação de comportamentos alimentares sem um inventário histórico – e ainda, não reconhecer na alimentação as contradições históricas características do cotidiano. Marc Bloch em A Apologia da História

faz a metáfora de que o " historiador é como o ogro da lenda, onde fareja carne humana lá está sua presa" (BLOCH, 2002, p.54), os pesquisadores que se dedicam à alimentação como fonte de pesquisa possuem uma tarefa a mais, além de sensíveis às ações de mulheres e homens no tempo eles devem estar propensos a lidar com aromas ainda que não os absorvam, gostos ainda que não os experimentem e texturas mesmo que não as sintam.

A análise de um comportamento natural e biológico como comer é complexa, a medida que envolve comportamentos sutis nem sempre explicitados na fonte, os comportamentos diante do alimento envolvem posturas, práticas específicas, adaptações e readaptações, indicadores do empirismo humano. Ao tomar a alimentação como fonte deve-se observar não só "o que se comia? " Mas "quem comia? " "Quais fatores históricos proporcionavam que tal alimento fosse farto? " Ou como crises, guerras, mudanças legislativas e sobretudo como as relações capitalistas alteraram e alteram a relação da sociedade com seu alimento. É certo que a relação do ser humano com alimentação está posta desde que o Homo Sapiens se constituiu, passando pela antiguidade no trato com cereais, coleta e caça. No período medieval onde a produção camponesa era a grande força da agricultura na Europa – bem como no continente americano os astecas divinizavam o cacau e no continente africano o comercio de alimentos também se constituía forte – a alimentação toma lugar de destaque já que a higiene dos gêneros alimentícios mostrou-se indispensável.

Nos séculos que se seguem a demanda por especiarias, açúcar e café serão a chave da economia dos países europeus que fizeram de suas colônias as grandes máquinas produtoras desses itens. É nesse período que a caça e extração de mercadorias naturais da Amazônia aumentam em escala considerável, sobretudo para atender um mercado que enxerga como exóticos os produtos e os fazem de símbolo social o seu consumo. Isso terá consequências graves para o ambiente e as populações indígenas, bem como para os povos africanos que foram explorados ao seu limite para atender a demanda capitalista da Europa. A extração desenfreada de ovos de quelônios para produção de manteiga, a caça exaustiva de peixe-boi atendendo a procura de óleo para a iluminação pública e armazenamento de gordura, fez do século XIX por razões diversas o período que alimentação ou o processo de produção de alimentos mais se modificou e atendeu os intuitos do capitalismo industrial. Todavia também é o momento da produção dos livros de cozinha no Brasil, a catalogação de costumes e modos de fazer que moldaram certas características alimentares no país.

AS FONTES

As fontes para a história da alimentação são diversas, elas incluem desde relatos de viajantes e anúncios de jornais até livros de receitas e documentação de guerra – uma vez que as tropas também se alimentam. No que se refere aos jornais e periódicos é recorrente encontrar anúncios de venda de diversas mercadorias, no caso da Amazônia os gêneros alimentícios locais dominam essas edições, além disso é possível encontrar o trânsito de produtos importados bem como o da exportação de outros. Os periódicos podem apresentar um quadro geral dos artigos que circulavam em uma cidade específica ou quais eram as principais demandas do lugar, como é o caso do Jornal

Estrella do Amazonas analisado na pesquisa de mestrado Práticas alimentares e Abastecimento na Manaus Oitocentista – 1850 a 1860, este periódico era de grande circulação na cidade, em consequência disso encontram-se as vendas de peixe seco, castanhas, frutas e os demais variados tipos de gordura. Também são encontrados os armazéns que atendiam a cidade e os processos de leilões de potes de manteiga e carne de pirarucu apreendidas por conta do pagamento da tributação exigida pela província.

Na chave de abastecimento pode-se recorrer ao acervo documental das companhias de navegação que não só faziam o transporte de pessoas, mas que saiam da cidade de Manaus com os porões de seus barcos carregados de peixe seco, tartarugas, ervas como a salsaparrilha entre outros gêneros, e, faziam circular suprimentos nas pequenas cidades do Alto Amazonas chegando até o Peru. Este tipo de documentação aponta para as conexões históricas que se estabeleceram e costumes alimentares que foram sendo constituídos em diversos lugares do Império e países próximos. A navegação também expõe numa outra leitura, a criação de redes de abastecimento de artigos singulares para atender imigrantes que se fixaram na cidade a partir da segunda metade do séculos XIX entres eles portugueses, espanhóis, sírios e libaneses que ao estabelecerem-se na cidade motivados a saírem de seus países por diversos fatores sociais, impulsionados por desejos de melhores condições de existir tentavam manter suas práticas alimentares para que esse processo se tornasse um pouco menos sofrido, daí a necessidade de importação de vinho, bacalhau, frutas secas, azeite, roupas, queijos, jornais e cartões postais. É nesse emaranhado mentalidades que ora querem adaptar-se à realidade – e conseguem – e ora tendem a tentar manter seus padrões alimentares que se debruça a pesquisa sobre a historicidade da alimentação.

Fonte documental importante também é os relatos de viajantes europeus que vieram ao Brasil desde o início do oitocentos, esses relatos apesar de carregados de preconceitos e visões colonizadoras expõe as contradições de comportamentos alimentares de dois mundos. No caso da cidade de Manaus os viajantes se deparavam com uma cidade cercada de florestas e rios, a qualquer momento nas faixas de praia da cidade – dependendo da subida e descida dos rios – era possível sair sem nada nas mãos e voltar com pelo menos um tracajá (quelônio muito comum nos rios do Amazonas), uma cigana (ave de grande porte muito caçada no período) alguns peixes e ali mesmo na praia ou nas ruas de barro, prepará-los e comê-los sem a pompa e normas europeias. É por essas fontes também que se pode observar a presença dos indígenas na cidade, presença esta que muitas vezes é silenciada nas fontes oficiais com o objetivo de tornar a cidade mais "branca", e partir disso expor que apesar da tentativa de europeizar a cidade, as práticas alimentares em sua maioria eram heranças dos povos indígenas e demonstra sua presença na caça e preparação de refeições que fogem ao que era vendido nos armazéns e costumeiramente exposto, é caso do relato feito por Robert Avé-Lallemant[1] um médico alemão que vai à Manaus no final da década de cinquenta do século XIX, ele destaca a prática comum dos indígenas de catarem e comerem formigas na cidade.

As fontes de controle da província demonstram a legislação acerca dos alimentos, estipulando o preço do dízimo sobre a farinha, feijão, gergelim e tudo mais que se consumisse e vende-se na

1 AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagem pelo norte do Brazil**. Instituto Nacional do Livro.1961.

cidade. Ela também expõe o alto índice de burla de pagamento de impostos, o resultado eram os leilões dos produtos apreendidos nos lugares públicos. Outro ponto interessante são as aberturas de licitações para a compra de farinha e peixe, para que fossem usados como pagamentos aos trabalhadores da construção pública.

ATO DE COMER: COMIDA E INDICADORES SOCIAIS

Como já foi dito as ações humanas são carregadas de subjetividade, a isto não escapam as posturas mais simples e atos convencionais como o de alimentar-se, nesse sentido as maneiras pelas quais os indivíduos se relacionam com sua alimentação são plurais. A monarquia absolutista por exemplo, estabeleceu uma série de ritos para que diminuísse o contato entre os comensais e nobres durante os grandes banquetes, o ato de comer se converte em indicador social. Pode-se exemplificar também uma série de comportamentos no Brasil, a chegada da família real introduz regras que formalizavam a feitura das refeições e horários que religiosamente – neste caso realmente a religião tem um peso – deveriam ser cumpridos.

Na cidade de Manaus, capital de uma das províncias mais distantes do império, este cerimonial raramente era seguido e as razões podem ser diversas. Ilustrando várias dessas situações, é comum que os viajantes reclamem da demora para que as refeições ficassem prontas, ou que se vissem diante de um indígena à espera do peixe que este assava demoradamente sobre o moquém. Também não raras foram as vezes que não conseguiam adaptar-se ao que era servido, buscando nas residências de pessoas mais abastadas alimentos que fossem mais agradáveis ao seu paladar, deste tipo de comportamento podem ser retirados dois dados. O primeiro é que apesar de se colocarem em lugares bem diferentes de seu país é natural que não comam ou que sintam náuseas diante de determinados ingredientes. O segundo está na observância que a recusa do alimento e os comentários tecidos por esses viajantes, acerca da situação, mostram como se viam mais "civilizados" por não consumirem certa refeição.

Nesta direção de análise incorre falar das demarcações de espaços, sejam elas relacionadas ao gênero e cor de pele – e em muitos casos os dois fatores - para que se percebam indivíduos que geralmente foram excluídos das fontes e numa leitura superficial seguem sem serem provocados, é certo que a maioria dos encarregados na feitura da comida eram mulheres indígenas e negras e que estas transmitiam através do que preparavam suas práticas, emoções e resistências. Este debate deve levar a questões maiores e muito importantes uma vez que homens ocupavam lugar de destaque como grandes chefes de cozinha, e o lugar da alimentação cotidiana foi dado para as mulheres, esta separação criou comportamentos que até a atualidade são reproduzidos.

COMPORTAMENTOS ALIMENTARES

Segundo Mássimo Montanari a alimentação é composta por três aspectos principais, são eles: a produção/coleta de alimentos, preparo (cozer e montagem) e consumo (MONTANARI, 2013, P.15-16). Este último é o que contém os comportamentos alimentares, isto é, a maneira pela qual os indi-

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

víduos se comportam diante de seu alimento e o consomem. Existe um hiato entre os comportamentos chamados ocidentais – europeus – e o dos povos da América e da África quando são observados os atos de comer. A relação com o alimento carrega uma enorme carga de ritos e gestos, bem como aparatos e instrumentos. No caso da Amazônia – como em outros lugares de contato colonial – os comportamentos se mesclam e transformam-se de maneira a gerar novas práticas e esta secção trata dessa reorganização.

Como já foi exemplificado os relatos dos viajantes demonstram o contraste existente entre as formas de alimentar-se na cidade de Manaus. Não é raro encontrar nesses registros informações como o hábito de comer com as mãos e a não utilização da mesa como espaço da alimentação. Isto demonstra a permanência do comportamento dos povos indígenas, onde a ato de comer está ligado a comunhão com a comunidade, daí o uso de recipientes comuns onde todos servem-se e seguem por idade a distribuição do alimento. Entretanto a cidade comporta essas duas faces, as formas nativas e introduzidas, a ideia de "civilização" está na linha tênue do quotidiano, uma vez que comportamentos são apreendidos e transformados. Um exemplo desse processo, são portugueses que incorporam em sua dieta a farinha e o peixe de água doce, bem como indígenas que passam a consumir gêneros alimentícios não nativos da região. Para os primeiros o mais próximo que chegam de seu "famoso bacalhau" é o pirarucu que passou pelo processo de salga, para o segundo grupo o trigo pode equivaler ao amido de mandioca, os escravizados também estão dentro dessa chave de reorganização alimentar, tendo em vista que incorporam a dieta amazônica e deixam nela sua parcela de reformulação.

O debate historiográfico acerca dos comportamentos alimentares no Brasil é inaugurado por Luís da Câmara Cascudo em 1967 com o livro História da Alimentação no Brasil, sua análise parte do encontro de três culturas alimentares na formação do Brasil afim de chegar ao que pode-se chamar de culinária brasileira. Nesse sentido é importante entender o que de comportamentos alimentares foi perdido, o que sobreviveu e o que foi criado. Os sujeitos históricos envolvidos no desenvolvimento da sociedade brasileira são dispares, estiveram em setores diferentes da sociedade e tiveram dinamismos diferentes no tempo. Nem tudo que sobreviveu é de fato fiel ao que era, e nem por isso menos importante, alimentos que na atualidade são tidos como tabus, não o eram a duzentos anos atrás, e a alimentação que sobreviveu é resultado de enfrentamentos e resistências.

Como vários aspectos da ação humana no tempo a alimentação é dinâmica e pode alterar-se e sofrer de acordo com o estado daqueles que a fazem. Mas existem elementos que estão além do controle dos indivíduos na produção, preparação e consumo dos alimentos. Os eventos climáticos como cheia dos rios, vazante – o mesmo que período de seca na região amazônica – tempestades, pragas entre outros fatores podem interferir nos três aspectos alimentares. Para além destes também há questões causadas pela própria ação humana na natureza como a extinção de certos alimentos através da caça desenfreada, desaparecimento de plantas pela extração agressiva o que incorre na extração e consumo de outros gêneros e espécies.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

REFERÊNCIAS

AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagem pelo norte do Brazil**. Instituto Nacional do Livro.1961.

BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou, O ofício de historiador**/ Marc Bloch; tradução, André Telles. – Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CÂMARA CASCUDO, Luís da: **História da alimentação no Brasil**: pesquisa e notas. Belo Horizonte: Itatiaia, 1983.

FLANDRIN, Jean-Louis & MONTANARI, Massimo: **História da Alimentação**. Trad.Luciano Vieira Machado, Guilherme J. F. Teixeiral. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.b

MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira de: A quitanda de Joana e outras histórias: os escravos e as práticas alimentares na Amazônia (séc. XIX). **Histórica** (São Paulo: online). v. n. 38. P. n. 38, 2009.

MONTANARI, Massimo. **Comida como Cultura**; tradução de Letícia Martins de Andrade. – 2ª ed. – São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2013.

FREYRE, Gilberto: **Casa Grande & Senzala**: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. / Gilberto Freyre; apresentação de Fernando Henrique Cardoso. 48'ed. rev. – São Paulo: Global, 2003.

ANAIS DO

III SEMINÁRIO

HISTÓRIAS CONECTADAS

SIMPÓSIO TEMÁTICO 06

A importância de regiões e economias "periféricas" ou "secundárias" na colonização da América Portuguesa

COORDENAÇÃO

Samir Lola Roland

Doutorando PPGHis UFMA

AS MÃOS DO SUSTENTO: MULHERES INDÍGENAS LIVRES E O ABASTECIMENTO INTERNO DO ESTADO DO MARANHÃO E GRÃO-PARÁ, DURANTE O PERÍODO DE 1686 E 1757

Karen Cristina Costa da Conceição[1]

RESUMO: Este estudo visa problematizar algumas questões que envolvem às mulheres indígenas livres e o abastecimento interno do Estado do Maranhão e Grão-Pará, no transcorrer da segunda metade do século XVII e a primeira do XVIII, mais especificamente, entre 1686 e 1757. Estes anos correspondem ao período de vigência do Regimento das Missões, estabelecido pela Coroa como forma de organizar o trabalho indígena e amenizar os conflitos entre os missionários e os moradores das cidades de São Luís e Belém do referido Estado. As mulheres indígenas livres descidas dos sertões para prestarem serviços aos moradores, aos missionários e a Coroa, exerceram múltiplas tarefas voltadas para o abastecimento interno, isso se deveu, por serem as principais envolvidas na produção de gêneros alimentícios e de produtos importantes naquele contexto, como no caso dos tecidos de algodão que serviram, entre outras coisas, como moedas de troca. Uma vez que, no território em questão, a inexistência de armazéns com alimentos advindos da metrópole, ou de outras regiões da América portuguesa, deixava à distribuição de gêneros para consumo interno por conta da administração local e a produção com os indígenas. Muitos estudos historiográficos a respeito da economia colonial, centraram suas análises em sujeitos masculinos diretamente envolvidos com o cultivo de gêneros exportáveis A base do desinteresse pelos papéis desempenhados por mulheres, parece-nos está relacionada a visão de que a sociedade e a economia se restringem, naquele período de colonização: ao latifúndio, a monocultura exportadora e ao trabalho escravo. Recentemente, com o desenvolvimento de pesquisas sobre economia interna de abastecimento, se acenou para a existência de outros sujeitos diretamente relacionados a outras atividades produtivas. A partir dessa mudança de perspectiva, nosso objetivo é privilegiar uma análise das mulheres indígenas livres, principalmente observar a integração delas aos aldeamentos, vilas e casas dos moradores das cidades de São luís e Belém e seus entornos, quais ocupações exerceram e sistematizar seu papel na economia local e transatlântica. Para tanto escolhemos trabalhar somente com as mulheres consideradas livres que foram descidas por padres, e na primeira metade do século XVIII, por particulares. Acreditamos que mesmo sob limitações impostas por uma sociedade que se patriarcalizava no molde europeu, que excluía e hierarquizava, haviam espaços para negociação diante da relevância do trabalho realizado por elas para a funcionalidade da economia daquela região. As mulheres indígenas detiveram atividades essenciais para o sustento das reduções, das expedições aos sertões, das cidades, das vilas e lavouras.

PALAVRAS-CHAVE: Abastecimento interno. Drogas do Sertão. Maranhão colonial. Mulheres indígenas.

1 Doutoranda em História, UFMA.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

INTRODUÇÃO

Este texto procurou problematizar algumas questões que envolvem às mulheres indígenas livres e o abastecimento interno do Estado do Maranhão e Grão-Pará, no transcorrer da segunda metade do século XVII e a primeira do XVIII, mais especificamente, entre 1686 e 1757. Estes anos correspondem ao período de vigência do Regimento das Missões, estabelecido pela Coroa como forma de organizar o trabalho indígena e amenizar os conflitos entre os missionários e os moradores das cidades de São Luís e Belém do referido Estado. As mulheres indígenas livres descidas dos sertões para prestarem serviços aos moradores, exerceram múltiplas tarefas voltadas para o abastecimento interno, isso se deveu, por serem as principais envolvidas na produção de gêneros alimentícios e de produtos importantes naquele contexto, no caso dos tecidos de algodão que serviram, entre outras coisas, como moedas de troca.

As mulheres indígenas exerceram atividades essenciais para o sustento das reduções, das expedições aos sertões e das vilas e lavouras próximas. No território em questão, a inexistência de armazéns com alimentos advindos da metrópole, ou de outras regiões da América portuguesa, deixava à distribuição de gêneros para consumo interno por conta da administração local e a produção pelos diversos grupos indígenas (RAVENA, 2005). Eram elas que plantavam, lavravam à terra, coletavam alguns gêneros como a mandioca e o algodão, assim como preparavam os alimentos. A alimentação dos trabalhadores nativos, soldados e de alguns moradores que circulavam pelas vilas e sertões, restringia-se a farinha de mandioca, produtos oriundos da caça, da pesca e da coleta de frutas que faziam parte dos hábitos indígenas que os portugueses incorporaram (CRUZ, 2013). Os indígenas produziam milho, mandioca, abóboras, feijões, arroz, batata-doce, entre outros produtos. Sobre os indígenas, explica Amaral (1958, p. 114): "[...] já cultivavam quase todas as espécies que constituíram objeto de atividades agrícolas durante o período colonial, com exceção da cana-de-açúcar e do trigo, única contribuição dos portugueses".

Desse modo, nosso objetivo é privilegiar uma análise das mulheres indígenas livres, principalmente observar quais ocupações exerceram e sistematizar seu papel na economia local e transatlântica. Para tanto escolhemos trabalhar somente com as mulheres consideradas livres que foram descidas por padres e na primeira metade do século XVIII, por particulares. Acreditamos que mesmo sob limitações impostas por uma sociedade que se patriarcalizava nos moldes europeu, que excluía e hierarquizava, haviam espaços para negociação diante da relevância do trabalho realizado por elas para a funcionalidade da economia daquela região.

Para elucidarmos as questões propostas por esta pesquisa, privilegiamos consultas ao Conselho Ultramarino, uma das principais instâncias de tomada de decisão com relação às conquistas do ultramar, além de garantir o acesso a uma série de cartas e ofícios anexados à consulta, possibilitando melhores entendimentos do contexto. Utilizamos algumas narrativas escritas por padres como a do padre Claude D'Abbeville, Yves D'Évreux, Felipe Bettendorff e João Daniel que permitem uma aproximação dos papéis exercidos pelas mulheres indígenas no mundo colonial.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

ESTADO DO MARANHÃO E GRÃO-PARÁ (1686-1757): NOTAS ACERCA DE UM ATLÂNTICO NORTE AGRÍCOLA E EXTRATIVISTA

Por muitos anos de historiografia brasileira, acreditou-se que a economia colonial da chamada América portuguesa se restringia a dinâmica de colonização baseada na *plantation* agroexportadora escravista. De fato, a produção em larga escala de um único gênero, o uso compulsório de mão-de-obra escrava africana e a exportação, faziam parte de um projeto de colonização. Considerava-se ainda que a América portuguesa dos séculos XVI e XVII foi arquitetada com o propósito de fomentar a transição do feudalismo para o capitalismo na Europa (PRADO JR. 1981).

Caio Prado Junior é um importante representante desse raciocínio. Para ele, o processo de colonização do Brasil possuía um "sentido" que pode ser entendido como responsável pela conformação social na atualidade, ou seja, o que nos tornamos se encontra no processo de colonização. Para ele, o sistema econômico colonial que aqui se instalou se reduzia em um tripé: grande propriedade, monocultura e trabalho escravo africano. Nessa lógica, o interesse sempre foi o acúmulo de riquezas e para atender, houve um desordenado recrutamento de indígenas e negros africanos importados. Nas palavras do autor:

> Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamante; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem de interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras (PRADO JUNIOR, 1981, 283-284).

Caio Prado Junior apresenta a colônia como um espaço organizado em função e totalmente submisso à metrópole. Na mesma linha, temos o economista Celso Furtado que também compreende que a colônia se organizava em função do mercado internacional, da mesma forma que o primeiro, em seus escritos se deteve a analisar a monocultura, o latifúndio e a escravidão africana. Ambos são amplamente reconhecidos por suas contribuições para a historiografia brasileira. Suas obras clássicas de interpretações da economia colonial brasileira são – *Formação do Brasil Contemporâneo* (1981) e *História Econômica do Brasil* (1959) de Celso Furtado. Neles há convergência em relação a economia colonial, compreendida por ambos, como ditada pelas relações com o mercado externo, ocupando a função de país exportador.

Outro importante historiador, Fernando Novais, em finais da década de 1960 e início da seguinte, expôs sua interpretação de colonização que fez escola ao cunhar o conceito de Antigo Sistema Colonial que se liga ao mercantilismo, e, em consequência, a colônia enquanto essencial para o desenvolvimento da metrópole. Em *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial*, publicado nos anos 70, Novais define o sistema colonial com as seguintes palavras:

> Numa primeira aproximação, o sistema colonial apresenta-se-nos como o conjunto das relações entre as metrópoles e suas respectivas colônias, num dado período da história da colo-

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

> nização; na Época Moderna, entre o Renascimento e a Revolução Francesa, parece-nos conveniente chamar essas relações, seguindo a tradição de vários historiadores (Beer, Schuyler, Lipson), Antigo Sistema Colonial da era mercantilista. E já esta primeira abordagem, ainda puramente descritiva, permite-nos estabelecer para logo uma primeira distinção de não somenos importância. Nem toda colonização se processa, efetivamente, dentro dos quadros do sistema colonial; fenômeno mais geral, de alargamento da área de expansão humana no globo, pela ocupação, povoamento e valorização de novas regiões (...), a colonização se dá nas mais diversas situações históricas. Nos Tempos Modernos, contudo, tal movimento se processa travejado por um sistema específico de relações, assumindo a forma mercantilista de colonização, e esta dimensão torna-se para logo essencial no conjunto da expansão colonizadora europeia. Noutras palavras, é o sistema colonial do mercantilismo que dá sentido à colonização europeia entre os Descobrimentos Marítimos e a Revolução Industrial (NOVAIS, 2011, p. 57-58).

Sem dúvidas, a definição de sistema colonial dada por Novais, encontra correspondência naquilo que Caio Prado Junior chamou de "sentido da colonização", a própria lógica interna: produzir para o mercado externo, plantar e fornecer produtos, e ainda, suprir de metais à economia europeia, seria o "sentido" (PRADO JR. 1977, p. 13-29). Seria essa a finalidade da colônia, de oferecer altos lucros à metrópole que levará a estabelecer formas compulsórias de trabalho. Novais, destaca que além dessa necessidade, haviam as questões religiosas e culturais no que concerne à população indígena (NOVAIS, 2011, P. 106).

Não há dúvida da importância dos autores e dos trabalhos citados para a compreensão das complexas relações que se desenrolaram no conjunto da América portuguesa. Por outro lado, tais estudos de interpretação da colonização priorizaram as dinâmicas do Atlântico Sul – no qual, a Amazônia ao menos durante quase dois séculos pouco relacionava-se. Por essa situação, boa parte dos mencionados estudos consideraram a região ao norte, principalmente durante os séculos XVI e XVII como "periférica" e "atrasada" em relação às outras regiões da América portuguesa. Essa interpretação que projeta uma ideia de atraso para a Amazônia colonial pode ser vista no livro Economia e Sociedade em Áreas Periféricas: Guiana Francesa e Pará, de Ciro Flamarion Cardoso:

> Tudo confirma a impressão de pobreza, marasmo e abandono, numa colônia onde a atividade principal – a extração silvestre de "drogas do sertão" como o cacau, a salsaparilha, a baunilha, o pau-cravo, etc. – era puramente predatória [...] Um bom exemplo do atraso econômico é que só em 1748 decidiu a metrópole introduzir no Pará a economia monetária, efetivando-se tal medida em 1752 quando o Estado português providenciou o envio de dois mil reis; antes corriam como moeda o cacau, o cravo, a salsaparrilha, o açúcar, novelos de algodão etc. (1984, p. 98)

Ao contrário dessa visão de isolamento, o Estado do Maranhão e Grão-Pará esteve interligado a outras áreas atlânticas, entre elas com os arquipélagos de Açores, Madeira e Cabo Verde que serviam de entreposto para os centros de fornecedores de gente para o povoamento do Estado, a própria Coroa financiou o envio de casais açoriano. Ao contrário do que ocorreu no Atlântico Sul, no Estado do Brasil, a Coroa participou mais ativamente da colonização através de patrocínios. Desde o

início do século XVII houve o oferecimento de Jorge Lemos Bettencourt para transportar 200 casais dos Açores para o Maranhão. Deste pedido, vieram 96 casais em 1618. Sobre essas migrações, Antônio Otaviano Vieira Junior, informa:

> No século XVII tem-se a primeira notícia da utilização da emigração açoriana para minimizar os efeitos da mortalidade de uma epidemia no Maranhão – como aconteceria no século seguinte. Ainda se tem outras referências de emigração para a região. Da Ilha de São Miguel, em 1649, partiram 365 pessoas para Amazônia. Em 1666 era a vez da Ilha de Faial ver partir 50 "casais" para se estabelecerem no Grão-Pará. Em 1675, três anos após o terremoto que atingiu a Ilha de Faial, partiram daquela ilha 234 pessoas rumo ao Grão-Pará. Em 1677 foi a vez de 50 homens, 47 mulheres e 126 "pessoas de família" deixarem a Ilha Terceira com destino ao porto da cidade de Belém (VIEIRA JUNIOR, 2017, p. 344-345).

Do mesmo modo, antes do período pombalino, houve fluxo de mercadorias de gêneros tropicais como a salsaparrilha, o cravo, o cacau, entre outros, que se tornaram centrais na economia amazônica na segunda metade do século XVII, uma vez que Portugal havia perdido sua influência na Ásia para os holandeses, nesse contexto de crise, as especiarias amazônicas passam a chamar a atenção da Coroa, interessada em compensar as perdas. Sobre a exploração das drogas do sertão, o historiador Rafael ouleyron destaca:

> No final do século XVII, o antigo governador Gomes Freire de Andrade, uma das autoridades mais influentes com relação ao Estado do Maranhão, louvava as "terras que são tantas e mais que as do Brasil", indicando que, além de açúcar e tabaco, o Maranhão tinha "o cravo e o cacau, que no Brasil não se acha, canela brava, que o Brasil também não produz". Estes trechos remetem a um contexto de expansão da conquista e, principalmente, ao lento processo de descobrimento e beneficiamento das chamadas "drogas do sertão" – como cacau, cravo de casca, salsaparrilha e copaíba –, que se tornariam a principal riqueza da porção amazônica do Estado do Maranhão (CHAMBOULEYRON, 2019, p. 93.

MISSIONÁRIOS, COLONOS, GRUPOS INDÍGENAS E A COROA: ENTRE CONFLITOS E NEGOCIAÇÕES

O Estado do Maranhão e Grão-Pará foi criado em 13 de junho de 1621 e perdurou até 1772, quando foi anexado ao Estado do Brasil, conforme Decreto Régio de 20 de agosto. O Estado em questão possuía uma ampla extensão territorial, aproximadamente aos contornos da atual região amazônica. Para organizar a exploração deste território, foram criadas diversas capitanias, algumas de responsabilidade de donatários e outras da Coroa. A capitania do Maranhão, por exemplo, possuía sete capitanias subsidiárias. Quatro dessas eram da Coroa: Ceará, Itapecuru, Icatu e Mearim. Três foram entregues a capitães donatários: Tapuitapera, Caeté e Vigia. A capitania do Grão-Pará, por sua vez, tinha sobre sua jurisdição outras capitanias secundárias, quais sejam: do Gurupá (da Coroa), de Joanes, do Cametá, do Cabo do Norte e do Xingu (CHAMBOULEYRON, 2005, CARDOSO, 2011).

A partir do estabelecimento dos portugueses na região, diferentes ordens religiosas (capuchinhos, inacianos, carmelitas, franciscanos, mercedários) começaram a chegar a porção norte da América portuguesa com o objetivo de evangelizar os povos indígenas. Dentre as ordens religiosas, a

Companhia de Jesus, participou mais diretamente na montagem do processo colonizador pelo tipo de relacionamento que estabeleceu com a Coroa, e também pelas tensões que se desencadearam na sua prática missionária. Temos a presença jesuíta permanente a partir de 1653, com a chegada do padre João de Solto Maior e Gaspar Fragoso em Belém e a chegada do padre Antônio Vieira em São Luís. A conjuntura vivida por esses padres e de outras ordens, foi de conflitos entre eles, colonos e indígenas. Os conflitos se expressavam, sobretudo em disputas pelo direito de posse e distribuição da mão de obra nativa. A Coroa portuguesa, muitas vezes, acabou criando leis oscilantes, expressivas de suas sucessivas mudanças de posição em relação ao assunto ao longo do tempo, dadas principalmente as pressões dos colonos e dos missionários. Nos primeiros anos da presença jesuíta, diferentes estratégias foram utilizadas por eles para atrair os nativos, no entanto, nem todos os projetos missionários obtiveram o êxito esperado, uma vez que seus planos esbarraram nas dificuldades expressadas pelos colonos que moravam na região, e que muitas vezes, reclamavam que as ações dos padres não estavam em consonância com o projeto colonial político-econômico (FERNANDES, 2018).

Em 1680, por exemplo, a Coroa, incentivada pelos missionários, principalmente pelo padre Antônio Vieira, decretou um conjunto de leis sobre os indígenas do Maranhão. As leis determinavam a total liberdade de todos os indígenas e que a Companhia de Jesus seria a única responsável pelos descimentos e pela administração das aldeias com nativos livres. Essas determinações afloraram indignações por parte dos colonos que não aceitavam a liberdade dos indígenas o que tencionou uma série de discussões em torno da liberdade e da escravidão dos nativos. Um exemplo dessas tensões foi a eclosão da Revolta de Beckman, em 1684, em que Manoel Beckman se dirigiu ao padre Bettendorf nos seguintes termos:

> Revendo padre Reitor, eu, Manoel Beckman, como procurador eleito por aquelle podo aqui presente, venho intimar a Vossa Reverencia e mais religiosos assistentes em o Maranhão, como justamente alterado pelas vexações que padece, por terem Vossas Paternidades o governo temporal dos índios das aldeias, que se tem resolvido a lançal-os fora, assim do espiritual como do temporal, e não por alguma falta ou mão exemplo de sua vida, que por esta parte não tem de que se queixar de Vossas Paternidades; portanto notifico a Vossa Paternidade e mais religiosos, por parte deste alterado povo, que se deixem estar recolhidos ao Collegio e não saiam para fora delle, para evitar alterações e mortes, que por aquella via se poderiam occasionar; e entretanto ponham Vossas Paternidades cobro em seus bens e fazendas, par deixal-as em mãos de seus procuradores que lhes forem dados, e estejam apparelhados para a todo tempo e hora se embarcarem para Pernambuco, em embarcações que para esse effeito lhes forem concedidas (BETTENDORF: 367).

Sempre que as agitações tomavam grandes proporções, fazia-se necessário a intervenção da Coroa no intensão de amenizar o clima de conflito na região. A Revolta de Beckman ensejou um novo posicionamento da Coroa e ele se deu com a criação do Regimento das Missões, no ano de 1686, que entre tantas outras finalidades, tinha a função de regulamentar sobretudo a convivência entre missionários e colonos. Cabe destacar mais uma vez aqui, que o recorte temporal desta pesquisa coincide com a aplicabilidade desse conjunto de leis que mesmo oscilantes e muitas das vezes descumpridas pelos colonos, padres e indígenas, perdurou até 1757. Segundo a historiadora Marcia

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

Mello (2009), o Regimento é resultado das negociações entre o poder central e o poder local, nas palavras da autora:

> É importante observar que o Regimento das Missões de 1686, muito embora seja compreendido como a consolidação do poder político dos jesuítas na região, devido ao controle absoluto que lhes foi concedido na administração dos aldeamentos indígenas, também pode ser entendido, como "a mediação do Estado por uma solução de compromisso entre as demandas dos moradores e missionários". De forma que os debates levados à consulta na Junta dos Negócios do Maranhão tiveram uma importância estratégica fundamental para desenvolver essa mediação (MELLO, 2009, p. 69).

O Regimento determinava que a administração temporal e espiritual dos grupos indígenas ficaria sob a responsabilidade dos missionários, tanto da Companhia de Jesus quanto de outras ordens religiosas. Metade dos indígenas dos aldeamentos entrariam no regime de repartição, ficando a outra parte que serviriam aos moradores e à coroa. O trabalho fora dos aldeamentos poderia durar quatro meses se fosse nos sertões de São Luís e de seis meses em Belém. Ficava proibida a estadia de homens brancos e mestiços nas reduções. Só poderiam entrar na repartição os indígenas de treze a 50 anos, não entrariam nem as mulheres e nem as crianças. Os indígenas eram considerados livres e, desse modo, teriam seus serviços pagos por salários. Em relação as mulheres nativas, o 21° capítulo do Regimento estabelecia que somente as solteiras ou viúvas, por vontade própria, serviriam aos moradores como "amas e farinheiras" pelo tempo estipulado inicialmente em quatro meses para o Maranhão e seis meses para o Pará, posteriormente, ajustado em um ano para as duas Capitanias (MELLO, 2009, p. 50-51).

Na prática, ao que parece, conforme observaremos a seguir, as resoluções da Coroa acabaram por exaltar os ânimos, uma vez que, uma serie de mecanismos foram utilizados para obter acesso aos trabalhadores indígenas, entre eles, documentos falsificados foram forjados. O cotidiano mostrava-se pouco condicionado ao Regimento, por exemplo, as mulheres indígenas, incluindo as casadas, saíam dos aldeamentos, por meio de licenças, até mesmo adulteradas pelos moradores, para exercerem a função de "amas de leite" dos filhos dos deles. Algumas correspondências evidenciaram o problema que causava a repartição das indígenas para os missionários e para a Coroa, uma vez que, muitas índias eram retiradas ilegalmente dos aldeamentos. Em 1719, a questão da falsificação de documentos fica evidenciado numa carta régia destinada ao governador Bernardo Pereira de Berredo:

> Faço saber avos Bernardo Pereira de Berredo, Governador e Capitão General do Estado do Maranhão que eu sou informado que na declaração sobre o capítulo dezessete das leis desse Estado ordeno nelle que na repartição das Indias se dem estas somente aos cidadãos, e outra parte do povo, quando tiverem legítima necessidade para se lhes concederem, e como nesse Estado está introduzido por villeza não a somente entre os Portugueses mas também entre os mestiços ocriarem as mãys a seus filhos procurão, antes doparto sahir a luz, buscar amas das Aldeas para os criar, não obstante terem escravas de leite, epara que se lhes conceda licença para tirarem as ditas amas das Aldeas comprão muitas vezes certidões passadas com juramentos falsos e querem que sejão tantas as amas quantas são os partos sem concentirem que as primeiras se restituão com seus pagamentos as Aldeas na forma damesma ley, mas to-

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

> das as vão deixando ficar em caza com este titulo corado para se servirem dellas como escravas cazando-as ordinariamente com os seus escravos, o que he emprejuizo certo emanifesto das Aldeas, por que não somente ficão as ditas índias de leite e seus filhos em caza dos Portuguezes, mas se são cazadas não querendo os maridos assistir com ellas, vendo-se nas Aldeas sem suas mulheres ou fogem para os mattos, ou andão toda avida em mao estado ; epor que convém atalhar abusos de tão perneciozas conseqüências, e que setem entroduzido nesse Estado, e tão contrários ao que tenho disposto, Mepareceo ordenar-vos façais observar inviolavelmente aminha ley tendo entendido que do contrario receberei hum grande desprazer, e mandarei usar com vosco da demonstração que pede asua observancia[2].

Observando às correspondências, pode-se desnudar algumas questões, no geral, que evidenciam o descumprimento das leis vigentes que regulamentavam o trabalho indígena, mas também outras nuances, entre elas, o desconforto com a saída das mulheres dos aldeamentos e a possível permanência delas nas vilas e cidades próximos aos moradores. Não é difícil de perceber a preocupação dos remetentes diante do fato de não conseguirem controlar a saída e muito menos o retorno das indígenas para as reduções. Esse desconforto pode sinalizar para o interesse no trabalho delas que abasteciam os aldeamentos, visto que o regimento estabelecia que os religiosos teriam direito a uma cota de indígenas destinados a servir as atividades da missão.

O TRABALHO FEMININO INDÍGENA NA AMAZÔNIA COLONIAL: SUSTENTO E MANUTENÇÃO DO EMPREENDIMENTO COLONIAL PORTUGUÊS

Neste estudo, destacaremos os trabalhos desenvolvidos pelas mulheres indígenas consideradas livres que haviam sido deslocadas de suas regiões de origem para as áreas próximas às vilas e lugares portugueses. Esses deslocamentos são os chamados *descimentos* e que consistiam, segundo a historiadora Camila Loureiro Dias:

> Em se dirigir a uma comunidade no interior do território e negociar um contrato com as autoridades indígenas que implicava a aceitação da fé católica e suprimento de trabalho. Os índios eram então assentados nos denominados aldeamentos, e trabalhariam parte do seu tempo para sua manutenção, outra parte para o serviço alugado a moradores, missionários ou a obras públicas, mediante um salário, estipulado por lei e administrado pelos religiosos e chefes nativos (DIAS, 2019, p. 240).

As indígenas descidas, aptas para o trabalho, eram distribuídas pelas vilas, cidades e sertões para os trabalhos nos aldeamentos, roças, casas dos moradores, entre outros ofícios. O padre capuchinho Claude D'Abbeville, nos primeiros anos do século XVII, escreveu em seu relato de viagem ao Maranhão que as mulheres possuíam o maior número de tarefas na aldeia, eram elas que plantavam diferentes gêneros como a batatas, ervilhas, favas, e toda espécie de raízes, legumes e ervas. Na agricultura, os homens limpavam as rocas e queimavam para o plantio. A colheita também era

2 LIVRO GROSSO DO MARANHÃO. Arthur César Ferreira Reis (org.). Rio de Janeiro: Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1948, pp. 169-170.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

atividade feminina, elas que colhiam o algodão e preparavam para fiar, preparavam as redes e faixas que carregam os filhos no pescoço. Assim como, eram elas que carregavam a água necessária dos rios para as residências, preparavam a alimentação, produziam o azeite de coco, colhiam o urucu que transformavam em massa para ser usado como tinta. Plantavam diferentes qualidades de mandioca, depois de quatro meses colhiam (ABBEVILLE, 1975: 242).

O padre Yves D'Évreux companheiro de missão de D'Abbeville, fez importantes registros que representam um testemunho da estima do trabalho feminino tanto para os grupos indígenas quanto para os adventícios europeus, naquelas terras. Conforme o padre, desde a infância, por volta dos sete anos, as mulheres acompanhavam as mães nas atividades, se empregavam em imitarem algumas tarefas como fiar o algodão e moldar alguns vasos. A partir dos quinze anos que começavam a tecerem redes, fiarem algodão, trabalharem com embiras, semearem, plantarem nas roças, fabricarem farinhas e a fazerem vinhos. Quando estão mais velhas, a partir dos quarenta anos, tinham a incumbência de ensinar e a comandar as mais novas (EVREUX, 2007: 73-84).

Os relatos dos padres acima, encontram correspondência com os escritos de outros padres que visitaram aquela região. Entre eles, o padre jesuíta Felipe Bettendorff que esteve diretamente envolvido no processo de montagem do projeto colonial português. Bettendorff narra algumas missões, entre elas, a do padre Francisco Veloso pelo rio Tocantins com o objetivo de reduzir os indígenas encontrados. Sobre essa missão, Bettendorff descreve os preparativos para o descimento:

> E para que acabassem depressa essas canoas, deu-lhes também ferramenta boa para fazer; às mulheres ocupava em fazer roças e cozer farinhas, carimãs e tapiocas para mantimentos das viagens; em tais aparelhos gastou pouco mais ou menos dois meses, e passados estes mandou embarcassem grandes e pequenos com seus móveis, que consistem em umas redes, cabaças, cuias, panelas, arcos e flechas, com algum cachorro de caça (BETTENDORFF, 2010, 127).

Além de destacar a produção da farinha pelas nativas, Bettendorff ressalta também a utilização do trabalho das mulheres na confecção de panos de algodão para atender as demandas daquela sociedade colonial, uma vez que, os tecidos produzidos por elas, ganharam um novo significado, o valor de moeda no circuito de trocas. O investimento no desenvolvimento de culturas como a mandioca e o algodão atendia às transações comerciais internas. Os panos de tecido de algodão eram, na segunda metade do século XVII e a primeira metade do século XVIII, moeda corrente no Estado. Haviam incentivos da Coroa ao cultivo do algodão no Maranhão, amparada pela lei de 22 de março de 1688, assim como o cacau no Pará, sendo que nesta Capitania havia outros gêneros que circulavam como moeda (LIMA, 2006, p. 20-35).

Conforme Alam José da Silva Lima (2006, p. 11), a região norte separada do resto do Brasil oficialmente desde 1621, somente foi contar com a circulação de dinheiro metálico a partir da segunda metade do século XVIII, mais de 100 anos de colonização a região utilizou produtos naturais como o algodão, caroços do cacau e a farinha. No Pará era mais corriqueiro o uso da farinha e do cacau como moeda, já no Maranhão, era o pano de algodão, chamado de vara. Para melhor controlar as transações, em 1688 foi instituída naquele Estado a lei que reconhecia o pano de algodão como moeda

de troca, devendo ser aceito por todos, não podendo ter o seu valor alterado. Sobre os valores, Lima informa que:

> Um novelo de fio de algodão deveria valer 2 tostões (200 réis), como se fosse uma moeda de prata ou em qualquer moeda, e o rolo de pano de algodão de cem varas deveria valer 20$000 réis. Porém, na prática, em 1743, a Câmara de São Luís questionava ao rei a aplicabilidade dos valores dos panos de algodão e denunciava que muitos moradores e traficantes não seguiam os valores estabelecidos pela lei (LIMA, 2006, p. 106).

Outro importante jesuíta que fornece informações valiosas a respeito do trabalho feminino é o padre João Daniel que esteve no Estado na passagem do século XVII para o XVIII. Este religioso destaca que as mulheres, além das funções de cultivar a mandioca e produzir os panos, elas produziam lavouras de milho, de arroz e de feijão (2005, tomo I, p. 429). São os registros deste padre que possibilita compreender a importância do trabalho feminino para a viabilização das reduções, para a manutenção das tropas de resgates e das de coletas de drogas do sertão, uma vez que menciona que para as expedições ao sertão eram necessários "no mínimo trinta indígenas, provimento de farinha e as canoas" (2005, tomo II, p. 80).

Sobre a farinha, tais registros dos padres, nos fazem pensar que para as atividades de plantação de mandioca e da elaboração das diferentes farinhas, foi necessário a presença feminina e a ampla gama de saberes e técnicas que permeavam o cotidiano das mulheres. Os trabalhos agrícolas não são importantes apenas por conta do abastecimento alimentar, mas também pela relevância no conjunto da cultura indígena, a agricultura indígena, por exemplo, pode ser considerada uma tecnologia dominada por mulheres. Os espaços da roça, da produção de alimentos, e da elaboração da cultura material cerâmica eram esferas de dominação feminina na cultura indígena, que sem dúvidas atingidas pela concepção econômica europeia mercantilista (CONCEIÇÃO; NAVARRO, 2020).

Diante do exposto, pode-se perceber, que apesar de que em muitos estudos, a questão do trabalho feminino indígena é percebida como secundária, aqui é vista muito mais – talvez mesmo a questão central que fundamenta a realidade das relações conflituosas na região. Nádia Farage (1991:31) ressalta que: "um longo embate entre colonos e missionário, em especial, jesuítas, caracterizava, assim, o período pré – pombalino, no centro da disputa estava, o acesso e controle do trabalho dos índios." Possivelmente, a grande demanda pelo acesso ao trabalho feminino no Estado do Maranhão e Grão-Pará pode ter representado um grande problema para padres, Coroa e colonos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença feminina em alguns espaços e ofícios não parece ser um traço de originalidade da sociedade colonial, essa divisão do trabalho revelou-se mais como fruto de uma transposição para o mundo colonial dos papéis tradicionalmente vigentes nas culturas indígenas, sem descartar a influência de outros povos. As experiências femininas parecem se remeter ao universo cultural de origem delas, embora tivessem como limite a realidade da sociedade escravista. A mulher era uma intermediadora ecológica, é possível verificar através dos vestígios presentes nas narrativas, que os trabalhos

de cultivo e de produção alimentar que eram imprescindíveis na estruturação da vida econômica indígena, passou a ser também no cotidiano colonial. Os portugueses se utilizaram destas características da cultura nativa – isto é, a dependência dos indígenas dos alimentos e produtos produzidos pelas mulheres – em função de seus próprios interesses escravistas.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Luiz. **História Geral da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958, volume 1, 2ª. Ed.

AZEVEDO, João Lúcio de. **Cartas do Padre António Vieira**. Tomo I. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1925.

BETTENDORF, João Filipe. **Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão**. Brasília. Conselho Editorial do Senado Federal, [1968] 2010.

CARDOSO, Alírio Carvalho. **A conquista do Maranhão e as disputas atlânticas na geopolítica da União Ibérica.** (1596-1626). Revista Brasileira de História, v. 31, nº 61, 2011, p. 317-338.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Agricultura, Escravidão e Capitalismo.** Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. **Economia e sociedade em áreas coloniais periféricas**: Guiana Francesa e Pará (1750-1817). Graal. Rio de Janeiro, 1984.

CHAMBOULEYRON, Rafael. **Portuguese colonization of the Amazon region**, 1640-1706. Tese de Doutorado, Cambridge, Sidney Sussex Colege, 2005.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Conquistas diferentes e de diferentes climas: o Maranhão, o Brasil e a América Portuguesa (Século XVII e XVIII) **Esboços**, Florianópolis, v. 26, n. 41, p. 84-103, jan./abr., 2019. ISSN 2175-7976. DOI https://doi.org/10.5007/2175-7976.2019v26n41p84.

CONCEIÇÃO, Karen Cristina Costa. NAVARRO, Alexandre Guida. De Peitana Uainuy: os papéis sociais e religiosos das mulheres Tupinambá na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas (1612-1615). **Faces da História**, Assis/SP, v.7, nº 1. P. 25-49, jan. /jun, 2020.

CRUZ, Roberto Borges da. **Farinha de "pau" e de "guerra"**: os usos da farinha de mandioca no extremo norte (1722-1759). Dissertação de Mestrado. 146f. Universidade Federal do Pará. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2011.

DIAS, Camila Loureiro. Os índios, a Amazônia e os conceitos de escravidão e liberdade. Escravidão do corpo e da alma. **Estudos. Avançados**. 33 (97), 2019, p. 235-253.

DANIEL. João. T**esouro Descoberto do Rio Amazonas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004, Tomo I e II.

FERNANDES, João Azevedo. **De Cunhã a Mameluca**: a mulher tupinambá e o nascimento do Brasil. João Pessoa: Ed. UFPB, 2003.

FERNANDES, Fernando Roque. Legislação indigenista: chefes indígenas, Antônio Vieira e a Lei de 09 de abril de 1655 no cotidiano da Amazônia portuguesa. **Albuquerque**: revista de história, v. 9, n. 18, 7 abr. 2018.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 21 ed. São Paulo: Nacional, 1986.

LIMA, Alam José da Silva. **Do "dinheiro da terra" ao "bom dinheiro", moeda natural e moeda metálica na Amazônia colonial** 1706-1720. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 227f. Programa de Pós Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2006.

MELLO, Marcia Eliane Alves de Souza. O Regimento das Missões: poder e negociação na Amazônia portuguesa. **Clio** – Série Revista de Pesquisa Histórica. N. 27-1, 2009, p. 46-75.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial** (1777-1808). 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PRADO JÚNIOR, Caio. F**ormação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

RAVENA, Nírvia. O abastecimento no século XVIII no Grão Pará: Macapá e vilas circunvizinhas. **Novos Cadernos NAEA** v. 8, n. 2, p. 125-149, dez. 2005, o. 125-150.

VIEIRA JUNIOR, Antonio Otaviano. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, vol. 10, n.2, 2017, p. 342-367.

A PECUÁRIA NO VALE DO PARNAÍBA NO PERÍODO POMBALINO

Samir Lola Roland[1]

RESUMO: Neste artigo buscamos compreender o espaço da pecuária no vale do Parnaíba durante o período Pombalino (1750-1777), quando já estava repleto de fazendas de gado espalhadas pelas margens de rios, riachos, lagoas ou próximas as serras, olho d'águas. Este foi o momento da efetivação da organização do espaço através da elevação das vilas e a constituição política da capitania do Piauí, com a ascensão do seu primeiro governador, João Pereira Caldas, no ano de 1759. A política pombalina visava intervir no desenvolvimento econômico da região através do incentivo ao comércio da pecuária que era a principal atividade econômica exercida no Vale do Parnaíba. Apesar do significativo crescimento populacional e do número de fazendas, a distribuição de cartas de sesmarias para o estabelecimento da pecuária decaiu significativamente no decorrer do período pombalino, traduzindo-se no processo gradativo de consolidação da ocupação e do povoamento na região.
PALAVRAS-CHAVE: Sesmarias. Ocupação. Povoamento. Fazendas. Vilas.

Estudos tem apresentado o caráter determinante da pecuária na ocupação nos sertões do Maranhão e Piauí que repercutiu na maneira como as primeiras vilas e povoações foram organizadas, levando em conta o modo disperso e rarefeito em que as fazendas de gado foram instaladas, situadas bem distantes uma da outra, o que a própria concessão de sesmarias teria contribuído devido à grande extensão das terras nas mãos de poucos colonos, dificultando sobremaneira a constituição política e administrativa na região[2].

Luís Mott, por exemplo, ao analisar o "modo de ocupação do Piauí", constatou que a composição demográfica no Piauí, ocorreu através de "unidades de povoamento". Nesse sentido, apesar das tentativas e das determinações de criação e organização de povoações e vilas nas freguesias existentes como Oeiras, Valença, Paranaguá, Campo Maior, Marvão, Jerumenha e Parnaíba, o que prevaleceu foi o despovoamento nessas vilas. Segundo o autor,

> tratava-se de um nítido caso de povoamento rural, disperso e rarefeito, as vilas não passando de pequenos centros político-administrativos dependentes do universo pastoril. Assim sendo, a fazenda de gado e secundariamente os sítios emergem com a principal unidade de povoamento e a pecuária extensiva como a atividade econômica dominante. A ocupação de novos territórios conquistados aos índios se fazia através da instalação de novas fazendas (MOTT, 1985, p. 74).

1 Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em História Conexões Atlânticas pela Universidade Federal do Maranhão e Bolsista CAPES.

2 Apesar de terem terras em tamanhos menores, a partir de meados do século XVIII, a maioria das concessões mediam o tamanho de 3 léguas de comprido e 1 de largo. Segundo Monica Diniz, geralmente uma sesmaria tinha em média 6.500 m 2. Tamanho que veio a ser reduzido cada vez mais pelo poder metropolitano, ao longo do tempo, devido a necessidade e a demanda por terras. A carta régia de 7 de dezembro de 1697 reduziu para três léguas. De qualquer modo, equivalia a seis quilômetros, uma vasta extensão de terras nas mãos de poucos indivíduos (DINIZ, 2005; NEVES, 2001).

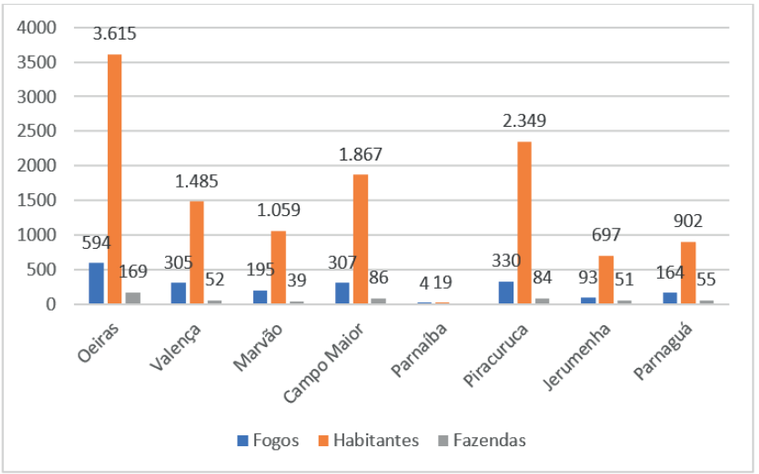
III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

Do mesmo modo, Maria do Socorro Coelho Cabral, por sua vez, ressaltou que a pecuária como atividade econômica nas campinas sul-maranhenses, determinou a organização produtiva, a forma de povoamento e de ocupação territorial, constituindo-se como "unidades econômicas e sociais básicas, em cuja dependência viviam os núcleos urbanos" (CABRAL, 2008, p. 103).

Estudos mais recentes, entretanto, tem demonstrado a importância de novos pesquisadores no sentido de compreender não apenas as vilas e lugares, mas também considerar os demais núcleos de povoamento que se constituíam como territórios que cumpriam diferentes papéis. Através da análise de diversos mapas com o auxílio de recursos de tecnologia de informática, Beatriz Bueno tem realizado uma análise pormenorizada sobre lugares, arraiais, capelas, freguesias, aldeias indígenas, passagens, fazendas, sítios, currais, fortalezas etc., espaços até então obscurecidos pela historiografia. Nesse sentido, segundo a autora, essas análises revelam uma "outra face" dos "sertões do Norte" – região constituída pelo Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Bahia –, para além da ideia de vazio, pobreza ou isolamento, cristalizada no imaginário literário. Desse modo, a análises cartográficas revelam um espaço "mais urbano e menos arquipelágico do que parecia à primeira vista" (BUENO, 2017, p. 260).

Desse modo, a partir da década de 1760, o vale do Parnaíba estava significativamente ocupado por fazendas de gado espalhadas pelas freguesias que foram constituídas em vilas pela determinação da carta régia de 19 de junho de 1761, que tratou da constituição política e administrativa de proporcionar uma autonomia ao Piauí, determinando a vila de Mocha como "capital da capitania" que recebeu o nome de Oeiras e tornou-se a primeira cidade do sertão. As oito povoações existentes se tornariam vilas, não necessariamente pela quantidade de casas, habitantes e fazendas que havia nessas localidades, mas pela política de efetivação e incentivo da ocupação e do povoamento na região (PORTO, 1974, p. 70).

Gráfico 1 – Quantidade de fogos, habitantes e fazendas de gado



Fonte: (PORTO, 1974. p. 70).

Dessa forma, após a instalação política e administrativa da capitania com ascensão do seu primeiro governador, as autoridades régias procuravam registrar a quantidade de moradias, a popu-

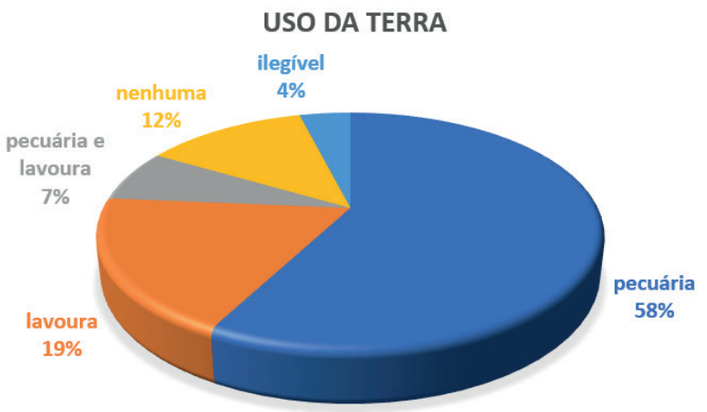
III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

lação residente e o número de fazendas de gados, pois, segundo Rodrigo Gerolineto Fonseca, essas informações, deveriam orientar as ações da Coroa portuguesa no que se refere aos seus objetivos políticos e econômicos. Além do mais, os moradores dos núcleos urbanos, segundo o autor, receberiam "a supervisão das autoridades seculares e eclesiásticas, além do controle policial de suas vidas" (FONSECA, 2008, p. 2). Essa política visava remover os obstáculos aos planos políticos e econômicos, inclusive, suprimindo culturas e interesses diferentes dos portugueses.

De acordo com o gráfico 1, a cidade de Oeiras era a mais populosa com 3.615 habitantes, tendo o maior número de casas e fazendas de gado. Em seguida, temos Piracuruca, Campo Maior, Valença, Marvão, Parnaguá, Jerumenha. A menos populosa, seria Parnaíba com 4 fogos e apenas 19 habitantes, não contabilizando nenhuma fazenda de gado.

Assim, foram concedidas e confirmadas diversas cartas de sesmarias no vale do Parnaíba, no período entre 1750-1777. Ao consultarmos esses registros, percebemos que o uso significativo da terra para a pecuária que correspondia a 58% (equivalente a 220 pedidos, concessões e confirmações), sendo a lavoura com 19% (equivalente a 71 solicitações), e, por último, com 7%, mencionam ambas as atividades econômicas. Havia diversos engenhos instalados nas margens dos rios Itapecuru, Mearim, Pindaré e Munim desde a primeira metade do século XVIII. No entanto, a pecuária era a principal atividade econômica exercida na região como podemos verificar no gráfico 2.

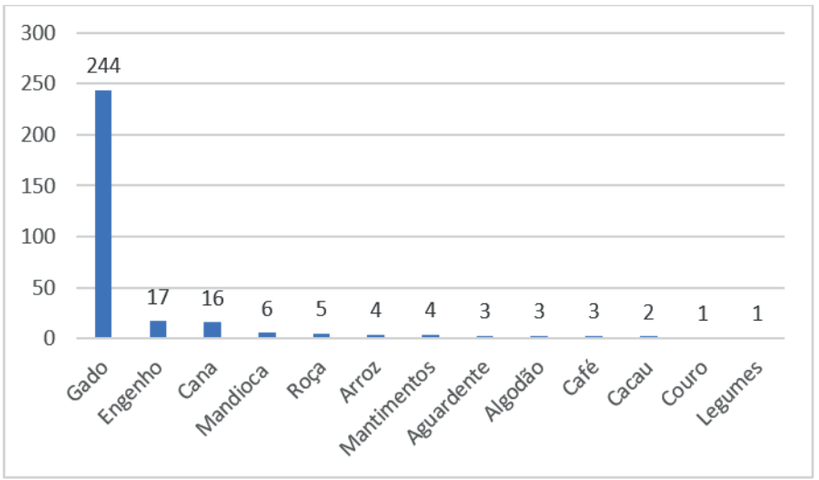
Gráfico 2 – Uso da terra, 1750-1777



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino; Arquivo Público do Maranhão
Arquivo Público do Pará; Arquivo Público do Piauí

Dessa forma, constata-se a relevância que o Vale do Parnaíba tinha no que diz respeito a criação de gados pela vasta extensão de terras e pastos propícios para o desenvolvimento deste empreendimento econômico, o que se destacava completamente em comparação as outras atividades econômicas. Essa predominância da pecuária, fica mais evidente quando comparamos com outras atividades econômicas praticadas na região.

Gráfico 3 – Atividades econômicas, 1750-1777



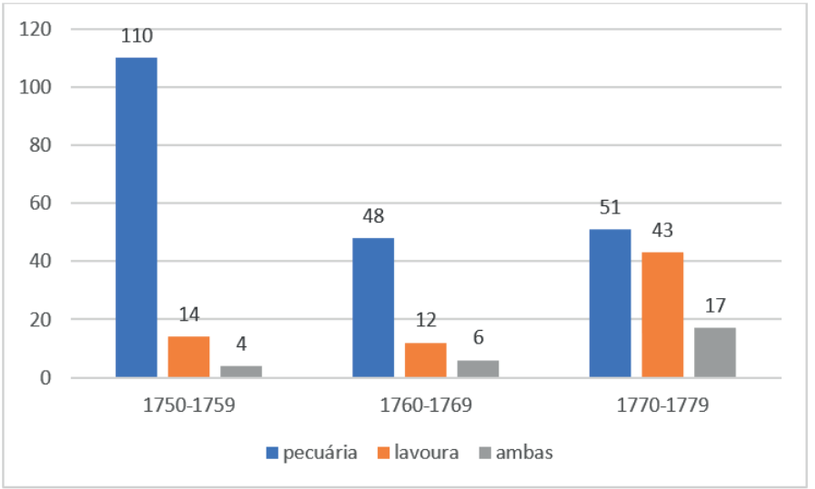
Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino; Arquivo Público do Maranhão
Arquivo Público do Pará; Arquivo Público do Piauí

Em menor quantidade, constatamos atividades econômicas bastante diversificadas como os engenhos de açúcar, a plantação de mandioca, arroz, algodão, café, legumes e cacau. Identificamos ainda três concessões de sesmarias para a produção de aguardente e apenas uma solicitação para a fabricação do couro, esta última atividade era praticada em maior quantidade em São Luís, onde localizavam-se as principais Fábricas de curtumes e preparo de peles.

As cartas de sesmarias apresentam uma série de justificativas para a aquisição e legitimidade da terra, tendo a criação de gados como a principal atividade econômica. No entanto, ao compararmos a distribuição de sesmarias da primeira metade do século XVIII[3], percebemos que a partir do período pombalino, houve uma queda no número de concessões e confirmações que tinha como argumento principal a atividade pecuarista. Essa queda continuou na década seguinte e esboça uma ínfima reação a partir de 1770. Por outro lado, temos um crescimento significativo na concessão de sesmarias para a lavoura que era a segunda atividade econômica praticada na região.

3 Apesar das oscilações na distribuição de cartas de sesmarias para a criação de gados durante a primeira metade do século XVIII, consideramos duas etapas de maior crescimento no número de concessões e confirmações para compararmos com o período pombalino. Entre as décadas de 1720-1729, por exemplo, foi contabilizado a quantidade de 258 cartas de sesmarias tendo como justificativa o desenvolvimento da atividade pecuarista e, entre 1740-1749, foi somado 340 concessões e confirmações para esta atividade econômica. Dentre os fatores que contribuíram para as oscilações na distribuição de sesmarias temos a adoção as guerras como mecanismo de "limpeza territorial" e o estabelecimento de alianças com os indígenas resistentes contribuíram para a expansão da fronteira de conquista e ocupação colonial. (ROLAND, 2021. pp. 72-114).

Gráfico 4 – Distribuição de sesmarias para pecuária e lavoura



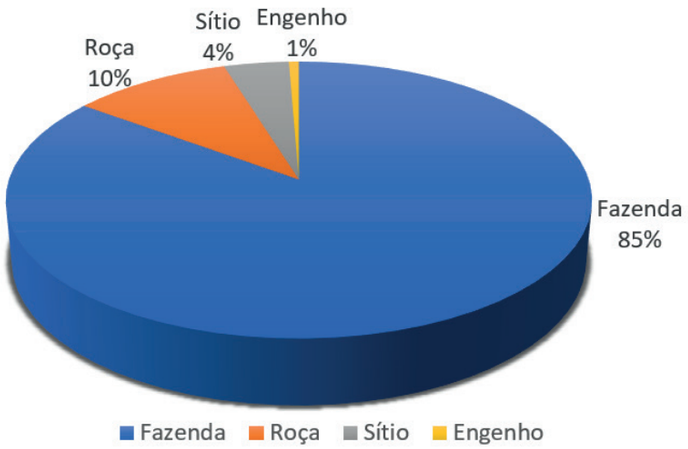
Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino; Arquivo Público do Maranhão
Arquivo Público do Pará; Arquivo Público do Piauí

Desse modo, verificamos que houve uma desaceleração e queda no ritmo de solicitações de sesmarias para a ocupação pelas fazendas de gado se compararmos com a primeira metade do século XVIII. É preciso levar em conta, entretanto, que, a partir de 1750, a maior parte do território já estava ocupado e povoado, limitando as opções de procura por terras de novos colonizadores. Além do mais, a continuidade dos conflitos com os indígenas resultava no despovoamento de muitas localidades, contribuindo para a diminuição na distribuição de concessões e confirmações de sesmarias.

Em 1762, pouco tempo após a instalação política e administrativa no Piauí, o Desembargador Francisco Marcelino de Gouveia, em missiva enviada ao secretário da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, dar conta de uma relação dos possuidores de terras na capitania, "com a declaração das porções que cada um atualmente possui, e das que lhe tinham sido concedidas pelas datas que se acham anuladas" (AHU, PI. 1762. cx. 8, doc. 513). Conforme a dita relação, havia 536 fazendas de gado que representavam 85% das propriedades na capitania do Piauí. Em segundo lugar, 64 roças que contabilizava 10 % das porções de terra. Em seguida, temos 26 sítios, equivalente a 4% das ocupações. Por último, 4 engenhos somavam apenas 1% das posses na região.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

Gráfico 5 – Propriedades, ano de 1762



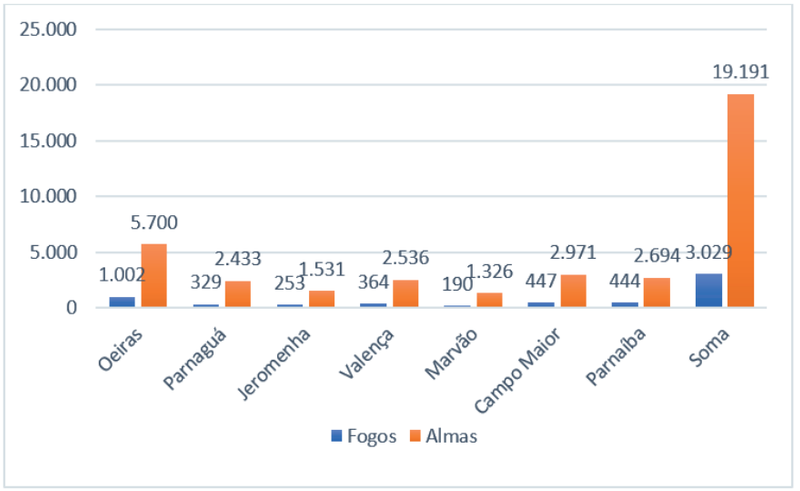
Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino.

Vale ressaltar que a quantidade de fazendas acima está de acordo com as informações mencionadas por Odilon Nunes. Segundo o autor, no período em que João Pereira Caldas assumiu o governo, o Piauí tinha "quinhentas e trinta e seis fazendas de gado" (NUNES, 2001, p. 57). Essa mesma quantidade de fazendas, foi apresentada na referida carta régia de 19 de junho de 1761. Já em relação a quantidade de animais, Tanya Maria Pires Brandão afirma que, no ano de 1757, o Piauí possuía, segundo a autora, "32.000 animais do tipo vacum e 1.600 equinos" (BRANDÃO, 1995, p. 42).

As relações das fazendas de gado e as contagens populacionais representam uma preocupação das autoridades com a consolidação da ocupação e a garantia do povoamento na região. Em 15 de junho de 1772, por exemplo, o ouvidor do Piauí, Antônio Morais Durão, em ofício ao secretário da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, enviava uma relação dos moradores, fazendas e sítios da capitania do Piauí. No dia seguinte, o ouvidor do Piauí, Morais Durão, encaminhou o mesmo documento ao secretário de estado do Reino e Mercês, marquês de Pombal. Nessa ocasião, o ouvidor teria sido incumbido da missão de registrar o perfil populacional e habitacional da capitania com o intuito de munir as autoridades de informações importantes sobre a capitania e para a organização do governo. As informações levantadas poderiam ser utilizadas para a melhor administração e controle das vilas recém-criadas (AHU, PI. 1772. Cx. 12, doc. 684).

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

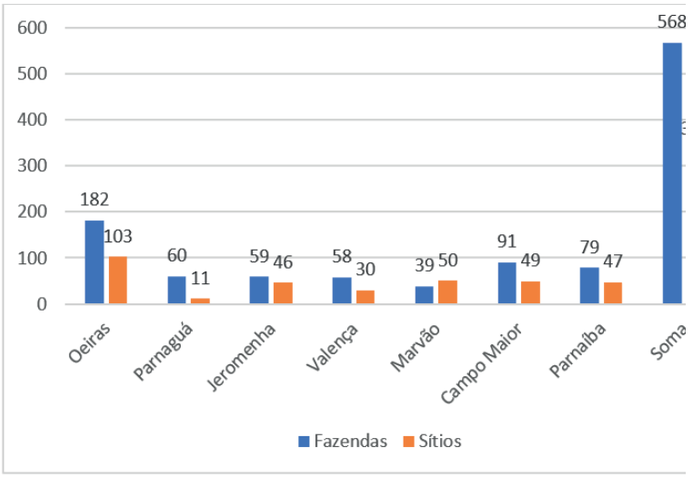
Gráfico 6 – Quantidade de habitantes e população



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino.

Assim, ao compararmos com os números populacionais apresentados na década de 1760, podemos aferir que a quantidade quase duplicou na década seguinte, elevando de 11.993 habitantes para 19.191, o que representou um significativo crescimento populacional na região. Na mesma relação, o ouvidor Antônio José de Morais Durão, mencionava ainda quantidade de fazendas e sítios[4], considerando apenas as fazendas de gado, as roças e as engenhocas de açúcar.

Gráfico 7 – Quantidade de fazendas e sítios



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino

4 De acordo com Luís Mott, havia "propriedades menos extensas, geralmente situadas nos brejos e terras mais úmidas, onde plantavam-se gêneros de subsistência. Enquanto se restringia o uso do termo *fazenda* àquelas propriedades onde se criava gado vacum e cavalar" e os "*sítios* eram chamados terras onde se cultivava, sendo separadas das áreas de criatório". (MOTT, 1976, p. 325).

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

Antônio Durão preocupava-se em apresentar as autoridades informações sobre a espacialização da capitania como sua medição em comprimento e largura, a existência de estradas, o número de ribeiras e seus limites em relação ao Maranhão pelo rio Parnaíba, bem como sua fronteira com o Ceará, pela Serra da Ibiapaba e por serranias e rios que dividem com Pernambuco, Bahia e Goiás. Ainda de acordo com o ouvidor Antônio Durão, um dos motivos para a falta de crescimento econômico da capitania residia não "tanto por infecundidade da terra, que pela maior até é arenosa e lajeada", mas, sobretudo, pela "preguiça de seus habitadores, que unicamente se aproveitam do que a simples natureza produz, sem mais benefício, ou concurso deles" (AHU, PI. 1772, cx. 12, doc. 684). Segundo Durão, havia muitas terras propícias para a lavoura, mas que os moradores não tinham interesse na produção dos "frutos da terra" como a: farinha, feijão, milho, arroz, açúcar e por este motivo, eram caríssimos comparado com outras capitanias.

Dessa maneira, o que teria predominado seria a instalação da pecuária na extensão dos campos e nas proximidades dos principais rios e riachos da região. Nesse sentido, no que se refere a quantidade, teria elevado entre os anos de 1730-1762, 87 fazendas e no intervalo de 1762 a 1772, no final do período pombalino, contabilizamos 31 propriedades, o que significa que à medida que a ocupação e o povoamento foi se consolidando diminuiu-se as instalações dessa atividade econômica. Desde o final do século XVII até o 1777, portanto, o ritmo da elevação da pecuária foi ascendente na região.

Quadro 1 – Quantidade de fazendas de gados

Ano	1730	1762	1772
Quantidade	450	537	568

Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino.

A prática da pecuária, entretanto, não acompanhou o significativo crescimento populacional e na distribuição de cartas de sesmarias, o que podemos supor que possivelmente as autoridades régias esperavam um crescimento mais significativo na ocupação pelas fazendas de gados, dado que 987 o número de concessões de títulos na primeira metade do século XVIII. Um dos principais problemas enfrentados pela administração portuguesa para a efetivação das ocupações foi o fato que "a criação de núcleos urbanos sofreria fortes resistências dos indígenas e súditos de Sua Majestade" (FONSECA, 2008, p. 2). Desse modo, os dados apesar de apresentarem um crescimento no número de fazendas de gado durante o período pombalino, ao serem comparados com as concessões de sesmarias da primeira metade do século XVIII, percebemos que nem todas as terras solicitadas aos governadores do Estado do Maranhão, foram de fato ocupadas na região. Desse modo, um dos principais objetivos da política pombalina era promover a consolidação da ocupação e do povoamento no Vale do Parnaíba, incentivando o crescimento das fazendas de gado que era a principal economia na região.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2004.

ARRAES, Esdras. Plantar povoações no território: (re) construindo a urbanização da capitania do Piauí (1697-1761). **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. v.24. n.1. jan.- abr. 2016.

BRANDÃO, Tanya Maria Pires. **A elite colonial piauiense**: família e poder. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

BRANCO, Renato Castelo. **O Piauí**: a terra, o homem, o meio. São Paulo: Quatro artes, 1970.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Por uma Arqueologia da Paisagem: mobilidade e enraizamento em perspectiva americana. **Labor & Engenho**, Campinas, São Paulo, v.11, n.3, jul./set. 2017.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Caminhos do gado**: conquista e ocupação do sul do Maranhão. 2. ed. São Luís: Edufma, 2008.

DINIZ, Mônica. Sesmarias e posse de terras: política fundiária para assegurar a colonização brasileira. **Revista Histórica**, São Paulo, n. 2, jun. 2005.

FONSECA, Rodrigo Gerolineto. Entre o projeto imaginado e a obra executada: as resistências dos habitantes do sertão piauiense às pretensões da administração colonial no século XVIII. In: Anais...II Encontro Internacional de História Colonial. **Mneme**. Revista de Humanidades. UFRN. Caicó (RN), v. 9, n. 24, set/out., 2008.

MOTT, Luís R. B. Fazendas de gado do Piauí: 1697-1762. São Paulo: A propriedade rural. In: **Simpósio Nacional dos professores universitários de História ...anais...**n. 7, 1976.

MOTT, Luiz R.B. **Piauí colonial**. População, economia e sociedade. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985.

NOBRE, Geraldo da Silva. **As oficinas de carnes do Ceará**: uma solução local para uma pecuária em crise. Fortaleza, Ceará: Gráfica editorial Cearense, 1977.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Sesmarias em Portugal e no Brasil. Vitória da Conquista. **POLITEIA: Hist. e Soc.**, Feira de Santana, BA, v.1, n.1, 2001.

NUNES, Odilon. **Súmula de História do Piauí**. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2001.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**: colônia. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PORTO, Carlos Eugênio. **Roteiro do Piauí**. Rio de Janeiro: Artenova s.a., 1974.

PORTO, José da Costa. **O pastoreio na formação do Nordeste**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1959.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. "Pecuária, alimentos e sistemas agrários no Brasil (séculos XVII e XVIII)". **Tempo**, v. 1, n. 2, 1996.

SILVA, Jacionira Coêlho. **Arqueologia no médio São Francisco**: indígenas, vaqueiros e missionários. Recife: UFPE (Tese de doutorado em História), 2003.

ROLAND, Samir Lola. **Sesmeiros, posseiros e indígenas**: a conquista e a ocupação no Vale do Parnaíba (séculos XVII e XVIII). Curitiba: CRV, 2021.

FONTES DOCUMENTAIS

Arquivo Histórico Ultramarino
Avulsos

Piauí
Doc. 107, 297, 304, 305, 308, 311, 330, 331, 332, 336, 368, 438, 509, 513, 368, 438, 509, 511, 541, 554, 557, 591, 664, 670, 684, 696, 702, 706, 712.

Maranhão
Doc. 3186, 3187, 3188, 3237, 3238, 3239, 3240, 3241, 3242, 3245, 3246, 3247, 3248, 3249, 3253, 3254, 3300, 3304, 3306, 3312, 3316, 3393, 3446, 3469, 3616, 3618, 3619, 3620, 3621, 3622, 3623, 3624, 3625, 3636, 3695, 3696, 3702, 3703, 3760, 3761, 3785, 3908, 3913, 3952, 3953, 4091, 4142, 4143, 4146, 4169, 4170, 4171, 4174, 4181, 4193, 4195, 4197, 4198, 4200, 4208, 4216, 4227, 4230, 4233, 4288, 4289, 4290, 4291, 4293, 4294, 4295, 4296, 4297, 4298, 4299, 4300, 4301, 4303, 4307, 4308, 4310, 4312, 4310, 4312, 4313, 4364, 4366, 4369, 4370, 4371, 4374, 4375, 4377, 4378, 4379, 4381, 4382, 4388, 4389, 4391, 4421, 4422, 4423, 4424, 4427, 4432, 4436, 4437, 4438, 4439, 4462, 4469, 4470, 4487, 4524, 4546, 4547, 4553, 4555, 4556, 4557, 4558, 4567, 4568, 4569, 4570, 4573, 4574, 4580, 4581, 4600, 4601, 4602, 4603, 4604, 4603, 4605, 4622, 4624, 4625, 4626, 4629, 4630, 4642, 4643, 4645, 4652, 4654, 4655, 4668, 4669, 4674, 4676, 4678, 4689, 4690, 4693, 4719, 4867, 4876, 4889, 4891, 4941.

Arquivo Público do Pará
Fundo Sesmarias

Antônio Mendes da Silva. Concedida em: 18/07/1741. Arquivo Público do Pará. Sesmarias. liv. 10, fl. 70v-71.

Matheus Mendes da Silva. Concedida em: 20/07/1741. Arquivo Público do Pará. Sesmarias. liv. 10, fl. 73v-74.

Duarte da Cunha Ferreira. Concedida em: 02/08/1741. Arquivo Público do Pará. Sesmarias. liv.10, fl. 95-95v.

Domingos Fernandes Lima. Confirmada em: 18/03/1750. Arquivo Público do Pará. Sesmarias. Livro 11. Fls. 57v-58v

Arquivo Público do Maranhão
Registros Gerais

Livro 9. Fls. 4v-164.

Livro 10. Fls. 2-37.

Arquivo Público do Piauí
Fundo Sesmarias

Livro 1. Fls. 3-58 v.

ANAIS DO

III SEMINÁRIO

HISTÓRIAS CONECTADAS

SIMPÓSIO TEMÁTICO 07

História das doenças e suas dinâmicas sociais

COORDENAÇÃO

Avohanne Isabelle Costa de Araújo
Docente da Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer do Rio Grande do Norte

Fernando Domingos de Aguiar Júnior
Doutorando em História pela Fundação Oswaldo Cruz

MEDIDAS DE EDUCAÇÃO SANITÁRIAS E MÉDICAS CONTRA VERMINOSES, TRACOMA E SÍFILIS DURANTE A INFÂNCIA EM TERESINA- PI (1930-1940)

Ana Karoline de Freitas Nery (UFPI)[1]
Elizangela Barbosa Cardoso (UFPI)[2]

RESUMO: Em Teresina, durante as décadas de 1930 e 1940, atuaram políticas públicas de saúde, a partir da ação do Estado, na busca de uma organização da saúde pública, empenhadas no cuidado de doenças que se alastravam na cidade. Isto posto, mediante medidas que se delineavam a partir de projetos de saneamento da cidade, profilaxia, tratamentos em instituições de saúde e em ações de educação sanitária organizados especialmente pelo corpo médico da capital em parceria com o Estado (NERY,2021). Essas iniciativas eram fundamentadas em uma política nacional de saúde, que, durante esse período, procurou centralizar ações referentes à saúde, inspecionando, criando e especializando agentes, órgãos e instituições (BATISTA, 2011). Com um conjunto de reformas ocorridas no Departamento de Saúde Pública do Piauí a partir da década de 1930, as discussões médicas e políticas relacionadas à higiene pública, foram intensificadas visando à cura das enfermidades a partir de projetos empenhados na melhora das condições do espaço urbano e na implantação de instituições hospitalares. Portanto, nesse momento, o poder público colocava em prática o que ainda era projeto e ampliava iniciativas e questões referentes às condições sanitárias da cidade, em que o preceito maior seria: a luta contra as doenças. Dentre o público assistido por essas ações, estavam as crianças. A ampliação de políticas públicas materno-infantis nas décadas de 1930 e 1940, fazia parte dos planos de governo e de medidas que remetiam à saúde como um bem público (CARDOSO, 2010; MORAES, 2014; MARINHO, 2018). Portanto, entre as doenças que acometiam com recorrência os infantes estavam: as doenças do aparelho digestivo e respiratório, doenças do aparelho ocular e doenças sexualmente transmitidas hereditariamente, sendo aqui destacadas: verminoses, tracoma e sífilis. Em consonância as reformas sanitárias da cidade, ocorreram investimentos na construção de instituições de saúde pública a destacar, o Posto Sanitário, o Centro de Saúde e o Hospital Getúlio Vargas. Esses espaços auxiliavam médicos e o governo na busca de uma organização da saúde pública, a partir de medidas de profilaxia e tratamento, dentre elas: campanhas de vacinação, palestras de educação sanitária, exames, internações, aplicações de injeções, distribuição de medicamentos, visando atender um variado público, incluindo os infantes. Assim, abordaremos, neste trabalho, a profilaxia e o tratamento de verminoses, tracoma e sífilis na infância, em Teresina, durante as décadas de 1930 e 1940. Nesse momento, assistir, prevenir, tratar e remediar as doenças que se manifestavam nas crianças, envolvia tentativas de campanhas educacionais, medidas profiláticas em escolas e instituições de saúde e a atuação médica, todas agenciadas pelo governo, que tinha como um dos planos públicos de saúde, enfrentar as mazelas que atingiam crianças pobres a partir de uma dinâmica de saúde centralizadora. A metodologia utilizada consistiu na sistematização de bibliografia relativa ao tema

1 Doutoranda em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí, Campus Ministro Petrônio Portela. Email:karolnery20@hotmail.com.
2 Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, da Universidade Federal Do Piauí (UFPI). Email: elibcardoso@yahoo.com.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

e análise do Jornal Diário Oficial do Piauí, de Códices de Saúde, de Revistas da Associação Piauiense de Medicina, além de Mensagens e Relatórios governamentais. Concluiu-se que o enfrentamento dessas doenças envolvia um plano de saúde nacional, que à época, visava a promoção da saúde dos infantes como um bem público e que propiciasse indivíduos fortes e saudáveis.
PALAVRAS-CHAVE: Tratamento. Verminoses. Tracoma. Sífilis.

PROFILAXIA E TRATAMENTO CONTRA VERMINOSES, TRACOMA E SÍFILIS EM INFANTES

No Piauí, o ano de 1931 marca a reorganização da Diretoria de Saúde Pública do Estado.[3] Embora deficitária e destinada a medidas que iniciariam naquele momento, a Diretoria evidenciava a relação de vários agentes do Estado, de órgãos e instituições, que, juntos, objetivavam interesses em comum, que atuavam na tentativa da criação de uma "verdadeira instituição da saúde no país", com "ampla infraestrutura que contava com hospitais, centros de saúde e postos de higiene, ao lado da intensa formação de especialistas em saúde"(BATISTA,2011, p.25).

As ações desenvolvidas, a partir da Diretoria de Saúde Pública, eram direcionadas ao controle e ao conhecimento de diversas doenças, que em determinadas regiões do Estado manifestavam-se de maneira endêmica ou se alastravam com facilidade, gerando surtos epidêmicos.

Entre as endemias que marcavam a capital Teresina, as verminoses ocupavam o cenário e acometiam boa parte da população. As condições sanitárias da cidade eram propícias à presença recorrente da doença nos indivíduos, principalmente aqueles que não gozavam de higienização necessária em suas moradias, e, além disso, pioravam esse quadro as constantes cheias dos rios Parnaíba e Poti (NERY,2021).

Um grupo que era muito afetado pela moléstia eram as crianças, porém, nas duas primeiras décadas do século XX, poucas eram as iniciativas de saúde que contemplavam especificadamente os infantes.

Portanto, a primeira ação incisiva do governo, em Teresina, para o tratamento das verminoses, seria com a construção do Posto Sanitário, em 1921. Conforme apontava o governador, Eurípedes de Aguiar, um ano antes da inauguração do posto: "quanto às verminoses, eu vos lembro que devemos começar pela montagem de um posto sanitário em Teresina, com recursos estritamente necessários ao diagnóstico e tratamento dessas entidades mórbidas" (PIAUÍ, 1921, p.44).

O posto sanitário ofertava serviço ambulatorial e domiciliar, no ano de inauguração. Das "1086 pessoas examinadas, 952 eram portadoras de vermes, e apenas 134 se apresentaram imunes, donde se deduz a alta porcentagem – maior de 87% – das verminoses" (PIAUÍ, 1921, p.42). Os indivíduos diagnosticados com verminoses eram medicados e orientados a ir ao posto para administração de

3 A Diretoria de Saúde Pública do Estado foi criada através do decreto n. 89 do dia 6 de setembro de 1898, durante o governo de Raimundo Arthur de Vasconcelos. (APEPI, 1899). Na década de 1930, são organizados os serviços sanitários do Estado, decretando o regulamento anexo para a Diretoria de Saúde Pública – a cujo cargo ficam outros serviços.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

uma segunda dose de medicação (sulfato ferroso) e para a feitura de exames, caso fosse necessário novamente. Acreditava-se que a ida dos guardas sanitários às casas era o método de tratamento mais eficaz, uma vez que isso já vinha sendo operado em outros estados através da Fundação Rockefeller, porém, com os poucos recursos que o Piauí possuía, era mínimo o número de guardas para fazer exames em toda a cidade, já que apenas alguns bairros eram contemplados (PIAUÍ, 1921). Isso nos leva a crer que, certamente, os números de acometidos pela moléstia eram bem maiores, pois nem todos os bairros eram visitados.

Além disso, o Posto se encarregava de fazer uma profilaxia preventiva e educação higiênica das verminoses com a distribuição de cartilhas que continham vários ensinamentos sobre a vida e a penetração dos vermes no corpo humano, os sintomas das doenças causadas por verminoses e a medicação adequada (PIAUÍ, 1924).

Essas ações iniciantes do governo para o tratamento de verminoses eram destinadas ao público em geral, não havendo ainda medidas que fizessem uma profilaxia específica para o público infantil. Além disso, embora a doença fosse diagnosticada em números alarmantes, ainda eram ineficientes as ações estabelecidas no momento, devido especialmente à falta de recursos que pudessem atender um maior número de indivíduos, bem como médicos especialistas e laboratórios para os exames.

Todavia, é no contexto das décadas de 1930 e 1940 que, "as endemias rurais e as doenças transmissíveis mantiveram-se, entretanto, como principal foco dos agentes públicos, e muitas vezes definiram prioridades e orientaram as estratégias de ação e o perfil da população-alvo das políticas públicas de saúde" (FONSECA, 2007, p.51). Assim, as doenças e endemias tornar-se-iam, ainda, mais preocupantes para os médicos e o Estado.

Com o governo Vargas, elas seriam inseridas "em um projeto mais amplo de definição de políticas públicas de saúde, conduzido por um organismo nacional de nível ministerial e agregando novos atores para o seu combate" (FONSECA,2007, p.52).

Dessa forma, com um acordo restabelecido em 1929 entre o Serviço de Saneamento Rural do Estado e o Departamento Nacional de Saúde Pública, foi inaugurado um novo estabelecimento no Piauí, o Centro de Saúde Clementino Fraga. Ele estava dividido em dois postos, o Posto de Saneamento Rural, que tratava das verminoses e do paludismo e o Dispensário de doenças venéreas (PIAUÍ, 1930). E, durante a década de 1930, o Posto de Saneamento rural foi dividido em três seções, João Virgílio, Ribeiro Gonçalves e Arêa Leão, onde a primeira delas era responsável pela profilaxia e o tratamento das verminoses e do impaludismo.

Com o surgimento da seção João Virgílio, eram ofertados exames de sangue, fezes, muco nasal e escarro, atendendo junto aos adultos o público infantil. E, quando necessário, eram feitos exames completos de urina que eram estabelecidos uma tabela aos doentes que podiam pagar, e, de acordo com o rendimento do laboratório, era dada uma gratificação aos funcionários que fizessem os exames (PIAUÍ,1933).

Além da ação institucional da seção João Virgílio, o Instituto Alvarenga, instalado em Teresina, em 1932, entre as três seções existentes, tinha uma destinada aos exames microbiológicos, ofertan-

do boas pesquisas sobre os focos de vermes na cidade. Com a nova organização da Saúde Pública durante a década de 1930, foi criado o Serviço de Polícia Sanitária e Polícia em Fócus. Esse ficava encarregado de realizar visitas às casas e inspeções sanitárias (NERY, 2021). Essas medidas continuavam a atender o público em geral, não possuindo referência a ações mais específicas destinadas ao público infantil.

Todavia, iniciativas mais voltadas para a infestação da doença em crianças, foram colocadas em prática alianças entre médicos e o Estado, a partir de pesquisas e estudos biológicos da natureza de alguns vermes e da aplicabilidade de ações feitas por inspetores médicos escolares em algumas escolas públicas.

Em publicação denominada "Infestação por Helmintos intestinais em crianças de idade escolar em Teresina", de 1936, de autoria do médico Cândido da Silva, chefe de serviço do Instituto Alvarenga, é mencionada a parceria estabelecida com o Dr. Oséas Golçalves Sampaio, inspetor médico escolar de Teresina, sobre a realização de exames de fezes em crianças matriculadas em escolas da rede pública da capital.

Após a averiguação dos exames realizados nas escolas localizadas nas diferentes regiões da cidade, o médico Cândido Silva referiu-se à eficiência das medidas tomadas pelo Posto Sanitário e pelas campanhas de educação sanitária. Essas medidas serviam para explicar as variações existentes no público de crianças que frequentavam as escolas do centro da cidade, em relação as que integravam os subúrbios. Segundo o médico:

> As crianças que frequentam as escolas centrais são, na sua grande maioria, filhas de pessoas a quem não faltam conhecimentos dos malefícios causados pelas verminoses e que, sendo, em média, de nível econômico e intelectual regular, realizam o que é possível quanto ao diagnóstico e tratamento da doença, por isso, essas crianças são menos parasitadas (SILVA, 1936, p.9).

Como evidencia Marinho (2018), essas iniciativas acabavam por fazer o atendimento apenas de crianças que tinham o acesso à educação formal, aquelas que não frequentavam escolas, estavam fora dessas medidas especializadas na profilaxia e tratamento da doença. Além disso, a higiene sanitária da cidade era um fator importante para a não infestação de verminoses nos indivíduos, havendo maiores iniciativas também nas regiões centrais, que acabavam por receber mais reformas estruturais, bem como vistorias de inspetores de higiene.

Integrando essas medidas, o serviço de Educação Sanitária e Higiene das Habitações atuante entre as décadas de 1930 e 1940, muito operava na fiscalização das condições de água instaladas e fossas biológicas, nas casas, o que gerava uma ampla proliferação de vermes, quando mal aparelhadas. Esses estabelecimentos e serviços ofertados pela Diretoria de Saúde pública atuavam no combate às verminoses de forma constante, embora esse tipo de moléstia permanecesse presente nas cidades, principalmente por questões de falta de hábitos higiênicos e dada à precariedade das condições financeiras e das habitações de boa parte da população.

Diante desse quadro das principais moléstias que atingiam as crianças, ocorreu, em 1929, a renovação de um acordo entre o Departamento Nacional de Saúde Pública e os serviços de saúde do

Piauí. Os tratamentos de doenças ficavam, portanto, confiados somente ao serviço de Saneamento Rural, em parceria com o governo federal. Esse serviço continuaria no combate das doenças que mais afligiam a população, tendo destaque: verminose, paludismo, tracoma e raiva (PIAUÍ,1930).

No que diz respeito ao tracoma, no ano de 1929, para o tratamento dos acometidos, criou-se o Posto Anti-Tracomatoso Moura Brasil, com ênfase nas crianças, público em que havia uma alta incidência da doença. O posto foi instalado em conjunto aos serviços públicos escolares (PIAUÍ, 1930).

Com a renovação do acordo entre o governo estadual e o federal, um dos serviços criados e colocados, em prática, foi o de combate ao tracoma, que, naquele momento, intensificava seu curso ano a ano, principalmente, entre as crianças. O serviço do Posto naquele momento oferecia apenas consultas e exames. Caso surgisse a necessidade de cirurgia, por entendimento do Chefe do Serviço de Saneamento e do Provedor da Santa Casa de Misericórdia, o paciente seria internado na Santa Casa para a realização do procedimento (PIAUÍ, 1930, p.70).

O movimento do Posto Anti-Tracomatoso Moura Brasil, em 1929, ano de inauguração foi o seguinte: pessoas examinadas (5833); tracomatosos (1228); consultas para outras afecções oculares (1190); intervenções cirúrgicas (27); doentes atendidos (26311); altas (340); e média de doentes atendidos por dia (123) (PIAUÍ,1930).

Tratava-se da primeira ação mais engajada pelo Estado para o tratamento do tracoma. Pelo número de pessoas examinadas, podemos constatar que era uma doença que prevalecia entre os indivíduos. Outras ações foram intensificadas em anos posteriores. Em 1931, foi inaugurada uma inspetoria de Higiene Escolar e a Inspetoria Médico Escolar, que criaram uma seção no Posto de Saneamento denominada "Ribeiro Gonçalves", que ampliava o tratamento aos tracomatosos, oferecendo serviços mais específicos, inclusive os cirúrgicos. Além disso, era crescente o número de atendimentos aos doentes de outros estados. No Relatório de saúde pública de 1931, lê-se: "assim nos tem aparecido tracomatosos do Ceará, Maranhão e, principalmente, do sul do estado; de Uruçuí, de Picos, de Valença e de São Raimundo Nonato" (PIAUÍ,1932).

O serviço de Higiene Escolar, agindo em consonância com o ambulatório anti-tracomoso Ribeiro Gonçalves, ampliaram medidas para o cuidado com as crianças. Nas matrículas da seção Ribeiro Gonçalves, mais de dois terços são representadas por crianças, em geral em idade escolar, o que faz ressaltar a importância da inspeção escolar no ponto de vista da profilaxia do tracoma (PIAUÍ,1932).

As escolas que passaram a comparecer à seção Ribeiro Gonçalves, em busca do serviço de Higiene Escolar, foram as seguintes: Escola Modelo, os grupos escolares: Antonino Freire, Abdias Neves, Barão de Gurgueia, Teodoro Pacheco, Matias Olimpio e Miguel Borges, num total de 1.152 alunos (PIAUÍ,1932). Dirigia esta inspetoria o Dr. José Epifânio de Carvalho, que, estando licenciado, foi substituído pelo Dr. Oséas Gonçalves de Sampaio.

De acordo com Joseanne Marinho, devido aos altos índices de crianças contaminadas, ocorre a tentativa de dificultar o avanço da doença no meio escolar. Assim, foi designada uma única escola para a matrícula dos doentes, que passaram a ser atendidos no Posto Abreu Fialho. Ainda segundo a autora, essa iniciativa foi pioneira no Piauí, pois seria o primeiro serviço especializado ao atendimen-

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

to da criança, implementado pelo Estado, embora diagnosticando e tratando apenas uma doença. (MARINHO, 2018).

No ano de 1936, os serviços da inspetoria médico escolar para o tratamento do tracoma continuavam a contemplar um contingente de pessoas. Porém realçava-se a necessidade da oferta de exames oftalmológicos feitos por "médicos especialistas e de muitos outros recursos que estão sendo postos em prática nos meios escolares, apoiadas nos modernos ensinamentos de fisiologia" (PIAUÍ,1937).

Com a instalação do Centro de Saúde de Teresina (1938), foram ampliadas as atividades, passando a instituição a atender aqueles que procuravam o serviço no estabelecimento. No entanto, os números de crianças tracomatosas atendidas continuavam altos. A doença se espalhava por diferentes regiões do Estado, além da capital, estando presente em União, Valença, Picos, Amarante, São Pedro, Altos, Uruçuí, São Raimundo Nonato, São João do Piauí, José de Freitas, Barras, Alto Longá, Pedro II, Parnaíba, Piripiri, Campo Maior, Castelo do Piauí, São Benedito, Floriano, Jerumenha, Oeiras, Simplício Mendes, Jaicós e Corrente. O Centro de Saúde atendia inclusive a um público de adoentados de outros estados como o Amazonas, Pernambuco, Ceará e Maranhão (CARVALHO, 1939).

Em função disso, a partir do ano de 1948, foi realizada uma parceria entre o governo do Piauí e a "Divisão de Organização Sanitária (DOS), do Ministério da Saúde, melhorando-se então a aparelhagem e a qualidade do serviço, que começou a se estender pelo interior, pelos municípios de Pedro II, Piracuruca e Oeiras" (PORTO, 2019, p.233).

Outras doenças que acometiam com recorrência os infantes, durante o período, eram as doenças sexualmente transmitidas hereditariamente, sendo aqui abordada a sífilis congênita.

A virada do século XIX para o século XX acabou provocando uma mudança na percepção da nosologia da sífilis (SANGLARD, 2008). A interdição médica com a tentativa de tratamentos eficazes referentes a essa doença era uma medida estabelecida, desde o início do século XX, quando foram surgindo descobertas para a melhora ou cura da moléstia em seus portadores, inclusive, em crianças. Segundo Elizangela Cardoso, com o olhar e incidência médica sobre a criança a partir da década de 1930, o "corpo infantil, em princípio, seria caracterizado pela hereditariedade. O cordão umbilical para além de elo entre mãe e filho, representaria a herança patológica" (CARDOSO, 2017, p. 321).

No que tange à sífilis congênita, além dos alertas feitos à população por médicos através da imprensa jornalística e da oferta de serviços em clínicas particulares, as instituições de saúde também atuavam através da profilaxia medicamentosa e de tratamentos realizados em instituições como a Santa Casa de Misericórdia, o Dispensário Arêa Leão, o Centro de Saúde de Teresina e o Hospital Getúlio Vargas (NERY,2021).

Enfatizaremos as medidas tomadas por médicos através da imprensa e de exames ofertados em consultórios e clínicas, na busca da profilaxia, tratamento e cura da sífilis em crianças. Nesse sentido, durante as décadas de 1930 e 1940, era divulgado na imprensa um sistema adotado pelos médicos através da solicitação de exames durante as consultas no período da gestação. Procurava-se, estabelecer a prevenção da saúde e a manutenção da vida no período de sua gestação. Além disso, a intenção também era de propagar um alerta à população sobre as medidas que deveriam ser to-

madas em relação ao combate à sífilis congênita, fazendo a detecção através do exame de sangue. A prevenção que seria realizada a partir do exame, antes ou depois da gravidez, permitiria uma infância livre de todos os perigos de uma sífilis herdada.

Em uma notícia do jornal *Diário Oficial do Piauí*, um dos periódicos que mais circulavam em Teresina durante as décadas de 1930 e 1940, um médico destacou a importância do exame de sangue para o diagnóstico da sífilis, mostrando-se bastante preocupado com o contágio ocorrido durante o período da gestação. Ocorria que, naquele período, um grupo de médicos da capital costumava publicar em uma série denominada "Aprenda a defender seu filho," onde eram divulgadas as medidas para que mães e pais pudessem cuidar de seus filhos e evitar a contaminação das doenças.

Na referida publicação, feita pelo médico Francisco Machado Lopes, foi destacada a importância do exame de sangue em casais que entrariam no matrimônio e, para além disso, o exame em mulheres que fossem dar à luz. Segundo o médico, as principais medidas contra a sífilis seria a realização do exame pré-nupcial e do exame pré-natal, para que fossem evitados "numerosos abortos, nati-mortos e aleijões que, além de exporem a mulher a grandes e frequentes perigos de vida, teriam ainda, como consequência causar profunda e irreparável dor aos pais." (LOPES, 1938, p. 1). O medo[4] da manifestação da doença, principalmente nos recém-nascidos, acometidos pela chamada sífilis congênita ou hereditária, era exposto através dessas medidas preventivas, como também por ações terapêuticas postas em prática nas instituições de saúde da capital.

A profilaxia e o tratamento da sífilis congênita, nas décadas de 1930 e 1940, foram integrados às políticas materno-infantis implantadas durante o período Vargas. No interior destas políticas, com base em aparato institucional, os médicos desenvolviam uma prática escriturística,[5] na qual difundiam ideias de saúde, de família, de casamento e de maternidade, buscando impor o que consideravam correto, contra práticas de cura populares (MARINHO, 2018).

O objetivo era despertar um alerta na população a respeito da possível sífilis manifesta em crianças. O medo da presença da doença era foco das discussões não somente de médicos sifilógrafos, mas também de profissionais de variadas especialidades da medicina, que orientavam as políticas públicas de saúde dos governos estadual e municipal, no Piauí, acerca da profilaxia e da terapêutica da sífilis congênita. Prevenir e tratar à sífilis congênita eram vistos como imprescindíveis ao desenvolvimento e à civilização do Estado e do país.

Em uma das publicações, feita pelo médico Antônio Corrêa, denominada "Conselhos indispensáveis às senhoras grávidas", evidenciou-se a importância de se ter noção da sífilis como "a causa maior dos abortos, monstruosidades, aleijões e muitos outros males que irão perturbar o desenvolvi-

4 Para Jean Delumeau, "[...] o medo é ambíguo, inerente à nossa natureza, é uma defesa essencial, uma garantia contra os perigos, um reflexo indispensável que permite ao organismo escapar provisoriamente à morte. [...] Mas se ultrapassa uma dose suportável, ele se torna patológico e cria bloqueios. Pode-se morrer de medo, ou ao menos ficar paralisado por ele." Neste caso, havia o medo da manifestação da doença antes mesmo do indivíduo estar acometido, especialmente no que se refere a sífilis em crianças. (DELUMEAU, 2009, p. 23-24).

5 Nesse sentido, pode-se analisar a atuação dos médicos a partir do conceito de prática escriturística, uma vez que incidiam na promoção da racionalização da sociedade a partir da elaboração e propagação de um conhecimento formal, considerado como vetor de um projeto de desenvolvimento (CERTEAU, 2005).

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

mento da criança e frequentemente acarretar consequências deploráveis para o resto da vida." (CORRÊA, 1937, p.7). Sendo assim, apresentava-se a doença e a sua consequência, para que o cuidado em relação ao casamento e à suposta gravidez pudessem ser feitos com cautela a partir do conhecimento a respeito das doenças que vinham a ser transmissíveis.

O médico Lineu Araújo também deu sequência à série "Aprenda a defender seu filho", retratando o mesmo assunto referente à sífilis passada para criança pelos pais. Intitulada "Como evitar a sífilis congênita", a notícia que veicula a palestra do médico destinou-se a mostrar que "é tão grande, porém, o valor da criança como potencial humano e tão funesta a influência da sífilis sobre o organismo infantil, que o assunto, numa campanha em prol da criança, não pode deixar de merecer referência mais viva e comentário mais insistente." (ARAÚJO, 1937, p.1). Dessa maneira, fortificava-se a campanha dos médicos em prol da defesa das crianças contra a sífilis herdada. Ao mesmo passo que a intensificação da propaganda, certamente, tinha como um de seus propósitos, alertar a sociedade sobre os perigos da sífilis manifesta.

O referido médico também deixava claro, que, em situações da sífilis repassada dos pais para os filhos, o organismo materno acabaria sendo o foco transmissor, pois o mesmo afirmava que "é pelo cordão umbilical, com o sangue que nutre generosamente, que o pequeno ser recebe o *treponema pallidum*, isto é, o micróbio que produz a sífilis. Assim infectado, ele morre muita vez, sobrevindo o aborto." (ARAÚJO, 1937, p.1). O cordão umbilical seria, então, a ponte certa para a passagem da sífilis da mãe para o bebê. Era também por meio do cordão umbilical que se poderia realizar o exame para a detecção da sífilis, após o nascimento do bebê.

Dando sequência à série "Aprenda a defender seu filho", o médico Francisco Machado Lopes, conhecido em Teresina, por possuir uma clínica de exames periódicos de saúde e que ofertava os exames específicos para se diagnosticar a sífilis como as Soro-reações Wassermann e Kahn, divulgou a discussão sobre o "Valor do exame de sangue na proteção à criança com sífilis," sendo o meio mais prático, mais constante e mais fiel para o diagnóstico da sífilis (LOPES, 1938, p. 1).

O médico Linneu Araújo, também alertava que, caso a gravidez ocorresse normalmente, a criança sobrevivente, "apresentará desde os primeiros dias de existência (sífilis congênita precoce), ou em caso mais dilatado após o nascimento (sífilis congênita tardia), as lesões, sinais, e estigmas da doença que os próprios pais lhe transmitiram." (ARAÚJO, 1937, p. 1). A criança também apresentaria alguns sintomas comuns que traria o diagnóstico exato da presença da doença. Como alerta, o médico listava alguns sintomas mais frequentes, sendo falta de apetite, vômitos, convulsões, estrabismo, lesões da pele e das mucosas, alterações do esqueleto, constituindo o chamado raquitismo sifilítico, doenças do coração, além daquilo que ele denominou como deformações e monstruosidades de toda ordem.

É importante observar que com as análises mais aprofundadas sobre a doença, os médicos constataram que os pais logo poderiam tomar como observação o crescimento dos dentes das crianças. De acordo com esses estudos, "a dentição não escapa à influência da sífilis. São quase sempre heredo-luéticas as crianças cujos dentes custam a aparecer, ou não aparecem todos, ou apresentam erosões, anomalias de forma e de implantação." (ARAÚJO, 1937, p. 1). Nesse caso, os médicos colo-

cavam-se com a detenção de um saber certeiro, em relação aos outros praticantes de cura para o tratamento desse tipo de manifestação da sífilis. Alertavam que nesses casos específicos mais valem injeções de bismuto ou arsênico do que a aplicação isolada do cálcio, que, segundo reiteravam, eram recomendados pelo conhecimento leigo, o que configura o embate onde a medicina procurava buscar legitimidade a partir da desqualificação das formas de tratamento daqueles e daquelas que não eram diplomados pela ciência.

Outro ponto bastante enfatizado pelos médicos era o caso de, quando sobrevivente, a criança com sífilis seria marcada por graus de desenvolvimento diferentes das outras de mesma idade. Segundo o Dr. Lineu Araújo, "a sífilis prende-se muitas vezes o estado que os pediatras chamam distrofia, em que há notável atraso do desenvolvimento. A criança vive em condições favoráveis, alimenta-se ao seio materno, não tem febre, não tem diarreia, e, entretanto, não progride." (ARAÚJO, 1937, p. 1). Além do desenvolvimento intelectual considerado pelo médico como deficitário, o comprometimento do organismo infantil também implicava em desordens físicas, pois a criança que crescia adoentada pela sífilis podia manifestar um descontrole hormonal, acarretando as glândulas de secreções internas como a hipófise, tireoide e glândulas sexuais. O mau funcionamento delas implicaria em uma infinidade de outras doenças, como o nanismo, o gigantismo, o infantilismo e a obesidade. Sendo assim, pregava-se a ideia da consciência social e sanitária pelos médicos e, a partir da predisposição dos indivíduos, acreditava-se na ampliação e aceitação desses cuidados.

O médico Oscar Clark, no ano de 1942, prosseguia na discussão sobre a sífilis. Em uma publicação sobre a educação e a higiene das crianças, externou a importância do tratamento das crianças que pertenciam aos grupos escolares e possuíam sífilis congênita. Segundo o médico, "o tratamento sistemático dessas crianças acompanhado de respectiva educação sanitária, representaria, dentro de alguns anos, a verdadeira redenção física da gente brasileira." (ESCOLAS, 1942, p. 2). Não encontramos menções à presença das Escolas Hospitais em Teresina, o que se sabe é que campanhas em escolas costumavam ocorrer durante estas décadas, especialmente na Escola Normal de Teresina. A educação junto com a atuação médica, no que se refere à prevenção da sífilis congênita, andavam lado a lado.

O tratamento de doenças que acometiam o público infantil fazia parte do projeto de institucionalização da saúde em Teresina, que durante as décadas de 1930 e 1940, junto a ações de ordem nacional, empreendidas por inspetores federais, médicos e outros agentes da área da saúde, promoviam a profilaxia e o tratamento de doenças, por meio de políticas públicas, através da criação de campanhas e palestras educacionais sanitárias, tratamentos ofertados pelas instituições de saúde e por meio da intervenção médica em clínicas, consultórios e produções científicas divulgadas na imprensa e em revistas médicas especializadas.

As doenças que acometiam o público infantil com mais recorrência eram as do aparelho digestivo, ocular e sexualmente transmissíveis, sendo elas: verminoses, tracoma e sífilis congênita. A profilaxia e o tratamento envolviam um plano de saúde nacional, que, à época, visava a promoção da saúde dos infantes como um bem público e que propiciasse indivíduos fortes e saudáveis.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Sorailk Lopes. **Saneamento, educação e instrução:** a configuração do campo da saúde pública no Piauí. 2011. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2011.

BRITO, Antonio Burgyja. **Narrativas autobiográficas**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1977.

CARDOSO, Elizangela Barbosa. **Identidades de gênero, amor e casamento em Teresina (1920- 1960)**. 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

CARDOSO, Elizangela Barbosa. Infância, médicos e mulheres em Teresina nas décadas de 1930 e 1940. **Projeto História**, São Paulo, v. 60, pp. 319-350, Out-Dez, 2017.

DELUMEAU. Jean. **História do medo no Ocidente 1300-1800:** uma cidade sitiada. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FONSECA, Cristina M. Oliveira. **Saúde no Governo Vargas (1930-1945):** dualidade institucional de um bem público. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

MARINHO, JoseanneZingleara Soares.**"Manter sadia a criança sã":** as políticas públicas de saúde materno-infantil no Piauí de 1930 a 1945. Jundiaí: Paco Editorial, 2018.

MORAES, Lívia Suelen S. **Saúde materno-infantil, mulheres e médicos em Teresina (1930- 1950)**. 2014. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014.

NERY, Ana Karoline de Freitas. **Políticas públicas de saúde, doenças e medicamentos em Teresina durante as décadas de 1930 e 1940**. 2021. Dissertação (Mestrado em história do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2021.

PORTO, Carlos Eugênio. **Roteiro do Piauí**. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2019.

SANGLARD, Gisele. **Entre os salões e o laboratório**: Guilherme Guinle, a saúde e a ciência no Rio de Janeiro, 1920-1940. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

SILVA, Cândido. **Infestação por helmintos intestinaes em creanças de edade escolar**. Rio de Janeiro: Oficinas Gráphicas d'A Noite, 1936.

UJVARI, Stefan Cunha. **A história da humanidade contada pelos vírus, bactérias, parasitas e outros microrganismos**. São Paulo: Contexto, 2019.

FONTES

APEPI. **Mensagem Apresentada à Câmara Legislativa Pelo Dr. Raymundo Arthur de Vasconcelos no dia 1 de junho de 1899**. Teresina: Tipografia d'O Piauí, 1899.

ARAÚJO, Linneu. Como evitar a sífilis congênita. **Diário Oficial.** Teresina, ano 7, n. 291, p. 8, 31 dez. 1937.

ASSUNÇÃO, F. Vitoriano. A mortalidade infantil em Teresina: defesa sanitária da criança. **Revista da Associação Piauiense de Medicina**, Teresina, v. 1, n. 1, p. 19-20, 1939.

CARVALHO, José Epifânio de. O tracoma no Piauí. **Revista da Associação Piauiense de Medicina**, Teresina, n. 2, 1939.

CORRÊA, Antônio M. Conselhos indispensáveis às senhoras grávidas. **Diário Oficial**. Teresina, ano 7, n. 275, p. 7, 11 dez. 1937.

ESCOLAS Hospitais. **Diário Oficial**. Teresina, ano 12, n. 141, p. 2, 27 jun. 1942.

LOPES, Francisco Machado. Valor do exame de sangue na proteção à criança contra a sífilis. **Diário Oficial**. Teresina, ano 8, n. 5, p. 1, 8 jan. 1938.

PIAUÍ. Diretoria de Saúde Pública. Relatório de Saúde Pública no ano de 1931. **Códice de Saúde de relatórios diversos 1424**. Teresina, 1932.

PIAUÍ. Diretoria de Saúde Pública. Relatório de Saúde Pública no ano de 1936. **Códice de Saúde de relatórios diversos 1424**. Teresina, 1937.

PIAUÍ. Diretoria de Saúde Pública.Relatório do diretor de Saúde Pública ao Secretário Geral sobre o exercício do ano de 1932. **Códice de Saúde de relatórios diversos 1424**. Teresina, 1933.

PIAUÍ. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa pelo Exmo. Dr. João de Deus Pires Leal, governador do Estado, no dia 1º de julho de 1930**. Teresina: Tipografia d'O Piauí, 1930.

PIAUÍ. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa, pelo governador do Estado Exmo. Sr. Dr. João Luiz Ferreira**. Teresina: Imprensa Oficial, 1921.

PIAUÍ. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa, pelo governador do Estado Exmo. Sr. Dr. João Luiz Ferreira.** Teresina: Imprensa Oficial, 1924.

LENTIDÃO DO ESTADO E PROTAGONISMO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS FRENTE À EMERGÊNCIA DA AIDS NA PARAÍBA (1985-2005)

Fernando Domingos de Aguiar Júnior[1]

RESUMO: No segundo semestre de 1985, a imprensa paraibana através dos jornais A União, O Norte e Correio da Paraíba, apresentaram em suas páginas os primeiros casos de aids no estado (AGUIAR JÚNIOR, 2016). Uma sequência de discursos e narrativas que reforçaram discursos discriminatórios (TREVISAN, 2018), estigmas acerca da doença (SONTAG, 1989) e das pessoas adoecidas (POLLACK, 1990). Em poucos dias, os mesmos jornais também diziam de perseguições e exclusões sociais que em especial atingiam pessoas homossexuais (VIANNA, 2022; DANIEL E PARKER, 2018). Entre discursos médicos e políticos, a mesma imprensa abordava uma narrativa que dizia da impossibilidade tanto da rede pública, como também da rede particular de hospitais em atender pacientes de aids na Paraíba. Entre os anos de 1985 e início de 1987, pacientes paraibanos eram acolhidos pela rede hospitalar dos vizinhos Rio Grande do Norte e Pernambuco (LAURINDO E TEIXEIRA, 2015). É neste contexto que surge uma mobilização social que extrapolou os limites dos grupos identitários, reunindo profissionais das ciências médicas, amigos e familiares de pessoas adoecidas que buscaram alternativas frente ao desafio da aids e diante da omissão do poder público. No entanto, essa mobilização social foi protagonizada justamente pela mesma população que era composta em sua maioria de homossexuais, estes que o discurso oficial percebia enquanto uma 'não prioridade' para iniciativas públicas, ainda mais quando tratava-se de sujeitos homossexuais que se apresentavam adoecidos pela aids e necessitados de cuidados médicos (NASCIMENTO, 2005). Foram justamente estes sujeitos que recusam a imposição de uma 'morte social' que antecedia a morte biológica, narrativa replicada pela imprensa, mas não aprovada por aqueles que 'deveriam morrer', pois eles recusaram a proposta do 'não lugar'. Desse modo, suas respostas e iniciativas coletivas construíram as primeiras ONGs – Organizações Não Governamentais – e com elas também se percebeu o nascimento de uma agenda de saúde pública a fim de enfrentar a aids (TIMERMAN; GUIMARÃES, 2015). Por sua vez, na Paraíba observa-se o protagonismo de ONGs e Movimentos Sociais, responsáveis por essa dinâmica social no estado, uma análise que revela tensões e conflitos com o poder público. Neste artigo, destacamos a iniciativa da ONG-aids Cordel Vida – Centro de Orientação e Desenvolvimento de Luta pela Vida – enquanto guardiã dessa memória coletiva e que nos lembra que uma História da Saúde e das Doenças observa a doença também como um fenômeno social, coletivo, cultural e por isso histórico.

PALAVRAS-CHAVE: História da aids; Cordel Vida; História das doenças; Movimento aids; Paraíba.

1 Fernando Domingos de Aguiar Júnior é doutorando em História pela Fundação Casa de Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), pesquisa a história da aids na Paraíba, a partir da atuação da ONG-Aids Cordel Vida. Mestre em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Licenciado em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) – fernandojp9@hotmail.com.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

UMA PERSPECTIVA SOCIAL DA AIDS

No dia 9 de agosto de 1985, a imprensa paraibana noticiou o primeiro caso de [2]aids no estado (AGUIAR JÚNIOR, 2016). No entanto, essa não era a primeira notícia que os paraibanos liam sobre a doença. Por aqui, as pessoas foram informadas sobre a doença antes mesmo da aids ser uma realidade na Paraíba e estas notícias que antecederam o fato local, imprimiam formas de pensar a doença e as pessoas adoecidas (VIANNA, 2022). A aids gerou diversos impactos na sociedade, despertando estigmas, preconceitos, discriminação, violência e exclusões sociais (NASCIMENTO, 2005). Ao mesmo passo que do outro lado dessa ponte estavam as pessoas que foram percebidas como causa e origem da doença, vivendo na pele as marcas e as dores que as exclusões sociais imputavam sobre esses sujeitos (TREVISAN, 2018). Na contramão dessa narrativa pessoas que viviam a experiência do adoecimento, recusaram um lugar de culpa, de exclusão e a imposição da morte social, organizando-se em associações e organizações não governamentais para exigir que seus direitos instituídos na constituição cidadã fossem então aplicados e respeitados (SONTAG, 1989; POLLAK, 1990; TRONCA, 2000; GALVÃO, 2000; TIMERMAN e GUIMARÃES, 2015; DANIEL e PARKER, 2018; RICH, 2021).

Nosso olhar sobre a história da aids, não está condicionado apenas na possibilidade de observar a doença enquanto uma questão biológica, um fato posto. Numa análise da História da Saúde e das Doenças, observamos a história da aids também como um fenômeno social (NASCIMENTO, 2005). Em questão estão as narrativas da imprensa, o discurso médico, a postura do Estado, os impactos destas narrativas na vida das pessoas que viveram a experiência do adoecimento. Ao mesmo tempo, com a instituição dos "grupos de risco", como nomenclatura que tinha como pretexto promover a prevenção e o tratamento do HIV, mas que na prática serviu como pretexto para atos de violências e de exclusões sociais (POLLAK, 1990). Desse modo, a aids foi percebida inicialmente enquanto uma doença dos homossexuais e esta percepção é fruto de uma construção histórica e social.

Nesta perspectiva, cabe aos pesquisadores de uma história das doenças, considerar o imaginário social como base dessa dinâmica histórica, que segue o fluxo das narrativas das representações sociais e que diz da maneira como a sociedade interpreta as doenças. Observar as transformações e os impactos sociais, em meio a contextos tão complexos como a emergência da aids (NASCIMENTO, 2005. p. 42).

A aids inaugurou uma narrativa especifica para as pessoas que viveram a experiência do adoecimento, para além de todas as representações que foram impostas á outras doenças, os discursos a respeito da aids fez com que a doenças e o doente estivessem em lados opostos. Num cenário complexo, as pessoas adoecidas foram percebidas como sujeitos culpados e merecedores das dores que a aids promovia. Num cenário onde a pessoa adoecida não era um paciente qualquer, mas alguém que merecia estar doente, alguém culpado e agora no lugar de réu estava sofrendo o peso de uma condenação merecida (SONTAG, 1989, p. 15-16).

2 Em todo texto autoral desse capítulo, como autor, decido escrever a sigla que corresponde à aids todo em caixa alta, num ato político em oposição às narrativas a respeito da doença que recorreram às estratégias de escrita e uso do termo com a finalidade de imprimir sob a doença e as pessoas adoecidas uma composição de representações sociais que tiveram como base estigmas e preconceitos, gerando dores e exclusões.

Trevisan (2018), aborda em sua obra 'Devassos no paraíso', o registro de ocorrências violentas que se manifestaram como práticas que acharam insuficiente excluir aquelas pessoas, era necessário marcar seus corpos, impor mais sofrimento (TREVISAN, 2018, p. 395; 406-407). No contexto paraibano, as notícias que antecederam os primeiros casos de aids no estado, foram o estopim para justificar que homossexuais fossem impedidos de frequentar espaços públicos como saunas, piscinas e academias de ginástica. "Estas seriam parte do cenário de pânico em João Pessoa, durante o ano de 1985, um resultado real dos discursos quem eram propagados pela publicidade negativa que era feita acerca da aids" (AGUIAR JÚNIOR, 2016, 133).

A partir deste cenário, percebemos o poder de vida e de morte que as metáforas da aids tinham sobre as pessoas. O julgamento moral, não impôs apenas a vergonha e a culpa, com elas vieram o silêncio, a exclusão e a morte social que antecedia a morte física. Desse modo, várias consequências provocaram ecos, estas representações levaram pessoas infectadas a um isolamento social tão profundo que estas decidiram não buscar tratamento (SONTAG, 1989, p. 53; POLLAK, 1990, p. 103-104; TRONCA, 2000, p. 207).

HISTÓRIA DA AIDS NA PARAÍBA: LENTIDÃO, OMISSÃO E ORGANIZAÇÃO TARDIA DO SERVIÇO PÚBLICO DE SAÚDE.

Em 'História da aids no Brasil (2015), Paulo Teixeira e Lindinalva Teodorescu, apresentam um cenário desolador durante os primeiros anos de epidemia na Paraíba. Pacientes que precisam de atendimento, chegavam nas portas dos hospitais paraibanos e recebiam negativa de atendimento. E mesmo quando estes precisavam passar por um acolhimento médico que indicava internação, estes pacientes precisavam ser transferidos para os estados vizinhos de Pernambuco e do Rio Grande do Norte (LAURINDO e TEIXEIRA, 2015, p. 292).

Esse cenário complexo onde pessoas adoecidas pelas aids não recebiam atendimento adequado na Paraíba, não se estendia aos hospitais públicos e privados, revelando uma dinâmica de exclusões pautadas em discriminações e preconceitos:

> As notícias acerca dos limites e das impossibilidades, dos hospitais e da saúde pública da Paraíba, em oferecer um atendimento e acompanhamento aos pacientes com aids, se multiplicariam. Contudo, tais discursos que sugeriam uma suposta seletividade ou ao menos indisposição em atender os pacientes de aids não se limitou ao serviço público, hospitais da rede privada em todo país tentaram justificar a 'inviabilidade' de tais acompanhamentos, que iam desde o atendimento até a internação de pacientes com aids (AGUIAR JÚNIOR, 2016, p. 147).

Uma das justificativas dos hospitais privados, era o temor de que outros usuários se sentissem ameaçados e expostos ao vírus da aids se frequentassem um mesmo ambiente onde pessoas

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

adoecidas pela aids estavam. [3]A imprensa paraibana noticiou que [4]não havia vagas, nem em hospitais públicos, nem mesmo hospitais privados para atender pacientes de aids. Nos jornais *O NORTE* e *CORREIO DA PARAÍBA*, a imprensa desenhava o cenário cruel e desumano que a ids ia instituindo na Paraíba. Uma vez que pacientes de aids, caso precisassem de atendimento básico, suporte e leitos para realizar tratamentos, toda essa estrutura lhes seriam negadas.

Figura 1 O NORTE, N. 93 ANO 77, 10 de ago. de 1985, pg. 9



AIDS

Doença preocupa mas não é prioridade, diz ministro

TERESINA, - "A AIDS é uma questão preocupante, porém não é prioritária para o País. Somos 130 milhões de brasileiros. Nós temos cinco milhões de pessoas com doença de chagas, 8 milhões com xistossoma, 400 mil com malária, 250 mil com tuberculose, 300 mil com lepra e até agora confirmados 400 casos de AIDS". A declaração foi feita ontem pelo ministro Carlos Sant'Anna, da Saúde, em entrevista concedida no aeroporto de Teresina.

Para o ministro, a AIDS "é preocupante porque é uma doença nova provocada por vírus - o HTLV-3, com muitas facetas completamente desconhecidas. E uma doença muito grave e, constatado o diagnóstico, é fatal e o paciente tende a morrer em três ou quatro anos, a não ser que se descubra até lá uma nova vacina".

Sant'anna, min. da Saúde

Carlos Sant'Anna destacou que o Ministério da Saúde já fez reunião de especialistas, quando foi esquematizado tudo sobre a AIDS, em cumprimento a portaria ministerial baixada no mês de maio. Além disso, acompanhou a reunião internacional de Atlanta, nos Estados Unidos, e promoveu encontro em Curitiba para adoção de medidas que visem à vigilância epidemiológica, controle e, especialmente, educação dos grupos mais sujeitos a contrair a moléstia, que são os homossexuais masculinos, os tóxico-dependentes e os que recebem transfussão de sangue.

O discurso das [5]autoridades brasileiras, reforçavam o cenário desolador e de indiferença diante da emergência da aids. A violência contra essas pessoas, a retirada de direitos, a discriminação, a

3 A Federação Nacional dos Estabelecimentos de Serviços de Saúde (Fenaess), representante de Hospitais Privados do País, divulgou nota ontem em São Paulo, afirmando que a maioria dos Hospitais Brasileiros da rede privada está desaparelhada para atender a pacientes portadores de AIDS. A nota expressa ainda o temor de que pacientes de outras doenças comecem a recusar internação em Hospitais que oferecem tratamento aos portadores da AIDS. (CORREIO DA PARAÍBA, Nº13, ANO XXXII, 20 de agosto de 1985, capa.).

4 [...] a maioria dos hospitais brasileiros da rede privada não possui condições técnicas e preparo e pessoal para atender a pacientes portadores de AIDS. [...] Segundo Ubiratan Dellape, residente da Fenaess, grande parte das entidades de saúde desconhece os problemas que a internação desse tipo de doente pode trazer aos demais [...]. Os estabelecimentos de saúde temem também a repercussão junto a pacientes e ao público, que poderiam evitar ou recusar a internação em hospitais que atendessem AIDS, pois a moléstia criou clima de verdadeiro terror na população. (O NORTE, Nº 103, ANO 77, 20 de agosto de 1985, p. 9)

5 "A AIDS é uma questão preocupante, porém não é prioridade para o país. Somos 130 milhões de brasileiros. Nós temos cinco milhões de pessoas com doença de chagas, 8 milhões com xistossoma, 400 mil com malária, 250 mil com tuberculose, 300 mil com lepra e até agora confirmados 400 casos de AIDS. A declaração foi feita ontem pelo ministro Carlos Sant`Anna, da Saúde, em entrevista concedida no aeroporto de Teresina. Para o ministro, a AIDS "é preocupante porque é uma doença nova provocada pelo vírus – o HTVL-3, com muitas facetas completamente desconhecidas. É uma doença muito grave e, constatado o diagnóstico, é fatal e o paciente tende a morrer em três ou quatro anos, a não ser que se descubra até lá uma nova vacina". Carlos Sant`Anna destacou que o Ministério da Saúde já fez reunião de especialistas, quando foi esquematizado tudo sobre AIDS, em cumprimento a postaria ministerial baixada no mês de maio. Além disso, acompanhou a reunião internacional em Atlanta, nos Estados Unidos, e promoveu encontro em Curitiba para adoção de medidas que visem a vigilância epidemiológica, controle e, especialmente, educação dos grupos mais sujeitos a contrair a moléstia, que são os homossexuais masculinos, os tóxicos-dependentes e os que recebem transfusão de sangue" (O NORTE, Nº 93, ANO 77, 10 de agosto de 1985, p. 9).

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

ausência de uma política de inclusão confirmavam uma dinâmica instituída de exclusões e preconceitos diante da emergência da aids, e da experiência do adoecimento.

A postura de indiferença das autoridades, diante de um momento tão delicado que atingia as vidas de milhares pessoas em diversas escalas, instituía paralelamente uma necessidade de transformação social que os governos não conseguiriam projetar. A relação da população com o governo diante da emergência da aids foi pautada numa nova realidade de denúncias e reclamações. Em questão estavam os "serviços médicos inadequados para os doentes e a discriminação sancionada pelo governo contra pessoas suspeitas de portarem o HIV" (RICH, 2021, p. 89-90).

O PROTAGONISMO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AIDS NA PARAÍBA

Diante da omissão do estado, da indiferença, ausência de iniciativas e sensibilidade, a então comunidade LGBT, recusou o lugar de culpa, rejeitou aceitar a imposição de uma 'morte social' que se instituía a partir da exclusão de homossexuais da vida pública, movidos pelo medo e pela culpa estas pessoas deveriam se recolher e morrer, sem que o governo se mobilizasse na direção de atender os anseios básicos dessas pessoas. A aids seguia abrindo caminho, não levava em conta a cor da pele, religião, origem, escolaridade ou classe social. Contudo, populações em vulnerabilidade social estariam mais expostas ao HIV. Num processo de abertura política depois de um período de décadas em que o autoritarismo da ditadura militar brasileira exercia opressão contra a diversidade e a coletividade da sociedade.

É neste contexto de abertura política que as pessoas passam a se reunir, realizar debates, pensar em propostas e reconhece o direito de cobrar do estado uma posição diante da epidemia de aids que faça justiça ao texto da constituição brasileira.

> Muito do progresso que houve no tratamento da AIDS se deveu à ação de grupos organizados, formados pelas pessoas mais atingidas pela síndrome no começo – os homossexuais. Primeiramente, recusando-se a aceitar a censura moral ou qualquer outro tipo de preconceito. E, em seguida, cobrando pesquisas, desenvolvimento de medicações e orientando seus pares sobre medidas de proteção. Os gays foram muito efetivos nisso. O cenário inicial da AIDS, apesar de toda ignorância e preconceito, teve um lado muito positivo de intensa mobilização social (TIMERMAN E MAGALHÃES, 2015, p. 23).

Foi a partir da compreensão desse cenário político que em 1992 o MEL – Movimento do Espírito Lilás foi fundado. Em sua [6]ata de fundação, assinada por professores, trabalhadores das mais diversas áreas e representantes de movimentos sociais locais, construíram e assinaram o documento

6 "(...) este período de transição democrática, os movimentos populares vão se intensificar através de inúmeras campanhas pela realização de reformas sociais imediatas (...). Para tanto foi criado o Movimento do Espírito Lilás (MEL), que terá a finalidade de informar, orientar, prestar apoio e encontrar meios para defender as pessoas de ambos os sexos vítimas de preconceitos e discriminação em qualquer instância da sociedade, devido a sua orientação sexual e pessoas portadoras do vírus (HIV/AIDS)." (Ata de fundação do MEL/Movimento do Espírito Lilás. Referência: Centro de documentação e Memória Abelha Rainha. 06 de março de 1992).

que entraria para história. O MEL reconhecia a necessidade de promover uma mobilização política intensa, que compreendesse o momento histórico daquele período e que desse modo atuasse na linha de frente para operar mudanças sociais necessárias. E uma de suas principais pautas, era defender mulheres, população negra, pessoas pobres, pessoas da comunidade LGBTQIA+ e em especial resguardar direitos das pessoas que vivem com HIV.

No ano 2000, fundou-se a Associação de Prostitutas da Paraíba – APROS – PB – atuando diretamente no universo das prostitutas da Paraíba falando da importância do uso de preservativos, destacando a importância da prevenção. Em 2002 foi criada a Associação de Travestis e de Transexuais da Paraíba – ASTRAPA/ASPTTRANS – PB, esta associação por sua vez, tinha como objetivo abordar a autoestima das mulheres travestis e trans. Promovendo iniciativas que levassem informações de prevenção, formação de multiplicadores e ações de acolhimento para uma população marcada pela vulnerabilidade social (OLIVEIRA, 2018; SANTOS, 2022; BENVENUTTY, 2022).

No ano de 2005, a instituição Cordel Vida - Centro de Orientação e Desenvolvimento de Luta pela Vida, soma-se à esta rede e transforma-se numa peça importante e indispensável para pensarmos a história da aids na Paraíba. O Cordel, atuou de forma permanente na construção de políticas públicas, promovendo e participando de ações de protesto que exigiam acesso à medicamentos e tratamento médico adequado. Além de atuar na linha de frente em ações de prevenção, promovendo formações através de cursos em mais de 40 cidades do interior da Paraíba, formando centenas de mediadores além de alcançar mais de vinte mil pessoas com suas palestras. A ONG tem dois projetos principais, o primeiro levando acolhimento e desenvolvimento de terapias ocupacionais para pacientes em tratamento no Clementino Fraga. Um segundo projeto, destaca-se pela ação permanente em oferecer suporte jurídico para pessoas que vivem com HIV, garantindo acesso a tratamento e atendimento médico.

> Sei que estou com Aids. Sei o que significa pra mim estar com Aids, neste país. Não faço nenhuma ilusão sobre isto, mesmo sendo um privilegiado. Vejo muitos morrerem por conta da incúria governamental. Morro também por causa disto. Morremos todos, por isso. Sei bem o que querem dizer tantos mortos vivos. Sei que quero gritar com eles: estamos vivos. Afinal, que Aids é esta que adoece este (qual) país? (DANIEL, 2021, p. 43-44).

O cenário de abertura político, permitiu que homens e mulheres s mobilizassem na luta por direitos. Diante da imposição da morte, e da insistência para que aceitassem a morte social que antecedia a biológica, homens gays, travestis, lésbicas, mulheres, pessoas negras se posicionaram ao lado e em favor da vida. Não havia um outro caminho para sobreviver e realizar sonhos. A vontade de viver diante da ameaça de morte, fez brotar um movimento social de permanente de oposição às políticas de morte (RICH, 2021).

CONCLUSÃO

A história da aids na Paraíba, revela dinâmicas sociais e um processo de construção de uma rede que envolve associações ao redor de uma pauta inegociável: a vida. Diante da indiferença de

um estado, diante da perversidade de uma imprensa que via como urgente transmitir notícias, que ao mesmo tempo alimentava o pânico social, gerando por sua vez um conjunto de violências e exclusões. Em oposição a este cenário de dor e exclusões, os movimentos sociais questionaram narrativas da imprensa, conquistando espaço na própria mídia onde passaram a reclamar e denunciar a má vontade de um estado que não via na emergência da aids a urgência que apresentava. As trajetórias individuais e coletivas desses sujeitos, suas ações ocupando praças públicas, ofertando e participando de seminários de prevenção ao HIV/aids e ISTs, além das possíveis formações em direitos humanos compõem uma engrenagem que torna a política de enfrentamento à aids no Brasil, em um projeto de saúde pública que tornou-se modelo para todos os povos. Este artigo estabelece um diálogo entre minha dissertação defendida na UFPB – **Imagens da doença, políticas da notícia: Cenários e representações da aids na imprensa paraibana (1980)** – e com minha atual pesquisa de doutoramento na FIOCRUZ onde analiso a participação e o protagonismo da ONG-aids Cordel Vida na construção de políticas públicas para pessoas que vivem com HIV na Paraíba.

REFERÊNCIAS

AGUIAR JÚNIOR, Fernando Domingos. **Imagens da doença, políticas da notícia: Cenários e representações da Aids na imprensa paraibana (1980).** Dissertação de mestrado em História. João Pessoa: Programa de Pós-Graduação em História/ Universidade Federal da Paraíba, 2016.

BARATA, Germana. **A primeira década de aids no Brasil: O Fantástico apresenta a doença ao público.** Dissertação de mestrado em História: Programa de Pós-Graduação em História Social/Universidade do Estado de São Paulo, 2006.

BENVENUTTY, Fernanda. **Uma política travesti** / Fernanda Benvenutty; Luiza Ferreira Lima; Silvana Nascimento. São Paulo: Editora Patuá, 2022. Editora Amavisse, 2022.

CUETO, M. & Lopes, G**. "Aids, Antiretrovirals, Brazil and the International Politics of Global Health, 1996-2008**". Social History of Medicine, vol. 34, n. 1, p. 1-22, 2021.

DANIEL, Herbert. **Aids, a terceira epidemia: ensaios e tentativas /** Herbert Daniel e Richard Parker. Rio de Janeiro: ABIA, 2018.

DANIEL, Herbert, **Vida antes da morte.** Rio de Janeiro: ABIA, 2021.

GALVÃO, Jane. **Aids no Brasil: A agenda de construção de uma epidemia.** Rio de Janeiro: ABIA, São Paulo: Editora 34, 2000.

NASCIMENTO, Dilene Raimundo do. **As Pestes do século XX: tuberculose e Aids no Brasil, uma história comparada.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

OLIVEIRA, Thiago L. **"Da política como participação e resistência: Esboço de historiografia do movimento LGBT em João Pessoa, Paraíba".** In. NASCIMENTO, Silvana. Entre o sertão e o mar: Políticas e poéticas LGBTs na Paraíba. Silvana Nascimento e Mônica Franch [organizadoras]. 1ª edição. Salvador: Editor Devires, 2018.

POLLACK, Michael. **Os Homossexuais e a Aids. Sociologia de uma epidemia.** São Paulo: Estação Liberdade, 1990.

RICH, Jessica Alexis Jolicoeur. **Ativismo Patrocinado pelo Estado: burocratas e movimentos sociais no Brasil democrático.** Tradução de Maria Lucia de Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2021.

SANTOS, Élida Miranda dos. **As estratégias pedagógicas de educação e saúde desenvolvidas pela OSC para conter a disseminação das IST/HIV/AIDS entre jovens em contexto de maior vulnerabilidade epidemiológica.** Goiânia: Alta Performance, 2022.

SONTAG, Susan. **A Aids e Suas Metáforas.** Trad. Paulo Henriques Britto. São Paulo, Companhia da Letras, 1989.

SOUSA, S. J. de; CABRAL, I. N.; MIRANDA, J. dos Reis. **O trabalho com Jovens e Adolescentes da ONG Cordel Vida e as questões da Sexualidade.** UFPB — Universidade Federal da Paraíba, 2017.

TARDELLI, Roseli**. O valor da vida: 10 anos de Agência Aids** / Roseli Tardelli; texto baseado em diálogos com Cristina Sant'Anna. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2013.

TELES, Nair (Org.). **Políticas de controle de HIV/Aids no Brasil e em Moçambique/** organizado por Nair Teles, Jairo Jacques da Matta e Wanda Espírito Santo. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2016.

TEODORESCU, Lindalva Laurindo; TEIXEIRA, Paulo Roberto. **Histórias da Aids no Brasil, v. 1: as respostas governamentais à epidemia de Aids.** Brasília: Ministério da Saúde/Secretaria de Vigilância em Saúde/Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais, 2015.

TEODORESCU, Lindalva Laurindo; TEIXEIRA, Paulo Roberto. **Histórias da Aids no Brasil, v. 2: a sociedade civil se organiza pela luta contra a Aids.** Brasília: Ministério da Saúde/Secretaria de Vigilância em Saúde/Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais, 2015.

TIMERMAN, Artur; GUIMARÃES, Naiara. **Histórias da Aids.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

TREVISAN, João Silvério**. Devassos no paraíso: A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2018

TRONCA, Italo A. **As máscaras do medo: lepra e Aids**. Campinas: Editora da Unicamp, 2000.

VIANNA, Eliza da Silva. **"Alguma coisa aconteceu comigo": a experiência soropositiva nas obras de Caio Fernando Abreu e Hervé Guilbert (1988-1996).** Salvador: Diálogos, 2022.

A INTERIORIZAÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA NO PIAUÍ A PARTIR DOS SERVIÇOS FORNECIDOS EM FLORIANO[1]

Rakell Milena Osório Silva[2]
Joseanne Zingleara Soares Marinho[3]

RESUMO: O foco central da pesquisa é analisar as técnicas e práticas baseadas no higienismo e no tratamento das doenças, que foram implantados no Piauí a partir dos serviços do Posto de Saúde e do Hospital de Caridade no município de Floriano durante o Governo de Landry Salles Gonçalves, Interventor Federal do Piauí entre 1931 e 1935. A partir de 1930, com Getúlio Vargas no poder, as ações de saúde coletiva chegaram ao auge do sanitarismo campanhista, marcadas pelas práticas de saúde pública e previdenciária, promovendo a adoção de campanhas sanitárias, destinadas a combater epidemias urbanas e, posteriormente, endemias rurais. Algumas medidas foram efetivadas pelo Estado, em sua maioria na capital, o Rio de Janeiro, enquanto estados do interior do Brasil estavam em um processo de expansão da saúde pública, como é o caso do Piauí. A partir da década de 1930, com a reorganização administrativa de Landry Salles, a saúde pública no Piauí passou a reforçar o ideário de prevenção e amparo da saúde. As políticas públicas passaram a ser materializadas nas instituições, discursos médicos, e tratamento das doenças, tratavam-se de ações do governo piauiense direcionadas, sobretudo, para a população pobre, sendo fundamentadas em uma orientação política de saúde, com base na cultura do higienismo. (NERY, 2019). Entre os serviços de saúde oficiais, tinham destaque os centros de saúde, os postos de higiene e as delegacias de saúde, que praticavam o tratamento e a profilaxia dos doentes com mais organização e regularidade. (MARINHO, 2018). Apesar dessas melhorias apresentadas, elas ainda não eram suficientes para atender de forma extensiva as demandas da população, podendo-se notar o aumento crescente das doenças, principalmente o impaludismo, a sífilis e as verminoses, uma vez que os serviços de saneamento e as delegacias de saúde no interior do estado, deixavam a desejar. Enquanto isso, a saúde pública no sul, ficava quase que por inteiro a cargo do Hospital de Caridade Miguel Couto e do Posto de Saúde de Floriano, ambos dirigidos pelo médico Sebastião Martins de Araújo Costa. (ALMANAQUE CARIRI, 1952). Os serviços de saúde ainda eram iniciais, onde se realizavam trabalhos de profilaxia, vacinações e revacinações, trabalhos epidemiológicos, ações de saneamento e serviços laboratoriais. (PIAUHY, 1933). Diante disso, apesar dos trabalhos realizados pelo Interventor Federal de Landry Salles no Piauí, remodelando os serviços públicos a partir de uma política federal centralizada, principalmente no que tange à saúde pública, os serviços no interior do estado, como é o caso de Floriano, o processo ainda era inicial, apresentando-se problemático e limitado não somente nesse município, mas no estado do Piauí.

Palavras-chave: História. Saúde Pública. Posto de Higiene de Floriano. Hospital de Caridade Miguel Couto.

1 Este trabalho é resultado de um projeto em andamento do Programa de Iniciação Científica da Universidade Estadual do Piauí (PIBIC-UESPI), com vigência 2022-2023, intitulado "Manter a sanidade e tratar com ciência: os postos de saúde pública no Piauí (1930-1945)", sendo orientado pela Prof.ª Dr.ª Joseanne Zingleara Soares Marinho.
2 Universidade Estadual do Piauí.
3 Universidade Estadual do Piauí / Universidade Federal do Piauí.

A transição da Primeira República para o Governo Provisório de Getúlio Vargas foi conturbada, pois ocorreram medidas descentralizadas a partir de relações desiguais entre os estados e o início de uma reforma político-administrativa do governo vigente, adotada pelo novo presidente. No início da década de 1930, uma das principais medidas adotadas no país foi em direção à saúde pública, que apresentava estruturas precárias, principalmente no interior do país. Houve um processo lento a partir do que já vinha sendo realizado na área da saúde, com a incorporação tanto das instituições, quanto dos agentes, para estabelecer a normatização, centralização e especialização profissional. (HOCHMAN, 2002).

A área da saúde pública constituiu-se como uma das responsabilidades do Estado a partir do combate às doenças infectocontagiosas. De acordo com Bertolli (1996), para efetivar as mudanças desse panorama, ainda em 1930, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP), que visava a remodelação dos serviços sanitários e a incorporação da política social para a população que não fazia parte da medicina previdenciária, uma vez que os trabalhadores que não possuíam carteira assinada precisavam recorrer à caridade pública.

Essas transformações já estavam em processo desde o final da década de 1910, com reformas nos serviços de profilaxia rural e saneamento, em especial, no combate de endemias. Os serviços sanitários da capital Rio de Janeiro, ainda não atuavam da forma almejada, mesmo havendo a concentração dos programas de saúde na área urbana, as precárias condições de salubridade e higiene ocasionavam a presença de diversas doenças endêmicas e epidêmicas, tais como: febre amarela, varíola, verminoses, tuberculose, sífilis, entre outras. Em contrapartida o interior ficava à margem, com serviços precários ou sem nenhuma assistência sistemática de caráter público. (PAIM, 2011).

A saúde pública passou a ser vista com maior interesse pela agenda estatal, sendo importante para a construção nacional, a partir da década de 1920, pois foi partilhada por médicos higienistas, outros profissionais da saúde, variados setores intelectuais e elites políticas, que visavam um país modernizado e, para isso, era necessária a incorporação de uma medicina social de cunho preventivo, com medidas higiênicas e profiláticas, que segundo Hochman (2002), foram importantes para romper com esse ideário construído do Brasil como "um imenso hospital", advindo do discurso médico de Miguel Pereira, proferido em decorrência das endemias que assolavam a região rural, tendo repercussão nas decisões acerca das políticas públicas de saúde na primeira metade do século XX.

Com a tímida incorporação do Estado nas políticas públicas de saúde no Governo Provisório do presidente Getúlio Vargas, a família foi colocada como incapaz de proteger a saúde adulta e infantil, por conta dos altos índices de mortalidade e as precárias condições de saúde. Conforme aborda Jurandir Costa (1989), o Estado passou a interferir na vida privada a partir de intervenções normativas que defendiam a saúde física e moral das famílias, onde a política do Estado em nome dos direitos do homem era usada como instrumento de dominação para modelar o ideal de família saudável, onde a mãe e a criança passaram a ser o foco:

> A primeira dessas intervenções deu-se através da medicina doméstica. Esta medicina, no interior da burguesia, estimulava a política populacionista, reorganizando as famílias em tono da conservação e educação das crianças. A segunda dirigiu-se as famílias pobres sob a forma

> de campanhas de moralização e higiene da coletividade. A filantropia, a assistência social e a medicina concentraram-se para manobrar os laços de solidariedade familiar e usá-los, quando preciso, na represália aos indivíduos insubordinados e insatisfeitos. (COSTA, 1989: 51-52).

Desse modo, com as intervenções no âmbito privado, a conduta a partir da medicalização, que teve como propósito tímidas iniciativas visando medidas de saneamento, principalmente nas localidades rurais para conter as endemias em voga, tornou-se indispensável para o funcionamento do Estado e deu base para entender como as relações entre família, medicina e Estado no Brasil passaram a organizar a sociedade a partir dessa série de medidas normatizadoras.

As práticas políticas da Primeira República ainda estavam latentes na década de 1930 com as relações desiguais entre os estados, que se orientavam através das noções de privilégio e exclusão. (FONSECA, 2017). Nesse cenário de constantes mudanças, o Estado passou a ser o principal prestador desses serviços, com uma campanha de nacionalização pautada na modernização do sistema político da união, a saúde pública seria delineadora desse modelo centralizado, em contraponto aos interesses privados regionais, que colocavam o higienismo e a salubridade em segundo plano.

As referências de saúde pública, antes baseadas na cura e tratamento das enfermidades, passaram a combinar de forma peculiar as medicinas preventiva e curativa, desenvolvendo uma nova forma de tratar a população do país. As viagens de Arthur Neiva e Belisário Penna repercutiram na imprensa, a partir das campanhas pelo saneamento, que foram importantes como forma de alerta sobre a salubridade rural e sobre as várias endemias que atingiam essas localidades, como a malária, a febre amarela e as verminoses. (HOCHMAN, 2002). Foi criada a Liga Pró- Saneamento ainda em 1918, que visava a uniformização dos serviços no território nacional, subordinado à Inspetoria de Profilaxia da Diretoria Geral de Saúde Pública (DGSP), coordenado pelo Governo Federal.

As concepções de prevenção, estratégias e prioridades foram definidas, não se restringindo somente à capital federal e ao espaço urbano, voltando-se para o interior do país, principalmente o Nordeste com regiões estratégicas para comunicação sobre a população do campo e moléstias rurais, que se sobressaiam antes mesmo do início da década de 1930, mas só nesse momento foram tratadas como pautas para debate.

A organização da saúde pública foi sendo remodelada pelos interventores federais de cada estado designados pelo presidente Getúlio Vargas, pois os profissionais qualificados eram limitados, as estruturas eram precárias e os materiais eram insuficientes. (FONSECA, 2017). De acordo com Joseanne Marinho (2018), tais medidas chegaram ao Piauí através da gestão do Interventor Federal, Landry Salles Gonçalves, que foi responsável por uma reformulação da administração pública, incluindo as instituições públicas de saúde.

Ainda na Primeira República no que se refere ao contexto político, o Piauí passou pelo início da construção de uma cultura sanitária, através das primeiras iniciativas de medicalização da população. As dificuldades se davam, principalmente, na organização política que beneficiavam interesses particulares e na condição secundária que a saúde pública se encontrava, com péssimas condições de higiene e salubridade, pois a população pobre apresentava condições de vida precária, em decorrência da ineficiência na estrutura básica, com a falta de abastecimento de água

potável, o descarte incorreto de lixo, a falta de saneamento básico e a sujeira predominante nas ruas das cidades. (SILVA, 2010).

Ainda na década de 1920, a capital Teresina, mesmo atrasada em relação a capital do país, contou com a instalação do primeiro Posto Sanitário do estado, em 1921, no antigo prédio da Repartição Sanitária, visto como sinônimo de civilização e modernidade. O Posto Sanitário Clementino Fraga realizava vacinações e revacinações contra varíola e oferecia serviços de profilaxia para lepra, doenças venéreas e tuberculose, serviços ambulatoriais e serviços domiciliários, com inspeções visando a fiscalização dos doentes que não buscavam tratamento. (SILVA, 2019). Desse modo, o posto passou a prestar relevantes serviços, que de acordo com o Governador João Luiz Ferreira:

> [...] os serviços desta repartição continuaram a ser executados com a maxima regularidade e a possivel efficiencia obedecendo á mesma orientação technica com que foram iniciados. Procurou-se intensificar a campanha contra as verminoses, dividida, por forças circunstanciais, desde o seu inicio, em dois serviços: um ambulatorial, denominado *porta*, para doentes que vão expontaneamente ao Posto; e outro, o mais importante, domiciliario, feito pelos guardas em numero de quatro e distribuidos pelas respectivas zonas. (RELATÓRIO GOVERNAMENTAL, 1923: 29-30).

Ademais, o mesmo relatório ainda destacou medidas para conter o alastramento das verminoses e da malária, doenças endêmicas bastante presentes no período. Para a profilaxia da primeira, foi realizada a distribuição de cartilhas com vários ensinamentos de como prevenir a endemia, além de realizar a construção de fossas higiênicas e recomendar o uso de calçados e, para a segunda doença, foram distribuídos medicamentos de sais de quinino para o tratamento. Para ocorrer a distribuição dos medicamentos e das cartilhas à população pobre, foi implantado o serviço domiciliário, feito pelos delegados de higiene da capital, onde o Governador informava:

> O serviço domiciliario já havendo percorrido as zonas convencionalmente chamadas de Pacatuba, Vermelha, Santa Luzia e Cajueiros está sendo feita actualmente nas zonas do Barrocão, Palmeirinha, Campos Salles e Estrada de S Raymundo, cada uma das quaes comprehende tres ou mais ruas, em toda sua extensão. (RELATÓRIO GOVERNAMENTAL, 1923: 30).

Apesar do serviço regular no Posto de Higiene Clementino Fraga, a saúde pública ainda se restringia a capital Teresina, Parnaíba e Floriano, além das políticas sanitaristas serem pouco efetivas em outros municípios. A assistência do estado se resumia às Santas Casas de Misericórdia de Teresina e Parnaíba, o Asilo dos Alienados na capital e o Hospital de Caridade de Floriano, pois para o Estado era mais viável fazer reparos e melhorias em instituições já existentes do que construir e aparelhar novos serviços. (ARAÚJO, 2012).

A partir da década de 1930, com a reorganização administrativa efetiva de Landry Salles, a saúde pública no Piauí passou a visar o ideário de prevenção e amparo da saúde. As políticas públicas de saúde passaram a ser materializadas nas instituições, nos discursos médicos, no tratamento das doenças, nas ações do governo piauiense direcionadas a população, fundamentadas em uma orientação política de saúde, com base na cultura do higienismo. (NERY, 2019). Entre os serviços de

saúde oficiais, tinham destaque os centros de saúde, os postos de higiene e as delegacias de saúde, que praticavam o tratamento e a profilaxia dos doentes com mais organização e regularidade. (MARINHO, 2018).

Apesar de o interventor federal do Piauí ser nomeado somente em 1931, com a instalação do Governo Provisório, medidas mais abrangentes já estavam sendo tomadas pelo governador João de Deus Pires Leal, como é retratado no Relatório Governamental de 1930, apresentado à Câmara Legislativa. O documento demonstra as dificuldades enfrentadas na expansão do serviço de saneamento para o interior do estado, que visava a melhoria da fiscalização e cumprimento das obrigações legais quanto as instalações higiênicas, por conta da falta de verbas. (RELATÓRIO GOVERNAMENTAL, 1930).

Nesse mesmo ano, com a regularidade dos serviços do Posto Sanitário, ele foi transformado em Centro de Saúde e, com isso, houve uma mudança no cenário do tratamento das doenças, possibilitando maior suporte a população, pois era responsável pelo combate às verminoses, malária e doenças venéreas. Além disso, também foi criado o Posto Anti-tracomoso Moura Brasil e o Posto Escolar Abreu Fialho, que no geral eram responsáveis pelo tratamento dos casos que estavam em crescimento de tracoma no estado. (MARINHO, 2018).

A partir de 1931 foi possível notar mudanças graduais, até mesmo no que tange aos Relatórios Governamentais do Estado. Desde o início da Primeira República até o ano de 1930, mostrava-se mais as dificuldades enfrentadas na instalação de serviços públicos com a falta de verbas para custeá-los, do que nas melhorias desempenhadas de forma regular e, somente a partir da década de 1920, medidas centralizadoras em direção a saúde pública do estado foram institucionalizadas. Todavia, com a Interventoria Federal de Landry Salles Gonçalves, houve o esforço em reorganizar a saúde pública, priorizando a centralização e o controle da administração. Cada serviço de saúde passou a ser organizado burocraticamente para mostrar os avanços no atendimento e a diminuição das doenças que assolavam a região.

O primeiro Governo Vargas foi responsável por priorizar diversos âmbitos que no período anterior não eram considerados relevantes. Desse modo, nesse período no Piauí, houve um aumento significativo nas verbas destinadas para a saúde pública, tanto pessoal quanto material, possibilitando que se organizasse melhor, a partir do investimento em profissionais e estabelecimentos hospitalares, com o estabelecimento e elevação do número de postos de saúde e das delegacias de higiene no interior do estado, não se restringindo somente a capital Teresina, Parnaíba e Floriano. (MARINHO, 2014).

Com isso, outros serviços foram instalados, como em 1932, o Instituto Alvarenga, na capital, responsável por pesquisas microbiológicas e produção da linfa antivariólica. A partir de 1933, mais verbas foram destinadas para diversos serviços e instituições, como: o Leprosário de Parnaíba, estabelecimentos hospitalares do estado, Asilo de mendigos de Teresina e a Sociedade Feminina de Assistência aos Lázaros e proteção aos pobres de Parnaíba. Antes, mesmo a filantropia contando com os subsídios governamentais desde o século XIX, as verbas eram insuficientes para suprir as necessidades da população por todo o estado, por isso somente no governo de Landry Salles, com os aumentos de verbas houve avanços na área da saúde pública. (RELATÓRIO GOVERNAMENTAL, 1931-1935).

A Diretoria de Saúde atuava de forma ineficiente e dependente no período anterior, se limitando ao Serviço de Profilaxia Rural, por isso, o principal propósito do Interventor era reorganizar os serviços de saúde para desempenhar, gradativamente, uma melhor performance, como demonstra Landry Salles em seu relatório:

> As primeiras administrações posteriores á Resolução, creando e conservando a Assistencia Publica, não tentaram, comtudo modificar, mesmo levemente, a situação da Directoria de Saúde. Ambas cheguei, por fim, a verificar inefficientes, desapparelhadas e sem regulamentação. Não era possivel admittir que assim permanecessem. Logo no segundo mês de Governo, procurei, unificando-as, reorganizal-as convenientemente, [...]. (RELATÓRIO GOVERNAMENTAL, 1931-1935: 39).

Com a sua reorganização gradual, a Diretoria foi dividida em três seções: a Seção de Assistência Médica, responsável pelas clínicas médica, cirúrgica, mental e obstétrico-ginecológica, a Seção de Saúde Pública, especializada no enfrentamento de endemias e epidemias e uma seção especializada em higiene escolar, que já mostrava como a proteção à infância começava a ser materializada. (MARINHO, 2019). As novas medidas, tinham como propósito conservar a assistência pública, com a ampliação dos serviços, não se limitando somente a Teresina e Parnaíba, através da dissolução das delegacias de higiene dessas duas cidades, onde se transformaram em inspetorias demógrafo-sanitárias, de saneamento, profilaxia rural, de moléstias venéreas e lepra e de higiene escolar, especialmente do tracoma, que vinha acometendo o estado, principalmente a capital, visando dar maior assistência para a população no tratamento e prevenção das doenças locais. Além dessas medidas, a reestruturação da Santa Casa de Misericórdia da capital foi necessária, sua estrutura era precária e a assistência hospitalar era ineficiente, sendo preciso ser feitas reformas nas partes cirúrgica, clínica médica e obstétrica ginecológica.

De acordo com Marinho (2014), no ano de 1934, foi ampliado o benefício da assistência médica a outros municípios, pois os postos e inspetorias da capital funcionavam regularmente, enquanto o interior do estado grande parte da população vivia em estado precário. Assim, o número de Delegacias de Saúde foi elevado, contabilizando 15 unidades de atendimento[4], onde cada delegacia abrangia um distrito administrativo, exceto David Caldas, que era restrita à Colônia, sendo aquelas responsáveis pelo tratamento de doenças que assolavam a região, como: malária, sífilis, verminose e outras moléstias venéreas. Além da instalação de um dispensário no município de Parnaíba, com três médicos e outro em Floriano, com dois médicos. Nesse mesmo ano a Inspetoria de Higiene Infantil foi substituída pela Diretoria de Proteção à Maternidade e Infância, onde a infância passou a ser de importância governamental.

Com base no Relatório Governamental de 1931 a 1935, apresentado pelo Interventor Federal Landry Salles Gonçalves ao Presidente Getúlio Vargas, foi possível avaliar o funcionamento e atuação da Diretoria de Saúde Pública, com o quadro demonstrativo do movimento dos Postos de Teresina,

4 As delegacias estavam situadas em: Barras, Piripiri, Campo Maior, Oeiras, União, Amarante, Valença, Picos, São João do Piauí, Bom Jesus, Uruçuí, Castelo, Joaquim Távora, Piracuruca e David Caldas. (RELATÓRIO GOVERNAMENTAL, 1931-1935:41).

que funcionavam com certa regularidade se comparado aos municípios do interior do estado. (RELATÓRIO GOVERNAMENTAL, 1931-1935).

Além dos Postos de Saúde, havia duas inspetorias na capital. A primeira era a Inspetoria de Moléstias Venéreas e Lepra, chamada de Dispensário Arêa Leão, que fornecia medicamentos e injeções, para tratamento de doenças como sífilis, gonorreia e cancro venéreo. Já o outro serviço era da Inspetoria Médico-escolar, que também atuava de forma irregular, agia principalmente na inspeção dos alunos doentes, a partir da aplicação de vacinas, da expedição de exames, da distribuição de medicamentos para verminoses e malária e com pequenas intervenções cirúrgicas e troca de curativos. Os dados apresentados no relatório constam somente os anos de 1934 e 1935, com um decréscimo altíssimo entre o número de crianças matriculadas, examinadas e vacinadas. (RELATÓRIO GOVERNAMENTAL, 1931-1935).

Apesar dessas melhorias apresentadas, ainda não era suficiente para suprir a demanda do estado, podendo-se notar o aumento crescente das doenças, principalmente por impaludismo, sífilis e outros tipos de verminose, uma vez que os postos de saúde e as inspetorias que funcionavam regularmente era somente a da capital Teresina, enquanto os serviços de saneamento e as delegacias de saúde no interior do estado, deixavam a desejar. Desse modo, os códices de saúde da cidade de Floriano demonstram como os serviços se organizavam e de que forma as práticas médicas foram concebidas

A cidade de Floriano está localizada ao sul do Piauí, e a partir da década de 1930, com a reorganização e centralização da administração pública pelo Interventor Federal, em 1931, foi nomeado Theodoro Ferreira Sobral como Prefeito da cidade, sem a ocorrência de eleição, em virtude de vigorar o regime imposto pela Revolução de 30. Em sua administração, de julho de 1931 a outubro de 1934, ele se preocupou em modernizar a cidade, a partir dos calçamentos das ruas para facilitar o trabalho das carroças que traziam consigo mercadorias destinadas as casas comerciais da cidade, além da criação de uma praça, um mercado, um cemitério e uma igreja. (DEMES, 2002).

No início da Primeira República, Floriano não possuía assistência médica oficial, havia apenas algumas iniciativas filantrópicas, como o Hospital São Vicente de Paulo, irmandade fundada em 1901 pelo magistrado Dr. Augusto Ewerton e Silva, futuramente conhecido como Hospital de Caridade Miguel Couto, que desde o início dos serviços prestou auxílios aos desfavorecidos, fornecendo alimentos, remédios e moradia. Com a chegada do Dr. Eurípedes Clementino Aguiar, no início do século, ele se firmou como um profissional que atuava para melhorar as condições de saúde da população florianense, a partir da instalação do seu consultório na antiga Rua da Paz, onde fornecia consultas gratuitas aos pobres. (BEZERRA, 1989).

No início da década de 1930, a saúde pública no sul do Piauí se encontrava deficitária por conta da falta de profissionais, restando apenas o Dr. Djalma Nunes e o Dr. Sebastião Martins de Araújo Costa, responsáveis pela assistência médica da cidade. Os serviços de saúde do sul do estado se concentravam no Hospital de Caridade Miguel Couto e no Posto de Saúde de Floriano, ambos dirigidos pelo médico Sebastião Martins, que ao longo dos seus anos de trabalho, elaborou planos e medidas para estruturar essas instituições de saúde e tratar a população doente. Desse modo, Jose-

fina Demes, em seu livro "Floriano: sua história, sua gente", retrata manifestações que demonstram o descontentamento do médico sanitarista com a insuficiência de recursos destinados ao Hospital de Caridade Miguel Couto "Fora de mão, pouco visitado pela população, de assistência médica precária, mal dotado, é o hospital, já com o nome mudado para Hospital Miguel Couto, transferido para o novo prédio situado na zona urbana". (DEMES, 2002: 485). Segundo a autora, o prédio ao qual o médico se referia era o Colégio Santíssima Virgem, conhecido como antigo Colégio de Freiras, fundado ainda na década de 1920, e por não ser mais utilizado, foram feitas reformas no prédio, a fim de adaptá-lo às suas novas funções.

Os atendimentos fornecidos pelo Hospital de Caridade Miguel Couto, segundo o códice de saúde, datam desde novembro de 1932, com tabelas ainda escritas a mão. Os serviços do hospital eram diversificados, contando com um serviço interno, voltado para a medicina curativa, com a aplicação de injeções, entrega de receitas para receber remédios e até mesmo algumas intervenções cirúrgicas. No serviço externo, feito pelo ambulatório do próprio hospital, o atendimento era fornecido para crianças e adultos de ambos os sexos, prestando serviços contra tuberculose, paludismo, além das consultas oftalmológicas, psiquiátricas, ginecológicas. (PIAUHY, 1932). No recorte analisado, a constância maior no atendimento era de mulheres e adultos, com as doenças de malária, sífilis e verminoses, principalmente ancilostomose.

Também eram prestados serviços por meio do Posto de Saúde, onde os atendimentos datam de março de 1933. O códice do posto possui várias tabelas extensas, separada por idade, desde crianças com menos de um mês, até pessoas com mais de sessenta anos. Todavia, apesar do número de habitantes ser de quase seis mil pessoas no período, segundo os dados da própria tabela, poucos são os casos em cada mês. Os códices de saúde, ainda em 1933, passaram a ser padronizados e impressos, e com isso, foi possível notar que a contabilização dos casos começava somente a partir da décima doença, tuberculose do aparelho respiratório, enquanto doenças como: febre tifoide e paratifoide, tifo exantemático, varíola, sarampo, escarlatina, coqueluche, difteria, gripe ou influenza e peste não aparecem enumeradas em nenhum mês que foi analisado. Foi possível notar que as tabelas dos postos de Floriano são bem imprecisas, pois enquanto há dados de vacinação contra varíola e febre tifoide, não há contabilização das doenças nas tabelas. (PIAUHY, 1933).

A partir de janeiro de 1934, os boletins mensais passaram a ser divididas de outra forma, ao invés de todas as doenças serem organizadas como no ano anterior, em idade e sexo *versus* doença, agora passaram a ser distribuídos em: serviços de profilaxia de diversas doenças, sejam elas contagiosas, venéreas ou helmintoses, separadas por medicina curativa e preventiva; número de consultas no posto de saúde e em domicílio, feito pelas enfermeiras visitadoras; vacinação e soroterapia contra varíola, tuberculose, peste, difteria, etc.; medicação utilizada contra essas doenças, como: injeções, comprimidos, sais, etc., principalmente as que mais assolavam a região, como: verminoses, sífilis, malária e tuberculose; trabalhos epidemiológicos contra essas enfermidades; serviços de saneamento no município, como: abastecimento de água, construção de fossas, poços e valas; serviços de educação e propaganda, como o serviço escolar e os trabalhos escolares; e serviços laboratoriais, com pesquisas de micróbios e parasitas. (PIAUHY, 1934).

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

Dessa maneira, foi possível notar uma transição de uma saúde pública sem organização administrativa na Primeira República, com a falta de verbas, sem instalações adequadas e falta de profissionais, para a década de 1930, com a Intervenção Federal de Landry Salles Gonçalves no Piauí, que remodelou os serviços públicos a partir de uma política federal centralizada, principalmente no que tange à saúde pública, através de verbas para a conservação desses benefícios propostos pela Diretoria de Saúde Pública, com a reforma e centralização administrativa, por meio da criação de postos de higiene, dispensários, delegacias de saúde, ampliação dos estabelecimentos hospitalares, não se restringindo somente a capital Teresina, mas abrangendo outros municípios do interior, como é o caso de Floriano.

Apesar dos códices do Hospital de Caridade e, principalmente, do Posto de Saúde de Floriano serem elaborados, eram correntes as falhas e dados incompletos. A maioria das tabelas não estavam preenchidas, só havia dados nos atendimentos através da medicina curativa, feitos no posto e a domicílio e as medicações para o tratamento das doenças. Dessa forma, foi possível notar que apesar de contar com avanços na saúde pública, ainda não havia um serviço regular a fim de suprir as necessidades da população do sul do Piauí.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS

ARAÚJO, Romão Moura de. **"Saúde, uma de nossas reais necessidades":** o processo de institucionalização da saúde pública no Piauí (1910-1930). Dissertação (Mestrado)- Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2012.

BEZERRA, Bento. **Medicina e Poder Político em Floriano**. 1° ed. Teresina: Gráfica e Editora Júnior, 1989.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal Ltda, 1992.

DEMES, Josefina. **Floriano:** sua história, sua gente. 1°ed. Teresina: S.A. Gráfica e Editora, 2002.

FILHO, Cláudio. **História da saúde pública no Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 1996.

FONSECA, Cristina. **Saúde no Governo Vargas (1930-1945):** dualidade institucional de um bem público. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2017.

HOCHMAN, Gilberto. A malária em foto: imagens de campanhas e ações no Brasil da primeira metade do século XX. **Revista Imagens**, v. 9, p. 233-73. Rio de Janeiro, 2002.

MARINHO, Joseanne. A assistência à saúde materno-infantil no Piauí (1937-1945). **XII Encontro Nacional de História Oral:** Política, Ética e Conhecimento. Teresina, 2014.

MARINHO, Joseanne. As políticas públicas de gênero no Piauí: A saúde materno-infantil (1930-1945). **Vozes, Pretérito & Devir**, vol. X nº I. Teresina, 2019.

MARINHO, Joseanne. **"Manter sadia a criança sã":** as políticas públicas de saúde materno-infantil no Piauí de 1930 a 1940. Jundiaí: Paco Editorial, 2018.

MARINHO, Joseanne. Sobre o cuidar do "futuro do Brasil": o atendimento materno-infantil nos estabelecimentos de saúde pública no Piauí (1889-1929). **ANPUH-Brasil**. Recife, 2019.

NERY, Ana. A assistência pública aos doentes venéreos nas instituições de saúde de Teresina. **ANPUH Brasil**. Recife, 2019.

PAIM, Jairnilson Silva. O sistema de saúde brasileiro: história, avanços e desafios. **Revista Séries**. Rio de Janeiro, 2011.

PIAUHY, Diretoria de Saúde Pública. **Boletim mensal de Estatística Demographo-Sanitária do Município de Floriano, apresentado pelo Sr. Dr. Sebastião Martins de Araújo Costa, sobre as atividades realizadas no anno de 1933**. Códices de Saúde do Posto de Floriano. Therezina, 1933. Disponível em: Casa Anísio Brito (Biblioteca Pública). Acesso em: 02 mar 2022.

PIAUHY, Diretoria de Saúde Pública. **Boletim mensal de Estatística Demographo-Sanitária do Município de Floriano, apresentado pelo Sr. Dr. Sebastião Martins de Araújo Costa, sobre as atividades realizadas no anno de 1934**. Códices de Saúde do Posto de Floriano. Therezina, 1934. Disponível em: Casa Anísio Brito (Biblioteca Pública). Acesso em: 02 mar 2022.

PIAUHY, Diretoria de Saúde Pública**. Boletim mensal do Movimento do Serviço Interno e Ambulatório do Hospital de Caridade Miguel Couto, apresentado pelo Sr. Dr. Sebastião Martins de Araújo Costa, sobre as atividades realizadas no anno de 1932**. Códices de Saúde do Posto de Floriano. Therezina, 1932. Disponível em: Casa Anísio Brito (Biblioteca Pública). Acesso em: 02 mar 2022.

PIAUHY, Governo 1923. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa pelo Exm. Sr. Dr. João Luiz Ferreira Governador do Estado no dia 1º de junho de 1923.** Therezina: Typ. d'O Piauhy, 1923. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/. Acesso em: 23 mar 2022.

PIAUHY, Governo 1930. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Estado do Piauhy, a 1º de junho de 1930, pelo Governador, Exmo. Sr. Dr. João de Deus Pires Leal.** Theresina: Imprensa Official, 1930. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/. Acesso em: 23 mar 2022.

PIAUHY, Governo do. **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, M. D. Presidente da República, pelo Cap. Landry Salles Gonçalves, Interventor Federal no estado do Piauhy.** Teresina: Imprensa Official, 1931-1935. Disponível em: Casa Anísio Brito (Biblioteca Pública). Acesso em: 23 mar 2022.

SILVA, Ieda. A institucionalização da saúde pública no estado do Piauí, 1937-1945. **II Simpósio de História da UESPI/CCM**. Teresina: 2010.

SILVA, Rafaela Martins. O determinismo hereditário da medicina legal e o discurso higienista no Piauí: os intelectuais da saúde e os ditames da nação no final do século XIX e o início do século XX. **Revista Contraponto**, v. 3, n. 1. Teresina, 2014.

AOS GRIPADOS! AO SERVIÇO SANITÁRIO! A HESPANHOLA EM SÃO LUÍS ATRAVÉS DOS JORNAIS DA CAPITAL MARANHENSE (OUTUBRO A DEZEMBRO DE 1918)

Ticyana Silva Franco[1]

RESUMO: O objetivo deste trabalho é apresentar o panorama da *Gripe Espanhola* em São Luís, no período de outubro a dezembro de 1918, no que diz respeito ao contexto médico-sanitário adotado à época, através dos jornais da Capital Ludovicense: *Pacotilha*, *O Jornal* e *Diario Official do Estado do Maranhão*, e, assim, resgatar as ações e reações da Metrópole dentro desse cenário global e fazer emergir as lições esquecidas no tempo tão necessárias para entendermos panoramas como o da Covid-19. No estudo foram utilizados o exame qualitativo, a análise descritiva-explicativa e o método serial, que possibilitaram extrair recortes seriais dos impressos selecionados e que foram capazes de oferecer dados suficientes para a reconstrução do quadro proposto. Além das fontes históricas já citadas, foram utilizadas referências bibliográficas específicas e relacionadas ao assunto. Dessa forma, a reconstrução do panorama histórico local, através da seleção desses jornais ludovicenses, revelou um momento em que os comportamentos das autoridades governamentais, de saúde e as atitudes da sociedade externaram uma cidade às voltas com problemas crônicos no campo do Serviço Sanitário e que atingiam, principalmente, os mais pobres.
PALAVRAS-CHAVE: Gripe Espanhola. Pandemia. São Luís. Jornais. Serviço Sanitário.

1 INTRODUÇÃO

A *Gripe Espanhola* de 1918 por muito tempo foi chamada de *a Pandemia Esquecida*. Tratava-se de uma época em que as pandemias surgiam em intervalos menores que as de hoje e o aparecimento das mesmas não impressionava com tanta facilidade. Como aponta Alfred Crosby (2003, p. 319), o mundo já tinha sido acometido por febre tifoide, febre amarela, difteria, cólera, entre outras doenças avassaladoras e essas estavam muito vivas na memória coletiva. Também se pode colocar a *I Guerra Mundial* como um dos grandes fatores para a indiferença. Os jovens estavam indo para as trincheiras e morriam dezenas, centenas e milhares deles nos campos. A morte em si tornou-se muito familiar e perdeu a sua severidade. Depois de 100 anos, o debate sobre a Influenza Espanhola ressurgiu com mais força e nos fez olhar para o futuro, para suas projeções desafiadoras e para o passado, numa busca por ecos de períodos semelhantes que pudessem nos ajudar na compreensão de algo tão ameaçador como o *Coronavírus*.

1 Graduada em História Licenciatura pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA. E-mail: ticyana.franco@discente.ufma.br

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

Sabendo-se disso, esta pesquisa buscou compreender o cenário histórico e médico-sanitário da *Grande Pandemia de 1918* em São Luís do Maranhão, analisando características semelhantes que interligavam o panorama regional com os comportamentos detectados em âmbito nacional e mundial em relação a essa enfermidade e as maneiras de enfrentá-la. Sendo assim, os jornais ludovicenses da época revelaram-se uma fonte muito promissora, uma vez que trazem relatos diários sobre medidas de profilaxia e tratamentos para doença por parte de autoridades do campo da saúde e da esfera governamental.

As fontes principais desta pesquisa foram os jornais *Pacotilha*, *O Jornal* e *Diario Official do Estado do Maranhão*, todos da Capital Maranhense, do intervalo de outubro a dezembro de 1918. Foram de extrema importância para esse estudo as consultas online possibilitadas pela *Hemeroteca Digital* da Fundação Biblioteca Nacional (para a *Pacotilha* e o *O Jornal)*; e o Arquivo Público do Estado do Maranhão – APEM (para os códices físicos do *Diario Official do Estado do Maranhão*). A pesquisa foi realizada por meio da abordagem *qualitativa*, uma vez que procurou entender a ocorrência, por meio de induções, da *Gripe Espanhola* na capital São Luís nos três últimos meses de 1918. Em relação ao objetivo do estudo, a investigação tem bases na análise *descritiva-explicativa*. Foram utilizadas referências bibliográficas específicas e relacionadas ao assunto, prezando-se pela interdisciplinaridade, pois, como afirma Peter Burke (1992, p. 08-10), as novas perspectivas no campo da História trouxeram "novos problemas", "novas abordagens" e "novos objetos", indo contra o paradigma tradicional. No que diz respeito aos métodos, fez-se uso do *método seria*l, pois, segundo José D' Assunção Barros (2017, p. 47), dos jornais podem ser extraídos um *recorte serial* em que se recorta o objeto também em função de uma determinada série de fontes ou de materiais que é constituída precisamente pelo historiador.

Esse estudo tenciona ajudar as pessoas, principalmente os ludovicenses de nascença ou de coração, que querem entender uma parte da história de São Luís que ainda espera para ser contada. Essa cidade não é feita somente de azulejos portugueses e de casarões que estampam revistas e jornais de várias partes do mundo. A História aqui fervilha, seja a de ontem ou a de hoje. E com a chegada da *Grande Gripe de 1918,* essa metrópole passou por diversas mudanças, deixando um legado histórico que merecer ser contado.

2 AOS GRIPADOS! AO SERVIÇO SANITÁRIO!

A Gripe de 1918 apareceu em um mundo em conflito – a I Guerra Mundial (1914-1918). Sua origem é motivo de estudos de cientistas e historiadores. Possivelmente ela veio do meio aquático, através das aves selvagens: "Somente com o contato próximo entre pessoas e pássaros, o vírus pode dar o salto crucial nos seres humanos. [...] Bons candidatos para isso são patos, possivelmente galinhas, possivelmente porcos. E esse animal vai passar o vírus para um humano." (A GRIPE QUE MATOU 50 MILHÕES DE PESSOAS, BBC, 2021). As evidências mais sólidas apontam os Estados Unidos como o lugar de nascimento do vírus: "É impossível comprovar se foi alguém de Haskell County, Kansas, que levou o vírus influenza para Camp Funston. Contudo, as evidências circunstanciais são

robustas." (BARRY, 2020, p. 185). Porém é consenso que ela não se originou na Espanha. A derivação de seu nome deve-se ao fato de que, um pouco antes de maio de 1918, foram noticiados casos de uma nova moléstia pela imprensa espanhola:

> Enquanto isso, na Espanha, o vírus adquiria seu nome. [...]. Na realidade, a Espanha teve poucos casos antes de maio, mas o país permaneceu neutro durante a guerra. Isso significava que o governo não censurava a imprensa. [...] os periódicos espanhóis estavam repletos de notícias sobre a doença, em especial depois que o rei Afonso XIII caiu gravemente doente. (BARRY, 2020, p. 188)

Ao chegar a Europa, a doença espalhou-se rapidamente pelo mundo. E não demorou a aportar em águas nacionais. A *Gripe* estava a bordo de um navio chamado *Demerara*. Quando atracou por aqui, espalhou a *Influenza* pelos principais portos pelos quais passou:

> A viagem da gripe espanhola por três continentes aconteceu entre agosto e setembro de 1918. Seu provável porto de chegada foi o Recife, onde atracavam as embarcações que vinham da Europa e da África. [...]. Na chegada ao Recife, havia ao menos dois doentes na enfermaria, e o diagnóstico era de gripe comum. [...]. Seja como for, passageiros e tripulantes contaminados desceram no cais sem despertar maiores preocupações por parte das autoridades de saúde - aliás, um procedimento que se repetiria em outros portos brasileiros. (SCHWARCZ; STARLING, 2020, p. 60)

Em São Luís, a doença também chegou por via marítima. O jornal a *Pacotilha*, em 01 de outubro de 1918, logo na primeira página, trouxe um artigo extenso sobre a chegada do vapor *Ceará*, da companhia *Lloyd Brasileiro*, em que notícias preocupantes sobre o estado dos passageiros a bordo seguiam:

> **O CEARÁ**
> Às seis horas da manhã já estava fundeado em nosso porto o paquete "Ceará", do Loide Brasileiro. E como num dos mastros houvesse içado a **bandeira amarela**, pedindo a visita da saúde do pôrto, [...] seguindo imediatamente para bordo o sr. dr. Almeida Nunes, que soube, ali, tratar-se do aparecimento de casos suspeitos da **influenza espanhola**. [...]. Nenhum doente desembarcou, só sendo permitido o desembarque de 19 passageiros [...]. (PACOTILHA, 01 de outubro de 1918, p. 01, grifo nossos)

A Influenza chegou em um momento muito delicado da Capital Ludovicense - instabilidade política, falta de querosene e dificuldades no fornecimento de água e esgoto para seus moradores: "**O QUEROZENE:** E' que o querosene, [...], não mais existe entre nós, ou se existe, é vendido por uma exploração desmascarada e injustificável [...]. Pobre Maranhão! Tudo lhe chega. É a influenza, a falta de agua, e a falta de querosene...". (O JORNAL, 25 de outubro de 1918, p. 01, grifo nosso)

Paralelamente, a Saúde Pública na cidade de São Luís, no início do século XX, tinha ainda muitos caminhos para percorrer em busca de uma excelência. Enquanto isso, quase que cronicamente, as epidemias e endemias reinavam soberanas:

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

> Em 1913, a cidade foi surpreendida com onze casos, controlados pelo **Serviço Sanitário do Estado, criado em junho de 1904**. A Rockefeller Foundation, contratada pelo Governo Federal, iniciou o combate à febre amarela e, na Mensagem de 1921, foi registrado um bom desempenho em São Luís, com a reorganização do serviço de profilaxia [...]. (LACROIX, 2015, p. 66, grifo nosso)

Ou seja, o próprio *Serviço Sanitário* existia há pouco tempo. E, mesmo assim, diante da demanda, uma reforma do serviço responsável pela profilaxia na cidade, e, consequentemente os entornos, só chegaria muito depois da passagem da *Influenza de 1918*. Medidas para o avanço no campo da *Saúde* foram tomadas apenas no final de 1918, com o decreto nº 81, de 22 de outubro de 1918[2], que formalizou uma parceria com o Instituto Oswaldo Cruz e com trabalhos iniciados em 1920: "A filial do Instituto Oswaldo Cruz em São Luís foi instalada em 1920, em duas casas na Rua Afonso Pena, cedidas pelo Governo do Estado." (LACROIX, 2015, p. 69). A parcela da população mais pobre era alvo constante das autoridades sanitárias: "[...] o grande vilão apontado como responsável pelas pestes em São Luís era o velho casario, especialmente seus baixos, alugados para as camadas mais pobres." (LACROIX, 2015, p. 73). E os jornais descreviam, quase que diariamente, as atividades da Higiene nesse sentido.

Assim que o vapor Ceará chegou a São Luís, com os primeiros casos da chamada *Gripe Benigna*, não se passaram muitos dias para que as medidas profiláticas e usuais do período aparecessem nos jornais:

> Eu é que, aceitando, como me cumpre o diagnóstico de "gripe benigna", feito, em documento oficial, pelo dr. inspector sanitário de bordo, não hesitei em recusar a imprevidente obstrução dos nossos isolamentos por doentes de moléstia a que êstes não são destinados, **tanto mais tratando-se de gripe comum benigna que, em regra, entre nós é curada fora do leito, com alguma higiene e quinina.** [...]. Bento Urbano." (PACOTILHA, 05 de outubro de 1918, p. 04, grifo nosso)

O diretor do Serviço Sanitário, desse modo, além de atestar a benignidade da gripe, mencionou um dos primeiros remédios que se tentou empregar no tratamento da *Gripe Espanhola*: a quinina. Trata-se de um fármaco utilizado para curar casos de malária:

> E enquanto isso, e como as autoridades não chegavam a um consenso acerca dos tratamentos a serem dispensados, sobravam remédios prometendo verdadeiros milagres e muita sabedoria popular. **O mais empregado era o sal de quinino, entendido na época como um "santo remédio"**. [...]. Em primeiro lugar, a comunidade médica não tinha certeza sobre a

2 Governador do Estado, usando da auctorização que lhe confere o art. 4.º §§ 3 e 41 da Lei n.º: 804, de 22 de abril do corrente anno: DECRETA: Ato: O Governo do Estado contractará com o Governo Federal, de accordo com o Decreto federal n.º 13.055, de 6 de junho do corrente anno, o serviço de prophylaxia urbana e rural [...] Art. 2.º O Governo do Estado contractará também com o Instituto "Oswaldo Cruz" a fundação, nesta Capital, [...]. Art. 3.º O serviço de hygiene do Estado será reorganizado depois que forem assignados esses contractos e de accordo com eles. [...]. Palacio do Governo do Estado do Maranhão, 22 de outubro de 1918. (a) Urbano Santos Da Costa Araújo. Henrique Jose Couto. (LEIS DO ESTADO DO MARANHÃO DO ANNO DE 1918, 1918, p. 258-259)

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

> real eficácia do produto. Além do mais, seus efeitos colaterais eram muitos [...]. (SCHWARCZ; STARLING, 2020, p. 138)

A quinina foi largamente utilizada para o tratamento da Gripe Espanhola no mundo inteiro, muito mais por desespero do que por comprovação científica de que funcionasse para a doença em questão: "Outros aplicavam todas as vacinas conhecidas, seguindo a mesma teoria. O quinino funcionava em uma doença: a malária. Muitos trataram seus pacientes de gripe com quinino apenas por desespero." (BARRY, 2020, p. 400). São Luís não fugiu à regra da Medicina em voga.

Os jornais, no calor das notícias sobre a invasão da pandemia, estamparam outra deficiência em relação a Saúde Pública do Estado do Maranhão, principalmente em São Luís:

> **A GRIPE BENIGNA.** [...]. Os hospitais de isolamento estão sendo preparados com urgencia, pelo govêrno, para acudir a qualquer necessidade. Consta-nos que a repartição do serviço sanitário foi aumentada de um inspector sanitario, contratado, o dr. Hanleto Godois, e de três homens que constituirão uma turma de desinfecção. (PACOTILHA, 07 de outubro de 1918, p. 04)

Faltavam hospitais em São Luís no final de 1918, contando-se apenas com o Hospital Geral da Madre Deus (antigo Hospital Militar), a Santa Casa de Misericórdia, o Hospital dos Lázaros e o Hospital Nossa Senhora da Conceição, além do Hospital Português, e que não supriam a demanda: "São Luís se revestia de um aspecto deplorável nas duas primeiras décadas do século XX. Os hospitais existentes sem serviço ambulatorial e a Cruz Vermelha, inerte ao socorro público fora do tempo de guerra e ausente nas epidemias ou qualquer calamidade social." (LACROIX, 2015, p.125). Assim, foi mais do que necessário, no quadro pandêmico, pedir para que se aumentassem as verbas, tanto para a construção e adaptação de hospitais, como para a contratação de pessoal:

> Os hospitais existentes foram insuficientes durante a pandemia da cruel gripe espanhola, ocorrida em 1918. Alguns hospitais improvisaram isolamentos e o Serviço Sanitário do Estado convocou médicos e funcionários não atingidos pela doença para cuidarem dos enfermos. A crise hospitalar exposta pela epidemia incentivou grupos a lançar campanhas em prol da construção de novos hospitais. (LACROIX, 2015, p. 78)

Havia também uma divergência entre os próprios médicos e os protocolos a serem seguidos, principalmente no que diz respeito a medidas de prevenção. E isso pode ser percebido em uma troca de ofícios e comunicações entre Carlos Seidl, diretor da Saúde Pública do Rio em 1918, e as autoridades sanitárias maranhenses; o que representou um momento de tensão em relação às medidas mais cabíveis na situação pandêmica:

> **SAÚDE PÚBLICA**. Da Repartição de Higiene, recebemos a copia do telegrama dirigido, hoje, para a Capital do Paiz, bem como a do oficio endereçado ao Inspetor da Saúdo do Porto neste Estado: Dr. Carlos Seidl. Diretor Geral Saúde Publica. RIO. **Acabo ler telegrama v. ex. autoriza inspetor Saúde Porto aqui abrir mão medidas estavam habilitando higiene terra operar profilaxia ataque contra gripe.** Cazo concreto Maranhão é seguinte: somos vizitados apenas quatro vapores mensais sul estão veiculando gripe. Numero passageiros destinados

> Maranhão tem sido quarenta maximo. Impedido dezembarque dos em tranzito passageiros aqui destinados e seus condutores desde bordo até Dezinfectorio poderão continuar ser dezinfectados sofrendo vigilancia medica izolamento. **Aquela pratica creio ter-nos salvo até hoje invazão molestia.** Rogo v. ex. atender nosso cazo particularíssimo e tomar urgencia providencias especiais porventura julgue necessarias. Atenciozas saudações. Bento Urbano, Diretor Serviço Sanitario. (O JORNAL, 15 de outubro de 1918, p. 04)

Os médicos de São Luís não estavam dispostos a abrir mão das ações que achavam mais corretas para evitar o alastramento da doença, como queria Seidl. Enquanto a Higiene do Maranhão pensava em como impedir o contágio por meio de medidas que tendiam ao coletivo, as autoridades sanitárias do Rio de Janeiro enviavam ordens para que se seguisse o curso normal nos portos.

O medo em relação a uma doença que poderia ser ou não a *Gripe Espanhola* passou acompanhar a sociedade da Metrópole. As tentativas de encorajar a população a não ter esse tipo de sentimento começaram pelas próprias autoridades de saúde: "Por fim, fazemos nossas as palavras do dr. Carlos Seidl de que **o terror, que por vezes se apodera de algumas pessoas, lhes diminue a resistência organica, abrindo as portas á infecção**." (PACOTILHA, 16 de outubro de 1918, p. 01, grifo nosso). Entretanto, Seidl, ainda no mês de outubro, deixou o governo. E a situação nas cidades continuava a piorar.

Em 21 de outubro, é noticiado o primeiro caso fatal em São Luís: "**A GRIPE. Mais três casos. Um fatal**. Sábado, á tarde, saltou, por solicitação do capitão do vapor Pará, o marinheiro nacional **Francisco Cordeiro**, que faleceu ontem, ás 16 no hospital do isolamento, **vítima de gripe broncho-pulmonar**." (PACOTILHA, 21 de outubro de 1918, p. 01, grifo nosso). No *Diario Official do Estado do Maranhão*, saiu a seguinte nota no dia 25 de outubro: "Óbitos. Dia 21 – **Francisco Gonçalves Cordeiro**, branco, maranhense, **20 annos**, **gripe broncho-pulmonar** [...]." (DIARIO OFFICIAL DO ESTADO DO MARANHÃO, 25 de outubro de 1918, p. 03, grifo nosso). A primeira vítima registrada em jornal estava dentro do perfil global dos casos fatais: um rapaz de apenas 20 anos. No curso da própria doença, além da rapidez em matar, na maioria das vezes, os jovens saudáveis acabavam sucumbido a *Gripe Espanhola*. Também chama a atenção a causa da morte e como ela foi classificada na passagem que foi citada acima:

> Por outro lado, o vírus provocava uma resposta inflamatória muito forte do corpo da vítima, e talvez isso ajude a explicar por que cresceram significativamente no mesmo período os atestados de óbito por doenças como **"bronquite gripal", "broncopneumonia gripal", "pneumonia gripal", "gripe intestinal", "meningite gripal", "rinolaringite gripal", "gripe no curso de afecções orgânicas"**. (SCHWARCZ; STARLING, 2020, p. 110, grifo nosso)

Mais uma vez percebe-se que, além dos vários nomes recebidos, a presença da negação nos jornais era constante, pois, quando se substituiu a causa da morte de *Gripe Espanhola* para *Gripe Bronco*-Pulmonar, isso a tornou muito menos impactante:

> **UM ALARMA SEM RAZÃO DE SER. A Influenza espanhola não é mais que a nossa conhecida influenza**.[...]. E precizo calma, reflexão e, mais que tudo, que antes de ouvirmos os in-

> formes fantasticos de nervozos, cuja preocupação é descobrir legiões de micróbios por toda parte em constante ameaça à sua saude, procuremos os homens de ciencia, a quem cumpre dirigir o povo neste *mare-magnu* de boatos alarmantes e dele recebamos o produto de suas vigilias, de seu estado acurado e proficiente sobre o assunto. **Eis a razão do nosso quaze absoluto silencio em torno da decantada influenza espanhola nesta capital**. E é isso o que nos cumpre fazer em beneficio da propalação, vitima de boateiros. (O JORNAL, 24 de outubro de 1918, p. 01, grifo nosso)

A imprensa continuou a fazer seu jogo ao longo do mês de outubro, calando-se a respeito da *Gripe Espanhola* em solo metropolitano. Isso pode indicar que a situação no final de outubro, para a população, era de verdadeiro pânico, principalmente depois de noticiadas as primeiras mortes, mesmo que o Governo e a Imprensa insistissem nos casos de gripe sazonal. As pessoas começaram a sair da Capital em direção a outros locais em que pudessem ficar longe do perigo:

> As cidades pararam, [...]. Os casos fatais desolaram a população e alertaram a Saúde Pública. A cidade foi abandonada pelas famílias, fugindo do mal para sítios na Maioba, Anil, Jordoa São José de Ribamar. [...]. Os são fugiam da morte se alojando em palhoças de beira de estrada. O silêncio da urbe prevalecia com a falta do ruído do bondinho de tração animal, das caleças, das carroças e do trotear dos cavalos. Ruas vazias, casas abandonadas, janelas fechadas ou portas encostadas por luto ou por pessoas em estado grave. (LACROIX, 2015, p. 78)

Enquanto muitas pessoas tentaram escapar das garras da gripe, outras continuaram na cidade, mas afastadas do convívio social, por luto ou pela doença. A essa altura, não havia mais como negar que algo muito grave estava estacionado em São Luís – uma praga terrível que dizimava famílias inteiras – e que deixou a cidade paralisada.

Em 25 de outubro apareceu uma das primeiras medidas de restrição de aglomerações em eventos públicos:

> **O 2 DE NOVEMBRO**
> Sabemos que, **em virtude das ameaças que a gripe vem fazendo á cidade, não se realizará, êste ano, a costumada romaria ao cemitério**, no dia dos mortos, porquanto a necrópole não abrirá nesse dia. E' bem de vêr que esta medida se impõe, como precaução necessária, á autoridade municipal. Como pode verificar-se no que hoje transcrevemos a respeito da influenza, é nas grandes aglomerações que o contágio se torna mais fácil. (PACOTILHA, 25 de outubro de 1918, p. 01)

E com a com a chegada do mês de novembro de 1918, mais proibições começaram a surgir para evitar os agrupamentos públicos:

> **A INFLUENZA**
> Avizam-nos da policia: Faz-se publico que, em ação conjunta, entre o Capitão do Porto, a Repartição de Hygiene e a Policia, ficou **combinada a proibição expressa do serviço de transporte de terra para bordo e vice-versa**, dos vapores e outras embarcações que ancorarem neste porto, quer nacionais quer estrangeiras, só o podendo fazer mediante previa licença da Capitania do Porto e sujeitando se a desinfecção determinada pela Repartição de

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

> Higiene, ficando sujeitos às penas da lei os que transgredirem estas disposições. (O JORNAL, 01 de novembro de 1918, p. 04, grifo nosso)

Portanto, o tom das autoridades já não era mais o mesmo, apesar de continuarem com o mesmo discurso de doença benigna. O melhor naquele momento era evitá-la. Passaram então a proibir reuniões e a cancelar eventos de todas as espécies. A entrada e saída de passageiros passaram a ter um controle rígido e somente permitidas com prévia autorização. Essas atitudes também foram adotadas como diretivas na capital nacional: "Frente ao desconhecimento de medidas terapêuticas que pudessem evitar o contágio ou curar os já atingidos, as autoridades sanitárias se restringiam inicialmente a orientar a população a evitar os lugares de aglomeração." (TEIXEIRA, 1993, p. 13). Essas ações passaram a vigorar até o decrescimento da pandemia na Capital Ludovicense, visando, diante das dúvidas que ainda perduravam sobre a doença, contê-la pelos meios mais tradicionais.

Com as proibições em vigor, muitos aspectos essenciais da vida em sociedade foram atingidos drasticamente, incluindo aqueles de natureza religiosa, como missas ordinárias, missas fúnebres e visitas aos doentes:

> **Cronica religioza**
> Por justos motivos não haverá, neste mez, a reunião regulamentar da Pia União das Filhas de Maria. **O páraco da frequezia de S. João Batista desta capital lembra aos seus amados e queridos paroquianos que, para a administração dos Sacramentos aos enfermos, mesmo da peste, pode e deve ser procurado** á qualquer hora do dia e da noite, em sua rezidencia. (O JORNAL, 06 de novembro de 1918, p. 04, grifo nosso)

Enquanto isso, no dia 08 de novembro, é publicado a seguinte notícia no *Diario Official do Estado do Maranhão*:

> **Serviço Sanitario**
> No intuito de evitar recrudescimento da epidemia reinante nesta capital, a directoria do Serviço Sanitario aconselha aos habitantes que se abstenham de visitar as pessoas victimadas pela grippe, assim como de acompanhar os enterros e de assistir as missas fúnebres. **Estes gestos piedosos devem ser limitados ás pessoas da familia**. Fazendo este appeilo á população, a directoria do Serviço Sanitario, lembra **não haver sacrificio que não devamos todos fazer para evitar sacrificios ainda maiores**. (DIARIO OFFICIAL DO ESTADO DO MARANHÃO, 08 de novembro de 1918, p. 03, grifo nosso)

Nos trechos acima, temos duas situações opostas. Ao passo que as reuniões religiosas iam sendo canceladas e as autoridades sanitárias pediam para que os cidadãos não se aglomerassem em enterros que não fossem de parentes, o páraco, no limite da sua individualidade, determinou que receberia as pessoas, mesmo os gripados, para dá-lhes os devidos sacramentos do catolicismo.. Eram tempos em que o conforto espiritual fazia-se necessário: "Uma epidemia é um mal misterioso, a população estava inquieta e a ciência médica não dispunha de respostas imediatas, **mas a religião poderia providenciar os meios de ajuda para as pessoas suportarem o tempo difícil que viviam**."

(SCHWARCZ; STARLING, 2020, p. 92). As crenças individuais e coletivas estavam presentes na busca por alívio para um cenário catastrófico.

Nos últimos dias do mês de novembro, o *Hospital do Isolamento do Lira* tornou-se uma alternativa bem procurada por aqueles que padeciam do *Mal Espanhol* e não tinham recursos para tratamentos particulares:

> **A GRIPE**
> **O povo, felizmente, já vai perdendo o medo de ir para o isolamento**. Assim é que muitos gripados teem ido, por iniciativa propria, entregar-se ao tratamento naquela casa de caridade. Ante-ontem foram três, ontem mais três e hoje quatro. Contam-nos pessoas vindas do Rosário que no logar Curimatá, distrito daquele municipio, **o mestre do barco Estrêla do Norte, Romão Marques, foi atacado fortemente no dia 22 do corrente pela gripe, que levou o pobre homem a atirar-se ao rio, onde morreu**. Os seus companheiros pondo-se a procura do cadáver vieram encontrá-lo na cachoeira, perto do Rosário. (A PACOTILHA, 25 de novembro de 1918, p. 01, grifo)

Com a chegada do mês de dezembro de 1918, a vida na Grande Metrópole do Maranhão começou a dar seus primeiros passos para a recuperação. Tem-se a seguinte propaganda estampada na primeira página do jornal *Pacotilha*: "**Cinema Teatro – S. Luis**. **Depois de muitos dias fechado, devido à gripe**, será franqueado novamente ao público, hoje, esta casa de diversões." (PACOTILHA, 04 de dezembro de 1918, p. 01, grifo nosso). A cidade, portanto, encaminhava-se para um cenário pós-pandemia, uma tentativa de retomada da rotina, no qual a sociedade dava mostras de agradecimento pelo livramento da doença:

> **Cronica religioza. A procissão**. A's 4 ½ horas da tarde, sairão em solene procissão, as imagens de N. S. da Conceição e S. José. O exmo. sr. Bispo diocesano, atendendo ao pedido do vigário da freguesia, permitiu que á imagem de Maria acompanhe a de S. SEBASTIÃO. **Advogado contra a peste e insigne capitão dos guardas romanos, em ação de graças pela extinção da epidemia espanhola**. [...] saindo tambem a imagem do gloriozo mártir – **S. Sebastião, para quem se voltaram os olhares de todos que foram atacados ou não da terrível gripe**, que irrompeu nesta cidade. (O JORNAL, 05 de dezembro de 1918, p. 04, grifo nosso)

Depois de um pouco mais da metade do mês de dezembro, foi noticiado pelo *O Jornal*: "**A INFLUENZA**. Felizmente, todas as pessôas que ainda se encontrava gripadas, no Izolamento do Lira, tiveram alta, pelo que já se acha fechado o referido Izolamento. Ainda bem." (O JORNAL, 18 de dezembro de 1918, p. 01). Este foi um sinal de que o Governo Estadual não via mais a necessidade de manter um local para atender exclusivamente os griposos, uma vez que justificou que os últimos pacientes tiveram alta.

Como mostrado, a história esquecida da *Pandemia de 1918* guardou os sujeitos históricos, principalmente, os mais necessitados e que foram retratados, por exemplo, na descrição do medo em suas faces com a doença e nas idas ao distante Hospital do Lira em busca de alguma salvação. Nas entrelinhas dos fragmentos dos jornais selecionados, há ecos de vozes dos flagelados e que mostram as vulnerabilidades da população ludovicense: "Existe uma história do sofrimento. Esta história das

doenças conhece a febre conjuntural das epidemias. É uma história dramática que revela através dos tempos uma doença emblemática unindo o horror dos sintomas ao pavor de um sentimento de culpabilidade individual e colectiva." (LE GOFF, 1985, p. 08). Ou seja, um quadro epidêmico também é história; e muito além de medidas preventivas, remédios e médicos. Ele desnuda e expões o âmago de uma sociedade. E não foi diferente com São Luís – nem no ontem e nem no hoje – cuja representação agora é a pandemia de Covid-19 e seus ecos que fazem lembrar o que foi esquecido em 1918 e que precisava ser resgatado e debatido.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mundo de 1918, inserido no contexto da I Guerra Mundial, viu-se frente a uma batalha mortal e invisível: a *Gripe Espanhola*. Porém, o tempo passou e esse evento histórico ganhou o status de *A Pandemia Esquecida*. Quando fomos atingidos pela *Covid-19*, o assunto voltou com grande força e nos fez refletir e buscar períodos semelhantes que pudessem ajudar na compreensão do cenário imposto pelo *Coronavírus*. Portanto, pesquisas de âmbitos regionais sobre o assunto são muito significativas para entender a natureza das pandemias dentro da própria História. E São Luís não poderia deixar de figurar nesse resgate.

A reconstrução desse panorama histórico da *Grande Metrópole Maranhense* foi possível através das narrativas dos jornais *Pacotilha*, *O Jornal* e *Diario Official do Estado do Maranhão* no período de outubro a dezembro de 1918. Os mesmos revelaram um cenário médico-sanitário em São Luís muito precário, além de outras mazelas, como a falta de água e esgoto para a população.

Para um entendimento dos acontecimentos em torno da *Gripe Espanhola* em São Luís, o objetivo definido para esse trabalho foi o de compreender o contexto médico-sanitário em que a cidade se encontrava justamente pelos textos contidos nos impressos já citados. Então pode-se observar que o quadro da *Metrópole* não foi muito diferente daqueles vistos em outras cidades ao redor do planeta, inclusive da própria capital federal à época: o Rio de Janeiro. A tendência adotada foi a de evitar o pânico e o terror ao chamar os casos pelo nome de *Gripe Benigna*. Conclui-se, da mesma forma, que os artigos eram baseados nas informações e recomendações das autoridades sanitárias e dos médicos do Estado: por exemplo, o uso de quinino para tratamento da *Hespanhola*. Assim como pode-se considerar que não havia consenso no que tangia o gerenciamento sanitário da peste que acabara de se manifestar. Os fragmentos de artigos deixaram claro que as aglomerações públicas de qualquer natureza só foram proibidas depois de quase 30 dias dos primeiros casos. O incentivo principal era pela *profilaxia individual*, pois, segundo a própria pesquisa nos periódicos escolhidos, a crença de que se tratava da gripe comum sazonal não implicava em medidas de isolamento, o que resultou num cenário de alta contaminação e que atingiu muito mais a população pobre, cuja uma das poucas alternativas de tratamento, ao final, estava no distante Hospital do Lira.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

REFERÊNCIAS

Livros

BARROS, José D'Assunção. **O Projeto de Pesquisa em História:** da escolha do tema ao quadro teórico. 10ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

BARRY, John M. **A Grande Gripe**: a história da gripe espanhola, a pandemia mais mortal de todos os tempos. 1ª. Ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

BURKE, Peter. **A escrita da História:** novas perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

CROSBY, Alfred Worcester. **Americas's Forgotten Pandemic:** The Influenza of 1918. Second Edition. Cambridge: Cambridge University Press: 2003.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **História da Medicina em São Luís:** médicos, enfermidades e instituições. São Luís, 2015.

LE GOFF, Jacques. **As doenças têm história.** Lisboa. Terramar, 1985.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **A bailarina da morte:** A gripe espanhola no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

TEIXEIRA, Luiz Antonio. **Medo e morte:** sobre a epidemia de gripe espanhola de 1918. Rio de Janeiro: UERJ/IMS, 1993.

Fontes de jornais

O Ceará. **Pacotilha**, São Luís, ano XXXII, n. 232, p. 01, 01 de out. 1918. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/168319_02/11397. Acesso em: 22 de maio de 2022.

O Serviço Sanitário. **Pacotilha**, São Luís, ano XXXII, n. 236, p. 04, 05 de out. 1918. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/168319_02/11416. Acesso em: 22 maio. 2022.

A Gripe Benigna. **Pacotilha**, São Luís, ano XXXII, n. 237, p. 04, 07 out. 1918. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/168319_02/11417. Acesso em 22 maio. 2022.

Saúde Pública. **O Jornal**. São Luís, ano IV, n. 1192, p. 04, 15 de out. 1918. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/720593/3351. Acesso em: 22 maio 2022.

A Gripe**. Pacotilha**, São Luís, ano XXXII, n. 245, p. 01, 16 out. 1918. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/168319_02/11449. Acesso em: 22 maio. 2022.

A Gripe. Mais Três Casos. Um fatal. **Pacotilha**, São Luís, ano XXXII, n. 249, p. 01, 21 out. 1918. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/168319_02/11465. Acesso em: 22 maio. 2022.

Um alarma sem razão de ser. A influenza espanhola não é mais que a nossa conhecida influenza. **O Jornal**, São Luís, ano IV, n. 12000, p. 01, 24 out. 1918. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/720593/3380. Acesso em: 22 maio. 2022.

Óbitos. **Diário Official do Estado do Maranhão**, São Luís, ano XIII, n. 237, p. 03, 25 out. 1918. Acesso em: 22 maio. 2022.

O querozene. **O Jornal**, São Luís, ano IV, n. 1201, p. 01, 25 out. 1918. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/720593/3384. Acesso em: 22 maio. 2022.

O 2 de novembro. **Pacotilha**, São Luís, ano XXXII, n. 253, p. 01, 25 out. 1918. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/168319_02/11481. Acesso em: 22 maio. 2022.

A influenza. **O Jornal**, São Luís, ano IV, n. 1207, p. 04, 01 nov. 1918. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/720593/3411. Acesso em: 22 maio. 2022.

Cronica religioza. **O Jornal**, São Luís, ano IV, n. 1210, p. 04, 06 nov. 1918. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/720593/3423. Acesso em: 22 maio. 2022.

Serviço Sanitário. **Diário Official do Estado do Maranhão**, São Luís, ano XIII, n. 247, p. 03, 08 nov. 1918. Acesso em: 22 maio. 2022.

A Gripe. **Pacotilha**, São Luís, ano XXXII, n. 277, p. 01, 25 nov. 1918. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/168319_02/11573. Acesso em: 22 maio. 2022.

Propaganda Cinema Teatro – S. Luis. **Pacotilha**, São Luís, ano XXXII, n. 285, p. 01, 04 dez. 1918. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/168319_02/11605. Acesso em: 22 maio. 2022.

Cronica Religioza. A Procissão. **O Jornal**, São Luís, ano IV, n. 1233, p. 04, 05 dez. 1918. http://memoria.bn.br/DocReader/720593/3515. Acesso em: 22 maio. 2022.

A Influenza. **O Jornal**, São Luís, ano IV, n. 1244, p. 01, 18 dez. 1918. http://memoria.bn.br/DocReader/720593/3556. Acesso em: 22 maio. 2022.

Documentários

A GRIPE QUE MATOU 50 MILHÕES DE PESSOAS. Direção: Andrew Thompson. Reino Unido: BBC, 2018. 1 vídeo (59 minutos). Disponível em: https://www.primevideo.com/detail/0TAF02BQ1CTH7AZSDKT5WNHEP7/ref=atv_nb_lcl_pt_BR?language=pt_BR&ie=UTF8. Acesso em: 07 maio. 2022.

Leis e Decretos

LEIS DO ESTADO DO MARANHÃO DO ANNO DE 1918, 1918. Acesso em: 07 maio. 2022.

ANAIS DO

III SEMINÁRIO

HISTÓRIAS CONECTADAS

SIMPÓSIO TEMÁTICO 08

Mulheridades e relações de poder: perspectivas do Sul e histórias (des)norteadas

COORDENAÇÃO

Eliana Evangelista Batista
Docente do Instituto Federal da Bahia

Erasmo Carlos Amorim Morais
Docente da Universidade Federal do Piauí

Iracélli da Cruz Alves
Pós-doutoranda PPGHis UFMA

AS MULHERES NEGRAS NA LUTA POR POLÍTICAS PÚBLICAS E REIVINDICAÇÃO DE DIREITOS PARA OS NEGROS (AS) BRASILEIROS (AS)

Elisandra Cantanhede Ribeiro (UFMA)[1]

RESUMO: A população negra brasileira a todo momento teve que lutar em busca de melhores condições de vida e as mulheres negras sempre tiveram junto dessa busca por melhoria das condições sociais dos negros(as) no Brasil. Desde a década de 1980, antes mesmo que houvesse uma legislação que favorecesse essa população, já existiam um movimento de reivindicação dos direitos essenciais, e as mulheres negras, protagonizaram (protagonizam ainda hoje) uma luta em prol da população negra brasileira sobretudo nos campo da saúde e educação e dos direitos garantidos pela legislação, mas que não s**ão efetivados**. As(os) negras(os), foram os que ficaram à margem dos direitos, (leia -se) mas não sem lutar para mudar a realidade na qual foram submetidos, E as mulheres tendo em vista estás condições e as de invisibilizadas na historiografia, principalmente as negras, tomaram a dianteira em busca de melhores condições, pois foi sentindo na pele a falta de políticas que abarcassem as suas demandas e de seus pares, que estavam (estão) amontoados nas grandes periferias das cidades brasileiras, que puderam constatar tal realidade. Diante disso elas têm cada vez mais buscado encampar movimentos de reivindicação e de luta, que favoreça e garantam a efetivação dos direitos existente e na promulgação de outros. Para garantir melhores condições na qualidade de vida desses sujeitos. E a primeira luta se dá no campo da saúde, pois para essas mulheres, houve uma série de fatores que culminaram nessa luta, como é caso da falta de assistência às mulheres gravidas e até as parturientes, a possibilidade de uma educação de qualidade, e até o direito à vida que é um direito essencial e as mulheres têm sido cada vez mais tolhidas desse direito, sem falar em outros campos. Por tanto trabalhar com essa temática recorremos uma vasta literatura de negros e negras que vem se debruçando em sanar as lacunas deixadas no campo das publicações no pós abolição e que teve sequelas ainda visíveis, utilizaremos também as legislações pertinentes que nos ajude a dialogar com tal temática. A Constituição de 1988 que traz em seus artigos algumas indicações que "beneficia" à população negra brasileira, as políticas públicas de saúde para população negra, Estatuto da igualdade racial, Lei 10.639/2003, autoras como Fátima Oliveira, Jurema Werneck, Nilma Lino Gomes, dentre outros(as) que possam colaborar para evidenciar esse protagonismo, e trazer à tona a importância dessas contribuições.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas. População Negra. Mulheres. Direitos.

1 Mestranda, Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS- UFMA) Bolsista Capes, elisandra.cantanhede@discente.ufma.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

1 INTRODUÇÃO

"Quando uma mulher negra se movimenta, toda estrutura se movimenta com ela"
Angela Davis

Pensar as mulheres negras numa perspectiva epistemológica é antes de tudo, "reerguer" vozes silenciadas ao logo da história, muitas ainda passam pelo processo de silenciamento, invisibilidade e violências, nas diversas formas. Mas é importante salientar que as próprias mulheres protagonizam as suas lutas, tomando dianteira na busca por melhores condições para seus pares, e reescreverem suas próprias histórias nessa busca por melhoria de condições, na saúde, educação, trabalho, moradia etc. Pois como aponta as mulheres acabam por ocupar lugares de subalternidade Gayatri Chakravorty Spivak(2010, p.17), " Se o discurso do subalterno é obliterado, a mulher subalterna encontra-se em uma posição ainda mais periférica pelos problemas subjacentes às questões de gênero".

Diante disso as mulheres negras, sempre buscaram por melhores condições sociais para a população negra brasileira e durante década de 1980 ficou efetivamente mais explicito, pois antes mesmo que houvesse uma legislação que favorecessem a população negra brasileira, já existiam um movimento dessas mulheres para pensar como eram as condições de vida dessa população. E um dos elementos essenciais para a luta da população negra, foi e ainda é o movimento negro. Como salienta (GOMES, 2017, p.17): "muitos dos conhecimentos emancipatórios produzidos nas ciências no Brasil se deve ao papel educativo desempenhado pelos movimentos sociais que suscitam o debate de novas temáticas, questionam conceitos e dinamizam o conhecimento".

E como a população negra não podia "ousar" falar de direitos, coube então a reinvenção da sua própria história e a busca pela conquista dos direito. E essa luta tem sido a duras penas ao logo de vários séculos, a contar desde o período do processo de escravização (leia-se), aos dias atuais,

> A luta por melhores condições de acesso e permanência na educação tem que estar imbricada num conjunto de fatores sociais, indo além do desenvolvimento das políticas educacionais, tais como: a real democratização do ensino, moradia, serviço de saúde de qualidade, além de declarar como crime a naturalização do "local" de marginalização social, econômica e cultural em que uma sociedade sexista, racista, classista e lgbtfóbica insiste em manter cristalizado.(ARAÙJO; COSTA; XAVIER, 2017, p.56)

Portanto evidenciamos a atuação das mulheres pelo direito da população negra, que o dos principais está ligado à saúde, que é um bem público, todos tem o direito de terem uma vida saudável. Mas o conceito de saúde só começa a ser debatido e negociado, em sintonia com a cidadania, no século XIX, quando emergiu a associação entre condições sociais de vida e saúde, dentro dessas condições perpassam, as condições de trabalho, moradia, educação, cidadania dentre outros.

Durante o período de escravização as mulheres utilizavam-se de estratégias das mais diversas, como o nos afirma Werneck,(2006, p.35), "As ações de rebeldia, expressam- se corporalmente e são atribuídas no período escravista aos banzos, suicídios, infanticídios, assassinatos de feitores e

senhores, além de fugas sem destino". E essas estratégias perduram ainda hoje, no sentido de buscar as condições necessárias para bem melhor viver.

A ativista Lélia Gonzalez antes mesmo da promulgação da constituinte, já atuava no sentido de fortalecer a luta pela população negra, pensando as possibilidades de atuação, na década de 1974 se insere nesse campo, e busca conexões com países distintos, sobretudo Estados Unidos, onde a luta pelos direitos civis foram conquistados mais intensamente.

Diante do cenário de busca pela melhoria, o grupo de mulheres, representantes de diversas partes do Brasil, se aliam para conquistarem tais objetivos, pressionando cada vez mais o Estado para a inserção das pautas tanto das mulheres, como da população negra. Elas tem cada vez mais buscado se inserirem nos espaços públicos de decisão, política, economia, direitos. Reivindicam a liberdade de se emanciparem e se manterem responsáveis pelas próprias ações. Pois cada vez mais acreditam que ser uma mulher negra não pode ser entendida e termos de ser negro e de ser uma mulher apartadamente, mas deve as incluir interações que frequentemente reforçam mutuamente.

Essa busca por melhores condições perpassa de maneira Interseccional, pois os recortes de raça, classe e gênero sempre ficou claro quando traçamos um panorama sobre a população negra nos mais diversos aspectos. Com os processos de (re)existência erigidos sobretudo pelas mulheres negras, faz se necessário se evidenciar. Como aponta o II Plano Nacional de Políticas Para as Mulheres (II PNPM),

> UNIVERSALIDADE DAS POLÍTICAS - as políticas devem ser cumpridas na sua integralidade e garantir o acesso aos direitos sociais, políticos, econômicos, culturais e ambientais para todas as mulheres. O princípio da universalidade deve ser traduzido em políticas permanentes nas três esferas governamentais, caracterizadas pela indivisibilidade, integralidade e intersetorialidade dos direitos, e combinadas às políticas públicas de ações afirmativas, percebidas como transição necessária em busca da efetiva igualdade e eqüidade de gênero, raça e etnia. (PNPM, 2011, p.3).

E a implementação dessas diretrizes, devem ser tomada como prioridade no sentido de inserir as mulheres as mulheres nos espaços de tomada de decisões, mas o que temos visto é que apesar dos avanços, temos a clara visão, é que muito ainda precisa avançar no tange políticas públicas. "PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL - devem ser garantidos o debate e a participação das mulheres na formulação, implementação, avaliação e controle social das políticas públicas".

O presente trabalho este estruturado da presente maneira, uma introdução, situando as mulheres nesse trabalho, e após trazemos algumas informações acerca desse protagonismos e reivindicações, no terceiro tópico trazemos a atuação do movimento negro enquanto organização que tem contribuído para essa luta em prol da população negra.

2 AS MULHERES NEGRAS PROTAGONISTAS DAS REIVINDICAÇÕES POR POLÍTICAS PÚBLICAS

As mulheres negras têm sido componente importante da sociedade brasileira ao longo cinco séculos. Enquanto grupo social específico em defesa de seus interesses ou como parte do amplo

contingente negro ou geral que luta por justiça e inclusão social, sua atuação pode ser vista desde o regime escravista até hoje. De fato, as lutas das mulheres negras por equidade se desenvolve ao longo dos séculos e devemos reconhecer que têm sido parte fundamental dos amplos segmentos que constroem cotidianamente o Brasil como nação.

Ainda que violentamente invisibilizadas – pois atuam numa conjuntura de racismo e sexismo – colocam a disposição da sociedade séculos de lutas, de pensamento a serviço da ação transformadora. Em seu horizonte, uma sociedade sem iniquidades, sem racismo, sexismo, sem as desigualdades de classe social, de orientação sexual, de geração ou de condição física e mental, entre muitas outra. E segundo os dados IPEA,

> Da população negra, aproximadamente a metade é composta de mulheres. As mulheres negras são mais de 41milhões de pessoas, o que representa 23,4% do total da população brasileira. São estas que sofrem com o fenômeno da dupla discriminação, ou seja, estão sujeitas a "múltiplas formas de discriminação social (...), em consequência da conjugação perversa do racismo e do sexismo, as quais resultam em uma espécie de asfixia social com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida". As discriminações de gênero e raça não são fenômenos mutuamente exclusivos, mas, ao contrário, são fenômenos que interagem, sendo a discriminação racial frequentemente marcada pelo gênero, o que significa, portanto, que as mulheres tendem a experimentar discriminações e outros abusos de direitos humanos de forma diferente dos homens. (IPEA, 2021. p.210).

E apesar de todo esse histórico de negação e/ou discriminação as mulheres negras tiveram atuação importante na contribuição no que diz respeito à formulação de políticas públicas e não diferente em relação a saúde da população negra, a organização em torno das reivindicações começaram a partir das suas próprias demandas, e a participação das mulheres nos principais eventos relacionados à saúde como a Conferência Nacional de Saúde e Direitos da Mulher realizada em Brasília em 1986, Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida realizada em Brasília em 1995, Nós mulheres Negras: diagnóstico e propostas - Articulação de Organizações de mulheres Negras Brasileiras rumo a III Conferência Mundial contra Racismo Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, 2001, em Durban.

E essas demandas passaram a existir a partir da falta de atendimento específico para as mulheres, como atendimento ginecológico, atendimento na hora do pré-natal e parto. A participação nos eventos tinha como objetivo algumas proposta, que melhorasse o atendimento nas unidades de saúde e que não houvesse racismo e nem discriminação. A Conferência Nacional de Saúde Inaugurou essa pauta de reivindicação.

Realizada de 10 a 13 de outubro de 1996, intitulada de *Identidade da Mulher Negra,* apresentou proposta para que a discriminação racial seja tipificada como crime; no acesso ao trabalho, sejam eliminadas quaisquer exigências que incorram em discriminação de natureza étnico –racial e/ou de gênero; seja proibida em qualquer meio de comunicação, a vinculação de falas e imagens depreciativas da mulher negra, seja em propaganda ou na programação do veículo, excluído os casos de

denúncias; Pela criação da caderneta saúde da mulher (para seu autocontrole), observem que essas proposta foram datadas de 1996, mas facilmente atualizamos e consideramos como atual.

Ainda no âmbito do feminismo, em interface com o Movimento Negro, emerge o Movimento de Mulheres Negras que problematizava a questão dos direitos reprodutivos, denunciando o racismo e o sexismo que sustentavam as propostas de controle de natalidade nas políticas de saúde, e esse movimento constituiu-se no embrião que viria a ser o campo Saúde da População Negra nos anos 90, de onde se originou a proposta de formulação uma Política nacional de saúde, voltada para população negra, oficializada mais tarde em 2009.

Até o início da década de 1990 o movimento de mulheres negras apresentava o direito à saúde como uma de suas prioridades de luta, a partir do que impulsiona as discussões sobre o direito à vida, os direitos sexuais e reprodutivos, considerando que o racismo e o sexismo imprimem marcas diferenciadas no exercício desses direitos.

Dentre as organizações envolvidas pela luta e melhoria dos direitos das mulheres temos a participação do Criola[2] que tem sido fundamental para as ações de monitoramento, assessoramento no que diz respeito à saúde das mulheres,

> Atuação direta na formulação de estratégias e no desenvolvimento de ações de advocacy em políticas públicas em especial aquelas de interesse das mulheres negras. Fazem parte deste conjunto as políticas públicas de saúde; equidade; enfrentamento do racismo; sexismo e lesbofobia; intolerância religiosa e promoção de direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais. Assessoramento, capacitação fornecimento de informações acerca dos conteúdos e mecanismos de advocacy para ativistas de diferentes áreas, organizações da sociedade civil, profissionais e gestores em nível local, regional e nacional. (CRIOLA, 2010, p.10).

As experiências desenvolvida desde 1992, contribuíram para o promoção da participação negra, em especial de mulheres negras, em diferentes instâncias de monitoramento e avaliação das políticas públicas. A participação de Criola nas seguintes instâncias do período 2008-2010. Esta participação tem apontado uma crescente demanda por informações e capacitações, diante da necessidade de novas instâncias de atuação tanto para **Criola** quanto para demais ativistas e organizações. Há uma necessidade de maior participação da população negra e principalmente as mulheres para que haja uma mudança na postura da sociedade em relação as mulheres que são a maioria da população e ainda assim sofre com essa ausência de equidade.

E garantir a participação efetiva das mulheres e oportunidades equânime para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública. Fortalecer e solidificar políticas e legislaç***ões existentes. Implementar ações*** aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis. Atendendo as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 5 – Igualdade de Gênero, como aponta a ONU Mulheres.

2 é uma organização da sociedade civil com mais de 25 anos de trajetória na defesa e promoção dos direitos das mulheres negras. Fundada em 1992, a organização atua na construção de uma sociedade onde os valores de justiça, equidade, solidariedade são fundamentais. Durante quase três décadas, a Criola reafirma que a ação transformadora das mulheres negras é essencial para o bem viver de toda a sociedade brasileira.

3 A CONTRIBUIÇÃO DO MOVIMENTO SOCIAL NEGRO NAS FORMULAÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A POPULAÇÃO NEGRA

O Movimento Negro, por meio de uma ampla articulação com outros movimentos sociais, movimento sindical, ONGs, parlamentares das diferentes esferas governamentais empreenderam durante a década de 90 e início dos anos 2000, duas grandes mobilizações, com características diferentes, mas que se tornaram um marco no que diz respeito à consolidação da formulação de políticas públicas com recorte racial, a Marcha Zumbi dos Palmares e a mobilização em torno da participação de lideranças do Movimento na I Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, realizada em Durban, África do Sul. A Marcha Zumbi dos Palmares, realizada em novembro de 1995, promulgou o acúmulo de conhecimentos e o alcance de organização do Movimento Negro brasileiro, motivando um documento contendo o diagnóstico sobre o racismo e um programa de ações.

Uma dessas ações resultou no decreto de 20 de novembro com a proposta do governo federal que 1995 instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) composto por membros da sociedade civil vinculados ao movimento negro e representantes dos ministérios federais, dentre eles o Ministério da Saúde, que cabe a ele a função de elaborar, propor e promover política governamentais relacionadas a cidadania da população negra juntamente com a criação do programa nacional de direitos humanos. Os debates no GTI se intensificaram, resultando em reuniões, mesas-redondas. A partir dos debates o GTI, organizou um relatório onde, foi percebido que há uma necessidade em estudos específicos para população negra.

> A população negra brasileira é única do ponto de vista genético, [...] A falta de conhecimento científico sistemático sobre a população afrodescendente é resultado da prática cotidiana de discriminação racial e de longa sobrevivência no conceito equivocado de que o Brasil seria exemplo de democracia racial. A construção cientifica na área da saúde, sobretudo desse vasto segmento da população, ainda é insuficiente, por vezes distorcida, o que leva a prática da medicina distorcida. (RELATÓRIO FINAL, MINISTÉRIO DA SAÚDE, 1996, p.11).

Ainda 1995 o governo passa a adotar como critério a raça para formalizar e direcionar as políticas públicas, (diga-se fruto de reivindicações do movimento negro na década anterior). Através dessas ações o GTI conseguiu implementar algumas ações como o recorte racial nas informações de nascido vivos ou morto, recorte racial nas pesquisas elaboradas no âmbito nacional e a implementação de política nacional ao doente de anemia falciforme[3].

A atuação do Movimento Social Negro brasileiro na 11ª e na 12ª Conferências Nacionais de Saúde, realizadas respectivamente em 2000 e 2003, fortaleceu e ampliou sua participação social na

3 Anemia Falciforme: resulta de uma mutação genética na molécula de hemoglobina, que adquiriu a forma de meia lua ou foice, dando origem ao nome: anemia falciforme. Essa mutação se deve a mutação na hemoglobina: substituição dos aminoácidos (OLIVEIRA,2010).

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

instância do SUS. Como resultado dessa atuação articulada, foram aprovadas propostas para o estabelecimento de padrões de equidade étnico-racial e de gênero na política de saúde do país.

> O SUS foi instituído como uma política de Estado para garantir a saúde como um direito efetivo para todas e todos. A organização de suas ações e serviços tem como diretrizes a descentralização, com direção única em cada esfera de governo; o atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais; e a participação da comunidade para garantir que políticas, ações e programas respondam adequadamente às necessidades das populações em condições de desigualdade e para que sejam ofertadas ações diferenciadas para grupos com necessidades específicas. (BRASIL, 2009).

A tema de saúde como direito foi amplamente debatido na ocasião da 8ª conferência, ficando evidente a necessidade de uma mudança na estrutura para além dos limites financeiros e administrativos, evidenciando a reformulação mais profunda no conceito, ação e legislação que diz respeito à promoção, proteção e recuperação da saúde.

> O direito a saúde significa a garantia, pelo estado, de condições dignas de vida e de acesso universal e igualitário às ações e serviços de promoção, proteção e recuperação de saúde, em todos os níveis, a todos os habitantes do território nacional, levando ao desenvolvimento pleno do ser humano em sua individualidade. Esse direito não se materializa, simplesmente pela sua formalização do texto constitucional. Há, simultaneamente, necessidade de o Estado assumir explicitamente uma política de saúde consequente e integrada às demais políticas econômicas e sociais, assegurando os meios que permitam efetivá-las . (Relatório Final da 8ª Conferência Nacional de Saúde, 1986).

Com a Constituição Federal de 1988, a população negra passou a ter mais visibilidade no que tange seus direitos, como o direito a saúde universal independente de raça, cor, religião, local de moradia, e orientação sexual promovido pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

> O combate às desigualdades raciais não foi objeto de tratamento específico pela Constituição Federal. Contudo como tem se destacado nas diversas bibliografias sobre o tema , a centralidade dada aos princípios da dignidade da pessoa humana (Art.1º), redução das desigualdades(Art. 3º), da promoção dos bem de todos(Art. 3º), da recusa de qualquer forma de preconceito ou discriminação (Art. 3º) , da prevalência dos direitos humanos (Art.4º e da defesa da igualdade(Art.5º) permitiu o acolhimento não apenas do repúdio do racismo (Art.5º, inciso XLII) da defesa da justiça, do combate aos preconceitos e da defesa da pluralidade, todos com transbordamento direito à questão racial. (Brasil. Constituição, 1988)

O direito a saúde enquanto direito social e fundamental, validando o ingresso aos serviços segundo o respeito a dignidade da pessoa humana. Assim, a saúde no Brasil percorreu um caminho desde a beneficência até a garantia constitucional, sendo direito de todos os cidadãos e dever do Estado. Com a garantia dos direitos, as demandas da população negra se intensificam juntamente com a luta por melhores condições de vida.

E o Movimento Negro tem um papel fundamental para essa luta, onde homens e mulheres buscam sanar fissuras abertas desde o período escravista. O Movimento Negro que é compreendi-

do como um Movimento Social, que está intimamente relacionado com as classes subalternas, que desenvolve sua práxis e um conjunto de valores, ideias, costumes, entrelaçados nos mais diversos setores da vida social, inclusive no setor saúde, na construção de projetos que podem auxiliar os interesses corporativos e universais, ou ainda de conservação e/ou mudança,

A saúde da população negra no Brasil, assim como toda sua história é permeada por desigualdades, reivindicação e todo um processo de resistências. Desde as década de 1930 a 1980 surgiram movimentos das irmandades religiosas[4] iniciaram esse trabalho, sempre pela igualdade de direitos: educacionais, saúde e culturais. A luta pela valorização dos seus direitos, levaram os negros brasileiros a mudar as atitudes, para que fossem mudado o cenário dessa população em relação as suas reivindicações como no caso da saúde.

Os negros americanos e sul-africanos assim como os brasileiros conviviam em torno a um regime de diferenças raciais não menos intenso que o brasileiro, os negros dos Estados Unidos lutaram contra as regras de segregação racial, e também os da África do Sul que eclodiu contra o sistema de apartheid existente no país esse foram alguns países que os negros brasileiros seguiram o exemplo em sua luta pela efetivação desses direitos.

O Brasil coexistiu com o momento de escravidão durante mais de 350 anos, sendo um dos últimos a "abolir" a escravidão. E nesse processo não foram asseguradas à população negra as políticas que abarcassem seus direitos. O negro encontrava-se na sociedade brasileira como um problema social a ser resolvido. Várias foram as tentativas ideológicas e políticas para a solução desses "problemas", a ideologia do branqueamento com a substituição da mão de obra e a diluição étnico–racial da população.

Para os higienistas eram dentro dos cortiços que estavam as epidemias principalmente a tuberculose e a varíola que eram mais característico nas pessoas negras. Conforme Sidney Chalhoub

> [...] os cortiços supostamente geravam e nutriam "o veneno" causador do vômito preto. Eram preciso, dizia-se, intervir radicalmente na cidade para eliminar tais habitações coletivas e afastar do centro da capital as "classes perigosas" que nelas residiam. Classes duplamente perigosas, porque propagavam a doença e desafiavam as políticas de controle social no meio urbano. [...] tratava-se de combater as doenças hostis, à população branca, e esperar que a miscigenação –promovida num quadro demográfico modificado pela integração europeia – e as moléstias reconhecidamente graves entre os negros lograssem o embranquecimento da população, eliminando gradualmente a herança africana da sociedade brasileira. (CHALHOUB, 1996, p.8-9).

4 A irmandade representava um espaço de relativa autonomia negra, no qual seus membros construíam identidades sociais vivenciadas no interior de uma sociedade opressora. A irmandade era uma espécie de família ritual em que tantos os africanos desenraizados de suas terras, como os negros brasileiros deslocados no contexto social viviam e morriam solidariamente. Foi um meio de constituição de instrumento de identidade e solidariedade coletivas. Toda a dinâmica que vivenciavam em torno das políticas dentro das irmandades visavam à integridade do negro diante da sociedade branca e paternalista. Os fundos arrecadados promoviam a vida através de várias benfeitorias, e a morte a partir de um funeral apresentável.

A efetivação de políticas que garanta direito da população torna-se essencial, mas diga-se que a luta não é do presente, embora estejam sendo apresentados nesse presente. As conquistas de políticas públicas explicitas por parte dos movimentos sociais no país serviram de direção para um conjunto de organizações e entidades do movimentos social no Brasil que tinham como horizonte , dentro dos marcos da estrutura do sistema social, o enfrentamento de suas problemáticas e o reconhecimento dos seus direitos sociais.

Ao atenderem solicitação do movimento social negro, para que fossem levados em consideração o quesito cor nas pesquisas e levantamentos, pode-se observar determinadas doenças características na população negra e também as doenças negligenciadas que assolam a população negra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mulheres tem cada vez mais protagonizado a luta, para se inserir no campo da politica e na sociedade como um todo. Mas ainda vemos claramente o resquícios do patriarcado, sexismo e para as mulheres negras o racismo que lhes fora imposto durante muitos ano. Assegurar a participação das mulheres nos espaços de tomada de decisão é garantir que estão sendo responsáveis pelo seu corpo e pela suas próprias vidas, dando condições para que influenciem de maneira positiva não somente o local em que estão inseridas , mas sobretudo o país .

Muito ainda tem que se avançar no diz respeito a formulação de políticas públicas para as mulheres e para as negras duplamente. Garantir seus direitos essenciais é de primordial necessidade. A superação de todas as formas de desigualdades e a universalidade das políticas de acesso a esses direitos essenciais e básicos.

A rede mulheres atualmente tem buscado dialogar com a Estado para pensar as políticas para as mulheres e romper com a trajetória de exclusão e tentativa de apagamento de história que está arraigada desde a vinda da população negra de maneira forçada do outro lado.

REFERÊNCIAS

ARAÙJO, Vanda Aparecida de; COSTA, Thiago Batista; XAVIER, Sara Santos, MULHERES NEGRAS E EDUCAÇÃO: (RE) CONSTRUÇÃO DE UMA HISTÓRIA DE VITIMIZAÇÃO E A POSSIBILIDADE DE EMPODERAMENTO, In, **Educação e o empoderamento da mulher negra** / Organização Neide Cristina da Silva, Francisca Mônica Rodrigues de Lima e Maria Lucia da Silva. — São Paulo: Editora Casa Flutuante, 2017.

CARNEIRO, Sueli. A batalha de Durban. In: **Revista Estudos Feministas**, ano 10, 1º semestre Programa Igualdade de Gênero e Raça – UNIFEM, Diretoria de Estudos Sociais - IPEA 2002,

CERQUEIRA, Daniel, **Atlas da Violência 2021** / Daniel Cerqueira et al., — São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5141-atlasdaviolencia2021completo.pdf acesso em 21/12/2022.

CERQUEIRA, Daniel **Atlas da Violência 2021** / Daniel Cerqueira et al., — São Paulo: FBSP, 2021.

CHALHOUB, Sidney, **Cidade Febril**: cortiços e epidemias na Corte imperial /Sidney Chalhoub. — São Paulo : Companhia das Letras, 1996.

HEILBORN, Maria Luiza; ARAÚJO, Leila; BARRETO, Andreia (Org.). **Gestão de políticas públicas em gênero e raça**: módulo I-v0. Brasília: Secretaria de Políticas para Mulheres, 2010. Acesso em 04/01/2023

MENDONÇA, Maisa; WERNECK, Jurema; WHITE, Evelyn C. (ORGS). **O Livro das Mulheres Negras** : nossos passos vem de longe. 2ª . ed. Rio de janeiro: Pallas/Criola, 2006.

ONU Mulheres Negra, Brasil, disponível em: https://www.onumulheres.org.br/noticias/mulheres-negras-intensificam-busca-por-politicas-de-assistencia-social-para-enfrentar-a-pandemia-covid-19/ acesso em 14/1/2023.

PLANO NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, disponível em https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Mulheres_III/texto_base_3_conferencia_mulheres.pdf

SAÚDE da População Negra: passo a passo: defesa, monitoramento e avaliação de Políticas Públicas. Rio de Janeiro: Criola, 2010.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o Subalterno Falar?** 1942- Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa, Editora UFMG, 2010.

WERNECK, Jurema, **Mulheres Negras**: um Olhar sobre as Lutas Sociais e as Políticas Públicas no Brasil, Disponível em: http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/handle/11465/886 acesso em 22/12/2022.

ARTICULAÇÃO DE MULHERES NEGRAS, disponível em https://amnb.org.br/mulheres-negras-brasileiras-por-uma-comunicacao-publica-com-as-mulheres-negras-a-frente/ acesso em 12/01/2023.

ANAIS DO

III SEMINÁRIO

HISTÓRIAS CONECTADAS

SIMPÓSIO TEMÁTICO 09

Histórias conectadas sobre ensino e educação

COORDENAÇÃO

Dayse Marinho Martins

Doutoranda PPGHis UFMA

Yuri Givago Alhadef Sampaio Mateus

Doutor em História e Conexões Atlânticas: Culturas e Poderes - UFMA

EDUCANDO O OLHAR SOBRE O ENVELHECIMENTO

Carlos André dos Santos Jardim[1]

RESUMO: No campo de estudos sobre o desenvolvimento humano, é percebido que ao longo de nossa formação enquanto sujeitos, a infância e a fase adulta ganham maior destaques, ficando a velhice à parte no movimento de ensino-aprendizagem. Na escola, no trabalho e em outros grupos sociais, a figura do ser envelhecido ocupa papeis, geralmente, secundaristas e estereotipados, marcados pelos pesares do corpo exaurido. Diante disso, o presente estudo se propõe a fazer um diálogo entre a Psicologia e a História, tendo em vista o lançamento de um olhar para além dos rótulos pré-estabelecidos pelas ciências médicas sobre o processo do envelhecimento. São levantados quatro fatores que sinalizam para o não interesse em falar, pensar e discutir sobre o assunto da velhice, sendo eles: o corpo biológico – discutindo as questões relacionadas as dores, o cansaço e as limitações; o viés econômico – repercutindo o processo de aposentadoria e os sentimentos de improdutividade alimentado pelo sistema capitalista; a sociabilidade – pensando as possibilidades de vínculos afetivos para com os familiares e amigos ou o sentimento de solidão; e a finitude – abordando a proximidade com o tema da morte, bem como as emoções desencadeadas a partir desse "pensar". A relevância deste manuscrito repousa no crescente aumento das taxas da população envelhecida no mundo, de modo a investigar e propor olhares voltados às vivências das pessoas em processo de envelhecimento. Além da preocupação financeira – previdenciária – dos países, uma gama de fenômenos sociais e individuais também começam a ganhar maior evidência, uma vez que o contingente da população envelhecida ganha força por conta de sua numerosidade. Os governos em geral passam a ter em suas mãos a incumbência de gerir os problemas advindos dessa nova realidade social. Para tanto, foram realizadas pesquisas em bases de dados como forma promover sustentações teóricas a este artigo. Como forma de ampliar a visão que é criada sobre o sujeito envelhecido, é proposta uma perspectiva de educação psicossocial do envelhecer como alternativa possível e viável para novas compreensões desse fenômeno. Por fim, são apresentadas algumas possibilidades de intervenções em contextos específicos, tais como: na escola, no trabalho, chegando ao papel do Estado neste cenário
PALAVRAS-CHAVE: Envelhecimento. Psicologia. História. Escola.

1 INTRODUÇÃO

No transcorrer da história da humanidade, os estágios de desenvolvimento do ser humano paulatinamente foram ganhando destaque, necessitando cada vez mais de estudos científicos que subsidiassem práticas das mais diversas profissões mundo afora.

Nos ambientes escolares, o objetivo de levar o conhecimento aos alunos fez com que surgissem teorizações sobre a aprendizagem em crianças, adolescentes e jovens, subdividindo-as em faixas-etárias com repertórios cognitivos esperados para àquelas idades.

1 Mestrando em Psicologia pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA; Matrícula: 2022110989; E-mail: andrenews07@hotmail.com.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

Num estágio mais à frente, mais precisamente nos postos de trabalho, demandou-se que estudos sobre adultos fossem elaborados, no intuito de entendimento dos comportamentos, melhorias no desempenho e situações de conflito interpessoais neste ambiente.

Todavia, a reflexão que se faz é que este ser humano que atravessou os estágios acima citados, simplesmente não deixou de existir. A lacuna que é evidenciada se dirige justamente ao envelhecimento, "fase da vida" que muitas vezes é suprimida, sintetizada, esquecida ou até mesmo ignorada.

Como desdobramento desse movimento da sociedade, nos deparamos com o sofrimento psíquico de muitos indivíduos, quer seja por não saberem lidar com esse momento de sua existência – num caráter individual; quer seja por estarem sofrendo com o *etarismo*[2] – num caráter mais social, coletivo.

Desta forma, o presente estudo se propõe a viabilizar um campo de diálogo entre a Psicologia e a História, entendendo que as interlocuções feitas entre e a partir dessas áreas, apontam para construção de saberes e práticas capazes de repensarem atitudes naturalizadas, quer sejam nas escolas, em ambientes de trabalho, em grupos sociais ou em instituições quaisquer.

Acredita-se, portanto, que uma visão psicossocial do fenômeno, aqui em discussão, possibilite a ampliação dos horizontes ´para além o olhar puramente biológico e desenvolvimentista.

Para tanto, como forma de alcançar tais objetivos, foram realizadas pesquisas bibliográficas em bases de dados, a fim de promoverem sustentação teórica ao presente manuscrito.

2 AS PERCEPÇÕES HISTÓRICAS SOBRE O ENVELHECIMENTO

Durante muito tempo, pensar sobre envelhecimento não foi uma das tarefas mais requisitadas a serem trabalhadas em muitas sociedades. Se olharmos a construção histórica desse fenômeno, percebem-se algumas nuances no que diz que respeito ao interesse pela temática.

De acordo com Lima (2010), a Grécia clássica valorizava mais a juventude, a força e a beleza, deixando num plano inferior os mais velhos, diferentemente do período helenístico, que lhe dava um lugar de destaque. Já no contexto japonês, o Taoísmo e a relevância dada ao desenvolvimento pessoal ao longo do ciclo vital, contribuiu para uma maior valorização da pessoa envelhecida. Já nas culturas tribais, a figura do ancião era atrelada à um ser que detinha memória e sabedoria coletiva.

O não interesse em falar, pensar e discutir sobre o assunto possui motivações diversas, ainda mais se levarmos em consideração a questão cultural, conforme no parágrafo anterior. Contudo, a seguir destacam-se quatro exemplos de fatores que contribuíram para tal distanciamento.

2.1 CORPO BIOLÓGICO

Desde o nascimento, o corpo humano dá início ao seu processo de desgaste natural, uma vez que seus órgãos interagem a todo tempo freneticamente com o mundo ao qual está inserido.

2 Conjunto de estereótipos ou prejuízos baseados na idade. (MCNAMARRA; WILLIAMSON, 2019)

Nessa inevitável rota de existência humana, os desdobramentos começam a dar seus primeiros sinais, geralmente, na transição da fase adulta para a velhice, quando o indivíduo já atravessou uma série de eventos marcantes em sua trajetória de vida, como por exemplo, o trabalho enquanto exercício profissional.

Nesse sentido, "É importante considerar que as perdas da capacidade de adaptação, a diminuição da vitalidade e o aumento da vulnerabilidade de todas as funções individuais tornam a velhice passível de acomodação" (NASCIMENTO, 2007, p. 134).

Nesse diagnóstico etarista, dores, cansaços e limitações do corpo ganham destaque e acabam se sobrepondo a própria existência dos sujeitos, além de impactarem os campos de possibilidades de escolha daquilo que ainda pode ser vivido e experenciado por eles.

2.2 VIÉS ECONÔMICO

Ao longo da construção das identidades individuais de cada sujeito, certamente a noção de trabalho enquanto exercício profissional, ocupa um lugar de destaque, senão de centralidade na vida de cada um.

Durante a infância, são transmitidas informações cujo a finalidade perpassa em levar os indivíduos a se capacitarem ao mercado de trabalho. As faculdades, os cursos técnicos e instituições similares, somam-se à figura da escola para em conjunto possibilitarem a tão instigada inserção no mercado trabalhista.

Após a entrada e a estadia duradoura nesse espaço, os temíveis ou esperados convites à aposentadoria chegam – ainda que de forma discreta em muitos contextos – já que o vigor físico parece ter se esvaído.

Nesse sentido, conforme afirma Assis (2004, p.13), "a existência de preconceito em relação ao idoso também tem origem na supervalorização do trabalho e da produção na sociedade capitalista".

Ou seja, o não preparo para a aposentadoria, aliado a ideia de ser improdutível nessa fase da vida, geram na pessoa envelhecida sentimentos depreciativos que prejudicam sua autoimagem, sua qualidade de vida.

2.3 SOCIABILIDADE

Após a ida pra casa por meio da aposentadoria – desejada ou não – muitos idosos se deparam com novas rotinas, já que os cotidianos tinham como atividades sempre as mesmas tarefas a serem executadas.

Nesse novo momento, confinados dentro das quatro paredes do lar, muitos sentimentos começam a ser despertados, à medida que outras figuras como o/a cônjuge, os filhos, os netos, dentre outras pessoas do grupo familiar, podem se fazer presentes, ou não.

Uma vez estando presentes estas figuras, as interações podem ser harmoniosas e salutares no ambiente doméstico. Noutra perspectiva, os conflitos podem a começar a surgir, principalmente por questões de choques geracionais. Corroborando com esse fato, Schuler e Dias (2019, p. 500), afirmam que:

> o fato de que pessoas que nasceram e viveram em períodos distintos diferem em múltiplos aspectos, tais como: mudanças nos papéis de gênero; aumento dos níveis de educação; melhor acesso a bens e serviços; diversificação nas atitudes em relação à família; e novas configurações familiares.

Se por um lado a presença pode comparecer com um ponto positivo na sociabilidade das pessoas envelhecidas, a ausência de familiares em casa tende a estimular pensamentos e sentimentos atrelados à solidão nos idosos.

Seguindo essa linha de raciocínio, Goldfarb et al. (2009, p. 62) sinaliza que:

> O processo de envelhecimento em si já é algo solitário. Em nosso país isto se amplia, pois ainda são restritos os lugares de pertinência à velhice. Não há lugares nem espaços coletivos para se compartilhar com o outro o que se vive.

Na realidade brasileira, o autor avança na discussão e aponta para a necessidade de criação de espaços capazes de receber o público envelhecido para que ali se tenha a possibilidade de sociabilização, para além do ambiente doméstico, familiar.

2.4 FINITUDE

Quando nos remetemos à imagem de uma pessoa envelhecida, muitos pensamentos instantâneos nos direcionam para a finitude humana, mais especificamente para a morte do corpo enquanto matéria física.

Silva (2015, p. 81), traça um paralelo entre corpo e finitude, argumentando que:

> A velhice é associada à finitude em razão dessas perdas, e os anos que avançam levam a percepção da morte, que parece cada vez mais próxima. Velhice e finitude são assuntos culturalmente associados e velados, pois considerados tabus e, para o idoso, ambas ganham grande destaque, pois há marcas reais em sua pele e corpo, que indicam as perdas sofridas ao logo da trajetória.

Em outras palavras, enquanto sujeitos que vivenciamos o processo de envelhecer, alguns sinais de alerta, como por exemplo o desgaste do nosso corpo, são responsáveis por nos lembrarem que temos um tempo estimado de existência nesse mundo.

Ainda de acordo com a autora, somos elucidados de que: "A reflexão sobre a própria morte é carregada de angústias e pelo medo do desconhecido, da finitude/extinção, da maneira como ela chegará, violenta e/ou carregada de sofrimentos, ou ainda por questões de crenças". (p. 81).

Diante dos muitos momentos que o ser humano tem para pensar sobre sua finitude, apenas na velhice o espaço para tal reflexão parece ganhar notoriedade e, muitas vezes, com ares de angústia e preocupação, tornando-se um exercício puramente desagradável.

3 O CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO ENVELHECIDA NO MUNDO

O envelhecimento da população em escala global tem trazido inúmeras repercussões nos países onde essa realidade se estabelece. Mobilizações políticas-governamentais, científicas, midiáticas e de mercantilistas, a partir dessa nova realidade, têm passado a repensar seus fazeres, produtos e derivados a fim de tentar satisfazer as demandas desse público.

Para Barros e Goldbaum (2018, p. 1), é necessário que percebamos que:

> O envelhecimento populacional, que no século passado ganhou notoriedade crescente frente ao seu espraiamento para as diferentes regiões do planeta e ao ritmo acelerado com que avançou também em países de menor desenvolvimento econômico, passa a constituir neste século um dos fenômenos mais desafiadores pelas suas múltiplas consequências. Com uma taxa de crescimento de 3% ao ano, o segmento demográfico de 60 anos ou mais de idade representa na atualidade 12,3% da população mundial, e estima-se que esse percentual ascenderá a 21,3% em 2050, sendo essa estimativa ainda mais elevada para o Brasil, com previsão de que naquele ano a população idosa comporá 29,6% da população brasileira.

A cada ano que passa, as novas pesquisas que vão sendo realizadas apontam para o aumento dos números de habitantes idosos nos países, dentre eles, o Brasil, conforme citado acima.

Em nosso contexto nacional, um ar de preocupação parece tomar conta dos governos, muito em detrimento das questões envolvendo a economia local, já que para o sistema capitalista, na base da pirâmide de sustentação social devem estar os jovens e adultos. A materialização dessa preocupação pôde ser vista na Contrarreforma da Previdência.

Contudo, para além desta questão meramente monetária, outra gama de fenômenos sociais e individuais também começam a ganhar maior evidência, uma vez que o contingente da população envelhecida ganha força por conta de sua numerosidade. Os governos em geral passam a ter em suas mãos a incumbência de gerir os problemas advindos dessa nova realidade social.

Como pudemos ver ao longo dos subtópicos anteriores, muitos problemas de ordem individual e social tendem a surgir com o fenômeno do envelhecimento humano ganhando contornos mais acentuados.

4 POR UMA PERSPECTIVA PSICOSSOCIAL DO ENVELHECIMENTO

Muitas narrativas e saberes construídos ao longo do tempo sobre o tornar-se velho foram de áreas econômicas e médicas, como a gerontologia. A repercussão do domínio dessa forma de pensar vigora até hoje em diversos segmentos da sociedade. Apesar de muitos esforços no intuito de

ampliar a visão fisiológica, os estudos direcionados ao envelhecimento ainda são majoritariamente voltados ao saber médico, suas similaridades e atravessamentos.

Como forma de propiciar leituras mais ricas em caráter humanitário e experiencial do fenômeno (individual e coletivo), defendemos no presente manuscrito que, outras ciências sociais e humanas produzam mais pesquisas capazes de pautarem práticas profissionais que levem em considerações outros fatores para o bem estar humano na velhice, para além do corpóreo.

Nessa perspectiva, Assistentes Sociais, Pedagogos, Sociólogos, Psicólogos e tantos outros campos de saberes, de maneira contextualizada – local, regional e nacionalmente., podem ser agentes produtores de conhecimentos científicos às suas respectivas categorias.

Sobre esta necessidade, Castro et. al (2020, p. 12), atestam que: "a sua ampliação e continuidade, bem como a comparação com as especificidades socioculturais em diferentes regiões brasileiras".

No campo da Psicologia, são necessárias percepções e contribuições que extrapolem as conhecidas patologias mentais e ou neurológicas, já que estas tem ganhado grandes repercussões por conta de seus alcances na população idosa.

Na visão de Da Rocha (2018, p. 83):

> O envelhecimento humano tem sido apresentado com novas conotações na atualidade e fazendo com que os profissionais da área da psicologia tenham um olhar diferenciado, é necessário ter afetividade e ser efetivo em tudo que se refere à dinâmica do envelhecimento humano, auxiliando assim na prevenção, promoção e reabilitação da saúde da pessoa idosa.

Portanto, embora muitos transtornos mentais estejam acometendo a pessoa envelhecida, faz-se necessário que sejam levados em considerações com maior ênfase as vivências dos indivíduos enquanto sujeitos únicos, já que nelas certamente podem estar contidas informações preciosas sobre as patologias que tanto dizemos saber, conhecer.

Construir a visão psicossocial é um grande desafio diante dos muitos enfrentamentos necessários no campo científico. Todavia, se apresenta como franca alternativa diante das contaminadas lentes que são lançadas sobre envelhecimento, que muitas vezes não dão voz aos sujeitos ativos deste vital processo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a elevação dos índices de pessoas na fase do envelhecimento vivendo entre nós, novas demandas têm surgido, carecendo de intervenções multidisciplinares e fatoriais.

As tradicionais, contudo, enrijecidas e por vezes geradoras de sofrimento, leituras que se tem sobre os idosos, precisam ser ampliadas. Os saberes médicos e enviesados por uma preocupação meramente econômica de um determinado povo, precisam dar vazão à produção de horizontes capazes de contemplar a um caráter mais humanitário, advindo da experiência vivida dos sujeitos.

Propor intervenções a nível escolar, por exemplo, se apresenta como alternativa viável e de extrema relevância, tendo em vista que na formação (educacional e escolar) dos indivíduos, tal cons-

trução da figura do idoso como um ser repleto de possibilidades de vivências, poderia se dar de forma mais consistente.

Para tanto, os currículos escolares poderiam contemplar conteúdos voltados à essa população, assim como as escolas, enquanto entidades dotadas de poder em nossa sociedade, poderiam estimular as crianças a olharem para esta fase da vida de forma mais positiva, atribuindo menos rótulos incapacitantes.

Nas empresas e repartições públicas, caberiam aos gestores promoverem ações concretas no intuito de preparar seus colaboradores para a aposentadoria, para o retorno à família e ao lar – estimulando o resgate de vínculos, por exemplo. Além disso, o combate aos estigmas e discriminações tanto no ato da admissão, quanto nas relações interpessoais entre os funcionários também podem ser melhor trabalhados.

Por fim, sinalizo para a atuação do poder público enquanto políticas que devem visar e contemplar a sociedade, uma vez que espaços de sociabilidade podem promover maior qualidade de vida aos seus anciãos.

REFERÊNCIAS

ASSIS, M de. Aspectos sociais do envelhecimento. In: Saldanha AL. **Saúde do idoso:** a arte de cuidar. In: Saldanha ALl, Caldas CP (orgs.). 2. ed. Rio de Janeiro: Interciência; 2004.

BARROS, M. B. de A.; GOLDBAUM, M. Desafios do envelhecimento em contexto de desigualdade social. **Revista de Saúde Pública**, v. 52, 2018.

CASTRO, Jefferson Luiz de Cerqueira et al. Análise psicossocial do envelhecimento entre idosos: as suas representações sociais. **Actualidades en Psicología**, v. 34, n. 128, p. 1-15, 2020.

DA ROCHA, Jorge Afonso. O envelhecimento humano e seus aspectos psicossociais. **Revista farol**, v. 6, n. 6, p. 78-89, 2018.

DA SILVA, Regiane. Envelhecimento e finitude. **Revista Longeviver**, n. 47, 2015.

DE LIMA, M. P. **Envelhecimento (s)**. Imprensa da Universidade de Coimbra/Coimbra University Press, 2010.

GOLDFARB, D. C. et al. Depressão e envelhecimento na contemporaneidade. **Revista Kairós-Gerontologia**, v. 12, 2009

MCNAMARRA, T. K.; WILLIAMSON, J. B. **Ageism**: Past, Present, and Future. New York: Routledge, 2019.

NASCIMENTO, Lucineide Xavier. Valorização do tempo livre no processo de envelhecimento: o corpo na berlinda. **Memorialidades**, v. 4, n. 7 e 8, p. 131-138, 2014.

SCHULER, Emily; DIAS, Cristina Maria de Souza Brito. Entre ficção e realidade - A relação intergeracional entre bisavós e bisnetos. **CIAIQ2019**, v. 2, p. 499-508, 2019.

NAS TRILHAS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL: GAMIFICAÇÃO NA APRENDIZAGEM COLABORATIVA DA GERAÇÃO *SCREENAGER*

Dayse Marinho Martins[1]

RESUMO: A elaboração do conhecimento apresenta novos desafios para a educação requerendo metodologias facilitadoras do processo de ensino-aprendizagem, da chamada geração *screenager*: nascidos a partir da década de 1980 que interagem com controles remotos, *mouses*, *joysticks* e internet (ALVES, 2012). Entre tais processos, destaca-se a gamificação, denominação derivada da expressão inglesa *gamification*. Trata-se do uso da estética e pensamento baseado em jogos para engajar pessoas, motivar ações, promover a aprendizagem e resolver problemas. Assim, o jogo contempla elementos do cotidiano suscitando o interesse do aprendiz, tonando-o colaborativo no processo de ensino-aprendizagem (CARVALHO, 2022). Considerando-se que os conhecimentos aprendidos de forma significativa constituem formadores de ideias que se convertem no capital cultural do ser atrelado à memória, torna-se essencial utilizar a gamificação na educação patrimonial. Por patrimônio compreende-se "o conjunto dos saberes, fazeres, expressões, práticas e seus produtos, que remetem à história, à memória e à identidade do povo". (HORTA, et al, p. 10, 2011). Trata-se, portanto, do conjunto de valores e símbolos construídos coletivamente, a partir do qual se atribui reconhecimento e identidade a um coletivo social com base na memória e no senso de pertencimento. A educação patrimonial permite evidenciar, portanto, o que a cultura de um determinado grupo aceita, reinventa e mantém na memória coletiva. Segundo Martins (2014) e Martins; Bottentuit Junior (2016), a gamificação considerando a mudança de comportamentos, além de motivar a aprendizagem, possibilita a problematização de versões históricas sobre fatos, eventos e contextualiza aspectos identitários. Assim, contribui para o fomento à aprendizagem colaborativa trilhando o patrimônio histórico e cultural como objeto de conhecimento.
PALAVRAS-CHAVE: Ensino-aprendizagem. Gamificação. Educação Patrimonial.

1 INTRODUÇÃO

A história de uma disciplina escolar considerando-se a história do currículo privilegia a compreensão dos processos de elaboração de programas de ensino, a definição de procedimentos metodológicos e políticas públicas de escolarização. Além disso, desvenda a inserção no cotidiano escolar de concepções e práticas de ensino, relações com o imaginário e as múltiplas formas de apropriação pela escola dos saberes que circulam na sociedade.

1 Doutora em Políticas Públicas UFMA, aluna de estágio pós-doutoral no PPGHIST/UEMA, Doutoranda em História PPGHIS/UFMA, Professora SEMED SLZ, Especialista em Educação da SEDUC MA, Docente externa permanente PPGPSI/UFMA, Psicóloga CRP 22/03627, Coordenadora do GT ANPUH MA Ensino de História e Educação. Membra Efetiva da Academia Maranhense de Ciências na cadeira de nº 42, patroneada por Claude Abbeville. E-mail: daysemarinho@yahoo.com.br.

Fundamentado nesse pressuposto, este artigo problematiza a transposição didática no ensino de História. Com isso, contribui com a percepção de como a trama histórica local vem sendo abordada na esfera da escolarização formal, suscitando possibilidades para o uso da gamificação enquanto ressignificação da prática pedagógica em História na contemporaneidade.

2 RESSIGNIFICANDO O ENSINO DE HISTÓRIA

No âmbito da Nova História, percebe-se a importância atribuída à correlação dos conhecimentos históricos com o cotidiano do aluno. Esse viés metodológico no ensino de História tem seus fundamentos relacionados também às contribuições da Psicologia Genética de Piaget que visa entender a gênese do conhecimento no indivíduo. Um dos principais desafios do professor de História constitui, portanto, a transposição didática dos conteúdos.

A referida problemática encontra-se situada no trabalho com a noção de tempo e espaço cuja ocorrência principal se dá na segunda etapa do Ensino Fundamental.

> O conhecimento histórico não se limita a apresentar o fato no tempo e no espaço acompanhado de uma série de documentos que comprovam sua existência. É preciso ligar o fato a temas e sujeitos que o produziram para buscar uma explicação. E para explicar e interpretar os fatos é preciso uma análise, que deve obedecer a determinados princípios. Nesse procedimento, são utilizados conceitos e noções que organizam os fatos, tornando-os inteligíveis. (BITTENCOURT, 2004 p.183).

É frequente a ocorrência em sala de aula, de alunos que não conseguem relacionar os conteúdos trabalhados em História com a própria realidade. Tal situação culmina com o desinteresse pela disciplina. De modo geral, isso constitui fruto do que se convencionou denominar psicopedagogicamente, de dificuldade de aprendizagem (D.A).

O ato de aprender compreende a exploração dos aspectos da realidade pelo indivíduo numa relação direta com questões físicas, psicológicas e afetivas. Interferências nessa condição que os especialistas em Psicopedagogia denominam dificuldade de aprendizagem. "Suas principais características compreendem uma dificuldade nos processos simbólicos: fala, leitura, escrita, aritmética, abstração (...) independentemente de lhe terem sido proporcionadas condições adequadas de desenvolvimento" (FONSECA, 1995 p.252).

Ao contrário do que se costuma pensar, as dificuldades de aprendizagem não se restringem às disciplinas Língua Portuguesa e Matemática. Em virtude de atingirem habilidades básicas, interferem decisivamente na aprendizagem em História assim como em outras áreas. A referida problemática, no campo da História, situa-se no domínio de conceitos abstratos.

É preciso, portanto, estabelecer uma transposição didática facilitadora que atraia os alunos das turmas do 6º ao 9º ano. Nestas, o contato com o saber histórico inicia-se na perspectiva disciplinar e a inadequação da abordagem docente pode suscitar desinteresse e com isso, as dificuldades de aprendizagem. De acordo com Karnal (2005, p. 28), isto influencia diretamente na postura do aluno em relação à sociedade:

> Nosso aluno, cada aluno, tem de se perceber como ser social, alguém que vive numa determinada época, num determinado país ou região, oriundo de determinada classe social, contemporâneo de determinados acontecimentos. Ele precisa saber que não poderá nunca se tornar um guerreiro medieval ou um faraó egípcio. Ele é um homem de seu tempo que possui a liberdade de optar. Sua vida é feita de escolhas que ele, pode fazer, como sujeito de sua própria história e da história social de seu tempo. Cabe ao professor aproximar o aluno dos personagens concretos da história, sem idealizações, mostrando que gente como a gente vem fazendo história. Quanto mais o aluno sentir a história como algo próximo dele, mais terá vontade de interagir com ela. O verdadeiro potencial transformador da história é a oportunidade que ela oferece de praticar a inclusão histórica.

O interesse pela História está ligado à capacidade de integrar-se com o conteúdo, com o conhecimento histórico. Daí surge a necessidade de facilitar a compreensão dos conceitos históricos por meio de novos procedimentos de ensino. Para Piaget (1998, p. 95):

> A educação do senso histórico da criança pressupõe a do espírito crítico ou objetivo, a da reciprocidade intelectual e a do senso das relações; nada mais apropriado para determinar a técnica do ensino de História do que um estudo psicológico das atitudes intelectuais espontâneas das crianças, por mais ingênuas e insignificantes que possam parecer à primeira vista.

Explorando ações e representações, o professor deve promover uma intervenção facilitadora no sentido de amenizar as dificuldades de aprendizagem em História. Para tanto, convém organizar o trabalho pedagógico partindo de uma perspectiva centrada na concretude, envolvendo o alunado com conceitos e realidades distantes de seu lugar histórico.

Um dos aspectos facilitadores na "educação do senso histórico" consiste no uso de imagens. O uso de imagens cria vinculações entre educando e conhecimento cognitivo. As imagens desempenham um papel relevante, pois, constituem elos significantes, na ligação entre o conhecimento histórico e a sensibilidade do educando. "A imagem não ilustra nem reproduz a realidade, ela a constrói a partir de uma linguagem própria que é produzida num dado contexto histórico" (BITTENCOURT, 2002 p.119).

Relacionado ao trabalho com imagem, outro elemento que pode ser empreendido pelo professor, consiste na utilização do jogo visando a correlação dos conteúdos com a experiência concreta do aluno. Lopes (2001, p. 23) aponta que "É muito fácil e eficiente aprender por meio de jogos, e isso é válido para todas as idades, desde o maternal até a fase adulta. O jogo em si possui componentes do cotidiano e o envolvimento desperta o interesse do aprendiz, que se torna sujeito ativo do processo". Diante disso, nos processos pedagógicos atuais, é fundamental considerar a gamificação.

Os processos de elaboração do conhecimento apresentam a cada dia novos desafios para a educação requerendo metodologias facilitadoras do processo de ensino-aprendizagem, da chamada geração *screenager*: "nascidos a partir da década de 80 que interagem com controles remotos, *mouses, joysticks* e internet, pensam e aprendem de forma diferenciada" (ALVES, 2012, p. 167). A gamificação, denominação derivada da expressão inglesa *gamification* refere a um sistema híbrido entre educação e entretenimento. O termo reporta à aprendizagem por meio de jogos: "[...] uso de

elementos dos games (como pontos, barra de progressão, níveis, troféus, fases, medalhas, quests, etc.) dentro de contextos que não são games" (MASTROCOLA, 2013, p. 26).

Trata-se de direcionar uso de mecânicas de jogos para o ambiente escolar, criando espaços de aprendizagem mediados pelo desafio e entretenimento. Kapp (2012) refere gamificação enquanto uso da estética e pensamento baseado em jogos para engajar pessoas, motivar ações, promover a aprendizagem e resolver problemas no fomento à melhoria de resultados educacionais.

Piaget e Vygotsky atuaram como principais defensores do jogo no desenvolvimento e aprendizagem escolar (ZANOLLA, 2010). Ambos evidenciaram a ludicidade como manifestação social que vincula o brincar à aprendizagem, denotando que a eficiência do lúdico está presente em diferentes sociedades e períodos históricos sob diversas formas.

Huizinga (2005) refere que as atividades arquetípicas da sociedade humana são, desde o início, marcadas pelo jogo. Enquanto metodologia, o jogo contempla elementos do cotidiano suscitando o interesse do aprendiz, que se torna sujeito ativo do processo de ensino. Os conhecimentos aprendidos de forma significativa constituem formadores de ideias que se convertem no capital cultural do ser e podem ser utilizados e reutilizados quando numa situação de aprendizagem se façam necessários. Quanto maior significação, maior o fluir das informações transformadas em imagens e arquivadas na memória.

Martins (2014) considera a gamificação uma aprendizagem interativa baseada em desafios cognitivos, dotando de significado a prática pedagógica. No Brasil, enquanto metodologia pode potencializar o aprendizado de forma significativa, estimulando a permanência discente no sistema de ensino. Segundo Martins; Bottentuit Junior (2016), a apropriação de elementos de jogos para o desenvolvimento de conteúdos educacionais é uma estratégia promissora que permite aos alunos, uma aprendizagem dinâmica. Nessa perspectiva, a gamificação surge como ferramenta colaborativa que pode contribuir com o ensino, reformulando o ambiente acadêmico e ampliando as perspectivas de inclusão educacional.

Na abordagem em História, a transposição didática pode ser direcionada por práticas de gamificação que aliem a mecânica de jogos, à problematização das versões históricas sobre o evento. Entre as iniciativas, destacam-se:

A aprendizagem baseada em jogos caracterizada pela articulação de games ao processo de mediação pedagógica. Conforme Battaiola (2000), por jogo eletrônico, compreende-se um sistema formado da articulação entre enredo, motor e interface interativa. A partir do enredo surge a trama e o objetivo do jogo que vai direcionar os passos a serem seguidos pelo aprendiz. O motor se refere à linguagem de programação e por sua vez, a interface interativa é o conjunto imagético visualizado pelo usuário (BETHKE, 2003). Trata-se de aproveitar o conjunto de jogos comerciais com temáticas históricas para aproximar a percepção discente, da historicidade. Para tanto, se destacam as versões de *board game* (tabuleiro), *card game* (cartas), trilha ou *Role-playing game (*RPG)

Seguindo o *layout* de cartas, o jogo da memória caracteriza outra possibilidade de recurso para abordagem da Balaiada. Superando o viés memorístico tradicional de retenção de informações,

trata-se de potencializar a memória como estrutura cognitiva que se articula à dinâmica social para problematização de conceitos e fatos.

Segundo Antunes (2008), o jogo de memória promove um desenvolvimento intelectual e afetivo ao possibilitar a memorização e a identificação. Assim, estimula elementos visuais, conceitos e informações sobre o tema a fim de que o aprendiz compreenda pela prática de observação.

Ainda no âmbito das práticas de jogabilidade em sala de aula, destaca-se o jogo de estratégia. O formato em tabuleiro trabalha a habilidade de atuação tática do aprendiz. É possível adaptar versões de jogos comerciais tais como *War* e *Combate*. Nesse panorama, surgem possibilidades de ressignificação das interpretações tradicionais, evidenciando a dinâmica política no contexto social. Há a perspectiva de abordagem de aspectos éticos e do papel da mediação em cenário de conflito.

Outro modelo nesse sentido constitui os jogos de trilha. Organizada em tabuleiro, a trilha desenhada apresenta desafios a serem superados pelo aprendiz em vinculação à temática abordada. Permite contextualizar elementos do espaço, processos de conquista e táticas desenvolvidas durante o movimento. Diante disso, promove a comunicação, o respeito às regras além do raciocínio lógico e a simbolização.

A prática com jogos pode ser organizada em situações para *feedback* do conteúdo. Como instrumento avaliativo, baseado em critérios definidos pelo docente, o formato de *Quiz* pode ser facilmente adaptado a ambientes digitais. No estilo tutorial, evidencia a abordagem significativa do erro podendo fazer uso de níveis e recompensas.

A gamificação permite pela via da ludicidade, a aproximação de conteúdos abstratos e distantes da realidade concreta do aluno. Assim, o jogo enquanto procedimento de intervenção docente facilitadora contribui para a significação do conhecimento histórico pelo aluno. A correlação entre uma sociedade histórica distante e a atualidade favorece a compreensão de conceitos e a formação do pensamento histórico. Além disso, amplia a consciência do aluno como sujeito histórico ao fazê-lo perceber-se enquanto tal a partir da percepção de que é permeado pela relação constante entre presente e passado.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças curriculares no ensino de História requerem o rompimento com práticas homogeneizadoras e acríticas. Para tanto, é preciso valorizar reelaboração do conhecimento por meio de práticas educativas que dialogam com saberes e culturas não escolares. A seleção de conteúdos evidenciada na disciplina História tradicionalmente demonstra um enfoque acrítico que não permite ao aluno compreender-se enquanto sujeito histórico. As temáticas são caracterizadas por narrativas distantes do contexto discente, em abordagens memorísticas e não problematizantes que propalam versões oficiais da formação maranhense.

Nota-se assim, a necessidade de se repensar a seleção de conteúdos da disciplina História de modo a evidenciar os silenciamentos presentes no currículo a partir da abordagem tradicionalmente difundida. Por meio desta perspectiva, a homogeneização, o oficialismo e a ausência de crítica fazem

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

parte do ensino. O confronto de versões atua como possibilidade de ampliação do universo de reflexões em sala de aula. O ensino de história, então, se presta ao seu papel dentro da sociedade na medida em que não mais formata repetidores de datas e verdades pré-determinadas, mas incentiva o aluno a pesquisar seu conhecimento tornando-se autor de sua própria expressão.

Com base na proposta de ensino problematizante, surge a gamificação: abordagem do conhecimento histórico a partir do uso da dinâmica de jogos que enriquece a interação do aluno com os conteúdos. A partir da estrutura visual e narrativa, é perfeitamente viável trabalhar as noções relacionadas ao tempo e suas dimensões: sucessão, duração e simultaneidade. Isso permite ao professor intervir através da reflexão sobre os diferentes tempos de acordo com a realidade.

Outro ponto de discussão engloba a versão atribuída a um fato. Nesse sentido, o aluno é conduzido à percepção de que as narrativas partem de pontos de vista diferentes. Isso permite que ele verifique as diferentes versões da História bem como a presença da subjetividade. A intervenção pode ser direcionada ainda, à discussão de aspectos da vida social de comunidades do passado. Entretanto, é necessário no tratamento da imagem, retratar seus aspectos ficcionais. Fundamentado nessas contribuições, o uso da gamificação demonstra potencial significativo na abordagem de conteúdos distantes da realidade histórica do aluno.

REFERÊNCIAS

ALVES, Lynn. Jogos eletrônicos e ensino on-line: aprendizagem mediada por novas narrativas. In: BOTTENTUIT JUNIOR, João Batista. & COUTINHO, Clara. P. (orgs.). **Educação On-line:** conceitos, metodologias, ferramentas e aplicações. Curitiba, PR: CRV, 2012.

ANTUNES, Celso. **Jogos para a estimulação das múltiplas inteligências**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

BATTAIOLA, André L. Jogos por Computador – Histórico, Relevância Tecnológica e Mercadológica, Tendências e Técnicas de Implementação In: Anais da XIX Jornada de Atualização em Informática. **Proceedings**. Curitiba: SBC, Julho/2000, v. 2. 83-122p.

BETHKE, Eric. **Game Development and Production**. "Wordware Publishing", 2003.

BITTENCOURT, Circe. **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2002.

BITTENCOURT, Circe**. Ensino de História**. São Paulo: Cortez, 2004.

CARVALHO, Ana Amélia A. (org.). Metodologias Ativas e Tecnologias Educacionais Digitais. Módulo 2. Coimbra: MATED, 2022.

FONSECA, Vitor. **Introdução às dificuldades de aprendizagem**. 2.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. **Educação patrimonial**. In: BARRETO, Euder Arrais et al. (org.). Patrimônio cultural e educação: artigos e resultados. Goiânia: UFG, 2008. p. 15-21.

HUIZINGA, J. **Homo ludens**: o jogo como elemento da cultura. São Paulo: Perspectiva, 2005.

KAPP, Karl M. **The gamification of learning and instruction:** game-based methods and strategies for training and education. San Francisco: Pfeiffer, 2012.

KARNAL, Leandro (org.). **História na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2005.

LOPES, Maria da Glória. **Jogos na educação:** criar, fazer, jogar. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MARTINS, Dayse M. et al . The Legend of Zelda: Jogos Eletrônicos e Intervenções Pedagógicas na Abordagem sobre Medievalismo. **Revista Hipertexto**, v. 4, p. 21-52, 2014.

MARTINS, Dayse M; BOTTENTUIT JUNIOR, João Batista . A Gamificação No Ensino De História: O Jogo 'Legend Of Zelda' Na Abordagem Sobre Medievalismo. **Holos** (Natal. Online), v. 7, p. 299-321, 2016.

MASTROCOLA, Vicente Martin, **Doses Lúdicas:** breves textos sobre o universo dos jogos e entretenimento. Edição do autor: São Paulo, 2013.

PIAGET, Jean. A psicologia da criança e o ensino de História. In: PARRAT, Silvia; TRYPHON, Anastasia (orgs.). **Sobre a pedagogia.** Tradução Claudia Berliner. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

ZANOLLA, Silvia Rosa Silva. **Videogame, educação e cultura:** pesquisas e análise crítica. Campinas, SP: Editora Alínea, 2010.

A REFORMA EDUCACIONAL ATTÍLIO VIVÁCQUA E A REVOLUÇÃO DE 30 NO ESPÍRITO SANTO: CONTINUIDADES E RUPTURAS

Hannah Alves Alcure e Araújo[1]

RESUMO: A década de 1920 foi marcada por um amplo movimento renovador da educação de escala nacional que culminou no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932). O desdobramento desta onda no Espírito Santo, foi a reforma do ensino (1928-1930), objeto de pesquisa deste trabalho, dirigida pelo então Secretário de Instrução Pública do Estado Attílio Vivacqua, com o auxílio de seu assessor Garcia de Rezende, apontado como o formulador do substrato teórico da reforma. Inspirado nas proposições escolanovistas, Vivacqua apostou na modernização da educação no Espírito Santo por meio da implementação da Escola Activa, a fim de tornar a escola pública capixaba um modelo, o que, para Renato Soares (1998), conferiu-lhe o pioneirismo entre os reformadores brasileiros. Por se tratar de um movimento pedagógico importado, ambos concordavam sobre a necessidade de reformulá-lo, adaptando-os à realidade brasileira e, mais especificamente, à espiritossantense. Utilizaremos como fontes a obra A Escola Activa Brasileira (1930), de Attílio Vivacqua e as Notas Ligeiras que Garcia de Rezende escreveu para o jornal governista, Diário da Manhã, principal veículo propagador das obras da reforma, entre 1928 e 1930, para compreender de que maneira o projeto de reforma educacional em questão foi atravessado pelo modernismo antropofágico, em voga à época, tendo como norte a necessidade de se pensar um "novo homem", com base na crença da escolarização como instrumento para o progresso. O viés modernizador que apresenta esta reforma, além da reformulação ideológica sobre o papel da escola, será diagnosticado também na adoção de tecnologias como recursos didáticos como o rádio, o cinema e a circulação de periódicos escolares. A Reforma Attílio Vivácqua foi interrompida no final do ano de 1930, quando o movimento encabeçado por Getúlio Vargas eclode em todo o país. No Espírito Santo, a Junta Governativa nomeada pelo poder central, assim que assume, interrompe o andamento da reforma iniciada pelo governo Aristeu Borges de Aguiar, que passa do controle da máquina pública à oposição, dando um novo direcionamento à política pública educacional no estado. A pesquisa pretende colocar em debate diferentes perspectivas de estudiosos sobre o assunto, a fim de compreender as continuidades e rupturas das políticas voltadas para a educação pública capixaba levadas a cabo nos governos Aristeu Borges de Aguiar (1928-1930) e no período da Interventoria de João Punaro Bley, durante toda a década de 30.
PALAVRAS-CHAVE: Reforma da Educação. Escola Activa. Attilio Vivácqua. Garcia de Rezende. Educação Antropofágica.

1 INTRODUÇÃO

A década de 1920, no Brasil, foi marcada por discussões em torno de projetos de educação, que culminaram em movimentos de reforma educacional em diversas unidades federativas. O último

1 Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Email: hannahalcure@gmail.com.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

decênio do que, na historiografia, convencionou-se chamar de República Oligárquica (1894-1930) foi cenário de tensões entre o novo e o velho, entre o que representaria o progresso e aquilo que amarraria o país ao passado, em uma condição de atraso. Ao mesmo tempo, surgem nessa década anseios nacionalistas que colocam a questão da brasilidade no centro do debate.

A crença na escolarização como instrumento de progresso, de civilidade e de formação da identidade nacional era um valor compartilhado pelos intelectuais e educadores que se reuniam na Associação Brasileira da Educação (ABE). Este órgão, que agregava pessoas interessadas em influenciar na elaboração de políticas públicas educacionais, interferiu diretamente na formulação e na execução de programas de reformas da instrução pública em todo o país. A necessidade de se pensar um "novo homem" e de forjar uma sociedade adaptada às transformações sociais, econômicas, culturais e políticas provocadas pelo processo de expansão da industrialização no Brasil serviram de linha mestra para as reformas ocorridas em São Paulo (1920), no Ceará (1922), na Bahia (1924), no Distrito Federal (1927), no Espírito Santo (1928), entre outras (BERTO, 2013).

Fernando de Azevedo, educador e sociólogo responsável pela reforma educacional do Distrito Federal, identifica este contexto como o início de um movimento renovador em educação, que se estenderia ainda pela década seguinte, tendo seus princípios norteadores sintetizados no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932. Neste documento, onde constam como signatários os nomes de Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Lourenço Filho, além de Attílio Vivacqua e Garcia de Rezende como representantes do reformismo capixaba, os pioneiros se comprometeram a conduzir o Brasil à modernidade via educação. Para isso ser possível, acreditavam que a construção de uma escola pública, laica e gratuita deveria ser tratada como um problema prioritário do Estado (AZEVEDO et al, 1932).

No Espírito Santo, tais ideias reformistas tiveram espaço no governo de Aristeu Borges de Aguiar (1928-1930). Attílio Vivacqua, nomeado por Aristeu para o cargo de Secretário da Instrução Pública, com auxílio de seu assessor Garcia de Rezende, foi responsável por dar início a uma reforma educacional no estado, inspirada em ideais escolanovistas, que alcançou reconhecimento nacional, tornando-se modelo para as demais reformas. Neste artigo, discutiremos as particularidades da reforma educacional capixaba que lhe garantiram destaque no Congresso da Associação Brasileira de Educação, em 1930.

2 ATTÍLIO VIVACQUA E A ESCOLA ACTIVA CAPIXABA

Nascido em 11 de outubro de 1984, no então município de Espírito Santo do Rio Pardo, que pouco tempo depois viria a chamar-se Muniz Freire, Attílio Vivacqua cresceu no seio de uma família de ricos comerciantes de café e influente políticos da região sul-capixaba. Após graduar-se em Ciências Sociais e Jurídicas pela Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, em 1916, Attílio retorna para Cachoeiro, onde exerce advocacia até iniciar-se de vez na carreira política, em 1920, como vereador em Cachoeiro do Itapemirim. Elege-se e reelege-se deputado estadual por três vezes, até que assume o cargo de secretário de Instrução Pública a convite do governador Aristeu Borges de Aguiar, em 1928.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

As problemáticas em torno do tema da educação apareceram ainda na mocidade de Vivacqua. No ano em que concluiu a graduação, lançou o opúsculo *O Escotismo* (1916), onde defendeu o sistema fundado pelo General britânico Baden-Powell como forma de reintegrar o homem "supercivilizado" à natureza. O sistema escotista se assentaria em uma prática esportiva ao ar livre, com o intuito de superar desafios por meio da identificação do problema e sua resolução. A formação cívica, o espírito cavalheiresco e a instrução militar integram os princípios de conduta do escoteiro, regidos por leis de honra e de dever.

Para Vivacqua, alguns dos pontos mais preciosos do sistema estariam em seu incentivo à autonomia da criança e no caráter universalista do programa, uma vez que estenderia-se a todas as camadas sociais, podendo incluir também "essa enorme multidão de meninos abandonados às calçadarias das cidades" (VIVACQUA, 1916, p. 1). Diversos pilares da educação escoteira aparecerão mais tarde na reforma da instrução pública dirigida por Attílio, entre 1928 e 1930, especialmente nos seguintes aspectos: crítica à educação ornamental e livresca, valorização de atividades físicas e contato com a natureza, resolução de problemas reais e práticos, incentivo à autonomia e ao método da auto-educação.

Uma década antes de se tornar secretário de Instrução Pública, Vivacqua já dedicava-se a pensar um sistema modernizado de educação, que adaptasse o cidadão às transformações políticas, econômicas e sociais, ao mesmo tempo em que forjasse no sujeito um espírito nacional. Nas décadas seguintes, Vivacqua publicaria obras especificamente voltadas para o tema da educação como *O Ensino Público no Espírito Santo* (1929), *A Escola Activa Brasileira* (1930) e *Educação Brasileira* (1930). As obras referidas são resultados de seus estudos e experiência à frente do cargo de Secretário de Instrução Pública do Governo Aristeu Borges de Aguiar (1928-1930).

A reforma empreendida por Attílio Vivacqua teve como inspiração os preceitos do movimento escolanovista. De acordo com Berto (2013), os termos "escola activa", "escola nova", "educação nova", "pedagogia científica" são denominações utilizadas neste contexto para expressar inovações pedagógicas voltadas para a modernização do ensino. Em entrevista concedida ao jornal *Diario da Manhã*, Vivacqua afirma que a Escola Activa, enquanto um movimento pedagógico que surgiu em um mundo pós-guerra e em processo de industrialização, apesar de ainda insuficiente para interpretar as complexas necessidades de instrução do homem, seria "a mais avançada conquista" da pedagogia moderna (VIVACQUA, 1929, p. 1).

Para a construção do projeto da Escola Activa Capixaba, Vivacqua tomou de empréstimo ideias de pensadores estrangeiros da pedagogia moderna. Do neurologista e psicólogo do desenvolvimento infantil suíço Edouard Claparède, Attilio fez uso da ideia da *escola funcional*, ou seja, a instituição escolar deve estar preparada para produzir nas crianças os valores exigidos pelas transformações da sociedade. Do filósofo e pedagogo estadunidense John Dewey, o reformador capixaba assimilou a perspectiva da escola como ambiente em que a criança *aprenda vivendo*, ao invés de, como a escola tradicional, ser um lugar onde "se aprendam apenas licções que tenham uma abstrata e remota referencia com alguma forma de vida" (VIVACQUA, 1930, p. 16).

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

A inspiração mais evidente, contudo, vem do pedagogo suíço Adolphe Fèrriere, um dos criadores e propagadores do movimento da Escola Nova. Segundo Berto, uma das principais referências de Attílio seria a obra *L'école active*, do autor, lançada em 1922. O principal ponto defendido pelo pedagogo suíço na obra seria o rompimento com o modelo tradicional de ensino a partir da realocação da criança como centro do processo educativo. Ferrière compreende o termo *escola activa* como um slogan que expressa "o desejo da mobilidade, da liberdade, da autonomia, onde se buscam forças criativas. A escola activa era um dos muitos termos em circulação que compunham modos de pensar as práticas educativas que deixassem para trás o antigo, o tradicional" (2013, p. 33).

Para que fosse eficaz um modelo de escola onde a criança fosse o centro do processo de aprendizagem, para que este processo fosse baseado no "aprender vivendo" e fossem produzidos na criança valores exigidos pelas transformações da sociedade, era necessário que a escola, como "órgão vital da sociedade", conforme aponta Vivacqua (1930, p. 16), expressasse as necessidades e finalidades de cada realidade. Não bastava que se importassem modelos pedagógicos estrangeiros. Era necessário que estes modelos fossem reformulados a partir das condições sociais e econômicas de cada localidade.

> Mas, a "Escola Activa" como está sendo praticada na Europa, onde se originou, para attender a uma angustiosa circumstancia do momento europeu, não se enquadraria, integralmente adaptada, no actual momento brasileiro, trabalhado por uma tão forte e tão varonil tendencia de brasilidade.
> No interesse nacional era preciso modifical-a, dotando-a de todas as innovações capazes de interpretar, com intelligencia, as necessidades sociais brasileiras. (VIVACQUA, 1929, p. 1)

Ao contrário do que estava acontecendo nas reformas de outros estados, isto é, a adoção dos preceitos escolanovistas *ipsis litteris*, Vivacqua compreendeu que a implantação da reforma educacional no Espírito Santo precisava adequar-se à sua diversa composição geográfica, populacional e cultural. Defendia, por exemplo, que o modelo de escola aplicado nos grandes centros urbanos não atenderia às especificidades de uma escola rural, ou de uma escola instalada no litoral, ou até mesmo daquelas voltadas para a população imigrante.

Desta forma, além do foco na formação de professores primários qualificados através do Curso Superior de Cultura Pedagógica, organizado pelo professor Deodato de Moraes, a Reforma Attílio Vivácqua adotou alguns outros recursos pedagógicos com vistas à modernização do sistema escolar, segundo Vivacqua, ainda não aplicados no Brasil. A adoção do rádio e do cinema, considerados por Attílio, os "melhores professores do momento", justificavam-se por suas relevantes propriedades educacionais (VIVACQUA, 1929, p. 1). Estes instrumentos serviriam como fatores de integração e inclusão das zonas mais afastadas em relação aos principais centros, além de ampliarem significativamente a compreensão dos estudantes acerca da própria realidade e do mundo externo a ela.

O *Resumo Escolar*, outra inovação implantada por Vivacqua, constituiu-se em um periódico destinado à comunidade escolar, com o objetivo de levar atualizações pedagógicas e novidades sobre a reforma a todas as escolas do estado. Além deste circulatório, serviu como veículo oficial de propaganda da Reforma Vivácqua, o jornal governista *Diario da Manhã*, tendo a revista *Vida Capi-*

xaba, também publicado frequentemente sobre o assunto. Ambos veículos tiveram como diretor/colaborador o assessor de Attílio Vivacqua, Garcia de Rezende, apontado também como um dos formuladores do substrato teórico da reforma.

3 GARCIA DE REZENDE E O MODERNISMO ANTROPOFÁGICO

Principal assessor e braço direito de Vivácqua na reforma da instrução pública capixaba de 1928, Sezefredo Garcia de Rezende originou-se de uma família de cafeicultores do interior fluminense e, somente após bacharelar-se em Letras, em 1918, mudou-se para o Espírito Santo. Instalando-se em Vitória, inicia sua carreira como professor, tornando-se, pouco tempo depois, inspetor escolar, jornalista e diretor de uma escola pública. Juntamente Alarico de Freitas, então presidente da Assembleia Legislativa Estadual, capixaba, funda, 1921, a Academia Espírito-Santense de Letras (BERTO, 2013).

Pela proximidade com a elite política capixaba, na gestão Nestor Gomes, Garcia é nomeado diretor do jornal governista *Diario da Manhã* e, posteriormente, convidado por Aristeu Borges de Aguiar a compor a assessoria de Vivacqua na Secretaria de Instrução Pública. No cargo, Garcia de Rezende seria responsável por colaborar com a formulação da reforma da instrução pública ao lado de Vivacqua. Além de ser o maior propagandista e disseminador da Reforma Vivacqua, Garcia de Rezende é considerado a ponte entre as ideias do Modernismo Antropofágico e Attílio Vivacqua (SOARES, 1998).

Diversas viagens interestaduais foram realizadas por Vivacqua e Rezende com o objetivo de conhecer as experiências das reformas de outros estados. Enquanto Vivacqua se preocupava mais com a adoção de tecnologias pedagógicas para a modernização do ensino capixaba, Garcia de Rezende começou a buscar na Antropofagia o fundamento teórico que garantisse que a reforma desse conta das necessidades dos brasileiros e, sobretudo, dos capixabas.

Rezende tomou de empréstimo ideias e expressões do movimento antropofágico para elaborar a sustentação teórica da reforma capixaba. A principal pauta antropofágica defendida por Rezende era a negação da importação e incorporação de ideias estrangeiras e a ênfase na necessidade de se considerar as características e particularidades essencialmente brasileiras.

Para garantir a "fisionomia brasileira" à Escola Activa capixaba, das quais tanto falavam Attílio e Garcia de Rezende, era necessário adaptá-las às necessidades reais locais. Para melhor ilustrar este pensamento, Rezende lança mão, como recurso metafórico, de um traço central da essência antropofágica do modernismo: as referências às culturas dos povos tradicionais.

> Como todos os problemas brasileiros acredito que só poderemos resolver a questão do ensino si voltarmos ao indio, e partirmos delle conscientemente, com uma noção exacta das realidades modernas e do nosso caso particular como povo e como individuo.
> /O índio aprendia a caçar, a pescar, a cultivar a terra [...] E realizava dentro e fora da taba, objectiva e praticamente, as cousas apprendidas, desdobrando as suas possibilidades de accordo com o seu modo de ser, o seu temperamento e a sua personalidade.
> Tudo aquillo que aprendia tinha immediata e flagrante applicação na vida livre que vivia.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

> Os conhecimentos adquiridos não encerravam a menor intenção ornamental. Representavam, pelo contrário a sua superioridade real na luta e na victoria da sua existencia de pelejas diarias contra a floresta e as tribus inimigas. (REZENDE, 1929, p. 1)

Para Rezende, o elemento indígena deveria ser o ponto de partida. O exemplo do ensino concreto do "índio", que aprendia a caçar, a pescar, a cultivar a terra, ou seja, que "aprendia vivendo", é uma crítica ao ensino verbalista, ornamental e elitista que perdeu o contato com a vida e com os problemas práticos. O que o "índio" aprendia tinha imediata e flagrante aplicação na vida livre que vivia (SOARES, 1998). Neste aspecto, a metáfora antropofágica apropriada por Garcia de Rezende reforça o modelo defendido por Attílio de que a escola precisa ser funcional, um lugar onde o aluno "aprende vivendo". Essa seria a escola antropofágica, que não cria um mundo artificial, mas aproxima "o menino das realidades absolutas e uivantes que o cercam e deslumbram" (REZENDE, 1929, p. 1).

A escola antropofágica, segundo Garcia, promoveria a reabilitação do indivíduo, uma vez que devolveria a este os instrumentos necessários para reconhecer e compreender a si mesmo e a realidade que o cerca, sem a "deformação" provocada pela presença preponderante do elemento colonizador. A questão da brasilidade e o espírito moderno, objetivos a serem alcançados pela reforma da instrução, não poderiam se efetivar com a implementação de cópias dos modelos pedagógicos europeus ou estadunidenses. Rezende insiste: "O Brasil antropofagico não é o Brasil canibal, sanguinario, mas o Brasil reabilitado. Sem o espírito cansado do velho mundo. O Brasil que perdeu, de proposito a educação para se educar de novo" (REZENDE, 1929, p. 1).

Embora Attílio Vivacqua, em suas obras a respeito da educação pública capixaba, nunca tenha mencionado diretamente a influência dos modernistas ou usado conceitos relacionados ao antropofagismo, pode-se verificar vários pontos de confluência entre a proposta de reforma elaborada por Attílio e ideias modernistas em voga na década de 1920. Coube a Garcia de Rezende, portanto, assessor e propagandista da Reforma Vivacqua, o papel de incorporar valores do antropofagismo nas transformações da instrução pública, a fim de forjar nos capixabas um sentimento de brasilidade e um espírito moderno.

4 A REFORMA "MODELO"

Em setembro de 1930, no Congresso Educacional sediado na cidade do Rio de Janeiro, à época, Distrito Federal, o reformador capixaba apresentou o projeto e o andamento da implantação da Escola Activa capixaba. Garcia de Rezende, em sua autobiografia *Memórias* (1981) relembra que a reforma capixaba foi aprovada como padrão e designada como modelo a ser seguido pelas demais reformas no país (SOARES, 1998).

> A conquista do Espirito Santo foi ainda maior porque não só ficou estabelecido o systema de salas-ambiente, com turmas rotativas como o meio capaz de constituir modelo da Escola Brasileira como toda iniciativa de renovação pedagogica deve ser ligada ao Curso de preparação do professorado, como se fez nesse Estado. (DIARIO DA MANHÃ, 1930, p. 8)

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

Em visita ao Brasil, em 1929, o psicopedagogo russo Leon Walther, do Instituto Jean-Jacques Rousseau, instituição de ciência da educação fundada por Claparède, teve oportunidade de conhecer algumas das reformas educacionais em curso no Brasil. Walther foi apresentado às reformas de Minas Gerais e do Rio de Janeiro e pôde conhecer também o projeto da Escola Activa capixaba, sobre a qual diz ter ficado "vivamente impressionado com a precisão scientifica, a capacidade technica e a preoccupação superior de brasilidade com que o Espirito Santo está organizando a sua escola activa" (DIARIO DA MANHÃ, 1929, p. 1).

Soares (1998) cita outros educadores brasileiros que também reconheceram a Escola Activa capixaba como modelo para as demais, a exemplo do professor José Ribeiro Escobar, que liderou a implementação da Escola Activa em Pernambuco. Para fundamentar ainda mais o destaque da Reforma Vivacqua no cenário nacional e seu reconhecido *status* de padrão, Rezende reafirma o caráter antropofágico da experiência capixaba. Foi a capacidade de filtrar as influências estrangeiras, rearranjando-as a partir de uma compreensão clara dos próprios problemas e da própria realidade, que garantiu-lhe a categoria de modelo a ser seguido.

Logo após o Congresso de 1930, onde as diversas reformas foram apresentadas, Rezende publica uma *Nota à margem da Reunião Educacional*, sob o pseudônimo de "Observador Pedagógico" tecendo alguns comentários comparativos entre as reformas capixaba e a fluminense. Reconhece que ambas foram criadas com base nos mesmos princípios (escolanovistas), mas que diferem nas táticas e na execução. Garcia de Rezende entende que, dada a complexidade da realidade da capital federal, por se tratar de um grande centro urbano, a estrutura educacional ali implementada não poderia servir de modelo à organização geral do sistema educacional brasileiro.

Já o Espírito Santo, por ser um estado predominantemente rural, refletiria mais o Brasil daquela época, e a reforma ali iniciada, se tomada como referência pelas outras unidades federativas, teria maior possibilidade de produzir resultados positivos. Rezende identificou que a reforma carioca priorizou a ideologia em detrimento da prática, ao contrário da capixaba, onde um exame de suas condições e problemas próprios antecedeu o projeto, o que tornou evidente a urgência em torno da formação de corpo docente qualificado.

O movimento nacional de renovação da educação, que acumulou força durante a década de 1920, culminou no lançamento do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932. Este documento foi formulado e assinado por pensadores do sistema educacional brasileiro, além de elementos que estiveram à frente de reformas educacionais nos estados brasileiros como Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Anísio Teixeira e, como representantes da modernização escolar capixaba, Attílio Vivacqua e Garcia de Rezende. No documento, os signatários defendiam a implantação de uma escola pública, laica e gratuita, com o objetivo de produzir indivíduos preparados para as transformações da sociedade e, sobretudo, orientados para a democracia. Para os pioneiros, a educação deveria ser tratada como problema prioritário do Estado, pois ela era fonte da identidade de consciência nacional (AZEVEDO et al, 1932).

A identificação de elementos formulados por Attílio Vivacqua à época de sua mocidade, transformados em projetos de lei frustrados no Congresso Estadual, posteriormente incorporado

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

ao seu programa de reforma e presentes, também, no Manifesto dos Pioneiros, quase duas décadas depois, são indícios que apontam para um pioneirismo do reformador capixaba entre os Pioneiros da Educação, pelo menos, no que diz respeito a propostas relacionadas à modernização do processo educativo e ao que deveria ser o objetivo da instrução pública: a formação da identidade nacional e a orientação para a democracia.

5 A REVOLUÇÃO DE 1930 E A ESCOLA ACTIVA CAPIXABA: CONTINUIDADES E RUPTURAS

As reformas educacionais em curso em diversos estados brasileiros ao longo da década de 1920 foram atravessadas pela irrupção da Revolução de 30, que alçou o gaúcho Getúlio Vargas à Presidência da República. No Espírito Santo, o Governo Aristeu Borges de Aguiar e seus aliados, por se colocarem em oposição ao levante da Aliança Liberal, foram afastados dos cargos públicos e deixaram o estado antes mesmo de Vargas nomear João Punaro Bley para a Interventoria Estadual.

A Reforma Attílio Vivácqua, portanto, foi interrompida no fim do ano de 1930. Há discordâncias na historiografia em relação ao que se sucedeu com a instrução pública capixaba quando Bley assumiu a Interventoria. Soares (1998) defende que o programa de Vivacqua foi desmontado pela Junta Governativa, ou seja, que a Revolução de 30 "devorou" a Escola Activa capixaba. O Decreto nº 277, emitido pela Junta Governativa em janeiro de 1931 promoveu a demissão em massa do professorado, com menos de cinco anos de exercício do magistério, contratado durante a gestão Vivácqua. Este decreto instituiu um novo concurso público para a contratação de professores primários, na tentativa de "moralizar o recrutamento de professores pelo Estado e eliminar os vícios de que se revestiam os 'concursos apressados' [...]" (COUTINHO, 1993 apud LAUFF, 2007, p. 33).

O novo secretariado de Instrução Pública fundamentou a medida com a justificativa do "baixo preparado do professorado", oriundos de uma rápida formação que produziriam "professoras improvisadas" (DIARIO DA MANHÃ, 1931). Segundo Soares (1998), essas medidas administrativas supostamente neutras, visavam atingir, em específico, os professores contratados por Attílio, especialmente os formados pelo Curso Superior de Cultura Pedagógica, criado em sua reforma. Para o autor, com essas movimentações, a Junta Governativa empenhava-se em enfraquecer o legado da dedicação ao ensino criado por Vivacqua, em vista de sua condição de oposição política.

Somadas às acusações de má qualificação do corpo docente recrutado, foram veiculadas no *Diario da Manhã* denúncias deficiências das inspeções escolares, precariedades de recursos materiais e frequências forjadas. O objetivo, acredita Soares (1998) era atacar o programa iniciado pela gestão anterior. Para Bodart Júnior, inspetor que havia trabalhado junto a Attílio e agora prestava serviços à Junta Governativa, o problema da Escola Activa que Vivacqua deseja implementar no Espírito Santo estaria na "liberdade em excesso" proporcionada aos estudantes, que poderia levar à "perda do controle disciplinar" (SOARES, 1998, p. 94). Percebe-se, com este apontamento, que a crítica feita pelo inspetor Bodart alinhava-se com os interesses ideológicos do novo governo, de caráter conservador e autoritário.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

Estes, entre outros, foram os pretextos usados para a Junta Governativa destruísse a obra de Attílio Vivacqua e reintroduzir no estado o modelo de ensino tradicional, segundo as memórias de Garcia de Rezende (1981). Em consonância com o assessor e braço direito da reforma de Vivacqua, Soares (1998) defende que a partir de 1931, a Escola Activa capixaba foi desativada pelo governo Bley, riscada da memória oficial e esquecida até mesmo pelo pensamento progressista que disputava posições no campo educacional. Enquanto em nível nacional, a Revolução de 1930 começou a deslocar a velha classe dos produtores de café do centro do poder, no Espírito Santo seu setor mais conservador passou a participar com mais força do governo. Conforme Soares (1998) as oligarquias cafeeiras e a Igreja Católica foram as forças que mais influenciaram na desarticulação da reforma do ensino iniciada por Vivacqua.

Contudo, Rafaelle Lauff (2007), em seu trabalho sobre a Revista de Educação do Espírito Santo, periódico veiculado durante o Governo Bley, além de rupturas, aponta também continuidades em relação às políticas educacionais executadas pelo Interventor e seu antecessor. Foram mantidos o uso do rádio e do cinema como metodologia de ensino, as bibliotecas circulantes/rotativas, o civismo e o escotismo como princípios e modelos de ensino. A Revista de Educação, objeto principal do estudo de Lauff, seria correspondente ao antigo Resumo Escolar, proposto por Attílio. O novo periódico, que atendia aos mesmos fins de seu antecessor, isto é, atualidades pedagógicas e notícias sobre a reforma em curso, continuou sendo o principal difusor das ideias escolanovistas no estado.

O eixo central da Reforma Vivacqua, a formação de professores, continuou sendo a prioridade do governo em relação à política educacional implementada pela Interventoria de João Punaro Bley. Para a autora, a Escola Activa foi oficialmente desativada, apesar de muitos de seus elementos terem sido mantidos, como "uma certa tentativa de apagamento das iniciativas e das memórias da Escola Nova nos moldes pensados por Attilio Vivacqua e por Garcia de Rezende" (LAUFF, 2007, p. 115).

O que acreditamos, a partir desta análise, é que elementos componentes do modelo pedagógico escolanovista foram apropriados pelo aparelho de Estado varguista para dar legitimidade e servir de sustentáculo ao novo regime autoritário, conservador e centralizador que se instituía na década de 30. Este uso, contudo, destoa dos princípios defendidos por Vivacqua em seu programa de reforma, em que defendia a implantação de uma escola pública, laica e gratuita, com o objetivo de produzir indivíduos preparados para as transformações da sociedade e, sobretudo, orientados para a democracia.

Como aponta Marinete Silva (1980), o Estado Novo não se formou a partir de uma ideologia unitária consistente, mas pela integração de diversos princípios como o nacionalismo, a integração nacional, a centralização, a hierarquização, etc. No campo da educação, diferentes projetos também estiveram disputando espaço. Dentre as correntes que debatiam um projeto nacional de educação, Araújo (2001) destaca o grupo da pedagogia nova (escolanovistas), os tradicionalistas (conservadores e religiosos) e a corrente da democratização do ensino, ligada aos partidos políticos de esquerda, que defendiam a ampliação da escola pública e um ensino não-elitista.

O projeto de maior força, contudo, nos primeiros anos da década de 1930, foi o projeto liderado por Francisco Campos, chefe do recém-criado Ministério da Educação e Saúde à época. O pro-

jeto, segundo Araújo (2001), refletia a política populista varguista ao conciliar princípios liberais com católicos, o que resultou na manutenção do caráter elitista do modelo de educação tradicional, além de se afastar cada vez mais dos princípios democráticos. O próprio Campos era um crítico ferrenho dos valores democráticos.

Silva (1980) também cita Isaías Alves, Secretário de Educação da Bahia no início do Estado Novo, criticava o liberalismo por não ter conseguido promover a "coesão nacional" que o regime varguista estava construindo. Para ele, o regime liberal era o principal responsável pela situação caótica do período anterior à Revolução de 30. Para os ideólogos da educação da Era Vargas, a desejada coesão nacional seria promovida por meio de uma "uniformização das diretrizes educacionais ditadas pela centralização política [...] realizada pelo estado autoritário através da intervenção direta nos governos estaduais (SILVA, 1980, p. 28).

Em vista disso, conclui-se que a política educacional capixaba executada pela interventoria de João Punaro Bley foi uma reverberação a nível local de um projeto educacional nacional autoritário e centralizado, formulado a partir da confluência de princípios dos grupos mais influentes da base de apoio varguista, em busca de uma coesão nacional. No Espírito Santo, com a reaproximação das elites tradicionais da esfera do poder institucional, a política educacional assimilou princípios de dois importantes grupos: as oligarquias e a Igreja Católica. Se, por um lado, a manutenção dos ideias escolanovistas introduzidos pela Reforma Vivacqua, bem como o uso do cinema, do rádio, veiculação de um periódico pedagógico, o civismo e o escotismo, demarcam continuidades entre esta reforma e a política educacional do governo Bley, por outro lado, a instrumentalização destes recursos pedagógicos para servirem de sustentação ao autoritarismo varguista representa as rupturas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Leonor Franco de. O Espírito Santo na Ditadura Vargas: educação e autoritarismo. **Dimensões**, vol. 13, jul/dez 2001, p. 46-50.

AZEVEDO, Fernando de. et al. **A reconstrucção educacional no Brasil**: ao povo e ao governo. Diario Nacional, São Paulo, p. 3, 19 mar. 1932.

BERTO, Rosianny Campos. **A constituição da escola activa e a formação de professores no Espírito Santo (1928-1930)**. 2013. 285f. Tese (Doutorado em Educação, Cultura, Currículo e Formação de Educadores) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

DIARIO DA MANHÃ. **Dr Leon Walther e a Escola Nova.** Vitória, p. 1, 22 set 1929.

DIARIO DA MANHÃ. **A Escola Nova do Espírito Santo como padrão da Escola Brasileira.** Vitória, p. 2, 2 out 1930.

DIARIO DA MANHÃ. **Professorado de Concurso.** Vitória, p. 1, 10 jan 1931

LAUFF, Rafaelle Flaiman. **Útil e agradável**: a Revista de Educação (1934-1937) Remodelização de práticas de ensino e divulgação da política reformista do governo de João Punaro Bley no Espírito Santo. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 285p.

OBSERVADOR PEDAGÓGICO. Notas à margem da reunião educacional: balanço de resultados. **Diario da Manhã**, Vitória, p. 3, 08 out 1930.

REZENDE, Garcia de. Nota Ligeira. **Diario da Manhã**, Vitoria, p. 1, 1 jun 1928.

REZENDE, Garcia de. Nós e o brasileirismo antro-pophagico. **Diario da Manhã**, Vitoria, p. 1, 12 mai 1929.

REZENDE, Garcia de. A proposito do ensino antropofágico. **Diario da Manhã,** Vitoria, p. 4, 19 mai 1929.

REZENDE, Garcia de. Nota Ligeira. **Diario da Manhã**, Vitoria, p. 1, 23 jul 1929.

REZENDE, Garcia de. Brasilidade. **Diario da Manhã**, Vitoria, p. 1, 11 out 1929.

REZENDE, Sezefredo Garcia de. **Memórias:** 1897-1978. [Vitória, ES]: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1981. 185 p.

SILVA, Marinete dos Santos. **A Educação Brasileira no Estado Novo (1937/1945)**. São Paulo: Editorial Livramento, 1980.

VIVACQUA, Attilio. **A Reforma da Instrução**. Entrevista concedida ao Diário da Manhã, Vitoria, p. 1-3, 9 mar 1929.

VIVACQUA, Attilio. **Educação Brasileira**: Directrizes e soluções do problema educacional no Espírito Santo. Vitoria: Vida Capichaba, 1930.

EDUCAÇÃO PARA MORTE: UM OLHAR PARA ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE

Jamille Fontes Leite Botelho[1]

RESUMO: A morte é um fato inevitável e inerente ao curso da vida do ser vivo. Ela faz parte do desenvolvimento humano e o acompanha no seu ciclo vital. Apesar de ser um evento previsto na vida de qualquer sujeito, a cultura ocidental a considera como um tabu devendo ser evitada e excluída das conversas cotidianas. Do ponto de vista histórico a morte não foi sempre vista dessa maneira. De acordo com Aries (2012) na idade média, a morte era percebida como um fenômeno natural, ocorrendo no ambiente familiar, sendo considerada um momento de transição, do passageiro para o eterno, ligado aos aspectos religiosos. A partir do século XX, o desenvolvimento da urbanização e científico e a implantação de novas tecnologias de suporte à vida, contribuíram para que a mesma ocorresse nos hospitais. A morte então passa a ser um fenômeno técnico, considerando principalmente o enfoque biológico desta (ARIES, 2012). Desse modo, os profissionais de saúde passam a vivenciar o processo de morte e morrer dos pacientes com mais frequência, assim como, passam a ser um personagem central no cuidado ao doente. Estes são formados e preparados para curar e salvar vidas, contudo havendo o afastamento da dimensão da finitude humana (MONTEIRO, 2015). Com base nesse pressuposto, este trabalho apresenta considerações preliminares sobre a necessidade da educação de profissionais de saúde para a morte, compreendendo que refletir e falar sobre esse processo pode auxiliar no manejo subjetivo dos aspectos que envolvem o cuidado aos sujeitos que estão enfermos. Trata-se de panorama breve, mas que demonstra a indispensabilidade de um olhar crítico sobre a atuação dos profissionais de saúde diante da morte e do morrer.
PALAVRAS-CHAVE: Morte. Educação. Profissionais de Saúde.

1 INTRODUÇÃO

A morte é um fato inevitável e inerente ao curso da vida do ser vivo. Ela faz parte do desenvolvimento humano e o acompanha no seu ciclo vital. Apesar de ser um evento previsto na vida de qualquer sujeito, a cultura ocidental a considera como um tabu devendo ser evitada e excluída das conversas cotidianas.

Do ponto de vista histórico a morte não foi sempre vista dessa maneira. De acordo com Aries (2012) na idade média, a morte era percebida como um fenômeno natural, ocorrendo no ambiente familiar, sendo considerada um momento de transição, do passageiro para o eterno, ligado aos aspectos religiosos.

Neste tempo a morte ocorria com uma grande cerimônia pública, com ritual compartilhado por toda a família. Ninguém morria só, a morte era um momento de celebração e momento máximo

1 Psicóloga (CRP22/02210), Especialista em Residência Multiprofissional de Saúde – HUUFMA e em Avaliação Psicológica - IPOG e Mestranda em Psicologia pela Universidade Federal do Maranhão. jamillefleite@hotmail.com

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

do convívio social. Todos deveriam acompanhar a passagem do moribundo para o além, inclusive as crianças (ARIES, 2012).

A partir do século XX, o desenvolvimento da urbanização e científico e a implantação de novas tecnologias de suporte à vida, contribuíram para que a mesma ocorresse nos hospitais. A morte então passa a ser um fenômeno técnico, considerando principalmente o enfoque biológico desta (ARIES, 2012).

Simultaneamente, com essa transformação, ocorre também uma mudança de atitude em relação a morte, em consequência, de seu lugar na sociedade. O que antes era compartilhado e exigido, nesse momento passa a ser interdito. A morte desloca-se do âmbito doméstico, que envolve a família, para o hospital, e passa a abranger também os profissionais de saúde (ARIES, 2012).

Desse modo, os profissionais de saúde passam a vivenciar o processo de morte e morrer dos pacientes com mais frequência, assim como, passam a ser um personagem central no cuidado ao doente. Estes são formados e preparados para curar e salvar vidas, contudo havendo o afastamento da dimensão da finitude humana (MONTEIRO, 2015).

No contexto hospitalar, com o incremento tecnológico crescente e a manutenção da vida de modo mecânico por meio do uso de equipamentos e tratamentos cada vez mais complexos e custosos a ideia da morte ou mesmo a discussão sobre terminalidade ficaram cada vez mais afastadas e banidas (MONTEIRO, 2015).

A partir das observações acerca dessa realidade dos profissionais de saúde, alguns questionamentos surgiram: Ao escolher esta carreira o profissional reflete sobre a necessidade de lidar com a morte? Será que sente que pode se preparar para lidar com esses aspectos?

Com base nesse pressuposto, este trabalho apresenta considerações preliminares sobre a necessidade da educação de profissionais de saúde para a morte, compreendendo que refletir e falar sobre esse processo pode auxiliar no manejo subjetivo dos aspectos que envolvem o cuidado aos sujeitos que estão enfermos. Trata-se de panorama breve, mas que demonstra a indispensabilidade de um olhar crítico sobre a atuação dos profissionais de saúde diante da morte e do morrer.

2 OS PROFISSIONAIS DE SAÚDE

Os profissionais de saúde deparam-se diariamente com situações relativas à morte, ao morrer e ao sofrimento humano. Tais questões são complexas e desafiadoras, pois envolvem o adoecimento e prognóstico dos pacientes, dilemas éticos, assim como, as condições nos quais trabalham e as relações interpessoais entre paciente, família e equipe. Essas são descritas como "situações psicologicamente difíceis" por serem potencializadoras de diversos sentimentos, abrangendo algum grau de sofrimento psíquico, estresse e necessidade de adaptação (MONTEIRO, 2015).

Como visto anteriormente, a morte no século XX ocorre predominantemente na instituição médica. O deslocamento da morte para o hospital, em função do uso da tecnologia para manutenção da vida, ocasionou que o profissional da saúde assumisse exclusivamente sua função técnica, produzindo a "medicalização da morte". Esta "trata-se da apropriação dos modos de vida do ser hu-

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

mano pela medicina, sendo um processo no qual o indivíduo e a sociedade são manejados, em todas as suas dimensões, por esta disciplina" (BORSATTO et al., 2019, p. 01)

Segundo Monteiro (2015), os profissionais de saúde colocam a morte como inimiga, sendo sua adversária, precisando combatê-la a todo custo. O afastamento e rejeição por parte da equipe acerca da morte tem correlação direta com o processo de formação, baseado no modelo biomédico, tecnicista e mecanicista.

Com o progresso tecnológico, o conhecimento da saúde fragmentou-se e sugiram as especialidades, estas multiplicaram-se, e cada uma tomou para si um "fragmento" do corpo humano. Médicos, enfermeiros, fisioterapeutas, psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, nutricionistas, assistências sociais, cada um com o seu fazer, fomentando a dicotomização parte-todo, onde o sujeito deixa de ser visto em sua totalidade, passando a ser dividido em partes, com cada disciplina especializando-se em um desses fragmentos.

Nesse contexto, percebe-se o afastamento da dimensão total do sujeito, nela incluindo o processo de vida, morte e morrer. Tal processo faz com que, com frequência, os profissionais refiram que se sentem despreparados diante desses aspectos (SILVA E AYRES, 2010). Destacando que a morte do paciente traz a possibilidade de entrar em contato com os seus próprios processos de morte e finitude (KOVÀCS, 2011).

Por outro lado, de acordo com Kovàcs (2011) os profissionais de saúde sentem-se angustiados por terem que salvar vidas a todo custo, tendo que tomar decisões difíceis, como recusa ou suspensão de tratamento, envolvendo questões éticas e bioéticas, frequentemente sentindo-se sozinhos, impotentes e com dificuldade de comunicação com o paciente e família.

Embora presente no cotidiano do hospital, a morte é um fenômeno que provoca estranheza para a equipe e, portanto, não é vivida de forma natural, ao falhar na tentativa de evitar a morte os profissionais vivenciam aspectos da sua própria morte e finitude, o que pode ser doloroso (KOVÀCS, 2010).

Praxedes, Araújo e Nascimento (2018) realizaram uma pesquisa sobre as ações e interações suscitadas por enfermeiros no cuidado ao paciente em processo de morte e morrer e constataram que os profissionais se sentiam despreparados para vivenciar os processos de morte e morrer na rotina de suas práticas, ressaltando a insatisfação devido o pouco preparo no decorrer de sua formação acadêmica, contribuindo para manifestação de sentimento de insegurança, tristeza e impotência diante da morte e do morrer.

Do mesmo modo, Heisler e Martins (2022) efetuaram um estudo para conhecer a percepção sobre a morte e o morrer de profissionais de saúde que lidavam diretamente com pacientes oncológicos em estado terminal e verificaram que a maioria dos profissionais não tiveram em sua formação discussões sobre finitude, terminalidade e morte, e que em alguns casos obtiveram informações superficiais sobre luto e suas manifestações, sem um preparo para um suporte didático e emocional.

Na atualidade, ressalta-se o advento da pandemia de Covid-19, onde os números de óbitos no Brasil ultrapassaram a marca de 689 mil (BRASIL, 2022). Os profissionais de saúde estiveram na linha de frente, estando em contato direto com a maior parte das mortes ocorridas. Nesse contexto,

considera-se os impactos que tal vivência pode ter acarretado no modo como estes atualmente percebem e lidam com a morte e o morrer.

3 EDUCAÇÃO PARA MORTE

A partir do exposto até aqui, nota-se a lacuna presente na formação dos profissionais de saúde para uma preparação teórica, técnica e emocional para o manejo do processo de morte e morrer. Essa carência de capacitação dificulta que os mesmos criem recursos de enfretamento frente essa vivência, podendo provocar adoecimento psíquico e físico e afetar de modo direto a qualidade da assistência. Dessa maneira, entende-se que a melhor forma de lidar com a morte e o morrer é através da criação de espaços de educação para morte (LOPES et al., 2022).

A carência de preparação da maioria dos profissionais de saúde relaciona-se, principalmente, com a estruturação das diretrizes curriculares dos cursos de graduação que tem o seu principal foco na cura e tecnologização, dando pouca ênfase no manejo de situações que envolvem processo de terminalidade (LOPES et al., 2022).

Acrescenta-se que, em sua formação, um dos primeiros contatos dos estudantes da área da saúde com a morte acontece pelo estudo da anatomia em cadáveres, um modo de morte despersonalizada. Nos estudos de anatomia, a morte biológica é estudada do ponto de vista da ciência, em um corpo sem vida, voz e identidade (MONTEIRO, 2015; KOVÀCS, 2011).

Como consequência, os profissionais podem criar mecanismos emocionais para lidar com o sofrimento associado ao trabalho, sendo eles:

> a) fragmentação da relação com o paciente e sua família: a equipe tende a se afastar para evitar angústia e tenta parcelar as tarefas no sentido de reduzir o tempo de contato com estes; b) despersonalização e negação da importância do indivíduo: os pacientes são despidos de sua subjetividade e singularidade; c) distanciamento e negação de sentimentos: os sentimentos e o envolvimento têm de ser controlados e as identificações perturbadoras evitadas; d) tentativa de eliminar decisões pelo ritual de desempenho das tarefas através da padronização de condutas e da rotinização: cumpre a função de reduzir ansiedades e minimizar o discernimento individualizado de cada profissional em planejar o seu trabalho e e) redução do peso da responsabilidade: para fugir da angústia da responsabilidade e decisão, há uma tentativa de diluição desses aspectos entre os membros da equipe, bem como o parcelamento e fragmentação das tarefas (MONTEIRO, 2015, p. 78).

Desse modo, percebe-se a relevância da discussão dos temas relacionados a morte e ao morrer dentro dos hospitais. Destaca-se que as principais temáticas que requerem debate relacionam-se ao morrer com dignidade, realização ou manutenção de tratamentos com objetivo de prolongamento de vida, solicitações do paciente para morrer, suicídio assistido, eutanásia, distanásia, sedação, uso de analgesia, testamentos em vida e diretivas antecipadas de vontade. Tais temáticas solicitam da equipe uma reflexão sobre os aspectos ligados a morte, mas também sobre questões bioéticas correlacionadas com o processo de morrer (KOVÀCS, 2005).

Neste trabalho não há pretensão de elaboração de protocolos, receitas ou respostas fáceis para educação para morte, mas sim abrir possibilidades de reflexões e discussões. Dessa forma, entende-se que alguns pontos devem ser contemplados no processo de educação, como o compartilhamento de abordagens teóricas sobre a questão da morte, reflexão sobre a prática vivida, tendo a possibilidade de fazer uma constante revisão do seu fazer profissional, considerando tanto os aspectos técnicos, como afetivos, levando em conta seus sentimentos e o ponto de vista do sujeito na construção do seu conhecimento, assim como, a sensibilização para as particularidades individuais frente contexto de finitude (KOVÀCS, 2005).

Além dos hospitais, disciplinas específicas voltadas para educação para morte, fóruns de discussão, cursos de curta duração, workshops, vivências podem ser propostos nas universidades, residências médicas e multiprofissionais e demais instituições de saúde. "A importância de enfocar o tema da morte está ligada ao fato de que, ao falar desta, estamos falando de vida e, ao falar de vida, a qualidade da mesma acaba sendo revista" (KOVÀVS, 2005, p. 487).

Vale ressaltar que a educação para a morte deve fomentar a interseção entre aspectos pedagógicos e terapêuticos, visando uma preparação cognitiva e também psicológica. Entendendo que o ensino apenas didático pode aumentar o distanciamento da dimensão humana dos sujeitos e dos sentimentos envolvidos nesse contexto de cuidado, por não haver espaço para expressão das emoções que emergem nesse cenário (KOVÀVS, 2010; LOPES et al., 2022).

O profissional também necessita estar disponível e aberto à temática, permitindo-se entrar em contato com suas sensações, intuições, pensamentos, sentimentos, emoções, para assim, ser capaz de se distanciar da objetividade vivenciada na área da saúde e se fortalecer emocionalmente para vivenciar as circunstâncias relacionadas a finitude (KOVÀVS, 2010; LOPES et al., 2022).

Destaca-se a imprescindibilidade da educação para morte, todavia também é importante frisar que mesmo como toda a preparação para lidar com a morte e o morrer, é na prática, na vivência individual e coletiva que será possível a percepção de como será o manejo para cada profissional, a partir da sua subjetividade. "Trata-se de uma caminhada individual... e apesar de cada caminhada ser única, elas são levadas a cabo em um contexto semelhante", neste caso, no hospital (SAUNDERS, 2018, p. 48).

Considera-se que espaços de ensino sobre a morte e o morrer, podem favorecer os cuidados em saúde prestados pelos profissionais de saúde, proporcionando o reconhecimento e o compartilhamento das dificuldades e potencialidades frente a terminalidade. Assim, todos os atores envolvidos podem ser beneficiados, à medida que tal prática auxilia na integralidade do cuidado (LOPES et al., 2022).

5 CONCLUSÃO

O trabalho com a morte e o morrer é desafiador, ainda que urgente e necessário. A partir das reflexões discutidas compreende-se a necessidade de avanços no aprimoramento pedagógico e terapêutico, colaborando para que a equipe multiprofissional de saúde se aproxime, reflita e encontre

modos de lidar com a temática da morte que cotidianamente os convoca. A abertura das instituições hospitalares e de ensino para essa questão pode provocar mudanças e colaborar para o contato com o inevitável.

Acredita-se que através da educação para morte possa haver a minimização do estigma da morte, descontruindo gradualmente as concepções sociais enraizadas, possibilitando que os profissionais de saúde reproduzam esse novo olhar no seu cotidiano pessoal e profissional, trazendo benefícios para sociedade e para a assistência aos pacientes, familiares e colegas de trabalho.

A educação para morte está para além de cursos, formações teóricas-técnicas, replicações de normas, respostas simplistas e padrões de como lidar diante situações de terminalidade, busca-se com por meio dela a aprendizagem significativa, envolvendo comunicação, relacionamentos interpessoais, reflexões individuais e coletivas, autoconhecimento, ampliando os sentidos para as vivências.

Nessa perspectiva, conclui-se que pôr em foco o tema da morte possibilita falar da vida e da qualidade da mesma, promovendo que os profissionais de saúde possam pensar e repensar, considerar e reconsiderar as suas práticas de cuidado que envolvem os sujeitos que estão enfermos.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. **História da morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias**. Tradução Priscila Viana de Siqueira. - [Ed. especial]. - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Painel Coronavírus**. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/> Acesso em: 29 nov. 2022.

BORSATTOI, A. Z. A medicalização da morte e os cuidados paliativos. Rev enferm UERJ, Rio de Janeiro, v. 27, 2019.

KOVÁCS, M. J. Educação para a morte. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 25, n. 3, p. 84-497, 2005.

KOVÁCS, M. J. Instituições de saúde e a morte, do interdito à comunicação. **Psicologia Ciência e Profissão**; v. 31, n. 3, 482-503, 2011.

KOVÁCS, M. J. Sofrimento da equipe de saúde no contexto hospitalar: cuidando do cuidador profissional. O mundo da saúde. v. 34, n. 4, 2010.

HEISLER, J. L.; MARTINS, M.G.T. Finitude: a morte, o morrer e assistência a pacientes oncológicos terminais na visão dos profissionais de saúde. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v.8, n.05, 2022.

LOPES, F. G. et al. Educação para morte: formação em tanatologia para atuação em saúde. **Revista científica escola de saúde pública do Ceará**, v.16 n.1, 2022.

MONTEIRO, M. **No palco da vida, a morte em cena: as repercussões da terminalidade em UTI para a família e para a equipe médica.** 2015. 201 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas, PUC, Rio de Janeiro, 2015.

PRAXEDES, A. M.; ARAÚJO, J. L.; NASCIMENTO, E. G. C. A morte e o morrer no processo de formação do enfermeiro. **Psicologia, Saúde & Doenças**, v. 19, n. 2, 2018.

SALUM, M. E. G. et al. Processo de morte e morrer: desafios no cuidado de enfermagem ao paciente e família. **Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste**, v. 18, n. 4, 2017.

SAUNDERS, C. **Velai comigo: Inspiração para uma vida em cuidados paliativos**. Tradução F. S. Santos. Editora FSS, 2018.

SILVA, G. S. N ; AYRES, J.R.C.M. **Os estudantes de medicina e o encontro com a morte: dilemas e desafios**. In: FRANCO, M.H.P. (Org.). Formação e rompimento de vínculos: o dilema das perdas na atualidade. São Paulo: Summus, 2010. p. 43-71.

UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE O PROJETO MISSIONÁRIO LULIANO NA OBRA *O LIVRO DO GENTIO E DOS TRÊS SÁBIOS* (1274-1276) DE RAMON LLULL

Natasha Nickolly Alhadef Sampaio Mateus[1]

RESUMO: O presente trabalho tem a intenção de mostrar o projeto de conversão do filósofo Ramon Llull, que escreveu diversas obras sobre os princípios cristãos em defesa do Cristianismo. Como fundamentação teórica, utilizam-se trabalhos que tratam sobre a História do Imaginário, como Le Goff (1994) e Análise do discurso, Foucault (2000). Para isso, busca-se apresentar as estratégias de conversão do filósofo utilizadas para converter os não-cristãos. Na atualidade enfrentamos diversos tipos de intolerâncias, sobretudo a religiosa. Llull entendeu que tinha uma missão de transformar os ditos "infiéis", os gentios, mulçumanos e judeus, em cristãos, isto é, buscou o fortalecimento da Cristandade. Atualmente existem muitas imposições religiosas, basta pensar na realidade indígena, que são vistos com um olhar preconceituoso, e são considerados pagãos. Pagãos por não conhecerem o "Deus" verdadeiro e não aceitarem os princípios cristãos considerados como "corretos", assim como foi feito no período da colonização, quando os católicos tentaram catequizar os indígenas, condenando suas crenças e tradições Esse filósofo apresenta uma produção bibliográfica ampla, o que leva, nesta pesquisa, a seleção arbitrária da pesquisadora, mas de modo justificado, de algumas das suas obras. Utiliza-se a autobiografia Vida Coetânea (1311), traduzida do Catalão de meados do século XV do original escrito em Latim. Em Doutrina para Crianças, dedicada ao seu filho Domingos, na intenção de ensiná-lo os princípios cristão, os quais considerava importante. Nessa obra, Llull lança as bases para uma educação cristã, contém princípios que norteiam a formação do indivíduo, há um modelo de conduta e virtudes, bem como mostra a brevidade da vida, isto é, a importância de a criança crescer distante das "práticas mundanas". Na obra, O livro do Gentio e dos Três Sábios (1274-1276), Ramon Llull apresenta um debate entre os três sábios religiosos, judeu, cristão e mulçumano, em que havia também um gentio que seria aquele sem religião, estava perto da morte e buscava saber quem era o "Deus Verdadeiro". Para isso, o gentio presenciaria uma disputa entre esses três sábios e escolheria qual a religião a seguir. Llull, no prólogo deste livro, mostra a sua real intenção que era convencer o leitor de que o Cristianismo era a verdadeira religião a ser seguida. A metodologia se dará por meio do estudo bibliográfico e documental. A pesquisa objetiva analisar o discurso do maiorquino Ramon Llull, em relação as questões educacionais de sua época, e a sua forte preocupação com a evangelização e unificação do Cristianismo, em um contexto de expansão de religiões, como o islamismo, o que levou muitos cristãos a traçar estratégias de conquistas e "regastes as almas" dos que professavam outros credos.

PALAVRAS-CHAVE: Ramon Llull. Conversão. Educação.

1 Doutoranda em História e Conexões Atlânticas (PPGHIS-UFMA/CAPES/BRATHAIR). Orientadora: Prof. Dra. Adriana Zierer. Membro do Brathair – Grupo de Estudos Celtas e Germânicos.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

1 INTRODUÇÃO

Existe algo que move as relações humanas há séculos, o sagrado. A busca pelo sentido da vida, fez com que o homem, em suas distintas sociedades, buscasse direções opostas face ao que consideravam/ e consideram como a "verdade" em meio aos mistérios da existência. Nesse sentido, desde a graduação me fascinei pelo contexto da Idade Média e como os homens daquela sociedade buscavam no sagrado um sentido para a sua existência. E, claro, isso não é uma atribuição exclusiva desse período, já que esse é um fenômeno global. Mas a "religião" na Idade média, juntamente com suas instituições, intrigou-me e despertou em mim a curiosidade em aprofundar-me nas ideias traçadas, nos caminhos percorridos por homens e mulheres em relação a sua divindade.

Com isso, meu objeto de estudo foca-se no filósofo catalão chamado Ramon Llull, que escreveu diversas obras em apologia ao Cristianismo. Algumas pessoas questionam qual a importância desse personagem nos séculos XIII e XIV, talvez seja uma pergunta que eu não tenho respostas, pois todos os "personagens" da história são importantes, tanto o que são vistos de cima como a "minoria", mas de qualquer modo, Llull cresceu em um contexto de grandes transformações e mudanças sociais e políticas. O início do século XIII foi uma época de grandes mutações na Europa. A conquista de Maiorca aconteceu por volta do ano 1229, pelo Rei Jaime I. Viveu basicamente em Maiorca, com uma breve peregrinação a lugares considerados "santos" na Península Ibérica. Mas toda sua formação intelectual e política foi forjado durante o reinado de Jaime I (COSTA, 2001, p. 164). Fez outras viagens a Paris, África e outros lugares. Deixou registros importantes para compreendermos o imaginário cristão daquela época. É interessante que o imaginário social construído por cada sociedade, o que torna o real as práticas cotidianas conforme a realidade que assim é construída.

Llull defendia o Cristianismo como única religião verdadeira, e acreditava que que os homens estavam distantes da finalidade para a qual foram criados, amar e servir a Jesus Cristo (LLULL, 2010). Esse filósofo nos conduz através dos meandros de seu discurso, apresentando-nos as dinâmicas pelas quais um "admirador" quase que obsessivo pelo Cristianismo conduziu parte da sua jornada, afim de combater as religiões do seu tempo, sobretudo o Islamismo. Com isso, entendemos que não era só o Cristianismo que estava em foco, mas devemos ter um olhar atento para as outras religiões, assim como para as interconexões culturais, pois existia de fato uma verdadeiras "batalhas de ideias", principalmente entre cristãos e mulçumanos, que de qualquer modo tentavam firmar e consolidar as práticas de sua fé, para além dos interesses espirituais.

Nesse sentido, Llull (2010) mostra que a cultura islâmica também esteve presente em sua formação e analisa processos de construção e desconstrução em meio as representações que são criadas para dar um sentido social, na esfera daqueles que absorvem no coletivo a ideia e a certeza de uma fé, que corresponde no espaço físico e sobrenatural a representação do que os homens e mulheres conjecturam para suas existências, e que dramatizam por meio de um fio condutor do tempo, que abre espaços para a construção de culturas que alicerçam as bases e estruturas de uma determinada sociedade.

2 UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE RAMON LLULL E A EDUCAÇÃO, MEMÓRIA E ESTRATÉGIAS PARA CONVERSÃO DOS DITOS "INFIÉIS"

A construção de uma representação que impacta uma sociedade, está diretamente ligada a noção de tempo o que Koselleck (2014, p.9) denomina como primordial para constituição dos espaços históricos, o que permite a compreensão, pois a noção de espaço e tempo continuam entrelaçadas. Embora nossa reflexão seja sobre um debate que se desencadeou durante o século XIII e início do XIV, sobre a uma defesa da "fé", vemos como ainda se trata de uma discussão atual, em que muitos dedicam sua vida em defesa de suas crenças. A tendência de se pensar em uma linearidade do tempo, as vezes confunde a reflexão humana, sobre as ações levando a pensar que há um progresso continuo ou que uma sociedade herda as culturas de um tempo passado, isto porque acreditamos nessa linearidade do tempo, e que o presente pode sempre ser mais eficaz em relação aos acontecimentos que já passaram.

É difícil falar sobre essa temática, sem pensar o que acontecia tanto no Ocidente como no Oriente. A historiografia medieval, desenvolveu seus estudos sobretudo no mundo ocidental, mas as práticas orientais influenciaram, não só esse período como toda a humanidade (CROSLEY, 2014). Dessa forma, os desafios em repensar o enraizamento eurocêntrico nas representações históricas, sem dúvida tem sido um desafio para os estudos medievais sobretudo, tratando-se das problemáticas que envolve o cristianismo, ou melhor, para além do Cristianismo.

O foco na cultura europeia fez que muitas escritas históricas priorizassem o que era considerado como o hegemônico até mesmo para a construção de outras sociedades e de outras histórias.

> Assim procuramos encarar com pragmatismo a noção de "eurocentrismo", entendida não só como as várias formas de influência política, econômica e social da Europa no globo, mas sobretudo como remissão ao enraizamento dos conceitos e valores que operam na ciência e em outras formas de enxergamos o mundo (NICODEMO; PEREIRA; SANTOS, 2017, p. 163).

É nesse sentido, que o passado continua presente em nossa sociedade, passível de questionamentos e reflexões. "Graças aos "estratos de tempo" podemos reunir em um mesmo conceito a contemporaneidade do não contemporâneo, um dos fenômenos históricos mais reveladores" (KOSELLECK, 2014, p. 09). Embora a distância de séculos, tentamos fazer uma análise sobre aquilo que no sentido literal já não existe mais, mas que faz parte do nosso processo de análise e reflexão. Como destaca Oriani (2017, p.324) "história para Certeau, que é a compreensão de que a história é o discurso do morto e que a escrita coloca em cena uma população de mortos, não apenas para honrá-los, mas para exorcizá-los e eliminá-los".

Aqui cabe destacar o papel da memória, já que é um dos alicerces da história, que está diretamente ligada a um monumento, documento à oralidade. É uma das temáticas centrais para compreendermos as sociedades juntamente com seus anseios e experiências. É refletir sobre as identidades que se formam ao longo do tempo e deixam nos registros orais ou escritos memórias vivas. Estas são reinterpretadas ganhando sempre novos significados no tempo.

As estratégias discursivas utilizadas por Ramon Llull em que a educação foi um instrumento de evangelização para converter os ditos infiéis ao Cristianismo, são encontradas como fontes o discurso de Ramon Llull presente nas suas obras: *A Doutrina para Crianças (1274-1276)* e *O livro do Gentio e dos Três Sábios (1274-1276)*. Ramon Llull, nasceu na Catalunha em 1232, era casado e tinha dois filhos, como homem do seu tempo, converteu-se ao Cristianismo, por volta dos 30 anos, depois de viver entregue aos "prazeres mundanos" (LLULL, 1972).

Durante o século XIII do medievo europeu, período em que viveu Ramon Llull, houve avanço no campo científico. O historiador Richard Fletcher em sua obra, *A cruz e o crescente: a convivência entre mulçumanos e cristãos das Cruzadas à Reforma Protestante (2003),* diz que nesse contexto cultivou-se uma abundante colheita intelectual e o conhecimento:

> [...] havia deixado os monastérios, com lealdade profundamente conservadora a uma ementa de estudo quase que apenas dedicada à Bíblia e aos Pais da Igreja. Os eruditos do século XIII estudavam e discutiam em novas instituições chamadas "universidades" - em Paris, Bolonha, Oxford, para nomear três -, com bibliotecas, auditórios e livros didáticos. Toda a atmosfera do saber havia mudado. Nesse e em muitos outros pontos, o século XIII é reconhecidamente parte do nosso mundo moderno (FLETCHER, 2003, p. 148).

Foi nessa conjuntura que Llull utilizou a educação como estratégia para converter os "ditos infiéis", assim, a educação teve uma finalidade para além de objetivos terrenos, pois dentro do Imaginário do homem dessa época, este não se via apenas como um ser terreno, mas acreditava em uma vida pós-morte. Por isso, o filósofo se preocupou com a preservação das memórias do Cristianismo primitivo, sempre ressaltando que os homens estavam se distanciando de Deus. Essa obra também fala da memória educativa, que visava sempre o ato de lembrar, recordar, reinterpretar e guardar os ensinamentos do Cristianismo.

Os ditos infiéis, segundo Llull, já tinham a condenação eterna, para ele Maomé foi "[...] um homem enganador que fez um livro chamado Alcorão, e disse que lhe foi dado por Deus ao povo dos sarracenos, dos quais sarracenos Maomé foi o iniciador" (LLULL, 2010, p. 56). E os gentios seriam aqueles que não tinham leis, não tinham Deus, estavam em grandes erros e opiniões e Judeus não acreditavam na trindade, tudo isso para Ramon Llull significava uma extrema necessidade que aquela sociedade tinha de conhecer, amar e servir a Deus. Por isso, buscou converter os infiéis.

Llull considerava Maomé como um homem impuro, endomoniado e enganador, ou seja, tinha sido o grande criador de uma obra recheada de falsificações (COSTA, 2011, p. 29). Uma das convicções que Ramon tinha, era que a cristandade poderia recuperar a Terra Santa e converter os ditos infiéis. Esse deveria ser um trabalho constante para os cristãos, já que cada um tinha uma missão, eram missionários, aqueles que propagam a fé e impediam que outras pessoas no Dia do Juízo Final fossem condenadas.

Sobre Ramon Llull, Fletcher (2003, p. 173-174) afirma que era um jovem polímata de Maiorca, "era uma figura notável: cavaleiro, poeta, novelista, místico, viajante, editor de suas próprias obras, autor de mais de duzentos trabalhos e um lobista de suas causas tão incansável". Esse filosofo "estabeleceu uma faculdade perto de sua casa, em Maiorca, para o treinamento de missionários para o islã". Em 1311, no Concílio Ecumênico de Vienne, "ele convenceu os religiosos a fundar escolas de

estudos sobre o Oriente nas universidades de Paris, Oxford, Bolonha e Salamanca, nas quais a língua árabe poderia ser estudada, junto com a história, teologia e a filosofia islã".

Na obra*, O livro do Gentio e dos Três Sábios (1274-1276),* Ramon Llull apresenta um debate entre os três sábios religiosos, judeu, cristão e mulçumano, em que havia também um gentio que seria aquele sem religião, estava perto da morte e buscava saber quem era o "Deus Verdadeiro". Para isso, o gentio presenciaria uma disputa entre esses três sábios e escolheria qual a religião a seguir. Llull, no prólogo deste livro, mostra a sua real intenção que era convencer o leitor de que o Cristianismo era a verdadeira religião a ser seguida, a saber:

> Tendo convivido longo tempo com os infiéis, entendi suas erradas opiniões. Eu, homem culpado, mesquinho, pobre, desprezado por todos, indigno de inscrever meu nome neste livro ou qualquer outro, esforçar-me-ei plenamente, conforme o método do livro árabe *Do Gentio*[2] e confiando na ajuda do Altíssimo, em procurar novos caminhos e argumentos pelos quais os que eram possam ser encaminhados à glória sem fim, escapando dos infinitos trabalhos e deste modo louvem a Deus nosso Senhor e cheguem ao caminho da salvação eterna (LLULL, 2001, p. 41, grifo do autor).

Neste sentido, quando se analisa essas obras, primeiramente é essencial lembrar que religião e educação eram indissociáveis no medievo europeu, desse modo, seria impossível realizar a tessitura da compreensão da educação na catalunha do século XIII e a educação medieval, sem levarmos em consideração a força da religião no pensamento europeu da época. Para o homem europeu, o referencial de todas as coisas era a "manifestação do sagrado" (FRANCO JÚNIOR, 2001, p. 30), e as bases fundamentadas nos preceitos cristãos.

Ramon Llull, demonstrou uma forte preocupação com a evangelização e "unificação" do Cristianismo, em um contexto de expansão de religiões, como o Islamismo, o que levou muitos cristãos a traçar estratégias de conquistas e "regastes as almas" dos que professavam outros credos, segundo Marty (2014, p. 119), "Lúlio precisa ser incluído nos registros como um dos agentes mais ambiciosos e capazes de trabalhar no sentido de trazer os mulçumanos para Cristo usando a educação como instrumento". Observa-se na trajetória de evangelização do filósofo a não limitação de percorrer somente a Península Ibérica, mas se estendeu à Túnis no norte da África, em militância contra o crescimento do Islamismo. Conforme Perez (2016, p. 26),

> A expansão europeia tomou possível a expansão do cristianismo em zonas muito distantes, mas não foi a primeira religião a se estender por vários continentes. Antes dos europeus atravessarem os oceanos, o Islã se convertera em uma religião de características quase globais, dominando amplamente enormes extensões de território na África, Ásia e parte da Europa.

O Cristianismo se fortaleceu muito nessa época e a Igreja buscava o monopólio e ser era a grande detentora dos ensinamentos naquela sociedade. Ramon Llull discorre profundamente sobre a rela-

2 Ao citar o livro árabe Do Gentio mostra que Ramon Llull teve contato com outras leituras que não se restringiam apenas as eclesiásticas.

ção entre educação, memória e religião, e na sua obra dá destaque a uma memória da salvação, em que formulou um "Projeto Cristão Imperialista" usando a educação a educação por meio de um discurso, no qual se pregava modelos de condutas a ser seguidos e que contribuíssem para o bom funcionamento da sociedade. "A religião é a soberana virtude ordenada no homem para a regra contemplativa e a renúncia da vida ativa. Assim, saibas, filho, que o princípio desses homens religiosos esteve nos ermitães, que, pelo grande amor e fervor que tinham a Deus, partiram para os desertos e os bosques" (LLULL, 2010).

E era nessa conjuntura que Llull estava inserido, assim, pode-se perceber o lugar social e de fala desse filósofo (CERTEAU, 2011), isso se expressa por meio de suas importantes obras literárias, que mostram uma espécie de proposta de reformulação da sociedade, baseado naquele contexto, o que leva o leitor a uma reflexão sobre o que conceituava enquanto educação cristã e elevação do pensamento espiritual, e encarava a vida terrena apenas como uma breve passagem.

É importante destacar, que os novos estudos sobre a forma de "fazer" e "construir" a história nos últimos tempos, sobretudo a história global, tem privilegiado os aspectos pessoais e subjetivos dos indivíduos, assim como repensado nos processos de conexões e interconexões. Diante desse fator, as questões ideológicas- religiosas- culturais se difundiram por várias partes do mundo, principalmente no que se refere as questões relacionadas ao Cristianismo e o Islamismo (SILVA, 2016, p. 10).

O historiador Martin Marty mostra em sua obra, *O Mundo Cristão: uma História Global (2008)*, que o Cristianismo em uma perspectiva global significa tentar mantê-lo em um foco amplo por todo o mundo. Esse autor desconsiderou as abordagens convencionais que concentra os relatos apenas na Europa e a América do Norte, e ampliou o seu estudo tratando outras partes do globo, como a África, América Latina, etc. Desse modo, cita Ramón Llull com um dos propagadores do Cristianismo que foi além da Península Ibérica, a exemplo em Túnis no norte da África, no combate ao avanço do Islamismo, o que o insere em uma História Global. Sobre esta, Silveira diz que:

> A História Global é uma perspectiva historiográfica que busca um olhar mais amplo e complexo, abrangendo diversas metodologias. Sobre seu campo podemos falar que ele é vasto, com diferentes fases e desdobramentos. Felizmente, muito trabalhos foram escritos nos últimos anos, na tentativa de definir melhor o desenvolvimento, possibilidades, limites e perspectivas do campo (SILVEIRA, 2019, p. 214).

Nesse sentido, observa-se que os estudos a partir das obras do filósofo maiorquino, evidenciam as conexões entre os continentes europeu, africano e outras localidades que estão conectados e integrados [...]em sua diversidade, onde integrado significa que só seria possível compreender amplamente um fenômeno histórico de uma região, quando se tivesse em perspectiva as interações, conectividades e interdependência entre as demais regiões (SILVEIRA, 2019, p. 213).

Um dos aspectos a ser destacado é perceber as diversas fusões culturais e entrelaçamentos vivido por Llull em um contexto que ultrapassam as questões temporais e cristãs, mas observar as trocas culturais possíveis, assim como "[...] as maneiras pelas quais a Europa foi moldada por suas conexões com outras partes do mundo" (SILVEIRA, 2019, p. 217). No entanto, são necessários alguns cuidados para não construir uma pesquisa fragmentada, pois reconhecemos os limites que ela também nos impõe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O período medieval foi um momento da história em que os aspectos religiosos foram externados por meio de práticas que demandaram dos religiosos ações numa cultura de variadas mentalidades, costumes, crenças ligadas ao imaginário. O *mundo visível* e o *mundo invisível* estão em constante relação, para inúmeras pessoas, isso continua sendo tão real, que as suas práticas cotidianas são sempre feitas de acordo com a "vontade divina", assim é a vida de milhões de pessoas, marcada pela crença de uma vida depois da morte.

É certo que a sociedade medieval foi eminentemente religiosa, e isso não apequena essa sociedade. Portanto, a nível de análise é necessário nos despirmos de preconceitos arraigados em certa historiografia tradicional no tocante a Idade Média, e trazer nos pontos referentes a nossa análise, respeitando a crença e forma de ver o mundo de cada época, pois "o Homem, e, portanto, a História é formada por seus sonhos, fantasias, angústias e esperanças" (FRANCO JÚNIOR, 2001, p. 180).

Aqui fazemos o mesmo questionamento de Susani França (2016) sobre que influências há entre realidade social e imaginário? É muito importante, primeiramente compreender o que move determinada sociedade, ou seja, o que está por trás de uma crença, do mito, de um projeto de educação. Neste sentido, entendemos que os aspectos espirituais, materiais, movem as experiências que marcam o cotidiano de uma sociedade.

Pensar o medievo, é sobretudo, investigar o que eles pensavam sobre o mundo: O que é está no mundo, e na mesma proporção o que é sair dele. Deixar de estar nesse mundo material tinha um peso, que pela fugacidade do homem moderno, talvez, não tenha tanta observação nesse quesito tão fundamental para o Ser em sociedade.

> Pero o valor de um autor, por alto que haya sido em su propio mundo y em su propio siglo, no si estima em tanto si no há transcendido igualmente em el tiempo. El paso del medievo al humanismo ha sido la gran piedra de toque de lo que la Edad Media tenia de perene. Y Ramón Llull es uno de los pocos autores medievales que ha resistido esa prueba. Esa es la importância de la historia del lulismo, proyeción de su personalidade a través del tiempo y del espacio (BATLLORI, 1961, p. 7).

Nesse sentido, esse ensaio buscou fazer uma breve reflexão sobre a importância dos escritos lulianos no que se refere as estratégias de conversões aos "ditos infiéis" no contexto medieval, no que tange as questões religiosas da época pela busca em provar que o Cristianismo era a religião "correta". Llull, hoje, de acordo com vários estudiosos, insere-se nos estudos da História Global como um autor que teve contato com uma amplitude de culturas, o que possibilita em suas obras, termos acesso as questões culturais de outras localidades.

O filósofo elaborou sua teoria pautada na realidade do seu tempo. Almejava formar um ser humano que contribuísse com a sociedade mantendo uma boa conduta. O modelo de educação proposta por Llull foi desenvolvido com olhar atento para as demandas sociais, pois era necessário cumprir as regras estabelecidas pela Igreja Católica, instituição essa que Llull participava, assim seu desejo era manter a ordem social.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

Compreendemos que ele foi um homem do seu tempo, um homem que viveu as mudanças e transformações da metade do século XIII. Llull se preparou, estudou, viajou na intenção de levar a mensagem cristã, pois acreditava que era a base para a educação e formação do ser humano ideal. Ele propôs uma educação integral, tanto do corpo como da alma. Com isso, consideramos que alguns aspectos são pertinentes para pensarmos nossa realidade, no que diz respeito à educação. Hoje vivemos um período confuso quanto a formação de princípios éticos, percebemos que a educação escolar não tem alcançado seus objetivos quanto aos valores éticos, nem mesmo para o mercado de trabalho. Temos visto um projeto educacional em sua grande maioria, confuso.

REFERÊNCIAS

Fontes Primárias

LLULL, Ramon. **Vida Coetânea.** (Trad. Ricardo da Costa) publicado na Internet: http: www.ricardocosta.com/vita.htm. Trad. Da edição de Gret Schib. Barcelona: Editorial Barcino, 1972. Acesso em 29/08/2019.

LLULL, Ramon. **Doutrina para crianças**. Trad. de Ricardo da Costa, e Grupo de Pesquisas Medievais da UFES III. Editorial Ivitra, 2010.

LÚLIO, Raimundo. **O Livro do gentio e dos três sábios (1274-1276)**. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

ESTUDOS

ASSIS, Arthur Alfaix. A didática da história de J. G. Droysen: constituição e atualidade. **TEMPO,** v. 20, p. 1-18, 2014.

BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In:. Anthropos-Homem. **Enciclopédia Einaudi.** Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, v.5. p. 296-332.

BARROS, José D'Assunção. Histórias interconectadas, histórias cruzadas, abordagens transnacionais e outras histórias. **Secuencia (103),** enero-abril, 2019.

Batllori, P.M. **Introducion a Ramon Llull**. Dirección General de Relaciones Culturales. Madrid, 1961

BENTIVOGLIO, 0Julio História e Hermenêutica: a compreensão como um fundamento do método histórico – percursos em droysen, dilthey, langlois e seignobos. **OPSIS,** vol. 7, nº 9, p. 67-79. 2007

CERTEAU, Michael. de. **A escrita da história**. 3 ed.; Rio de Janeiro: Forense, 2011.

COSTA, Ricardo da. A Cavalaria Perfeita e as Virtudes do Bom Cavaleiro no Livro da Ordem de Cavalaria (c. 1275), de Ramon Llull: **Conferência na UERJ**, 2001.

COSTA, Ricardo. Maomé foi um enganador que fez um livro chamado "Alcorão": a imagem do Profeta na filosofia de Ramon Llull (1232-1316). **Notandum (USP),** v. 27, p. 19-35, 2011.

CROSLEY, P. **O que é a História Global**. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

FLETCHER, Richard. **A Cruz e o Crescente:** a convivência entre mulçumanos e cristãos das Cruzadas à Reforma Protestante. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

FOUCAULT, Michel **A Arqueologia do Saber**; tradução de Luiz Felipe Baeta Neves- 6° Ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

FRANÇA, Susani S. L. Imaginário: regularidades de um conceito. **Brathair (Online)**, v. 16, p. 171-185, 2016.

_____. **A Ordem Do Discurso**. São Paulo: 22 Ed Loyola, 2012.

GRUZINSKI, Serge. "Os mundos misturados da monarquia católica e outras connected histories". IN: Topoi, Rio de Janeiro, mar. 2001, p. 175-195.

KOSELLECK, Reinhart. Estratos do tempo. Estudos sobre História. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

MARTY, Martin. **O mundo Cristão:** uma História Global Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

ORIANI, Angélica Pall. Primeiros rascunhos: aproximações entre Michel de Certeau e a História do Tempo Presente. ***Tempo e Argumento***, Florianópolis, v. 9, n. 22, p. 316 - 338, set./dez. 2017.

PEREZ, J. **Histórias Conectadas: ensaios sobre história, global, comparada e colonial na Idade Moderna.** 1ed. Rio de Janeiro: Autografia, 2016.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Trad. Alain François et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ROMÁN, José. Fazendo História Global: Reflexões, dúvidas e compromissos. Estudos Históricos, v. 30, p. 241- 252, 2017.

SILVA, Kalina. Uma História de Conexões e comparações dos Impérios Coloniais Modernos. In: PEREZ, J. **Histórias Conectadas: ensaios sobre história, global, comparada e colonial na Idade Moderna.** 1ed. Rio de Janeiro: Autografia, 2016, p. 9-17.

SILVEIRA, aline dias da. História Global da Idade Média: Estudos e propostas epistemológicas. **Roda da Fortuna**, v. 8, p. 210-236, 2019.

SANTOS, P. A. C.; NICODEMO, T.; PEREIRA, Mateus . Historiografias Periféricas em Perspectiva Global ou Transnacional: Eurocentrismo em Questão. **ESTUDOS HISTÓRICOS**, v. 30, p. 161-186, 2017.

VAUCHEZ, André. **A Espiritualidade na Idade Média Ocidental**: (séculos VIII a XIII). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DE HISTÓRIA NO ATUAL CENÁRIO EDUCACIONAL BRASILEIRO

Ruan Matheus Martins Costa[1]

RESUMO: Associarmos as transformações do campo educacional com o contexto político atual se faz necessário na medida em que observamos ações governamentais neoliberais direcionadas à educação brasileira, a médio e a longo prazo, nos fazendo perder conquistas históricas. Tais objetivos podem ser vislumbrados nas propostas das novas diretrizes curriculares nacionais, as propostas da Base Nacional Comum para Formação de Professores da Educação Básica (BNC, 2019), em consonância com os marcos regulatórios contemplados no texto da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017), que são documentos normativos para a construção das diretrizes curriculares em âmbito estadual, trazendo "novas" perspectivas em relação à formação docente e suas práticas em sala de aula. Nesse sentido, o objetivo desse estudo é analisar as proposições evidenciadas no Documento Curricular do Território Maranhense para o Ensino Médio (MARANHÃO, 2022), cuja diretriz pedagógica está alinhada a BNCC (2018), com a intenção de orientar elaboração dos currículos das escolas. Estas análises são necessárias, pois elas contribuirão para ampliar a compreensão dos professores da educação básica, os sujeitos que dentro desse processo farão a implantação e as mudanças previstas dos sistemas de ensino das escolas maranhense, apontando que este estudo visa perceber os discursos demagógicos e políticas antidemocráticas direcionadas para a escola pública. Para tanto, nossas análises se respaldam em teóricos que analisam as prerrogativas legais da BNCC/DCTMA no processo de formação continuada de professores, sem descuidar da própria análise desse documento legal, com vista para o professor de História como sujeito mediador das reflexões e práticas pedagógicas propiciadoras da luta contra as novas facetas do fascismo.
PALAVRAS-CHAVE: BNCC. DCTMA. Formação continuada. História.

1 INTRODUÇÃO

Associarmos as transformações do campo educacional com o contexto político atual se faz necessário na medida em que observamos ações governamentais neoliberais direcionadas à educação brasileira, a médio e a longo prazo, nos fazendo perder conquistas históricas. Tais objetivos podem ser vislumbrados nas propostas das novas diretrizes curriculares nacionais, as propostas da Base Nacional Comum para Formação de Professores da Educação Básica (BNC, 2019), em consonância com os marcos regulatórios contemplados no texto da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017), que são documentos normativos para a construção das diretrizes curriculares em âmbito estadual, trazendo "novas" perspectivas em relação à formação docente e suas práticas em sala de aula.

1 Graduando do curso de História (UEMA), a produção do presente artigo contou com a orientação da Prof.ª Dr.ª Sandra Regina Rodrigues dos Santos, professora e pesquisadora da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), sob o fomento da mesma Instituição de Ensino Superior. E-mail para contato: martin989011@hotmail.com.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

Ressaltamos que muitas críticas já foram tecidas, resultado de discussões e debates em relação ao processo de construção da BNCC, a exemplo de estudiosos como Macedo (2014), Marsiglia et. al. (2017), D'Ávila (2018), Filho, Lopes e Iora (2019), Molina e Bordignon (2020), Branco e Zanatta (2021), entre outros, que se debruçam a analisar as implicações da BNCC, atrelada a lógica de orientações de organizações empresariais para o sistema de ensino brasileiro, o que resultou em mudanças significativas aos diversos componentes curriculares, e nesse contexto, enfatizamos a disciplina de História.

Ademais, nos vemos em um contexto de implantação do Novo Ensino Médio, instituído pela Lei nº 13.415/2017 que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB, contemplando uma ampliação na carga horária mínima de permanência do estudante na escola de 800 horas para 1.000 horas anuais, assim como trouxe uma nova organização curricular aos sistemas de ensino da educação básica pela BNCC a ser implantado obrigatoriamente em todo o Brasil até 2022.

Nesse sentido, o objetivo desse estudo é analisar as proposições evidenciadas no Documento Curricular do Território Maranhense para o Ensino Médio (MARANHÃO, 2022), cuja diretriz pedagógica está alinhada a BNCC (2018), com a intenção de orientar elaboração dos currículos das escolas. Estas análises são necessárias, pois elas contribuirão para ampliar a compreensão dos professores da educação básica, os sujeitos que dentro desse processo farão a implantação e as mudanças previstas dos sistemas de ensino das escolas maranhense, apontando que este estudo visa perceber os discursos demagógicos e políticas antidemocráticas direcionadas para a escola pública.

Para tanto, nossas análises se respaldam em teóricos que analisam as prerrogativas legais da BNCC/DCTMA no processo de formação continuada de professores, sem descuidar da própria análise desse documento legal, com vista para o professor de História como sujeito mediador das reflexões e práticas pedagógicas propiciadoras da luta contra as novas facetas do fascismo.

2 A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO PROFESSOR NO BRASIL: POLÍTICAS E PROJETOS EDUCACIONAIS EMERGENTES EM CONTEXTOS DE CRISE

A nossa discussão inicial sobre a educação no Brasil traz como ancoragem as ideias de Libâneo, Oliveira e Toschi (2017), que tratam das políticas de governo voltadas a educação a partir de 1930, quando surge uma preocupação do Estado com as questões ligadas a Crise de 1929, consequentemente a crise cafeeira, decorrendo um processo de industrialização acelerado no país, impactando também a construção de novos planos para a organização do ensino no país, em prol de uma profissionalização e qualificação da mão-de-obra.

Posteriormente, as ações do Estado ao promulgar as leis orgânicas, com a chamada Reforma Capanema (1942-1946), empreende o ensino profissionalizante face a expansão industrial, o que gerou uma forte reação dos católicos que detinham a maioria das escolas particulares de nível secundário e alegaram de o Estado estar monopolizando a educação, algo que devemos contrapor, pois "na verdade, essa questão impedia a democratização da educação pública, ao incorporar no texto legal a cooperação financeira para as escolas privadas em uma sociedade em que mais da metade da população não tinha acesso à escolarização." (LIBÂNEO, OLIVEIRA, TOSCHI, 2017, n.p)

Ainda de acordo com os autores, o Manifesto dos Educadores de 1959, apoiados por intelectuais, estudantes e sindicalistas, opuseram-se a essas posturas elitistas em defesa da escola pública. Mas a defesa do ensino público sofreu um retrocesso com o golpe militar de 1964, quando beneficiou e ampliou as escolas de ensino privado, em especial o ensino superior.

Nesse contexto, após um longo período de retrocesso, adentramos ao período da redemocratização, que propiciou o processo de elaboração da Constituição de 1988, os discursos de grupos religiosos católicos, protestantes e o próprio empresariado do ensino privado, apontavam a ineficiência e o fracasso do ensino público, "mas ocultando os mecanismos de apoio governamental à rede privada, tais como imunidade fiscal sobre bens, serviços e rendas, garantia de pagamento das mensalidades escolares e bolsas de estudo." (LIBÂNEO, OLIVEIRA, TOSCHI, 2017, n.p).

Os autores nos ajudam a compreender que a organização do ensino brasileiro advindo desse contexto histórico ainda vigora como campo de disputa dos setores elitistas, que lutam por recursos públicos e leis "protetoras" do capital, na qual a ideia de participação mínima do Estado se dá por meio de proteção dos bens e interesses privados, principalmente em períodos de instabilidades econômicas, sociais e políticas.

Desse modo, torna-se importante levantarmos reflexões sobre a escola e seus profissionais, em especial os professores de História, sobre o contexto atual frente aos discursos acerca da educação e a construção da sociedade civil, aspectos que tanto estão em voga nas mídias, redes sociais, propagandas políticas, e nas atuais políticas educacionais, principalmente no que tange a formação continuada pensada para a atuação desses professores/as. É preciso deixar claro que são estes professores os mediadores dentro das instituições de ensino, possibilitando aos estudantes subsídios para discutirem, problematizarem e intervirem na realidade social, cultural, econômica e política do país.

Entretanto, temos clareza dos obstáculos a serem enfrentados para a transformação dessa realidade, perpassa conflitar com as novas faces de um governo fascista. Estamos tratando de propostas para a construção de um sistema de educação que se arrolam há muito tempo como campo de disputas, principalmente por grupos conservadores que assumem posições diferentes em alas políticas, mas que assumem prospecção ultraconservador no atual cenário político e educacional advindo das eleições de 2018, com a vitória de Jair Messias Bolsonaro a presidência da República.

A título de exemplo, Penna (2017), em seu texto "O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional", entende que os mecanismos legais para a reestruturação do currículo e da gestão escolar vinham sendo pensados desde 2004 por meio das redes sociais com a proposta da "Escola Sem Partido", proposto anos depois pelo projeto de Lei nº 867/2015. Ancorando-se em suas proposições, são estratégias discursivas fascistas que deslegitimam o papel do educador propagandeadas nas redes sociais, como exemplifica o autor:

> No próprio "Quem somos" do site escolasempartido. org.16, como eles se descrevem? "Uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras em todos os níveis de ensino, do básico ao superior". O professor como uma contaminação e, na verdade, não são sequer professores segundo eles. "A pretexto de transmitir aos alunos uma visão crítica da realidade, um exército organizado de militantes

> travestidos de professores prevalece-se da liberdade de cátedra e da cortina de segredo das salas de aula para impingir-lhes a sua própria visão de mundo". Isso está no "quem somos" do movimento. Eles também citam um juiz da Suprema Corte norte-americana que fala que "um pouco de luz de sol é melhor desinfetante". [grifos meus] Então, é uma "contaminação", é um "exército de militantes", é algo a ser desinfetado da sala de aula. (PENNA, 2017, p.42-43)

Por meio dessa proposta, pensa-se em combater a "doutrinação" nas escolas pelas esquerdas no período do governo do PT, mas na verdade trata-se de discursos "manipuladores" de direita que instituem os princípios moralizantes e preconizam a "ideologia de gênero" nas escolas para coibir as práticas que levem ao sujeito pensante e autônomo, uma prática que busca principalmente deslegitimar o trabalho do professor, pois conforme Penna (2017, p.36)

> O ato de educar seria responsabilidade da família e da religião; então o professor teria que se limitar a instruir, o que no discurso do Escola sem Partido equivale a transmitir conhecimento neutro, sem mobilizar valores e sem discutir a realidade do aluno. Vou mostrar mais dados para corroborar essa leitura.

Outras formas de coesão podem ser percebidas pela implementação das Escolas Cívico Militares, apresentado no plano de governo de Jair Messias Bolsonaro em 2018. Essa "militarização" na gestão das escolas representam na perspectiva de Cunha e Lopes (2022) uma política de centralidade curricular que se alinham com a BNCC e instrumentaliza o professor por meio de um modelo de profissionalização docente que atenda as metas propostas, conforme pontuam as análises abaixo:

> [...] destacamos que a política (aqui, no caso, engendrada pelo Programa das Escolas Cívico-Militares) representa a hegemonização de um projeto autoritário de educação e é tratada como constituída por articulações das seguintes demandas:
> 1. Morais e comportamentais – com vistas ao controle e ao reestabelecimento de ordem no ambiente escolar e fora dele;
> 2. Instrumentais – tendo como objetivo eliminar a chance de posicionamentos político-partidário dos profissionais da educação em suas atividades pedagógicas;
> 3. Neoliberais – por uma administração eficiente do sistema educacional.
> Essas se opõem à atividade da política democrática da escola em seus moldes tanto liberais quanto radicais. (CUNHA; LOPES, 2022, p.4)

Portanto, as investidas contra os profissionais da educação são notoriamente vistas e favorecidas por projetos educacionais advindos de uma sociedade política em constante mudança, ora representada por governos de esquerda, ora representada por governos de direita, na qual presenciamos profundas alterações ao sistema de ensino brasileiro de forma unilateral e contando com participações ínfimas de parcela da sociedade civil brasileira, principalmente com a exclusão de gestores, professores e estudantes das escolas básicas.

3 POLÍTICAS EDUCACIONAIS VOLTADAS PARA O/A PROFISSIONAL DE HISTÓRIA: O CURRÍCULO E SEUS DESAFIOS A FORMAÇÃO CONTINUADA.

Partindo do pressuposto de que o golpe contra Dilma em 2016 está atrelado as articulações dos setores burgueses em propagandear a ineficiência do Estado na crise econômica que eclodiu em 2013[2], surge reivindicações por reformas liberalizantes que posteriormente foram concretizadas no governo de Michel Temer (2016-2018), dentre elas, as propostas de reformas para a educação. Surge nesse contexto a construção da BNCC em 2017, contemplando aspectos ligados as emergências de mudanças no sistema educacional brasileiro como "solução" a crise enfrentada nesse período, como ressaltam Filho, Lopes e Iora (2019) que no Brasil

> A justificativa da Reforma do Ensino Médio proposta pelo governo Temer se pautava no fato de que: o formato vigente com 13 componentes curriculares obrigatórios não permitia aos estudantes escolher a área de conhecimento para se especializar e; limitava a uma formação que exclui a dimensão técnico-profissional. Neste sentido, o texto aprovado da Reforma do Ensino Médio, supostamente, se coloca como maior abertura democrática de escolha por parte dos estudantes, para a definição dos seus respectivos itinerários formativos, de acordo com o que seria apontado na construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Na proposta aprovada, o currículo segue a lógica de que, após a aprendizagem de elementos gerais das diversas áreas do conhecimento, os estudantes tem a possibilidade de escolher o itinerário formativo mais atrativo e próximo da sua escolha profissional para o futuro. (FILHO; LOPES; IORA, 2019, p.166)

E como nos apontam Branco e Zanatta (2021, p.62)

> É válido lembrar que a influência do capital e dos modos de produção nas políticas sociais e educacionais se fizeram historicamente presentes no contexto brasileiro. Desse modo, o capitalismo, principalmente em tempos de crise, procura se reinventar para garantir sua manutenção e expansão, implementando reformas em diferentes esferas da sociedade.

Essa reestruturação da organização curricular para o ensino médio impactou na carga horária de algumas disciplinas, de modo a ampliar a carga horária de outras disciplinas, a exemplo de Português e Matemática, reduzindo a 1 hora por semana as outras disciplinas, na qual o objetivo é propor a obrigatoriedade das eletivas de formação geral básica na 1ª série do Ensino Médio, fragmentando a formação do estudante na medida que perde essa obrigatoriedade nas próximas séries.

Corroborando com a perspectiva de Molina e Bordignon (2020), que consideram como um modelo de organização que dilui a disciplina de História em "Ciências Humanas e Sociais Aplicadas", algo semelhante ao contexto da ditadura militar que eliminou a disciplina de História e Geografia, passando a trabalhar esses conhecimentos na área de "Estudos Sociais", priorizando um modelo de ensino tecnicista e visando à preparação de estudantes ao sistema capitalista.

2 Vide o texto de VIEIRA, Rafaela. Crise do Governo Dilma: A crise econômica internacional e o "ensaio desenvolvimentista", que versa a análise de Singer sobre a derrocada do governo de Dilma e a articulação da burguesia industrial na criação de um "clima ideológico", em que acusam o PT por práticas de autoritarismo, incompetência e corrupção.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

Em atendimento as proposições da BNCC para o ensino médio, os estados seguem esse documento normativo, adotando o conjunto de orientações para a elaboração dos currículos no âmbito estadual, no caso do Maranhão, a Secretaria de Educação do Maranhão vinha trabalhando desde 2019 com a elaboração do DCTMA para o Ensino Médio, atendendo ao cumprimento da Lei 13.415/2017, que versa sobre a obrigatoriedade das secretarias estaduais de ensino de todo o país adequarem os seus currículos em uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Tendo em vista a construção de um currículo que trate das especificidades do estado, este documento dará ênfase ao protagonismo juvenil e o projeto de vida dos estudantes, essas diretrizes serão basilares as escolas na organização dos seus projetos pedagógicos.

No que tange ao professor/a de História e aos demais, das diferentes áreas das ciências frente a esse contexto, o documento prevê em seu texto um arcabouço teórico que visa a importância da formação do professor/a ao atendimento às exigências do novo currículo do ensino médio. Nesse sentido, o DCTMA (2022) destina em suas últimas páginas os aspectos da formação inicial e continuada, destacando as dez "competências" propostas pela BNCC como essenciais à prática profissional, sendo estas: 1. Conhecimento; 2. Pensamento científico, crítico e criativo; 3. Repertório cultural; 4. Comunicação; 5. Cultura digital; 6. Trabalho e projeto de vida; 7. Argumentação; 8. Autoconhecimento e autocuidado; 9. Empatia e cooperação; 10. Responsabilidade e cidadania.

O DCTMA (2022) segue à matriz de "competências" para a formação de professores já previstos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Reforma do Ensino Médio, instituído pela Lei nº 13.415/17, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e as Resoluções do CNE/CP nº 2/2017 e nº 4/2018, denominada de "BNCC-Educação Básica". Esse aparato legal institui o atendimento a competências tanto para a vida do estudante como para vida do profissional docente, o que implica suscitarmos as críticas por Santos (2021) dessa "centralidade de competências" como significantes polissêmicos nas propostas curriculares que projetam um modelo de professor, na qual os discursos e textos que vêm circulando nas últimas décadas enfatizam a profissionalização docente, trazendo "a ideia de um perfil profissional em defesa de uma qualidade do ensino, via regulação do trabalho docente" (DIAS, 2014, p.9 apud. SANTOS, 2021, p.6)

Nesse sentido, observamos no DCTMA (2022, p.165) o respaldo a lei para a fundamentação de seu texto:

> De acordo com as Diretrizes Nacionais Curriculares para a Formação de Professores da Educação Básica, para que a formação continuada tenha impacto positivo quanto à sua eficácia na melhoria da prática docente, deve atender às características de foco no conhecimento pedagógico do conteúdo, uso de metodologias ativas de aprendizagem, trabalho colaborativo entre pares, duração prolongada da formação e coerência sistêmica. (MARANHÃO, 2022, p.165, grifos nossos)

Santos (2021) ao compreender as políticas curriculares e educacionais como campo de negociação política onde ocorrem as lutas por significação para a formação e trabalho docente, enfatiza em suas análises que a Base Nacional Comum para a Formação de Professores (BNC-FP) está respaldada nas competências contempladas na BNCC, assim como com o projeto de unificação curricular de organismos internacionais adotados em diferentes países, "consubstanciando" os direitos de aprendizagem e desenvolvimento em prol de demandas do mercado para um ensino cada vez mais técnico.

Face a implantação do Novo Ensino Médio, é possível dizer-se que a formação docente está diante de muitas incertezas em relação a organização curricular, o funcionamento da gestão e o próprio trabalho pedagógico dos professores em geral.

Ao tratarmos da formação dos professores de História, nos preocupamos com o tempo para trabalhar as teorias e metodologias que deverão ser exigidas para formar um professor-pesquisador, com a exigência da "interdisciplinaridade" considerando que os propósitos da formação básica está atrelado à lógica capitalista e a disciplina de História foi diluída em "Ciências Humanas e Sociais aplicadas", dando-lhe sentido simplório, o próprio exemplo são os livros didáticos que possuem atividades que abrangem Geografia, Sociologia, Filosofia e História, esta última utilizada como "papel de fundo histórico" para questões econômicas e solucionáveis sem criticidade.

Observando que o DCTMA (2022) ao tratar da formação continuada não esclarece orientações suficientes para o trabalho pedagógico, principalmente no tocante ao livro didático, precedendo mais a questão de reforçar exaustivamente o cumprimento as "competências", nos faz perceber a ausência de orientações para o fazer pedagógico, em contrapartida, fortalece-se a noção de uma homogeneização às expectativas de um perfil docente, em especial a formação do/a professor/a de História, frente aos mecanismos de controle do neoliberalismo que emergem no campo de disputas para a produção dessas políticas curriculares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nestas considerações finais, queremos deixar claro que nossa pesquisa ainda está em sua fase inicial de desenvolvimento, mesmo assim, cabe ressaltar que almejamos averiguar se o que está ocorrendo ou irá ocorrer no tocante ao processo de formação continuada de professores lhes preparará para dialogar com a reforma do ensino médio com os pressupostos da BNCC e do DCTMA, e com o livro didático, aspectos a serem assumidos pela escola e seus professores.

Sobre a importância da formação continuada, ela dialoga com as contribuições de Nóvoa (2019) sobre a formação continuada estar intrínseca ao chão da escola, pois é por meio desse processo de mudanças que os profissionais da educação se veem diante de um desafio de continuar com um trabalho pedagógico para a melhoria da qualidade de ensino, como o autor pontua

> No meio de muitas dúvidas e hesitações, há uma certeza que nos orienta: a metamorfose da escola acontece sempre que os professores se juntam em coletivo para pensarem o trabalho, para construírem práticas pedagógicas diferentes, para responderem aos desafios colocados pelo fim do modelo escolar. A formação continuada não deve dispensar nenhum contributo que venha de fora, sobretudo o apoio dos universitários e dos grupos de pesquisa, mas é no lugar da escola que ela se define, enriquece-se e, assim, pode cumprir o seu papel no desenvolvimento profissional dos professores. (NÓVOA, 2019, p.11)

Portanto, mesmo diante de tantos ataques e instabilidades ao sistema educacional brasileiro, ainda vislumbramos uma força articulada dos profissionais da educação, pertencentes a uma categoria profissional pouco valorizado, em busca de transformação e melhoria das condições de todos,

visando a luta pela democracia e desmascarando projetos políticos ideológicos do neoliberalismo por governos fascistas.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Base Nacional Comum Curricular** (versão final). Brasília: MEC/SEB, 2018.

_____, Resolução CNE/CP 2/2019. Diário Oficial da União, Brasília, 15 de abril de 2020, Seção 1, pp. 46-49.

BRANCO, Emerson Pereira; ZANATTA, Shalimar Calegari. **BNCC e Reforma do Ensino Médio:** implicações no ensino de Ciências e na formação do professor. Revista Insignare Scientia, Edição Especial: I SSAPEC- Simpósio Sul-Americano de Pesquisa em Ensino de Ciências. Vol. 4, n.3, 2021.

CUNHA, Viviane Peixoto da; LOPES, Alice Casimiro. **Militarização Da Gestão Das Escolas Públicas:** a exclusão da atividade política democrática. Educ. Soc., Campinas, v. 43, e258252, 2022.

D'AVILA, Jaqueline Boeno. **As influências dos agentes públicos e privados no processo de elaboração da base nacional comum curricular**. 2018. 131 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, 2018.

FILHO, Edson do Espírito Santo; LOPES, Vânia Pereira Moraes; IORA, Jacob Alfredo. **Os Reformadores Empresariais e o Ensino Médio no Brasil:** interesses e projetos em disputa. Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 11, n. 2, p. 159-170, abr. 2019.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar** [livro eletrônico]: políticas, estrutura e organização. – 1. ed. – São Paulo: Cortez, 2017. – (Coleção docência em formação: saberes pedagógicos/ coordenação Selma Garrido Pimenta).

MACEDO, Elisabeth. **Base Nacional Curricular Comum:** novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para a educação. Revista e-Curriculum, São Paulo, v.12, n.03, p.1530-1555, 2014.

MARANHÃO. Secretaria de Estado da Educação. **Documento curricular do território maranhense:** ensino médio / Maranhão, Secretaria de Estado da Educação. — São Luís, 2022.

MARSIGLIIA, Ana Carolina Glavão; PINA, Leonardo Docena; MACHADO, Vinícius de Oliveira; LIMA, Marcelo. **A base nacional comum curricular:** um novo episódio de esvaziamento da escola no Brasil. Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v.9, n.1, p.107-121, abr. 2017.

MOLINA, Rodrigo Sarruge; BORDIGNON, Talita Francieli. **A BNCC, COMPETÊNCIAS E A PRECARIZAÇÃO DA HISTÓRIA COMO DISCIPLINA NO ENSINO MÉDIO**. ABEH, 2020.

NÓVOA, António. **Os Professores e a sua Formação num Tempo de Metamorfose da Escola**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 44, n. 3, e84910, 2019.

PENNA, Fernando de Araujo. O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. (org). **Escola "sem" partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

SANTOS, Maria Aparecida Lima. **Ensinar História na Base Nacional Comum de Formação de Professores:** a atitude historiadora convertendo-se em competências. Educar em Revista, Curitiba, v.37, e77129, 2021.

VIEIRA, Rafaela. **Crise do Governo Dilma:** A crise econômica internacional e o "ensaio desenvolvimentista". Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. 2018.

A GUERRA DOS BALAIOS NA SALA DE AULA E NOS MATERIAIS DIDÁTICOS

Yuri Givago Alhadef Sampaio Mateus[1]

1 INTRODUÇÃO

A Balaiada, por muito tempo, prevaleceu no imaginário social com interpretações conservadoras[2], que colocavam os balaios como baderneiros, ladrões, bandidos, fadados ao mundo do crime. Foi exatamente a tentativa de desconstruir essa visão negativa e conhecer novos meandros do movimento que levou as novas pesquisas[3] a ressignificarem essa revolta popular, revelando as motivações políticas dos balaios e os meios encontrados para se manifestarem contra a exclusão dos processos sociopolíticos e os maus tratos que essa população pobre recebia do governo e das elites dominantes. Sobre o seu ensino, a História do Maranhão há décadas enfrenta o problema da falta de materiais didáticos apropriados, atualizados e em sintonia com as exigências legais, e que apresentem as singularidades da Balaiada, como a participação de caboclos, artesãos, vaqueiros, pequenos lavradores, negros alforriados, índios e escravos, os quais protagonizaram uma luta de resistência por cerca de dois anos em grande parte do território maranhense.

No que tange aos livros didáticos de história, os quais têm em suas raízes a preocupação de criar uma consciência de nação, ao longo da história brasileira, modificaram-se segundo as transformações que afetaram o cenário político, econômico, cultural e social, até assumir um espaço central no processo de aprendizagem (PEREIRA, 2014). Um dos papéis desse instrumento de ensino, portanto, é levar ao estudante o conhecimento elaborado na academia[4], por isso, no momento de sua escolha

1 Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS/UFMA). Mestre em História, Ensino e Narrativa pelo Programa de Pós-Graduação em História, Ensino e Narrativa (PPGHEN-UEMA), atual PPGHIST. Especialista em Supervisão, Gestão e Planejamento Educacional e Docência do Ensino Superior pelo IESF/MA. Licenciado em História pela UEMA. Licenciado em Pedagogia e Bacharel em Teologia pela FATEH. Bolsista CAPES. E-mail: yuri_alhadef@hotmail.com

2 Na Balaiada, destacam-se alguns autores que interpretaram esse movimento sob a ótica da historiografia tradicional, como Magalhães (1848), Ribeiro do Amaral (1898, 1900, 1906), Rodrigo Otávio (1942), Viriato Corrêa (1942), Eloy Coelho Netto (1990), José Sarney (2003).

3 Como representantes de uma historiografia mais revisionista destacamos Carlota Carvalho (1924) e Astolfo Serra (1946) que dão um olhar mais humano aos rebelados; e historiadores de profissão, como Maria Januária Vilela Santos (1983), Maria de Lourdes Mônaco Janotti (1987), Matthias Assunção (1988, 1998, 2015), Claudete Maria Miranda Dias (1995), Elizabeth Abrantes (1996), Sandra Regina Rodrigues dos Santos (1999), Ramsés Magno da Costa Sousa (2001) e Yuri Givago Alhadef Sampaio Mateus (2018), os quais trazem novas perspectivas acerca da relação entre balaios e bem-te-vis, assim como a luta dos escravos, que justificam as suas ações como forma de se expressarem contra os seus governantes que os excluíam dos processos políticos, e contra as desigualdades socioeconômicas que perpetuavam os latifúndios e a exploração do trabalho, o que tornava as camadas populares o alvo das medidas coercitivas das autoridades, gerando maus tratos e injustiça social.

4 Vale dizer que nem sempre o conhecimento histórico é elaborado na academia, pois há aqueles que se colocam a escrever a História como jornalistas, literatos, etc.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

requer atenção e habilidade do professor que o adota. Para isso, existe o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) que tem por finalidade subsidiar o professor e a escola na escolha do livro didático que será adotado no triênio.

Como uma mercadoria o livro escolar recebe diversas intervenções durante sua fabricação e comercialização. Nesse processo, interferem várias personagens como o editor, autor, técnicos especializados dos processos gráficos: programadores visuais e ilustradores. Vale dizer que o livro escolar como elemento da indústria cultural determina um modo de ler direcionado por técnicos e não pelo autor (BITTENCOURT, 2015b).

De tal modo, o conteúdo do livro didático não se trata apenas de uma vontade de quem o escreve, sobre suas visões historiográficas, contudo vai muito além do seu ponto de vista que é adequado às bases curriculares, mediadas pelo mercado. Dessa maneira, avaliar ou analisar um livro didático é mais complexo que assinalar a ausência de determinado conteúdo, ou modo como o seu conteúdo é ou precisaria ser oferecido. Ao se pensar no livro didático é necessário observá-lo inserido nesse complexo contexto que abarca políticas públicas de ensino, bases curriculares e a efetuação do livro didático por autores e editoras, e a inserção da historiografia (PEREIRA, 2014).

Esse trabalho chama a atenção para a trajetória dos materiais didáticos de História do Maranhão, pois é de suma importância ter materiais dessa temática para contribuir com os estudantes no conhecimento de interpretações da História local/regional, bem como na reflexão acerca das suas origens e identidades, sobre os processos socioeconômicos e políticos, com suas mudanças e permanências, e valorização da pluralidade étnica e cultural que constitui a formação social do Maranhão.

Recentemente, com a implementação do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM)[5], os conteúdos específicos da História regional, que ainda eram contemplados no currículo nacional[6], deixaram de ser exigidos, enquanto no currículo estadual[7] houve uma diminuição da já insignificante carga horária dedicada a esses conteúdos, resultando no menor interesse dos estudantes pela história local, reflexos também na menor dedicação dos(as) professores(as) na pesquisa e ensino da história do Maranhão. Do mesmo modo, na atual matriz curricular para o ensino médio, as aulas de história do

5 O Exame Nacional de Ensino Médio foi criado em 1998, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, como forma de verificar a qualidade do Ensino Médio avaliando as competências e habilidades dos estudantes. No ano 2004, essa prova nacional passou a contemplar os alunos com bolsas de estudo em Instituições de Ensino Superior (IES) particulares por meio do Programa Universidade para Todos (ProUni). Em 2009, houve modificações em sua estrutura, isto é, o ENEM foi instituído em muitas universidades públicas como forma de ingresso unificado dos alunos no ensino superior por meio das notas obtidas nesse exame e, recentemente, os estudantes para financiarem seus estudos em faculdades particulares também precisam da nota para utilizarem no Financiamento Estudantil (Fies). Nisto, observamos as transformações que o ENEM vem passando, pois em sua criação não a teve pretensão de ser selecionador dos estudantes para ingressarem no ensino superior, contudo ferramenta de avaliação da qualidade do ensino médio.

6 Nos livros de História Geral do Brasil, a Balaiada é o conteúdo de História do Maranhão geralmente contemplado em razão de sua inserção no contexto das revoltas regenciais.

7 No currículo estadual, de acordo com as Orientações Curriculares para o Ensino Médio – caderno de História, de 2017, os conteúdos de História do Maranhão são os seguintes: Colonização do Maranhão; Fundação de São Luís; Maranhão Colonial 1ª fase (1615- 1755); O Maranhão Colonial (1750-1823); A escravidão africana no Maranhão: dominação e resistência; Adesão do Maranhão à independência do Brasil.

Maranhão constam na 2ª e 3ª séries, mas não se encontra explicitado o tema da Balaiada[8]. No caso dos materiais didáticos, o tema geralmente ainda vem carregado de um discurso historiográfico conservador, no qual são excluídos a participação popular (livres pobres, libertos, escravos) e o protagonismo das mulheres (ABRANTES; MATEUS, 2019).

Desse modo, o presente trabalho tem por objetivo analisar os sentidos construídos para os conteúdos veiculados nos materiais didáticos que circulam ou já estiveram presentes e, até mesmo são usados nas elaborações das aulas de História do Maranhão da educação básica, especificamente, no conteúdo que versa a respeito da Balaiada. Para tal escopo, utiliza-se as obras dos autores, como Barbosa de Godóis com sua obra intitulada *História do Maranhão,* publicada em 1904, e Mário Martins Meirelles com as obras *Pequena História do Maranhão*, publicada em 1959.

2 MATERIAIS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DO MARANHÃO

A escolha[9], neste trabalho, das obras didáticas especificamente de História do Maranhão tem por finalidade mostrar os materiais didáticos que são ou já foram utilizados em sala de aula, e que também auxiliaram os professores na elaboração de suas aulas de História do Maranhão. Assim, apontamos as obras catalogadas acerca dessa temática em ordem cronológica: Godóis (1904) e Meireles (1959).

O historiador por ofício Barbosa de Godóis, nascido em São Luís do Maranhão (10/11/1860), em que teve uma carreira política, destacou-se por ter criado o Hino Maranhense e exercido várias funções ligadas ao ensino público no Maranhão. Na Academia Maranhense de Letras (AML), ocupa a cadeira de número 1, referente à cadeira de educadores. Escrevendo a sua obra intitulada *História do Maranhão* (1904)[10], subintitulada *para uso dos alunos da Escola Normal,* em dois volumes, no início do século XX, traz consigo uma visão panorâmica da história desse estado desde as Capitanias Hereditárias até a adesão do Maranhão à proclamação da República, divididos em três partes: Primeira Parte – O Maranhão-Colônia; Segunda Parte – O Maranhão-Província e Terceira Parte – O Maranhão-Estado.

Barbosa de Godóis (2008) escreve em uma conjuntura de importante reflexão em relação aos problemas nacionais e o desenvolvimento de pensamentos e práticas políticas direcionadas para a crítica das instituições imperiais, dado o Brasil está saindo de uma Monarquia para uma República no final do século XIX e início do século XX. Assim, esse autor fazia crítica à política imperial ao dizer que:

> A política imperial, mais caprichosa que orientada, erguendo e abatendo as situações políticas sem uma razão de ordem superior que explicasse essas mutações bruscas, e cometendo muitas vezes a um partido o encargo de realizar as ideias do outro, havia tornado a política brasileira uma cousa inconsistente, sem a firmeza das dedicações pelos princípios, e contri-

8 MARANHÃO. Governo do Estado. **Escola Digna**: caderno de orientações pedagógicas - História como componente curricular/ Secretaria de Estado da Educação. – São Luís, 2017.

9 Ver: MATEUS, Yuri Givago Alhadef Sampaio. **A Balaiada na sala de aula**: ensino de História do Maranhão Imperial e a produção do paradidático "A Guerra da Balaiada". Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História, Ensino e Narrativas) – Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2018.

10 Esta obra teve uma segunda edição em 2008, pela editora UEMA, em parceria com a Academia Maranhense de Letras (AML), por ocasião do Centenário desta agremiação literária, sendo Barbosa de Godóis um dos seus sócios fundadores.

> buíra para enfraquecer a própria Monarquia, pelos ataques rudes constantes de que era alvo, quando efetuava aquelas inexplicáveis mudanças de cenário (GODÓIS, 2008, p. 358).

Logo, consistia em um momento histórico em que a República deveria ser ensinada como a que redimiria os erros do passado monárquico e até mesmo do Período Colonial, utilizando termos como desmandos e desgovernos para se referir a esses momentos. Isso é uma demonstração clara na obra de Godóis (2008), pois, o seu trabalho voltava-se para a educação em um contexto com a predominância de militares dirigindo o país, e dado a uma conjuntura de educar a nova geração para construir o futuro do Brasil.

Quanto a Balaiada, Godóis (2008, p. 351) a divide em três fases, expõe as características físicas de alguns líderes e os chama de caudilhos. Constatamos que ao longo da narrativa sobre esse movimento, o autor condena os revoltosos, pois, para ele, os envolvidos na Balaiada não tinham um ideal e por isso "os chefes rebeldes tomaram a rapina e a crueldade como programa. Nem era isso de se admirar em semelhante gente" e corriam notícias das "selvagerias e desumanidades praticadas pelos revoltosos".

Sobre Raimundo Gomes, diz que seu audacioso cometimento na vila da Manga teria ocorrido por uma questão toda pessoal mediante a prisão do seu irmão. Em seguida, foram surgindo outros chefes rebeldes em vários lugares, sem uma causa particular, exceto o Balaio, que se proferia ofendido na sua honra pela desdita de suas duas filhas, seduzidas por um oficial em comissão (GODÓIS, 2008).

Diante disso, Godóis (2008, p. 349-350) faz questionamentos devido à simultaneidade do rompimento da revolta em grande parte da Província, indicando que seria "ou um plano concertado previamente, ou a existência de um fermento revolucionário muito forte, cuja eclosão dependeria apenas de um pretexto qualquer que a incitasse". Notamos que nessa hipótese, Godóis nega a capacidade das camadas populares em articular um movimento de grande extensão territorial, mas acreditava que haveria alguém de prestigio para dar as coordenadas a Balaiada. Em relação à primeira hipótese, Godóis afirma que seria preciso que,

> [...] **da capital ou de outra parte onde existisse alguém de bastante prestígio para se fazer obedecer em tamanha extensão do território, partisse a palavra de ordem, a organização e a direção da revolta.** Dado esse caso, porém, não somente seria impraticável a guarda do sigilo de um fato desses, transmitido a tantos indivíduos, como**, quando assim não fosse, não seria certamente a indivíduos da última camada que se daria o encargo de fazer um levantamento popular** [...] Era de presumir, nesse caso, que se cometesse **a realização de semelhante empreendimento a pessoas consideradas e que dispusessem de grandes elementos, pela posição social, influência política e fortuna** (GODÓIS, 2008, p. 350, grifos nossos)**.**

Dada essa pressuposição, Godóis também afirma que a revolta poderia ser incitada por um partido político rebelde que teria posições opostas à agremiação governante, e as consequências seriam poupadas pela ação dos rebeldes no lugar dos políticos do partido revoltoso. Logo, Godóis (2008, p. 350,) nega essas possibilidades e coloca que, os revoltosos provinham da plebe e, "no seu furor devastador, não se detinham diante da hierarquia ou cor política de quem quer que fosse, acontecendo mesmo que fora em vários lugares em que o partido que estava no poder possuía mais ele-

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

mentos que a revolta encontra maior adesões". Esse autor não concebe como causa do movimento uma reação aos maus tratos, ou revolta do oprimido contra o opressor, mas:

> O rompimento da insurreição em diferentes localidades, com pequena diferença de tempo, tendo como chefes homens de cor como Balaio, Cosme, Raimundo Gomes e outros**, exprime, pois, a par da reação de uma raça desprezada contra a que tinha em vilipêndio, a revolta do oprimido contra o opressor, a vindita da vítima contra o seu verdugo, a resposta do afrontado à afronta longa, duradora** (GODÓIS, 2008, p. 350, grifo nosso).

Nesse livro, verificamos que o autor reproduz o discurso da sociedade escravocrata, com termos como "homens de cor", rebeldes, revoltosos, facínoras, sequazes, sediciosos, facciosos, e se remete aos mestiços com olhar preconceituoso, a saber:

> Tipo em que se revelam, numa transformação promissora dum cunho característico especial, os elementos étnicos da nossa nacionalidade, **o mestiço** apresenta a singularidade do que é vulgarmente denominado a pabulice, a par de uma audácia e intrometimento a toda a prova, apenas atenuados quando a instrução os refreia. É às vezes submisso, mas é aquele o seu caráter. Mais do que um resultado da ignorância, é isso um efeito do temperamento e do estádio do tipo nacional na evolução a que obedece (GODÓIS, 2008, p. 331, grifos nossos).

Mais adiante, Godóis (2008, p. 331, grifos nossos) reafirma isso, ao se referir a um dos líderes da Balaiada dizendo que "*Raimundo Gomes era um mestiço, e nele se refletiam as qualidades que caracterizam os iguais,* no grau de formação da individualidade brasileira. Encontrava, além disso, um meio favorável à expansão dos seus dotes nativos". Nesse contexto de pós-abolição, o afrodescendente nativo tinha a sua imagem vinculada ao atraso, por outro lado, a representação do europeu era de indivíduo disciplinado e sujeito com voz capaz de inventar os padrões da sociedade a serem seguidos.

O livro didático como fonte histórica traz intenções, marcas e percepções de mundo e sociedade de quem o escreveu. Com finalidade didática na época de sua escrita, em Godóis (2008), observamos que os escritos desse período se caracterizam por narrar uma história factual, nos moldes dos preceitos positivistas. Assim, não inferem criticidades, mas escrevem uma história descritiva, presa a datas e sem referenciar as fontes.

No que diz respeito a produção didática acerca da História do Maranhão, no prefácio de *História do Maranhão*, escrito em 1960, o historiador por ofício Mário Meireles (2015) diz que o último livro sobre essa temática, que se encontrava a disposição dos estudantes era a *História do Maranhão* de Barbosa de Godóis, de 1904. Desse modo, houve uma distância temporal de quase 60 anos em que uma obra didática sobre a História do Maranhão seria publicada novamente, vale destacar que a obra de Godóis (1904) passou mais de um século para ganhar sua segunda edição, e os poucos "exemplares que sobre existem estão guardados sob sete chaves nas bibliotecas de uns poucos estudiosos (MEIRELES, 2015, p. 15).

Mário Martins Meireles (1915-2003) nasceu em São Luís do Maranhão. Iniciou no Magistério da década de 1940, como professor de História Universal e do Brasil. Em 1953, tornou-se professor universitário na Faculdade Federal do Maranhão, atual Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Pertenceu ao Instituto Histórico Geográfico do Maranhão (IHGM) e da Academia Maranhense de Letras (AML), em que assumiu vários cargos administrativos. Escreveu mais de trinta livros relacionados à História do Brasil e Maranhão em diversos contextos.

Historicamente, a história serviu como um meio dos estudantes adquirirem uma formação moral e cívica[11]. A obra *Pequena História do Maranhão,* publicada em 1959, é caracterizada por uma história tradicional, permeada do método da "memorização" para cumprir seu objetivo de ensinar as "tradições nacionais" e induzir ao patriotismo. No prefácio, Meireles (1959) informa que o seu trabalho foi solicitado pela sua colega da Faculdade de Filosofia de São Luís, professora Odila Soares, que ocupava na época o cargo de Orientadora Pedagógica dos Cursos do SENAC-MA. O pedido emergiu devido à dificuldade de encontrar materiais que abordassem a História e a Geografia do Maranhão, a nível de curso de primário. Convém lembrar ainda que *Pequena História do Maranhão* (1959), foi instituída por meio do Decreto de nº 1732 de setembro de 1960, que oficializou seu uso nas escolas Primárias do Estado.

Meireles (1959) sintetizou nessa obra os conteúdos básicos da História do Maranhão, possuindo quinze capítulos que abordam desde o "Descobrimento do Maranhão até Maranhenses Ilustres e Hino Maranhense". A História, nesse contexto, ainda estava sob o predomínio de um método de ensino voltado para memorização, ou seja, aprendia História quem decorava nomes e fatos com suas datas e as grandes personagens da História. No que concerne as fontes utilizadas para a elaboração de manual didático, Meireles não indica de onde embasou a sua escrita.

Mesmo dizendo que a finalidade da obra era levar o estudante a dominar os conteúdos para ser bem-sucedido nas provas e processos seletivos que viesse a se submeter, não há um direcionamento para que haja reflexão crítica do discente sobre os processos históricos. Citamos alguns dos exercícios propostos acerca do capítulo referente à Balaiada, com questões bem factuais:

1) Com a adesão à Independência, que deixou de ser o Maranhão?
2) E deixando de ser um Estado Colonial português o que passou a ser o nosso Estado?
3) E em vez de Governador e Capitão- General, quem passou a Governar o Maranhão?
4) Quem nomeava o Presidente da Província?
5) Quem era o Presidente do Maranhão quando aqui arrebentou a nossa maior revolução?
6) Como se chamou essa revolução?
7) Por que essa revolução se chamou de Balaiada?
8) Quem foi o principal chefe dos "balaios"?
9) E que título interessante usava o chefe dos escravos fugidos?
10) Por onde se espalhou essa revolução?
11) Quantos chegaram a ser os "balaios"?
12) Quantos anos durou a Balaiada?
13) Qual a grande cidade do interior que os "balaios" chegaram a ocupar?
14) Para acabar com a Balaiada que fez o governo imperial?
15) A quem foi dado o comando das tropas imperiais?

11 Ver: MARTINS, Dayse Marinho. Currículo e Historicidade: Currículo e historicidade: a disciplina História do Maranhão no sistema público estadual de ensino (1902 – 2013). Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019.

16) Qual o oficial maranhense que mais se distinguiu nessa luta?
17) Que comandava o Brigadeiro Feliciano Falcão?
18) Vencidos os balaios e reestabelecida a paz, que deu D. Pedro II ao General Luís Alves de Lima e Silva?
19) Depois do Barão de Caxias se cobrir de glórias na Guerra do Paraguai que título maior de nobreza lhe deu o Imperador?
20) Qual a cidade maranhense da qual o Imperador tirou o nome para o título de nobreza do Patrono do Exército Brasileiro? (MEIRELES, 1959, p. 67).

Sobre a Balaiada, o autor discorre sobre esse movimento ressaltando as grandes figuras que se destacaram ligadas ao Estado, como o oficial Brigadeiro Feliciano Falcão, que comandou uma das colunas imperiais. E a trajetória de ascensão do General Luís Alves de Lima e Silva que recebeu o título de Barão de Caxias, e depois de Duque de Caxias, e o chama de "Grande General", e diz que foi restabelecida a paz no Maranhão. Com a defesa dessa ideia de pacificação pelas tropas do governo, o autor considera que o movimento balaio consistiu apenas em promover a desordem, sem conter teor político ou reivindicações plausíveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, podemos observar que os materiais didáticos referentes à História do Maranhão que foram e são utilizados nas aulas, precisam de reformulações em seus conteúdos e abordagens para colaborar na formação crítica dos estudantes, para que sejam sujeitos ativos da sua própria história e atuem de forma consciente em sua realidade histórica.

Vimos obras como a de Godóis que a escreveu em um contexto da República como nova forma de governo, em 1904. Passadas quase 6 décadas, em 1959, Meireles lança seu trabalho que não difere muito de Barbosa de Godóis.

Por conseguinte, as investigações voltadas ao ensino de História tornam-se necessárias, porque, colocam em questão como tem sido a aplicação dos conhecimentos históricos nos livros didáticos. Daí a relevância de pesquisas destinadas à história dos manuais didáticos, já que no decorrer da história do Brasil modificou-se conforme as transformações que afetaram o cenário político, econômico e social, até adquirir um lugar central no processo de aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, Elizabeth Sousa.; MATEUS, Yuri Givago Alhadef Sampaio. Novas abordagens para o ensino da Balaiada. In.: CAMÊLO, Júlia Constança Pereira; MATEUS, Yuri Givago Alhadef Sampaio (org.). **História do Maranhão na sala de aula:** formação saberes e sugestões. São Luís: EDUEMA, 2019, v.1 p. 217-238.

AMARAL, José Ribeiro de. **Apontamos para a História da Revolução da Balaiada na Província do Maranhão**. Maranhão: Typografia Teixeira, 1898, 1900, 1906. 3v.

ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. **A Guerra dos Bem-te-vis**. São Luís: SIOGE, 1988.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. Histórias do Balaio. **Revista História Oral.** Associação Brasileira de História Oral, São Paulo, v. 1, n. 1, 1998.

ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. **De Caboclos a Bem-Te- Vis: Formação do Campesinato Numa Sociedade Escravista:** Maranhão 1800-1850. São Paulo: Annablume, 2015.

BITTENCOURT, Circe. Livros didáticos entre textos e imagens. In. BITTENCOURT, Circe (Org). **O Saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2015b.

CARVALHO, Carlota. **O Sertão**: subsídios para a história e a geografia do Brasil. 3. Ed. Teresina: EDUFPI, 2011.

COELHO NETTO, Eloy. **Caxias e o Maranhão Sesquicentenário**. São Luís: Gráfica Editora Santo Antônio, 1990.

CORRÊA, Viriato. **Caxias**: o pacificador do Brasil. Rio de Janeiro: [s.n.] Gráf. Guarany. 1942.

DIAS, Claudete Maria Miranda. **Balaiada:** a guerrilha sertaneja. 1995. p. 73-88. (Estudos Sociedades e Agricultura). Disponível em: http://r1.ufrrj.br . Acessado em: 29 jun. 2017.

GODÓIS, Antônio Batista Barbosa de. **História do Maranhão:** Para uso dos alunos da escola normal. 2 Ed. São Luís: EDUEMA, 2008.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **A Balaiada**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Memória Histórica e Documentada da Revolução da Província do Maranhão desde 1839 até 1840. **Revista Trimensal de História e Geografia**, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no número do 3.º trimestre de 1858.

MARANHÃO. Governo do Estado. **Escola Digna:** caderno de orientações pedagógicas - História como componente curricular/ Secretaria de Estado da Educação. – São Luís, 2017.

MARTINS, Dayse Marinho. **Currículo e Historicidade:** Currículo e historicidade: a disciplina História do Maranhão no sistema público estadual de ensino (1902 – 2013). Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019.

MATEUS, Yuri Givago Alhadef Sampaio. **A Setembrada:** lutas políticas e participação popular no Maranhão oitocentista (1831-. 1832). Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2015.

MATEUS, Yuri Givago Alhadef Sampaio. **produção do paradidático "A Guerra da Balaiada".** Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História, Ensino e Narrativas) – Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2018.

MEIRELES, Mário (1960). **História da Independência do Maranhão**. São Luís: Artenova, 1972.

MEIRELES, Mário. **Pequena história do Maranhão.** 3. ed. São Luís: SIOGE, 1970.

PEREIRA, Joyce Karla. **A Independência do Brasil e o ensino de história:** conhecimento histórico e formação para a cidadania entre uma nova historiografia, livros didáticos e professores. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de São João Del Rei, São João Del Rei, 2014.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS

ANAIS DO

ANAIS DO

III SEMINÁRIO

HISTÓRIAS CONECTADAS

SIMPÓSIO TEMÁTICO 10

Entre a fé e o poder: política, cultura e religião

COORDENAÇÃO

Taylan Santana Santos

Mestre em História Regional e Local - UEBA

Pedro Luiz Câmara Dantas

Professor substituto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

MOVIMENTO ESTUDANTIL E SUAS CONEXÕES POLÍTICAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA (2000 - 2007)

Ana Beatriz Ferreira de Oliveira[1]

RESUMO: A renovação historiográfica no campo da política possibilita relacionar diversos sujeitos e temáticas que evidenciem as múltiplas formas de poder que coexistem no meio social. Nesse sentido, esta pesquisa evidencia as políticas educacionais direcionadas às universidades públicas nos anos 2000 a 2007 através da atuação do movimento estudantil, refletidas no acervo documental do Centro Acadêmico de História *Lagoa Amarela*, entidade representativa dos estudantes de História da Universidade Federal do Maranhão, tendo como sujeitos históricos: os estudantes universitários. O movimento estudantil possui um longo histórico de participação e conectam-se pela principal bandeira de luta que é a defesa da educação de qualidade. A capacidade que possuem de acompanhar as demandas de sua época, fortalecem movimentações que ultrapassam os muros das instituições de ensino. Nessa perspectiva, aborda-se conceitos que rodeiam o movimento estudantil universitário no campo teórico dos movimentos sociais, o perfil estudantil e suas relações com a universidade, bem como suas atuações diante da política educacional brasileira. No recorte proposto, o país seguia em redemocratização pautada na Constituição Federal de 1988 onde o movimento estudantil retornou à legalização. Observa-se os anos finais do mandato de Fernando Henrique Cardoso (FHC), que inseriu o país em uma agenda neoliberal, aprovou a reforma da Lei de Bases e Diretrizes (LDB) em 1996, consolidou o enxugamento de verbas para a educação. Como consequência, as universidades públicas sofreram ameaças de privatização através de um intenso processo de sucateamento e houve atuação estudantil em defesa da universidade pública. Com também, o mandato de Luís Inácio Lula da Silva, considerado o candidato dos interesses de camadas populares eleito, cujo governo sancionou programas que visavam ampliação do acesso ao ensino superior, como o Programa Universidade para todos (PROUNI), Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), bem como Financiamento Estudantil (FIES) e Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Para investigação, utiliza-se fontes do acervo documental do Centro Acadêmico de História *Lagoa Amarela*, para analisar os reflexos das movimentações estudantis da época através de entidades internas como o Diretório Central do Estudantes *17 de setembro* e externas como a União Nacional dos Estudantes (UNE). Afinal, como as conexões do movimento estudantil refletem a política educacional? Como foi atuação do movimento estudantil nos anos 2000 a 2007? Como o acervo em questão tem a contribuir para essa investigação? Trata-se de um estudo que visa perpetuar a memória da atuação do movimento estudantil na política educacional brasileira.
PALAVRAS-CHAVE: História Conectada. Políticas educacionais. Universidade. Movimento Estudantil.

INTRODUÇÃO

O movimento estudantil é um espaço de luta que possui um longo histórico de atuação por direitos estudantis. Observa-se envolvimento estudantil antes mesmo da criação das universidades no país, e essa atuação colabora para a formação política e social da juventude. Trata-se de um mo-

1 Historiadora. Mestrada em História e Conexões Atlânticaas: Culturas e Poderes, na Universidade Federal do Maranhão.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

vimento que acontece de acordo com a política educacional vigente. Nesse sentido, cabe analisar o histórico da educação através de tais sujeitos históricos: os estudantes. Analisa-se a militância do Movimento Estudantil de História, através do Centro Acadêmico *Lagoa Amarela* da Universidade Federal do Maranhão, situado em São Luís do Maranhão, nos anos de 2000 a 2007.

Nesse contexto, observa-se a recente luta contra o avanço do neoliberalismo vinculado ao processo de privatização, inclusive das universidades do país, incentivado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) em seus mandatos. O movimento estudantil estava com um histórico de luta desde o primeiro mandato em resistência ao sucateamento das universidades. No decorrer dos anos 2000 a 2007 os mandatos de Luís Inácio Lula da Silva bem como as políticas educacionais que se consolidaram, bem como: Programa Universidade para todos (PROUNI), Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), bem como Financiamento Estudantil (FIES) e Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Analisa-se fontes documentais arquivadas pela própria entidade ao longo das gestões que atuaram naquele tempo. Para análise, levou-se em consideração conhecer o contexto, observar quem as escreveu, os critérios adotados, uma vez que o trabalho historiográfico se encontra nesse interesse de análise do passado partindo do presente. Afinal, quais foram as demandas do período em análise? Como isso se reflete no acervo do CAHIS *Lagoa Amarela*?

Esse artigo traz resultados preliminares do texto de qualificação da dissertação em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, e tem como abordagem a história política da educação brasileira, em específico no Maranhão.

MOVIMENTO ESTUDANTIL: CONCEITOS E CONEXÕES

O movimento estudantil é referenciado como um movimento social que tem relevância no campo historiográfico, tendo em vista sua frente de luta pelos interesses estudantis, que também compreende outras demandas sociais. Para Eliani Covem (2020), os movimentos sociais surgem a partir da insatisfação coletiva frente a reivindicação de direitos. Eles atuam na luta pela educação, mas também são envolvidos com lutas individuais contra a homofobia, racismo, a favor de ideias feministas (MESQUITA, 2001:59). Essas lutas estão inseridas no movimento estudantil pela diversidade do grupo que a compõe.

Observar a atuação do movimento estudantil, significa reconhecer os estudantes como sujeitos que fazem parte do processo de aprendizado, atuam frente aos seus interesses. Para Maria Angélica Peixoto (2020), colabora para um sucesso acadêmico e profissional, inclusive de indivíduos vindos das classes desprivilegiadas pois é um espaço que ensina reivindicação de direitos. A base do movimento estudantil é composta de jovens tanto do ensino secundário quando do universitário. Isso significa que existe uma diversidade de pensamento em sua organização. Dessa forma, entende-se que cada movimento apresenta demandas próprias de sua fase de aprendizado, ao tempo que se unem contra a política vigente na educação. Possuem um perfil mutável tanto nas pautas de lutas, quanto corpo discente.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

Segundo Marcus Vinícius Conceição (2020), o movimento estudantil possui um perfil de transitoriedade, mas se articulam de acordo com as demandas presentes no cenário. Cabe destacar que assumem com efervescência e vigor as demandas de seu tempo. Sobre isso, Mesquita (2001), analisa que o movimento estudantil ele se reinventa e age de acordo com as possibilidades de militância. Reconhecido por sua efervescência em defesa da educação, traz o aspecto de combatividade e vigor nos posicionamentos frente às questões que vão além do espaço universitário. José Poerner (1979), trouxe um panorama sobre a importância da participação política dos estudantes brasileiros enfatizando que o movimento estudantil se organiza em momentos cruciais para o coletivo, compreendendo sua função no espaço que atua.

Observa-se as conexões do movimento estudantil através da lógica de funcionamento que estão inseridos ocasionando uma ação coletiva em diversos tempos e espaços. Tendo em vista que, "A perspectiva da história global é apreender os múltiplos pontos de vista, e depois interconectá-los, mas sem submetê-los a uma lógica única, tal como ocorre com uma das perspectivas da história tradicional" (BARROS, 2019, p. 05). Assim, reporta-se sua mobilização relacionada a ideologias que permeiam o mundo, mas também as mobilizações que se destacam em cada movimento em seus espaços e temporalidades.

No Brasil, foi regulamentado através da União Nacional dos Estudantes (UNE), fundada em 1937. Com a criação da universidade com cursos agregados, ocorreu um decreto em 1939 que regulamentava essa representação. Passou a existir o Diretório Central Acadêmico (DCE), o ápice da representação estudantil dentro da universidade. "O DCE iniciou, a partir daí, a luta pela união dos diversos Diretórios, com vistas a imprimir maior seriedade ao movimento estudantil [...]" (POERNER, 1979, p. 156). A princípio possuíam caráter recreativo, mas pelo processo de conscientização saíram do anonimato, assumindo um caráter de militância.

No Maranhão, mostrou-se ativo no início do século XX, principalmente em São Luís. Com o estabelecimento dos cursos isolados de Direito, Farmácia e Odontologia, as entidades estudantis se concretizam logo após a regulamentação dessas entidades no país. A União dos Estudantes Maranhenses (UME), logo depois conhecida como Diretório Central do Estudantes (DCE), foi ativada em 1950 com máximo representante dos acadêmicos.

Sobre as atuações do movimento estudantil brasileiro, cabe destacar a resistência durante o regime ditatorial (1964-1985), onde os estudantes tanto secundaristas quanto universitários foram reconhecidos como elementos de periculosidade pelos ideais que defendiam. Durante o período, organizaram manifestações, foram presos e assassinados. A UNE, foi deslegitimada por sua resistência, teve seu prédio invadido e incendiado em 1964. No período de redemocratização, tornou ser legalizada pela Constituição Federal de 1988 como entidade máxima de representação dos estudantes, e regulamentou as demais entidades representativas. Os estudantes contribuíram significativamente para derrubada do regime, assumindo símbolo de movimento democrático, alinhados com a redemocratização do país.

Em período de redemocratização nos anos 90 e 2000 o movimento estudantil seguiu se mobilizando dentro de pautas individuais e coletivas, nota-se que a identidade vai se redefinindo em

formação de coletivos embora continue institucionalizado. Nesse contexto, ocorre a influência neoliberal na América Latina, sendo adotado no Brasil pelos governos que assumiram o país. O sistema neoliberal influenciou políticas educacionais voltadas para a universidade e ocasionou a mercantilização do ensino. O movimento estudantil seguiu lutando contra o avanço na educação, na luta pela existência e expansão da universidade pública.

Nessa perspectiva de análise, o movimento estudantil se alinha à nova história política, pois trata de sujeitos que trazem a participação política e manifestações sociais com foco principal nas pautas da educação, bem como bandeiras individuais que representam a sociedade. Segundo René Rémond, "ao se ocupar do estudo da participação na vida política e dos processos eleitorais, integra todos os atores, perdendo assim seu caráter elitista e individualista e elegendo as massas como seu objeto central" (REMÓND, 2003:7). Analisar o movimento estudantil é observar a pluralidade de ritmos em diversos espaços como um fenômeno social conectado.

POLÍTICAS EDUCACIONAIS NOS GOVERNOS FHC E LULA NOS ANOS 2000 A 2007: ACERVO

As políticas educacionais que vigoraram nos anos 2000 a 2007 evidenciam as a necessidade de ampliar as universidades bem como diversificar o acesso dos estudantes. O Programa Universidade para todos (PROUNI), Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), bem como Financiamento Estudantil (FIES) e Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), abriu possibilidade de formação superior tanto pela iniciativa pública quanto privada.

As bibliografias que analisam a criação e execução desses programas educacionais no período do governo Luís Inácio Lula da Silva na perspectiva do movimento estudantil, compartilham da insatisfação do avanço neoliberal na educação superior, tendo em vista a agenda que seguiu compartilhando dos princípios de meritocracia e produtividade. Segundo Fernanda Monteiro (2020), o movimento estudantil defende uma universidade pública, gratuita e laica, um espaço que atenda às necessidades da classe trabalhadora. Dessa forma, a perspectiva de desenvolvimento com base na produção restringia o acesso de estudantes com tempo reduzido pela rotina de trabalho.

Acervo 1 – Não à reforma universitária



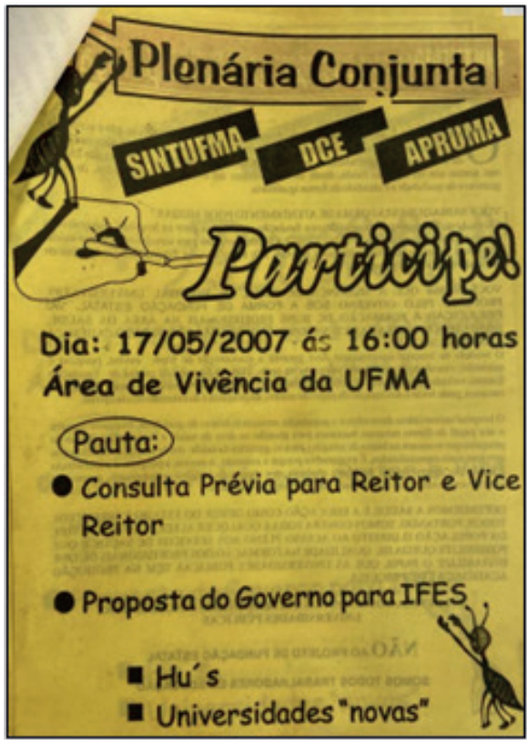
Fonte: ACERVO CAHIS-UFMA, 2002

Com relação ao recurso à consolidação dos projetos de expansão do ensino superior, ocorreram divergências. Defendiam a expansão das vagas na universidade bem como estrutura para funcionamento dos cursos de ensino superior, em vez da inserção de recurso público nas iniciativas privadas. Conforme Renan Furtado (2020),

> O cerne dessa pauta é a crítica às políticas de financiamento e expansão da Educação Superior instauradas nos governos do PT. Desde as políticas que de fato viabilizaram a entrada e favoreceram os empresários da rede privada da Educação Superior [...] (FURTADO, 2020, p. 119-120).

O acervo arquivado pelo CAHIS *Lagoa Amarela*, refletiram tais políticas educacionais, através dos movimentos organizados. O panfleto encontrado no arquivo, destaca como pauta as *Propostas do Governo para IFES*, mas também as *Universidades 'novas'*. Um debate vigente na universidade tanto pelos discentes quanto os docentes.

Acervo 2 – Plenária Conjunta APRUMA



Fonte: ACERVO CAHIS-UFMA, 2007

Nos anos 2000, observa-se que continua a resistência ao governo tendo em vista o segundo mandato de FHC. A revista *Movimento*, produzida pela UNE e arquivada pelo CAHIS, veiculou em 2002 em sua capa, o debate sobre lógica de mercado inserido na educação como principal discussão da matéria, bem como os jornais estudantis.

Acervo 3 – Revista Movimento n° 3/ fevereiro



Fonte: ACERVO CAHIS-UFMA, 2002

Os documentos indicam a comunicação com a UFMA e outras entidades como a UNE. Percebe-se que a temática de privatização e sucateamento pairava no meio acadêmico e refletia em diversos espaços das entidades estudantis, bem como o receio da mercantilização do ensino superior. Observa-se as ações das organizações estudantis no Brasil, como foco Maranhão, em uma demanda que estava vigorando nos países da América Latina, o neoliberalismo. Tal lógica dificultava o funcionamento e consequentemente o acesso ao ensino superior público de qualidade no país. Importante ressaltar que em meio ao movimento político na educação, houve resistência estudantil conectada a uma pauta ideológica e com movimentações em seus contextos de possibilidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em sua estrutura, o movimento estudantil traz uma diversidade de bandeiras que representam as lutas sociais. Pela ideia que o compõe, mas também pelos sujeitos que evidenciam, estão conectados aos movimentos sociais. Observa-se que possuem um longo histórico de atuação na política. Dino (1996) afirmou que "A história dos Centros Acadêmicos precisa algum dia ser escrita [...]. De que data é a certidão de seus nascimentos?" (DINO, 1996, p. 63). Narrativa que compõe a memória coletiva da juventude são importantes, pois possibilita formação de identidade. O estudo

desta temática colabora com a memória dessa representação estudantil do curso de História e sua contribuição para uma universidade mais democrática através de um sujeito que a faz existir, funcionar, mas também resistir, que são os estudantes.

O início dos anos 2000, os estudantes universitários estavam em uma contínua luta em defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade, para que todos os interessados tivessem acesso a essa educação independente de suas condições sociais e econômicas. As bibliografias ressaltam que as universidades públicas foram repreendidas com a inserção do neoliberalismo no Brasil, e o acervo do CAHIS *Lagoa Amarela* refletiu essas demandas, indicaram a comunicação com a UFMA e outras entidades como FEMEH, UNE e UBES. Nos anos 2000 a 2007, observa-se o diálogo em crítica ao neoliberalismo, mas também políticas educacionais voltadas para a expansão da universidade bem como a inserção de estudantes nesse espaço.

Segundo Fernanda Monteiro (2020), houve insatisfação dos estudantes com as políticas de expansão adotadas, pois analisavam ser contrárias aos critérios de inclusão da classe trabalhadora tendo em vista que evidenciavam a meritocracia e produtividade. Diante de tais críticas, observa-se estudantes ativos no diálogo com o governo em vigor. O acervo do CAHIS *Lagoa Amarela* traz vestígios do acompanhamento que o movimento estudantil fazia diante das propostas do governo.

A ampliação das universidades brasileiras, que outrora estava a risco de encerrar as atividades, resultou em programas que movimentou uma geração em tempos que estava em desenvolvimento as universidades brasileiras. O Movimento Estudantil lutou pela permanência da universidade pública e o CAHIS *Lagoa Amarela* esteve conectado e atuante nessa luta. Portanto, trata-se da memória do movimento estudantil voltado para política educacional brasileira refletida na universidade, visando perpetuar ressaltar os direitos conquistados e a emergente necessidade de continuar lutando pela reparação de direitos educacionais. As universidades são espaços de poder. No brasil, resistem desde o processo de criação. Criadas para poucos, a luta continua pelo acesso e permanência diversificada dos estudantes.

REFERÊNCIAS

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSK, Carla Bassanezi Pinsk (org.) Fontes Históricas. 2. ed., São Paulo: Contexto, 2008, p. 23-80.

BARROS, José D' Assunção. Histórias interconectadas, histórias cruzadas, abordagens tradicionais e outras histórias. 2019.

CONCEIÇÃO, Marcus Vinícius. **Reflexões sobre o movimento estudantil e o maio de** 1968. In: Nildo Viana (org.). Movimento Estudantil em foco. Coleção Movimentos Sociais, v.2. NEMOS -Núcleo de Estudos e Pesquisa em Movimentos Sociais, 2020.

COSTA, Márcia Cordeiro. **Movimento Estudantil acadêmico e a imprensa estudantil no Maranhão (1930-1950)**: uma contribuição à história da educação. São Luís: [s.n.], 2014.

DINO, Sálvio. **A Faculdade de Direito do Maranhão (1918-1941)**. São Luís: EDUFMA, 1996.

COVEM, Eliani. **A nova face do movimento estudantil no Brasil: Do enfretamento à gestão** autônoma. In: Nildo Viana (org.). Movimento Estudantil em foco. Coleção Movimentos Sociais, v.2. NEMOS -Núcleo de Estudos e Pesquisa em Movimentos Sociais, 2020.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A Universidade do Brasil:** um itinerário marcado de lutas. Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro Jan./Abr.1999 nº 10. p. 16-32.

FURTADO, Renan Santos. MOVIMENTO ESTUDANTIL DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL: balanço e perspectivas. IN: **Movimento Estudantil: diálogos e perspectivas em debate**. Victor Fernando Ramos de Oliveira (org.). Curitiba CRV, 2020. p. 115 – 127.

MESQUITA, Marcos Ribeiro. **Juventude e movimento estudantil**: O "velho" e o "novo" na militância. Março de 2001.

MONTEIRO, Fernanda Yully dos Santos. MOVIMENTO ESTUDANTIL DE EDUCAÇÃO FÍSICA: nexos e determinações para inter-relação "formação política e intervenção na área". IN: **Movimento Estudantil: diálogos e perspectivas em debate**. Victor Fernando Ramos de Oliveira (org.). Curitiba CRV, 2020. p. 97-114.

OLIVEIRA, Victor Fernando Ramos de Oliveira. **Movimento Estudantil: diálogos e perspectivas em debate**. Curitiba CRV, 2020. 134 p. 11.

PEIXOTO, Maria Angélica. **Universidade, movimento estudantil e trajetórias individuais**. In: Nildo Viana (org.). Movimento Estudantil em foco. Coleção Movimentos Sociais, v.2. NEMOS -Núcleo de Estudos e Pesquisa em Movimentos Sociais, 2020.

POERNER, Artur José. **O Poder Jovem:** História da participação Política dos Estudantes Brasileiros. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A, 1979.

RÉMOND, René. (Org.). **Por uma história política**. 2º Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

"QUE OLHASSEM PARA O DEMÔNIO QUE AS HAVIA POSSUÍDO NA FORMA DE UM GATO": O DISCURSO DA IGREJA PAPAL PARA A ERRADICAÇÃO DO CATARISMO NO LANGUEDOC DO SÉC. XIII

Cássia Luana de Freitas Moreira

RESUMO: Esta pesquisa visa esclarecer a dinâmica de forças e de interesses que levou a construção das representações e os discursos associados aos cátaros, levando em consideração a conjuntura de enfrentamentos e de disputas religiosas vivenciadas no sul da França no século XIII. Considerando o contexto bastante problemático, caracterizado por embates políticos entre as forças locais e os agentes da monarquia e da igreja papal. Analisando fontes como a crônica de Jordão da Saxônia (mestre geral da ordem Dominicana); bem como parte do inquérito de Canonização de Domingos Gusmão, feito na cidade de Toulouse (Actas de los testigos de Tolosa), pretende-se entender as imagens e signos pejorativos evocados para descrever os cátaros naquele contexto, relacionando tais fontes com a historiografia, visto que a construção histórica perpetuou seus efeitos de verdade na produção historiográfica contemporânea, portanto, essa pesquisa tem relevância por propor novas reflexões para a Historiografia. Por meio de tal cruzamento (entre teoria e fontes) a pesquisa pretende problematizar as iniciativas da Igreja Católica, seus representantes e aliados, na elaboração e perpetuação de representações que desqualificavam os cátaros naquele contexto. Foi possível concluir que diversas medidas foram endossadas pelo papado a fins de erradicar a heresia Cátara, como: Pregações, Cruzada Albigense e Inquisição. Podem-se concluir algumas hipóteses, como por exemplo, a representação dos cátaros foi politicamente construída pela Igreja Católica, como parte de sua política anti-herética praticada na região do Languedoc no século XIII. Por fim, a metodologia utilizada pauta-se na análise do discurso Foucaultiana, destacando a contribuição de Foucault (2011), no que diz respeito à articulação no discurso entre saber e poder. Soma-se a isto a percepção do autor em como se provoca resultados de verdade no âmago do discurso, articulada a concepção do poder como constituidor de verdade. Ajudando assim a compreender as forças e os seus efeitos (discursivos ou não) que atuavam na relação catarismo/catolicismo. O discurso na perspectiva foucaultiana também pode ser tomado, como mecanismo/dispositivo para a produção de representações sobre o "outro". Neste sentindo, essa pesquisa pretende dialogar o panorama de Foucault sobre análise do discurso com a visão de representação de Chartier, visto que o autor discorre sobre "luta de representações" que estão diretamente concatenadas com estruturas e/ou posições de poder, manifestada através de signos (CHARTIER, 1990; FOUCAULT, 1989).
PALAVRAS-CHAVE: Representação. Cátaros. Igreja Papal.

1 A CONJUNTURA POLÍTICA DO LANGUEDOC NO SÉCULO XIII:

A composição da cidade de Toulouse, aponta, desde a primeira metade do século XII, uma proeminente aspiração pela autodeterminação, em outras palavras, pela liberdade, isso se expressava na forma de organização política da cidade. (WOLF, 1974, p. 119-121). A compreensão desse

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

caráter independente das forças locais Toulousanas é essencial para a avaliação da situação política do Condado no século XIII. Cabe analisar, que a busca pela autonomia não se dava apenas no campo político, mas também na esfera individual:

> Em Toulouse, em 1147, o conde Alfonse Jourdain renuncia, entre outras taxas, à *queste*, "sinal odioso de servidão". Em Béziers, em 1194, o visconde Roger concede a todo imigrante residente na cidade plena liberdade em relação a ele como a todos os outros senhores, a libertação de qualquer servidão, o que já ocorria com os demais habitantes (LE GOFF, 1992, p. 81)

Nota-se que essa é uma característica que não se resume apenas a cidade de Toulouse, mas em toda a região occitana da França.

A cidade de Toulouse é organizada até 1189, por um Conselho, que abriga 6 capitulares, 4 juízes e 2 advogados, que agiam segundo a anuência do conde. A partir desse ano, o consulado reivindica autonomia frente ao Conde, e a partir de então se organizam em 24 cônsules (capitulares) eleitos. Esse sistema de cônsules está dividido em três instrumentos: executivos, consultivos e uma assembleia. Nota-se, portanto o caráter democrático dessa cidade (MACEDO, 2000, p. 113-115).

Entretanto, é imprescindível destacar que a autoridade do Conde não foi totalmente diluída, e continuava a agir e regulamentar tanto geograficamente, quanto das corporações de serviços diversos, inclusive constituindo novas cidades, o que comprova seu poderio. Claro está, que há pelo menos um incipiente convívio simétrico entre essas forças políticas que atuavam na cidade de Toulouse. Thiago de Azevedo Porto argumenta que um ponto nodal e diferencial no contexto político de Toulouse é a relação entre as autoridades da cidade e o Conde de Toulouse, pois eram próximos e tinham uma relação pacífica e recíproca de apoio, ou seja, eram uma frente unida (o que explica também a resistência consistente durante a cruzada); Fato este, que lança bases para a compreensão do porquê da adesão à Heresia Cátara também nas cidades, visto que eram próximas a realeza (adeptos da heresia). Outro ponto diferencial da heresia Cátara é que esta foi uma heresia que atingiu e foi aderida pela nobreza (PORTO, 2019, p. 61).

É destacável que o condado de Toulouse era a região mais autônoma da França, como foi exposto anteriormente essa característica é notada de forma expressiva no modo como se deu e consolidou o consulado na cidade. É possível afirmar que os sulistas não se viam como franceses, tanto que possuíam uma cultura e uma língua própria, a língua de occi, claro está que as forças occitanas não queriam se submeter ao rei da França (PORTO, 2019, 61).

Como sumariado acima, existe uma idiossincrasia entre a relação dos poderes citadinos, aristocracia e o conde local, se comparado ao resto da Europa. Conquanto, o processo de formação do consulado tolosano desembocou em um autogoverno desanexado, de muitas maneiras, do poder do conde, todavia, é errôneo pensar que esses poderes eram completamente dissociados, sendo mesmo, aliados de muitas maneiras, como pode ser visto na fala de Porto sobre moedas emitidas neste contexto "no verso a inscrição RAMON COMES, marca daquela família, e no reverso a inscrição TOLOSA CIVI, reconhecendo a formação do governo citadino" (PORTO, 2019, p. 61).

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

2 O CONTEXTO POLÍTICO DE TOULOUSE NO SÉCULO XIII:

A aproximação diplomática entre essas duas forças políticas em Toulouse citadas a cima, se consolidou principalmente pela ameaça externa (Igreja Romana e Monarquia Francesa) visto que as autoridades das cidades tencionavam manter sua autodeterminação política e por outro lado, o conde buscava dilatar sua rede de aliados para fazer frente a cruzada (PORTO, 2019, p. 63; LIMA, 2019, p. 162).

"Certamente, Raimundo VII só pôde sentir-se profundamente unido à cidade que o apoiara até o fim, e salvou sua dinastia. Ele devia lhes provar, por isso defendeu os cônsules contra a Inquisição" (WOLF, 1974, p. 167). A fala elucidativa de Phillipe Wolff reforça que a cruzada fortaleceu os laços entre os cônsules da cidade de Toulouse com o Conde. Além de lançar bases para entender a postura misantropa do próprio conde em relação à política externa, principalmente anti-herética, mesmo depois da assinatura voluntária do tratado de Paris (1229), no qual assume responsabilidades de erradicar a heresia, como acordo para o fim da cruzada.

Segundo Philipe Lima (2019, p. 162- 165), o poder político na região do Languedoc era descentralizado, baseado no direito feudal, onde haviam associações entre pequenos proprietários e grandes senhores. As relações na sociedade do Languedoc tinham um caráter único e fluído, contendo um traço muito independente, aliando-se de acordo com seus interesses, legitimando-se no conflito para não serem governados de forma absoluta por ninguém.

Apesar dessa heterogeneidade existiam grandes famílias que detinham o poder político, duas destacáveis: Raimundinos e os Trencavel, sem perder de vista, entretanto, dos poderes citadinos. Além do ponto de vista da política externa que disputavam poder na região: o Rei da França e o Rei de Aragão, e a Igreja Católica. Cabe destacar que essas associações entre a elite e os pequenos proprietários criava um cenário particular, cujo poder político não era específico, dito de outra forma, não era canalizado por uma família ou elite específica (MACEDO, 2000, p. 113-115).

Para além de conflitos familiares, existia na cidade de Toulouse, conflitos entre os poderes em ascensão vindos exclusivamente da cidade (diretamente envolvidos com as atividades econômicas citadinas), com os poderes mais arcaicos relacionados ao campo. Pois os primeiros exigiam direitos políticos e econômicos que afetavam diretamente os segundos, como a revogação de tarifas. Conflito que aumentava, já que os aristocratas, por vezes, contraíram dívidas com os mercantes (MACEDO, 2000, p. 116-121).

Destaca-se que Raimundo VI instaurou um período de paz interna, por meio de casamentos, negociações e alianças, tanto internamente com os poderes locais, nominalmente com os Trencavel (apesar de a paz não se limitar a essa família), quanto externamente por apaziguar o conflito com o Rei aragonês (Pedro II). Essa paz, abriu margem para reconstrução e o restabelecimento de laços avolumando os domínios do Conde de Toulouse. Claro está que esta aproximação com Aragão instabilizaria ainda mais a relação com o Rei da França (MACEDO, 2000, p. 146-151).

Isto posto, é necessário adentrar no conflito mais importante para essa pesquisa, que é entre os Condes de Toulouse Raimundinos e o Papado, por intermédio dos representantes da Igreja romana. Um exemplo que evidencia esse conflito é a competição por Saint-Gilles, que resultou em agre-

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

gações, roubos e excomunhão do então Conde. Um acontecimento que dá imagem e representatividade a esse conflito, é quando Raimundo V queima a cúria diocesana e se apropria das propriedades dependentes do Bispo que foi desalojado pelo mesmo. (LIMA, 2019, p. 173)

É interessante afirmar, no entanto, que a relação conflituosa do Conde, não se limitava ao Papa, mas também ao rei da França, visto que o condado de Toulouse resistia à ideia de pertencer a França, como se evidenciará posteriormente, era uma região com uma pretensa liberdade. O que levou o Papa e o Rei francês a se vincularem para desarticular a rijeza política e religiosa da região do Languedoc (WOLFF, 1974, p. 119).

Em consonância com o conflito entre o Papa e os poderes locais dessa região, que se intensificou a partir da Reforma Gregoriana, abalaram-se as estruturas de benefícios mútuos já consolidados entre as forças locais e o Bispo diocesano, visto que a reforma endossava o discurso da separação da igreja e os poderes temporais (LIMA, 2019, p. 166; 169-172).

3 A CONSTRUÇÃO POLÍTICA DO IMAGINÁRIO CÁTARO:

Partindo para uma caracterização sobre a definição de Heresia, a palavra em grego significa escolha (LIMA, 2019, p. 36). Esse termo não foi sempre usado como uma forma inconveniente, passou a ser vista dessa forma a partir do momento que foi interpretada como uma forma de se colocar em primeiro lugar, frente ao que Deus e/ou a bíblia diz, dito em outras palavras, de uma forma conveniente e individual (FRANCO JUNIOR, 2018, p. 9-10).

Um adendo importante no que se refere a discussão sobre heresia, mormente o Catarismo, existe uma linha teórica historiográfica, chamada desconstrucionista, que busca aclarar ou mesmo, reduzir a Heresia ao aspecto loquaz da Igreja Católica, ou seja como se tivesse existido apenas no campo da alegação para determinados fins (LIMA, 2019, p. 37-39). Apesar de ser uma discussão em alta, essa pesquisa não se prenderá a tais aspectos, visto que o intuito da mesma é tratar das relações de poder interna e externa ao Languedoc, existente a partir do cenário que a Heresia cátara esteve diretamente envolvida.

E ainda por corroborar com o que pensa Hilário Junior (2018, p.7) sobre essa problemática. O autor pontua, que ainda que a construção nominal da heresia tenha sido uma narrativa da Igreja romana, portanto extrínseca as pessoas e/ou movimentos, estes não deixam de existir em sua realidade social e religiosa. Por isso o autor entende que toda Heresia é criada, no sentido de serem descobertas.

Hilário Franco Júnior (2018, p. 13), destaca que não existia uma forma de Catarismo, e sim Catarismos. Complementando a discussão do caráter conceitual sobre a palavra Cátaro, é que por a heresia ter uma origem diversa, a terminologia do seu nome pode variar de acordo com a língua a ser considerada: a título de exemplo, se considerado a partir da língua germânica, cátaros significaria Gato (havia uma associação pejorativa com a figura dos gatos ao mal) (PORTO, 2019, p. 62).

No que se refere aos preceitos cátaros, ou seja, seu cânon quanto religião, João Ribeiro Junior (1989) destaca uma problemática, quanto as fontes para se aprofundar nesse tema. Visto que se

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

tratam de fontes majoritariamente oficiais da Igreja Católica, isto posto, o autor argumenta que há possibilidades dessas fontes terem retratado os preceitos cátaros de forma ilídima, portanto, existe uma dificuldade teórico/metodológica para se tratar sobre o catarismo na sua dimensão religiosa.

É sabido, como já pontuou Hilário Franco, que o catarismo se manifesta de forma plural. Os cátaros têm uma visão dualista do mundo, preconizam qualquer tipo de matéria (até mesmo a água, em especial o corpo e a terra, cujo o qual, acreditam ser uma cela) como criada pelo demônio e a alma criada por Deus encontra-se encarcerada, e é exatamente nisso que consiste o dualismo cátaro, abjugar a alma da matéria (RIBEIRO JUNIOR, 1989, p. 73).

A relação dos cátaros com a Bíblia é atípica (em comparação com a Igreja Católica e até mesmo outras heresias), dado que o Antigo testamento é preconizado, o que se explica visto que a narrativa deste é da criação do mundo, ou seja, Deus (descrito e louvado no antigo testamento pelos católicos, judeus, etc.), para os cátaros era Satanás. Determinadas correntes cátaras tem a própria narrativa sobre essa parte da bíblia (RIBEIRO JUNIOR, 1989, p. 73).

Dentro da mitologia de origem cátara, Satanás foi quem criou o mundo, seus animais e plantas, além disso, teria aprisionado um anjo dentro do corpo humano que ele mesmo elaborara, teria iniciado a reprodução, se transformado em cobra e mantendo relações sexuais com uma mulher. Em algumas comunidades cátaras, pois já foi dito que não existia uma unidade dogmática entre as diferentes regiões em que o catarismo se expressava, Satanás tinha parentesco com Adão, por vezes, até mesmo com Jesus (FRANCO JUNIOR, 2018, p. 11).

Não só, mas também, o único livro bíblico aceito por eles era o Evangelho de João, visto que dos evangelistas é o que mais representa Jesus como Deus, diferente dos evangelhos sinópticos. Para os cátaros "Jesus Cristo (um anjo) revestiu-se com corpo aparente (ilusório), a fim de ensinar o método da libertação ao homem" (RIBEIRO JUNIOR, 1989, p. 73).

A estrutura hierárquica dos Cátaros era dividida entre os Perfeitos (que é o mais alto grau) e os fiéis. Existia um Bispo que comandava a comunidade, tendo dois assessores (que estão entre os perfeitos), chamados de "filius maior" e "filius menos", o maior era sucessor do Bispo. Outros dois termos que precisam ser igualmente esclarecidos são: Convenenza e Consolamentum, o primeiro desses, significa nução, uma espécie de consentimento comum, que o fiel receberia o Consolamentum quando estivesse agonizante, por fim, era o Batismo dos Cátaros (já que não reconheciam o batismo católico), quem o recebia tornava-se perfeito (RIBEIRO JUNIOR, 1989, p. 74).

Eles tinham funções específicas, os perfeitos tinham uma beatitude austera, tinham aversão ao intercurso sexual, tendo em vista sua finalidade reprodutiva do corpo, eram contra a todos os tipos de juramentos e de assassinato (seja de pessoas ou animais), tinham o suicídio por inanição, como uma forma exemplar de libertação. No caso dos fiéis, não podiam comer carne e quaisquer derivados com exceção de peixe (os perfeitos faziam abstinência total), tinham responsabilidade de sustentar os perfeitos e prestar-lhes culto. Além de responsabilidades cabidas aos dois como o Jejum, penitências, pobreza etc... (RIBEIRO JUNIOR, 1989, p. 73-74).

Os ritos cátaros, de forma condensada, eram: A oração era o Pai Nosso de forma copiosa ao longo do dia, a esse rito normalmente chamam de "Prece", para Franco Junior (2019) havia o sacra-

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

mento excepcional que era o Consolamentum, destinado a tornar um fiel perfeito, ou na hora de sua morte, caso o doente não morresse após o Consolamentum, era posto em inapetência (FRANCO JUNIOR, 2018, p. 12 e RIBEIRO JUNIOR, 1989, p. 74).

Outro rito desempenhado por eles é o da chamada "quebra de pão" (não acreditavam na eucaristia católica) onde partilhavam, havia também a "aparelhament" que era o perdão dos pecados de forma comunitária, sendo a profissão dos pecados também comunitária. Nesse ponto existe uma divergência entre Ribeiro e Franco, enquanto o primeiro pensa haver 4 sacramentos entre os cátaros, Franco ressalta ter apenas um, apesar de reconhecer os outros ritos citados por Ribeiro, não os considera um sacramento (FRANCO JUNIOR, 2018, p. 12 e RIBEIRO JUNIOR, 1989, p. 74).

É necessário apontar as características do movimento cátaro que extravasava do coletivo para o individual, e que por essa validação, ganhava tantos adeptos. Uma dessas características era a transparente candura e austeridade, que era parte de sua doutrina dualista. A castidade era imprescindível, havia condenação total da prática sexual, ainda que em leito conjugal, outra divergência significativa com o catolicismo (FRANCO JUNIOR, 2018, p. 13; 27).

Outra característica importante da doutrina, era a crença na harmonia social, e a atribuição ao demônio de ter dado poder sobre os demais. Ou seja, para os cátaros, todos os poderes tanto seculares quantos religiosos, alvo de extenso debate na reforma gregoriana, são igualmente condenáveis, fato esse que explica tanto o hiato extremo entre as duas concepções religiosas, como também a característica com menos estratificação e com uma relação mais balizada.

Tanto que para se tornar um perfeito, percorria-se um caminho consideravelmente menos burocrático. Esse caminho preparatório consistia basicamente em um determinado período de estudos, a prática de jejum acentuado, com uma quantidade de vezes determinada na semana (três) e receber, no final, o Consolamentum, pelas mãos de todos os perfeitos presentes (FRANCO JUNIOR, 2018, p. 16-17).

Os cátaros que eram perfeitos, ao incorrer em falta grave, recebiam novamente o Consolamentum, a candidez era premissa fundamental para um perfeito, por ser aquele que vai administrar e guiar os demais. Os cátaros, ao que tudo indica, acreditavam na encarnação, onde poderia haver uma progressão da alma no próximo corpo, ou uma digressão e o fim almejado era de parar de encarnar (FRANCO JUNIOR, 2018, p. 15).

Como funcionava a encarnação para os cátaros? Acreditavam, que o espírito que ainda não havia sido liberto, reencarnava em outro corpo até alcançar a salvação. Tinham a ideia de que o corpo feminino era inferior, e que uma alma só seria salva quando estivesse em corpo masculino, acreditavam ainda, que a reencarnação podia acontecer também em corpos animais, o que Hilário Franco Junior (2018, p. 22) irá identificar como metempsicose.

Finalmente, a última característica (que será abordada neste trabalho) e fator importante para difusão cátara, era o espaço que davam as mulheres, em sua hierarquia estavam divididos entre os Perfeitos e os fiéis, as mulheres eram permitidas adentrar na maior hierarquia, ou seja aos perfeitos, eram cultuadas, pelos fiéis, assim como os perfeitos homens, diferente do espaço de clausura a que era relegada a elas na Igreja romana (FRANCO JUNIOR, 2018, 24-25).

Ainda que nessa característica caibam ressalvas, visto que a questão da sexualidade era levada ao extremo pelos cátaros, acabava por direcionar uma carga de desconfiança às mulheres, sendo proibido até mesmo o contato (no sentido de toque), sob a penalização de dias de jejum segundo Franco Junior (2018, p. 19), sendo as mulheres perfeitas sempre em idade mais avançada. Ainda que diante dessa conjectura, claro está que o espaço concedido ao feminino era maior que se posto ao lado do catolicismo. Portanto, a adesão das mulheres no Languedoc ao catarismo se deu de forma notável, este fato pode ser acompanhado em uma das fontes dessa pesquisa que é a crônica de Jordão da Saxônia escrita no século XIII:

> Com objetivo de receber a algumas nobres mulheres, a quem seus pais, venham a ter menos fortuna, entregavam as mulheres, para que lhes educassem e mantivessem, fundou um monastério situado em Fanjeaux y Montreal, em um lugar chamado Prulla, onde até nossos dias as servas de Cristo servem a seu criador com grande exemplo de santidade. (IORDANO DE SAXONIA, 1947, p. 175)

Como pode depreender-se da narrativa de Jordão da Saxônia, a quantidade de mulheres aderentes a heresia chamou a atenção da Igreja romana, que por sua vez, tomou medidas para reverter esse quadro, através da criação de um convento, para que fossem educadas na fé católica, afastando-as assim, da eloquente pregação cátara.

Na crônica de Jordão em muitas passagem pode-se perceber o discurso criado sobre os hereges, associando-os a ritos e símbolos demoníacos. Esse discurso político de prefigurar a religiosidade cátara fazia parte do discurso para disseminar a necessidade de erradicá-los. Nesse sentido, a perseguição fora compulsória, e mesmo após a cruzada ainda há evidência de tais tentativas, como por exemplo no segundo parágrafo do tratado de Paris: "Fazer pronta justiça sobre os hereges manifestos e promover a sua procura exata, e também seus faustores, por seus bailios, seguindo a ordem do legado" (Tratado de Paris, cláusula 2).

De outra parte a Igreja iniciou muito rapidamente tentativas de reverter esse quadro e se utilizou da oratória, ou seja, de pregações que visavam a conversão, mais tarde a cruzada e mesmo após o conflito armado, instaurou a inquisição. Então percebe-se uma evolução no repertório de leis no trato das heresias. Nesse rol, a punição corporal era uma realidade desde o século XII, a mais destacável medida foi tornar a heresia crime de lesa majestade, ou seja, a morte (PORTO, 2019, p. 63).

Além desta, a medida mais extrema tomada foi a cruzada. Legalmente, em 1233, a instalação da inquisição aponta para a permanência da heresia naquela região mesmo com o fim da cruzada e o acordo de paz assinado para o seu fim, que em seus cânones tratam largamente sobre as obrigações do conde para com o combate à heresia. Fica, portanto, claro nas fontes a resistência herética e das autoridades do Languedoc em subordinar-se à Igreja.

Por conseguinte, para mostrar como se posicionava os tidos como hereges após a cruzada, depois de exposto sua doutrina, um fato que ocorreu após a morte de bispo Foulque e sua substituição por Raimundo de Fauga, parece exemplar: conta-se que uma senhora de idade avançada que se encontrava em leito de morte (e como era tradição cátara buscava um perfeito para lhes dá o Consolamen-

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

tum), Fauga, então, passou-se por um perfeito e colheu a confissão da senhora, a qual a lhe direcionou a renunciar as suas crenças, diante da recusa, foi condenada à morte na fogueira (WOLF, 1974, p. 125).

Duas fontes serão aqui analisadas, primeiro, a Crônica (Orígenes de la Orden de Predicadores) escrita por Jordão da Saxônia, primeiro sucessor de Domingos como mestre geral da Ordem dominicana, e que se propôs a narrar a história da ordem desde sua origem, e acabou fazendo muitas menções ao trabalho dos dominicanos naquele contexto de Toulouse no século XIII. A segunda fonte é parte do inquérito feito na cidade de Toulouse (Actas de los testigos de Tolosa) a fins de atestar a santidade de Domingos de Gusmão, com fins de analisar as representações e os discursos associados aos cátaros no contexto do Languedoc do século XIII, por meio do cruzamento de documentos produzidos por clérigos.

Nesse Prisma, como exposta acima, a cruzada passa a ser pregada para pôr fim à Heresia Cátara e restabelecer a paz, como pode-se ver na Crônica de Jordão da Saxônia, importantes aliados da política anti-herética papal.

> O Papa Inocêncio ao ver que a indomável rebeldia dos hereges não se dobrava ao suave impulso da verdade e não era quebrantada pela espada espiritual que é a palavra de Deus, decretou que fossem desafiados com a força da espada material. (IORDANO DE SAXONIA, 1947, p. 176).

É notável que o discurso de Jordão, atende a fins maiores do que explicar o porquê da cruzada, permite compreender o processo de significação utilizada para depreciar os cátaros, se referindo aos mesmos como Hereges (como já exposto acima esse conceito) indomáveis, rebeldes que estão contra a palavra de Deus, portanto a verdade.

Essa articulação em prol da Cruzada, pode ser vista no discurso defendido por Jordão da Saxônia em sua crônica: "O conde de Montfort, que professava especial devoção com aquiescência de sua família, lhe deu para ele e para seus sucessores e ajudantes no ofício da pregação a fazenda de Casseneuil" (IORDANO DE SAXONIA, 1947, p. 179).

Percebe-se nesse sentido a predileção dos dominicanos, pelas palavras do seu então mestre geral, ao conde de Montfort. Para isso é indispensável pontuar o perfil que Jordão traça para o líder dos cruzados, como um homem devoto e caridoso, fazendo frente ao conde excomungado e que alija os bens da igreja. Destaca-se ainda, a palavra conde para se referir a Montfort, pois, como se mostrará a seguir, ele não era bem quisto entre os habitantes quando alcançou essa posição.

Além dessa passagem, outra mostra de maneira mais clara o posicionamento dominicano favorável a Montfort, no trecho em que Jordão narra um sonho profético de Domingos: onde uma árvore bonita, e muito grande, acomodava vários pássaros, e então a árvore quebra e os pássaros voam, levando Domingos a interpretar que a bela árvore era Montfort e que ele iria morrer, por isso dispersou então os frades dominicanos para outras cidades europeias. (IORDANO DE SAXONIA, 1947, p. 179).

Outra fonte notável para a pesquisa, são atas dos testemunhos da Canonização de São Domingo Gusmão, que busca entender se àquela causa de santidade é passível. Para tanto, são colhidos testemunhos diversos entre frades e leigos que tiveram contanto com o pretenso santo em vida, dentro dessa perspectiva é possível entender, nesses testemunhos, que há um ponto em comum, que aparece em um considerável número de testemunhos, que é o combate à Heresia.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

> Berengaria, jurada, dijo que viócon sus ojos y escuchó com sus oídos cuando el bienaventurado Domingo mandó a nueve mujeres, convertidas de la herejía, que mirasen el demônio que les había poseído en forma de gato, cuyos ojos eran como de buey y como llama de fuego, y la lengua que sacaba, como si fuera de fuego... (ACTAS DE LOS TESTIGOS DE TOLOSA, 1947, p. 314-315).

Através desse testemunho da Senhora Berengaria, pode-se observar esse perfil de Domingos como perseguidor de hereges, valorizando a imagem de Domingos ao passo que deprecia a imagem dos Cátaros, tidos como Hereges. Tendo em vista que para Foucault (2011), todo discurso é controlado, selecionado, organizado e redistribuído, os testemunhos previstos nessas Atas, são de pessoas selecionadas pela igreja, a fala é controlada pelos responsáveis do processo à medida que são questionados, ainda esses testemunhos são transcritos e organizados em formato de Ata.

Nesse sentido os discursos presentes nessa ata, é controlado pela igreja, visto isso, é seguro afirmar que essa imagem construída tanto de Domingos quanto dos Cátaros, são parte do discurso oficial da Igreja. Ainda, que a seleção de palavras usadas para se referir a Domingos, estava objetivando traçar um perfil de santidade ao mesmo. Por outro lado, os termos signos e evocados pela testemunha é parte de um sistema de construção de um imaginário pejorativo que visava a desmoralização e o fim do catarismo.

Berengaria, retrata que ao exorcizar mulheres que eram adeptas ao Catarismo, os signos invocados para prefigurar essas tendências religiosas são muito claros: um Gato com olhos de Fogo. Lembrando do que Chartier, discorre sobre "luta de representações" que estão diretamente concatenadas com estruturas e/ou posições de poder, manifestada através de signos (CHARTIER, 1990).

Bakhtin ressalta que não somos o "Adão Bíblico", portanto todos os enunciados tem predecessores, e que este é capaz de transpassar o tempo, no testemunho de Perengária, é possível notar que a mesma faz referência a um demônio em forma de Gato, a apreensão do significado dessa narrativa se dá com o conhecimento da narrativa acerca desse signo evocado, como já exposto brevemente acima, Cátaros na língua germânica, significa Gato, a partir desse dado, pode-se concluir que Berengária está se referindo a esse grupo dissidente. (BAKHTIN, 2016, p. 61)

Ainda, existe uma associação negativa de Gatos, relacionados ao mal, ao infortúnio, má sorte, então vê-se um paralelo entre essa terminologia, utilizada tanto para identificar esse grupo tido como herético, quanto para associá-los a esse estigma. Isto significa, que para concretização do enunciado, em outras palavras, torná-los tangível/inteligível faz-se necessário utilizar de signos/enunciados que estão vividos na cultura e no imaginário das pessoas e/ou grupos os quais desejam produzir esses resultados de verdade, isto é os Signos "Exteriores" precisam revisitar os signos "interiores" (VOLOCHINOV, 2018, p.128).

4 CONSIDERAÇÕES E CONCLUSÕES PARCIAIS

A perspectiva foucaltiana se expressa nesta pesquisa, no que se refere aos conceitos de saber e de poder. Soma-se a isto a percepção do autor em como se provoca resultados de verdade no âmago do dis-

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

curso, articulada a concepção do poder, como não necessariamente repressivos, mas sim constituidores de verdade. Ajudando assim a compreender as forças e os seus efeitos (discursivos ou não) que atuavam na relação catarismo/catolicismo. (FOUCAULT, 1989). A partir do exposto, as principais conclusões parciais desta pesquisa em andamento é que a representação dos cátaros foi politicamente construída pela Igreja Católica, como parte de sua política anti-herética praticada na região do Languedoc no século XIII, e ainda que esta construção histórica perpetuou seus efeitos de verdade na produção historiográfica contemporânea, visto que as fontes são em sua maioria católicas e foram em grande parte reproduzidas sem a devida crítica.

Caminhando para esclarecer que a Idade Média foi também ambiente de conflitos ideológico e/ou religiosos, palco de embates políticos e contestações do status quo, por meio de movimentos religiosos que afrontavam o suposto domínio católico e disputavam espaço de atuação no campo religioso. Somado a isso estudar os grupos outrora considerados dissidentes, também contribui para a desconstrução de uma imagem tradicionalmente veiculada de uma Idade Média obscurecida culturalmente e politicamente dominada de forma absoluta pela Igreja católica, que permanece presente até mesmo no ambiente acadêmico e é uma visão ainda reforçada em livros didáticos publicados no Brasil.

REFERÊNCIAS

Fontes medievais impressas

AUVRAY, Lucien. Les Registres de Gregoire IX. Recueil de bulles de ces pape d'après les manuscrits originaux du Vatican. Paris: LibrairieThorin et Fils, 1896.

ACTAS DE LOS TESTIGOS DE TOLOSA. In: GELABERT, Miguel; MILAGRO, José Maria; GARGANTA, José Maria (Ed.). **Santo Domingo de Guzmán visto por sus contemporáneos**. Madrid: Editorial Católica, 1947. p. 305-315.

IORDANO DE SAXONIA. Libellus de principiis Ordinis Praedicatorum. In: GARGANTA, José Maria; GELABERT, Miguel; MILAGRO, José Maria (Ed.). **Santo Domingo de Guzmán visto por sus contemporáneos**. Madrid: BAC, 1947. p. 163-218.

KOUDELKA, Vladimir. (Ed.). **Monumenta Diplomatica S. Dominici, Monumenta Ordinis Fratrum Praedicatorum Historica**. Roma: Institutum Historicum FF. Praedicatorum, 1966, v. XXV.

MACÉ, Laurent. Catalogues raimondins. Actes des comtes de Toulouse, ducs de Narbonne et marquis de Provence (1112-1229). Toulouse: Archives municipales, 2008.

TRATADO DE PARIS, 1229. Disponivel em: http:a://web.archive.org/web/20070927220105/http://www.archives.mairie-toulouse.fr/fonds/inventaire/artcles/AA5/aa5_004..htm. Acesso em: 12 abr. 2020.

Obras Específicas

BAKHTIN, Mikhail. **Os Generos do Discurso**. 1ª ed, organização, tradução, pósfacio e notas Paulo Bezerra. São Paulo, Editora 34, 2016, p. 07-107.

BASCHET, Jérôme. **A civilização feudal**: do ano 1000 à colonização da América. São Paulo: Globo, 2006.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 1990.

_____. A História Hoje: dúvidas, desafios, propostas. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.13, p.100-113, 1994.

FONSECA, Maria Henriqueta. O catarismo e a cruzada contra os albigenses. **Revista de História USP**, São Paulo, v 8, n. 17. 1954, p. 79-117.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989, p. 4-12.

_____. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 21 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

FRANCO JUNIOR, Hilário. Catarismo, uma manifestação utópica medieval. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 38, p. 6-34, mai./ago. 2018.

LE GOFF, Jacques. **O apogeu da cidade medieval**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LIMA, Philipe. **Poderes Eclesiásticos e Seculares na repressão ao catarismo no Languedoc (1145-1229)**. Tese (doutorado em História), Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas: UNICAMP, 2019.

MACEDO, José Rivair. Nobreza, heresia e banditismo Social no Século XIII: O caso dos Faidits. **Textos de História**, Revista da Pós-Graduação em História da UNB, v. 4, n 1, 1996, p. 7-38.

MACEDO, José Rivair. **Heresia, Cruzada e Inquisição na França Medieval**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

PORTO, Thiago. "O Papado e os dominicanos em Toulouse (século XIII): O combate aos cátaros e as resistências locais". In: Encontro de História Antiga e Medieval do Pará: historiografia e ensino de História, 2, 2019 (Cametá-PA). **Anais**... Cametá: Editora Abaeté, 2019. p. 60-77.

_____. **O papado, os dominicanos e as instituições de Bologna na canonização de Domingos**: uma análise comparativa. Rio de Janeiro, 2018. Tese (Doutorado em História Comparada) -- Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

RIBEIRO JÚNIOR. **Pequena História das heresias**. Campinas, SP: Papirus, 1989.

SILVA, Andréia Cristina Lopes Frazão. Uma proposta de leitura Histórica de fontes textuais em pesquisas qualitativas. **Revista Signum**, 2015, vol. 16, n. 1. p. 131- 153, julho de 2015.

VAUCHEZ, André. **A Espiritualidade a Idade Média Ocidental (séculos VIII-XIII)**. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

VOLÓCHINOV, Valentin (Círculo de Bakhtin). **Marxismo e filosofia da linguagem**. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. 2ª ed. Tradução, notas e glossário de GRILLO, Sheila; AMÉRICO, Ekaterina Vólkova. SãoPaulo: Editora 34, 2018, p. 91-240.

WOLFF, Philippe. **Histoire de Toulouse**. Toulouse: Privat, 1974.

NOS RASTROS E INDÍCIOS: O PROTESTANTISMO EM ALAGOAS NA IMPRENSA OITOCENTISTA

César Leandro Santos Gomes[1]

RESUMO: As produções historiográficas alagoanas que abordam a temática da religiosidade são marcadas pela predominância de estudos que contemplam a Igreja Católica Romana em seus diversos aspectos. São narrativas desenvolvidas por membros do clero e intelectuais católicos que tinham a finalidade de registrar a presença da instituição eclesiástica na sociedade através de um olhar entorno de grandes vultos, dos bens arquitetônicos e das festividades. Nos últimos quinze anos observa-se um esforço de autores em tentar desvincular a história das religiões de sua perspectiva apologética, buscando outras formas de pensar as relações entre sociedade, religião, cultura e poder. Tal movimento possibilitou a realização de pesquisas a respeito de manifestações religiosas até então silenciadas, como: religiões afro-indígenas, espiritismo e religiões populares. Por causa da problemática entorno do acesso as fontes ainda há uma certa dificuldade na elaboração de estudos que busquem analisar as experiências dos movimentos protestantes (ou evangélicos) dentro de um contexto regional. Portanto, essa comunicação tem como finalidade inserir Alagoas dentro do campo denominado como História do Protestantismo no Brasil. A leitura de autores locais como Luiz Lavenère (1922), Ledo Ivo (1973), Moacir Sant'Ana (1990), J.F. Maya Pedrosa (1998) e Sávio de Almeida (2019), trazem informações dispersas a respeito da presença de indivíduos não católicos no território alagoano desde os séculos XIX. Dessa forma, pretende-se utilizar as produções literárias confessionais protestantes publicadas no início do século XX, pois são obras que relatam os trabalhos missionários em diversas localidades do Brasil, aliado ao uso dos periódicos publicados no século XIX, disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira. O texto encontra-se alinhada nas discussões propostas por Antônio Gouveia Mendonça (2008), Emile Leonard (1981), Lyndon Santos (2006) e Micheline Vasconcelos (2010) e, portanto, busca-se analisar a circulação e as reações católicas a presença do protestantismo em Alagoas.
PALAVRAS-CHAVE: História de Alagoas. Historiografia. Imprensa. Protestantismo.

1 INTRODUÇÃO

Refletir sobre a historiografia alagoana das religiões é também uma forma de pensar a respeito dos seus lugares de produções e dos silêncios de suas análises processuais. Dessa forma, permitindo a problematização dos discursos elaborados pelos autores e instituições locais detentoras do capital intelectual e das intersecções entre as narrativas produzidas e a manutenção de uma estrutura de poder.

1 Graduado em História Licenciatura Plena pela Universidade Federal de Alagoas, Mestre em História pela Universidade Federal de Alagoas (PPGH/UFAL) e Doutorando em História e Conexões Atlânticas: Culturas e Poderes (PPGHIS/UFMA). Pesquisador do Laboratório Interdisciplinar de Estudos das Religiões (LIER/UFAL) e membro do Grupo de Estudo em História, Cultura Letrada e Outras Linguagens (HILL/UFMA). E-mail: cesarl.gomes@hotmail.com.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

Dessa forma, ao se perceber a coexistência de tais aspectos é possível compreender o motivo da hegemonia que a Igreja Católica obteve dentro da historiografia alagoana. A construção de uma história eclesiástica alagoana pode ser vinculada a criação do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL) em 1869. Nas décadas seguintes encontram-se artigos produzidos por sócios da instituição, em sua maioria intelectuais católicos.

Segundo Álvaro de Queiroz (2016), o trabalho pioneiro que seguia essa linha foi o estudo do Major Manoel Claudino de Arroxelas Jayme, intitulado "Alguns apontamentos acerca da matriz da Paróquia de N. Sra. dos Prazeres da cidade de Maceió", publicado no ano de 1874 na revista do IHGAL. Desde então durante a segunda metade do século XIX e XX notam-se o surgimento de outras obras que buscaram contemplar a Igreja Católica a partir de temáticas como: festividades religiosas, histórias das paróquias, estudos sobre as Santas Missões e ordens religiosas, Irmandades Religiosas, biografias de grandes vultos católicos.

A obra "*O homo inimicus*: Igreja Católica, Ação Social e Imaginário anticomunista em Alagoas" (2007), fruto da dissertação de mestrado de Fernando Antônio Mesquita de Medeiros, demarca um divisor de águas nos estudos das religiões em Alagoas. Alinhado a perspectiva da Nova História Política, Medeiros buscou analisar as mediações existentes entre a Igreja e o Estado através da elaboração do discurso anticomunista católico. Seu trabalho rompeu com o paradigma tradicional de se fazer a história das religiões em Alagoas, ao propor utilização de uma nova perspectiva metodológica, associada a problematização das fontes documentais eclesiásticas.

Tal renovação ampliou o campo de estudos das religiões e a escrita de pesquisas sobre outras formas de expressões de fé e suas interligações com a sociedade, como: catolicismo popular, espiritismo, religiões afro-indígenas, as relações entre Igreja Católica e o Estado, as organizações políticas e os movimentos sociais por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBS). Porém, a área de estudos a respeito das experiências de diferentes movimentos do protestantismo em Alagoas.

Por silêncios procura-se entender a determinados aspectos que perpassam as relações entre narrativas e poder, ao ponderar a ocorrência de um "apagamento intencional" por trás da ausência de análises históricas a respeito das experiências do protestantismo em Alagoas. Ao mesmo tempo em que se observa na escrita das produções sobre o catolicismo alagoano uma tentativa demonstrar uma suposta convivência harmônica no campo religioso, muitas vezes contraposta aos discursos antiprotestantes registrados em fontes "não oficiais" (referindo-se aqui a documentos e memórias que não foram produzidas pela instituição católica), os quais os relatos também são passiveis de questionamentos. Segundo Michel-Rolph Trouillot o silêncio se faz presentes em quatro momentos do processo de produção historiográfica:

> Silêncios ingressam no processo de produção histórica em quatro momentos cruciais: no momento da criação do fato (na elaboração das *fontes*); no momento da composição do fato (na elaboração dos *arquivos*); no momento da recuperação do fato (na elaboração das *narrativas)*; e no momento da significância retroativa (na elaboração da *história* em última instância) (TROUILLOT, 2016, p. 57).

Portanto, o seguinte texto tem como finalidade inserir Alagoas dentro do campo denominado como História do Protestantismo no Brasil. A leitura de autores locais como Luiz Lavenère (1922), Ledo Ivo (1973), Moacir Sant'Ana (1990), J.F. Maya Pedrosa (1998) e Sávio de Almeida (2019), trazem informações dispersas a respeito da presença de indivíduos não católicos no território alagoano desde os séculos XIX. Dessa forma, pretende-se utilizar as produções literárias confessionais protestantes publicadas no início do século XX, pois são obras que relatam os trabalhos missionários em diversas localidades do Brasil, aliado ao uso dos periódicos publicados no século XIX, disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira.

A demarcação de tais aparatos permitem o alinhamento do texto com a perspectiva da História Cultural das Religiões, ao se examinar as representações sociais e discursos construídos a respeito do protestantismo em diferentes produções, desde a historiografia, jornais da época e literatura. Além de ter a finalidade em observar nas fontes selecionadas os relatos de como as religiões reformadas eram vivenciadas no território alagoano no séc. XIX.

Duas noções pertinentes surgem nesse debate: Representações, adotada no sentido de visões de mundos que determinam e justificam as práticas dos agentes e grupos sociais (CHARTIER, 1990) e Cultura, como uma forma de viver, de pensar e fazer (1995). Dessa forma, uma História do Protestantismo em Alagoas dentro de uma perspectiva da História Cultural permite a discussão das visões de mundos, práticas sociais, a circulação de discursos religiosos e as disputas entre os seus respectivos agentes históricos.

O texto encontra-se alinhado nas discussões propostas por Antônio Gouveia Mendonça (2008), Emile Leonard (1981), Lyndon Santos (2006) e Micheline Vasconcelos (2010) e, portanto, busca-se analisar a circulação e as reações católicas as diferentes expressões do protestantismo em Alagoas.

2 OS INDÍCIOS DAS EXPERIÊNCIAS PROTESTANTES NA PROVÍNCIA DE ALAGOAS

De acordo com as produções historiográficas a inserção do protestantismo no Brasil se deu de forma gradual ao longo do século XIX (LEONARD, 1981) (MENDONÇA, 2008). Com o advento da vinda da família Real portuguesa, como consequência das guerras napoleônicas, ocorreu a promulgação do decreto assinado pelo então príncipe regente do Brasil e de Portugal, Dom João VI, em 28 de janeiro de 1808, estabelecendo a abertura dos portos às nações amigas. A publicação da carta régia permitiu o desenvolvimento de alianças e o estabelecimento de comerciantes e diplomatas estrangeiros, muitos deles ingleses e adeptos do Anglicanismo, religião institucionalizada pelo rei Henrique VIII, da Inglaterra, no século XVI.

Os acordos comerciais que passaram a ser estabelecidos por meio da publicação dos tratados de Livre Comércio e Navegação e o de Aliança e Amizade, ambos de 1810, conferiam uma "flexibilidade" para os ingleses que viviam no Brasil, permitindo a realização e a celebração de suas crenças, ainda que de modo privado. Após a declaração de Independência do Brasil, em 7 de setembro de 1822, as relações diplomáticas e comerciais entre Brasil e Inglaterra se fortaleceram.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

A Constituição de 1824, ao mesmo tempo que em se reconhece o Catolicismo como "religião oficial do Estado", o art.5 propõe a liberdade de cultos, visando privilegiar as alianças com os representantes ingleses. Seis anos mais tarde, o Código Criminal promulgado no ano de 1830, trouxe a reafirmação da liberdade de culto conferida pela Constituição. Este ponto pode ser conferido na secção intitulada "Ofensas da religião, moral e bons costumes", que criminalizou, pelo menos no âmbito legislativo, as ações e atos de abusos contra as religiões toleradas pelo Estado. Em seu artigo 277 penaliza com até seis meses de prisão e multa a quem "abusar ou zombar de qualquer culto estabelecido pelo Império, por meio de papéis impressos, litografados ou gravados, (...) ou por meio de discursos conferidos em reuniões públicas, ou na ocasião e lugar em que o culto se prestar".

Para o território da Província de Alagoas no século XIX podem ser encontradas informações dispersas sobre a presença de colonos ingleses e de sua possível organização de seus ritos religiosos. Na obra de Moacir de Sant'Ana intitulada "Contribuição à História do Açúcar em Alagoas (1970)", é destacado que desde 1820 já haveria a presença de negociantes ingleses em Maceió. Para o autor, tal acontecimento sustentava a ideia do desenvolvimento do comércio tanto da respectiva vila, quanto da Província (SANT'ANA, 1970, p. 33). O autor ainda deixa subentendido a possibilidade desses comerciantes britânicos serem adeptos do anglicanismo ao mencionar as suas reivindicações em prol da construção de um Cemitério Inglês:

> A colônia britânica em Maceió já devia contar, em 1825, com número suficiente de membros para justificar a ideia da edificação de um cemitério para os fiéis da Igreja Episcopal da Inglaterra, haja vista que naquele ano o Governo Britânico adquiriu terreno para esse fim, na praia de Jaraguá, atual Avenida Duque de Caxias (SANT'ANA, 1970, p. 33).

Conforme a passagem citada acima a presença dos colonos ingleses, teria motivado a criação de um Cemitério destinado a estrangeiros, visto que os estabelecimentos locais estavam sob a tutela da Igreja Católica e Irmandades Religiosas. E por esse motivo haveria algumas proibições a respeito de sepultamentos de indivíduos não católicos. Por volta do ano de 1838 o missionário protestante norte-americano Daniel Parish Kidder passou pelo território Alagoano a fim de trazer uma correspondência ao vice-cônsul inglês da época. A vinda de Kidder coincide com a mudança administrativa e política ocorrida alguns meses antes com a transferência da capital da Província de Alagoas da Cidade das Alagoas (atual Marechal Deodoro) para Maceió. Entre os registros deixado pelo missionário protestante de sua visita a capital da Província de Alagoas encontra-se a menção à localização e o estado de conservação do Cemitério Inglês:

> O morro que escalamos era de argila vermelha, parecida com a que vimos na orla marítima. Estava coberto de mato como todo e qualquer pedaço de chão que não fosse ocupado por construções, tanto na cidade como nas redondezas. *Mostraram-nos um terreno exíguo e murado como sendo o cemitério dos ingleses e demais estrangeiros. O portão de madeira tinha apodrecido e caído aos pedaços, de forma que o campo-santo estava sempre aberto e desolado* (KIDDER,2008, p. 83) – grifo nosso.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

À primeira vista o que chama a atenção de Kidder em relação ao Cemitério Inglês é a sua visível falta de cuidado. Tal fato pode demonstrar um certo desdém das autoridades provinciais a respeito da concessão e manutenção dos direitos básicos que os estrangeiros daquela localidade possuíam. A ideia de que o Cemitério Inglês corresponderia uma fração do Império Britânico em solo alagoano também pode ser uma das explicações do seu descaso. Nessa situação se preservaria a crença de que a manutenção e os cuidados fornecidos ao cemitério seriam de responsabilidade dos próprios ingleses. Ainda sobre a provável localização de enterramentos ingleses e estrangeiros, segundo a "Planta da Povoação do Jaraguá", assinada pelo engenheiro Carlos Mornay em 1841, e disponível no acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL), constata que o respectivo cemitério estaria localizado entre as intermediações dos bairros que hoje corresponderia ao Centro da cidade e o Jaraguá:

Figura 1 - Planta da Povoação do Jaraguá, Carlos Mornay (1841)



Fonte: Pedrosa, J.F. Maya, 1998

O local demarcado na planta de Mornay correspondia na época a rua do Saraiva ou rua do Aterro (hoje Avenida da Paz). Em 1875 o jornal O Labarum revela que o cemitério se encontrava abandonado e exigia das autoridades públicas e do então vice-cônsul, o senhor G. William Wucherer providencia diante do descaso pelo qual se encontrava o estabelecimento:

> Na deficiência de um cemitério especial, onde fossem enterrados os protestantes, por iniciativa particular foi murada uma pequena quadra à rua do Saraiva, distrito de Jaraguá, destinada a esse fim.
> Alguns enterramentos ali foram feitos, e lousas marmóreas cobertas de inscrições deparavam-se ao olhar mais negligente. No entanto, pessoa fidedigna nos afirma, que não se contentando algumas pessoas de pejar aquele lugar, merecedor do maior respeito, com as piores imundices, acabam de convertê-lo em curral de vacas.
> Não sabemos o que isto signifique e rememos de dar o verdadeiro nome a semelhante prática.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

> Quase todos os protestantes que aqui têm morrido são ingleses, como quase todos os que aqui moram e como tal que papel representa o vice-cônsul inglês, o Snr. Gustavo William Wucherer?
> Do governo nada pode esperar porquanto temos uma religião do estado - que é católica apostólica romana, e que se um protestante vivo é para ela pouco mais de uma coisa, depois de morto é menos do que um cão.
> E como tal, os interessados, do governo só podem esperar, e com muita justiça, um não temos nada com isso.[2]

Pela descrição do articulista o Cemitério destinado ao enterramento dos súditos ingleses no território alagoano parecia está abandonado. O muro que o protegia estava cedido, seu espaço interno era utilizado como curral para bois e vacas. Também usado como local de despejo de lixo e dejetos. Uma motivação para o seu visível abandono pode ter sido a inauguração em 1855 do Cemitério Público de N. S. da Piedade na Estrada do Trapiche, cuja autorização para sua construção foi emitida pela Lei nº 130, de 6 de julho de 1850 e nele reservada uma quadra para enterros de suicidas, ateus, protestantes e outros não católicos. O antigo cemitério dos ingleses sofreu interdição municipal pela Lei nº 119 de 21 de setembro de 1909, quando o intendente era Antônio Guedes Nogueira.

Mesmo após a sua interdição a imagem do cemitério inglês localizado no Jaraguá continuou no imaginário local. Pode-se encontrar traços desse aspecto ao se examinar a literatura alagoana, como é o caso do romance *Ninho de Cobras* (1980) de Lêdo Ivo, no qual encontra-se a seguinte passagem:

> Perto, debaixo de uma daquelas casas, estavam sepultados os marinheiros ingleses. Havia muitos anos, um navio ancorara no porto de Jaraguá, com peste a bordo. Os cadáveres dos marujos mortos de febre amarela tinham sido desembarcados e enterrados na praia que, com os tempos, se converteu numa avenida, suprindo-lhes os túmulos (IVO, 1980, p. 11)

Ambientado na cidade de Maceió na década de 1930, durante o período varguista, o romance de Lêdo Ivo utiliza do imaginário coletivo para fazer referência a existência do cemitério inglês. A questão apontada nas páginas anteriores traz outras reflexões, entre elas o fato de que a presença de um local de enterramento aos súditos ingleses, provavelmente adeptos do anglicanismo, revela a presença do que a historiografia define como protestantismo de migração (MENDONÇA, 2008). Apesar de não ser encontrado referências a capelas ou a locais de culto como em outras localidades, como por exemplo, Salvador e Bahia, pode-se inferir a possibilidade de ter ocorrido cultos ingleses em Alagoas, levando em conta as restrições que existiam na época.

Paralelo a esse aspecto os jornais e a literatura confessional para o século XIX revela os indícios de outras formas de experiências do protestantismo na Província de Alagoas, em específico os relatos sobre a passagem e atividades de colportores e missionários nos centros urbanos e no interior. Ao se falar sobre o protestantismo de missão compreende-se ao movimento missionário iniciado a partir da segunda metade do século XIX, com utilização de estratégias proselitistas, com o objetivo de converter a nacionais (MENDONÇA, 2008). Marca a organização de comunidades religio-

2 QUE será isto? **O Labarum**, Maceió, ano II, nº 15, 29 de outubro de 1875, p.3 – grifo nosso.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

sas de língua portuguesa, alinhada a diferentes grupos protestantes (metodistas, congregacionais, presbiterianos e batistas).

Acerca dessas iniciativas pode-se encontrar vestígios da circulação de propagandistas, colportores (distribuidores de bíblias) ainda na primeira metade do oitocentos (VASCONCELOS 2010). Uma exemplificação desse caso é o já mencionado missionário Daniel Kidder, que em suas visitas ao Brasil chegou a atuar como propagandista e distribuidor de bíblias ligado a Sociedade Bíblica Americana (SBA). Em suas memórias de sua passagem por Alagoas Kidder relata um pouco de sua atuação proselitista:

> (...) Recebeu-nos à porta um português aparentando 50 anos. Com toda delicadeza nos fez entrar para esperarmos a chegada de um negro que devia subir ao coqueiro e apanhar os cocos. A casa era limpa e confortável, e, sobre a mesinha da sala de visita, viam-se dois ou três livros. Um deles pareceu-nos ser uma tradução portuguesa da Bíblia, editada pela *British Foreign Bible Society*. O fato de se encontrar tal livro em lugar como esse revestia-se de singularidade e interesse. Manifestamos logo curiosidade pelo volume.
> – Que livro é este?
> – É a Bíblia.
> – Há quanto tempo o senhor há tem?
> – Há oito ou nove anos", respondeu-nos o português.
> – Como a conseguiu? - indagamos.
> – Deu-me certo marinheiro, na Bahia, redarguiu nosso hospedeiro.
> – Parece que tem sido bastante manuseada.
> – Oh! sim. Gosto muito de lê-la; é instrutiva e consoladora. Pena é que não a possa conservar em casa. Os vizinhos gostam de lê-la e tomam-na constantemente emprestada. Já a cedi para lugares bem distantes, em diversas direções; agora, porém, que está de novo em casa, acho que não a deixarei mais sair.
> – Então, não há outros exemplares?
> – Não que eu saiba, e muitas das pessoas que têm lido o meu, nunca tinham visto uma Bíblia em sua vida.
> – Mas, se o senhor. Tivesse outro exemplar novinho e limpo,
> não faria questão de emprestar o seu, pois não?
> – Certamente que não.
> – Nesse caso mandar-lhe-emos o que temos a bordo, para nosso uso.
> – Ótimo.
> – E com esse exemplar, prosseguimos, enviar-lhe-emos vários testamentos e publicações que o senhor poderá distribuir livremente entre os seus amigos, daqui ou de longe, que apreciam a leitura da Bíblia.
> – Oh! ser-lhe-ei extremamente grato! Farei uma distribuição criteriosa, e, quando o senhor voltar, dar-lhe-ei uma lista das pessoas que receberam os preciosos livros (KIDDER, 2008, p. 88).

Para além da narrativa romantizada construída pelo missionário norte-americano o que chama atenção no fragmento acima é o fato de que já haveria uma circulação, mesmo que pequena de bíblias pelo território brasileiro. Ao longo das memorias de Kidder não se encontram menção do seu retorno por Alagoas, porém, seu sucessor James Cooley Fletcher em passagem por Maceió entre as décadas de 1850/60 descreve o seu encontro com "um ancião, com lágrimas nos olhos, referiu-se à visita do Dr. Kidder e auxiliou-me na disseminação da Verdade" (KIDDER, FLETCHER, 1941). Não há

como afirmar que o ancião encontrado James Fletcher possa ser o mesmo português do relato de Daniel Kidder. São perguntas que por falta de mais registros pairam no ar. Porém, é um caminho de reflexão que pode ser seguido ao perceber as possíveis similaridades dos casos.

Outra fonte histórica passível de análise para averiguar a presença das iniciativas missionárias no território alagoano são os jornais oitocentistas. Emilie Leonard (1981) já tinha chamado a atenção para o uso dos periódicos tanto os confessionais, quanto os seculares, como fontes históricas para constituição da História do Protestantismo no Brasil. Por serem um material que perpassa o cotidiano e de fácil circulação seria possível encontrar em suas páginas informações sobre temas administrativos, burocráticos e religiosos. Dessa forma, há como encontrar referências aos horários de realizações de cultos, como também a relatos de conflitos no campo religioso, em específico a supostas manifestações de violência popular sofrida pelos missionários protestantes.

Um caso em Alagoas a respeito desse segundo aspecto pode ser observado na publicação do *Jornal de Pilar* de 29 de junho de 1874, intitulada *Apedrejadores* e assinada pelo sr. João Francisco Dias Cabral, na qual descreve que 18 do mesmo mês eclodiu na freguesia de Maceió um motim popular que teve como alvo o reverendo John Rockwell Smith, que entre os dias 14 e 18 de junho resolveu propagar sua doutrina na capital da província alagoana. Segundo Dias Cabral, ao chegar na freguesia, o reverendo Smith se aproximou do comerciante local Francisco de Moraes Sarmento. Durante o tempo em que esteve em Maceió, o Sr. Smith usou a residência desse cidadão para realizar cultos presbiterianos. Conforme narra o redator, as pregações realizadas pelo pastor Smith eram frequentadas por diversas pessoas, "umas a convite, outras por diversão". O colunista ainda descreve:

> No meio das vaias e alaridos quebraram, despedaçaram vidros e moveis e teriam vitimado os que confiavam em seu direito, se o interior da casa perseguida não oferecesse anteparo aos inermes.
> Enquanto vencia a saturnal, corriam os bandos de rua em rua em busca do lugar em que se refugiasse o Sr. Smith,
> Aqui atroavam bombas, ali vociferações; parecia revivida a inquisição com suas festas de queimadero(sic). No dia seguinte andavam de público os malfeitores, ostentando a selvatiqueza[sic] da plebe e afirmando que o apedrejamento era efeito da soberania nacional, como se a liberdade da multidão fosse contrariar ao direito individual. Como medida de segurança exigem-se cale o sr. Smith e fique sem reparação o desacato feito na pessoa do Sr. Sarmento.[3]

Situações como essas, mesmo esporádicas expõem os conflitos e as dinâmicas existentes no campo religioso. Assim como demonstra a religião como um elemento estruturante e estruturada na sociedade (BOURDIEU, 2007). E as formas como omo determinadas ideologias são assimiladas e reproduzidas pela população. Além de sugerir o papel das próprias instituições eclesiásticas (católicas ou protestantes) como instrumentos de elaboração e de determinados discursos que circulam nas sociedades e motivam manifestações de violência religiosa.

A circulação de indivíduos *não católicos* não passou despercebido do clero local. Nos periódicos também pode ser observado a reação católica a presença de colportores e missionários protestantes. Tais

3 OS apedrejadores. **Jornal de Pilar**, ano II, nº 30, Pilar ,29 de junho de 1874, pp. 2-3 - grifo nosso.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

reações surgem nas páginas dos periódicos como alertas feitos pelos párocos com intuito de manter os leitores católicos afastados das supostas *más leituras* distribuídas pelos propagandistas, como é o caso da edição do Jornal *Paulo Afonso* de 6 de junho de 1879, no qual se encontra a seguinte publicação:

> Ultimamente esteve nesta cidade um enviado da seita protestante procurando vender Bíblias falsas e distribuindo "memorandos" que negam os dogmas mais santos da nossa religião. Felizmente esse correio do erro, percorrendo duas vezes às ruas, voltou para a casa por não ter encontrado quem o assistisse.
> É digno de louvor a atitudes dos católicos desta cidade repelindo como repelirão as artimanhas daquele discípulo de Lutero.
> O nosso pároco, por sua vez na[?] ocasião da missa conventual! avisou aos seus paroquianos para que os prevenissem e não fizessem compras das ditas Bíblias, em visto do anátema que se pesa sobre as pessoas que a lê.[4]

A partir do fragmento do jornal *Paulo Afonso* pode-se ter a noção do processo de interiorização das missões protestantes (presbiterianas e batistas em sua maioria) no território Alagoano. Ao consultar as literaturas confessionais há possibilidade de relacionar o vendedor de bíblias mencionado com o colportor portugueses Manoel Jose da Silva Vianna. Segundo Vicente Themudo Lessa (1938), Manoel Vianna de início atuou como emissário da Sociedade Bíblica Britânica (SBB) e ajudou o Rev. Robert Kalley a fundar a Primeira Igreja Evangélica Pernambucana aos 19 de outubro de 1873 em Recife.

No ano de 1877, o sr. Vianna voltou atuar como colportor pela Sociedade Bíblica Americana (SBA) e indo trabalhar sob a direção do Rev. Smith, missionário presbiteriano em Pernambuco. Pouco tempo depois, em 1879, novamente representando a SBB percorreu o interior de Alagoas e Sergipe. Essa última informação, por tanto, permite a correlação com a nota do *O Paulo Afonso*. Outro caso que pode ser mencionado encontra-se no Jornal *O Apostolo*, periódico católico publicado no Rio de Janeiro, no qual menciona a organização da primeira Igreja Presbiteriana da cidade de Pão de Açúcar, interior de Alagoas, em 1887, a partir da iniciativa dos Revs. John Rockwell Smith e José Priménio:

> Na cidade de Pão de Açúcar (Alagoas), acha-se um ministro protestante tão perverso, quanto ignorante.
> Abusando da boa fé do povo, perturbando as consciências e pregando as mais perigosas doutrinas, tem arrebanhado alguns tolos que, acreditando nas palavras do filho de Lutero, têm sido rebatizados por aquele lobo voraz.
> Dando notícia desde facto escandaloso, diz O Trabalho, daquela cidade:
> "Este procedimento é a última palavra da abjuração daqueles que haviam recebido desde o berço o cunho da fé, segundo as doutrinas da nossa Igreja Católica Apostólica Romana.
> Abjuraram o batismo da Igreja de seus pais".
> Sua alma, sua palma.
> Lastimamos a sorte desses infelizes, que se deixam tão frequentemente iludir por esses falsos profetas.[5]

4 PROTESTANTISMO. **O Paulo Afonso**, Pão de Açúcar, ano I, n. 20, 6 de junho de 1879, p. 4
5 O protestantismo. **O Apostolo**, ano XXIII, nº 111, Rio de Janeiro, 2 de outubro de 1887, p. 2.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

As visões católicas a respeito do protestantismo são notadas através da passagem anterior. Nota-se a reprodução de um discurso que considera os missionários presbiterianos como indivíduos perversos, enganadores, que buscam abusar da fé alheia para difundir suas doutrinas. Nas memórias protestantes há menção do contexto que levou a organização da Igreja de Pão de Açúcar. Segundo elas, a iniciativa teria começado em 18 de agosto de 1887 e resultou no batismo de "18 adultos e 13 menores, realizados durante o dia pelo Rev. Priménio. E a noite batizou o dr. Smith 3 adultos. Mais 3 menores na noite seguinte. Ficava a nova Igreja com 16 comungantes e 19 menores" (LESSA, 1938, p. 299).

A literatura da época, em especial os romances e crônicas, buscam representar em suas narrativas aspectos da sociedade na qual o autor se inspirou para compor o seu enredo. Dessa forma, romances de costumes e crônicas do cotidiano constituem-se fontes históricas já que demarcam um local de produção, assim como a reprodução de determinadas práticas, imaginários sociais e discursos (BARROS, 2019). Relatos sobre o protestantismo também pode ser encontrado nesses tipos de narrativas, como é o caso do romance *Zéfinha* de Luís Lavenére. Publicado originalmente em 1921, o romance descreve uma Alagoas entre os finais do século XIX e o início do XX. Um momento chama atenção quando uma das personagens da trama, o sr. Pereira, presencia no povoado de Mar Vermelho, interior alagoano, um levante popular contra um missionário protestante:

> Quando havia número suficiente expôs o vigário que um protestante ia pregar blasfêmias e convinha impedir que ele falasse.
> *Aconselhou que apedrejassem a casa, e expulsassem o herege que ia empestar aquela terra habitada por gente temente a Deus.*
> Com essas instruções, no dia seguinte pelas onze horas do dia, a casa em que o protestante ia anunciar o Evangelho achava-se quase cercada de homens e mulheres que não ousavam entrar. (...) Pouco a pouco a multidão se avolumou e não deixou o pregador concluir, invadindo a casa, expulsando o homem que não sofreu maior violência porque alguns que foram tocados pelas palavras de brandura proferidas por ele defenderam-no da fúria dos fanáticos (LAVENÉRE, 1921, pp. 90-91, 92-93) – grifo nosso.

É provável que Lavenére descreveu tal acontecimento a partir de relatos semelhantes descritos na imprensa secular e confessional da época. Dessa forma, a representação literária do episódio de violência religiosa traça um limiar entre a ficção e a realidade, levando em conta que o autor possa ter se inspirado em relatos de casos semelhantes, demonstrando a relação entre literatura e o imaginário social da época.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem de uma História do Protestantismo em Alagoas é uma proposta que considera os diferentes fatores apresentados ao longo desse texto, entre eles: os silêncios e as fontes históricas. Ao se pensar os silêncios intencionais nas produções históricas alagoanas tem que se pontuar a problemática do acesso as documentações necessárias para a reconstrução das trajetórias dos grupos anglicanos, presbiterianos e batistas que passaram e viveram na região.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

Esses problemas também perpassam os locais de memórias, como o Arquivo Público de Alagoas (APA) e o Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL), aonde são encontradas poucas documentações a respeitos da presença dos grupos protestantes. Há também a questão da perda ou não localização da documentação produzida pelos missionários batistas e presbiterianos entre os séculos XIX e XX. Em contrapartida, encontramos uma melhor organização de fontes ligadas ao catolicismo.

Dentro dessa conjuntura uma das possibilidades a serem adotadas por um pesquisador interessado pela temática é a consulta a outros materiais, como: os Jornais (seculares e confessionais) e a historiografia memorialista protestantes, em especifico das comunidades fundadas durante as duas últimas décadas do oitocentos. Sua análise permite a captação de indícios a respeito da trajetória e circulação dos agentes religiosos ligados aos presbiterianos e batistas. Nome de missionários, horário dos cultos, locais onde estavam instaladas as comunidades, conflitos e debates doutrinais com agentes católicos são alguns dos vestígios que emergem desse tipo de documentação e revelam a configuração do campo religioso, em constante processo de transformação.

Logo, a abordagem da História do protestantismo ancorada a História Cultural das Religiões contribui para a observação da circulação de sujeitos sociais e discursos religiosos, produzidos tanto pelos missionários protestantes, como pelo clero. Além de indicar as visões sociais de mundo sustentadas por ambos grupos, assim como suas práticas sociais, seu modo de pensar e viver e suas relações de poder (CHARTIER, 1989) (CERTEAU, 1995). Para tal, é preciso romper um pouco com as tipologias e modelos calcificados na historiografia. Classificações como protestantismo de invasão, protestantismo de migração e protestantismo de missão, apesar de estarem relacionadas ao contexto de diferentes experiências do protestantismo no Brasil não contemplam as particularidades dos processos internos que levaram ao estabelecimento das comunidades religiosas. Essas respectivas divisões impõem a um nivelamento entre os diferentes movimentos reformados inseridos no solo brasileiro (BELLOTTI, 2010) (SANTOS, 2022). Pensar o movimento protestante é pensar a sua diversidade cultural, religiosa e teológica e, portanto, considerar as suas diferenças.

Em relação a Província de Alagoas no século XIX percebeu-se a diversidades desses protestantismos desde a presença dos ingleses, apontados como adeptos do anglicanismo, até atuação missionária de batistas e presbiterianos, tanto na capital Maceió, como em cidades do interior, tais como: Rio Largo, Penedo, Pão de Açúcar. Sobre o protestantismo inglês, ou seja, o anglicanismo, como mencionado no texto, ainda fica alguns questionamentos: Sabe-se que os súditos britânicos presentes na província atuaram tanto no comercio, como na área diplomática. Porém há poucas evidencias sobre a sua organização religiosa, o traço mais notável da presença desse grupo foi a fundação do cemitério localizado no Jaraguá e destinado aos colonos residentes em Maceió, o qual, como se viu, sofria com diversos problemas de manutenção.

Por outro lado, após 1870 pode-se notar de forma mais consistentes os relatos sobre a passagem de indivíduos protestantes, como missionários, colportores e as reações católicas a sua presença. A primeira comunidade protestante em Alagoas foi fundada em 1885 pelo ex-padre e ministro batistas Antonio Teixeira de Albuquerque. As iniciativas presbiterianas vieram em seguida, em 1887

com a criação das comunidades de Maceió e Pão de Açúcar. Esses dados revelam a pluralidade religiosa existente no território alagoano, seu processo de expansão e as disputas desencadeadas pelos espaços sociais travados ao longo da segunda metade do século XIX e início do XX.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Luís Sávio de. **A chegas sobre o movimento e ideias em Alagoas**: protestantismo, espiritismo e maçonaria. Arapiraca: UNEAL, 2019 (4 volumes).

ARAÚJO, Ordália Cristiana Gonçalves de; SILVEIRA, João Paulo de Paulo; GOMES FILHO, Robson Rodrigues (org.). **Religiões e modernidades**: cristianismos, secularização e novas espiritualidades. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022.

BARROS, José D'Assunção Barros. **Fontes Históricas**: Introdução aos seus usos historiográficos. Petrópolis: Vozes, 2019.

BENATTE, Antonio Paulo. A História Cultural das Religiões: contribuições a um debate historiográfico. In. ALMEIDA, Néri de Barros; SILVA, Eliane Moura da. (org.). **Missão e Pregação**: a comunicação religiosa entre a História da Igreja e a História das Religiões. São Paulo: FAP-UNIFESP, 2014. p. 59 – 79.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural**? Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CERTEAU, Michel de. **A cultura no Plural**. 4ª ed. - Campinas: Papirus, 1995.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL,1990.

GOMES, César Leandro Santos. Relatos de intolerância e ritos de violências: as representações dos conflitos entre protestantes e católicos na imprensa de Alagoas e Pernambuco (1873-1910). in: **CLIO:** Revista de Pesquisa Histórica (Online), Recife, vol. 38, 2020, pp. 317-343.

IVO, Lêdo. **Ninho de Cobras:** Uma história mal contada. Rio de Janeiro: Record, 1980.

KIDDER, Daniel P. **Reminiscências de viagens e permanências no Brasil**: províncias do Norte. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008.

KIDDER, Daniel P.; FLETCHER, James C. **O Brasil e os Brasileiros:** esboço histórico e descritivo. 2º vol. São Paulo/Rio de Janeiro/ Recife/ Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1941.

LAVENÉRE, Luís. **Zefinha:** scenas da vida alagoana. Maceió: Livraria Machado, 1921.

LESSA, Vicente Themudo. **Annaes da 1ª Igreja Presbyteriana de São Paulo (1863-1903***):* Subsídios para a história do presbyterianismo brasileiro. São Paulo: 1ª Igreja Presbyteriana Independente de São Paulo, 1938.

LEONARD, Émile G. **O protestantismo brasileiro:** estudo de eclesiologia e história social. 2ª Ed. Rio de Janeiro: ASTE, 1981.

MEDEIROS, Fernando Antonio Mesquita de**. O homo inimicus**: igreja, ação social católica e imaginário anticomunista em Alagoas. Maceió: EDUFAL, 2007.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa. **O celeste porvir**: a inserção do Protestantismo no Brasil. 3ª ed.-São Paulo: EdUSP,2008.

PEDROSA, J. F. de Maya. **Histórias do Velho Jaraguá**. Maceió: Gráfica e Editora Talento, 1998.

QUEIROZ, Álvaro. Considerações sobre a historiografia eclesiástica nas Alagoas. In: **Quæstionis Documenta**: Revista do Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió, Maceió, Ano I, nº 1, pp. 6-20, 2016.

REILY, Duncan A. **A História Documental do Protestantismo no Brasil**. 3ª ed. - São Paulo: Aste, 2003.

SANT'ANA, Moacir Medeiros de. **Contribuição à História do açúcar em Alagoas**. Recife: Instituto do Açúcar e do Álcool/ Museu do Açúcar, 1970.

SANTOS, Lyndon de Araújo. **Os mascates da Fé**: História dos Evangélicos no Brasil (1855 a 1900). Curitiba: CRV, 2017.

SILVA, Eliane Moura da; BELLOTTI, Karina Kosicki; CAMPOS, Leonildo Silveira (org.). **Religião e Sociedade na América Latina**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado**: poder e a produção da história. Curitiba: Huya, 2016.

VASCONCELOS, Michelline Reinaux. **As Boas Novas pela palavra impressa***:* impressos e imprensa protestante no Brasil (1837-1930). Tese (doutorado em História) - São Paulo: PPGH/PUC, 2010.

Sites

Os cemitérios de Jaraguá: dos Ingleses e de Nossa Senhora Mãe do Povo. Disponível em: https://www.historiadealagoas.com.br/os-cemiterios-de-jaragua-dos-ingleses-e-de-nossa-senhora-mae-do-povo.html. Acessado em: 15/01/2023 00:24:32.

A TOMADA DA FAZENDA TERRA BELA: ATUAÇÃO POLÍTICA DA IGREJA CATÓLICA E DO MST COMO AGENTES MEDIADORES DO CONFLITO

Darlene Rodrigues Area Silva[1]

RESUMO: Analisamos o processo formação, ocupação e tomada da Fazenda Terra Bela localizada no então povoado de Buriticupu, há 412 km da capital São Luís, oeste do estado do Maranhão, através da presença, atuação e mediação da Igreja Católica e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, junto ao grupo de trabalhadores e trabalhadoras e ao governo do Estado. A Fazenda nas décadas de 1970 e 1980 era um latifúndio particular de mais de 24 mil hectares e foi tomada pelos trabalhadores rurais em julho de 1988 numa luta extremamente violenta. Hoje é o maior bairro da cidade, assentamento rural regularizado pelo INCRA e um dos maiores do estado. Uma parte de seu território está localizado na área urbana e outra na zona rural, esta última abriga os povoados Acampamento, Piçarreira, Lagoa de Areia, Novo Horizonte e Casas Azul.

PALAVRAS-CHAVE: Fazenda Terra Bela. Buriticupu. Luta pela terra.

1 INTRODUÇÃO

A história de formação do latifúndio Terra Bela e a posterior luta por sua tomada e ocupação remonta a implementação do Projeto Pioneiro de Colonização Agrícola criado em 1973 e administrado pela Companhia Maranhense de Colonização – COMARCO através de ações do governo estado. O projeto visava assentar cerca de dez mil famílias sem-terra nas terras devolutas do estado com a distribuição de lotes de 35 hectares para cada uma. Visava também ordenar ocupações já existentes e implementar por meio de incentivos e subsídios fiscais grandes projetos econômicos e agropecuários no interior do estado visando seu desenvolvimento socioeconômico.

As terras onde atualmente se localiza o município de Buriticupu, anteriormente ligadas ao município de Santa Luzia, foram alvo do Projeto Pioneiro e por isso grandes extensões de territoriais foram vendidas a preços simbólicos para diversos grupos de empresários e fazendeiros de todo o país, inclusive fora deste.

1 Graduada em História Licenciatura pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA (2021). Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História e Conexões Atlânticas – PPGHIS/UFMA. Integrante do Grupo de Estudos Política, Lutas Sociais e Ideologias – GEPOLIS. Integrante do Grupo de Pesquisa Poderes, Instituições, Mundos do Trabalho e Ideias Políticas – POLIMT. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – FAPEMA. E-mail: dra.silva@discente.ufma.br

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

Diversos escritórios foram instalados em cidades do estado, como Santa Luzia, Imperatriz, São Luís e Açailândia e por meio do cadastro das famílias interessadas nas terras, o governo realizava a seleção destas e organizava o transporte das mesmas e dos seus pertences materiais.

No local do Projeto de Colonização, muitas casas e alojamentos temporários já estavam sendo construídos por equipes e profissionais da COMARCO há espera das primeiras famílias que chegassem na região. Segundo relatos orais e a própria imprensa local, as famílias eram transportadas de 10 em 10 dentro de um ônibus conhecido como pau de arara e seus pertences em um transporte separado.

As primeiras famílias que chegaram na região têm origens geográficas diversas, desde Pio XII, São José de Ribamar, São Luís, Santa Luzia, mas também de fora do Maranhão, de estado como Ceará e Piauí. Dentre os motivos que justificassem a migração destas, está o desejo da terra, de lograr do direito de um lote em seu nome e assim, poder trabalhar em sua própria terra e propriedade para sustentação de suas famílias.

Eram famílias em sua grande maioria de trabalhadores e trabalhadoras rurais, cujo ofício conhecido por elas era o trabalho na roça. O acesso à terra, portanto, era um direito fundamental de sobrevivência e luta por cidadania. Famílias empobrecidas pelo descaso governamental, atingidas de forma violenta pela miséria social, vivendo em terras alheias ou sem o direito de propriedade, trabalhando dia e noite para garantir seu sustento.

As primeiras famílias que chegavam em Buriticupu receberam casas construídas de toros e que também eram distribuídas de dez em dez. Outras ficaram em alojamentos temporários. Receberam também um lote terra de 25 hectares e não de 35 como haviam prometido.

Nos seus relatos, elas apontam que o governo deu durante um certo tempo, auxílio financeiro para comprar alimentos ou outra necessidade. Apontaram também que havia um pequeno comércio na região onde elas compravam esses alimentos, além de que eram distribuídos remédios diversos pelo grupo de profissionais da saúde que se encontravam no local. Relembravam que este mesmo grupo fazia visitas nas residências, promoviam a vacinação de crianças e adultos e identificavam e tratavam as demais doenças que porventura, surgiam.

Nesse sentido, nos anos iniciais, o Projeto de Colonização fora bem estruturado e trouxera inúmeros benefícios para as famílias que migraram para Buriticupu. Entretanto, as tensões e conflitos começam a surgir alguns anos depois. A COMARCO faliu deixando muitas famílias sem assistência ou infraestrutura básica, a migração para a região aumentava cada dia que passava, principalmente de famílias que não possuíam cadastro no projeto, mas que ouviram falar das terras de Buriticupu.

O auxílio pago pelo governo também acabou e grilagem reduziu as terras para assentamento das famílias drasticamente. Nesse sentido, as terras eram uma abundância na região, mas a demarcação para as famílias não seguiu o mesmo caminho. Alguns anos após a implementação do Projeto de Colonização havia menos de três mil famílias regulamente assentada na região e com o cadastro nos órgãos do governo, entretanto havia milhares de outras famílias sem regulamentação e sem cadastro, morando em locais impróprios para cultivos ou nas terras grilhadas, sem acesso à água, escola, saúde ou saneamento básico.

A região de Buriticupu, tal como definiu o padre Victor Asselin, era uma espécie de "ilha no meio das empresas", empresas estas que precisavam de mão de obra (ASSELIN, 2009, p. 177). Nesta região, como em todo o Maranhão no período, há uma "combinação entre racionalização econômica, grilagem e modernização" amparada em projetos estatais autoritários e de colonização agrícola. (BARBOSA, 2015, p. 45).

Nesse sentido, para as famílias que chegaram pouco tempo depois, a experiência de fixação na terra por meio de projetos de colonização foi, na verdade, uma experiência ardil e de negação de direitos, haja vista que muitas delas não receberam o lote de terra prometido, sem acesso a direitos básicos e a grilagem, por meio da atuação dos grupos econômicos e intermédio do próprio governo, se apropriou da maioria das terras férteis da região, gerando inevitavelmente um clima de tensão social que explodiu com a tomada violenta da Fazenda Terra Bela em 1988 pelos trabalhadores rurais.

Dentre os grupos apoiadores do conflito, temos o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST e a Igreja Católica que atuaram como agentes políticos na tomada da fazenda e nas mediações do conflito entre os trabalhadores e o governo, a polícia e os pistoleiros do fazendeiro.

2 A TOMADA DA FAZENDA TERRA BELA: ATUAÇÃO POLÍTICA DA IGREJA CATÓLICA E DO MST COMO AGENTES MEDIADORES DO CONFLITO

A Fazenda Terra Bela, como todo latifúndio não cumpria sua função social. Grande parte do seu território permanecia sem quaisquer tipo de atividade produtiva, exploração econômica ou geração de empregos. Por isso, ocupação liderada por um grupo de lavradores em julho de 1988 e sua posterior regularização enquanto um Assentamento Rural foi a materialização da luta camponesa por direitos, denunciando assim o Estado e a grande propriedade rural: concentradora e improdutiva.

Segundo Bergamasco e Norder (1996, p. 7-8),

> […] os assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra. Como seu significado remete à fixação do trabalhador na agricultura, envolve também a disponibilidade de condições adequadas para o uso da terra e o incetivo à organização social e à vida comunitária.

Nesse sentido, todo assentamento surge da luta dos trabalhadores rurais sem terra, cujo acesso à terra aparece como direito fundante e fundamental, mas que também denuncia a falta de assistência do Estado para com as populações rurais. Ao mesmo tempo que incentivou a grilagem desenfreada na região, promovendo a "desarticulação da pequena produção camponesa, à intensificação dos conflitos agrários e ao aumento da concentração fundiária, bem como, determinaram o empobrecimento do meio camponês". (MEDEIROS JÚNIOR, 2010, p. 38). Por isso, a necessidade de condições adequadas para a sobrevivência da comunidade após a formação do assentamento.

A Fazenda Terra Bela representava, de fato, a criação de uma nova unidade de produção para as famílias que lutaram por sua conquista, famílias estas que reordenaram as terras da fazenda, dividindo-as entre as famílias que chegavam. Segundo Medeiros Júnior (2010. p. 38), naquele contexto

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

> […] a experiência de Terra Bela significou a manifestação de um grito, de uma explosão, de uma revolta e, ao mesmo tempo, a construção de uma alternativa para os trabalhadores rurais. Foi quando eles resolveram então atravessar a BR-222 em busca da nova terra, passando ocupá-la de forma organizada.

No que se refere a Fazenda, na década de 1970, esta estava ligada a funcionários da Construtura Mendes Júnior, uma multinacional responsável pela abertura da rodovia MA-74 (atualmente BR-222) que ligava os municípios de Santa Luzia e Açailândia e consequentemente, atravessava a região de Buriticupu. A empresa conseguiu "comprar" a gigantesca área de mais de 24 mil hectares no período de implementação do Projeto Pioneiro de Colonização por meio da atuação da COMARCO.

Pouco tempo depois a fazenda foi vendida para um fazendeiro de Santa Helena de Goiás, conhecido como Fernando Brasileiro, que utilizava uma pequena parcela territorial da mesma para agricultura e pecuária. A fazenda era vigiada por pistoleiros contratados, haja vista que o mesmo possuía outros negócios espalhados pelo país e as terras compradas no Maranhão eram apenas mais um deles.

A Terra Bela, estava localizada do outro lado da BR-222, como lembrou Medeiros Júnior. Era dotada de terras férteis com boas condições para cultivo de gênero alimentícios de diversos e maior facilidade de acesso à água potável. Mesmo assim, sua posse estava nas mãos do capital privado, constituindo-a como um grande latifúndio improdutivo.

Atualmente o local da Fazenda é o maior bairro do município de Buriticupu e um assentamento rural regulamentado pelo INCRA em 1995. A tomada vitoriosa da fazenda foi liderada por trabalhadores rurais insatisfeitos com suas condições de vida e em busca de Reforma Agrária.

Os discursos pela Reforma Agrária estiveram presentes em todo o país, durante todo o Regime Militar, cujo governo era "ideologicamente antagônico de uma reforma agrária e que, desde a década de 1960, vinha negociando as terras do Maranhão para grupos oriundos de outros estados". (SILVA, 2015, p. 72).

As demarcações insuficientes, as terras em abundância e a efervescência desses discursos intensificaram a luta dos trabalhadores rurais por terra e incentivaram a organização dos mesmos para tomar e ocupar a Fazenda. O grupo foi liderado pelo lavrador Luís Soares da Silva, o Vila Nova, que posteriormente veio a ocupar um cargo de Deputado Estadual, e por Manoel da Conceição (*in memorian*) que dirigia o CENTRUR/MA – Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural. Segundo registro de Azevedo (2009, p. 196), ao longo do conflito, somando os dois lados, foram registradas, pelo menos, 54 mortes: 26 lavradores e 28 pistoleiros.

De acordo com o livro "A história do Assentamento Terra Bela: 30 anos de lutas e conquistas (2018, p. 34) do memorialista da região, Isaías Neres Aguiar, o grupo de trabalhadores foi apoiado pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), pela Igreja Católica, sindicados dos Trabalhadores Rurais, a Cáritas Brasileira, a Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras do Estado do Maranhão (FETAEMA), a Pastoral da Criança e o Movimento das mulheres da Ilha.

Segundo relato oral registrado pelo pesquisador Bartolomeu Mendonça (2019, p. 308), do colono Raimundo França que migrou de São Luís para Buriticupu na época do Projeto de Colonização,

especificamente em 1974, e que também foi um dos líderes da ocupação da Terra Bela, a presença, as conversas e o apoio de padres da Igreja Católica que se encontravam na região fora fundamental na tomada da fazenda e conscientização política dos trabalhadores.

> Aí ele disse [o padre por nome de Afonso]: "olha, o projeto não vai colonizar 10 mil famílias… essa região não é seca como isso aqui é, onde vocês estão, vocês estão próximos aqui de dois rios, o rio Pindaré e o rio Buriti… então tem uma região com bastante água, mas essa região já tá tudo vendida pra latifundiários de vários cantos desse país… e vocês vão começar a topar com gente aí por dentro desses matos[…]". (Raimundo França, 2016 apud MENDONÇA, 2019, p. 308).

Segundo esse mesmo relato, o dito padre era italiano e foi expulso da região após causar essa desconfiança nos trabalhadores que foram questionar os administradores do projeto no dia seguinte sobre essas informações. Segundo Raimundo França, o padre foi acusado de comunismo e transferido imediatamente para o Acre e por lá afogado, mas *"ninguém sabe se morreu ou mataram"*.

Em um outro momento da entrevista, falando de um outro recorte temporal, já década de 1980, com o clima de tensão no ar e a emergência de lutar pela terra, expulsar fazendeiros, tomar os latifúndios e assentar os lavradores, Raimundo França fala da presença do padre Ivo José Ritter, responsável pela paróquia na época.

> […] O padre José… quando ele chegou nessa região em [19]82… ele começou a questionar, a questão da acumulação de terra, e o processo de colonização já estava encerrando o prazo, e ele perguntando, perguntava pra nós: "vocês estão felizes com o que o governo fez em prometer terra pra 10 mil famílias e só colonizou… colonizou não, jogou vocês num amontoado lá onde vocês estão sofrendo?…" Aí já não tinha mais ninguém inocente nessa história não […] ninguém acreditava mais no Estado, tava todo mundo achando que tinha entrado era numa roubada mesmo. (Raimundo França, 2016 apud MENDONÇA, 2019, p. 309).

Ainda segundo registro de Isaías Aguiar (2018, p. 34-35), o padre Ivo José realizou importantes mediações no processo de tomada da fazenda, desde mandar alimentos às escondidas aos trabalhadores, mesmo com a proibição da polícia, até conversar com o próprio Major responsável pelo batalhão para que admitisse a saída do acampamento de doentes, mulheres e crianças.

E segundo relatos dos líderes da ocupação, a estratégia de ocupação da fazenda foi planejada dentro do espaço da própria Igreja Católica, numa igrejinha no interior de Santa Luzia, no povoado Riograndense, de onde o primeiro grupo de famílias saíram para ocupar a fazenda tomada.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) surgiu oficialmente em janeiro de 1984 na cidade de Cascavel – Paraná, onde foi realizado o 1º Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. O MST agrega um grande número de movimentos sociais cuja principal bandeira é a luta por terra. O movimento liderou diversas ocupações de terras em vários estado do país. (COMPARATO, 2003, p. 23).

Sua atuação consiste na ação direta de tomada do latifúndio, para em seguida tentar negociações com o governo, visando sua posterior desapropriação, formação de assentamento ou de créditos para a reforma agrária. Portanto, a forma de reivindicação e atuação política do Movimento

por meio da ação concreta de ocupar, além de desmascarar a lei, "é um importante e indispensável recurso de poder, pois acua o governo". (COMPARATO, 2003, p. 26).

Por isso, o MST é um importante "ator político" aliado dos trabalhadores e uma espécie de adversário do governo, que não pode simplesmente ser ignorado, pois desafia a ordem política vigente.

A ocupação da Fazenda Terra Bela coincide com a própria criação e organização, a nível nacional, do MST. Foi o MST o responsável por agregar em torno da luta por Reforma Agrária, a ala progressista da Igreja Católica, os diversos sindicatos de trabalhadores rurais, os partidos políticos de esquerda, como o Partido dos Trabalhadores – PT em 1980.

O grupo que tomou a fazenda foi organizado pelo próprio MST, que os muniu de armas e táticas de guerrilhas, bem como realizou reuniões de politização do grupo acerca da importância da Reforma Agrária. O MST atuou direta e concretamente na tomada da fazenda e sua posterior desapropriação e regulamentação pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA em 1995.

Antes, durante e após a tomada da fazenda, os relatos apontam que o MST realizou com o grupo de lavradores e suas lideranças, todo um processo pedagógico e de educação voltado para conscientização de seus direitos e da necessidade da Reforma Agrária no país.

Segundo relato do próprio Vila Nova, os órgãos mais importante de apoio do movimento foram, a Igreja Católica, os sindicados rurais e o Partido Político.

> A Igreja Católica, com a teologia da libertação desamarrava a luta e apontava para a construção de um novo reino, era uma espécie de combustível para que o motor funcionasse. O Sindicato fazendo a unificação da classe e decretando guerra contra a exploração e medindo força contra o capital. O partido político, o centro do debate… a formulação e aprovação das propostas e o poder em exercício. (Vila Nova, 2016 apud MENDONÇA, 2019, p. 312-313).

Portanto, podemos afirmar que tanto o MST quanto a ala progressista da Igreja Católica foram fundamentais na concretização do direito a terra e da luta por Reforma Agrária, não apenas em Buriticupu ou no estado do Maranhão, mas em todo o país.

A situação de expropriação de terra e exploração de camponeses foi amplamente denunciada pelos padres da Igreja Católica durante o Regime Militar, inclusive muitos perderam suas vidas na luta. O MST através da sua ação concreta também demonstrou a violência com qual agentes do Estado lidavam com a vida dos trabalhadores rurais, por isso muitos deles perderam suas vidas ao longo do conflito.

Por isso, tanto a Igreja Católica quanto o MST e os inúmeros movimentos apoiadores da luta por terra, tiveram seu protagonismo lembrado e enaltecido pelos próprios trabalhadores em seus relatos, o que demonstra, de fato, sua real importância na luta por políticas públicas para a comunidade campesina nacional.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dito isto, cabe ressaltar que a Terra Bela representava o fim da grande peregrinação daquelas famílias em busca de terra, em busca do tão sonhado "eldorado" propagado pelo governo. Assim,

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

nesse artigo buscamos trazer um pouco da história do município de Buriticupu através da implementação do Projeto Pioneiro de Colonização em 1973 idealizado pelo governo estadual e administrado pela COMARCO, empresa colonizadora.

Abordamos ainda como aconteceu a experiência de colonização para as famílias que migraram para a região e que não receberam o prometido lote de terra, que tiveram de morar em terras alheias ou já griladas por empresas, que viviam diariamente com a negação de seus direitos básicos, sem acesso digno a escola, saúde, saneamento ou infraestrutura básica.

Analisamos o processo desenfreado da grilagem na região desencadeou a luta de trabalhadores rurais pela Reforma Agrária, que se materializou na desapropriação da Fazenda Terra Bela em 1988 e que posteriormente foi regulamentada como um Assentamento Rural pelo INCRA.

Por fim, falamos do protagonismo da Igreja Católica e do MST na luta pela tomada da fazenda, protagonismo esse presente nos relatos dos próprios líderes do movimento. Os dois órgãos atuaram de diversas formas junto ao grupo de trabalhadores, seja na luta direta com os pistoleiros, seja nas mediações com o governo e com o fazendeiro, seja no envio de alimentos para as primeiras famílias e ou mesmo na conscientização política e pedagógica do grupo.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Isaías Neres**. A história do Assentamento Terra Bela**: 30 anos de lutas e conquistas. Buriticupu: 2018.

AGUIAR, Isaías Neres. **Buriticupu-MA:** sua história, geografia e características gerais. Buriticupu: Gráfica Kairós, 2015.

ASSELIN, Victor. **Grilagem**: corrupção e violência em terras do Carajás. Imperatriz: Ética, 2009.

AZEVEDO, Emílio. O livro e a conquista da terra. In:_____. **Grilagem:** corrupção e violência em terras do Carajás. ASSELIN, Victor. Imperatriz: Ética, 2009.

BARBOSA, Viviane de Oliveira. Ocupação de terras maranhenses, grandes projetos e planos de governo. In:_____. **Histórias sociais do trabalho**: uso da terra, controle e resistência. FERREIRA, Márcia Milena Galdez; FERRERAS, Norberto. O; ROCHA, Cristiana Costa da. (org.). São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2015, p. 45-72.

BERGAMASCO, Sônia M; NORDER, Luis A. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

COMPARATO, Bruno Konder. **Ação política do MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

MEDEIROS JÚNIOR, Cândido Augusto. **Terra Bela**: memória, significados e escolarização em um assentamento rural em Buriticupu-Maranhão. São Luís: EDUFMA, 2010.

MENDONÇA, Bartolomeu Rodrigues. **Continuum Colonial**. São Luís: EDUFM; Pacto Editoral, 2019.

"OS NOVOS CRUZADOS": UM ESTUDO DAS AÇÕES DA IGREJA ASSEMBLEIA DE DEUS PARA COMBATE E REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA NO BAIRRO DA CIDADE OLÍMPICA (2013-2018)

Gabriel Fernando Teixeira[1]

RESUMO: Este artigo tem por objetivo analisar as medidas de combate e redução à violência realizada pela Assembleia de Deus no bairro da Cidade Olímpica em São Luís do Maranhão, analisando as interpretações desta denominação religiosa para as causas da violência e da criminalidade, mas para além dos fatores místicos relacionados ao problema da violência, aspectos do ponto de vista social também são condicionantes para a ocorrência da violência em determinados contextos e períodos. O ano de 2013 é considerado como crucial para este trabalho pelo avanço de facções criminosas pelo controle do tráfico de drogas na região metropolitana de São Luís e em todo o Estado do Maranhão. Esses conflitos que tomam notabilidade a partir do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, revelam a existência de diversas facções no Estado e de suas ações violentas realizadas para alcance de territórios.

A mídia, por meio de sua função de informação dos fatos, elabora diversas reportagens destacando os bairros mais violentos da Grande Ilha, tendo a Cidade Olímpica, em constantes manchetes pelos crimes ocorridos na região (O IMPARCIAL, 17/05/2015). Essas notícias impulsionam as Igrejas Evangélicas da periferia a atuarem na intenção de reverter tal situação do aumento da violência, e esses mecanismos analisados, trazem a discussão da forma como uma instituição religiosa define a questão da violência e sua interferência no cotidiano em que estão presente.

PALAVRAS-CHAVE: Violência. Assembleia de Deus. Cidade Olímpica.

1 CIDADE OLÍMPICA: ORIGEM DO BAIRRO.

A Cidade Olímpica surge no ano de 1996, durante a realização das Olímpiadas de Atlanta, dai parte a razão do nome do bairro relacionado ao evento esportivo. O bairro surge no processo de ocupação do terreno da empresa Gás Butano (SOARES, 2008). No dia 23 de junho foi realizada a primeira ocupação do terreno, tendo liderança e organização de José Candido da Silva, conhecido como "gordo", que era também candidato a vereador na época. Conforme Araújo Soares (2008), houve participação de cerca de quinze mil famílias nessa primeira ocupação, que foram obrigadas a sair após a reintegração de posse para os então donos, com dura repreensão policial e ameaça de seguranças a serviço dos proprietários.

1 Graduado em História Licenciatura pela Universidade Estadual do Maranhão; Pós-graduado em Ensino e Metodologia de História pela UNIASSELVI. E-mail: gabrielfernando88@hotmail.com.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

Após a reintegração, os ocupantes organizaram uma Comissão dos Sem-Tetos que passou a ter a liderança de João Batista Lira Neto, que obteve apoio de diversas entidades politicas e órgãos de luta pela moradia. Iniciou-se diversos debates acerca da legalidade de ocupação do terreno conforme relato de Ananias França das Neves que estava presente na primeira ocupação:

> "A Cidade Olímpica não existia, existia um latifúndio improdutivo da Gás Butano e da Água Indaiá. Só que essas terras era realmente improdutiva, então na época que nós começamos a entrar no local, essa área denominada Cidade Olímpica não existia moradores, só existia agricultores, agricultores trabalhando é...impostos pra tirar o sustento de sua família. Então dentro da área era só mata virgem, então partimos,daquela época de 29 de dezembro de 96, então nós fizemos uma pesquisa em frente a área, que essa pesquisa, uma quantidade de pessoas ficava em redor da área e outras iam nos órgãos competentes."(SOARES, 2008, p. 54)

A improdutividade do terreno era destacada também pelo Fórum Maranhense de Luta Pela Moradia (FORUM DA MORADIA, p. 1-2, 1996), que apoiava o movimento e discutia junto a órgãos reguladores do Estado a conquista pacifica de posse do espaço.

A segunda ocupação do terreno inicia-se após a acusação dos ocupantes pelo desaparecimento de um jovem pertencente ao movimento, e os seguranças eram tidos como principais responsáveis, o que ocasionou a ocupação por indignação do caso no dia 29 de dezembro de 1996. Novamente é expedido um novo termo de reintegração de posse aos proprietários do terreno, a violência expelida pela policia militar, inclusive pela intimidação com uso de armas e do episódio registrado em que o helicóptero da Policia Militar sobrevoava intimidando os ocupantes é duramente criticada pela mídia e por órgãos e entidades que apoiavam o movimento. O Governo do Estado que estava em posse Roseana Sarney recebe intensas criticas quanto ao problema do latifúndio, a ocupação levou destaque em ser uma das maiores ocupações da América Latina. A decisão de compra do terreno é proposta pelo movimento como solução ao problema, tendo o estado gerenciando todo esse processo. A organização do movimento realiza um novo cadastro e define os hectares de cada morador, bem como todo um projeto urbanístico para o bairro. Atualmente, o bairro da Cidade Olímpica tem abrigado cerca de 30 mil famílias, com duas avenidas de mão dupla, uma feira centralizada, uma delegacia, um batalhão de policia, três postos de saúde, um centro de referencia e assistência social (CRAS) e quatro linhas de ônibus.

2 BREVE HISTÓRICO DA ASSEMBLEIA DE DEUS EM SÃO LUÍS.

A igreja Assembleia de Deus surge a partir do movimento pentecostal norte americano, influenciados pela doutrina do "Batismo no Espirito Santo" (ROLIM, 1985). O Pentecoste é uma das festas do judaísmo de celebração as colheitas mencionada na Bíblia no Antigo Testamento, no Novo Testamento ela adquire o caráter pela manifestação do Espirito Santo conforme relato no livro bíblico de Atos.

O pentecostalismo ainda era uma doutrina muito restrita, apenas com a Reforma Protestante é que ocorrem as primeiras revisões quanto a sua importância para a igreja. É no século XX, nos Es-

tados Unidos que essa doutrina passa a ganhar maior ênfase, com realização de cultos em espaços improvisados pelo Pastor William Seymour, que se desvinculou da igreja após ser duramente criticado por suas pregações, passando a obter cada vez mais adeptos na doutrina pentecostal. Iniciam-se também a realização do pentecostalismo missionário em que a doutrina através de seus pregadores passam a percorrer diversos países.

A doutrina Pentecostal chega ao Brasil em 1910 na cidade de Belém, no Pará, pelos missionários suecos Daniel Berg e Gunnar Viengren, oriundos de Los Angeles por onde o movimento se expandia. Estabeleceram-se na Igreja Batista no Pará, que se desvinculam pelas constantes criticas recebidas pelos lideres da igreja por conta da pregação da doutrina pentecostal. Em 1914, fundam a igreja "Missão de Fé Apostólica", que em 1917 seria chamada de Assembleia de Deus(CONDE, 1960; MENDONÇA, 1995; ROLIM, 1985).

Obtendo diversos seguidores da doutrina e com o auxilio de missionários estrangeiros é que a igreja vai se espalhando pelo território brasileiro, chegando ao Maranhão em 1921, através do missionário Climaco Bueno Aza, iniciando pela cidade de São Luís e posteriormente percorrendo os demais municípios do Estado. A história da igreja no Maranhão, inicia em 1921 com o avanço das ações proselitistas pela cidade de São Luís, com cultos em vias publicas, distribuição de folhetos e visitas domesticas, assim conquistando seus primeiros adeptos. No mesmo ano, o missionário Nels Nelson e João Jonas se tornam importantes figuras na expansão da fé pentecostal no Estado. Em 1930, o primeiro templo é erigido pela igreja, tornando centralizado o trabalho da igreja. Em 1956, o Pastor Estevam Angelo de Sousa (MOTA, 2013) é empossado para liderança da igreja, período de intenso avanço e estruturação da igreja, com construções de novos templos, expansão do proselitismo, aquisição de radio FM, e realização de diversos projetos assistencialistas. Após sua morte, em 1996, em um acidente de carro, o Pastor José Guimaraes Coutinho é empossado como líder da igreja com a intenção de manter o avanço da Assembleia em todo o Estado.

2.2 ASSEMBLEIA DE DEUS NA CIDADE OLÍMPICA

Em 1996, com o expansionismo proselitista empreendido pela Igreja Assembleia de Deus no Estado do Maranhão e principalmente na Ilha de São Luís, e tendo no mesmo ano o surgimento do bairro da Cidade Olímpica é que as primeiras ações são realizadas no bairro.

No inicio da formação do bairro, os primeiros moradores conforme Franciangela Soares(2008) obtém por relatos em seu trabalho monográfico, são provenientes de bairros adjacentes, municípios do interior do estado e uma pequena parcela de outros estados. Esses primeiros moradores que eram de bairros adjacentes, principalmente da Cidade Operária e que eram membros da Assembleia que possuía templos nos bairros da Cidade Operária, Janaina, Santa Clara, Geniparana, e Jardim América contribuem para a implantação da Igreja no bairro. Com o crescimento do bairro e aumento do numero de fieis a igreja foi crescendo, possuindo atualmente mais de 20 congregações.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

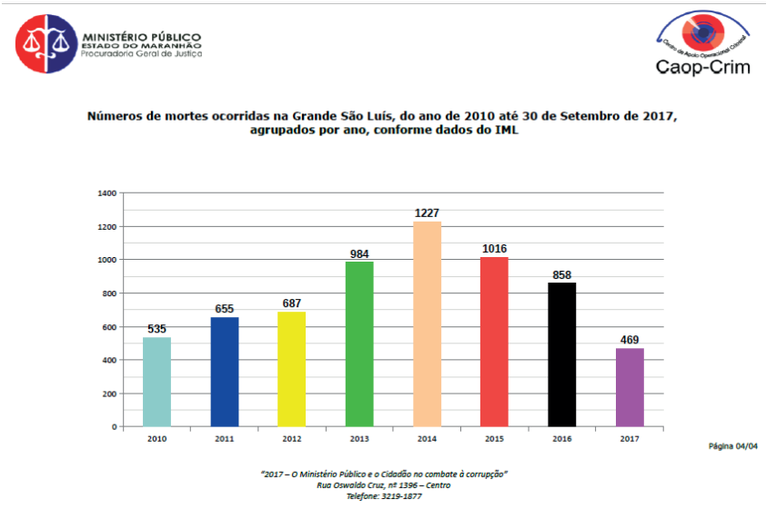
A Assembleia de Deus no bairro da Cidade Olímpica é a entidade religiosa com mais templos, cerca de 20 congregações, com 4 pastores responsáveis pelas igrejas. Os templos em sua maioria se localizam no interior do bairro.

3 ELEVAÇÃO DOS ÍNDICES DE VIOLÊNCIA NO MARANHÃO E EM SÃO LUÍS

Em contexto nacional, o Brasil tem sofrido muito por conta da violência urbana, e muitos dos envolvidos estão relacionados a integrantes de facções criminosas, e para piorar tal situação, tem sido na periferia, zonas afastadas dos centros, com estruturas precárias e com a ausência do Estado em que elas tem conquistado grandes espaços.

Em 2010, os índices alarmantes do aumento da criminalidade no Rio de Janeiro assustavam a imprensa nacional e internacional. A indicação da cidade para sede dos Jogos Olímpicos de 2014 e da Copa do Mundo de 2015 pressionou o Estado para adoção de medidas de redução da criminalidade. Neste mesmo ano, ocorreu a invasão de um dos maiores complexos existente na cidade do Rio de Janeiro, o complexo da Rocinha. Cientes de que após a invasão do complexo, as facções imigrariam para cidades vizinhas e outras regiões do país, o governo federal emitiu um alerta de segurança para todos estados. Outro fator explicaria a expansão do domínio das facções para as demais regiões do país, seria a prisão dos lideres das facções criminosas e seu encaminhamento para prisões federais espalhadas por diversas regiões do país, que abrigam diversos presos de vários estados, e esse contato é apontado por estudiosos como fator para a chegada dessas organizações em estados como da região nordeste.

Com a chegada dessas facções no estado do Maranhão, o índice de criminalidade sofreu intensos aumentos conforme dados do Ministério Público do Estado do Maranhão, adquiridos a partir do Instituto Médico Legal[2], conforme tabela abaixo:



2 Ministério Público do Estado Maranhão: Centro de Apoio Operacional-Criminal

Em 2010, o Estado do Maranhão tinha por autoridade publica a governadora Roseana Sarney, empossada após a cassação do mandato do ex-governador Jackson Lago. Seu mandato sofria intensas criticas quanto a atuação dos órgãos de segurança publica, era demonstrado uma fragilidade e as intensas mudanças na Secretaria de Segurança Publica desestabilizava o governo. A partir de 2010, muitas rebeliões veem a ocorrer no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, despertando a opinião publica da imprensa nacional e internacional, e diversos órgãos de proteção aos direitos civis e humanos. Diante da instauração da "crise da segurança publica" que não somente a cidade de São Luís, mas diversos municípios do estado se encontravam, revelou a estrutura precária dos órgãos de segurança publica, principalmente a policia civil e militar e o sistema penitenciário (G1.COM, 29/11/2011). Como forma de contestação a tal situação de abandono declarado, e pela péssima valorização dos profissionais de segurança publica, diversas greves são declaradas durante o governo Roseana no ano 2013 pelos órgãos de segurança publica, favorecendo que o caos seja implantado no estado. O governo federal como medida de amenizar a situação, decide pelo envio de tropas federais para garantir a ordem publica. Em 2014, durante o período eleitoral, os índices de criminalidade sofreram significativo aumento sendo um dos maiores índices até então apresentados pelo Estado, colocando a cidade de São Luís como uma das mais violentas do Nordeste e da América Latina, fator que gerou diversas criticas ao governo vigente e suas adoções politicas, o que permitiu que a oposição ao governo Sarney obtivesse espaço no cenário politico. O candidato Flávio Dino, do Partido Comunista do Brasil (PC do B) obtém a vitória nas urnas com a missão de reverter o cenário do caos da segurança publica ao qual o estado se encontrava. Em 2014, com a ocorrência de mais rebeliões no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, revelou a atuação forte de facções que atuavam no Estado, em que "Primeiro Comando do Maranhão" e "Bonde dos 40" se apresentavam na luta pelo controle do trafico nas periferias da região metropolitana de São Luís e municípios do Estado. Em Pedrinhas, por conta dessa luta pelo controle do trafico, as rebeliões revelavam além da precariedade do sistema, o embate entre os rivais. As mortes dentro do Complexo Penitenciário era uma forma de intimidação dos rivais, que se espalhou pelas ruas da cidade, com ataques a órgãos públicos e privados, meios de transportes e civis.

Diante dessa situação, o governo de Flávio Dino decide pela estruturação do órgão de segurança publica, iniciando medidas de pagamento de salários aos profissionais da segurança, promoções, e pagamento de bônus que estavam atrasados, outras medidas foram a aquisição de mais viaturas e reformas de delegacias e prédios de segurança, descentralizando os batalhões e tornando sua aproximação junto a comunidade. Outra medida significativa foi a compra de equipamentos aos policiais, como armas, munições e coletes, e bem como o uso de tecnologias para facilitar a rotina. No sistema penitenciário, a construção de novos presídios e celas para diminuir a superlotação e os confrontos de facções rivais.

Essas medidas adotadas pelo Estado ocasionaram significativas mudanças, que se apresentaram nos índices dos anos seguintes com reduções da criminalidade no estado. A cidade de São Luís é noticiada em 2017 estando fora do índice das 50 mais cidades violentas da América e do Nordeste

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

(GOVERNO DO MARANHÃO, 2017; O IMPARCIAL, 19/03/2018), no mesmo ano obtém uma diminuição que não ocorria desde 2010.

3.1 AÇÕES EMPREENDIDAS PELA ASSEMBLEIA DE DEUS EM COMBATE E REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA NO BAIRRO DA CIDADE OLÍMPICA

Durante o ano de 2014, com a ocorrência do clima de violência que causava pânico a população de São Luis, a igreja Assembleia de Deus se posiciona como instituição religiosa em favor do combate a violência urbana. Declarando-se Proclamadores da Paz, a igreja empreende diversas ações proselitistas em torno da ilha de São Luís, entre elas, as famosas Cruzadas: São Luís Para Cristo, mas, no período contemporâneo, os objetivos dessas cruzadas eram conquistar territórios que estavam sob domínio da violência, e a violência era atribuída pela igreja pela pratica do pecado, aonde a igreja acusava serem entidades espirituais causadoras do caos na cidade. Por isso, a igreja se denominava como "exercito de Cristo" na descrição de que se havia um combate a se realizar, e esse combate conforme baseados em textos bíblicos não seriam contra os homens, mas contra essas entidades que agiam nos homens que as possuíam.

O bairro da Cidade Olímpica em 2015, é noticiado nos jornais como um dos bairros mais violentos da capital (O IMPARCIAL, 19/05/2015), havendo uma disputa de territórios entre membros de facções criminosas do Primeiro Comando do Maranhão e o Bonde dos 40.

Bairro	Porcentagem
Cidade Olímpica	17,2%
Coroadinho	12,5%
Araçagy	9,4%
Pedrinhas	9,4%

Com a divulgação dessas estatísticas, a igreja realiza diversas Cruzadas no bairro, com temas de "Cidade Olímpica Para Cristo", "Jesus é a Salvação", e "Jesus, a verdade que liberta", todos esses eventos afirmando o combate ao mal que a igreja se apropriava. Como no período medieval, em que a igreja se garantia como estabelecedores da paz e da harmonia (ZIERER, 2006), legitimando suas interferências no cotidiano da sociedade e de seus fieis é que, no período contemporâneo, iniciam-se novas cruzadas para estabelecimento de território e expulsão de entidades que invadiam o "espaço pertencente ao Senhor". Essas cruzadas modernas, são realizadas em torno de uma grande estrutura de palco, som e em ambientes públicos, para a participação da sociedade, declarando que essa luta entre o bem e o mal deveria contar com a participação de todos, inclusive dos fieis, que naquele momento eram Soldados de Cristo.

Para a igreja, havia um papel assistencialista também a se realizar, pois os maiores índices de criminalidade ocorriam em bairros periféricos com pouca ação do poder publico. Alguns atos de ações sociais como: atendimento médico, doação de alimentos e roupas exemplificam essa situação, pois havia também no próprio individuo a forma de dar condições favoráveis a estas populações.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

Outro fator importante de analise é o aspecto geográfico dos templos assembleianos, a igreja possui cerca de 20 templos no bairro, em sua grande maioria estão localizados na parte interna, com grandes salões. A ocupação desses espaços é uma marca dos pentecostais que tem conquistados mais adeptos nas camadas populares, em regiões com pequenas ações de outras instituições religiosas.

Certeau (1994, p. 142) considera que toda atividade humana pode ser cultura, mas ela não o é necessariamente ou, não é forçosamente reconhecida como tal, pois, "para que haja cultura, não basta ser autor das práticas sociais; é preciso que essas práticas sociais tenham significado para aquele que as realiza". Dessa forma, legitimar as ações da igreja e sua importância para os fieis deveria ser manifesto a partir de seu posicionamento diante de índices presentes na mídia, em que a igreja percebe a importância de se estabelecer na rotina de seus fieis para assim aplicar seus dogmas, conjunto de valores e normas. Na existência dessa dualidade entre o bem e o mal a igreja se apropria de diversos mecanismos de doutrinação para a manutenção da ordem social (ZIERER, 2012).

O estudo de História das Religiões é repleto de complexidade, devido as diversas estruturas existentes e seus interesses presentes em suas ações, Bourdieu considera que:

> A religião contribui para a imposição (dissimulada) dos princípios de estruturação da percepção e do pensamento do mundo e, em particular, do mundo social, na medida em que impõe um sistema de práticas e de representações cuja estrutura objetivamente fundada em um princípio de divisão política apresenta-se como a estrutura natural-sobrenatural do cosmos (BOURDIEU, 2004, p. 33).

A igreja ao se apropriar da responsabilidade de "proclamar a paz de Cristo" utiliza-se de diversos meios simbólicos e com toda uma estrutura que legitime suas atitudes, ao tratar o problema em torno do sobrenatural, se tornaria a única instituição capaz de trazer resolução a causa da violência. Ao usar a expressão bíblica em que "a luta não seria contra carne, nem sangue, mas contra principados e potestades do mal", a atribuição causal da violência seria as entidades espirituais e logo deveria haver um combate para estabelecimento da paz. Assim, cada membro possuía um papel de soldado de Cristo, em meio à cruzada contra o inimigo que invadia seu território.

Trabalhar o motivo da violência nos leva a identificar os reais fatores que contribuem para os altos índices de criminalidade, e além disso analisar as dinâmicas empreendidas pela Assembleia de Deus como instituição proclamadora da paz que em seus espaços de convivência exercem a aplicação de práticas e condutas por meio das interpretações da realidade existente que no conceito de Bourdieu (2007), a religião possui sua atuação como elemento de manutenção do poder e fabricação do consenso. O pentecostalismo tem adquirido muito espaço atualmente na Historiografia, algumas muito restritas à uma história eclesiástica que valorizam as lideranças da igreja, mas podemos notar que a rede constitutiva das denominações pentecostais, em especial a Assembleia de Deus que aqui será trabalhado, é construída pela participação de componentes de comunidades carentes. A participação e o envolvimento de camadas populares no cenário religioso, impulsionados pela doutrina pentecostal do exercício do sacerdócio revelam também a permanência e aplicação de redes comunitárias assistencialistas.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

REFERÊNCIAS

CARREIRO, Gamaliel da Silva. SANTOS, Lyndon de Araújo; FERRETI, Sergio Figueredo; SANTOS, Thiago Lima dos. **Todas as águas vão para o mar: poder, cultura e devoção nas religiões.** São Luís: EDUFMA, 2013.

FELTRAN, Gabriel do Santos. **Fronteiras de tensão: política e violencia nas periferias de São Paulo.** São Paulo, ED. UNESP, 2011.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas.** P. 33-60, Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1992.

IMIRANTE.COM. **Catorze bairros com maiores índices de violência.** Publicado em 25/04/2015.

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO. https://www.ma.gov.br/investimento-na-policia-civil-garante-mais-seguranca-em-todo-o-maranhao/. Publicado em 22/03/2018.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

MARQUES, Vagner Aparecido. **Fé e Crime.** São Paulo: Fonte Editorial, 2015.

MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA. **Números de mortes ocorridas na Grande São Luís, do ano de 2010 até 30 de Setembro de 2017,conforme dados do IML.** São Luis, 2017. Acessado em 02 de agosto de 2018.

MIRANDA, Peterson Passion Birino. **Aonde você pensa que vai? Violencia, medo e estigma nas paginas dos jornais populares de São Luís – MA.** Trabalho apresentado no XXVIII Simposio Naacional de História. Florianopolis, Santa Catarina, 2015.

MOTA, Elba Fernanda Marques. **Discurso religioso moral da Assembleia de Deus: a produção escrita por Estevam Angelo de Souza no Maranhão.** EDUFOP, 2013.

REVISTA VEJA. https://veja.abril.com.br/brasil/mapa-do-trafico-bonde-dos-40-e-pcm-disputam-venda-de-crack-em-sao-luis/. Publicado em 11/01/2014.

ROLIM, Francisco Cartaxo. **Pentecostais no Brasil.** Petropólis, RJ: Vozes, 1985.

SANTOS, Lyndon de Araujo dos. **As outras faces do sagrado: protestantismo e cultura na Primeira República Brasileira.** São Luís: EDUFMA, 2006.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PUBLICA. Estatiscas da Grande São Luis. http:/www.ssp.ma.gov.br. Acessado em 09 de Agosto de 2018.

SILVA, Rayfran Batista da. **Sintese histórica da Assembleia de Deus em São Luís.** São Luís, Gregorio Jansen, 2009.

SOARES, Franciangela Silva Araujo. **Cidade Olímpica: a memória da luta pela terra urbana.** Monografia defendida no curso de História da Universidade Estadual do Maranhão em 2008. São Luís – MA.

SOUSA, Bertone de Oliveira. **A expansão da Assembleia de Deus em Imperatriz- MA: Historia e constituição identitaria.** Tese de mestrando da UFG. Disponível na internet.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: Historia Oral.** 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

ZIERER, Adriana; VIEIRA, Ana Livia Bomfim. **História Antiga e Medieval** – Viagens e Viajantes: cultura, imaginário e espacialidade. São Luís: Editora UEMA, 2012.

AS FESTAS RELIGIOSAS E SEU PERÍODO PÓS-ABOLIÇÃO NOS JORNAIS DE SÃO LUÍS (1889-1910)

Milena Rodrigues de Oliveira[1]

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo abordar as diferentes festas religiosas que aconteciam no período pós - abolição em São Luís do Maranhão. Neste momento as irmandades, principais financiadoras das festas, passaram por muitas mudanças e isto afetou diretamente a quantidade de pessoas associadas, estas mudanças estão relacionadas a novas formas de associações laicas e algumas medidas reformadoras que começaram a vigorar no final do século XIX. A festa é dinâmica e vários grupos expressam a sua sociabilidade neste espaço, inclusive é um local " onde reside o poder: nos meios massivos, nos organizadores das festas, nos vendedores de bebidas, artesanato ou souvenirs" (CANCLINI,2008, p.259). As festas religiosas eram o principal evento promovido pelas irmandades, elas aconteciam uma vez por ano e o seu principal objetivo era promover o seu santo de devoção, os jornais foram muito importantes para a divulgação destas festas e por isso o nosso interesse em estudá-los. No século XIX a cidade de São Luís passou a ter uma intensa atividade tipográfica, isto estimulou o surgimento de diversos estilos de jornais, incluindo os periódicos que falavam sobre os eventos que iriam acontecer na cidade. As noticias sobre as festas religiosas eram variadas, além dos anúncios que tinham como objetivo chamar as pessoas para participar dos festejos, também iremos observar as irmandades chamando os associados para reuniões importantes, "Reúne - se hoje a mesa administrativa da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos (PACOTILHA, 07/03/1889). A Irmandade citada pelo jornal tinha seu festejo na época da Quaresma e era bem importante na cidade de São Luís, portanto como eram muitos associados o jornal era uma alternativa para facilitar a reunião da Mesa, já a Irmandade de São Benedito divulgou no jornal o trajeto da procissão que percorreria "Rua do Sol, Nazareth, Estrella, Santanna, Norte, Grande, São João ao recolher, e assim ficará satisfeita a maioria dos irmãos" (PACOTILHA, 09/04/1890), portanto o periódico tinha um papel muito importante na vida social das irmandades.

PALAVRAS-CHAVE: Jornais. Festas religiosas. Pós-Abolição.

1 INTRODUÇÃO

A cidade de São Luís era permeada de festas religiosas no século XIX, dentre elas podemos mencionar as festas do Bom Jesus, que aconteciam no período da Quaresma, os festejos que tinham como foco Maria, a mãe de Jesus, e a devoção aos mais variados santos. As irmandades eram as principais financiadoras destas festas, isto acontecia porque elas tinham a obrigação de promover o santo de devoção da irmandade e uma vez ao ano acontecia este grande evento.

Porém no final do século XIX notamos uma mudança nestas instituições, isto pode ter ocorrido porque "as funções de representação social, lazer e ajuda mútua exercida pelas irmandades

1 Doutoranda em História e Conexões Atlânticas: Culturas e Poderes pela Universidade Federal do Maranhão. E-mail: milideoliveira@yahoo.com.br.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

perderam sentido em face das novas formas de associações laicas" (RIBEIRO, 2003, p.130), essas novas formas de associação laica envolvia uma sociabilidade mas ao mesmo tempo não envolvia mais a religião.

Neste período também observamos uma série de medidas reformadoras que tinham como objetivo doutrinar o clero e a população, estas medidas afastavam as pessoas das Igrejas e consequentemente das festas religiosas, além disso tivemos a abolição que vai tornar todas as pessoas livres e responsáveis pelas suas próprias mensalidades nas irmandades religiosas. No século XIX as mensalidades das pessoas escravizadas poderiam ser pagas pelo dono do escravo, porém com a abolição esta possibilidade se tornou mais remota e pode ter afastado muitas pessoas de continuarem associadas a estas instituições.

2 DESENVOLVIMENTO

A sociabilidade fazia parte das festas religiosas e isto foi bastante retratado nos jornais, um dos mais duradouros que iniciou suas atividades no final do século XIX foi a Pacotilha, que "promoveu a crítica contra as autoridades particulares e outros jornais, quando oportuno, e em benefício da comunidade (JORGE, 2008, p.329).

Logo após a abolição a Pacotilha tinha tiragem de 2000 exemplares, custava 40 réis e se intitulava o jornal de maior circulação da capital, na primeira página observamos uma série de anúncios que poderiam corresponder a assuntos variados, inclusive na época de alguns festejos religiosos o comércio local ficava bastante movimentado e os anúncios correspondiam a roupas e acessórios que poderiam ser usados nesta época. O diretor de redação do periódico era Barbosa de Godois e o jornal foi fundado por Victor Lobato, este dirigiu a Pacotilha por dez anos, porém "doente e sem recursos econômicos viu-se obrigado a vendê-lo a um famoso político conhecido por Dr.José Barreto Costa Rodrigues" (JORGE, 2008, p.338).

As notícias sobre irmandades e as suas festas de santo eram variadas, encontramos informações sobre a seguinte questão "Reune - se hoje a mesa administrativa da Irmandade de Bom Jesus dos Passos " (PACOTILHA, 07/03/1889). A festa de Bom Jesus dos Passos ocorria no período da Quaresma e nos meses de março e abril aconteciam variadas reuniões para se discutir o festejo daquele ano.

A mesa administrativa também é mencionada em uma notícia da festa de São Benedito, nela a mesa diz que vai pedir ao juiz que consinta o giro da procissão daquele ano e o percurso passaria " Pela Rua do Sol, Nazareth, Estrella, Sant Anna, Norte, Grande, S. João ao recolher; e assim ficará satisfeita a maioria dos irmãos que se interessa ao bem da irmandade" (PACOTILHA, 09/04/1890).

O roteiro da procissão seguia um caminho pré-estabelecido e somente era mudado quando alguma eventualidade acontecia, porém esse roteiro precisava ser aprovado e era por isso que era divulgado nos periódicos, na época a irmandade de São Benedito estava localizada na Igreja do Convento de Santo Antônio e o percurso da procissão não ia ficar tão distante da Igreja.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

As procissões também foram mencionadas em outros momentos, no jornal A Mocidade notamos referência a uma procissão que não era tão frequente na época, Nossa Senhora das Mercês, inclusive este jornal era bimensal, estava no seu segundo ano e tinha como redatores Antônio C. Correa Pinto, João Lima, Mariano Castro e Durval Prazeres. A notícia explicou que "amanhã sairá em procissão, as 5 horas da tarde, de sua Igreja, a Sagrada Imagem de N.S das Mercês, que percorrerá o giro de costume" (A Mocidade, 21/09/1907).

Depois da abolição da escravatura ainda observamos muita menção a reuniões, um exemplo é a Irmandade de Bom Jesus dos Martírios que avisa a,

> Todos os irmãos que sexta-feira as 5 horas da tarde devem reunir-se na Igreja de Sant Anna, revestidos de suas opas para acompanharem o enterro do Senhor, que terá lugar na Cathedral (PACOTILHA, 02/04/1890).

Porém esta reunião mencionada já é mais específica, notamos isto pela necessidade dos irmãos irem de opa e para acompanharem o enterro do Senhor, ou seja, provavelmente esta notícia é da Semana Santa e os irmãos estão sendo convocados para se fazerem presentes. Neste mesmo jornal notamos outro ritual organizado pela Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos, estes convidam a,

> Todos os irmãos desta confraria a comparecerem na capella da mesma Irmandade no dia 4 do corrente as 5 ½ horas da tarde afim de incorporados acompanharem a procissão do enterro do Senhor que sahirá da Cathedral naquele dia as 7 horas da noite (PACOTILHA, 02/04/1890).

As duas irmandades mencionadas fazem a sua festividade na época da Quaresma, por isso elas convocam os seus associados a participarem do enterro do Senhor que aconteceu na Catedral, essa narrativa que envolve os elementos da Quaresma rememora um passado que continua fazendo sentido no presente, Jorn Rusen comenta em sua obra que o passado só se torna história quando expressamente interpretado como tal, dessa forma " o pensar historicamente significa que o sujeito desse pensamento traz sua subjetividade, suas carências e seus desinteresses" (RUSEN, 2001, p.147).

A subjetividade ficava bem evidente nas missas e elas eram atração dentro das festividades, podemos citar a missa rezada e a cantada que poderia ser acompanhada ou não de um grande instrumental, quando a festividade tinha mais atrações poderia ter um destaque no jornal e como consequência poderia atrair mais público. Essas notícias de jornais fazem parte das três fases da operação historiográfica, que contemplam "o estabelecimento da prova documental, a construção da explicação e a colocação em forma literária" (CHARTIER, 2009, p.23).

Encontramos outras descrições detalhadas de festividades no jornal Pacotilha, no dia 26 de março de 1889 a Irmandade de Bom Jesus dos Santos Martírios tornou público o programa aprovado pelo Monsenhor Mourão Vigário Geral do Bispado, nele consta na quinta feira veneração a Sagrada Imagem de Bom Jesus dos Santos Martírios, na sexta feira missas e sacerdotes à disposição das pessoas que queiram se confessar e às

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

> 4 horas da tarde do mesmo dia terá lugar o sermão do pretório e em seguida sahirá em solene procissão a Veneranda Imagem do Bom Jesus percorrendo as seguintes ruas: Santanna, Passeio, Grande, S.João, Sol, Nazareth, Estrela e Santana ao recolher-se. Para o que pede a mesma Mesa Administrativa aos devotos o comparecimento de anjos para o brilhantismo da procissão como para mandarem flores para ornamento dos andores (PACOTILHA, 26/03/1889).

O Vigário Geral Monsenhor Mourão foi citado mais uma vez nessa notícia, aqui notamos referência pública a aprovação do programa, a veneração da imagem que deveria ocorrer na quinta-feira e na sexta-feira a tradicional procissão, a irmandade estava localizada na Igreja de Santana e esse percurso que a procissão fazia era próximo da sede da Igreja. Os andores eram as estruturas que carregavam os santos, as flores ajudavam nos ornamentos e eram financiadas pelos devotos, por isso a Mesa recorre a eles no jornal.

As irmandades tinham uma relação direta com a cultura popular e letrada, inclusive Chartier diz que toda história é cultural, "na medida em que todos os gestos, todas as condutas, todos os fenômenos objetivamente mensuráveis sempre são o resultado de significações que os indivíduos atribuem às coisas, às palavras e às ações (2009, p.33).

As irmandades também poderiam se reunir para conversar sobre questões gerais, por exemplo a Sociedade Beneficente filial ao Senhor Bom Jesus da Coluna convidou a todos os sócios a reunirem-se em assembleia geral no pequeno Seminário das Mercês,

> Afim de julgarem as contas do semestre findo em 31 de dezembro último e em seguida proceder-se a eleição dos novos funcionários que a tem de reger no corrente ano. Chamo a atenção dos senhores sócios para o art 57 dos estatutos" (PACOTILHA, 26/03/1889).

Uma associação que recebe contribuições todos os meses precisa apresentar as contas do semestre para os filiados, logo depois dessa apresentação de contas é necessário a eleição de novos funcionários e esta gestão durava geralmente um ano. Os estatutos mencionados na citação fazem referência a documentos que estabeleciam todas as regras das irmandades, provavelmente o artigo 57 deveria estar relacionado a eleição.

Para entender melhor como funcionava estas associações é necessário uma pesquisa em vários perfis de documentos, essa procura ajuda a obter um conhecimento empírico, porém "as histórias cujo conteúdo empírico está particularmente bem assegurado pela pesquisa são, com respeito a esse mesmo conteúdo, por princípio, histórias relativas" (RUSEN, 2001, p.103).

A procissão também é mencionada pela Irmandade de Bom Jesus dos Passos, inclusive " Da Igreja de N.S do Carmo sahirá amanhã em procissão a imagem do Senhor dos Passos, dando o gyro de costume" (PACOTILHA, 27/02/1890), a irmandade saiu da Igreja do Carmo porque a sua sede estava localizada lá e o seu percurso faria o giro de costume, ou seja, sairia da sua sede percorria locais próximos e depois retornaria para sua Igreja.

A procissão contempla diferentes olhares, quem ajuda a organizar a procissão não vai ter o mesmo olhar de quem simplesmente só acompanha o giro de costume, sendo assim " Toda história

tem uma perspectiva. O passado humano pode, pois, por princípio aparecer como história em diferentes perspectivas, malgrado o mesmo conjunto de fatos" (RUSEN, 2001, p.110).

A Irmandade de Bom Jesus dos Navegantes também publicou no dia 02 de abril de 1890 a programação da Semana Santa, na quinta feira santa segundo a notícia ocorreu uma missa solene com a exposição do Santíssimo Sacramento e às 6 horas tarde ocorreu o lava pés e sermão na Igreja de Santo Antônio, no dia seguinte teve " Adoração da Cruz. Missa dos presantificados, as 8 horas da manhã. As 3 horas da tarde será exposta à veneração dos fiéis a Sagrada Imagem do Senhor Morto" (PACOTILHA, 02/04/1890). No domingo de Páscoa a programação incluía somente uma missa às oito horas da manhã.

Na quinta-feira santa como foi falado anteriormente ocorria tradicionalmente a missa dos lava pés, momento em que Jesus Cristo lava os pés dos seus apóstolos, também observamos um sermão na Igreja de Santo Antônio, essa Igreja era a sede da irmandade e por isso foi escolhida, na sexta-feira santa notamos a missa daqueles que ainda não foram santificados pela Igreja e a veneração a Imagem do Senhor Morto, a sexta feira geralmente é dedicada a contemplação.

Logo depois da programação veio no jornal a pauta dos irmãos sorteados para guardar o Santíssimo Sacramento na capela, a organização seguia um horário para cada irmão, " Do meio dia à 1 hora da tarde – José Cândido dos Reis, Aristides Ferreira, de 1 às 2 horas – Antônio Gonçalves da Cruz, Alcides Jansen Serra Lima Pereira..." (PACOTILHA, 02/04/1890), essa programação não passava de uma hora e tinha uma preocupação de englobar todos os associados.

Para a realização destes eventos é necessário que as pessoas acreditem em um ideal, portanto "entendo por "crença não o objeto do crer, mas o investimento das pessoas em sua proposição, o ato de enunciá-la considerando-a verdadeira – noutros termos, uma modalidade de afirmação e não o seu conteúdo" (CERTEAU, 1998, p.278), nas irmandades observamos de uma maneira bem evidente esse investimento, quem frequenta estes locais tem a crença como algo muito importante, mas o investimento material e espiritual é tão importante quanto a própria crença.

Participar da procissão do Enterro não era algo somente das irmandades da Quaresma, encontramos um convite direcionado aos associados de São Benedito, nele consta o seguinte,

> Tendo o exm.rev.sr.bispo diocesano dirigido a esta irmandade um ofício, convidando para acompanhar a procissão do Enterro do Senhor, cujo saimento terá lugar da Igreja Cathedral pelas 7 horas da noite de sexta-feira 4 do corrente, convido a todos os irmãos a comparecerem as 5 horas da tarde à esse dia na Igreja de Santo Antônio, afim de incorporados satisfazermos o mesmo convite (PACOTILHA, 02/04/1890).

Em uma Semana importante que reproduz os últimos momentos da vida de Jesus Cristo, não só bispos se faziam presentes, também vamos observar autoridades da política local acompanhando os rituais, inclusive Certeau comenta em sua obra que há muito tempo atrás existia uma aliança entre o poder e o religioso e que "nos séculos XI e XII, sob o signo da "paz de Deus", o poder eclesiástico impôs a sua ordem aos poderes civis conflitantes" (1998, p.282).

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

3 CONCLUSÃO

A individualização das crenças foi bem evidente no final do século XIX e início do século XX, a crença deixou de ser algo mais institucionalizado e se tornou uma escolha pessoal, esta reorganização do crer não impediu que as festas continuassem acontecendo, na verdade as programações neste período continuaram a ser noticiadas e tinham até mais detalhes, inclusive na festa de Santa Filomena em agosto de 1889 ocorreu vésperas com exposição do Santíssimo Sacramento, no dia 11 de agosto missas rezadas e missas cantadas com sermão ao Evangelho e " pelas 7 ½ horas da noite será cantado um Te-Deum Laudamus com exposição do Santíssimo" (PACOTILHA, 08/08/1889).

As missas faziam parte da programação e geralmente eram divididas em duas, a rezada e a cantada, a cantada poderia ter participação de algum coral, com relação ao sermão ele era muito importante e constava em todas as missas e o Te Deum era um hino cristão que era muito recitado na época das festividades. A mesa da Irmandade de Santa Filomena ainda " pede a todos os irmãos e fieis que se dignem de mandar algumas joias para o leilão que terá lugar no mesmo dia da festividade. Faz a mesa este pedido em virtude não ter juiz nem juíza (PACOTILHA, 08/08/1889).

A festividade para acontecer precisava de variados financiamentos, uma das alternativas era o leilão, por isso a Mesa recorre aos irmãos pedindo algumas joias. O juiz ou juíza era o grande patrocinador da festa, porém em 1889 não havia nenhum dos dois, essa falta de um responsável financeiro deixava as irmandades muito dependentes das mensalidades e isto prejudicava bastante estas associações.

REFERÊNCIAS

ABREU, Martha. **O Império do Divino**: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. São Paulo: Fapesp, 1999.

A MOCIDADE, 21 de setembro de 1909. Biblioteca Pública Benedito Leite. Disponível em http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/bpbl/acervodigital/. Acesso em 10/01/2023.

BARROS, Antonio Evaldo Almeida. O Pantheon Encantado: sujeitos, culturas e questão racial no processo de formação de identidade maranhense. In.: _____ et al. (Orgs.) **Histórias do Maranhão em Tempos de República.** Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2015.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas**: estratégias para entrar na modernidade. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

CERTEAU, Michel de Certeau. **A Invenção do Cotidiano**: Artes de fazer. Editora Vozes, Petropólis,1998.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

JORGE, Sebastião. **A imprensa do Maranhão no século XIX (1821-1900).** São Luís, 2008.

MARQUES, César. **Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão.** Typographia do Frias, 1870. Disponível em www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221726 . Acesso em 29/10/2022.

MARTINS, Ricardo André Ferreira. **Breve panorama histórico da imprensa literária no Maranhão oitocentista**. Mestrado em Comunicação – UFSM. v.18, jul-dezembro, 2010.

NERIS, Wheriston Silva. **A elite eclesiástica no bispado do Maranhão**. São Luís, Edufma, Jundiaí, Paço Editorial, 2014.

PACOTILHA, 7 de março de 1889. Disponível em http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital/. Acesso em 01/10/2022.

PACOTILHA, 26 de março de 1889. Disponível em http://memoria.bn.br/pdf/168319/per168319_1883_00010.pdf. Acesso em 01/12/2022.

PACOTILHA, 27 de fevereiro de 1890. Disponível em http://memoria.bn.br/pdf/168319/per168319_1883_00010.pdf Acesso em 01/12/2022.

PACOTILHA, 02 de abril de 1890. Disponível em http://memoria.bn.br/pdf/168319/per168319_1883_00010.pdf. Acesso em 15/12/2022.

PACOTILHA, 09 de abril de 1890. Disponível em http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital/. Acesso em 01/10/2022.

PACOTILHA, 08 de agosto de 1889. Disponível em http://memoria.bn.br/pdf/168319/per168319_1883_00010.pdf. Acesso em 01/12/2022.

REIS, João José Reis. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RIBEIRO, Emanuela Sousa. **Igreja Católica e Modernidade no Maranhão**, 1889-1922. (Dissertação de Mestrado- Programa de Pós-Graduação em História. – Universidade Federal de Pernambuco). 2003, 182 f.

RUSEN, Jorn. **Razão histórica**: teoria da História, fundamentos da ciência histórica. Editora Universidade de Brasília, 2001.

ESPAÇO, FÉ E PODER: AS MÚLTIPLAS DIMENSÕES DO SAGRADO PRESENTE NAS ROMARIAS EM HOMENAGEM À BENIGNA CARDOSO EM SANTANA DO CARIRI-CE

Tatiana Olegário da Silva[1]

RESUMO: Cantando, adorando e bendizendo graças alcançadas, os devotos de Benigna deslocam-se de suas localidades, sobretudo aos dias 24 de Outubro de cada ano, para prestarem suas homenagens e renovarem seus votos a jovem "santinha" e "heroína da castidade". Benigna foi estuprada e assassinada no ano de 1941 e seu ato de fé, segundo relatos orais, despertou a sensibilidade na população. Por este motivo, essa devoção vem ganhando a cada ano maior visibilidade e adeptos, fazendo com que a cidade de Santana do Cariri, município em que Benigna nasceu e passou seus últimos anos de vida, venha se constituindo como palco de uma das maiores romarias do cariri cearense. Portanto, diante o que foi exposto, o presente trabalho tem como objetivo analisar as múltiplas dimensões do sagrado que estão presentes nas romarias de Benigna Cardoso da Silva, enfatizando sobretudo a importância que os devotos atribuem aos espaços sagrados como locais de memória. Para além disso esses espaços também estão imbuídos de significados, representações e disputas, seja por parte da Igreja Católica, do Poder Público, dos devotos ou população no geral. Posto isso, para realização dessa pesquisa utilizou-se da metodologia da história oral e para um melhor embasamento dos procedimentos teóricos, utilizaremos as contribuições de Elíade (1992) e Nora (1993) dentre outros autores que nos farão pensar a respeito dos elementos que contribuem para manter vivo os espaços de devoção.
PALAVRAS-CHAVE: Memória. Espaço. Fé.

INTRODUÇÃO

> *O espaço sagrado é produto da consciência religiosa concreta e, nesse contexto, não é possível a separação entre posição e conteúdo, pois o ultimo parte de uma consciência do vivido plenamente sensível*. (GIL FILHO, 2008, p. 71)

Os espaços sagrados na devoção oficial e não oficial estão imbuídos de sentimentos, significados e de alguma maneira, configuram-se como lugares de memória que representam a identidade, história ou acontecimento que marcou profundamente a vida de uma determinada comunidade. Assim, no presente trabalho abordaremos alguns espaços relacionados a vida, morte e devoção à Benigna.

1 Graduada em História pela Universidade Regional do Cariri-URCA, especialista em História do Brasil pela Universidade Regional do Cariri-URCA, mestranda em História e Conexões Atlânticas pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão, PPGHIS/UFMA. Bolsista-FAPEMA. E-mail:tatianaolegario12@gmail.com.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

Tratamos aqui sobretudo da importância que os devotos atribuem a esses lugares de memória relacionados a devoção à Benigna Cardoso da Silva. Esta, aos seus recém completados treze anos foi estuprada e assassinada em 24 de Outubro de 1941 na cidade de Santana do Cariri/CE. Benigna, ao fazer uma atividade corriqueira, ir pegar água de um poço próximo até sua casa, deparou-se com seu assassino, Raul Alves Ribeiro. Este estava a sua espreita e após insistir ter relações sexuais com a jovem e recebendo a recusa como resposta, violentou-a sexualmente e após ela dizer que iria contar tudo para os seus pais, é atingida por vários golpes de facão, tendo sua cabeça quase decepada.

Esse fato causou comoção na cidade e em regiões circunvizinhas. E, algum tempo após o assassinato de Benigna, o pároco da cidade na época escreveu no livro de batismo que havia sido morta uma "santinha" e "heroína da castidade". A partir de então as pessoas começaram a sensibilizar-se com a história de Benigna, ocasionando assim, uma devoção local, em que os moradores da região sempre visitavam o espaço do assassinato para acender velas, levar flores e realizar suas orações.

Consideramos que foi a partir de então que esses espaços simbólicos foram constituindo-se como lugares de memória. Notamos que e ao longo dos anos após a Igreja apropriar-se da devoção, iniciar o processo de beatificação e Benigna tornar-se a primeira beata do Ceará, esses lugares foram alterando-se, outros sendo inseridos e incorporados a devoção. Assim, a medida que a devoção crescia e o número de devotos aumentavam, esses espaços foram tornando-se também lugares de disputas entre devotos, leigos, poder público e Igreja.

Diante disso, problematizamos como que estes espaços foram alterando-se ao longo do tempo e tornando-se esses lugares de memória e disputas. Para isso utilizamos a metodologia da história oral, através de entrevistas com pessoas que moram na região e viram esse processo ocorrer. Utilizaremos também a análise de imagens desses espaços para entender as transformações no decorrer dos anos.

Isso posto, o presente trabalho está dividido em introdução e um tópico intitulado: "itinerários simbólicos do sagrado: a constituição dos lugares de memória relacionados a Benigna", onde buscamos abordar o início da devoção, enfatizando os primeiros espaços sagrados que os moradores da localidade estabeleceram como santos por fazerem parte da trajetória de Benigna e destacando sobretudo o local do martírio e suas transformações ao longo dos anos. Destacaremos também as disputas por estes espaços que muitas vezes estão atrelados a questões econômicas e visibilidade perante o devoto.

1 ITINERÁRIOS SIMBÓLICOS DO SAGRADO: A CONSTITUIÇÃO DOS LUGARES DE MEMÓRIA RELACIONADOS À BENIGNA

Para Nora, os lugares de memória são os espaços onde a memória se cristaliza, materializa e expressa um sentimento de continuidade. Esses locais podem ser materiais, simbólicos ou funcionais, constituindo-se como construções históricas carregados de significações, assim:

> Os lugares de memória são, antes de mais nada, restos. [...] o que secreta, veste, estabelece, constrói, decreta, mantem pelo artificio e pela vontade de uma coletividade [...] são os marcos testemunha de uma outra era, das ilusões de uma eternidade. (NORA,1993, p.13)

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

Pensado esse lugar de memória como espaços construídos pela coletividade, notamos que no que diz respeito a devoção à Benigna, ainda nos primeiros anos após o seu assassinato, onde se constataram as primeiras manifestações religiosas em sua homenagem, a população estabeleceu como primeiro lugar sagrado e significativo o local do martírio.

Até o ano de 2004, esse espaço era visitado esporadicamente por pessoas da região, contudo de 2004 em diante, após um devoto do Rio Grande do Norte, Ary Gomes do Nascimento conseguir uma graça com Benigna, pediu para que celebrasse a primeira missa de agradecimento no local do martírio. Como este enfatiza: "eu procurei saber se ela nunca teve uma missa de sétimo dia então na minha visão veio uma lembrança de fazer uma missa pra menina onde ela morreu[2]".

Se para Elíade (1996) um homem religioso só consegue viver em um ambiente impregnado pelo sagrado, a atitude dos devotos ao irem visitar o lugar, construírem um túmulo e celebrar a missa, apresenta técnicas em que tem como principal intuito consagrar aquele lugar de memória como sagrado pois, "no comportamento do homem religioso, a atmosfera do sagrado verifica-se em todos os planos de sua existência no qual deverá mover-se unicamente em um mundo santificado, quer dizer num espaço sagrado" (ELIADE, 1996: p. 32). Logo, as pessoas que se dirigem para esse lugar de martírio, em que remete as memorias do último dia de vida de Benigna, buscam proteção divina e acolhimento nos momentos difíceis.

Foi partindo dessa premissa que Ary Gomes juntamente com Sandro Cidrão, cidadão santanense, consagraram-se como os primeiros idealizadores da "causa Benigna", cujo intuito foi elaborar um dossiê que pudesse comprovar a devoção desde o ano em que Benigna foi assassinada. O pontapé inicial deu-se a partir dessa missa e posteriormente os mesmos idealizadores começaram a romarias, construíram juntamente com a comunidade o memorial e contribuíram para que a devoção tivesse mais visibilidade sobretudo para a Igreja local, que por alguns anos não intervia na manifestação religiosa.

Diante disso, este espaço então mencionado ainda nos dias atuais é visitado pelos devotos, passou por algumas alterações ao longo dos anos, contudo o que o torna significativo é o fato deste ter sido de acordo com narrativas orais, o lugar em que Benigna foi assassinada e que sua mãe a encontrou sem vida.

Dona Nair, amiga próxima da família, relata a respeito do dia em que o fato aconteceu: "Quando ela (a mãe de Benigna) foi, foi, foi, aí se deparou com o corpo de Benigna, ai gritou, da casa dava para ouvir os gritos [...] disse o Raul que cortou o pescoço dela, cortou os dedos[3]". Notamos que ainda hoje esses pormenores são sensíveis para quem viveu à época e relata a respeito.

Assim, por Dona Nair Sobreira ser alguém que conheceu Benigna e sua família, seu relato ganhou mais visibilidade e serviu de base para endossar as narrativas da Igreja e também de escritos como a biografia. Os detalhes da forma com que ocorreu o assassinato comoveu não apenas a narradora, como também as pessoas da cidade à época e os devotos na atualidade. Contudo, mesmo que o fato tenha ocorrido em 1941, notamos que a medida em que pedimos para ela nos contar desse fatídico dia, ao relembrar os acontecimentos, dona Nair se emocionou, chorou e muitas vezes fez pausas prolongadas em sua fala para recuperar-se.

2 Entrevista realizada com Ary Gomes, concedida a Tatiana Olegário da Silva, dia 23 de out. de 2021.
3 Entrevista realizada com Nair Sobreira, concedida a Tatiana Olegário da Silva, dia 25 mai. 2022.

Perante o exposto, percebemos que ela sente ainda nos dias atuais, a dor daquele episódio. Assim, a partir do momento em que recorre a memória para relatar o que aconteceu, ela revive os sentimentos que aquele fato despertou. Tal situação nos leva a concordar com Nora quando afirma que "a memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente" (NORA,1993, p.9). Logo, sempre que essa memória é evocada os sentimentos também surgem independente de quantos anos tenham passado.

Portanto por se tratar de um acontecimento que desperta sensibilidades e emoções, esse espaço em que Benigna foi assassinada, chamado por seus devotos como "local do martírio", foi um primeiro ponto de identificação, lugar este que marca a identidade dos devotos desde os primeiros anos de devoção, instituído como local onde a memória se cristaliza e se refugia (NORA, 1993, p.7). É, nesse caso, o portal para o acesso a uma memória viva que se encontra presente na atualidade. Como podemos observar na imagem a seguir:

Figura 1-imagem do túmulo que foi construído no lugar em que Benigna foi assassinada.



Fotografia do acervo pessoal de Sandro Cidrão datada de 2005.

Destacamos que esta é umas das primeiras fotografias em que retrata esse túmulo, data no ano de 2005, momento em que iniciou-se as primeiras romarias de maneira sistematizadas. Notamos também que nesse ano houve o início das buscas pelas documentações a respeito da história de Benigna e seus familiares. Portanto, nos acervos fotográficos encontramos uma maior quantidade de registros a partir de 2005.

Notamos nessa imagem que na lápide que está escrito "aqui foi barbaramente assassinada a jovem Benigna Januário Cardoso. *17-10-1928 +24-10-1941[4]". O fato desse registro enfatizar a morte trágica nos faz perceber que o devoto escolheu esse lugar e evidenciou o crime como uma maneira

4 Destacamos que quando colocaram essa lápide ainda existia poucas informações a respeito do nome completo de Benigna, assim como sua idade. Por este motivo, alguns anos depois, a partir de pesquisas a respeito, constatou-se que seu nome completo era Benigna Cardoso da Silva e que esta havia nascido no dia 15 de Outubro de 1928.

de resistência, de lembrança, de fazer com que o acontecimento não caia no esquecimento, pois "as lembranças e experiências vividas permitem a reconstrução de trajetórias de vidas que ganham significado na medida em que são ordenadas numa relação com o passado. A memória é sempre historicamente datada e, portanto, moldada no tempo histórico. (Mello,2010, p. 3-4), assim, essas memórias devem estar em evidência para que a trajetória de vida e morte de Benigna não perca o significado. Para isso, é importante que esses lugares estejam solidificados para que faça lembrar o que não deve ser esquecido.

Considerando a importância atribuída a esses espaços, observamos que eles são considerados mecanismos que evocam o passado, externados por meio de lugares públicos ou acontecimentos que contribuem para a legitimação da memória através dos lugares. Para Nora

> [...] os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, organizar celebrações, manter aniversários, pronunciar elogios fúnebres, notarias atas, por que estas operações não são naturais. (NORA, 1993, p. 13)

A medida que estes lugares são criados e legitimados, eles também alteram-se ao longo do tempo a depender das necessidades de cada época e dos interesses ali imbuídos. Notamos que no caso do local do martírio de Benigna isso ocorreu de maneira gradual mas de forma significativa. Com o passar dos anos, sobretudo após a Igreja apropriar-se da devoção, o túmulo foi ganhando outras formas e cores. Houve um período em que o túmulo foi pintado de vermelho com bolinhas brancas, simbolizando a cor do vestido que Benigna usava no dia de seu assassinato. Como podemos notar na imagem a seguir:

Figura 2-imagem do túmulo em que Benigna foi assassinada. Romaria de 2018.



Fotografia do acervo pessoal da pesquisadora.

Destacamos que nesse ano em que o túmulo foi pintado dessa forma, houve uma intensa divulgação do suposto vestido em que Benigna usava no dia do assassinato, sendo vermelho com bolinhas brancas. Além disso, ressaltamos que a Igreja já havia se apropriado da devoção, assim, notamos que existiam interesses não apenas da população para com esse espaço, como também de membros eclesiásticos.

Essa romaria de 2018 reuniu uma grande quantidade de devotos com réplicas do vestido. Outro ponto no qual gostaríamos de enfatizar remete aos escritos na lápide. Agora podemos notar que houve a anexação da frase "heroína da castidade", título este atribuído à Benigna desde o seu assassinato até os dias atuais, para atestar que ela morreu por uma causa, seu amor a Deus e mandamentos divinos.

Dessa forma, percebemos que esses espaços de memória guardam o significado inicial, mas a depender das necessidades, eles vão se alterando para que as pessoas sintam-se cada vez mais pertencentes aquele local e vivam a experiência única das emoções e da manifestação da fé através dos espaços, logo:

> O espaço vivido é uma experiência contínua, egocêntrica e social, um espaço de movimento e um espaço-tempo vivido que se refere ao afetivo, ao mágico, ao imaginário. O espaço vivido é também um campo de representações simbólicas, rico em simbolismo que vão traduzir em sinais visíveis não só o projeto vital da sociedade, subsistir, proteger-se, sobreviver, mas também as suas aspirações, crenças, o mais íntimo de sua cultura (CORRÊA, 2001, p. 32).

Esse espaço vivido está em constante transformação/movimento, as memórias estão ali cristalizadas e encontram um refúgio para materializar-se, contudo o físico, concreto, sofre alterações ao longo do tempo, assim, os lugares de memória dizem respeito sobretudo ao conjunto de representações simbólicas que ali estão imbuídos.

Partindo dessas alterações sofridas por esses espaços que destacamos uma terceira imagem do túmulo. Este, modificado em 2021, notamos que houve a ênfase na pedra Cariri típica da região.

Figura 3. Imagem do túmulo em que Benigna foi assassinada. Romaria de 2020.



Fotografia do acervo pessoal da pesquisadora.

Nesse terceiro momento observamos que o intuito é também manter esse sentimento de identificação e identidade do povo, a partir do momento em que todo o túmulo é feito de pedra Cariri. Assim, para além da identificação com a história de Benigna, as pessoas também identifica-se com a simbologia do espaço. Produzindo significados para os devotos pois este só caracteriza-se como lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica (NORA, 1993). Tal simbolismo podemos encontrar também nessa última imagem que apresentaremos a respeito do local do martírio.

Figura 4-imagem do local em que Benigna foi assassinada. Romaria de 2022.



Fotografia do acervo pessoal da pesquisadora.

E agora, após o poder público começar a incentivar de maneira mais incisiva na devoção, foi demolido o túmulo e erguido uma cruz, ao lado encontra-se uma lápide de maior extensão com os escritos do padre Cristiano Coelho no livro de batismo de Benigna "morreu martirizada às 4 horas da tarde, do dia 24 de Outubro de 1941, no sítio Oiti. Heroína da Castidade. Que sua alma converta a freguesia e sirva de proteção às crianças e às famílias da paróquia. São os votos que faço na nossa santinha."

Como essas ultimas alterações no local do martírio foram feitas no ano de 2022, ano este em que Benigna tornou-se a primeira beata do Ceará, reconhecida oficialmente pela Igreja Católica, notamos que o destaque a lápide com os escritos do padre Cristiano Coelho tem como objetivo consa-

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

grar a santidade de Benigna atestada desde o ano de 1941. Fazer com que o devoto volte no tempo e imagine o que Benigna viveu em suas últimas horas de vida. Nesse casso, o intuito é bloquear o esquecimento e fazer com que aquele espaço transforme-se para além de lugar de memória, também um lugar de história, onde o fato ocorreu. Como enfatiza Nora:

> A razão fundamental de ser um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial [...] prender o máximo de sentido num mínimo de sinais, é claro, e é isso que os torna apaixonantes: que os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações. (NORA, 1993, p.22)

Essa metamorfose no que diz respeito aos espaços sagrados relacionados a devoção à Benigna nem sempre é recebida de maneira agradável pelos devotos, contudo notamos que em nada interferiu na devoção e na fé popular, pois o que importa é o significado que o povo atribuiu ao espaço e a forma com que aquele lugar materializo e ressignificou a morte e o assassinato

Diante disso, para além do túmulo que foi um dos lugares mais abordados nesse trabalho, por conta de suas transformações ao longo dos anos. Destacamos também o santuário, idealizado por Ary Gomes e Sandro Cidrão, esses espaço foi construído pela comunidade no ano de construído em 2007, Gomes relata a respeito desse processo:

> Eu chamei o proprietário lá onde tinha o terreno [...]seu Assis o senhor me dá um pedaço do terreno para mim construir uma casinha o local que pode guardar os votos? [...]Aí ele disse: pois não, Ari, sendo para benigna eu lhe dou. Aí eu chamei a comissão, digo vamos trabalhar em fazer um santuário um local para fazer o local de Benigna[5].

Entendemos essa construção do santuário como uma necessidade que as pessoas tinham de materializar as memórias, expor os ex-votos e possibilitar aos devotos um espaço de oração e súplica. Concordamos com Elíade (1958) quando este destaca que "deve existir uma 'porta' para o alto, por onde os Deuses podem descer à Terra e o homem pode subir simbolicamente ao Céu" (ELIADE, 1992, p.19). No caso dessa devoção, o santuário representa essa porta/portal com o sagrado.

O sentir-se no céu muitas vezes está atrelado a emoções e sensações que aquele lugar proporciona, possibilitando sentimentos que em outros espaços o devoto não sente, como podemos observar nesse relato "eu sinto uma paz, pra mim eu tô bem em paz quando eu estou lá, as vezes por nada eu vou pra lá, me sento lá, passo é tempo. Lá é bem tranquilo, a gente sente muita paz estando lá, quando eu entro na capela, até eu passando lá eu já sinto muita paz".[6] Essa paz que a devota relata parte sobretudo da intimidade que ela estabelece com Benigna ao chegar no santuário em que foi construído em sua homenagem e assim, aquele local torna-se essa porta simbólica para o céu. Como podemos observar na imagem a seguir:

5 Ary Gomes, op. cit.
6 Entrevista realizada com Maria Josecisa de Lima, concedida a Tatiana Olegário da Silva, dia 04 de Março.2022.

Figura 5-imagem do santuário de Benigna. Romaria de 2022.



Fotografia do acervo pessoal da pesquisadora.

Percebemos que para além de um lugar de memória, que evoca as graças alcançadas pelos devotos, o contato direto com a divindade. Com o passar dos anos esse lugar também tornou-se espaço de luta e poder. Notamos que a medida com que a devoção e as romarias iam aumentando, aumentou também o número de ambulantes vendendo diversos objetos, além de uma certa "disputa" entre comerciantes da região e dos que vinham de outras cidades para venderem seus objetos nas romarias.

Para além disso notamos uma intensa participação de membros do Poder Público nas romarias intencionando maior visibilidade na comunidade. Assim, apesar da significação dada a esses lugares, eles também não estão isentos de disputas sobretudo a partir do momento em que a devoção ganha maiores proporções.

Por fim, um dos últimos lugares de memória que iremos enfatizar é a cacimba ou poço, lugar onde Benigna foi pegar água pela última vez e encontra-se há poucos metros do local do assassinato. Para os devotos, a água daquele lugar é considerada sagrada. Levando em conta seu valor simbólico representando vida – a água que muitas vezes o padre benze objetos e assim os considera sagrados –, percebemos que os devotos buscam por essa água não apenas por necessidades fisiológicas, por conta do calor da romaria e calor local, mas por necessidade espiritual. Existe uma grande importância atribuída ao ato simbólico de beber a água do poço que Benigna sempre frequentava. Como podemos ver na figura que segue:

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

Figura 6-imagem do poço onde Benigna buscou água pela última vez. Romaria de 2019.



Fotografia do acervo pessoal da pesquisadora.

Nessa imagem, notamos o poço antes da reforma feita pela prefeitura da cidade, no dia da romaria de 2019 os romeiros pegam agua, lavam os pés, levam para casa e acreditam que esta pode curar de alguma enfermidade física ou espiritual. Esse ritual ocorre até os dias atuais e nas romarias há uma maior intensificação.

Notamos que a partir desses lugares de memória, os devotos sentem-se mais próximos à Benigna, como se suas relações com o sobrenatural fortalecessem através desses espaços, assim, concordamos com Durkheim quando destaca que

> O que define o sagrado é o fato de ser acrescentado ao real" (...) Neste espaço "as energias vitais estão superexcitadas, as paixões mais vivas, as sensações mais fortes; existem mesmo algumas que só se produzem senão neste momento. O homem não se reconhece: sente-se como que transformado e por conseguinte, transforma o meio que o rodeia. Para explicar-se as impressões muito particulares que experimenta, ele atribui às coisas com as quais está em relação, poderes excepcionais, virtudes que não possuem os objetos da experiência vulgar. (DURKHEIM, 1978, p. 226)

A sensação que o devoto sente ao tocar e pisar no mesmo espaço que Benigna morreu é capaz de transformar sua forma de ver a vida e as dificuldade que a rodeiam. As energias são renovadas e a fé revigorada, sua vida é transformada a partir daquele contato e experiência com o sagrado. Como relata dona Antônia moradora do distrito de Inhumas:

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

> No momento assim, a gente fica sem querer acreditar, mas quando a gente ver o milagre, olha esse olho aqui eu não tô enxergando muito bem, se eu tampar aqui eu vejo só o vulto da senhora aí, aí essa semana eu fui lá na cacimba dela, tinha uma amiga minha que queria ir lá que nunca tinha ido ai ela me chamou pra ir ai eu digo eu vou... chegamos lá a cacimba tava fechada nós tiramos a pedra ai puxamos a agua aí enchemos o tamborzinho dela, ai lavei meu rosto, eu digo, vou lavar meu rosto porque a menina Benigna ela tá vendo meu sofrimento pra eu puxar a agua nessa cacimba só com olho olhando.. ai eu puxei a agua ai lavei o rosto, ai caiu a agua dentro ai ardeu por que quando eu ia tomar banho em casa não ardia, caia sabonete e não ardia e quando caiu a agua ardeu, eu digo meu olho ainda ta vivo que pra mim tava morto que não tava vendo mais, ai fui em um oculista e ele disse que era uma catarata, se tirar alimpa, ai eu disse que enquanto eu não puder ir tirar essa catarata eu vou lavando com a agua de Benigna, ela vai me curar[7].

A partir desses testemunhos de fé, muitos outros vão sendo retratados e outras memórias vão sendo elaboradas e reelaboradas. Mesmo que essas memórias estejam em constate evolução e "aberta a dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações" (NORA, 1993. p.9), elas permanecem vivas, no tempo presente e em busca de algo que possam materializar-se. Nesse caso, os lugares de memória assumem esse papel de tornar sempre latente a história, os símbolos, as significações e as manifestações de um povo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante o que foi exposto, inferimos que os Lugares de memória aqui destacados, guardam fragmentos do passado e lembranças marcantes não apenas da vida e morte de Benigna, como também de seus devotos. Estes, à medida que visitam e conhecem a história da beata, materializam as memórias de pessoas que viveram à época como também ressignificam as suas, fazendo promessas, deixando ex-votos e bebendo a água do poço, atribuindo assim, sentido aos espaços e a vida a partir do momento em que estiveram nestes lugares.

Assim, ao apresentamos os lugares de memória nesse trabalho, enfatizamos que estes não são estáticos, estão em constante transformação. Contudo, independe disso, para o devoto o que importa é o que esses espaços guardam e transmitem, tendo como missão conservar a história de Benigna e proteger a memória do esquecimento, solidificando-a em espaços físicos, significativos e memoráveis.

REFERÊNCIAS

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (Org.). **Geografia**: conceitos e temas. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 15-47.

DURKHEIM, E. (1978). "As formas elementares de vida religiosa". In: **Durkheim** (coleção pensadores), pp. 203-245. São Paulo: Editora Abril.

7 Antônia Barbosa de Brito, entrevista de História Oral concedida a Tatiana Olegário em 02 de novembro de 2016.

ELIADE, Mircea. **O Sagrado e o Profano**: a essência das religiões. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**; [tradução Rogério Fernandes]. São Paulo: Martins Fontes, 1992. (Tópicos).

GIL FILHO, Sylvio Fausto. Geografia da religião: reconstruções teóricas sob o idealismo crítico. In: KOZEL, Salete. et. al. (org.). **Da percepção e cognição à representação**: reconstruções teóricas da geografia cultural e humanista. São Paulo: Terceira Imagem, 2007. p. 207-222.

MELLO. Juçara Barbosa de. Transformação na continuidade: relações entre "história, memória e identidade". XIV encontro regional da ANPUH Rio, memória e patrimônio. Rio de Janeiro, 2010.

NORA, Pierre. Entre memória e história a problemática dos lugares. Tradução Yara Aun Khoury. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, n. 10, p. 07-28, dez. 1993.

INTEGRALISMO NO PIAUÍ: FORMAÇÃO, COMPOSIÇÃO E PROPAGANDA

Thiago Silva de Sousa[1]

RESUMO: Em 1932 a Ação Integralista Brasileira (AIB) iniciava suas atividades no cenário político brasileiro, desenvolvendo um processo de expansão, agindo em todas as regiões do Brasil. No Piauí, a chegada e desenvolvimento desse movimento fascista, ocorre concomitantemente ao tensionamento de grupos oligárquicos locais, desunidos pelo apoio e contrariedade a Getúlio Vargas e atos no Estado. A AIB-PI funciona de 1933 até 1938, expandindo-se em quatro núcleos municipais, reunindo em suas fileiras intelectuais do círculo literário piauiense, mantendo um forte discurso religioso e anticomunista.
PALAVRAS-CHAVE: Integralismo. Imprensa. Revolução de 30.

1 INTRODUÇÃO

Nossa intenção com esse texto é buscar compreender como se deu o surgimento e quais as articulações políticas, sociais e culturais da Ação Integralista Brasileira Núcleo do Piauí (AIB-PI) entre os anos de 1933 até 1938. Para além da formação, temos como foco as maneiras que a AIB-PI utilizou para propagandear suas ações e convocar seus militantes, como também identificar e analisar os personagens que compuseram a associação. Para isso pretendemos situar as profissões e classes dos membros e as alianças políticas que se firmaram naquele contexto histórico para que se pudesse consolidar um núcleo integralista no estado do Piauí.

A produção de pesquisas sobre o integralismo tem crescido vastamente nos últimos anos, buscando entender o hermetismo do movimento, elencando questões diversas como as experiências de mulheres e crianças integralistas, as diferenças de perspectivas teóricas e práticas dos líderes, as temáticas e seus desdobramentos, a imprensa integralista, as relações com o poder governamental e cultural, inclusive, as distinções e similitudes dos integralismos regionais. No Piauí a única pesquisa acerca da temática que tomamos conhecimento, até o momento, é o Trabalho de Conclusão de Curso de Gerlândia Moura Vale intitulado *Sertanejos Anauê: A construção da Ação Integralista Brasileira no Piauí* (2009).

O trabalho de Gerlândia Vale, como específico para um trabalho de conclusão de curso, limitou-se a compreender alguns aspectos de como funcionou a AIB-PI a partir do jornal *A Liberdade* como seu propagador, desse exitoso trabalho, e fazendo jus à sua natureza, não foram aprofundadas as relações entre personagens, líderes, ou as articulações com os governos locais.

1 Graduando em História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI) – Campus Parnaíba. Email: thiagossousa06@gmail.com

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

Do ponto de vista metodológico usamos como vestígio histórico o jornal *A Liberdade,* disponível de forma digital na plataforma *Mundos do Trabalho Piauí*[2], de forma a articularmos seus dados com os de múltiplos jornais de circulação estadual e nacional, que contém matérias e informações pontuais sobre nosso objeto de estudo, encontrados a partir da "*Hemeroteca Digital Brasileira*"[3], valendo-se da tecnologia de *Optical Character Recognition* (OCR), disponibilizado por ela. Isso permitiu maior cruzamento de informações e a compreensão de como o movimento era percebido em escala ampla.

Para compreender melhor nosso objeto de pesquisa devemos compreender também alguns elementos contextuais e políticos que circundavam a década de 20 do século XX. Naquele período o "cenário social, político e econômico do Piauí era marcado pela desigualdade" (SANDES-FREITAS, 2019, p. 19), pois o espaço político era dominado por oligarcas que se caracterizavam pelo domínio da terra. Nesse ambiente as disputas por poder eram intensas e aliadas à crise econômica que o estado sofreu no fim da década de 1920, em decorrência da queda de exportações. Tal contexto foi terreno fértil para a organização da Aliança Liberal (AL) que ascendeu politicamente como ideário alternativo ao governo aristocrático vigente.

Com propostas de reforma do sistema político, como voto secreto, e de pautas sociais, como a redução da jornada, a Aliança Liberal se formou no ano de 1929 e disputou as eleições de 1930 com Getúlio Vargas como candidato. Saindo derrotado do pleito, os aliancistas optaram pela "insurreição", eclodindo em outubro a Revolução de 1930 que alçou o próprio Getúlio Vargas ao governo do país. (PANDOLFI, 2003)

De caráter heterogêneo nacional, a Aliança Liberal no Piauí também aglutinou em torno de si diversos personagens de origens distintas, por exemplo: "políticos como o ex-governador Matias Olímpio de Melo, Humberto de Área Leão, vice-governador, o deputado Hugo Napoleão do Rego, o senador Pires Rebelo e o Des. Joaquim Vaz da Costa, aliado dos "coronéis" da região sul do estado" (SANTOS; KRUEL 2009, p. 111). Da mesma forma, desenvolveu-se no interior da Aliança Liberal piauiense uma acirrada cisão ideológica, até maio de 1931 a interventoria do Piauí havia sido assumida por três políticos: Humberto de Arêa Leão, Joaquim Lemos Cunha e Landri Sales Gonçalves, com ao menos dois movimentos golpistas liderados pelo desembargador Vaz da Costa, ex-membro da Aliança Liberal. (NASCIMENTO, 1994). Isso se deu, porque, na prática, as propostas que encabeçaram a Revolução de 1930 foram abandonadas e o *modus operandi* da política do estado voltou a ser "as mesmas de 40 anos atrás. A Revolução de 30, era um movimento interrompido" (CAVALCANTE JÚNIOR, 2004, p. 67).

Para Idelmar Cavalcante Júnior, esse "movimento interrompido" teve fim com a chegada do cearense Landri Sales ao posto de interventor em maio de 1931. Pode-se afirmar que "Landri Sales, apesar dos recuos que aconteceram ao longo de seu governo, quando se aproximou de antigas lideranças políticas piauienses, foi o primeiro interventor revolucionário do Piauí, isto é, o primeiro

2 Disponível em http://www.mundosdotrabalhopi.com.br/p/jornais.html. Acesso em 31/01/23.
3 Disponível em http://www.mundosdotrabalhopi.com.br/p/jornais.html. Acesso em 31/01/23.

que realmente se identificava e se comprometia com os ideais da Revolução de 30" (CAVALCANTE JÚNIOR, 2004, p. 73).

Além do contexto de tensões político-partidárias, o Piauí era marcado, desde a década de 1920, por uma ativa busca de "modernização". Essa modernização vinha em muitas facetas, desde mudanças arquitetônicas até o aumento de jornais impressos. Tal aspecto ganhou mais vulto com a instalação em 1931 da Faculdade de Direito do Piauí:

> A ausência de uma instituição de ensino superior local criava dificuldade para implementação de projetos que visassem promover uma modernização da sociedade piauiense [...] Assim, a instalação de uma instituição de progresso, modernidade, renovação e outros" (MELO, 2021, p. 380)

A busca pela modernização e progresso do estado, permitiu que no Piauí se estabelecesse um "círculo intelectual", formado por personagens que figuravam na mídia e eram associados à "intelectualidade", em um estado de significativo analfabetismo. Esses "intelectuais" agiam diretamente no debate político pois eles "se incorporaram às estruturas de poder e nela e por ela se digladiavam nos jornais" (CIARLINI, 2021, p. 140).

> Os intelectuais piauienses que se expressaram por meio de revistas, ocupando microcosmos diversos, tanto na capital, como nos municípios, exerceram um papel preponderante na construção de discursos em relação a política local como na nacional, destacando a necessidade de criar condições novas, não somente na política, mas na cultura em meados dos anos 30. (MELO, 2021, p. 229)

Portanto, é em um contexto político de tensões entre as oligarquias piauienses em relação às propostas políticas da revolução de 1930. É justamente em meio a esse contexto de movimento social-cultural de modernização e formatação de um "círculo intelectual" regional que o Integralismo chega e se desenvolve no Piauí.

2 O NÚCLEO INTEGRALISTA DO PIAUÍ

Em 1936 a Ação Integralista Brasileira (AIB) completava quatro anos de existência, momento em que o líder, Plínio Salgado, divulgou uma carta onde acrescentou um breve resumo sobre o histórico de criação dos núcleos regionais, ele cita que quando:

> Parte a primeira bandeira para o norte, incrementa o integralismo por toda a parte. O movimento inicia-se em Alagoas. O Amazonas e Pará, que tinham respondido ao apêlo em fins de 32, organizam-se na Segunda Bandeira que funda também o integralismo em Piauhy e Sergipe e dá corpo ao Integralismo no Maranhão, já esboçado na Primeira Bandeira. (A RAZÃO, 09-10-1936, p. 04)

As bandeiras dos integralistas, ou caravanas, citadas por Salgado, eram espécies de movimentos de propaganda ideológica da associação, que iam aos estados brasileiros afastados dos núcleos Rio-São Paulo, e eram lideradas pelos intelectuais do movimento:

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

> Visando incrementar o processo de expansão do movimento pelo Brasil, a direção central da AIB organiza, no segundo semestre de 1933, expedição incumbida de percorrer as capitais da região Norte e Nordeste do país, pois em alguns Estados, como o Maranhão, havia necessidade de orientar os militantes regionais e, por meio das lideranças nacionais, legitimar os Núcleos Provinciais instalados naqueles Estados. Devido a sua semelhança com uma peregrinação, a expedição foi denominada, na época, de bandeira ou caravana integralista. (CALDEIRA, 1999, p. 31)

Segundo João Ricardo C. Caldeira, devido ao sistema rodoviário ainda carente que ligava as extensões do Brasil, Gustavo Barroso optou por percorrer o litoral nordestino por vias marítimas. Como Teresina é a única capital nordestina que se situa no interior do estado e não no litoral, a cidade costeira de Parnaíba foi a escolhida para receber o núcleo itinerante integralista. Em matéria do jornal *A Liberdade* de julho de 1934 o Dr. Paulo Eleutherio, Chefe integralista do Pará, informa: "Parnahyba que primeiro em toda a província vestiu a camisa verde e onde primeiro foi ouvida a palavra doutrinadora da campanha do "sigma." (*A Liberdade,* 1934, p. 04). Segundo a informação trazida pelo paraense, o Piauí, assim como outros estados nordestinos, teve sua introdução à ideologia do sigma a partir da primeira caravana integralista, já em 1933, e não em uma segunda em 1934 como informa Plínio Salgado.

Diante disso, podemos intuir que a presença da primeira caravana integralista foi a propulsora da ideia no estado. Dessa forma, tal primeira caravana cumpriu seu papel de introduzir a ideologia no estado, mas não suficiente a ponto de constituir um núcleo provincial e muito menos municipal. O *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, divulgou a notícia de uma reunião entre o "nomeado coordenador do integralismo no Piauí" (*Commercio,* 08/03/1934) com elementos importantes da sociedade piauiense como comerciantes e professores.

> TERESINA. 7. - Circulou aqui a Acção Integralista.
> O Desembargador Giovanni Costa, nomeado coordenador do integralismo no Piauhy, constituiu uma commissão nesta capital, para a qual escolheu elementos do commercio, professores e estudantes. (*O COMMERCIO, 08/03/1934)*

No mesmo jornal em abril de 1934, era publicada a notícia: "Realizou-se hontem, no cinema Olympia, desta capital, a primeira reunião da Acção Integralista, sob a presidência do Dr. Giovanni Costa. O presidente expôs os fins a que se destinava a campanha integralista. Várias pessoas assinaram o livro de compromisso." (*O COMÉRCIO*, 1934, p. 06). Vemos que o desembargador já é entendido, no mês seguinte, como presidente do núcleo, podemos determinar, portanto, que é entre março e abril de 1934 que ocorreu a fundação do Núcleo Provincial Integralista do Piauí.

A carta enviada por Plínio Salgado aos núcleos nacionais indicava que a fundação da AIB-PI teria ocorrido somente após a passagem de uma Segunda Bandeira "O Amazonas e o Pará, [...], organizam-se na Segunda Bandeira que funda também o integralismo em Piauhy e Sergipe" (A RAZÃO, 1936, p. 04). Não encontramos menção a essa "segunda caravana" na historiografia sobre o tema integralista, como também não tivemos acesso virtual aos trabalhos publicados acerca da prática integralista em Sergipe.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

Como apontado por Salgado, essa segunda caravana foi mobilizada pelos integralistas amazonenses e paraenses, se olharmos para o Jornal *A Liberdade*, podemos perceber, de fato, que há uma presença importante dos dois líderes na formulação da AIB-PI. Em junho de 1934 os jornais da capital piauiense e do Brasil anunciam a chegada do presidente da Ação Integralista Brasileira do Pará, Dr. Paulo Eleutherio, como mostra o jornal carioca.

> O Integralismo no Piauhy.
> Therezina, 8 - Procedente de Belém, chegou a esta cidade o sr. Paulo Eleutherio, chefe do movimento integralista no Pará. O sr. Paulo Eleutherio pretende aqui realizar uma série de conferencias políticas, no decorrer das quaes esclarecerá os principais pontos do programma integralista. (*DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1934)*

Ao ser apresentado aos integralistas o chefe paraense é elencado como um erudito pensador da nação brasileira, o jornal *A Liberdade* o define como: "um intellectual de valor nas lides jornalísticas e literárias brasileiras, desempenhando com raro brilho o logar de Redactor-Secretario da nossa confreira Folha do Norte." (A LIBERDADE, 06/06/1934, p. 01) O que se vê é um empenho dos camisa verdes piauienses a ligar o integralismo como um movimento de intelectuais, essa prática foi costumeira nas páginas do jornal, o objetivo era sempre atingir a camada da sociedade que produz "ideias", e angariar esses indivíduos para as fileiras integralistas.

Segundo o jornal *A Liberdade*, Paulo Eleutherio teria permanecido na capital piauiense durante quatro dias realizando conferências, comícios e reuniões. É após a visita do paraense que percebemos uma significativa alteração na forma como o jornal abordou o integralismo, uma delas é que as matérias relativas à AIB-PI que anteriormente apareciam com um título *"A Pedido"*, na página 3, passam a mencionadas sob um título *"No Seara das Ideias"*, como matéria de capa.

Desde de maio de 1934 as edições do *A Liberdade* já mostravam um grupo de autodeclarados integralistas na cidade de Floriano e Parnaíba também, eram esses grupos nomeados por "triumviratos", como constata nesse trecho da matéria do jornal *A Liberdade*:

> Triumvirato de Parnahyba: Prof. José de Souza Brandão, Thomaz Catunda, João de Carvalho Aragão
> Triumvirato de Floriano: Prof. Osmar Mendes, Eugelino Boson e José Francisco Dutra. (*A Liberdade,* 31/05/1934, p. 03)

A caravana liderada pelo paraense teria sido uma reforçadora desses grupos, dando-os características mais coesas e legando maior materialidade para suas atuações. Em 15 de junho de 1934, enquanto Paulo Eleutherio, e Giovanni Costa permaneciam no Maranhão, é divulgado a notícia no jornal *Diário de notícias* da capital brasileira:

> O Integralismo no Piauhy.
>
> Therezina, 14 (União) - Em Floriano, foram empossados os membros do núcleo municipal integralista, sendo victoriados os nomes de Plínio Salgado, Gustavo Barroso e Giovanni Costa.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

Aliado a esse "empossamento", após a passagem da caravana, em junho de 1934, houve uma alteração na abordagem dos antigos grupos municipais, enxergados por triunviratos, passaram a ser denominados sob o título de "sub-núcleo".

Logo depois da passagem da segunda bandeira integralista pelo Piauí podemos observar uma mudança na postura do desembargador Vaz da Costa. Antes da caravana ele havia permitido a participação de seu primo, Giovanni Costa, na diretoria do jornal, além da entrada de temáticas integralistas no jornal, contudo, não fazia parte da composição administrativa e nem falava abertamente sobre um alistamento. Posteriormente à caravana, Vaz da Costa divulgou o "Manifesto aos Piauhyenses" onde declarou sua incondicional associação à AIB-PI.

O desembargador torna essa adesão um manifesto público que visava atingir o seio da sociedade piauiense dando mais holofote ao movimento, que ganhava relevo naquele momento com a visita de figuras nacionais da aliança. Em seu manifesto ele fazia duras críticas à república, e aliava sua filiação ao combate do comunismo.

> Mais cêdo ou mais tarde, a acção destruidora e anarchica do movimento de outubro, terá como consequencia a tentativa de uma revolução communista. [...] O integralismo é um phenomeno social e politico determinado pela necessidade de defêsa integral do organismo nacional ameaçado pela destruição, pela desordem, pelas conspirações e pela anarchia. (COSTA, *A LIBERDADE,* 07/07/1934, p. 01)

O que podemos perceber é que o saldo da Segunda Caravana não é a criação de novos subgrupos ou núcleos municipais, nem uma nova expansão além das que já haviam ocorrido após a primeira caravana, mas um fortalecimento do integralismo piauiense, com suas figuras políticas aderindo ao movimento em um espaço público de rivalidades oligárquicas e um processo de "integralização" do jornal *A Liberdade*. Esse processo é tão efetivo que no ano de 1935 o referido jornal passou a representar o Piauí no consórcio jornalístico *Sigmas Jornais Reunidos* (OLIVEIRA, 2009).

A importância dada à imprensa escrita pelos integralistas era tanta que a secretaria, inicialmente vinculada ao departamento de propaganda e doutrina, no ano de 1936 ganha uma secretaria única: "Em outras palavras, passou a fazer parte da direção do movimento" (OLIVEIRA, 2009, p. 271)

Rodrigo Oliveira nos mostra que a nova estruturação do departamento significava

> Não apenas apontar para a confecção de periódicos, como também para a fiscalização de textos publicados sobre o movimento em outras folhas. Além disso, passa a ter um setor de censura, cujo objetivo primordial era controlar os jornais do movimento. Deve-se levar em conta que, na época, o integralismo já estava estruturado em todos os Estados do país e que o número de periódicos ligados oficialmente ao movimento ultrapassa sessenta folhas (OLIVEIRA, 2009, p. 272)

Ele constitui então o conceito de *imprensa integralista*, pensada a partir do entendimento de que o movimento integralista possuía uma relação existencial de formação e propagação de seus núcleos regionais e expansão nacional com o desenvolvimento de uma imprensa escrita, entendida como um conjunto de códigos conceituais, formatos de jornais, temas trabalhados, formatos de dis-

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

posição, exposição dos temas, organização do jornal, etc, comuns a um conjunto de periódicos vinculados à AIB. Desta forma, podemos entender, a partir da pesquisa de Rodrigo Oliveira (2009), que a AIB não só estruturou um dos maiores sistemas de imprensa da época, tornando-a poderosa forma de mobilização popular, como produziu uma relativa unidade ideológica nas *folhas verdes*, fazendo com elas se tornassem ecos de profunda doutrinação por meio do *Sigma-jornais Reunidos*.

Como já apontamos, é o periódico *A Liberdade* que assumiu o papel de imprensa integralista oficial no Piauí, e que paulatinamente ele adere e torna-se esse representante. Após a fundação da AIB-PI, o periódico que antes era gerenciado somente por Abrahão Lima – tendo na direção e na redação principal o Des. Vaz da Costa – passou a ter sua gerência dividida com Celso de Albuquerque, e as funções de liderança são divididas com Giovanni Costa, enquanto Redator Secretário e chefe provincial da AIB.

Notamos então a experiência do integralismo piauiense vivenciada pela reformulação de um jornal já em circulação, pelo menos desde 1928 e que na época apresentava ideologias até mesmo contrastantes com o ideário integralista. Essa constatação se difere da proposta de Rodrigo Oliveira ao afirmar a relação simbiótica de inauguração de um núcleo integralismo e formatação de uma imprensa jornalística:

> Acreditamos que exista uma relação dialética entre o integralismo enquanto organização política e a sua imprensa. [...] o primeiro jornal integralista propriamente dito vai ser publicado cerca de um mês depois da fundação da AIB. Outro dado interessante é o fato de que em todos os Estados sobre os quais tivemos acesso aos jornais das secretarias provinciais, a fundação do primeiro periódico nunca ultrapassou quarenta dias após a organização do primeiro núcleo de comando regional. O que nos leva a crer que uma das primeiras ações de cada chefia provincial é a fundação de um periódico para difundir a ideologia dos camisas-verdes. (OLIVEIRA, 2009, p. 137)

É possível que a opção pela não abertura de um novo jornal se deu pelo fato de o jornal *A Liberdade* já possuir tradição e circulação social, além de se vangloriar enquanto o jornal mais lido do estado, informação ou propaganda contida logo no seu subtítulo. Impacta também o fato de que o periódico já possuía na época a tiragem de duas edições semanais, o que nos revela que contava previamente com um público assíduo e com uma inserção relevante dentro da sociedade teresinense, sendo mais fácil utilizá-lo como uma ferramenta pronta de doutrinação do que organizar um jornal concorrente.

É presente nas folhas do jornal *A Liberdade* as temáticas comumente trabalhadas pelo integralismo em sua imprensa, como o anticomunismo, antiliberalismo e exaltação dos líderes e uma cosmologia protofascista. Uma curiosa característica da folha é que mesmo sendo o jornal integralista, ele funcionava como um divulgador de outras perspectivas políticas, já que pelo menos até o fim de 1934 os anúncios integralistas conviviam nas mesmas páginas com a propaganda partidária da URL (União Liberal Regeneradora). Outra das principais formas de propaganda utilizadas pela AIB-PI foram as palestras:

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

> Às 10 horas da manhã, a conferência publica de propaganda do integralismo [..] O Cinema Olympia de novo se encheu de espectadores, inclusive senhoras e senhorinhas, além de pessoas das classes cultas e laboriosas da cidade. Poucas vezes se tem visto em Theresina um interesse tão grande por uma causa como actualmente a do integralismo, que dia a dia, arrasta prosélitos ethusiastas e decididos no Piauhy e nos demais estados do Brasil. (*A Liberdade,* 15/06/1934, p. 01)

Paulo Eleutério também sugere que havia uma pluralidade de formas propagandísticas quando afirmou em entrevista que a filosofia integralista no Piauí era "disseminada pela palavra impressa, escrita e falada dos seus pioneiros"(*A Liberdade, 1934)*. Os comícios também eram amplamente utilizados, como revela citação em jornal: "Therezina - O chefe de Polícia proibiu o dr. Herbert Dutra que fizesse na praça pública conferencia em favor do Integralismo, permitiu, porém, que fossem realizadas na séde do partido." (*A Notícia, 18/04/1937)*.

Os Integralistas piauienses se reuniam ao redor de personagens ligados à formatação do "círculo intelectual", que ocorria desde a década de 1920 mobilizada pelos avanços da modernização das cidades, com o aumento do número de periódicos e instituições de instrução pública. Desta forma, a presença de médicos, professores e funcionários públicos nas fileiras da AIB-PI era massiva. Entre os nomes conhecidos do núcleo teresinense, é perceptível que se trata de homens de elite socioeconômica piauiense. Os integralistas teresinenses eram vinculados, primeiramente, a uma camada da Aliança Liberal, especialmente aquela descontente com os rumos da revolução.

Além de Teresina, outros três núcleos regionais foram criados: Parnaíba, Floriano e Picos. A composição parnaibana segue os mesmos parâmetros da capital, a busca pelos intelectuais daquele momento, os seus membros são professores do Ginásio Parnaibano. Já o núcleo integralista de Floriano era composto pelos funcionários públicos. São muito escassos os dados sobre esses núcleos e até acerca da biografia desses indivíduos, o que pudemos delimitar é que trabalhavam no funcionalismo público. Sobre o Núcleo da cidade de Picos, encontramos menção do funeral de um membro do grupo no jornal integralista *A Offensiva (*04/08/1936, p. 01), mas sem dados sobre a composição dos demais.

Em 1937 a presidência do núcleo integralista do Piauí foi mudada, assumiu o mineiro Herberto Dutra. Militante de grande renome dentro da estrutura hierárquica da AIB, representou constantemente o próprio Plínio Salgado em reuniões de núcleos integralistas ao redor do Brasil, foi também chefe provincial de Minas Gerais. Dutra, além de líder do integralismo no Piauí, em 1937, era o chefe da arqui-província e comandava a 4ª circunscrição, que "reúne 2 ou 3 "províncias" integralistas" (TRINDADE, 1979, p. 310).

PERSEGUIÇÃO E OCASO DO INTEGRALISMO PIAUIENSE

Como sabido, em 1937 Getúlio Vargas efetiva o golpe do Estado Novo, na ocasião os integralistas acreditavam que o ocorrido seria propício para a execução de seu projeto, pressupunha-se que ao apoiarem o golpe do estado, o ditador acolheria dentro do novo desenho institucional os camisas verdes. É importante ressaltar que getulistas e integralistas não estavam em "convergência política" (GON-

ÇALVES & CALDEIRA NETO, 2020, p. 57) mas possuíam adversários em comum, "a ameaça comunista passou a ser elemento de ligação entre o governo e AIB" (GONÇALVES & CALDEIRA NETO, 2020, p. 58).

Segundo Leandro Pereira Gonçalves e Odilon Caldeira Neto, após a implantação do Estado Novo os camisas verdes sentiram-se enganados por Vargas. No fim daquele ano o ditador promulgou a Lei de Segurança Nacional que "dissolveu todos os partidos políticos, além de proibir milícias cívicas e restringir o uso de uniformes e simbologias dessas entidades, entre as quais a AIB" (GONÇALVES & CALDEIRA NETO, 2020, p. 59).

Em maio de 1938 houve a então chamada "Intentona Integralista", o levante dos camisas-verdes foi articulado com o objetivo de assassinar o presidente Vargas. Com um plano de grandes dimensões, eles atacaram diversos locais estratégicos como a Polícia Civil, Polícia Especial, Quartel General do Exército, Polícia Militar, Ministério da Marinha, Correios, entre outros, na intenção de desarticular qualquer reação do governo. Mas "o alvo principal era o Palácio Guanabara, residência do presidente da República, como objetivo de depor imediatamente Getúlio Vargas." (GONÇALVES & CALDEIRA NETO, 2020, p. 62).

A recepção do levante integralista pelos próprios membros da AIB-PI não pôde ser mensurada pelas fontes que tivemos acesso. Somente sabemos sobre a particiapação de Herberto Dutra, Chefe Provincial da AIB-PI, que tinha a função de invadir o prédio dos Telégrafos e enviar uma mensagem a todos os núcleos brasileiros, dizendo que o levante havia sido bem-sucedido e que Getúlio Vargas estava deposto do cargo. Com o fracasso do motim Herberto Dutra ainda tentou se esquivar das investigações, alegando ter apenas cumprido ordens superiores em sua ação, todavia foi condenado e preso por sete meses. Após o evento, "a repressão aos camisas-verdes foi brutal" (GONÇALVES & CALDEIRA NETO, 2020, p. 63). A perseguição ocorreu no Piauí, no Relatório da interventoria de 1938, Leônidas Melo, interventor, declarava:

> ORDEM POLÍTICA E SOCIAL. COMUNISMO: [...]. A premeditada e fracassada intentona serviu de demonstração de que tais elementos ainda não se desviam das idéas e atividades que os levaram ao cárcere, em condenação necessária e justa. INTEGRALISMO: [...]. Extremismo da direita, como era designado. O Integralismo traiu a sua pregação constante de respeito á autoridade constituída, e mais ainda, à trilogia – Deus, Patria e Família, - que lhe servia de lema, com que procurava captar simpatias e atrair prosélitos. [...]. Forma gemea do comunismo, para empregar a expressão de Azevedo Amaral. O Integralismo, na sua essência e nos seus designos, não visava senão a conquista do mando nacional, e fosse por que meio fosse. (PIAUÍ *apud* MELO, 2021, p. 279)

O que podemos perceber é que o interventor junta integralismo e comunismo a movimentos "gêmeos", dessa maneira teriam o mesmo tratamento quanto à repressão e "condenação necessária e justa". Maureni Melo, aponta que um exemplo da perseguição aos integralistas piauienses foi o inquérito do funcionário público José Baltazar da Silva:

> O chefe de polícia, de forma enérgica, formulou um processo que nos autos acusava Baltazar de ter "[...] divulgado, nesta cidade, notícias falsas alarmantes, como de ter ferido gravemente S. Excia. O Sr. Presidente da República, por ocasião de assalto ao Palacio Guanabara, levado

> a efeito por elementos integralistas. [...]."(sic). Depois de tramitada toda a ação, o mesmo foi condenado acusado de ser integralista, e lhe foi aplicada uma pena de "[...] 1mez, 22 dias e 12 horas, [...]. O réu respondeu o processo em liberdade, todavia, quando foi expedido o mandado de prisão para cumprir a pena de "prisão celular", encontrava-se foragido, segundo documentos apensados no processo (MELO, 2021, p. 284).

Segundo Maureni Melo (2021) a condenação de Baltazar ocorreu sem a presença de provas, mesmo que tenha sido condenado por "notícias falsas" contra a "ordem", o funcionário público foi acusado de ser "integralista", isso revela que a polícia procurava associar crimes ao camisas-verdes do Piauí.

Em maio de 1938 o jornal *O Imparcial,* do Maranhão, declarou: "Therezina - O interventor federal determinou, hoje, que fosse organizada uma relação dos funccionarios do estado filiados ao integralismo. O bacharel Clemente Fortes, ex-integralista, acaba de ser demitido do cargo de advogado da prefeitura." (*O Imparcial,* 1938) O que demonstra uma política de "expulsão" dos camisas-verdes da administração.

Outro caso dessa perseguição se deu na figura de José de Souza Brandão, presidente do Núcleo Parnaibano. Ele encaminha para Getúlio Vargas a "denúncia que recebeu de Plínio Salgado, enviado de Lisboa, material integralista. Acrescenta na correspondência que buscou informações com as autoridades locais, em Parnaíba (PI). Esse contexto ilustra um pouco da censura e repressão no meio cultural do estado." (MELO, 2021, p. 284).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao desenvolvermos nossas pesquisas, percebemos que as reflexões aqui levantadas são de suma importância, além do ineditismo do tema, o presente trabalho é capaz de influenciar novas perspectivas sobre o integralismo no Piauí, como também, acerca das questões concernentes aos resultados da Revolução de 30 no estado. A AIB-PI insere-se no panorama do integralismo regional a partir do desejo de expansão dos líderes do movimento, com as duas Caravanas Integralistas, que criaram e entrelaçaram o núcleo Piauí com outros núcleos estaduais, que são recrudescidos com forte estratégia de publicidade.

Concluímos que o quadro de divergências tensionadas entre os membros da Aliança Liberal, acoplado a uma busca coletiva de elementos letrados na sociedade foram terreno fértil para a chegada e desenvolvimento de um movimento político fascista, bem como compartilharam o contexto nacional de perseguição e ocaso inaugurados pela tentativa frustrada de golpe ao Estado Novo.

REFERÊNCIAS

CALDEIRA, João Ricardo de Castro. **Integralismo e política regional**: a ação integralista no Maranhão. São Paulo, Annablume, 1999.

CAVALCANTE JÚNIOR, Idelmar Gomes. **A interventoria Landri Sales:** a consolidação da Revolução de 30 no Piauí. Trabalho de Conclusão de Curso, UFPI. Teresina, 2004.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

CIARLINI, Daniel Castello Branco. **Imprensa e literatura piauiense na República Velha**: gênese de um campo e circuitos literários. Tese de Doutorado, UFRGS. Porto Alegre, 2019.

GONÇALVES, Leandro Pereira. CALDEIRA NETO, Odilon. **O fascismo em camisas verdes:** do integralismo ao neointegralismo. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2020.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.) **Fontes Históricas**. São Paulo; Contexto, 2008. p. 111-153.

MELO, Antonio Maureni Vaz Verçosa. **Compartilhando ideias e tecendo poder**: a atuação dos intelectuais piauienses na Era Vargas no Piauí (1930-1945). Tese de Doutorado, UFRJ. São Gonçalo, 2021.

MENDES, Francisco Iweltan Vasconcelos. **Educação e sociedade em Parnaíba**. Parnaíba, SIEART, 2007.

NASCIMENTO, Francisco Alcides. **A Revolução de 1930 no Piauí (1928-1934)**. Fundação Cultural Monsenhor Chaves, Teresina, 1994.

OLIVEIRA, Rodrigo dos Santos. **Imprensa Integralista, Imprensa Militante (1932-1937)**. Tese de Doutorado, 2009, Porto Alegre.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 30: as incertezas do regime. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 22., 2003, João Pessoa. **Anais** [...]. São Paulo: Associação Nacional de História, 2003. p. 1-7

SANDES-FREITAS, Vítor Eduardo Veras de. Herança e História Política do Piauí: das origens à redemocratização. **Revista Eletrônica do Mestrado acadêmico de História da UECE**, vol. VII, nº 13, p. 07-39, 27 de agosto de 2019.

SANTOS, Gervásio. KRUEL, Kenard. **História do Piauí**. Teresina, Zodíaco, 2009.

TRINDADE, Hélgio, **Integralismo**: o fascismo brasileiro na década de 30. Rio de Janeiro, DIFEL, 1979.

VALE, Gerlândia Moura. **Sertanejos Anauê**: a construção da Ação Integralista Brasileira no Piauí. Trabalho de Conclusão de Curso, UFPI. Picos, 2013.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS

ANAIS DO

ZÉ MENINO MILAGREIRO: TRAGÉDIA E DEVOÇÃO NÃO-OFICIAL (JUCURUTU-RN 1937-2022)

Wesley Henrique de Moura Simão[1]

RESUMO: Reflete sobre a devoção ao milagreiro Zé Menino cultuado na comunidade Riachão, zona rural do município de Jucurutu-RN. O estudo fez uso das narrativas de devotas e devotos, coletadas através de entrevistas feitas durante as visitas ao local sagrado e analisas da luz da metodologia da História Oral, além da estudo etnográfico e da observação de ex-votos. Essa devoção se enquadra nos cultos do catolicismo não-oficial, uma vez que não é destinada aos santos oficiais e sim a um sujeito que pertencia à comunidade estudada e que ao morrer de forma trágica, foi alçado ao sagrado e cultuado como milagreiro. Nesse sentido, utilizamos o conceito de sublimação de Lourival Andrade Júnior para entendermos o processo pelo qual o milagreiro passa logo após a morte, o status de lugar sagrado que o local de sua morte recebe, tudo isso relacionado ao debate sobre os sertões e as representações de uma religiosidade sertaneja. Veremos José Batista Serafim – Zé Menino, sua morte e sublimação, e como um local de tragédia se tornou um espaço sagrado de fé, esperança e milagres.
PALAVRAS-CHAVE: Milagreiro. Sertões. Devoção. Catolicismo não-oficial.

Durante esse trabalho, analisamos a espacialidade sagrada que se forma em torno da figura de Zé Menino, milagreiro da zona rural do município de Jucurutu, Rio Grande do Norte. A morte trágica concedeu a José Batista Serafim, a condição de milagreiro na comunidade rural Riachão. Este lugar, nos sertões do Seridó, abriga entre a vegetação retorcida da caatinga, uma pequena capela e um cruzeiro onde os devotos se reúnem para renovar promessas e vínculos com o milagreiro e depositar ex-votos. Numa demonstração de fé, os crentes se ajuntam diante desse fato e transitam livremente entre o culto oficial do Catolicismo Romano e do não-oficial por eles vivenciado. Entendemos as ações em torno desse culto como fontes para percebermos como se delimita no espaço tido como sertanejo, a formação de um espaço sacralizado, sob uma religiosidade não-oficial.

Tratava-se da história de José Batista Serafim ou Zé Menino como é conhecido pelos devotos. Segundo as narrativas, em alguma fração do tempo passado, um crime poria fim à vida de um jovem, e daria início a uma história de fé e devoção. Trabalhador de uma fazenda muito próspera da região, a fazenda Barra do Olho D'água, tinha na lida com o gado e os afazeres do campo a sua ocupação, como a maioria dos homens desde muito novos, ser vaqueiro era a sina da grande maioria dos sujeitos pobres do lugar. O fato de ser vaqueiro e trabalhador da fazenda, colocou a figura de Zé Menino em proximidade com os devotos que viveram e vivem realidades parecidas com a sua.

1 Mestre em História dos Sertões. PPGHC/UFRN – wesley.simao.103@ufrn.edu.br

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

A trama se desenvolveu conforme a oralidade nos conta, por meio do desejo sexual que surgiu por parte da esposa de José Lourenço[2], em relação ao jovem José B. Serafim. Segundo nossas fontes, esse desejo não foi correspondido o que levou a esposa do fazendeiro a contar ao seu esposo que o jovem vaqueiro teria intentado contra sua honra, o que de imediato levou José Lourenço a planejar a morte de José Serafim, armando uma emboscada com dois de seus jagunços, Zé Menino foi surpreendido e foi vítima de grandes maus tratos, fato que até hoje choca as pessoas.

Teve seu corpo espancado, perfurado por armas de fogo e por fim puxado por cavalos sendo arrastado pelos pedregulhos que compõem o cenário**,** ao fim seu corpo foi depositado ainda com vida sobre xiquexiques. A partir deste momento, surgem algumas variações sobre a morte, entre elas algumas versões místicas. A narrativa da morte trágica, confere ao sujeito a qualificação para a devoção sendo a justificativa para a sublimação (ANDRADE JUNIOR, 2021, p. 22).

Usamos aqui o conceito de sublimação aplicado por Lourival Andrade Júnior para entendermos o caso do milagreiro Zé Menino, Andrade Júnior, ao qualificar a devoção à milagreira Sebinca Christo, se apropria do conceito utilizado no campo da Química:

> Para identificar a mudança do estado físico da matéria de sólido para gasoso sem passar pelo líquido, ou seja, a passagem se dá diretamente sem uma fase intermediária. Assim ocorre com os milagreiros, já que após a morte passam para o estado de sacralidade, sem passarem por nenhum outro estágio intermediário de aprovação como ocorre com os santos oficiais nos processos canônicos (ANDRADE JÚNIOR, 2021, p. 94)

Assim, o termo sublimação passa a ser usado para caracterizar a sacralização de sujeitos que não passam pelos processos e trâmites oficiais do catolicismo. Como Andrade Júnior reforça, o conceito de canonização faz referência ao universo oficial da Igreja Católica e sublimação ao não-oficial, pertencendo ao povo.

O culto a Zé Menino acontece na comunidade Riachão, zona rural do município de Jucurutu. Anualmente, no dia 19 de março, os devotos percorrem estradas de barro que dão acesso ao local de culto ao milagreiro. Uma capela no alto de um morro e um pequeno cruzeiro na beira de um riacho, recebem centenas de pessoas que cantam, rezam e queimam fogos em homenagem ao milagreiro. Pela oralidade, temos acesso ao que aconteceu naquele espaço, apontado como um lugar sagrado, pois foi onde se deu a morte de Zé Menino, e é ali onde ele opera milagres.

Esse trabalho analisa pela primeira vez a devoção a Zé Menino, inserindo na historiografia, mais uma representação sobre o sertão, desta vez, partindo da religiosidade não-oficial que delimita um espaço de culto e tem no agente milagreiro o centro da fé e das peregrinações. O fato é que investigamos a relação entre a fé moldada por uma cultura entendida como sertaneja com todos os aspectos do imaginário de um sertão católico.

Cabe evidenciar, que este trabalho está inserido no Campo da História Cultural, por entendermos que a discussão que tratamos aqui está relacionada por exemplo a definição de cultura que

2 Segundo alguns narradores da nossa colônia de fontes, José Lourenço ou Zé Lourenço, foi o fazendeiro mandante do crime, os narradores não sabem informar o nome da esposa.

Peter Burke nos traz ao citar o antropólogo Edward B. Tylor "o todo complexo que inclui conhecimento, crenças, artes, moral, lei, costumes e outras aptidões e hábitos adquiridos pelo homem" (BURKE, 2008, p. 43). Nos moldes que a nossa pesquisa está inserida, a nossa análise somente se tornou viável graças à variedade de abordagens que se tornaram possíveis a partir da História Cultural.

Propomos nesse trabalho e aqui fazemos uso das palavras de Roger Chartier, uma discussão sobre como identificar em diferentes momentos e lugares como as realidades sociais são constituídas e dadas a ler (CHARTIER, 1990), recorremos ao conceito de representações que é tão caro para nosso programa de mestrado para entender a relação dos sujeitos com o sagrado e com os sertões. Buscamos entender como esse espaço é construído, e a partir das experiências religiosas como ele é moldado, vivenciado e sentido, assim podemos perceber através das nossas fontes, o imaginário desse grupo sendo refletido nas orações, nas promessas, nos ex-votos que são dedicados ao milagreiro. A historiadora Sandra Pesavento, define as representações como geradoras de identidades e que dão sentido as coisas (PESAVENTO, 2003), o modo como o grupo pensa sua relação com o divino ganha forma e podemos ver isso através dos ex-votos, da construção da capela, o que o Roger Chartier também chama de formas simbólicas (CHARTIER, 1990).

Trabalhamos os sertões em relação as suas representações culturais e históricas, as estruturas do sensível, as crenças, o imaginário e a tradição. Nossa pesquisa está situada no universo da cultura religiosa, nas representações e práticas do catolicismo não-oficial. Segundo Andrade Júnior, "analisar a religiosidade não-oficial no Brasil é um exercício de desprendimento das racionalidades e um mergulho num mundo de imagens, sons, cheiros e devoções marcadas pela emoção e pela entrega" (ANDRADE JÚNIOR, 2021, p. 93). Nesse sentido vemos que no Brasil o catolicismo se pluralizou (ANDRADE JÚNIOR, 2021, p. 93) e assim temos o catolicismo não-oficial, onde não há uma teorização do sagrado por parte dos devotos, e os ritos e liturgias são transmitidos principalmente pela oralidade. (ANDRADE JÚNIOR, 2021, p. 90) muito embora não haja uma separação sólida entre o oficial e o não-oficial, os devotos convivem nos mesmos espaços sem conflitos aparentes (ANDRADE JÚNIOR, 2021, p. 91).

Abordamos o conceito de Sertão como forma de verificação, dos questionamentos pleiteados aqui, abordamos um sertão sensível, geográfico e da saudade (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009) que se estabelece no imaginário dos sujeitos contatados nessa pesquisa, que encontra nos símbolos sertanejos a narrativa desse acontecimento: a fazenda, o vaqueiro, o coronel, o jagunço, o próprio cenário como a vegetação espinhosa e o solo pedregoso, encontra também na religiosidade os elementos em torno da morte e após a morte a justificativa para a sublimação deste milagreiro (ANDRADE JÚNIOR, 2021, p. 94).

Ao diferenciar o catolicismo oficial do não-oficial, Andrade Junior, define o conceito de milagreiro em oposição ao de santo e desta forma também define as formas com que os sujeitos atingem nos dois catolicismos esses níveis. Se no âmbito oficial existe todo um processo para canonização dos elegíveis santos, no âmbito não-oficial esse processo acontece de forma muito prática, nesse sentido, Andrade Junior define como sublimação a passagem da morte do sujeito para o status de milagreiro. (ANDRADE JÚNIOR, 2021, p. 94).

Inicialmente, propomos que Zé Menino é um milagreiro cultuado no sertão do Seridó, e que seu culto ocorre em um lugar especifico que é o Sitio Riachão, zona rural do município de Jucurutu. E que esse culto acontece por meio de uma religiosidade não-oficial que tem como base o Catolicismo, surgindo da morte trágica de um sujeito que comoveu todo um grupo de pessoas e que constituiu ao longo do tempo um espaço para seu culto.

Nessa perspectiva, analisamos as fontes que tínhamos disponíveis, sendo elas as fontes orais coletadas através de conversas informais nas sondagens iniciais e entrevistas realizadas principalmente no local de culto ao milagreiro e no dia da peregrinação anual, tendo em vista que a concentração de devotos é incomparavelmente maior que no restante do ano.

Aplicamos a metodologia da História Oral na coleta e análise das entrevistas, lembrando a afirmativa de Thompson, de que a História Oral possibilita o acesso memória coletiva:

> A história oral pode dar grande contribuição para o resgate da memória nacional, mostrando-se um método bastante promissor para a realização de pesquisa em diferentes áreas. É preciso preservar a memória física e espacial, como também descobrir e valorizar a memória do homem. A memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos (THOMPSON, 1992, p. 17).

Segundo a historiadora Verena Alberti, com a História Oral podemos ter acesso às histórias dentro da História, nesse sentido esta metodologia, possibilita a compreensão de determinados acontecimentos históricos, sendo eles recentes ou não, nos casos recentes temos o testemunho de pessoas que vivenciaram o fato histórico, e em fatos de temporalidades mais recuadas, temos a transmissão oral que perpassa gerações, nesse sentido, os narradores que não presenciaram determinados fatos, relatam com a mesma propriedade de quem vivenciou.

> Um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica,...) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, etc. (ALBERTI, 1989, p. 52).

Também realizamos a investigação do local, uma observação etnográfica, e utilizamos uma ferramenta mais comum na antropologia que é o caderno de campo, que serve como depositário da memória da pesquisa, nele podemos formular hipóteses, anotar diálogos importantes que no momento da visita *in loco* não seriam possíveis ser captados em gravação, ajuda perceber as lacunas existentes, e serve também como um motivador e receptor de ideias que surgem no momento da pesquisa, no mais, o caderno de campo, serviu para assinalarmos pontos importantes que eram observados no comportamento dos devotos, além da própria capela e cruzeiro como indícios materiais e marcas de uma religiosidade que ganhou forma em tijolos e cal.

Nas narrativas coletadas, identificamos por parte dos devotos, o sentimento de justificação em relação ao milagreiro. A comoção inicial da morte trágica do rapaz trabalhador e ao mesmo tempo inocente, perpassada até as gerações atuais, gera a necessidade de uma reparação social e de uma

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

intervenção e justificação divina e ao mesmo tempo o milagreiro surge como representante desse grupo e como conhecedor das injustiças e agruras que são sentidas e vivenciadas pelo coletivo.

Para tratarmos da questão do espaço, onde o culto ao milagreiro acontece, tomamos por base a explicação de Yi Fu Tuan, sobre como os homens atribuem subjetividade aos espaços (TUAN, 1983), esses sujeitos entendem o lugar como sagrado e assim o fazem, constituem o espaço enquanto uma narrativa que supera a homogeneidade espacial, aquele lugar passa a ser apontado como um espaço divergente ou no mínimo como um espaço onde devem repousar os signos dessa religiosidade não-oficial.

A geógrafa cultural Zeny Rosendhal, assinala, no livro *Espaço e Religião – Uma abordagem geográfica* - o espaço sagrado como um "campo de forças e valores que eleva o homem religioso acima de si mesmo" (ROSENDHAL, 1993, p. 30). Rosendhal, ainda coloca o lugar sagrado como centro das peregrinações, destino para onde os devotos se dirigem, esse movimento é observável na nossa pesquisa, os devotos se dirigem ao local das peregrinações, a capela e o cruzeiro de Zé Menino como demonstração pública da fé e também como forma de depositar os ex-votos ou renovar as promessas. Entendemos esse espaço sagrado como uma construção, nesse caso uma construção ritualística do homem religioso que surge do desejo desse sujeito de viver nesse espaço (ELIADE, 1992, p. 20).

Observamos também a relação bem visceral da comunidade rural Riachão com a capela e cruz do finado Zé Menino, no dia 19 de março, as mulheres da comunidade, preparam um café da manhã compartilhado, levam para a capela variadas guloseimas da tradição sertaneja, diferentes tipos de bolo, bolachas, tapiocas, café e chás, estendem panos sobre a calçada, do lado direito da capela (lado da sombra) e dispondo os alimentos sobre eles, e assim está montado uma espécie de piquenique ritualístico.

Essa ação orquestrada pelas devotas, muito nos lembra, a prática descrita por Cláudia Rodrigues do que a autora chama de banquete funerário, que consistia na reunião das famílias em torno dos túmulos de seus mortos, "oferecendo assim esses banquetes sobre as tumbas – cada família possuía seu túmulo – ocasiões nas quais a parentela se reunia para uma refeição funerária" (RODRIGUES, 2005, p. 41).

No caso de Zé Menino, a capela faz às vezes de túmulo, em vez dos restos mortais, permanece como lugar de memória, se antes, como descreve Rodrigues, as famílias se reuniam em torno das catacumbas para ofertar toda piedade ao morto, as devotas ressignificam essa prática ao se deliciarem com as suas iguarias em memória do finado Zé Menino, nesse caso como em um banquete comemorativo. Vemos assim outro aspecto importante dessa peregrinação, que é o de sociabilização, rever pessoas que há muito tempo não se via, colocar as conversas em dia e até mesmo compartilhar receitas.

Este é um espaço de experiências, ele é sentido, visto, tocado e cheirado (TUAN, 1986, p. 203). A imagem que segue mostra como o café compartilhado é servido, mostrando também o consumo no local.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO



Foto: Lourival Andrade Júnior.

É nessa confraternização que as pessoas vão conversando e sempre relembrando o sofrimento de Zé Menino, contando das graças alcançadas, falando sobre a vida e o cotidiano, a reunião dos devotos no alpendre da capela, parece mais a reunião de uma grande família. A cuidadora da capela, dona Raimunda passa o ano todo na expectativa para o dia 19, neste dia, chega à capela bem cedo e passa o dia recepcionando as dezenas de fieis, dona Raimunda nos conta como começou a tomar conta da capela:

> _Eu era casada com o filho do finado Martins, o que fez aqui, construiu, fez um voto e foi valido.
> _Fez um voto a quem?
> _Ao finado Zé Menino ai ele foi valido ai ele construiu aqui, ai muitos anos ele ficou que era vivo ficou fazendo, aí quando ele morreu eu tomei conta, aí eu me separei do meu marido, o filho dele, mas aí eu me ajuntei com esse outro e continuei fazendo a mesma coisa todos os anos todos os anos. (2019)

Embora a narradora saiba da origem da capela, percebemos nela uma espécie de entrave, quando falamos sobre a devoção ao finado Zé Menino, para ela a devoção mais importante e que deve ser lembrada é a devoção oficial a São José. Esse ponto abre espaço para questionamentos e precisaríamos entender qual o motivo faz com que dona Raimunda insista tanto na devoção a São José, quais os pormenores que afastam da devota a possibilidade de afirmar a devoção a Zé Menino, por ser algo que está fora dos patamares do oficial, alguns devotos mais engajados na Igreja Católica, têm certo cuidado ao mencionarem a crença.

Nesses termos, algumas questões precisam ser levadas em consideração no que diz respeito à relação entre a paroquia de São Sebastião de Jucurutu e a capela de São José na comunidade Riachão, selecionamos após nossas analises dois pontos importantes a serem discutidos, o primeiro tem

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

relação com a questão hierárquica e econômica, para os devotos e fieis católicos que fazem parte da comunidade estudada, a capela de São José integra o todo católico, afinal, como já vimos os devotos não fazem distinção entre o oficial e o não-oficial. Para a geografa Zeny Rosendhal, essa questão pode ser entendida da seguinte maneira, para ela a forma como essa religiosidade se apresenta é "como um campo de forças e valores que eleva o homem religioso acima de si mesmo" (ROSENDHAL, 1996, p. 30).

Observamos algumas características importantes que precisam ser mencionadas nesse trabalho no que se refere à organização espacial do lugar sagrado e como também podemos perceber embates entre o oficial e o não-oficial, e como se estabelece nas entrelinhas esse jogo de forças. As narrativas contam que anteriormente, no centro da capela ficava a cruz do finado Zé Menino, confeccionada ainda com o troco do pé de pereiro, na atualidade observamos que a cruz do finado foi substituída por uma maior e de outra madeira e lateralizada, deixando o espaço central para a devoção a São José, mesmo assim, os ex-votos são amarrados e depositados sobre a cruz do finado, numa insistente resistência.

Outra situação que salta os olhos é um pequeno cruzeiro localizado na beira do riacho onde segundo os relatos o corpo do milagreiro foi encontrado, ali dezenas de fiéis se dirigem para acenderem velas e soltar fogos, chegamos à conclusão que nesse especifico momento em que grupos de devotos se reúnem em torno desse pequeno cruzeiro para rezar, e soltar uma quantidade enorme de fogos, é alí que acontece a forma de devoção mais genuína ao finado Zé Menino, sem nenhuma interferência ou relação com o oficial.



Foto: Wesley Simão

Essa é uma devoção pode ser também marcada pela sonoridade, seja pela grande quantidade de fogos que os devotos soltam tanto ao lado da capela quanto ao pé do pequeno cruzeiro, mas também pelo som das vozes em oração que sai de dentro da capela no momento em que as mu-

lheres rezam o terço e cantam os benditos, ou as conversas mais variadas dos que estão do lado de fora. Nas devoções não-oficiais as marcas sensoriais são bem explícitas, em adição ao visual e sonoro, temos também outros sentidos explorados, seja o olfato ativado pelo cheiro das velas que queimam em honra ao milagreiro e também causam um efeito visual acentuado, nessa devoção especificamente também temos o paladar aguçado pelo generoso e farto café da manhã que é compartilhado pela comunidade. Assim constatamos a construção imagética da devoção ao finado Zé Menino e sua relação com os sertões e como articulada entre a morte trágica e a religiosidade não-oficial a fé do mencionado grupo, constituiu para si um milagreiro e um espaço de culto para chamar de seu.



Foto: Lourival Andrade Júnior



Foto: Allan Matson

REFERÊNCIAS

ALBERTI, V. **História oral**: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.

ALBUQUERQUE JR, Albuquerque Júnior. **A feira dos mitos**: a fabricação do folclore e da cultura popular (Nordeste 1920-1950). São Paulo: Intermeios. 2013.

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca do Nordeste. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol. 14, n. 28, p. 111-120, 1994.

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. Quando a gente não espera, o sertão vem: Grande Sertão: veredas, uma interpretação da história do Brasil e de outros espaços. **ArtCultura**, Uberlândia, vol. 11, n. 18, p. 195-205, jan-jun 2009.

ANDRADE JUNIOR, Lourival. **Milagreira Cigana Sebinca Christo**: Sublimação no catolicismo não-oficial. Curitiba: CRV, 2021. 250 p.

ARAÚJO, Nanael Simão de. O canto do Jucurutu. **O canto do Jucurutu**, Jucurutu-RN, 2012.

BONATO, Tiago. **Viagens do Olhar**. Guarapuava: Unicentro, 2014. 280 p.

BURKE Peter, O que é História Cultural? Trad. Sergio Goes de Paula 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. 2008

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2011.

CHARTIER, Roger. **História Cultural** – Entre práticas e representações. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1990.

CRUZ, João Everton da. **Frei Damião**: a figura do conselheiro no Catolicismo Popular do Nordeste brasileiro. Dissertação de mestrado em Ciências da Religião. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. 2010.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ERTZOGUE, Marina *et ali*. A invenção do sertão: viajantes e barqueiros navegando pelo rio Araguaia. In: **Territórios e Fronteiras**, Cuiabá, vol. 11, n. 1, jan-jul de. 2018, p. 42-59.

FALCÃO , Marcílio Lima. Cidade e memória:: o cemitério São Sebastião e a construção da memória sobre a santificação do cangaceiro Jararaca em Mossoró (1970-2010).. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011** , [*s. l.*], 14 out. 2022. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/. Acesso em: 14 out. 2022.

FERNANDES , Roberto Ferreira. **A devoção dos nordestinos em Padre Cícero e os vários pontos de vista sobre uma figura emblemática e questionada na contemporaneidade**. 2017. Monografia (Licenciatura em História) - UFCG, Cajazeiras, 2017.

FERNANDES, Bruno Rafael dos Santos. AS chamas da memória: A devoção aos anjinhos queimados de Jucurutu-RN. **Anais CNHCS 2014**, [*s. l.*], 2016.

FERREIRA, Antonio Celso. A fonte fecunda. In: PINSKY, Carla Bannanezi; LUCA, Tania Regina de. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2015.

KARNAL, L.; FERNANDES, L. E. O. **Santos Fortes**: Raízes do Sagrado no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Anfiteatro, 2017.

LEMOS FILHO, Arnaldo. **Os Catolicismos Brasileiros**. 2 ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2000.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Outras famílias do Seridó**: genealogias mestiças no sertão do Rio Grande do Norte (séculos XVIII-XIX), 2013.

MACÊDO, Muirakytan K. de. **A penúltima versão do Seridó**: Uma história do regionalismo seridoense. Natal; Campina Grande: EDUFRN; EDUEPB, 2012. 238 p.

MAIA, Michelle Ferreira. **"Milagrerios":**: Um estudo sobre três santos populares no Ceará (1929-1978). Orientador: Cândida Graciela Chamorro. 2015. Tese (Doutorado em História) - UFGD, Dourados, MS, 2015.

MARTINS, Eduardo Vieira Martins. **A imagem do sertão em José de Alencar**. Campinas: UNICAMP, 1997 (Dissertação de Mestrado em Estudos da Linguagem), p. 30-66.

MEDEIROS NETA, Olívia Morais de. **Ser(tão)**: Seridó em suas cartografias espaciais. Orientador: Iranilson Buriti de Oliveira. 2007. 120 p. Dissertação (Mestrado História) - UFRN, Natal, 2007.

MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à História do Rio Grande do Norte**. Natal: EDUFRN, 2000.

NEVES, Erivaldo Fagundes. 2003. "Sertão como recorte espacial e como imaginário cultural". **Politeia**: Hist. e Soc, Vitoria da Conquista. v. 3, (1), 153-162.

OLIVEIRA, Alberto Rodrigues de. **DA FÉ A PROMOÇÃO SOCIAL**: a atividade missionária do padre Ibiapina. Dissertação de mestrado em Ciência da Religião, 2007. Universidade Católica de Pernambuco.

OLIVEIRA, Mary Campelo de. **Espaços da religiosidade popular:**: Dr. Carlindo de Souza Dantas, um milagreiro de cemitério (Caicó-RN, século XX). Orientador: Helder do Nascimento Vlana. 2016. Dissertação (Mestrado História) - UFRN, Natal, 2015.

OLIVEIRA, Ricardo. Euclides da Cunha, Os Sertões, e a invenção de um Brasil profundo. **Revista Brasileira de História**, vol. 22, n. 44, São Paulo, 2002.

PESAVENTO, Sandra J. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PIMENTEL, Sidney Valadares. A domesticação do sertão. *In*: SENA, Custódia Selma; SUUÁREZ, Mireya. **Sentidos do Sertão**. Goiânia: Cânone Editorial, 2011.

PROST, Antoine. Os fatos e a crítica histórica. In: **Doze lições sobre a história.** 2.ed. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

RODRIGUES, Claudia. **Nas fronteiras do além**: a secularização da morte no Rio de Janeiro (Séculos XVIII e XIX), Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ROSENDAHL, Zeny. **Espaço e Religião**: uma abordagem geográfica. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.

SENA, Custódia Selma; SUÁREZ, Mireya (org.). **Sentidos do Sertão**. 1. ed. Goiânia: Cânone Editorial, 2011. 288 p. v. 1.

SILVA, Jociel João Gomes da. Frei Damião De Bozzano E Sua Contribuição A Evangelização Do Nordeste. XIII Encontro Estadual De História História E Mídias: Narrativas Em Disputas. 2020.

SILVA, Maria Aurislane Carneiro da. Heroínas da fé:: Santas populares e suas devoções simbólicos-paisagistas. *In*: MACHADO, Ivna Caroline Bezerra; AGUIAR, Jacquicilane Honorio de; CHASQUI, Jesica Wendy beltrán; OLIVEIRA, Alexandra Maria de. **Geografia Cultural do Feminino:**: Enfoque e perspectivas. Santa Maria - RS: [*s. n.*], 2021.

SIMÃO, Wesley Henrique de Moura. **A MORTE CANTADA**: INCELÊNCIAS PARA ANJOS NO MUNICÍPIO DE JUCURUTU (SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX). Monografia (graduação)- Curso de História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó/RN, 2017.

SÜSS, Günter Paulo. Catolicismo popular no Brasil: tipologia e estratégia de uma religiosidade vivida. São Paulo: Loyola, 1979.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS

ANAIS DO

TELES, Gilberto Mendonça. O lu(g)ar dos sertões. **Revistas Verbo de Minas**, juiz de Fora - MG, 2009.

THOMPSON, Paul. A voz do passado. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra. História do Rio Grande do Norte /. –Natal: Editora do IFRN, 2010.

TUAN, Yi-Fu. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

A COMPANHIA DE JESUS E A SUA ATUAÇÃO NO VICE-REINO DO PERU: AS ORIENTAÇÕES DE ROMA À MISSÃO ANDINA POR MEIO DAS CORRESPONDÊNCIAS

Wilson Carlos da Silva[1]

RESUMO: A Companhia de Jesus foi uma ordem fundada em meados do século XVI por Inácio de Loyola e seus companheiros. Tendo sido autorizada a atuar no contexto da Contrarreforma, por concessão papal, foi uma ordem que teve em sua essência os ideais defendidos pela Igreja tridentina, o que a destacava das demais. Em sua organização, os jesuítas contavam com um Superior Geral, que ficava lotado em Roma e que conduzia a ordem em todos os cantos do globo por meio de seus estatutos. Para auxiliá-lo, haviam os padres provinciais, que atuavam na gestão da missão local, distribuídos nas Províncias Eclesiásticas. Como um dos elementos de sua identidade, os jesuítas lançaram mão do uso das correspondências, que era o meio pelo qual o Superior se inteirava sobre o andamento da missão local e orientava os seus irmãos companheiros, concedendo orientações sobre como proceder no tocante à evangelização e à sua postura diante do rebanho. Tendo chegado ao vice-reino do Peru na segunda metade do século XVI, rapidamente os jesuítas deram um novo tom ao quadro evangelizador do território, consolidando, de forma paulatina, o seu projeto global na região. Neste trabalho apresentaremos algumas orientações dadas pelo Superior Geral da Companhia de Jesus, Claudio Aquaviva, que ascendeu a este posto em 1581, ao seu padre provincial lotado na Província do Peru, Baltasar Piñas, em uma correspondência redigida em 8 de abril de 1584. Essa correspondência se encontra compilada em um dos volumes da Monumenta Peruana, uma série de publicações que apresentam diversas cartas trocadas entre o Prepósito Geral da Companhia e os padres provinciais que atuaram e coordenaram a missão nos Andes. Realizaremos uma análise interpretativa da missiva, explanando os pontos principais contidos no documento, articulando essas orientações com a legislação do Concílio de Trento (1545-63) e também com a legislação local, expressa nas atas do Terceiro Concílio Provincial de Lima (152-83). Assim sendo, o pano de fundo de redação da carta gira em torno de um momento determinante para o vice-reinado peruano, a saber, o da implementação dos decretos conciliares, que em sua grande parte tinham como objetivo realizar a cristianização da população nativa. Neste sentido, podemos dizer que o nativo americano era o ponto central e o foco da ação jesuíta no local, uma vez que no cenário americano a Igreja almejava realizar a conversão da população que aqui foi encontrada. E, nessa esteira, os inacianos tiveram um papel fulcral, uma vez que eles trouxeram consigo o novo modelo de evangelização que serviu de referência para a Igreja peruana.
PALAVRAS-CHAVE: Companhia de Jesus, Vice-reino do Peru; Correspondências.

1 INTRODUÇÃO

A Companhia de Jesus foi uma ordem fundada por Inácio de Loyola, tendo sido autorizada a atuar em meados de 1540 através da Bula *Regimini Militantis Ecclesiae*, concedida pelo papa Paulo

1 Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGH-UNIRIO). Bolsista CAPES. E-mail para contato: wilson91.hist@hotmail.com.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

III. Essa ordem surgiu dentro do contexto da Reforma Protestante e da Contrarreforma. Diferente de outras ordens, grande parte oriunda do período medieval, tinham em sua base os ideais defendidos pela Igreja que buscava prevalecer sobre o avanço da onda reformista, pautada nas recomendações do Concílio de Trento, tanto é que os jesuítas ficaram conhecidos como a 'ponta de lança da Contrarreforma' (PAREDES, 1998, p. 321). O Concílio de Trento foi celebrado entre os anos de 1545-63. Fredson Martins salienta que essa assembleia "apresentou as novas diretrizes que precisavam ser seguidas pela Igreja Católica ao redor do mundo e confirmou antigos dogmas que estavam sendo questionados naquele momento" (MARTINS, 2019, p.146).

Outro diferencial da Companhia de Jesus era em relação ao quarto voto, que se resumia, segundo Claudio Ferlan, à "promessa de obediência ao papa em relação às missões" (FERLAN, 2018, p. 19). Dito de outra forma, os jesuítas em sua essência se submetiam à vontade do Papa, representante de Cristo na terra, sendo obedientes ao seu envio para atuarem na evangelização onde quer que fosse necessário, um desprendimento notável.

No tocante à organização, os jesuítas contavam com um Prepósito Geral que ficava lotado em Roma e que conduzia o trabalho da ordem em todos os cantos do mundo. Ao Geral todos os membros prestavam obediência, pois ele, assim como o papa, guardadas as devidas particularidades, também representava a autoridade divina na Terra (FERLAN, 2018, p. 33). Com o avançar do tempo e a sequente expansão da ordem o Geral precisou de auxiliares capazes de garantir a execução de suas orientações nos locais onde a Companhia se fazia presente. Surgiu, assim, o cargo do padre provincial, o responsável pela missão nas Províncias Eclesiásticas, e que era indicado pelo próprio Geral. Cabia ao padre provincial notificar o Prepósito sobre o andamento da missão local, pois aqueles que se dedicavam ao trabalho missional ao redor do mundo "deviam informar as novidades de cada missão à cabeça da Companhia, para que, a partir daí, partissem instruções precisas (HATTORI, 2017, p. 53). Essa organização possibilitou "um sistema de controle que permitisse ao Geral, e, numa réplica aos demais ocupantes de cargos governamentais [...], manter uma visão global do modo de proceder jesuíta dentro e fora da Europa" (FERLAN, 2018, p. 33-34).

O diálogo entre esses dois polos – Roma e as localidades – era realizado por meio de cartas, prática que marcou profundamente a identidade dos filhos de Inácio. A rede epistolar, segundo Paula Hoyos Hattori (2017, p. 51), foi um dos pilares que contribuíram para o bom funcionamento da ordem.

Apresentada a origem e a organização da Companhia de Jesus, é importante, antes de analisarmos a chegada e a atuação dessa ordem em nosso espaço de análise, explorarmos a organização à qual a Igreja e, em decorrência disso, as ordens regulares que atuaram na evangelização dos nativos americanos, estavam submetidas.

Julgamos necessário continuar essa discussão fazendo menção ao *Patronato Real*, mecanismo sob o qual se assentou o processo de colonização e conquista do continente americano sob domínio da Coroa espanhola. Este acordo concedia poderes ao rei sobre a esfera eclesiástica, submetendo-a à sua autoridade. Conforme John Elliot, o *Patronato*

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

> teve por efeito dar aos monarcas de Castela durante seu governo nas Índias um grau de poder eclesiástico de que não havia precedentes na Europa fora do reino de Granada. Isso permitiu ao rei autodesignar-se "vigário de Cristo" e dispor das questões eclesiásticas nas Índias por sua própria iniciativa, sem a interferência de Roma (ELLIOT, 2018, p. 296).

Com base no exposto acima, os reis foram autorizados pela Santa Sé[2] a construir catedrais, igrejas, entre outros espaços; apresentar à Roma uma lista de candidatos aos bispados e arcebispados; administrar as jurisdições e receitas eclesiásticas, além de poderem vetar bulas e breves emitidos pelo pontífice (BOXER, 2007, p. 99). Em linhas gerais, o estudo de Josep Barnadas (2018, p. 522-523) evidencia que no bojo do *Patronato* coube à Igreja a missão prática de submeter e europeizar os nativos, pregando a lealdade à Coroa de Castela. Nessa esteira, eventuais resistências por parte da esfera eclesiástica em cumprir tal determinação seriam consideradas questões de caráter político, e seriam resolvidas como determinava a lei. Foi neste cenário que os jesuítas desembarcaram na região andina da América do Sul para auxiliarem no processo de conversão da população autóctone.

2 OS JESUÍTAS NO VICE-REINO DO PERU: ATUAÇÃO E AS ORIENTAÇÕES VINDAS DE ROMA PARA O ÊXITO DO PROJETO EVANGELIZADOR

Os jesuítas chegaram ao vice-reino do Peru por volta do ano de 1569. Os filhos de Inácio "viajaram leves, livres da bagagem do passado. Procuraram implantar um cristianismo isento dos erros que desfiguraram a Fé na Europa" (BARNADAS, 2018, p. 525). Ao desembarcarem no Peru as demais ordens regulares, como mercedários, dominicanos, franciscanos, entre outros, já realizavam um trabalho de evangelização da população nativa.[3] De forma geral, "os missionários europeus se consideravam emissários não só de uma religião superior como também de uma cultura superior, ambas inseparavelmente interligadas" (BOXER, 2007, p. 55). Assim que chegaram, logo se adaptaram às prerrogativas do *Patronato Real*, implementando o seu projeto evangelizador, que mirava a conversão do nativo americano. Essa era a razão, segundo a própria Companhia, para a sua presença na América. Assim, Aliocha Maldavsky nos diz que "a ordem foi se instalando nos principais centros de presença espanhola dentro do espaço meridional do vice-reinado" (MALDAVSKY, 2012, p. 38). A partir daí, tiveram uma presença efetiva e ativa no território, participando de forma direta do Terceiro Concílio Provincial de Lima,[4] encontro que em muito observou algumas ideias que estavam na base

2 Charles Boxer (2007, p. 98) analisa que dentre o conjunto de bulas e breves papais que conferiram os direitos de *Patronato* aos monarcas espanhóis, a bula mais importante foi a *Universalis Ecclesiae*, concedida por Júlio II no ano de 1508.

3 Destacamos que esse processo de evangelização da população nativa no vice-reino do Peru se iniciou por volta do ano de 1532, assim que os espanhóis começaram a se estabelecer no local. As primeiras ordens buscaram erradicar as práticas nativas que, no julgar desses religiosos, eram decorrentes do paganismo, manifestações do demônio que precisavam ser extirpadas a qualquer custo. Vale dizer que enquanto na Europa, no bojo da Contrarreforma, os inimigos da Igreja foram as ideias do protestantismo, no Novo Mundo a Igreja de Cristo lutou contra as práticas pagãs.

4 Encontro celebrado entre os anos de 1582 e 1583 no vice-reino do Peru. Convocado pelo arcebispo da arquidiocese de Lima, Toríbio de Mogrovejo, essa assembleia contou com a participação de bispos das dioceses ligadas à jurisdição da arquidiocese de Lima, bem como membros das ordens regulares e da administração colonial. O Terceiro Concílio de Lima buscou implantar as diretrizes do Concílio de Trento de forma mais efetiva no território, adaptando as mesmas à realidade local.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

da proposta evangelizadora da Companhia, e que dialogavam com os ideais de igreja pensado no contexto da Contrarreforma. Para mais,

> o Terceiro Concílio Provincial de Lima [...] representou um momento de virada no quadro evangelizador do vice-reinado do Peru. A partir daquele momento, o projeto de ocidentalização levado a cabo na região andina incorporou novos elementos e novas perspectivas que se somaram às já existentes na primeira metade do século XVI. Ganharam destaque os ideais que se embasavam na Escolástica Barroca – preconizados pelo arcebispo Mogrovejo – associados à chegada dos filhos de Inácio de Loyola na década de 1560 (DA SILVA, 2021, p. 147).

Nota-se, assim, a importância que os inacianos tiveram para o vice-reino do Peru a partir de sua chegada.

Retomemos agora a questão das cartas, atividade que se tornou cotidiana para os filhos de Inácio (HATTORI, 2017, p. 52). Ao estudar o envio de cartas no contexto da evangelização jesuíta na América portuguesa, João Adolfo Hansen (2005, p. 16-17) observou que as cartas, de forma especial as que eram enviadas à Europa, tinham pelo menos quatro objetivos básicos. Dentre esses objetivos listados pelo autor, o que melhor dialoga com a perspectiva adotada para estre trabalho é o segundo, a saber, "o controle interno da missão pelos superiores da Ordem em Roma, que exigem relatórios minuciosos sobre o dia-a-dia dos padres e informações sobre causas de desânimos e crises" (HANSEN, 2005, p.16). Entretanto, nos baseamos neste objetivo de Hansen fazendo a ressalva de que o documento que será analisado nas próximas linhas mostra as recomendações do Superior da ordem à província peruana. Dessa forma, é preciso termos em mente que essas orientações foram dadas a partir do relato minucioso enviado à Roma por outras missivas que este trabalho não terá o objetivo de investigar.

Ainda é possível notar a execução do primeiro objetivo apresentado por Hansen no vice-reino do Peru: "a coleta e divulgação de informações sobre as tribos litorâneas" (HANSEN, 2005, p. 16). Nos apropriamos deste objetivo guardando, evidentemente, as devidas especificidades e diferenças entre as colonizações portuguesa e espanhola. Não seremos capazes de inquirir a respeito do terceiro e do quarto objetivos[5] devido aos limites e ao foco do presente trabalho.

Analisaremos aqui uma missiva enviada pelo Superior Geral da Companhia, Claudio Aquaviva,[6] ao seu Provincial lotado no Peru. Destacamos que a correspondência com a qual trabalharemos está compilada na *Monumenta Peruana*, um conjunto de volumes que abarca diversas correspondências trocadas entre membros da ordem, bem como catálogos provinciais, cartas ânuas,[7] entre outros documentos. Ademais, vale ressaltar, conforme Hattori (2017, p. 54), que a prática epistolar dos jesuítas em muito se aparentava à tradição epistolar de São Paulo, ponto de referência e identificação para os apóstolos das Índias.

5 No terceiro objetivo Hansen aponta o entusiasmo catequético gerado por meio do envio das correspondências para outros lugares de missão, pensado como forma de edificação. Já o quarto objetivo o autor menciona a leitura das missivas pela elite letrada da Europa, que passam a demonstrar, segundo o autor, interesse 'etnográfico' pelas novidades do continente americano. Ver HANSEN, 2005, p. 16-17.

6 Aquaviva assume esse posto no ano de 1581.

7 De acordo com Fleck e Poletto (2015, p. 167), as cartas ânuas eram baseadas nos relatórios anuais que os padre provinciais recebiam dos superiores das residências, colégios e universidades junto aos naturais. Essas cartas eram redigidas pelos secretários ou por outras pessoas aptas a fazê-las, delegadas pelo padre provincial.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

Como já dito, a correspondência que é nosso objeto de análise aqui teve como seu destinatário o padre provincial do Peru. Neste período quem estava neste posto era Baltasar Pinãs, que assumiu o referido cargo em meados de 1581 (EGAÑA, 1961, p. 7). Tendo sido redigida em 8 de abril de 1584, o contexto de envio da missiva, em linhas gerais, se relacionou com o momento de implementação das diretrizes do Terceiro Concílio de Lima. Vejamos alguns tópicos alertados por Aquaviva.

O primeiro ponto que chama a atenção é a exortação que o Superior fez para que o clero se mantivesse íntegro, longe de possíveis práticas que pudessem prejudicar o seu trabalho missionário. Assim sendo, Aquaviva orientou que os inacianos evitassem os abusos de receber mulheres e que observassem as instruções a este respeito (EGAÑA, 1961, p. 382). Em outro trecho da carta, retomando essa temática, O Geral recomendou que pelo bem da própria ordem e visando a edificação dos de fora (o rebanho em si), convinha que se observasse a regra de número 100 do provincial,[8] para que aqueles que confessassem as mulheres não fossem moços, mas homens já experientes no exercício sacerdotal, "personas de madurez y edificación" (EGAÑA, 1961, p. 383).

A idoneidade do clero era algo importante, pois se acreditava que o clero, se mantendo íntegro e sendo referencial para o rebanho, poderia facilitar a conversão dos gentios e a sua manutenção na cristandade. E isso é notável na própria legislação canônica, uma vez que no capítulo de número 15[9] da terceira sessão do Terceiro Concílio de Lima percebemos essa recomendação:[10]

> pues siendo [os sacerdotes] puestos en más alto lugar y apartados de las cosas de el mundo, forzosamente los otros han de poner los ojos en ellos, como en espejo, de donde aprendan lo que han de hazer […] y que aun los ligeros peccados que en ellos son muy graves, los deven evitar de manera que sus obras y vida les hagan estimar y reverenciar de todos (VARGAS UGARTE, 1951, p. 350).

Essa instrução também era encontrada na legislação do Concílio de Trento (1781, p. 117),[11] que orientava que os clérigos ordenassem a sua vida e costumes de forma que em tudo o que fizessem, seja em seu vestir, em seu andar, em suas práticas e gestos, não transmitissem indecência, mas moderação. A exortação visava que as boas ações do clero seriam capazes de despertar veneração por parte do rebanho. Em outras palavras,

> o clero [...] precisava estar à altura da responsabilidade que a ele foi confiada, devendo ser composto por pessoas idôneas para o exercício do ministério. Esses deveriam estar dispostos a conhecer as particularidades do rebanho do Novo Mundo para que dessa forma seu trabalho fosse considerado eficaz, agindo de acordo com as diretrizes da Santa Sé, dispostas nas prerrogativas do concílio tridentino (DA SILVA, 2021, p. 90).

8 Em tradução livre, a regra dizia o seguinte: "que se cuide para que os confessores sejam, de preferência, mais experientes, especialmente os que são enviados para ouvir as confissões das mulheres" (EGAÑA, 1961, p. 383).
9 Acción III, Cap. XV- De la reformación de los clerigos en común.
10 Alertamos que na reprodução de alguns trechos de documentos da época o leitor encontrará palavras em que a grafia se difere do espanhol contemporâneo. Isso também se aplicará a trechos ou capítulos do Concílio de Trento, que trazem o português do período em que a edição consultada para este trabalho foi redigida.
11 Sessão XXII, Cap. I- Renovaõ-se os Canones da vida, e honestidade dos Clérigos.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

As particularidades do rebanho local é o segundo ponto que merece destaque na missiva escrita por Aquaviva. A educação dos filhos dos índios e o semeio da Palavra de Deus no coração dos naturais era tema de suma relevância na missão depreendida pela Companhia de Jesus no continente americano. Assim, o Geral orientou para que os filhos dos naturais fossem ensinados a ler e a escrever, ensinando-os desde pequenos a doutrina cristã (EGAÑA, 1961, p. 382). Isso não deixava de ter ligação com o fato de que as crianças tinham uma relativa facilidade de conversão em comparação com os adultos (ESTENSSORO FUCHS, 2003, p. 42). Não se tratava, pois, nas palavras de Maldavsky, "somente de batizar e converter, mas de transmitir modelos políticos e sociais europeus às populações conquistadas, à qual carregava a sedentarização da missão" (MALDAVSKY, 2012, p. 43). A ocidentalização levada a cabo pela empresa colonial, de forma específica pela esfera religiosa, partia da ideia de que por meio da religião os outros costumes nativos seriam substituídos. Ainda nessa esteira, Juan Carlos Estenssoro Fuchs observa que

> a conversão necessitaria de uma sociedade cristã espanhola que seria progressivamente assimilada à população indígena por meio do exemplo e de relações político-sociais pessoais, e não se produziria, pelo contrário, pela cristianização de uma sociedade indígena preexistente com senhores naturais próprios convertidos simplesmente em súditos do rei católico (ESTENSSORO FUCHS, 2003, p. 38).

No tocante às missões, reproduzimos a seguir um trecho da missiva:

> Parécenos bien que se hagan missiones a indios, y particularmente la de Santa Cruz [de la Sierra] y Quito, y sin ir con soldados, quando se pudiere, pues esto es más propio a nuestro Instituto; pero sea con prudencia y recato de no ponerse a manifiesto peligros ni ir sin probabilidad de fruto" (EGAÑA, 1961, p. 382).

Chama a atenção o que Aquaviva enfatizou: a não utilização do aparato militar na realização das missões junto aos naturais. Por que essa questão salta aos nossos olhos? É preciso levar em consideração que o modelo de evangelização que estava sendo posto em prática neste período se vinculou à ideia da conversão pacífica, questão que também era revestida de um caráter jurídico. Essa ideia da qual comungava o arcebispo de Lima, Toríbio de Mogrovejo, se pautava, para além da evangelização pacífica propriamente dita, ao ensino. Sobre este tópico, Rafael Ruiz discute, com base nas teses do teólogo espanhol Francisco de Vitoria, que "os missionários deveriam tentar mostrar aos índios os milagres, os argumentos racionais e o exemplo de suas vidas para motivá-los na fé cristã" (RUIZ, 2002, p. 93). Dito de outra forma, se partia de um pressuposto de que a religião era algo que poderia ser ensinado. Essa metodologia não era compatível com o emprego da violência associada à presença dos soldados da administração secular, por isso essa ênfase na orientação do Prepósito Geral dos jesuítas. Nas palavras de Ruiz,

> ficava assim definitivamente assentado, pelo menos no terreno teórico, que qualquer tentativa ou iniciativa evangelizadora deveria ser feita por meios pacíficos. Decretava-se, assim, na prática, a eliminação do conceito de "conquista". (RUIZ, 2002, p. 95).

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

Os religiosos deveriam ainda aprender e conhecer o idioma nativo, questão específica dos trópicos e que o Geral fez questão de discutir, uma vez que "os eclesiásticos reformadores do século XVI também sentiram a necessidade de possuírem uma igreja que fosse capaz de perceber as necessidades específicas de cada região" (MARTINS, 2019, p. 169). Assim, argumentou o Prepósito que fosse conveniente que aqueles sacerdotes que fossem da Europa para o Peru aprendessem a língua nativa assim que chegassem à província, e que no caso dos estudantes, estes deveriam estudá-la para obterem a ordenação (EGANÃ, 1961, p. 384).

Sobre essa questão da língua, Hansen destaca que essa orientação de Aquaviva não deixava de obedecer às recomendações tridentinas, pois, conforme o autor, o Concílio de Trento determinou "sobre a necessidade de instruir os fiéis de acordo com a sua capacidade de entendimento em sua própria "língua vulgar"" (HANSEN, 2005, p. 32). Ao longo de toda a América Hispânica houve uma sistematização da língua geral (AGNOLIN, 2006, p. 152). Para o caso do Peru, podemos falar sobre as línguas gerais que foram acolhidas pela terceira assembleia para evangelizar os gentios, a saber, o quéchua e o aymará, idiomas que Estenssoro Fuchs (2003, p. 265) nos revela que eram os de maior difusão. Nessa esteira, a terceira assembleia limense deixou os demais idiomas nativos de lado. Lemos o seguinte no sexto capítulo da segunda sessão:[12] "Por tanto ningún yndio sea de oy mas compelido a aprender en latín las oraciones o cartillas, pues les basta y aún les es muy mejor saberlo y decirlo en su lengua"[13] (VARGAS UGARTE, 1951, p. 325). Com o emprego das línguas gerais, se atingiam – ou se buscava atingir – os seguintes objetivos:

> 1) para permitir uma *incursão* nela por parte do próprio missionário, como experiência de auto-estranhamento; 2) para poder realizar uma *excursão* (etnográfica e etnológica) na cultura alheia; e, enfim, 3) para poder *reduzir*, antes de mais nada linguisticamente, a alteridade do outro no único espaço que podia ser-lhe – e no qual podia ser – reconhecido: a identidade cristã universal. A aquisição dessa última identidade devia permitir ao missionário, finalmente, a possibilidade de reajustar o signo linguístico a fim de poder usá-lo para fins doutrinais (AGNOLIN, 2006, p. 155-156).

Com base nas linhas acima, notamos que as recomendações enviadas ao Peru estavam totalmente mergulhadas na legislação canônica que conduzia a igreja local e que tinha como objetivo a conversão da população nativa.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho buscamos apresentar algumas das orientações enviadas pelo Superior Claudio Aquaviva ao provincial Baltasar Piñas no contexto de implantação das novas diretrizes para a igreja local, pano de fundo sob o qual se deu a atuação dos jesuítas. A correspondência que aqui foi analisada, obviamente, se insere dentro de um processo maior de acompanhamento e de execução

12 Acción II, Cap. VI- Que los indios aprendan en su lengua las oraciones y doctrinas.
13 O decreto deixava claro que os índios até poderiam aprender os ensinamentos em espanhol, caso compreendessem a língua do colonizador; mas ainda assim, se recomendava o uso das línguas nativas por parte do religioso.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS
ANAIS DO

do projeto missionário jesuíta, que interferia na educação dos futuros sacerdotes da ordem. Vale enfatizar que a atuação dos inacianos no Peru se deu por meio da observação de seus estatutos próprios, além das normativas tridentinas e as locais.

Nota-se o diálogo da missiva com a legislação canônica da segunda metade do século XVI, explicitadas por meio do Concílio de Trento e do Terceiro Concílio Provincial de Lima. Conforme Fredson Martins, em Trento e em Lima as normas conciliares foram uniformes, "ao apontar a necessidade de uma melhor preparação por parte dos eclesiásticos católicos, objetivando evitar erros doutrinários e abusos de poder, tão criticados pelas nascentes comunidades protestantes" (MARTINS, 2019, p. 169).

Em resumo, era importante o clero jesuíta não perder de vista a responsabilidade que lhe fora confiada, buscando ser referência para os nativos, como determinava a legislação canônica. Por este caminho seria possível obter êxito em relação ao projeto depreendido pela igreja andina, que mirava a conversão dos naturais.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes

Doc. 85- El P. Claudio Aquaviva al Provincial del Perú. In: EGAÑA, Antonio de (org.). **Monumenta Peruana Vol. III (1581-1585)**. Perugia: Tipografia Unione Arti Grafiche, 1961, p. 381-385.

O Sacrossanto e Ecumenico Concilio de Trento em Latim, e Portuguez. Tomos I e II. Lisboa: Na Officina Patriarc. de Francisco Luiz Ameno, 1781.

VARGAS UGARTE, Rubén. **Concilios Limenses (1551-1772)**. Tomo I. Lima: Tipografía Peruana, 1951.

Bibliografia

AGNOLIN, Adone. Catequese e tradução: Gramática Cultural, Religiosa e Linguística do Encontro Catequético e Ritual nos séculos XVI e XVII. In: MONTEIRO, Paula (org.). **Deus na aldeia:** missionários, índios e mediação cultural. São Paulo: Globo, 2006, p. 143-207.

BARNADAS, Josep M. A Igreja Católica na América Espanhola Colonial. In: BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina Colonial**, volume I. Tradução Maria Clara Cescato. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2018, p.521-552.

BOXER, Charles R. **A Igreja Militante e a Expansão Ibérica**: 1440-1770. Tradução Vera Maria Pereira. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

DA SILVA, Wilson Carlos. Wilson Carlos. **Uma Nova Maneira de Evangelizar:** o III Concílio Provincial de Lima e o combate à crença indígena (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História, 2021, 158 fls.

ELLIOT, John H. A Espanha e a América nos séculos XVI e XVII. In: BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina Colonial**, volume I. Tradução Maria Clara Cescato. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2018, p.283-338.

ESTENSSORO FUCHS, Juan Carlos. **Del paganismo a la santidad:** la incorporación de los indios del Perú al catolicismo. 1532-1750. Traducción Gabriela Ramos. Lima: Instituto Francés de Estudios Andinos; Instituto Riva Agüero, 2003.

FERLAN, Claudio. Inácio de Loyola e a fundação da Companhia de Jesus (1510-1556). In: _____. **Os Jesuítas**. Tradução Silva Debetto. São Paulo: Edições Loyola, 2018, p. 15-40.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann; POLETTO, Roberto. Os colégios e boticas da Companhia de Jesus como centros de formação intelectual e de difusão da cultura científica na América platina setecentista. In: AMANTINO, Marcia; FLECK, Eliane Cristina Deckmann; ENGEMANN, Carlos (orgs.). **A Companhia de Jesus na América por seus colégios e fazendas:** aproximações entre Brasil e Argentina. Rio de Janeiro: Garamond, 2015, p. 143-182.

HANSEN, João Adolfo. A escrita da conversão. In: COSTIGAN, Lúcia Helena (org.). **Diálogos da conversão:** missionários, índios, negros e judeus no contexto ibero-americano do período barroco. Campinas: Editora da UNICAMP, 2005, p. 15-44.

HATTORI, Paula Hoyos. "La escritura de epístolas y su uso como fuentes documentales en la Historia de Japan (1585-1593) del jesuita Luís Fróis: análisis de un episodio" In: **Historica**, Vol XLI, nº 1, p. 43-79, 2017.

MALDAVSKY, Aliocha. Definiciones, formas y expresiones del apostolado jesuita en el Perú Virreinal. In: _____. **Vocaciones inciertas.** Misión y misioneros en la provincia jesuita del Perú en siglos XVI y XVII. Sevilla: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2012, p. 29-60.

MARTINS, Fredson Pedro. "Uma Igreja, dois mundos: análise das diretrizes conciliares apresentadas em Trento e em Lima (séc. XVI)". In: **Revista eletrônica da ANPHLAC**, v. 2, São Paulo, p. 142-172, jan./jul. 2019.

PAREDES, Javier (diretor). **Diccionario de los Papas y Concilios**. Barcelona: Editorial Ariel, 1998.

RUIZ, Rafael. As soluções de Vitoria para os problemas da Conquista. In: _____. **Francisco de Vitoria e os direitos dos índios americanos:** a evolução da legislação indígena espanhola no século XVI. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002, p. 73-95.

III SEMINÁRIO HISTÓRIAS CONECTADAS

ANAIS DO